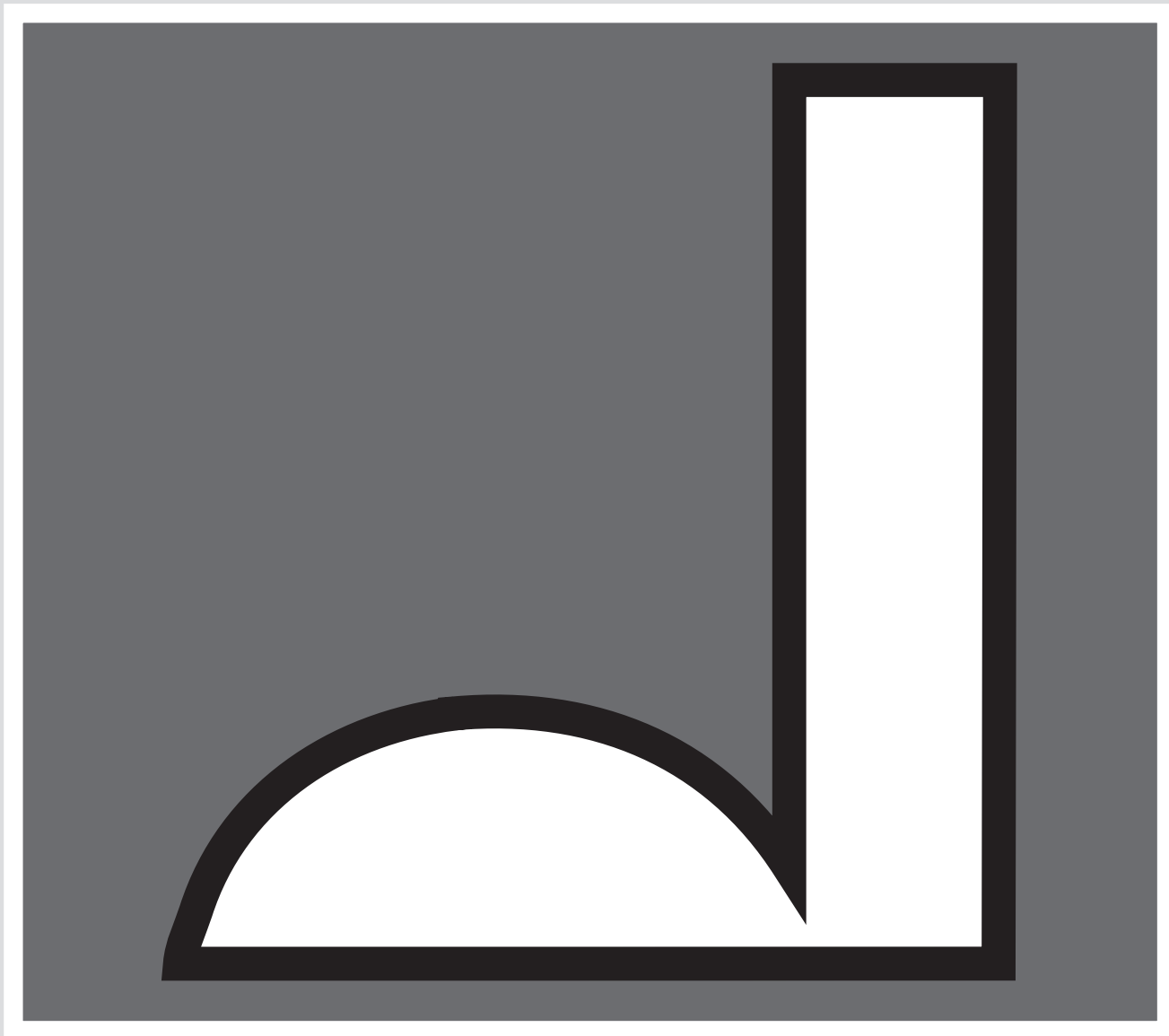




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - SUP. AO Nº 114 - SÁBADO, 30 DE JULHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA		3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT	Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 18-7-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES		
1.1 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária		
1ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º de março de 2005.....	0004	9ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2005..... 0194
2ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de março de 2005.....	0014	10ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2005..... 0221
3ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de março de 2005.....	0033	1.2 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de março de 2005.....	0071	3ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de março de 2005..... 0235
5ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2005.....	0102	4ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de março de 2005..... 0250
6ª Reunião Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2005.....	0119	7ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de maio de 2005..... 0265
7ª Reunião (conjunta), realizada em 27 de abril de 2005.....	0134	8ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2005..... 0292
8ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2005.....	0178	10ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de junho de 2005..... 0326
		11ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de junho de 2005..... 0338
		4ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2005..... 0348

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

Ata da Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1º de março de 2005, terça-feira às 11:30 horas.

Às doze horas e dezenove minutos do dia primeiro de março de dois mil e cinco, na Sala 03, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senador Pedro Simon, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos **Senadores ÁLVARO DIAS, FLEXA RIBEIRO, SÉRGIO GUERRA, JONAS PINHEIRO, MARCO MACIEL, PEDRO SIMON, LEOMAR QUINTANILHA, GERSON CAMATA, AELTON FREITAS, SIBÁ MACHADO, ANA JÚLIA CAREPA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, OSMAR DIAS, REGINALDO DUARTE, LEONEL PAVAN, EDISON LOBÃO, HERÁCLITO FORTES, RODOLPHO TOURINHO, VALDIR RAUPP, DELCÍDIO AMARAL, SÉRGIO ZAMBIASI, MARCELO CRIVELLA, JUVÊNCIO DA FONSECA, ARTHUR VIRGÍLIO e a Senadora IDELI SALVATTI. A Senadora Roseana Sarney e o Senador Flávio Arns justificaram as suas ausências.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se à instalação da Comissão, criada através da Resolução nº 1, de 2005 e eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2005/2006. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Leomar Quintanilha e Marcelo Crivella para servirem como escrutinadores. Após a apuração dos votos foi eleito, com 14 (quatorze) votos favoráveis, o Senador Sérgio Guerra para Presidente e com 13 (treze) votos, o Senador Flávio Arns para Vice-Presidente. O Senador Sérgio Guerra faz uso da palavra e agradece a honra com que foi distinguido pelos seus pares para presidir tão importante Colegiado, expondo a importância dos trabalhos da Comissão. Fizeram uso da palavra os Senadores Jonas Pinheiro, Osmar Dias, Flexa Ribeiro, Delcídio Amaral, Arthur Virgílio, Marcelo Crivella, Álvaro Dias, Reginaldo Duarte, Sérgio Zambiasi e a Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão o melhor horário para as reuniões da Comissão, ficando acertado que, a princípio, elas se realizariam às quintas-feiras às doze horas, conforme a Resolução nº 1 de 2005. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Pedro Simon**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Havendo número regimental, e com muita satisfação, instalamos os trabalhos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Pessoalmente, expresso a grande alegria de, ocasionalmente, estar presidindo a instalação desta Comissão, pois por mais de 14 anos lutei para a sua criação. Parece mentira, mas não havia argumento que conseguisse convencer a Casa de que uma Comissão de Agricultura e Reforma Agrária era importante.

Nesta Casa, há Comissões sobre os mais variados assuntos. No entanto, durante todo esse tempo, a agricultura ficou no porão da Comissão de Assuntos Econômicos. Digo porão, porque na Comissão de Assuntos Econômicos – uma das Comissões mais importantes do Senado, que, permanentemente, trata de assuntos sobre finanças e economia –, raríssimas vezes conseguíamos discutir sobre agricultura, tanto que se pode contar nos dedos de uma mão as vezes que o Ministro da Agricultura foi convidado para comparecer ao Senado Federal. S. Exª foi mais vezes convidado para o plenário do que para Comissão.

Talvez pelo fato de a agricultura ocupar atualmente um lugar tão importante na economia nacional, houve bom-senso e, por unanimidade, esta Comissão foi criada e, neste momento, está sendo instalada.

Por acordo de Lideranças, a chapa registrada propõe como Presidente o Senador Sérgio Guerra e como Vice-Presidente o Senador Flávio Arns.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores as devidas cédulas.

Procederemos à chamada nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Votaram 14 Srs. Senadores.

Chamo os Senadores Marcelo Crivella e Leomar Quintanilha para procederem à apuração. (Pausa.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, o Líder do meu Partido tem uma vaga de Suplente, mas ainda não foi formalizado meu nome à Mesa.

Consultamos V. Exª se seria possível votar, apresentando depois essa formalização. (Pausa.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Sr. Presidente, foram encontradas 14 cédulas, sendo os 14 votos apurados para o Senador Sérgio Guerra, para Presidente, e 13 votos para o Senador Flávio Arns, para Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Para Presidente, foi aprovado o nome do Senador

Sérgio Guerra e, para Vice-Presidente, o Senador Flávio Arns. Infelizmente, o Senador Flávio Arns nos avisa que, por motivos de força maior, não pôde estar presente a esta reunião.

Passo a Presidência ao novo Presidente da Comissão, Senador Sérgio Guerra. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Líderes presentes, tenho a satisfação de assumir a Presidência desta Comissão.

Temos pela frente dois desafios: primeiro, conferir consistência a esta Comissão para que cumpra minimamente as responsabilidades do Senado com relação a uma questão substantiva como a da agricultura e da Reforma Agrária no Brasil; segundo, dar início a ela, pois se trata de uma Comissão nova.

Fui Deputado Federal por três Legislaturas e Deputado Estadual por duas Legislaturas. Sei que a vida parlamentar é extremamente exigente. Ao contrário do que muita gente procura passar a impressão, Parlamentares trabalham muito. Eu próprio fiquei surpreso com o grau de esforço de trabalho do Senado Federal, que, sem nenhuma redução do papel da Câmara dos Deputados, é muito mais elevado do que as exigências de trabalho do Deputado, de maneira geral.

No Senado, não é permitido não trabalhar. Todos têm que se envolver. Todos são bastante fiscalizados pela opinião pública dos seus Estados e do País. É rigoroso o esforço de trabalho dos Senadores. A multiplicação de Comissões, a profusão de idéias e de matérias que têm que ser analisadas com responsabilidade exige empenho bastante forte dos Senadores. Tenho certeza de que vamos fazer desta Comissão uma verdadeira Comissão de Agricultura. Temos razão para isso. O fato de somente agora, depois de tantos anos, o Senador criar uma Comissão para essa finalidade é uma demonstração do quanto a questão rural no Brasil não tem a prioridade que deveria ter.

O reconhecimento dessa realidade é um primeiro ponto de vista a sustentar o nosso esforço. Isto não é uma coisa recente, é uma coisa histórica. Foram os campos brasileiros, os que trabalham no campo que sustentaram o desenvolvimento deste País por décadas. Foram seus excedentes de exportação que pagaram a industrialização brasileira e agora de novo.

É um setor que trabalha muito e tem pequena visibilidade, mas tenho convicção de que o Senado tem hoje compreensão exata disso, tanto que a proposta do Senador Renan Calheiros de instalar a Comissão de Agricultura foi aceita de forma imediata, absolutamente sem questionamento por todos os Líderes que participaram desta decisão e as consultas que fiz a outros companheiros Senadores que não são Líderes sobre a conveniência desta comissão sempre re-

sultaram em uma resposta essa Comissão pode ser muito importante.

Para que ela seja rigorosamente importante é preciso que haja trabalho coletivo, esforço organizado, enfim decisão de produzir. Não sou, por formação, uma pessoa de muitas palavras e prefiro e sempre preferi ser mais objetivo no que faço e no que digo.

Procurarei ser um Presidente que dê instrumentos para que o Senado possa trabalhar na área de agricultura e reforma agrária de forma responsável, eficiente, suprapartidária, objetiva e que possa conduzir a uma visão da agricultura no Brasil, o que é importante para o país especialmente agora.

Não vou fazer desta Presidência um instrumento da oposição brasileira, embora tenha evidentes compromissos com ela. Não seria esse o objetivo de um Presidente de Comissão no Senado, mas serei alguém que seguramente irá aqui defender com absoluta coerência o esforço brasileiro para valorizar o campo, para adotar esse País de soluções concretas para problemas que são permanentes e que não são enfrentados.

Há problemas conjunturais que são do domínio público, vão do câmbio às taxas de juros aos problemas dos preços internacionais ao longo desse ano, há estiagens que neste ano também se apresentam em algumas áreas do Brasil. Enfim, e problemas mais permanentes como, por exemplo, da falta de uma infra-estrutura adequada à sustentação e ao esforço de expansão e rentabilidade da agricultura no Brasil.

Nessa área de infra-estrutura que sempre trabalhei de maneira bem próxima, nunca enxerguei, em nenhum campo, no exame da questão a necessidade de infra-estrutura que tivesse como foco atender a base rural do país. Ninguém nunca respondeu a essa pergunta, o que é preciso fazer para desenvolver a agricultura, pecuária e atividades rurais no Brasil, do ponto de vista de infra-estrutura, as perguntas são outras e não essas.

Na falta de uma política de infra-estrutura fica difícil definir uma política de longo prazo para a agricultura ou para as atividades ligadas ao setor rural. Somos condenados a conviver com uma situação calamitosa na infra-estrutura, o que é um risco para a segurança econômica da agricultura brasileira.

Há grandes problemas a serem vistos. O sistema de reforma agrária não me parece produtivo, há uma evidente quebra de legitimidade na discussão do problema fundiário. Setores que representam os sem-terra, muitas vezes, não se identificam com os propósitos dos que defendem a reforma agrária.

Da mesma maneira que setores se infiltram no campo dos empresários não no interesse de proteger

a agricultura e fazê-la moderna, justa e socialmente adequada, mas com interesses que não podem ser sustentados de forma explícita e que não são cabíveis de serem sustentados.

Penso que o meio ambiente também é algo que tem, na área da agricultura, em especial, sido descuidado. A ação dos que produzem na Amazônia, por exemplo, em toda aquela região é absolutamente irresponsável do ponto de vista dos recursos naturais e do meio ambiente. Há várias questões muito complexas e permanentes, estruturais, que precisam ser vistas e que desejamos sejam vistas aqui.

Pretendo fazer a condução dos trabalhos como sempre fiz na minha vida pública: da maneira mais democrática possível. Não vou trabalhar de maneira autoritária, centralizadora, porque não acredito nem numa coisa nem na outra. Acredito em uma discussão positiva, construtiva, que tenha menos foco nos refletores – não é essa a nossa prioridade – e mais objetivos a realizar.

Existe um conflito instalado, há uma CPI em andamento, muito bem presidida pelo Senador Alvaro Dias, e nós vamos colaborar com ele.

No geral, vamos trabalhar para que a agricultura e a pecuária brasileiras tenham condição de continuar a colaborar para o desenvolvimento do Brasil, tenham condição de apoiar um crescimento que depende, agora, e vai depender ainda mais, nos próximos anos, da capacidade de expansão, de modernização e de democratização da agricultura no País.

Há uma perspectiva de vida muito urbana neste País, que é dominado por uma cultura urbana, o que não é um fato local apenas, é mundial. Não é a voz dos campos que vale, é a voz das cidades, elas é que avançam sobre a tradição. A cultura é a base do interior dos países, das nações. Chegou-se a confundir o processo de modernização com o processo de ocupação intelectual daqueles que trabalham de forma objetiva na produção do meio rural.

Não sou a favor da resistência, mas admiro alguns intelectuais brasileiros, como Ariano Suassuna, lá do meu Nordeste, lá da Paraíba, que entendem que um País como o nosso tem que dar consistência, sustentação, base, prestígio a seus valores mais íntimos e mais históricos, que, muitas vezes, estão situados no campo.

Dar fundamento ao esforço brasileiro para transformar o campo num campo produtivo e socialmente justo é um trabalho que não há maior neste País. Fazer um grande campo, que empregue gente, que não mantenha multidões pobres, que sustente a população no meio rural, que preserve o meio ambiente é um grande desafio brasileiro. Talvez nenhum outro país tenha um

desafio do tamanho do que o nosso tem nos próximos 10 ou 20 anos.

Tenho muita satisfação de estar aqui hoje e estou falando mais do que devia porque pretendo mesmo é trabalhar com vocês, quero pedir solidariedade para esse esforço.

Já que instalamos esta Comissão, temos de torná-la efetiva, de fazê-la acontecer, de gerar consequência. Tenho confiança no trabalho de muitos que conheço há bastante tempo e em gente aqui que tem um esforço reconhecido na defesa dos interesses do campo brasileiro.

O meu amigo Alvaro Dias, há poucos minutos, me provocou, perguntando-me se eu sabia que a abóbora no Nordeste tem outro nome. Nós não conhecemos a agricultura da abóbora, mas a do jerimum, seguramente.

Mas o fato concreto é que sou de uma família de agricultores, sou pecuarista há muitos anos – desde que nasci – e tenho um imenso interesse pelo Brasil real, por esse Brasil que sustenta a cultura brasileira, em grande parte, que garante a nossa identidade, que vem do campo, que é muito forte e segura este País, a custa do esforço de milhares de trabalhadores e de excelentes empresários.

Vamos trabalhar bem, esta é a minha palavra e é isso que desejo. Estarei à disposição de todos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Vários companheiros pediram a palavra. O primeiro, seguramente, foi o Senador Jonas Pinheiro. Ele veio à Mesa anteriormente e pediu a palavra.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é também com alegria que estamos vendo nascer aqui o fórum adequado onde tratar do problema da agricultura e da reforma agrária no Brasil.

Sr. Presidente, inicio fazendo uma proposição. Amanhã, Sr^{as} e Srs. Senadores, na cidade de Rio Verde, em Goiás, vão se encontrar os Governadores de Goiás, de Mato Grosso do Sul, do Distrito Federal e de Mato Grosso, portanto toda a Região Centro-Oeste, uma reunião de produtores da região, tentando encontrar uma forma de diminuir o grande problema da agricultura nesta região. Comparecerá a esta reunião

o Ministro da Agricultura e ainda há uma tentativa de se levar o Sr. Ministro da Fazenda.

Sr. Presidente, assuntos como crédito rural, seguro rural, comercialização e garantia de renda, política de infra-estrutura do agro-negócio, todos esses problemas serão detalhados nesse encontro, com a presença do Governo Marconi Perillo, Blairo Maggi, José Orcírio, o Zeca do PT, Joaquim Roriz.

Além de dar essa notícia, será que seria demais, Sr. Presidente, esta Comissão já se fazer presente por meio de alguns de seus membros lá no município de Rio Verde, no Estado de Goiás, para participar efetivamente do problema da agricultura no Brasil.

Sr. Presidente, em rápidas palavras, agradeço-lhe a minha inscrição, porque acho muito importante a presença desta Comissão como também estarão presentes membros da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, para enfrentar de fato, de frente, o problema que vamos vivenciar este ano no agro-negócio brasileiro.

Esta é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Agradeço a palavra do Senador Jonas Pinheiro, a sua participação, Senador, já é seguramente uma garantia de que esta Comissão vai fazer um bom trabalho.

Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, é um dia histórico para o Senado, o da criação da Comissão de Agricultura. Foi preciso o agronegócio mostrar em números a sua importância e, sobretudo, ser considerado hoje por toda a sociedade brasileira como o principal setor gerador de empregos do País, para que o Senado Federal resolvesse instalar esta Comissão. O Senador Pedro Simon tinha um projeto apresentado 14 anos atrás, eu mesmo apresentei outro, que já estava completando oito anos e nos conseguimos agora fazer com que nossos projetos aprovados resultassem na criação desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

É importante porque não vamos ficar submetidos ao debate do assunto como se fosse uma atividade de segunda categoria. Temos uma comissão específica para debate.

Aproveitando a presença do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, que está, com toda a certeza, honrando a instalação desta Comissão, quero dizer que confio muito no trabalho que V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, vai realizar na Presidência da Comissão de Agricultura, como confio no trabalho que o Senador Renan Calheiros iniciou muito bem na Presidência do Senado, para que possamos dar suporte, debatendo a questão da agricultura com profundidade e também queremos ajudar, oferecendo propostas de política

agrícola, para o Governo Federal, e a nossa crítica construtiva, quando for necessário.

E neste momento já tenho duas demandas para a Comissão que objetivamente deixo com V. Ex^a. Primeiro, a Medida Provisória 232, que antecipa a cobrança de imposto de renda de 1,5% na nota fiscal de venda dos produtos agrícolas entra em vigor hoje, havia sido prorrogada por 30 dias. As cooperativas, todos aqueles que fazem a comercialização dos produtos agrícola em nosso País não sabem como proceder, porque se descontarem 1,5% na nota de venda dos produtos a partir de hoje, se o Senado e a Câmara derrubarem essa cobrança, ou seja, o art. 6º da Medida Provisória 232, haverá uma confusão estabelecida.

Peço a V. Ex^a que analise a possibilidade de irmos até o Líder do Governo, para que S. Ex^a interpele o Governo no sentido de prorrogar os efeitos da MP nº 232 por mais 30 dias até que possamos, Senado Federal e Câmara dos Deputados, analisarmos a Medida Provisória e darmos um destino a ela, aprovando-a ou rejeitando-a. E já antecipo o meu voto pela rejeição, mas vamos agir com bom senso, porque a comercialização pode começar um tumulto muito grande se a medida provisória não tiver os seus efeitos prorrogados.

Estou colocando esse problema nas mãos de V. Ex^a, mas me disponho a colaborar, no sentido de conseguirmos a prorrogação por mais 30 dias.

A outra demanda, Sr. Presidente, é que começamos um processo de comercialização equivocada do trigo, quando não há preço para o trigo nacional, e o trigo importado está tomando conta do trigo nacional. Os produtores não conseguem pagar os seus débitos, que já estão vencidos desde novembro.

Não há notícia de prorrogação desses débitos. Se não forem prorrogados, os produtores estão em uma ciranda que os levará a um endividamento irreversível. A taxa de juros de CPR vai chegar a 23% ao ano. É impossível suportarem esse peso sobre os ombros quanto aos produtos de trigo do País.

Há movimentos para que não se plante mais trigo no Brasil, e ficaremos dependendo do trigo importado, que terá um preço muito alto para o País pagar.

Apresento esses dois problemas e mais um: o da comercialização da safra de verão, que começou sem recursos assegurados pelo Governo Federal. Demandas que serão freqüentes aqui, Senador Sérgio Guerra, mas a Comissão, com certeza, vai buscar auxiliar o trabalho que V. Ex^a vai realizar em defesa dos agricultores brasileiros, em defesa desse importante setor da economia nacional.

Desejo a V. Ex^a muito sucesso e me coloco à disposição para ajudar no que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Quero agradecer as palavras do Senador Osmar Dias. Desde logo, S. Ex^a coloca perante a Comissão três questões relevantes, prioritárias e urgentes.

Proponho à Comissão que a nossa próxima reunião se realize na quinta-feira, no horário previsto, às 12h. Nessa confusão das agendas que temos que atender, o tempo que restou para que a Comissão de Desenvolvimento Regional e para que a nossa Comissão pudessem se estruturar seria na quinta-feira.

Dessa forma, faríamos a nossa primeira reunião na quinta-feira, já com a discussão sobre a agenda. Pretendo discutir amplamente a nossa agenda pelo menos nos três primeiros meses. Vamos enfrentar questões conjunturais e imediatas, como essas que V. Ex^a nos trouxe ao conhecimento.

Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Renan Calheiros; Sr. Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Guerra, saúdo o eminente Senador que presidiu a reunião de instalação da Comissão de Agricultura, Senador Pedro Simon – uma reserva ética, moral e inteligente do Senado Federal –, que defendeu esse projeto por 14 anos. O nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, em tão boa hora fez o decreto de sua instalação, e hoje vemos a Comissão instalada.

O nosso Líder, inteligente e guerreiro como disse o nosso Presidente, o Senador Arthur Virgílio escolheu o Senador Sérgio Guerra para ser o primeiro Presidente da Comissão de Agricultura.

Senador, eu tenho certeza absoluta de que V. Ex^a irá cumprir brilhantemente a missão de presidir esta Comissão de Agricultura do Senado Federal, que é uma das mais importantes para o Brasil hoje. É a agricultura, sem dúvida, que tem sustentado o Brasil ao longo desse tempo todo.

V. Ex^a nos pediu, na questão da infra-estrutura, idéias de um caminho a seguir. Sugiro a V. Ex^a, Sr. Presidente, a questão da agricultura, que é o gargalo da produção brasileira. Não só a questão da agricultura, mas principalmente, porque ela ocorre no interior do Brasil. Já houve, na safra anterior, e vai ocorrer muito mais na safra deste ano, o extremo de produzir e não ter como escoar porque os portos brasileiros, no sul do País, não suportam mais o incremento da produção. Não temos portos em condições de suportar essa carga. Não existem portos brasileiros capacitados.

Que o Brasil enfrente, de uma vez por todas, a mudança do modal do transporte rodoviário e que se implante, de uma vez por todas, o modal hidroviário, na questão da agroindústria no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a implantação das hidrovias. Falo das hidrovias Araguaia/Tocantins, Tapajós/Teles Pires,

Madeira/Mamoré, que já é uma realidade, e da hidrovia do Marajó.

Dessa forma, poderemos escoar essa safra de soja, que é real, do norte do Mato Grosso, pelo porto de Barcarena, que também já é uma realidade e traz milhões de dólares.

Hoje, estima-se que haverá uma economia em torno de US\$400 milhões no escoamento da atual safra de soja do norte do Mato Grosso do Sul. Estamos falando, apenas, no caminho de saída da soja brasileira. Não estamos falando no caminho de entrada, nos insumos do calcário e da integração nacional que vai ocorrer no interior do Brasil, que está pujante, está pronto para ajudar a economia, o desenvolvimento. O Presidente Lula clama diariamente para que este País continue avançando, como tem ocorrido.

Peço a Deus que o ilumine em sua nova missão como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Agradeço as palavras do Senador Flexa Ribeiro.

É nossa intenção estabelecer uma imediata correlação de trabalho com a Comissão de Infra-Estrutura, presidida pelo Senador Heráclito Fortes. Creio que temos muito para fazer em conjunto, bem como temos com a Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida pelo Senador Tasso Jereissati.

Vamos procurar o máximo de colaboração para que possamos enfrentar, de maneira consistente, questões como a que o Senador acabou de ressaltar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se V. Ex^a me permitir, a questão do sistema hidroviário está intimamente ligada à questão do meio ambiente, que se encontra agora com a Comissão presidida pelo Senador Leomar Quintanilha.

V. Ex^a pode nos prestar um grande serviço desatando esse nó ambiental na questão do sistema hidroviário com o apoio de Presidente Renan Calheiros. V. Ex^a poderá ser o grande Presidente que desatará o nó e integrará o Brasil de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Agradeço as palavras do Senador Flexa Ribeiro.

A colaboração na área do meio ambiente tinha sido sugerida pelo próprio Presidente Leomar Quintanilha. Vamos, seguramente, promovê-la.

Ouçó, com prazer, a Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Saúdo o Sr. Presidente, bem como o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros. Quero não só em meu nome, mas em nome do Senador Aloizio Mercadante – que me delegou a tarefa de participar desta solenidade de instalação da Comissão de Agricultura, tendo em vista que, no dia de hoje, acompanha o Presidente

da República na posse do Presidente do Uruguai –, parabenizar, em primeiro lugar, o Senado da República pela instalação desta Comissão e, em segundo lugar, por estar à frente dos trabalhos desta Comissão o Senador Sérgio Guerra, de Pernambuco.

S. Ex^a goza, nesta Casa, de muita simpatia, de muito reconhecimento por seu trabalho, por sua postura e, principalmente, pelo posicionamento que, inclusive, fez questão de reiterar no seu pronunciamento inicial. S. Ex^a quer fazer desta Comissão um grande ambiente de negociação, de superação de obstáculos e de aprimoramento de tudo o que precisamos fazer, como País, para dar à produção agrícola brasileira, seja do agronegócio, seja da agricultura familiar, as condições para o seu desenvolvimento com justiça, com distribuição de renda e com valorização do ser humano que se dedica a essa atividade produtiva.

Não poderia também deixar de registrar que, para conduzir os trabalhos juntamente com o Senador Sérgio Guerra, está o nosso companheiro de Partido, Senador Flávio Arns, que não pôde estar presente nesta solenidade. S. Ex^a também vem de um Estado onde a questão agrícola é extremamente forte, tanto em termos de agricultura extensiva, como de agricultura familiar, o Paraná.

Tenho certeza absoluta de que o comando da Comissão de Agricultura nas mãos do Senador Sérgio Guerra e do Senador Flávio Arns vai orgulhar, mais uma vez, o Senado da República pelo resultado positivo.

Senador Sérgio Guerra, tantos outros deram tarefas para esta Comissão. A Comissão de Assuntos Econômicos acaba de lhe dar mais uma: a de conduzir o processo de negociação do Governo e abrir audiência pública com o Ministro Roberto Rodrigues, para que tenhamos um procedimento, não só de resolver a dívida dos agricultores do Nordeste – que está no projeto do Senador César Borges, relatado pelo Senador Jonas Pinheiro –, mas também de fazermos os encaminhamentos desta lógica do socorro aos agricultores do Sul do País, atingidos pela estiagem, e também de todo o Centro-Oeste brasileiro, principalmente agora nessa perda de capacidade e disputa, com a redução das **comodities**, do preço da soja, do algodão e de vários outros produtos agrícolas que o Brasil exporta e que, portanto, trazem, neste momento, uma grande oportunidade.

Agradeço a oportunidade, parabenizando V. Ex^a pela posse no dia de hoje e desejando sucesso na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Agradeço as palavras da Senadora Ideli, com quem trabalhei no ano passado, pois S. Ex^a era Líder do PT, estava na Liderança da Minoria. Trata-se de uma pes-

soa que aprendi a admirar e a respeitar. S. Ex^a tem muita segurança, um pensamento organizado e muita capacidade de contribuir. Espero que essa capacidade também sirva aos nossos trabalhos. Na medida do possível, peço a V. Ex^a que compareça também à nossa Comissão, porque os assuntos da agricultura também lhe interessam.

Agradeço a presença do Senador Renan Calheiros, que veio nos dar uma demonstração da importância que atribui à fixação de uma Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Senado Federal. Penso que o Senador Renan tem uma grande chance de fazer um trabalho muito importante no Senado brasileiro. Conheço S. Ex^a há muitos anos, somos de Estados vizinhos. S. Ex^a é um político que tem muita competência, bastante sobriedade, inteligência e fundamentos democratas na sua vida pública.

Tenho certeza de que vai ajudar o Senado brasileiro a cumprir o seu papel com grande brilho, à altura do que espera de nós o povo brasileiro. Gostaria de agradecer pessoalmente a sua presença aqui.

Ouçó a palavra do Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, gostaria de saudá-lo, desejando muito sucesso à frente da Comissão de Agricultura. O nosso Senador Flávio Arns não pôde estar presente pelas razões já explicitadas no início da votação.

Registro, Sr. Presidente, em primeiro lugar, que o Senado avança muito, como disse bem o Senador Pedro Simon, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, porque é um projeto importante para o Presidente Lula. E, mais importante do que isso, pelo que representa o agronegócio para a nossa economia, o grande salto da nossa agricultura, da nossa pecuária, ou seja, o desenvolvimento tecnológico promovido por meio da Embrapa, e de outros, exatamente no sentido de levar o agronegócio no Brasil a esse patamar. O País, hoje, é um dos principais no agronegócio do mundo. E a criação da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária no Senado Federal já não vem sem tempo. É absolutamente fundamental esse tema. E V. Ex^a, que tem competência, bom senso e lucidez, deixou muito claro, na exposição inicial, como esta Comissão de Agricultura vai funcionar. Vai funcionar efetivamente para discutir os grandes temas nacionais, com equilíbrio, com serenidade.

E não tenho dúvida alguma, Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, de que esta será uma das Comissões mais importantes do Senado Federal.

Em nome do PT e dos Partidos do Bloco de Apoio ao Governo, gostaríamos de desejar a V. Ex^a muito sucesso, porque a Comissão de Agricultura, uma das mais

importantes do Senado, estará sob a coordenação de um dos melhores quadros do Senado Federal.

Parabéns e conte conosco nessa grande caminhada, não só discutindo a questão da reforma agrária, do agronegócio, mas, com isso, colaborando por um Brasil melhor!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Agradeço as palavras do Senador Delcídio Amaral. Tenho muitas razões para sustentar com S. Ex^a uma forte identidade. O Senador Delcídio é uma pessoa que tem imensa capacidade prática, já demonstrada. Foram preocupações públicas as que o fizeram Senador da República na primeira eleição que disputou. Já é Líder do seu Partido.

Gostaria de contar muito nesta Comissão com a colaboração de S. Ex^a de Agricultura, que representa um Estado rural forte e com muitos recursos naturais. A sua inteligência prática, a sua capacidade de fazer as coisas acontecerem, é muito bem-vinda à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Ouçõ a palavra do Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente Sérgio Guerra, V. Ex^a tem sido um Líder da Minoria efetivo, competente, atento e cheio de espírito público. Tenho certeza absoluta de que esse gesto inteligente e até precursor do Ministro Pedro Simon – que foi um excelente Ministro da Agricultura na primeira etapa do Governo do Presidente José Sarney, muito bem acolhido pelo Senado e pela lucidez do Presidente Renan Calheiros – haverá de dar grandes frutos. Não nos iludamos: cada poder que venha para cá significa poder subtraído de alguma outra Comissão. Mas o fato é que não podemos voltar as costas para um terço do PIB brasileiro, não podemos tapar o sol com a peneira nem um pouquinho mais. O Senado precisa estar realmente abraçado a esse desafio novo. Isso moderniza e atualiza o Senado. Isso mostra a visão de futuro de uma bancada pluripartidária de homens e mulheres com amplas responsabilidades nas suas vidas, para trás e, sem dúvida, para frente. Olhar para a frente significa contemplar a agricultura com posição nobre.

O Senador Leonel Pavan, ainda há pouco, dizia-me que V. Ex^a verbaliza com muita segurança. E dizia a S. Ex^a que isso para mim é fruto do seu pensar bem: verbaliza bem, porque pensa bem! E diria que a sua marca fundamental é pensar bem, é pensar com lucidez, é pensar com propriedade.

Portanto, não tenho susto algum quanto ao futuro desta Comissão. Será brilhante, será competente, tão brilhante e competente tem sido a sua trajetória.

É hora de lhe reafirmar todo o apreço pessoal, todo o orgulho do meu partido e do de V. Ex^a por tê-lo

como um dos seus militantes. E, neste momento, com a missão absolutamente brilhante de fundar uma Comissão Técnica deste porte, desta monta, no Senado Federal.

Meus parabéns a V. Ex^a! Mãos à obra! Conte conosco em toda a linha do trabalho que brilhantemente saberá executar!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Gostaria de agradecer as palavras do grande Líder Arthur Virgílio, Líder do meu Partido, que tem demonstrado ao País inteiro o quanto vale a palavra, qual o papel da palavra, do pensamento explicitado de forma substantiva, nunca demagógica. Um verdadeiro e grande Parlamentar brasileiro, como há poucos!

Vou honrar a indicação que S. Ex^a fez, em nome da nossa Bancada do PSDB, acatada pelos outros Líderes. Darei tratos à bola, farei um esforço grande para organizar, com os companheiros desta Comissão, um programa que seja vasto, conseqüente, moderno, pró-ativo, enfim, que gere para o Congresso Nacional mais conceito, e para o Senado Federal de uma maneira especial.

Senador Arthur Virgílio, eu quero garantir a V. Ex^a que contará com todo o meu esforço para que o Partido que V. Ex^a lidera, democrático e progressista, cumpra o seu papel, presidindo esta Comissão, neste ambiente brasileiro que, no meio rural, apresenta-se bastante conflagrado. Vamos cuidar de trabalhar bem e honrar nossos mandatos.

Eu queria ouvir o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje realmente é um dia de festa para o nosso Senado Federal, que vai refletir no Brasil. Desejo a V. Ex^a todo sucesso. Todos os seus companheiros – e faço coro – já saudaram a sua inteligência, o seu brilhantismo, a maneira correta com a qual o vemos sempre se manifestar no plenário e nos debates parlamentares.

Sr. Presidente, o Brasil precisa de uma agricultura moderna, porque competimos com países – da Europa e com os Estados Unidos, basicamente – que são extremamente paternalistas com a sua agricultura, dando a ela subsídios imensos. É claro que o Brasil conta com o clima, com o solo e com esse povo trabalhador. Sr. Presidente, a agricultura moderna precisa de infra-estrutura, de um sistema de cooperativa isento e de financiamento. São temas fundamentais.

No meu Estado, Sr. Presidente, a agricultura não faz um grande papel na economia, com exceção das plantações de cana, do cultivo da cana no norte do Estado, mas me preocupa o semi-árido brasileiro, onde vivi por dois anos, num projeto no interior da Bahia. Há

tantas coisas que poderiam ser feitas no nosso semi-árido, há tanta coisa a debater...

Quero falar um pouco também da reforma agrária. Desculpe-me dizer, mas hoje temos 5.800 assentamentos rurais que são verdadeiras favelas rurais, sobrevivendo à custa de cesta básica. E dói no coração da gente ver aquele brasileiro desempregado da cidade, que ficou acampado naquela barraca de plástico preto, dizendo para a família: “No dia que eu tiver uma terra, vou mostrar o meu valor”. E depois dão a ele um lote agrícola: 20 hectares. E V. Ex^a sabe o que ele foi capaz de fazer, Sr. Presidente? Uma horta e criar galinha. As iniciativas são frustrantes. Esta Comissão pode dar uma contribuição fantástica. Agora mesmo votamos o biodiesel na região do semi-árido. Temos a mamona – a nova da Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –, que produz com seis meses, nativa da nossa região. Quem sabe a nossa Comissão encontre uma maneira de levar aos assentamentos do semi-árido uma produção garantida, sustentada, para que essas pessoas tenham um salário digno?

Sr. Presidente, não o verei aqui como um Senador da Oposição, absolutamente, mas como Líder e Presidente de uma Comissão, com a qual vamos colaborar e onde vamos lutar juntos para que traga uma contribuição inestimável ao nosso País.

Finalmente, Sr. Presidente, quero lembrar que hoje a capa do **Jornal do Senado** mostra que estamos plantando 43 milhões de hectares neste País. Temos 850 milhões de hectares, 8 milhões e meio de quilômetros quadrados. Mas lembro também, Sr. Presidente, que 130 milhões de hectares estão nas mãos de 33 brasileiros, segundo o último relatório do Incra. Isso é algo que deve preocupar V. Ex^a também.

Assim, concluo, desejando a V. Ex^a muitas felicidades, e pedindo a Deus que o abençoe nesta nova missão.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Agradeço as palavras do Senador Marcelo Crivella. Registro que suas observações calaram fundo a minha convicção; elas são seguras, precisas, e muito importantes. Eu espero que essa questão, ao ser tratada de forma desapassionada - patrioticamente tratada - possamos começar a ajudar resolvê-la. Eu sou de um Estado no qual assisto também à multiplicação de invasões e de programas de reforma agrária que não geram renda, ou seja, não produzem consequência de fato. Aqui tem uma agricultura da cana-de-açúcar, grande parte é antieconômica e tem um sequeiro em um semi-árido enorme, sem alternativa agrícola confirmada; e grande projetos que são verdadeiras visões que surgem de dia ou de noite, a cada Governo. Com

os militares também havia isso; e isso continua agora. Mas, eles podem ocorrer nos jornais e podem gerar até faturamento para empresas que produzem investimentos, principalmente em infra-estrutura, mas nunca chegam ao agricultor. Ao agricultor só chegam os problemas, nunca as soluções. Mas, gostei muito de ouvir as suas palavras.

Ouçoo as palavras do Senador Alvaro Dias, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem tudo a ver com o que fazemos aqui. S. Ex^a é Senador de um Estado agrícola forte que tem uma agricultura de qualidade, e é uma pessoa a quem admiro e respeito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra. O objetivo desta fala é exatamente cumprimentá-lo. O nosso Líder Arthur Virgílio foi feliz ao indicá-lo. Eu fiz uma brincadeira, resultando da nossa amizade e do carinho que tenho por V. Ex^a, um dos grandes amigos que encontrei em Brasília. Eu fiz a brincadeira, exatamente, por ter tido a oportunidade de visitar o seu Estado, Pernambuco, por meio do trabalho da CPI da Terra, e pude constatar o prestígio e o conceito de que desfruta V. Ex^a no meio rural daquele Estado, como um profundo conhecedor das questões atinentes à agricultura. Por isso, fiz a brincadeira, indagando se V. Ex^a conhecia um pé de abóbora.

Mas, certamente, V. Ex^a conhece a grandiosidade do desafio. Esta Comissão, inexplicavelmente, foi extinta depois da Constituinte. Ela existia antes. Eu tive a satisfação de presidi-la, durante o meu primeiro mandato de Senador, e denominava-se Comissão de Agricultura e Política Rural. Após a Constituinte, ela foi extinta e, agora, em boa hora, ela ressurgiu; e não poderia ser de forma mais adequada, porque sob a Presidência lúcida de V. Ex^a.

Os desafios são hercúleos, eu diria, não somente para esta Comissão, mas para o nosso País, que busca superar os obstáculos que comprometem o nosso desenvolvimento. Nós reputamos que temos problemas seriíssimos na área de infra-estrutura. O País corre o risco de, brevemente, plantar, colher, vender, e não poder entregar, diante da ausência de investimentos na área de infra-estrutura, que poderão proporcionar um apagão de infra-estrutura no nosso País. É claro, V. Ex^a já destacou no início da abertura dos trabalhos desta primeira reunião que essa é uma das preocupações do nosso Presidente.

E ao lado das questões de infra-estrutura, a conflagração no campo pode comprometer essa evolução tecnológica que a agricultura brasileira alcança. Nós podemos comprometer a produção e a produtividade, se permitirmos que a afronta à legislação do País

prevaleça - como tem prevalecido desorganizando a estrutura fundiária. A ausência da autoridade tem estimulado a violência, e, evidentemente, isso afugenta investimentos produtivos significativos da área rural, como já tem ocorrido, inclusive, reduzindo o fluxo do capital externo que é fundamental para o processo do desenvolvimento econômico do nosso País.

Ao lado dessa questão, há questões de comercialização. Não só o preço mínimo fixado pelo Governo, como agora, no caso do trigo, não é respeitado; mas, sobretudo se estabelece uma concorrência desigual com os nossos competidores, em função da política protecionista, das barreiras alfandegárias, não alfandegárias, do subsídio gigantesco de US\$1bilhão, por dia. É evidente que isso nos leva a competir, em desvantagem com os nossos competidores. Nós produzimos e podemos competir no momento da produção, mas não podemos competir no momento da exportação e da comercialização dos nossos produtos, em função dessas desigualdades que, lamentavelmente, são fruto do egoísmo das grandes potências. Eu não diria da inteligência, mas do egoísmo, porque não me parece inteligente sufocar nações emergentes, como a nossa, com a política protecionista que se adota, principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

Por isso, Sr. Presidente, os desafios são incríveis. Eu creio que o tema atinente ao meio ambiente deveria estar aqui, nesta Comissão, e não na Comissão de Fiscalização e Controle. A Comissão de Fiscalização e Controle tem uma outra tarefa, da maior importância, que é fiscalizar a Administração Pública. Nos Estados Unidos, por exemplo, no Parlamento Americano, há um grupo enorme, com oitocentos funcionários que tratam de fiscalizar e controlar os gastos públicos. Nós incluímos aqui Fiscalização e Controle e Meio Ambiente. Creio que meio ambiente estaria melhor aqui, nesta Comissão de Agricultura, já que teríamos o debate sobre a necessidade de compatibilizarmos os interesses da produção e da produtividade, com a necessidade da preservação ambiental. E é possível compatibilizar. Creio que esse seria o foro adequado para esse debate e para o encaminhamento dessas questões. De qualquer maneira, a organização das Comissões na Casa estabeleceu outro caminho.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que estarei a sua disposição, para o debate, para a participação ativa, como titular ou como suplente, não importa, desta Comissão. O importante é que nos unamos, nesse esforço comum, para valorizar o campo, a agricultura. Eu sempre digo que Governo que não reconhece a importância da agricultura não é digno de ser Governo, porque evidentemente, no Brasil, sobretudo, a agricultura é o sustentáculo maior da nossa econo-

mia. Temos grande esperança na liderança de V. Ex^a e, sobretudo, na competência com que haverá de se conduzir, presidindo esta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Alvaro Dias, as suas palavras aumentam as preocupações, porque sei do conhecimento que V. Ex^a tem da matéria, que é amplo e de conjunto, e de alguém que, quando fala nesse assunto, fala com fundamento. Como sou seu amigo, e também o seu companheiro de Partido, faço um apelo em nome da nossa amizade e do nosso Partido, para que a sua presença seja freqüente aqui, porque seguramente teremos um dos melhores Senadores, ajudando em um campo em que domina de forma bastante consistente.

Agradeço-lhe as palavras e a confiança.

Agora, ouço o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Meu caro companheiro Sérgio Guerra, companheiro de Congresso Nacional e também companheiro de Partido, é um prazer muito grande ver V. Ex^a sentado na cadeira, presidindo, pelos dois próximos anos, a Comissão de Agricultura, uma das Comissões mais importantes desta Casa, atualmente. Também representa um sonho do nosso Senador gaúcho Pedro Simon. V. Ex^a vai assumir a Presidência dessa Comissão e também, além dos propósitos que V. Ex^a terá, deverá olhar com bons olhos os problemas do Ceará, de Pernambuco e, enfim, de todo Nordeste brasileiro como o do Rio Grande do Sul, pois estão passando por um período muito prolongado de seca.

Nós, nordestinos como V. Ex^a, já somos acostumados a conviver com a seca. Mas, nossos irmãos do Rio Grande do Sul, não. Acredito que nunca passaram por um momento igual a esse, mas que, em nossas vidas, é corriqueiro.

Também queria lhe dizer que no Nordeste a nossa agricultura era principalmente a cana-de-açúcar – ainda é um pouco a cana-de-açúcar e o algodão. O algodão saiu do cenário do meu Estado nos anos de 1980, mas até a primeira metade dos anos 80, ele ainda era a cultura especial e a fonte de renda do nosso Estado, que chegou a representar cerca de 75% do seu PIB e hoje representa em torno talvez de 5%.

E quando o nosso companheiro e ex-Governador Tasso Jereissati assumiu, pela primeira vez, o Governo do Estado, ele sentiu esse impacto na economia do Estado. Daí, viu que a agricultura não seria mais o ideal para levantar o PIB do Estado, porque o Governo Federal já tinha retirado todos os subsídios à agricultura.

A nossa carteira agrícola do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil tinha mais de 10 mil mutuários. Hoje, talvez, se tiver uns 10 tem muito. É um sinal de

que agricultura no Nordeste só se pode fazer com subsídio. Por quê? Porque nossa topografia é muito diversa, é muito difícil se trabalhar com máquina no Nordeste. A topografia lá só permite o trabalho manual, como era no passado.

Isso resultou no grande êxodo dos nossos companheiros do Nordeste para as grandes cidades no nosso País, principalmente para São Paulo, Brasília, Fortaleza, etc. E essa foi a causa primordial desse grande êxodo das nossas famílias nordestinas para outras cidades atrás de dias melhores.

De forma que quero parabenizar V. Ex^a por estar assumindo hoje essa Comissão, que reputo como uma das mais importantes do Senado Federal.

Desejo aos membros da Comissão muita felicidade. Estarei aqui como seu membro, ao seu lado, para ajudá-lo no que for possível.

Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – O meu amigo Reginaldo Duarte é Senador pelo Ceará e meu companheiro, colega e proprietário rural em Pernambuco. Ele tem lá, se não um latifúndio é uma propriedade e conhece a questão da terra no Nordeste, de uma maneira geral, e do semi-árido, de uma maneira especial.

Penso que a Comissão é muito importante, mas essa importância será efetivamente confirmada na medida em que o Senador Reginaldo Duarte e outros companheiros contribuam freqüentemente com o esforço que faremos juntos, com seu conhecimento, sua experiência e sua visão de homem do Nordeste, que não repete uma visão antiga, com a qual nunca me identifiquei de posturas assistencialistas, de pedir ajuda por pedir ajuda, de reclamar por reclamar, como se houvesse uma conspiração, uma grande divisão entre brasileiros. Não é bem assim. Uma luta de interesses, uma região contra a outra.

O fato concreto é que, assim como o poder central no Brasil, a grande política nunca cuidou, de forma objetiva, nas últimas décadas, da agricultura, menos ainda das possibilidades do uso de áreas bastante difíceis como as que conhecemos no Nordeste. Por isso, não deu a menor prioridade, nem atenção aos pequenos e centenas de pequenos agricultores do Nordeste, que atravessam situações difíceis. Aquela agricultura, aquela atividade não sustentou a população. Parcela dela migrou. É uma região, hoje, freqüentada, vivida, por pessoas de idade avançada e crianças. Pessoas de média idade não ficam por lá, uma procura de alternativa de trabalho em outras áreas urbanas, não necessariamente mais em São Paulo, mas elas se espalham e não ficam ali, porque ali não geram condições de subsistência e progresso para ninguém. É preciso

entender isso. Não vai crítica nenhuma ao Governo Federal, mas não vamos encarar esse assunto como problemas assistencialistas e distribuição de cestas básicas, nem de Fome Zero, nada disso. Temos que ter uma ação muito mais construtiva, muito mais eficiente, que gere conseqüências.

Quero ouvir o Senador do Rio Grande do Sul que, seguramente, terá muito com que contribuir, pelo seu papel no Estado e pela importância que tem o Rio Grande do Sul na discussão das idéias brasileiras sobre o campo.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Senador Sérgio Guerra, quero inicialmente cumprimentá-lo pela instalação da Comissão de Agricultura aqui no Senado.

Gostaria de dar um abraço pessoalmente ao nosso querido companheiro Senador Pedro Simon, por ter lutado tanto e poder ver esse sonho concretizado aqui, voltando, como bem citou o Senador Alvaro Dias, retornando. Não tenho dúvida de que esta Comissão será uma das mais importantes dessa Casa.

Trago, Senador Sérgio Guerra, lá do Rio Grande, um relato alarmante de um problema que, como muito bem comentou aqui o Senador Reginaldo Duarte, o nordestino já conhece. Nós, no Sul, não estamos acostumados a ficar 110 dias sem chuva. Já estamos assistindo a cenas que víamos apenas pela televisão, pela imprensa, com os mananciais de água secando. Já nem se fala mais, Senador Sérgio Guerra, das perdas na agricultura. Já estamos falando em falta de água para consumo humano. Já estamos vendo o princípio do que o Senador Reginaldo comentou que é comum, o Senhor comentou agora também, do êxodo, das migrações, de famílias que desistem da sua vocação e somam-se aos bolsões de miséria das cidades-pólo ou da região metropolitana, indo em busca de socorro e, portanto, se transformando involuntariamente em mais um problema. Porque com eles crescem as necessidades de investimentos na região metropolitana e, também, a violência.

Ontem, tivemos uma reunião com o Governador Germano Rigotto, a Bancada gaúcha, nossos Senadores e Parlamentares, e concluímos – aqui está a Dr^a Cida, que é representante do Ministério da Agricultura, que é uma pessoa que nos acolhe; especialmente o Ministro Roberto Rodrigues, e concluímos que essa questão já ultrapassa o poder de decisão do Ministério, Presidente Sérgio Guerra. Já é uma questão de responsabilidade do Presidente da República.

E gostaríamos que o Rio Grande recebesse da Comissão um movimento de solidariedade, na expectativa de resgatar um pouco a nossa auto-estima e promovermos a ida do Presidente da República para que ele

veja **in loco**, junto com a Comissão de Agricultura do Senado, recém-instalada, para ver aquilo que o Brasil tem dificuldade de acreditar, Senador Alvaro. Sei que a seca está no Rio Grande, no oeste catarinense, e já está pegando um pouco do Paraná. E esse fenômeno deve ser estudado aqui pela Comissão, as causas, os porquês, e começar a buscar alternativas que dêem algum tipo de segurança ao pequeno agricultor, à agricultura familiar. Lá, temos 400 mil famílias hoje aguardando o socorro do seguro agrícola. Só ele é quem pode minimizar esse drama. Os grandes produtores estão, de alguma maneira, buscando alternativas. Ao pequeno resta não o assistencialismo – o Senhor muito bem comentou – mas, alternativas de maneira que possam continuar sobrevivendo com dignidade.

Fiquei particularmente chocado com o acompanhamento de um caso – e são milhares iguais – mas, de um caso que a imprensa decidiu acompanhar durante um dia, em que a família, num determinado horário, acorda, vai até a lavoura e ela está seca, vai até a horta e não tem o que colher e depois dirige-se à cidade para buscar no hospital a filha, que entra em depressão, porque não vê mais motivação para continuar ali junto com o pai, com a mãe, com os irmãos trabalhando na roça.

São cenas como essas que estão chocando porque mexem com o aspecto humano. Acredito que a solidariedade da Comissão, V. Ex^a tem esse espírito forte, guerreiro, de liderança, vem de um Estado que conhece, sabe, é forjado na luta contra esses fatores climáticos terríveis, especialmente a seca, poderão nos ajudar muito, Senador Sérgio Guerra. Não poderia, portanto, deixar aqui a minha manifestação, a minha esperança de que tenhamos um movimento, ao nível de Brasil, para solidarizar-se conosco inclusive, exatamente, para superar essas questões que V. Ex^a colocou muito bem de conceitos pré-estabelecidos de uma região para outra. Em Porto Alegre, temos uma grande colônia de cearenses, de pernambucanos que fizeram opção, num determinado momento de suas vidas de buscar novas oportunidades, no ponto mais meridional do Brasil, lá naquele Sul. E hoje estão surpreendidos por um cenário com o qual eles já não estavam mais acostumados.

Lamento atrasar o seu almoço, mas não poderia deixar, Senador Sérgio Guerra, de registrar aqui na Comissão, na sua instalação este desafio para que juntos possamos buscar soluções, não só para a seca gaúcha, mas para os grandes problemas, os grandes desafios que o Brasil vem enfrentando.

Meus cumprimentos, sucesso e conte com este seu companheiro nesta luta, por essa grande causa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– A palavra do Senador Zambiasi é uma demonstração do quanto é relevante sustentarmos aqui uma Comissão de Agricultura permanente, ativa, mobilizada, realmente falar de seca no Rio Grande do Sul nessa proporção, nunca imaginei que pudesse dar. Também conheço o Rio Grande, tenho um amigo lá pecuarista, agricultores. Como pequeno criador de vaca, já comprei vaca no Rio Grande do Sul, e carneiros também. Mas o Rio Grande do Sul é um Estado que possui áreas de imensa beleza física e de grandes recursos naturais, com agricultores eficientes, gente de padrão internacional de qualificação e, de repente, acorda-se com um cenário nordestino, de falta de água, é uma coisa terrível.

Não vamos estabelecer um campeonato de pobreza e nem de problemas, lá temos isso habitualmente, para nós já é fato conhecido. Então uma situação como a do Rio Grande do Sul deve ser um trauma total. É devastador. Isso afeta não só Brasil, mas a todos.

Amanhã vou procurar me reunir com alguns Senadores, vou ligar para quase todos, para que a gente organize uma primeira reunião de quinta-feira, estabelecendo algumas prioridades e começando um esforço de mobilização, de discussão. Seguramente a questão que V. Ex^a traz hoje aqui deve ser prioritária sob qualquer aspecto.

Agradeço sua palavra.

Encerro a reunião, agradecendo a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 34 minutos.)

Ata da Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de março de 2005, quarta-feira às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia nove de março de dois mil e cinco, na Sala 07, da Ala Sen Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, presente o Vice-Presidente Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **DEMÓSTENES TORRES**, **LEONEL PAVAN**, **HERÁCLITO FORTES**, **RAMEZ TEBET**, **SIBÁ MACHADO**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **OSMAR DIAS**, **PEDRO SIMON**, **FLEXA RIBEIRO**, **AELTON FREITAS**, **GÉRSO CAMATA**, **ANA JÚLIA CAREPA**, **ARTHUR VIRGÍLIO** e **LÚCIA VÂNIA**. O Presidente, Sen. **Sérgio Guerra**, propõe a dispensa da leitura da Ata anterior que é aprovada. Fala sobre o interesse do Ministério da Agricultura, na comissão e que esta representa pre-

sença relevante no sistema agrícola. Sugere audiências públicas para apresentação de problemas e debates sobre infra-estrutura. Foram colocados em votação e aprovados os Requerimentos N° 1 (**SÉRGIO GUERRA**) e N° 2 (**ANA JÚLIA CAREPA**) respectivamente, convidando os Ministros da Agricultura e Reforma Agrária, ROBERTO RODRIGUES e do Desenvolvimento Agrário, MIGUEL ROSSETTO para a CRA com 14 votos favoráveis cada um. Fizeram o uso da palavra os Senadores: **Ramez Tebet** – parabenizando a criação da CRA e se colocando a disposição como assíduo representante para defender assuntos da comissão. **Sibá Machado** – trabalhará em prol da Comissão de forma propositiva e sugestiva. Sugere criação de uma subcomissão para atender Agricultura Familiar e alerta sobre descentralização de produção. **Antônio Carlos Valadares** – sugere criação de uma subcomissão para acompanhamento do trabalho rural e endividamento. **Osmar Dias** – elogia o Requerimento que convida o Ministro Roberto Rodrigues e alerta sobre a importância do tema. Fala sobre o problema da soja, e demais produtos agrícolas, que se faz perder. Cita a proposição que encaminhará ao Governo Federal que favorece a agricultura e que enviará à Comissão, Requerimento para que seja convidado o Ministro da Fazenda, Antonio Polucci. **Pedro Simon** – elogia o Sen Osmar Dias “que, com certeza, seu trabalho será de extrema importância na CRA por ser conhecedor do assunto”. **Flexa Ribeiro** – parabeniza a Presidência e o Vice-Presidente da Comissão e elogia o Requerimento que convida o Ministro da Agricultura, por todos os motivos já expostos pelo colega. Diz que uma das suas preocupações é sobre Balança Comercial. **Aelton Freitas** – parabeniza a Presidência da Comissão e diz que defenderá os assuntos da CRA pois sabe das dificuldades que o sistema agrícola vem enfrentando. Ressalta que a Reforma Agrária será um grande desafio. **Flávio Arns** – se coloca favorável ao Requerimento que convida o Ministro. **Gerson Camata** – elogia o Requerimento para a presença do Ministro da Agricultura. **Ana Júlia Carepa** – propõe ouvir o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Aprovado. **Flexa Ribeiro** – faz uso da palavra para sugerir nome de outras autoridades. **Arthur Virgílio** faz uso da palavra também para sugestão de nomes de autoridades. **Lúcia Vânia** – ressalta sua opinião sobre a presença das autoridades citadas e adianta que enviará Requerimento convidando o Ministro da Integração Regional. O Presidente incumbe a Senadora **Ana Júlia Carepa** de fazer contatos com os Ministros, da Agricultura e Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, e demais nomes citados anteriormente, a que compareçam à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Nada

mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Havendo número regimental, declaro aberta a Segunda Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Em votação.

Os Srs. e as Sr^{as} Senadoras que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à definição de pauta de discussão de questões urgentes no que diz respeito às atribuições da nossa Comissão.

Ao longo desses últimos dez dias, fizemos uma série de consultas fora do ambiente do Senado, com várias instituições que têm interface bastante óbvia com o nosso trabalho. Comparecemos a um evento relevante do movimento dos agricultores de Goiás. Eu, como nordestino, fiquei bastante impressionado. E ao mesmo tempo que preocupado, porque senti a força da agricultura dessas áreas. Gente ali que não era aparentemente rica e nem tampouco parecia pobre, mas um grupo de dez mil pessoas que participavam de uma reunião com bastante identificação, muita força. Havia algumas dezenas de Deputados Federais, vários Senadores, quatro Governadores. Fiquei rigorosamente impressionado com a pauta, a qualidade e a força desses movimentos. E penso nas nossas áreas do Nordeste brasileiro, nas quais agricultores só se reúnem muitas vezes para confissões de pobreza extrema e de falta de esperança. Mas o Brasil é assim mesmo. A gente tem que entender isso e tem que encarar que para cada estágio e cada situação há problemas e a necessidade de trabalharmos de forma ampla.

Ao longo dessa semana, conversei bastante na Confederação Nacional da Agricultura, pedi uma reunião com a Contag, conversei com várias instituições que nos procuraram, com técnicos de reconhecida competência no campo da agricultura brasileira. E fomos de alguma maneira informados do interesse do Ministro da Agricultura de iniciar o nosso trabalho, com o qual ele deseja contribuir, com uma discussão da qual ele participasse. Conversei com algumas pessoas, ouvi

alguns companheiros e fiz um requerimento, que vou submeter à aprovação de vocês.

Mas o que penso fazer, o que estava pensando em discutir aqui hoje era basicamente definir algumas linhas gerais e algumas providências imediatas. Primeiro, é preciso fazer esta Comissão ter vida para que ela possa ter comparecimento, participação e resultados. Isso só se faz com trabalho conjunto. Não adianta um esforço olímpico meu ou de qualquer um de vocês, e não será bem-sucedido se não for conjunto de certo grupo que tenha responsabilidade e foco nessa área.

Segundo, fiquei absolutamente surpreendido com o grau de interesse da Comissão fora do Congresso. Acho que Presidente de Comissão, eu sei, na Câmara já trabalhei nisso, mas eles são reconhecidos externamente. Alguns de vocês foram, com certeza, Deputados Federais, e aqui vários já foram Presidentes de Comissão. Na verdade, Presidente de Comissão do Senado tem uma capacidade de representação muito forte. E, especialmente, acho que numa área como essa, de agricultores do campo brasileiro, a gente pode dar uma presença relevante à Comissão na vida agrícola do País, do Senado, que representamos, e penso que é necessário isso, é absolutamente necessário. Concordamos que se há um peso real da parte rural brasileiro, esse peso não tem a devida compensação política. Instituições e pedaços do Brasil pesam muito mais nas decisões do que esse aqui. Por exemplo, o sistema financeiro, outras estruturas brasileiras falam muito mais alto do que fala, de maneira desproporcionalmente inferior, o sistema agrícola do País. Da mesma maneira que alimenta esse sistema, uma parcela grande da comunicação pública, muito mais na crise do que nos bons resultados, especialmente no campo da questão fundiária, a questão rural brasileira ocupa um pedaço grande da divulgação do País. Nos últimos anos, a importância do agronegócio passou a ser também relevante na discussão pública, pelo menos da grande imprensa, do tema do Brasil, no seu conjunto.

A conversa com o Ministro Roberto Rodrigues será bastante ilustrativa e importante para nós, porque é um Ministro da área, visivelmente tem dificuldade de fazer valer os seus pontos de vista. Parece-me que tem uma área de reconhecimento bastante significativa no setor rural brasileiro. Ele não está descolado dos produtores. É uma pessoa que tem relação com eles, imagino. Posso estar dizendo bobagem, porque não sou um especialista, mas tem a confiança de muitos deles.

A única vez que ouvi falar foi aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Ramez, e ele fez uma bela, senão uma das melhores apresentações que já ouvi aqui. Ele entende que

fazermos funcionar a Comissão – disse-me isso em Goiás, disse-me por telefone – é fundamental para que o trabalho dele possa ter apoio, consistência, como todos desejamos.

Pelo que entendi, fiz uma rápida leitura das notas da primeira reunião que fizemos aqui – aquela que nos formalizou –, e surgiram muitas questões emergentes, questões urgentes; que essa palavra do Ministro fosse, em grande parte, focada nessas questões urgentes, embora não deslocada de questões de médio e longo prazo.

Discuti com a Assessoria e com algumas pessoas uma certa pauta. Primeiro, ouviríamos o Ministro da Agricultura e outras audiências que possam ter uma perspectiva de apresentação do problema a nós todos. Num segundo momento, discussão de temas concretos que vão surgindo e que são reais. Por exemplo, eu sempre foquei muito a questão de infra-estrutura. Os que me conhecem há mais tempo sabem disso: procurei levantar, junto às instituições, pessoas que têm conhecimento real de qual é o tamanho do gargalo da infra-estrutura, onde ele se dá, quanto custa, quais são os projetos que estão previstos para resolvê-los, qual a situação de cada um desses projetos, enfim, como o País, de maneira responsável, pode encarar a questão da infra-estrutura no interesse do sistema agrícola brasileiro.

Não enxergo nenhuma ação organizada nesse sentido. Por exemplo, na minha região, o Nordeste, há muito tempo que defendo uma ferrovia. Essa ferrovia é vital para um pedaço do Nordeste e para pedaço da agricultura moderna do Brasil. A prioridade nessa ferrovia, conseguimos com imensa dificuldade. O Ministério dos Transportes, na verdade, chegou nela com um atraso enorme.

Não fosse, no Governo passado, a ação do Vice-Presidente Marco Maciel, que tinha interesse nisso e reunia Ministérios em torno dessa idéia, não fosse agora o compromisso assumido pelo Presidente da República, seguramente aquele projeto não tinha como andar. Ele está andando, mas não por uma decisão racional do País, de qualquer área que planejassem o Brasil, mas por conta de pressões que se foram estruturando.

Imagino que, se isso é verdade para uma ferrovia no Nordeste, deve ser verdade para dezenas e dezenas de situações em todo o lugar. E se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária tivesse uma consciência clara sobre o que é preciso fazer em matéria de infra-estrutura e fizesse dessa defesa, desse investimento na infra-estrutura, uma bandeira. Conheço o lado da infra-estrutura, acho que teríamos bons resultados; uma demanda que não fosse de um Governador, de agricultores setorializados, mas que fosse da Comis-

são, creio que ganharia enorme força e poderia, seguramente, produzir bons resultados concretos, até porque a infra-estrutura usa concreto sempre. Mas eu acho que era uma coisa que poderia ter um impacto, como muitas outras questões que vocês conhecem mais do que eu.

Mas a primeira proposição seria um requerimento nos seguintes termos:

Nós termos do art. 50 da Constituição, combinado com o art. 90 do Regimento Interno, requeiro seja convidado a comparecer a esta Comissão o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a fim de prestar esclarecimentos a respeito de matéria de sua área de competência, especialmente sobre conjuntura e perspectivas do agronegócio brasileiro. O presente requerimento visa, com a realização de audiência, a obtenção de informações sobre a estrutura e a organização do trabalho realizado pelo Ministério, no decorrer da atual gestão, assim como a apresentação da análise da conjuntura nacional e internacional do agronegócio e das suas perspectivas para os próximos anos.

Nesse escopo, essa audiência é de premente importância, uma vez que compete ao Ministério formular e implementar políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrar estratégias de mercado, fomentar avanços tecnológicos, organizacionais e ambientais para o atendimento aos consumidores, promoção de segurança alimentar, geração de emprego, renda, redução das desigualdades e inclusão social.

Destarte, ressalte-se que seria fundamental que o Sr. Ministro abordasse, entre outros, os seguintes tópicos:

Cursos de produção: notícias informam que se verificou um aumento expressivo de custo de produção em relação à safra passada, principalmente devidos aos fertilizantes, às sementes por uma parte, e às máquinas de outro lado.

Política cambial: o plantio realizado ao tempo em que se registrava uma taxa de câmbio média em torno de 3.10 por dólar e a venda da produção, por seu turno, com a taxa de em torno de 2.7 de dólar poderá causar severas perdas para todo o setor. Este fenômeno tem causado dificuldades para vários setores como, por exemplo, da produção de trigo.

Preços de commodities: a recomposição dos estoques mundiais de grãos e as perspectivas favoráveis para a produção no mundo indicam forte tendência de queda internacional dos preços.

Deficiências no financiamento da produção: no financiamento privado, há rumores de quebra do contrato em certas **commodities** e no financiamento público, reclamações de atraso em liberação de recur-

sos e manutenção dos limites de recursos financeiros por produtor têm intensificado os problemas de financiamento.

Protecionismo: subsídios e barreiras não tarifárias, os pesados subsídios de países desenvolvidos, a restrição a mercados para produtos brasileiros e a proibição de importação de produtos com a alegação sanitária, como ocorreu em vários episódios com a carne, indicam a necessidade de atuação firme do Ministério da Agricultura.

Problemas climáticos: a seca do Rio Grande do Sul, no oeste de Santa Catarina e no Paraná, o excesso de chuvas no Centro Oeste e a recorrente saga seca do Nordeste causam enormes perdas ao produtor brasileiro na safra atual.

Comercialização: a utilização de mercados de opções e o programa de escoamento da produção foram essenciais para a garantia da comercialização no final da década passada e início desta. Seria fundamental a análise atual da utilização desses mecanismos.

Seguro social, aprovado em 2003, do Senado Federal, não foi totalmente implementado na atual safra agrícola. Seria interessante discorrer sobre o motivo do atraso e perspectivas do instrumento para a próxima safra.

Biotecnologia: com a aprovação da recente Lei da Biossegurança na Câmara dos Deputados, a questão da inserção da produção de organismos geneticamente modificados e a sua dinâmica de comercialização e exportação tornam-se temas fundamentais para o debate deste fórum.

Pesquisa: é largamente reconhecida que a pesquisa agropecuária foi uma das mais importantes fontes para o crescimento da agropecuária nacional, fornecendo variedades e apresentando soluções para o plantio no cerrado. O Brasil poderia expandir a sua produção com baixa expansão de área plantada e ainda manter uma reserva de terras para plantio que nem outro país dispõe.

Infra-estrutura: sem dúvida, é um dos mais importantes gargalos enfrentados por produtores e exportadores. A falta de estradas, pontes e armazéns elevam o Custo/Brasil, a ponto de, se a situação não mudar, por em risco a competitividade do agronegócio brasileiro. Assim, além da abordagem e questões cruciais que afligem o receptor rural, o intuito da audiência é de esclarecer as medidas implementadas para estimular a geração de emprego, o aumento da produção agropecuária que é essencial para o equilíbrio da balança comercial brasileira e, conseqüentemente, para a estabilidade macroeconômica do País.

Esse é um descritivo bastante genérico e, ao mesmo tempo que pontual, e o próprio Ministério en-

tende que é relevante, para que pudéssemos fazer uma primeira reunião.

Eu queria consultar V. Ex^{as} sobre essa proposição.

Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Ex^a e o nosso Vice-Presidente. Não pude estar presente na nossa primeira reunião. Nesse ensejo, quero reafirmar que foi em boa hora que o Senado da República inseriu no seu Regimento Interno, portanto criou, e está instalada, a Comissão de Agricultura.

Era inacreditável imaginar que um país eminentemente agrícola como o Brasil e o Senado da República sem uma Comissão específica para tratar dos assuntos do campo. E ela veio numa hora de intensa inquietação no País, de intensa preocupação dos produtores agrícolas, dos pecuaristas de todo o País.

Eu tenho a honra, por exemplo, de entre Os Senadores Osmar Dias e Pedro Simon, do Estado do Rio Grande do Sul. No coração dele não cabe mais nada porque é todo ocupado pelo Estado do Rio Grande do Sul. E lá os problemas são graves e ele naturalmente vai abordar isso.

Osmar Dias foi até Secretário de Agricultura do

Estado do Paraná e ocupa, constantemente, a tribuna do Senado abordando os assuntos que afligem o agronegócio brasileiro. Agora nós estamos passando por situação verdadeiramente angustiante, eu diria, aflitivo. Os nossos produtores estão preocupados. Há problema de supersafra no mundo, é verdade. Há o problema que todos enfrentam e a cada ano, ora numa região, ora noutra, mas as questões climáticas afligem sempre e castigam o homem do campo. Eu diria que mais que o homem urbano, o homem que mora na cidade e que também é assolado, às vezes, por enchentes e por muitas catástrofes que são registradas.

No meu Estado, Mato Grosso do Sul, as reuniões se sucedem. As entidades de classe, os agricultores, os pecuaristas estão reunidos buscando uma solução porque estão enfrentando sérios prejuízos decorrentes dos infortúnios da natureza – e esses, não há como resolvê-los, mas também a exigirem uma política que possa estimulá-los a continuar nessa produção, no seu trabalho.

Veja que esse assunto tem que ser muito bem considerado porque nós todos sabemos o quanto o campo contribui, pois 37% dos empregos gerados no Brasil são gerados na área rural. Esse famoso superávit da balança comercial de pagamento tem origem no agronegócio e não pode haver desestímulo no campo. Há que haver uma mobilização. Acredito eu que uma maior conscientização da própria classe produtora

porque, no meio disso tudo, existe a probabilidade de estarem funcionando os grandes cartéis. Existe essa possibilidade, e os pecuaristas, por exemplo, temem-na. Em verdade, temos de dar uma resposta à sociedade: se há uma queda de preço dos produtos agrícolas, por que não baixa o preço os consumidores? Há que se adotar uma medida.

Sr. Presidente, eu, que estou comparecendo a esta Comissão pela primeira vez – também não sou faltoso, porque só faltei à primeira reunião –, quero ser, como representante do Estado do Mato Grosso do Sul, um assíduo defensor da nossa classe. E nada melhor do que defendê-la no âmbito da nossa Comissão.

E ela começa bem com esse requerimento que V. Ex^a apresenta. V. Ex^a pretende convidar – e ele está disposto a vir, segundo as palavras de V. Ex^a e pelo que conhecemos dele – o Ministro Roberto Rodrigues a comparecer ao Senado da República para termos uma conversa franca. S. Ex^a se entende bem com a classe produtora, de sorte que vejo com bons olhos a iniciativa.

Estou dizendo a V. Ex^a que serei assíduo, mas, às vezes, o peixe morre pela boca. Tenho que me retirar, mas quero deixar registrado o meu voto favorável ao requerimento de autoria de V. Ex^a, agourando que esta Comissão prestará, tenho certeza, relevantes serviços, não apenas ao Senado, mas ao Brasil.

Portanto, cumprimento V. Ex^a e o Vice-Presidente e saúdo todos os companheiros. Teremos muito trabalho pela frente, mas tenho a certeza de que seremos felizes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Agradeço as palavras do Senador Ramez Tebet.

Não tenho muita experiência, pois sou Senador de primeiro mandato. Seguramente, esse tema exigirá muito de nós todos; e não tenho a menor dúvida disso. A minha, a nossa disposição é trabalhar duramente. Já disse que não estamos interessados em refletores. Queremos fazer uma construção coletiva que, ao final, produza resultados, de forma que possamos justificar o papel do Senado, através desta Comissão, no cenário da agricultura e da pecuária brasileiros. Sei que questões dessa área precisam ser vocalizadas, estruturadas. Aqui, há gente como o Senador Ramez, que tem competência para nos ajudar a fazer isso.

Ouviremos o Senador Sibá Machado, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero destinar minha concordância total com o requerimento de V. Ex^a. Acredito que a instalação desta Comissão, assim com a Comissão de Desenvolvimento Regional, é o resultado

idéias muito bem pensadas para a atual conjuntura do País. Inclusive, creio que era uma dívida do Senado Federal para com esses setores.

Acompanhei a instalação da outra Comissão que já começou de pé firme. Não pude participar, mas houve a primeira audiência, com a presença do Ministro Ciro Gomes. Muitos temas estão na ordem do dia, como a transposição das águas do rio São Francisco, construção de grandes hidrelétricas na Amazônia, transmissões, interligação nacional do sistema elétrico e assim por diante.

Eu queria fazer a primeira observação: como esta Comissão trata da agricultura e da reforma agrária, imediatamente somos tragados pela força da opinião pública e pela conjuntura que o campo tem trazido. De um lado, estes números positivos de que todos são conhecedores e, de outro, a pauta mais complicada dos conflitos sociais.

Acredito – essa é uma preocupação minha – que sou visto como uma pessoa muito ligada a essa parte do conflito. Mas deixo muito claro para V. Ex^a e para os nossos colegas que gosto muito de trabalhar com a propositiva. A parte da negativa é apenas temporária, ocasional e não deve ser transformada em permanente, como objetivo de trabalho.

Nesse caso, estou apresentando requerimento a V. Ex^a, para apreciação de todos, a fim de que pensemos em uma Subcomissão que trate mais da pequena produção familiar, não da parte do conflito, mas da contribuição que ela dá à economia brasileira.

Quando trabalhamos esse setor e a produção como um todo, trabalhamos sempre o foco da economia em si e do conflito social. Quando se fala dessa relação nas cidades, não existe aí imbuído o problema da propriedade. A pauta é a menor sobrecarga dos encargos financeiros, da folha de pagamento, melhores condições de trabalho ou algo parecido, geração de mais oportunidades de trabalho. No entanto, quando vamos para o campo, levamos essas demandas e outra, a mais complexa de todas: o papel da propriedade.

Deixo muito claro que minha participação nesta Comissão é no sentido de trabalharmos muito mais quais são as sugestões que podemos levar para contribuir com a propositiva desse setor. A Subcomissão que estou sugerindo teria que trabalhar isto: metodologia de um ensino básico, com currículo diferenciado para o campo, a infra-estrutura, o crédito, etc.

Aproveito a minha experiência como Senador nesta Casa para estudar um pouco isso e tentar resgatar os conceitos geográficos que aprendi na minha graduação, a fim de transformar esse conhecimento em algo que solucione o problema, que considero real do pequeno produtor familiar.

Uma fase é esta: a luta pela terra. Nossa Comissão não precisa tratar do conflito da terra. Quando houver uma demanda ocasional, trataremos sobre isso. Devemos trabalhar muito mais esse arcabouço do setor de produção.

A pergunta que todos fazem, no Brasil, é a descentralização das condições de produção e crescimento.

Finalizo, fazendo uma comparação para V. Ex^a. Visitei a região de Ribeirão Preto, em São Paulo. Em uma visita à Alemanha, saí convencido do que vou dizer: para mim, a Alemanha foi o último país da Europa a resolver seu problema feudal e entrou por último no novo sistema. Aquele país protagonizou duas guerras mundiais e, apesar disso tudo, lidera, hoje, um dos blocos econômicos mais forte do mundo. Eu me perguntava: como eles conseguiram tudo isso? Visitando o país, vi que uma das ações foi a descentralização dos parques industriais, da ciência – as grandes universidades não estão fechadas num canto –, e, principalmente, a interligação total do país por um sistema de transporte. Esses foram os pontos que observei.

Quando cheguei em Ribeirão Preto, vi uma cadeia de indústrias, serviços, rede de ensino e tantas coisas que se completam. Portanto, há regiões, no Estado de São Paulo, que não dependem, exclusivamente, da capital, mas que são verdadeiros pólos.

Estou dizendo tudo isso, pois é o meu sonho. Sem a descentralização dessas oportunidades, não consigo entender, compreender e acreditar que tenhamos um desenvolvimento equilibrado.

Portanto, esta Comissão teria esse papel vital, como também em uma relação com essa outra, que é a Comissão de Desenvolvimento Regional, visto que boa parte dos Srs. Senadores, o Presidente desta Comissão e o Presidente da CDR são da região Nordeste. Não consigo acreditar que o modelo de desenvolvimento de extrema concentração possa dar respostas para o Brasil.

Nesse caso, felicito mais uma vez V. Ex^a pela Presidência desta Comissão e me coloco, dentro de minhas parcas condições, para ajudar naquilo que for possível.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– A proposição feita por V. Ex^a, com relação à criação de uma Subcomissão para cuidar da questão da agricultura familiar, deveria ser formalizada a esta Mesa.

Efetivamente, a orientação que V. Ex^a desenhou, em linhas muito gerais, sobre a questão do conflito e de nossa atitude, para mim também faz sentido. Há uma Comissão Parlamentar de Inquérito já instalada, cuidando desse assunto, dos conflitos, e não deveria ser esse o nosso teatro. Não podemos nos omitir em

algumas situações, mas efetivamente não é nosso foco. Nosso foco deverá ser propositivo positivo, como V. Ex^a falou, e entender, compreender, propor, esse é nosso limite. Fazer não será nossa tarefa, mas, evidentemente, temos que balancear nossa atividade para que ela seja cumprida dos dois lados: na perspectiva da agricultura organizada, da agricultura quase empresarial, ou empresarial, e na outra perspectiva, na agricultura de família, familiar, que, por exemplo, tem a hegemonia completa em áreas como as que represento – Nordeste, Pernambuco, etc. –, em que há algumas áreas de plantação, de agricultura, até de monocultura, e depois há uma imensidão de terras que estão ali distribuídas nem sei como, muitas vezes muito mal distribuídas, mas sempre distribuídas na perspectiva de que pequenas famílias se sustentem, o que normalmente não acontece.

Em minha área, em minha região, os programas de reforma agrária de assentamentos não são bem resolvidos; distribui-se a terra, mas não se consegue, em grande parte, gerar renda para auto-sustentação dos que têm acesso à terra. Penso que é uma situação extremamente difícil e, para evitar o conflito, temos que trabalhar a solução, ou seja, para não trabalharmos apenas atrás dos conflitos, como tem sido a regra. Mas quero saudar a palavra do Senador e consultar apenas se concordaria com a convocação do Ministro da Agricultura como primeira audiência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade, para, em primeiro lugar, felicitar V. Ex^a por esta iniciativa da apresentação do requerimento, convocando o Ministro da Agricultura. Nessa audiência pública, poderemos debater com S. Ex^a, inclusive, o problema do endividamento rural. Mas eu queria sugerir a V. Ex^a que fosse instalada aqui, nesta Comissão, uma Subcomissão, um grupo de trabalho de acompanhamento permanente do processo de endividamento rural, porque freqüentemente escutamos, ou lemos na imprensa, ou ouvimos mesmo discursos que são proferidos tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, sobre endividamento rural, afirmando que nunca se chega a um final feliz. Sabemos que algumas dívidas foram superdimensionadas ou engordadas com planos econômicos, e não houve um desconto, um cuidado para equilibrar essa dívida e colocá-la dentro de um quadro de realidade do Brasil. Então, eu queria aproveitar essa oportunidade, porque, todos os anos,

baixa-se uma medida provisória e se diz, nos “finalmente”, que o endividamento rural foi resolvido. No próximo ano, surgem novos problemas, e nada, e a nenhuma conclusão se chega. Então, eu queria sugerir a V. Ex^a que se montasse aqui um grupo de trabalho de Senadores interessados nessa matéria, ou mesmo uma Subcomissão de acompanhamento, porque toda vez que surgisse uma medida provisória ou alguma matéria do Governo relacionada com esse assunto, com essa matéria, esse grupo pudesse trabalhar em cima, para, quem sabe, contribuir para a solução desse problema grave, permanente, que é um verdadeiro cancro para o desenvolvimento do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Agradeço as palavras do Senador Valadares e, pelo que eu entendo, seria o caso de ter na Comissão mecanismo adequado para o acompanhamento de endividamento rural ao longo de todo o ano. Eu vou consultar a Assessoria e ver como isso pode ser feito. Senador Osmar Dias, por favor, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, também quero mais uma vez cumprimentar V. Ex^{as} e dizer da alegria de estar aqui na Comissão de Agricultura. É uma proposta de 14 anos feita pelo Senador Pedro Simon e de oito anos feita por mim. Fizemos juntos outra vez, mas prevalece a precedência e nós tivemos a aprovação desses projetos, Senador Pedro Simon, que é importante para que possamos aprofundar os debates sobre esse segmento importante da economia brasileira. Sobre a convocação do Ministro, ela é muito oportuna e não tem forma melhor de iniciarmos efetivamente os trabalhos da Comissão de Agricultura do que ouvindo o Ministro Roberto Rodrigues, que é um homem que conhece muito a agricultura brasileira, o cooperativismo, já foi residente da Aliança Internacional das Cooperativas do mundo inteiro, é um homem respeitado, portanto, do mundo e que pode trazer aqui, informações importantes e, no debate, levar daqui sugestões importantes para implementação de políticas públicas que possam melhorar o desempenho da nossa agricultura ainda mais. Nós instalamos a Comissão, infelizmente, num momento que a agricultura atravessa um momento difícil. Nós sabemos que a soja tem um problema sério de perda de safra em todos os Estados do Sul, mas não só a soja. Estamos perdendo milho, soja, arroz, perdemos o trigo com a estiagem do ano passado e o Rio Grande do Sul, Estado do Senador Pedro Simon, deve contabilizar uma perda próxima de 40% das lavouras de verão, um prejuízo acima de 2 bilhões e 515 mil reais pro Estado do Rio Grande do Sul, que pode chegar à metade disso para o Estado do Paraná. De fato é sig-

nificativo esse prejuízo. Tanto é que na região sudoeste do Paraná, o Governo do Estado acaba de decretar estado de calamidade pública. É claro que isso terá consequência porque lá, as populações rurais já não têm mais água sequer para o consumo humano. Elas têm que se deslocar para buscar água. Isso é um fato inédito no Paraná, porque é um Estado bem servido por fonte de água e nós nunca tivemos isso ocorrendo, com uma estiagem tão prolongada, numa região produtora de pequenos produtores e mini-produtores. Aliás, produtores numa maioria que vieram do Rio Grande do Sul para o sudoeste e oeste do Paraná e que estão amargando prejuízos enormes. Preciso discutir como o Governo Federal, e isso o Ministro poderá analisar com a Comissão, quais adotar medidas adotar no sentido de amenizar o drama daqueles produtores. É claro que o Governo não pode sair por aí distribuindo dinheiro. Mas não é isso que estamos solicitando. Eu estou encaminhando um elenco de propostas ao Governo Federal que podem amenizar a situação dos agricultores. Entre elas os recursos para a comercialização que não são recursos a fundo perdido e sim financiamento RGF/AGF e que, colocados à disposição do mercado, podem facilitar o escoamento de produção e, desta forma, os produtores não vão ficar endividados. O problema do trigo é urgente, porque o trigo que foi plantando na safra passada não foi comercializado na sua totalidade. Nós temos ainda 40% do trigo armazenado, ocupando armazéns que podem faltar para a cultura de verão e o Governo não pode ficar apenas como espectador desse problema. Tem que agir. E esta Comissão tem que cobrar do Ministro que está aqui talvez na semana que vem. Falei hoje pela manhã com o Ministro Roberto Rodrigues e disse que a Comissão estava formulando este requerimento na pessoa do Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Guerra. Ele ficou até satisfeito em poder vir aqui debater o assunto com os Senadores. Só para ilustrar o que eu estou dizendo em relação à estiagem, tem aqui uma manchete do jornal **Gazeta do Povo** de hoje, do Paraná que diz: “Cenário sombrio da agricultura atinge setor de máquinas agrícolas.” Está sendo grande a repercussão quanto à quebra de safra na Região Sul. No que tange à soja, por exemplo, cuja previsão inicial era de 63 milhões de toneladas, a safra hoje é de 53 milhões de toneladas – uma quebra de 10 milhões. A safra total do Brasil deve cair em torno de 13 milhões de toneladas em relação à previsão inicial. Então, não se espera mais aquele volume de produção de 132 milhões, podendo-se atingir aproximadamente 120 milhões no máximo, o que significa redução também na balança comercial.

Fiz um exercício que demonstra que, se tomarmos como exemplo os cinco maiores produtos da exportação agrícola em razão do preço – já que plantamos com o dólar a R\$3,00 e estamos colhendo com o dólar a R\$2,65 –, o mesmo volume exportado representaria 48% de recursos a menos na balança comercial. Os cinco produtos exportados no ano passado totalizaram US\$31,8 bilhões. Se tomarmos o mesmo volume exportado e fizermos a conta, utilizando o preço das **commodities** de hoje, chegaremos a R\$17 bilhões. Trata-se, portanto, de uma queda vertical dos preços no mercado internacional, que terá impacto na economia brasileira.

Esse impacto já começa a ocorrer e, para encerrar, explicarei rapidamente a situação. A **New Holland**, fabricante de máquinas agrícolas instalada na cidade industrial de Curitiba, já apurou uma queda na venda de 63% no bimestre, em comparação com o mesmo bimestre do ano passado. Desse modo, a **New Holland** vendeu 63% a menos de colheitadeiras em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. A quebra é brutal. Igualmente, a referida empresa já demitiu 520 funcionários de dezembro até este momento.

No Estado do Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon, em Santa Rosa, está a Massey Ferguson, que dispensou 500 empregados desde janeiro. A John (inaudível), também no Rio Grande do Sul, eliminou 560 postos de trabalho desde outubro. A Imasa, do mesmo Estado, demitiu 112 trabalhadores. A Jumil, de Batatais/SP, despediu 250 pessoas.

A Anfavea calcula que já foram dispensados 4.000 trabalhadores neste início de ano em virtude dessa quebra de safra. Não se vende mais nada e realmente o mercado de máquinas pára. Tal queda só não foi maior em razão do mercado internacional, ou seja, da exportação de máquinas. Senão, a demissão no setor de máquinas agrícolas teria sido ainda maior.

Esse fato ocorrerá fatalmente nos outros segmentos do agronegócio. Estão todas as **commodities** com os preços achatados e a carne é outro item da exportação que apresenta um preço muito defasado em relação à realidade dessa época, na média dos últimos dez anos.

Então, Sr. Presidente, temos um trabalho imenso pela frente. O convite ao Sr. Ministro é muito importante para que possamos debater e ter a oportunidade de sugerir ao Governo Federal a tomada de algumas medidas que não podem ser adiadas, sob pena de que tenhamos de discutir o endividamento da agricultura.

Podemos sair dessa crise sem endividar os produtores, realizando algumas alterações, por exemplo, nos financiamentos de investimentos, que precisam ter uma prorrogação de prazo e um parcelamento no

pagamento das dívidas de custeio. Tudo isso pode ser feito pelo Governo sem prejuízo, perdas ou inadimplências no setor. Senão, haverá endividamento, porque os produtores não estão colhendo o suficiente para pagar o custo de produção – e, evidentemente, não conseguirão pagar os seus financiamentos.

Portanto, cumprimento V. Ex^a pela iniciativa de convidar o Sr. Ministro para esse debate. Quiçá numa outra ocasião, possamos trazer o Ministro da Fazenda para discutir também essa falta de recursos – que insiste em ocorrer – para a comercialização, questão que me parece estar mais afeta à sua Pasta. O Ministro da Fazenda precisa resolver esse problema também e, talvez, ainda nesta semana, eu encaminhe requerimento a V. Ex^a fazendo-lhe o convite.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Agradeço a palavra do Senador Osmar Dias, pela qual ampliamos a convicção de que já temos da imensa capacidade de contribuição que S. Ex^a tem para um programa de uma Comissão de Agricultura que pretende verdadeiramente ser construtiva, positiva e produzir resultados.

Ouçó o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, primeiro, felicito V. Ex^a, e o Vice-Presidente. Fomos todos muitos felizes na escolha dos seus nomes, porque, pela competência e capacidade de V. Ex^{as}, temos a convicção de que a Comissão vai fazer um trabalho importante.

Como disse o Senador Osmar Dias, realmente lá se vão 14 anos da nossa primeira proposição, repetindo sempre. Só o Senador Osmar Dias, há oito anos, tem insistido na instalação desta Comissão, que é importante. Não consigo entender o motivo da sua demora, mas creio que é importante a instalação.

O requerimento de V. Ex^a convocando o Ministro é mais do que justificável. Repito o que disse o Senador Osmar Dias quanto à qualidade do Ministro. É um homem da maior competência, da maior seriedade, conhecedor profundo da matéria e, realmente, em condições de levá-la adiante. O Governo foi muito feliz ao escolher um nome acima das questões políticas, um nome ligado ao cooperativismo que pudesse realmente fazer o trabalho que vem fazendo.

Se o Senador Osmar Dias falou sobre a situação do Rio Grande do Sul, que vou dizer a S. Ex^a da situação do Paraná, que vou dizer da situação do Rio Grande do Sul? S. Ex^a, inclusive, já gentilmente lançou números e reconheceu a profunda gravidade que vive o Rio Grande do Sul. A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a qual tem à frente o Presidente Deputado Ronaldo Caiado, pediu-me que encaminhasse uma solicitação. A referida Comissão vai

ao Rio Grande do Sul, na segunda-feira próxima, mais precisamente à cidade de Passo Fundo, onde haverá uma reunião às dez horas da manhã, para debater e discutir esta matéria. Se V. Ex^a e alguns membros designados pela Comissão pudessem estar presentes, seria realmente muito importante, porque lá estará a Comissão da Assembléia Legislativa, a liderança dos trabalhadores e empresários, junto com a Comissão da Agricultura. O convite é feito agora a nós.

O Rio Grande do Sul vive realmente um instante dramático. As finanças do Rio Grande do Sul já viviam horas difíceis. O Governador já reconhecia as tremendas dificuldades em levar adiante um Estado que, entre o pagamento ao funcionalismo público e a dívida, gasta praticamente 92% de sua arrecadação. Além disso, a seca é a maior dos últimos 40 anos. Já estamos enfrentando o problema de falta de água para beber. A Primeira-Dama está lançando uma campanha de doação de água mineral, para que se faça o envio para os lugares que estão em situação crítica. O Rio Grande do Sul vive talvez um dos seus momentos mais tristes e difíceis. Concorro com o Senador Osmar Dias. Creio que o Governo faria uma atuação da mais alta competência se equacionasse os problemas agora, para não repetir aquilo que ficamos vivendo durante dez anos, ou seja, dívida, e mais dívida, e mais dívida e o Banco do Brasil executando e renovando, e renovando e, no fim, vira uma catástrofe. A dívida, que hoje é grave – é verdade –, pode ser equacionada agora com renovação, com forma, permitindo que os agricultores se reagrupem e vão adiante e, se pelo contrário, o Governo não acudir neste momento, não der apoio neste momento, vamos viver realmente horas muito difíceis não apenas no Rio Grande do Sul, mas também em Santa Catarina e no Paraná.

Agradeço a V. Ex^a. Vamos ter que discutir muito o assunto na Comissão de Agricultura e nesta Comissão. Deixo aqui o convite para que, se for possível, V. Ex^a atenda à solicitação que é minha e da Comissão da Câmara dos Deputados para uma reunião de debates, segunda-feira, às dez horas, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Pedro Simon, já consultei o Vice-Presidente, Senador Flávio Arns que se dispõe a comparecer em Passo Fundo.

Moro em Pernambuco, farei o possível para estar lá, mas não posso dizer hoje. Ouçó o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero começar minhas palavras parabenizando o Presidente Sérgio Guerra e o Vice-Presidente, Senador

Flávio Arns dizendo-lhes que é uma honra muito grande ser comandado, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por V. Ex^{as} e ter como companheiros os nobres Senadores. Tenho certeza absoluta de que faremos um trabalho em prol do Brasil e da continuidade do desenvolvimento, da melhoria e da qualidade de vida de todos os brasileiros.

Quero que as minhas primeiras palavras também sejam de aprovação do requerimento da vinda do Ministro da Agricultura e do Abastecimento Roberto Rodrigues, Ministro da melhor qualidade, reconhecido por todos pela sua competência, pela sua inteligência, pela forma brilhante com que desenvolve à frente do Ministério da Agricultura. Seu trabalho é reconhecido por todos, não só nacionalmente como internacionalmente.

Realmente, é um Ministro que conhece o **mêtier** e o trabalho que desenvolve à frente do Ministério da Agricultura. O nosso Presidente, Senador Sérgio Guerra, no requerimento que fez convidando o Ministro Roberto Rodrigues para vir até a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, elencou todos os motivos que haveria para a vinda do Ministro até esta Comissão.

Quero apenas, Senador Sérgio Guerra, dizer que a agricultura como as demais áreas produtivas da Nação estão todas envolvidas naquilo que V. Ex^a elencou na infra-estrutura. Não há como produzir neste país sem termos uma infra-estrutura que seja no mínimo a necessária para escoar aquilo que seja produzido.

Tivemos, lamentavelmente, que tecer láureas para uma produção no ano passado que não atingisse uma meta que fosse superior à capacidade de escoar a produção efetiva, porque, se fosse maior do que a do ano passado, teríamos perdido ou o produtor não teria como escoar aquilo que fosse produzido, as estradas não comportariam o escoamento, tal o congestionamento de caminhões. Isso foi mostrado pela mídia para todo o Brasil, grande filas de caminhões para os portos de Paranaguá e do Brasil, problema causado pela falta exatamente da famigerada infra-estrutura a que V. Ex^a fez referência.

Gostaria que pudéssemos discutir a questão da infra-estrutura na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e que pudéssemos discutir não só a questão ferroviária, como V. Ex^a colocou de que no Governo passado, se não fosse o Vice-Presidente Marco Maciel tomar isso com vigor, não haveria uma ação ou uma vontade política de se levar a frente esse movimento, que é tão importante como outro modal de transporte, o hidroviário, cuja implantação definitiva, lamentavelmente, ainda não foi interessada por nenhum Governo.

Lamentavelmente, o Senador Ramez Tebet não está mais presente, senão ele poderia, de corpo pre-

sente, dizer que a safra de Mato Grosso, a fronteira agrícola passada, estaria prejudicada, em sua grande maioria, por não poder a produção ser tirada de forma mais barata, talvez a US\$30,00 a tonelada, tendo que ser exportada a US\$70,00 a tonelada pelo porto de Paranaguá, e não pelo porto de Barcarena, ou pelo de Itacoatiara, como já se faz, pela Madeira-Mamoré, de forma ainda não totalmente correta, pela hidrovía.

Acho que esta Comissão poderia trazer os exemplos exitosos do exterior. O próprio Senador Sibá fez referência à questão da reforma agrária. Até hoje, a reforma agrária que tentam fazer no Brasil não é correta. Não sei se em 1999 ou em 2001 tentaram implantar o PDS, o Programa de Desenvolvimento Social, em que a área deixou de ser entregue como propriedade ao colono, e passou a ser entregue como uma concessão – isso é feito há muito tempo.

Na Malásia, há mais de 30 anos, a terra não é dada ao colono, ela é concedida ao colono. E estão lá lotes de 4 hectares dando uma renda familiar em torno de US\$120,00.

Acho, e gostaria que isso fosse estudado pela Assessoria da Comissão, que nós poderíamos trazer para cá exemplos de reformas agrárias que foram implantadas no exterior com êxito, e que poderiam ser transportadas, evidentemente com adequação, para o nosso País, e, aqui, sim, transformadas.

A reforma agrária feita na Malásia custou US\$25 mil por família. A nossa custa em torno de US\$45 mil e o assentado não tem tecnologia, não tem semente, não tem atendimento nenhum. São US\$45 mil jogados fora pela sociedade brasileira.

Acho que essa é, sim, uma missão da maior importância desta Comissão: saber por que razão lá fora US\$25 mil rendem US\$120,00, e, no Brasil, US\$45 mil só geram conflito e morte no campo. Essa é uma sugestão que eu gostaria de fazer ao Presidente, Senador Sérgio Guerra.

O outro assunto, Senador, que não pode estar desmembrado dos assuntos desta Comissão – eu gostaria que V. Ex^a fizesse um estudo disso também – é a questão ambiental. A agricultura não pode estar dissociada da questão ambiental. Não há como fazer avançar a agricultura sem que essa questão esteja envolvida. E só haverá avanço na agricultura se houver o Zoneamento Econômico e Ecológico da Nação brasileira.

O Governador Simão Jatene, de forma corajosa, encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado do Pará, há 15 dias, o macrozoneamento do Estado, em que áreas serão totalmente preservadas, outras áreas serão parcialmente preservadas, serão áreas de ex-

trativismo, e outras áreas serão totalmente utilizadas, ou seja, serão usadas de forma intensiva.

Com isso, o Estado do Pará poderá ser economicamente possível de ser administrado. A questão ambiental não pode estar dissociada das questões do financiamento, da tecnologia e da infra-estrutura, para que a agricultura possa continuar ajudando o Brasil.

O Senador Osmar Dias fez aqui um relato, que é verdadeiro, do problema por que passam os agricultores. Eu não sou agricultor, não tenho nenhuma ligação com o setor agrícola, mas acompanho pelos jornais e sei que este ano eles estão passando sérias dificuldades no Sul do País, não só devido à seca, como pela queda dos preços das **commodities**. Ainda hoje, no **Bom Dia Brasil**, se fez uma referência que lastimo que a mídia faça, preocupado único e exclusivamente com a balança comercial, que a queda que ocorre nas **commodities** agrícolas será compensada por excesso com aumento que ocorrerá nas **commodities** minerais. Só o minério de ferro teve um aumento de 71% na **commodity** internacional. Quer dizer, o que haverá de aumento na balança comercial pela exportação dos minérios de ferro, de cobre, do níquel e de outros minerais suplantará a queda que ocorrerá na safra agrícola. Então só estamos pensando na balança comercial, nos brasileiros não estamos pensando, nos produtores não estamos pensando, nas dívidas que serão acumuladas por essas quebras, não estamos pensando também.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Vou passar a palavra do Senador Aelton Freitas, mas antes, eu gostaria de dizer que concordo com a sua opinião, concordamos com ela. Essa interface da Comissão com a área internacional vamos planejar, e acho que será de imensa utilidade termos um conhecimento mais vasto, comparado com situações internacionais que possam contribuir com nossa lucidez.

No mais, seus comentários, todos pertinentes, e que, por exemplo, vão nos levar a uma colaboração com a Comissão que cuida do meio ambiente assim como teremos, seguramente, que ter uma colaboração estreita com a Comissão presidida pelo Senador Heráclito Fortes, que cuida da infra-estrutura.

Temos que pensar um pouco mais e nos organizar para que possamos fazer um projeto consistente, dar um começo, meio e fim ao que estamos pensando em fazer que é, necessariamente, muita coisa.

Senador Aelton Freitas, logo a seguir, o Senador Gerson Camata.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, Sr. Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, como engenhei-

ro agrônomo que sou com muita honra e com a preocupação que tínhamos de esta Casa até não ter uma Comissão específica para a agricultura, e sim nossos assuntos estarem inseridos na Comissão de Assuntos sociais, tivemos a oportunidade de participar, sugerir e aprovar o ofício do Senador Pedro Simon, por ser o mais velho da Casa, juntamente com o projeto dos Senadores Aelton, Jonas Pinheiro e Osmar Dias, e criar esta Comissão.

Parabenizo-o por estar assumindo o seu primeiro mandato, sendo o primeiro Presidente da história da Comissão de Agricultura, juntamente com o Senador Flávio Arns, estamos aqui para somar com V. Ex^a, para defender o produtor rural, nosso segmento que, com todo o sacrifício, tem sido o sustentáculo do desenvolvimento e do superávit do País, apesar do desprezo com que tem sido tratado. Quando se compara o setor produtivo com o econômico temos ficado à mercê, e isso tem nos preocupado muito.

Acho que esta Comissão terá um trabalho brilhante, muito importante. Quero parabenizá-lo por convidar o Ministro Roberto Rodrigues para um debate nos próximos encontros aqui na Comissão. Estamos de braços abertos, com muita satisfação em poder participar desta Comissão junto com V. Ex^{as}.

Um outro assunto que teremos que colocar em pauta é a reforma agrária, porque hoje, nós que somos do interior, principalmente de Minas Gerais, podemos dizer que não está valendo à pena ser mini e pequeno produtor, esquecidos em todos os sentidos, porque o foco do Governo para a agricultura está voltado para a desapropriação e o assentamento, que, na realidade, também não está acontecendo, estão criando favelas rurais. Mas hoje, muitos dos mini e pequenos produtores estão totalmente desmotivados. Eu já presenciei muitos venderem as migalhas que tinham e irem para debaixo de um barraco na expectativa de ganhar outro, porque não há o menor incentivo, e quando têm acesso a um agente financeiro, eles precisam dar a propriedade da sua família como garantia num negócio de risco, que é a lavoura.

Acredito que temos que começar a buscar, a partir desse ano, no que tange ao Proagro, o seguro, a garantia daquela lavoura para não correremos o risco do que ocorre hoje, como o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, produtores com a perda total de suas lavouras. Quer dizer, acontecendo isso uma região que sempre foi alavanca da produção e geração de emprego e renda.

Sabemos da nossa responsabilidade e do tanto de trabalho que vamos ter pela frente, mas o encaramos da maneira que V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, vem assumindo desde a primeira reunião. Estamos

aqui para fazer desta comissão uma das mais importantes da Casa. A nossa missão será uma das maiores, porque é um desafio muito grande e o País tem muita esperança nesta comissão e no nosso trabalho.

Parabéns.

Estamos aqui para somar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– A palavra do Senador Aelton Freitas é de estímulo ao conjunto do nosso trabalho.

Cada Senador faz referência à situação do Estado que representa e percebo que essas situações guardam consistência. Apesar da enorme diversidade do campo brasileiro, há uma estranha consistência entre os diversos pedaços dessa agricultura nacional, especialmente no que se refere à falta de apoio, à falta de reconhecimento do seu papel e a problemas gerais, como de infra-estrutura e de crédito que são comuns a todos. Esses problemas assumem várias formas, mas são sempre permanentes.

Eu gostaria de ouvir o Senador Flávio Arns, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar, também parabeno V. Ex^a pela condução ao cargo de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que, como já foi dito por todos, é essencial para o Brasil. V. Ex^a tem uma história de compromisso com os destinos do Brasil, de liderança importante, de idéias, de esforço. V. Ex^a já demonstrou isso com todos os contatos que foram feitos no decorrer desta semana, para que isso já pudesse subsidiar os trabalhos desta comissão, mas, principalmente, com o espírito que V. Ex^a colocou em relação à condução dos trabalhos: a co-responsabilidade e a solidariedade. Juntos, por meio desse esforço coordenado da Presidência, da Vice-Presidência e de todos os membros, transformaremos esta Comissão realmente numa referência para o Brasil.

Eu diria também que a interface com os outros setores é fundamental. V. Ex^a mencionou isso, assim como os outros colegas Senadores. É fundamental a interface com a Fazenda, com a Infra-estrutura, com o Meio Ambiente. De fato, essa discussão vem acontecendo de forma intensa no Brasil, muitas vezes com dificuldades. Então, esta comissão pode ser também um local de diálogo, de encontro, de apresentação dos posicionamentos, a fim de que, com isso, possamos chegar a conclusões adequadas para a área.

Sr. Presidente, também me posiciono favoravelmente ao convite ao Ministro da Agricultura. Entretanto, além da importância da presença do Ministro da Agricultura, para delinear todo o quadro da área, com enfoque nos problemas que o Brasil vem enfrentando, particularmente na região Sul e no Nordeste, com as

chuvas, enfatizo também que considero importante, na sequência, convidarmos o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Reforma Agrária, Miguel Rosseto, para que S. Ex^a possa vir a esta comissão, dialogar com a comissão a respeito das prioridades daquele Ministério. Assim, estaríamos trazendo os dois Ministérios. Não existem conflitos entre os dois. Temos de pensar sempre neste sentido: a agricultura familiar e o grande negócio são fundamentais para o Brasil. Os dois têm desafios e temos de nos debruçar em relação ao enfrentamento desses desafios, seja em que área for, porque todos são importantes para o País. Então, sugiro a V. Ex^a que, na sequência, também aprovássemos um requerimento de convocação do Ministro Miguel Rosseto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Comunico ao Senador Flávio Arns que já existe, na Mesa, um requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, para convocação do Ministro do Desenvolvimento Agrário e Reforma Agrária. Penso que esta Comissão tem a maior boa vontade e todo o interesse em ouvi-lo. Talvez pudéssemos até submeter esse requerimento à votação hoje. Já que aprovamos o requerimento convocando o Ministro Roberto Rodrigues, e convidaríamos também - em dias diferentes, são temas muito largos, muito grandes – o Ministro Miguel Rosseto.

Eu pediria ao Senador Flávio e à Senadora Ana Júlia que fizessem contatos no sentido de confirmar a presença do Ministro, porque já temos contatos feitos na área do Ministério da Agricultura. Mas, poderia ser mais adequado que esses contatos fossem feitos pela Senadora Ana Júlia e Flávio Arns.

Eu gostaria de esperar mais alguns minutos, pois o Senador Gerson Camata...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria apenas de tirar uma dúvida. V. Ex^a vai submeter algum requerimento? É que tenho duas pessoas em meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Sobre o requerimento de V. Ex^a sobre a Subcomissão, ainda terei uma conversa com o Vice-Presidente e com a nossa Assessoria Técnica, para dar um pouco mais de organização à sua proposta.

Sou absolutamente favorável. Vamos aprová-la na próxima reunião.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sem problemas, Sr. Presidente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sérgio Guerra, Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, Sr^{as} e Srs Senadores, primeiramente, eu gostaria de registrar aqui, se V. Ex^a me permite, a presença do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio,

ilustrando com muito orgulho e satisfação para nós essa reunião da Comissão.

Veja V. Ex^a, Sr. Presidente, que a diversidade dos assuntos que vieram logo e afloraram nesse momento justificam já a necessidade da criação desta Comissão, que V. Ex^a preside. E o faz porque tem uma longa tradição na luta pelo homem do campo, pelo Nordeste, pelo agronegócio e pela agricultura familiar no Brasil.

O Senador Flávio Arns, já no primeiro mandato aqui, acompanhamos desde o início da sua atuação, sempre voltado também para a agricultura, para a reforma agrária, para uma visão mais social do campo e da agricultura brasileira. Eu acompanhei na minha chegada aqui a fala do Senador Pedro Simon sobre os problemas que o Sul enfrenta.

O Brasil é um continente em que, de vez em quando tudo muda. A seca neste ano não está no agreste do Nordeste, e sim no Sul. Viver em um País assim é encantador, mas os problemas são continentais, grandes. Eu gostaria desejar – e o Senador Flávio Arns vai estar na reunião do Rio Grande do Sul – aos gaúchos que aconteça com eles algo melhor do que aconteceu com o Espírito Santo.

No ano de 2002, já se vão 03 anos, houve uma seca terrível. Nós não estávamos acostumados com seca: o gado estava morrendo, a agricultura estava arrasada, havia caminhões pipa distribuindo água pelo interior nas cidades.

No Nordeste, as pessoas já estão um pouco mais acostumadas com isso, mas no Espírito Santo foi um choque. Pois bem, foi decretada emergência, calamidade. Foi uma tragédia, quando Ministros chegaram a visitar a cidade. No entanto, até hoje nenhum Município recebeu um centavo.

Quando chegou o final de 2003 – a seca ocorreu em 2001/2002 -, houve uma cheia que destruiu o Estado. O Ministro do Interior, que era o nosso colega Senador Ney Suassuna, desceu no Espírito Santo com uma camiseta de bombeiro inglês bonita, colorida, com um capacete na cabeça, de helicóptero, visitou os Municípios, anunciou... Até hoje, nenhum centavo. Espero que no Rio Grande do Sul não aconteça isso.

Agora estamos com 32 dos 78 Municípios alagados. Não há estradas. São 500 mil litros de leite, na região montanhosa do Estado, que estão sendo jogados no lixo, porque não conseguem transportá-los, os caminhões não chegam nas propriedades.

O Governador Paulo Hartung está vindo aqui amanhã para apresentar um quadro ao Governo. Espero que o Espírito Santo, seus Prefeitos e Municípios, associados à seca do Rio Grande do Sul, possam receber as ajudas que não chegaram nem na seca de 2001/2002 nem na cheia que ocorreu no final de 2002.

O Espírito Santo não tem agronegócio, todas são pequenas propriedades. A colonização foi polonesa, italiana e alemã. Eles fazem a reforma agrária na cama. Vão distribuindo as propriedades. Assim, não há grandes propriedades, são todas pequenas propriedades, com destaque para vários tipos de produção.

Agora mesmo vejo, nos jornais de Vitória hoje, que o Estado celebrou com o governo de uma província alemã um convênio em que vão aplicar 06 milhões de dólares na agricultura orgânica do Espírito Santo. A agricultura orgânica é mais familiar, aquele cuidado pessoal, da família, na área de café orgânico, hortaliças orgânicas, que a Alemanha se propõe a comprar do Estado do Espírito Santo. E cumprimentar o Sr. Presidente, o Vice-Presidente e a Comissão pela vinda do Ministro Roberto Rodrigues. Esse é um grande Ministro. Venho acompanhando, muitos anos na vida pública, vários Ministros da Agricultura, mas foi um tesouro que o Brasil descobriu. Eu o conhecia de longos anos militando na área rural, mas o Presidente Lula descobriu um grande Ministro, que vem se mostrando, talvez, um dos melhores Ministros da Agricultura que o Brasil já teve. Atuante, presente em tudo, mobilizando a agricultura, muito querido, viajando muito, porque, às vezes, temos Ministros que se engavetam muito dentro dos gabinetes. Esse Ministro fica rodando, vai para o exterior, vai para a rua, vende o Brasil para todo lado, e acho que vai dar para nós uma lição de como devemos encarar os problemas agrícolas brasileiros e até, diante dos problemas que colocamos aqui hoje, um pouco mais de alegria, esperança e certeza de que caminhamos corretamente na área da agricultura. Era o que queria dizer, cumprimentar o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, e dizer que temos um longo caminho a percorrer. Mas vamos com esse primeiro passo, vou repetir aquela frase de Armstrong, quando chegou à Lua, um pequeno passo para o homem, mas um grande para a humanidade. Esse é um pequeno passo para alguns Senadores, mas um grande passo para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Ouvi, com todo interesse, as palavras do Senador Gerson Camata com o seu bom-senso e equilíbrio. Quero dizer que o nosso objetivo é construir algo nessa linha de trabalho verdadeiro, de unificação e de propósito com vistas a resultados que possamos alcançar.

Senadora Ana Júlia, pela ordem.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador. Havia feito um requerimento, inicialmente, a nossa idéia era fazer esta audiência com o Ministro Miguel Rosseto do Desenvolvimento Agrário junto com a Comissão de Desenvolvimento Regional. Sabedora de que ontem, inclusive, com a presença do

Ministro Ciro Gomes, numa audiência pública muito importante e proveitosa, a Comissão de Desenvolvimento Regional decidiu, nesse primeiro momento, até porque havíamos decidido, na reunião passada, tentar fazer discutir os assuntos, concluí-lo e, então, passar para outro. Acredito que dessa forma vamos ter um trabalho bastante produtivo. Proponho, então, já que esta Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Agrário ou e Reforma Agrária também que possamos ouvir o Ministro do Desenvolvimento Agrário e os projetos, no caso mais específicos voltados para o desenvolvimento agrário e para a agricultura familiar.

Hoje já se tem uma visão completamente diferente do que se tinha há dez anos atrás. Hoje desenvolvimento agrário para a agricultura familiar é totalmente diferenciado da concepção que se tinha inclusive da agricultura familiar, que era o pequeno agricultor, que não tinha condições de se envolver e vivia basicamente do extrativismo. Hoje é completamente diferente e já existe uma série de políticas que fazem com que a agricultura familiar tome, cada vez mais, uma importância na produção agrícola no nosso País. Hoje a produção agrícola no nosso País já depende, principalmente para a produção inclusive interna do País, basicamente, na sua maior parte, da sua agricultura familiar em várias regiões. Nossa região ela depende basicamente da agricultura familiar. Então é muito importante também, acho que os debates têm que ser realizados em momentos diferenciados. Isso é importante, porque na nossa Região Amazônica, até com as legislações novas, por exemplo, os PDS's, que hoje o Brasil todo conhece, já ouviu falar neles por conta da morte da Irmã Dorothy, são projetos de desenvolvimento sustentável que eles surgiram a partir de uma legislação, em 1999, que impediu, no caso, a exploração da agricultura, de uma certa forma, nas florestas primárias. E aí, por isso mesmo, criou-se uma alternativa de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável. É muito importante que nós e a sociedade toda tenhamos essa visão de que já existe, e não só a questão do desenvolvimento sustentável enquanto projeto, mas mecanismos, financiamentos e incentivos, para que não aconteça o que aconteceu em alguns outros lugares: Derrubam mata. Vem, primeiro o madeireiro, depois, vem normalmente o grão. Ou, então, vem o madeireiro, depois, vem o gado e, depois, vem o grão. E aí derrubamos a floresta! Aí não temos mais a floresta! Então, hoje, a concepção mais moderna de agricultura, até nos Estados Unidos, já não é mais a monocultura. Temos aqui, no nosso País, uma região que tem ainda uma riqueza imensa, exatamente na sua diversidade, que é a Amazônia.

Para que nós e a população possamos usufruir cada vez mais dessa riqueza, dessa diversidade, é

necessário que tenhamos os mecanismos. É lógico que isso está combinado com o Ministério do Meio Ambiente. Sei que não seria aqui, basicamente, mas seria muito importante, talvez em combinação com uma outra Comissão, que pudéssemos discutir o projeto, que, há quase dois anos, vem sendo discutido por 11 Ministérios. O Programa Amazônia Sustentável, Plano Amazônia Sustentável, é exatamente um projeto, mas a médio prazo, com ações de curto, médio e longo prazos. Assim, poderíamos mostrar para o mundo inteiro que nós, brasileiros, que aqui vivemos, temos competência, capacidade e eficiência para cuidar da nossa Região Amazônica e fazer com que essas riquezas sejam distribuídas por todos, primeiro, para os amazônidas, mas também para ajudar outras regiões do nosso País, coisa que nos deixaria muito orgulhosos. Então isso é importante, neste momento. Mas já deixa essa idéia, para que possamos até pensar como vamos discutir um Plano Amazônia Sustentável junto com a Comissão, por exemplo, de Desenvolvimento Regional.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Gostaria de saudar as palavras da Senadora Ana Júlia, que são mais um enfoque, mais uma forma de ver, extremamente criativa e correta, e dizer que seria conveniente para a Comissão se pudéssemos ter uma audiência com o Ministro Rosseto, não na próxima semana, mas na outra, para que tivéssemos continuidade no nosso esforço. V. Ex^a estaria credenciada a conversar sobre isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Pre-

sidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Pre-

sidente, gostaria de apresentar um requerimento em complemento ao da Senadora Ana Júlia, para que, na reunião em que viesse o Ministro Miguel Rosseto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, também fossem convidados a comparecer o Presidente do Incra, Dr. Rolf Hackbart, e o ex-Presidente do Incra, Dr. Marcelo Rezende, que tem ligação direta com a questão da reforma agrária. E aí poderíamos discutir, numa única reunião, toda essa questão que diz respeito à reforma agrária. Então abrangeríamos não só a questão do Ministério como a questão do órgão que está incumbido de implementar a ação do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

A SR^a ANA JÚLIA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de fazer uma ponderação!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Senadora Ana Júlia!

A SRª ANA JÚLIA (Bloco/PT – PA) – A ponderação é de que, primeiro, creio que não temos por que convidar o ex-Presidente do Incra. Se queremos convidar o órgão que está executando as políticas, até pode ser o atual Presidente do Incra! Mas não vejo lógica em se convidar o ex-Presidente do Incra, a não ser para se criar, talvez, algum constrangimento, que penso que não seja esse o objetivo desta Comissão.

Então gostaria de dizer que sou contra convidar o ex-Presidente do Incra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria também de ponderar com o Senador Flexa Ribeiro, no sentido de que considero muito importante que quando há uma tradição, inclusive das Comissões desta Casa, salvo algum assunto muito específico, mas talvez neste primeira reunião, o Ministro Miguel Rosseto venha para explicar toda a política, os desafios, os problemas.

Mas eu considero fundamental que as pessoas que na seqüência a pessoa responsável pelo Incra também venha e que se faça um debate bem específico neste sentido.

Agora, em um primeiro momento eu penso, Sr. Ministro Rodrigues, que é fundamental, já está inclusive, e depois o Ministro Miguel Rosseto que é da área do desenvolvimento agrário, onde a reforma agrária também está como Ministro e depois na seqüência nós trabalharmos para que a questão especificamente da reforma agrária possa ser abordada.

Então, eu particularmente, sou favorável ao requerimento, chamando-se a pessoa da reforma agrária, porém em dias separados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas que as reuniões sejam feitas separadamente. Acho que não me fiz entender. O Ministro da Agricultura viria em um dia e os outros em outro dia, apenas juntos, porque o Ministro do Desenvolvimento da Reforma Agrária têm conotação direta com o Presidente do Incra. As reuniões aconteceriam em dias diferentes, numa viria o Ministro da Agricultura e na outra reunião viriam o Ministro Rosseto e o Presidente do Incra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente quero esclarecer que a posição do Sr. Flexa Ribeiro, no requerimento que foi assinado também por mim e pelo Senador Gerson Camata, a posição é perfeita, ou seja, não se trata de misturar “alhos com bugalhos”, trata-se de ouvir, sim, o Ministro da Agricultura, depois o Ministro da Reforma Agrária, seria até anti-hierárquico nós misturarmos o ex-Presidente do Incra com o Ministro Miguel Rosseto, nós não que-

ríamos incorrer neste pecado, mas em uma terceira rodada sim, até porque em matéria do jornal **O Globo**, bem recente, mostra lá palavras candentes do Dr. Marcelo Resende que foi o primeiro e nomeado com tanta esperança naquele momento mais eufórico do Governo Lula, e ele foi nomeado e disse que o mais rotundo do fracasso da administração seria a política de reforma agrária, destinaria pouco dinheiro, do pouco que destina não aplicaria nada quase, e ainda mais, faz críticas acerbadas ao Governo anterior, diz que o Governo anterior não foi nada bom em matéria de reforma agrária, mas teria que reconhecer que teria avançado muito mais do que o Governo atual.

Ora, levando em conta que ele é pessoa ligada ao Movimento dos Sem-Terra, se ele não vem aqui, a minha cabeça não desentorta. Eu preciso dele até como terapeuta...

A SRª. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu proponho ao Senador Arthur Virgílio que procure um terapeuta então.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, eu já tenho, eu ando calmo porque tenho um terapeuta, ele me receita uns remédinhos, eu os tomo, eu converso com ele, eu falo dos meus traumas todos, enfim. Mas eu não quero acrescentar traumas novos que rompam o êxito do meu tratamento.

Eu quero saber. O homem é do MST, diz que o Lula não gasta nada em Reforma Agrária, ou seja, não prioriza a reforma agrária. Ao mesmo tempo, nós vimos a luta do Ministro Rodrigues, travada aí, sem dúvida, contra o Ministro Rosseto para desaparelhar, “despetesar” a Embrapa, e venceu, ou seja, passou a vigorar lá uma linguagem mais de priorização ao agronegócio como essencial até para se ter dinheiro para se fazer quaisquer outros projetos. O agronegócio dando certo você tem dinheiro para fazer tudo o mais, fazer projetos sociais urbanos e rurais.

Então, a minha preocupação, Sr. Presidente, primeiro eu saúdo V. Exª e sabe V. Exª do apreço que tenho pelo companheiro, do amigo que V. Exª é para mim, mas eu vejo nesta Comissão um trabalho muito importante a ser feito.

Eu, certa vez, e o Ministro da Agricultura era o Senador Pedro Simon, fazia um discurso na Câmara em sua defesa. E um Deputado do Rio Grande do Sul tentou tirar a legitimidade da minha defesa, da minha fala dizendo que eu não saberia distinguir uma semente de soja com uma semente não sei de quê. Eu disse para ele, ainda bem que V. Exª só dúvida dos meus conhecimentos de sementes, e se duvidasse dos meus conhecimentos de pecuária, eu queria ver V. Exª trazendo-me uma ovelha e uma vaca aqui dentro do plenário para que eu identificasse as duas. Seria um

transtorno! Os fotógrafos iam ficar muito alegres, seria um transtorno, mas a Casa jamais recebeu representantes tão inusitados quanto se V. Ex^a me trouxesse aqui uma ovelha e uma vaca para que eu dissesse: Olha aquela é uma ovelha, aquela é uma vaca, duvide de mim coisas pequenas, soja, algodão, enfim. Mas eu não preciso entender de agricultura para ter todo o interesse pelo êxito da sua Comissão, porque vejo as imbricações todas com a economia brasileira. Por exemplo, um terço do PIB está sendo jogado nisso. A balança comercial é sustentada, basicamente, pelos resultados da agricultura e do agronegócio. O balanço de pagamentos, que hoje está numa fase saudável, depende, basicamente, do êxito do agronegócio. Vejo, nesse jogo entre presente e futuro, esse complicador que é o movimento dos sem-terra e seus abris vermelhos. Vejo a noção de que eles podem substituir o agronegócio, até porque eles têm uma visão dita revolucionária do processo.

Tenho a impressão de que o Stedile é espiritualista e pensa ser uma reencarnação do Emiliano Zapata, e pensa que está fazendo guerra popular e no campo, do campo para a cidade, repetindo Mao Tse -Tung. Não é nem leninista, é mais Mao Tse-Tung que fez uma revolução que começou do campo para a cidade, enfim.

Isso para mim é um delírio, mas me preocupa porque não há uma posição lúcida do Governo em relação ao MST. Há uma posição de tolerância, meio que de mulher de malandro, que apanha e gosta de apanhar, enfim.

A história da Embrapa. O que significarão os dois anos de prejuízo da Embrapa para o futuro da agricultura brasileira, Sr. Presidente? O que significarão já? Consertamos. Muito bem. Tomara que tenham consertado. Mas e os dois anos em que ficaram dizendo que o certo era fazer aquilo que estavam fazendo, desinvestindo e desestimulando a pesquisa em tecnologia. A grande responsável pela virada da nossa balança comercial e, portanto, pela virada do agronegócio foi a Embrapa. Não adianta dizer assim: Ah, foi o Presidente Fernando Henrique! Não foi. Nem foi o Presidente Lula, que pensa que inventou o Brasil, que descobriu a América, que inventou o caminho para as Índias, que foi ele que inventou o rádio ou que inventou o telégrafo sem fio. Não foi. Foi a Embrapa, seguindo os ditames de uma burocracia e de um esquema de pesquisas que transcende a Governos e que representa o acúmulo civilizatório do Brasil como um todo.

Eu queria saber a extensão dos prejuízos que a Embrapa já tomou e dou graças a Deus de essa queda de braços ter sido vencida pelo Ministro Rodrigues a quem reputo competente.

Muito bem, finalmente vejo a linguagem dourada dos áulicos. Já convivi em palácios, e eu próprio já fui governante diretamente. O áulico é uma doença terrível, ele elogia, quando sai uma manchete negativa, ele diz sempre: Presidente, essa manchete está equivocada, deve ter havido algum engano, essa é uma manchete falsa, V. Ex^a é perfeito, não tem erros, não tem equívocos. O áulico deturpa a visão do príncipe. O príncipe que só ouve o áulico tende a imaginar que é a figura mais perfeita e mais acabada na linha direta. Primeiro vem Deus, depois ele, e depois os mortais embaixo.

Há uma crise em marcha no campo. Só não vê quem seguia pela linguagem dos áulicos. Fomos, outro dia, com o Senador Sérgio Guerra, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Leonel Pavan, o Senador Maguito Vilela, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Demóstenes Torres, um grupo de treze Deputados, oito Senadores e quatro Governadores, a Rio Verde, a uma manifestação dentre as tantas que estão acontecendo no País. E o que diziam lá? Diziam que estão se sentindo sufocados pela atual política do Governo para o setor, que estão impossibilitados de dar segmento ao belo caminho e ao caminho vitorioso que encetaram.

Alguém diz: Pôxa vida, não tem crise! O áulico diz que não tem crise; é aquela velha história, ele não enxerga, o rei pode andar nu, mas as pessoas dizem que ele está muito bem vestido, muito bem trajado. Há uma crise em marcha, sim. Detectar as razões dessa crise, não é difícil fazê-lo e dar parte das soluções para essa crise é dever desta Comissão supra-partidariamente, do contrário, o Brasil terá percalços; é dever desta Comissão pelo que ela representa de Parlamentares de Oposição e pelo que ela representa de Parlamentares de Governo. Amanhã vem uma crise, complica a vida político-eleitoral do Lula e a gente ganha a eleição! Mas para que ganhar uma eleição se a gente pega uma terra arrasada?

Não, eu gostaria de ganhar a eleição pegando uma terra melhor, uma terra melhor arada, pegando um País que avance, como nós entregamos um País que avançou em relação ao que recebemos.

Eu queria o Brasil evolutivo, Sr. Presidente Sérgio Guerra, em condição de evoluir cada vez mais, ou seja, é nosso dever o alerta e é nosso dever estudarmos as causas, as conseqüências e as soluções dessa crise que está em marcha.

V. Ex^a fez um brilhante discurso lá, muito aplaudido pelos produtores rurais, que tinham propriedades em média de 500 hectares – foi o que percebi, uns maiores outros menores, mas a média era um pouco acima disso –, e as questões são tão concretas, eles falam em renegociação de dívidas, eles querem ser tratados como a galinha dos ovos de ouro merece ser tratada,

eles querem ser olhados como peça estratégica dos desdobramentos da economia brasileira, tudo isso.

Portanto, vejo que esta primeira reunião de V. Ex^{as}, Senador Sérgio Guerra e Vice-Presidente Flávio Arns, acena para momentos de debate muito significativos. Alguém pode perguntar: por que misturar agricultura – leia-se agronegócio – com reforma agrária? Nada mais justo. Afinal de contas, temos que fazer com que as duas figuras se casem, coadunem-se entre si, convivam entre si. Não tem cabimento a invasão de terra produtiva, não tem cabimento o desrespeito ao que o Incra possa dizer. O Incra diz assim: “a lista é essa”. Aí eles fazem: “a lista do MST é essa”. A do MST, para mim, não tem que ser considerada, tem que ser considerada a lista do Incra, o Incra é que tem que saber onde estão os pontos nevrálgicos para que ele possa levar paz ao campo. Mas o fato é que, se tivéssemos uma visão canhestra e vesga de que é possível substituir, ou seja, de que vamos, com a agricultura familiar, substituir o agronegócio, estaríamos simplesmente assassinando as perspectivas de crescimento sustentável neste País.

Aí V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, então não aceita a figura importante da agricultura familiar? Claro que aceito, claro que tem que investir nisso profundamente, mas é fundamental separarmos os campos e fazermos isso com ordem, com organização e sob um comando que temo que esteja faltando ao Governo atual, um comando muito claro, que vai dizer o que é agronegócio e o que é agricultura familiar sem que alhos briguem com bugalhos, porque estou preocupado. A crise está em marcha, quem disser que não tem crise é porque não foi a Rio Verde, e quem não foi a Rio Verde não perde a oportunidade de ir a outros lugares, eles vão ao Paraná, vão ao Mato Grosso do Sul, disseram-me lá que há uma programação de dez ou doze cidades para visitarem. E não foi pouca gente, não. Eram dez mil, quinze mil produtores rurais mobilizados e vivendo já um clima de insatisfação que amanhã pode criar um clima de instabilidade, apoiados fartamente no Congresso Nacional. Aí não adianta uma pessoa dita de esquerda e se imaginando progressista, como se o resto do mundo não contasse: “ah, mas são os ruralistas”.

Não sei se são os ruralistas, se são os urbanistas, eu não sei mesmo a diferença entre uma semente de algodão e uma semente de soja, embora eu reconheça um cabrito e uma vaca, sei discernir os dois, enfim. Mas a preocupação é nacional e tem que ser posta com clareza aos olhos da Nação, com uma participação nobre desta Comissão, presidida por V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, e vice-presidida por V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Sobre a mesa, há um requerimento do Senador Flexa Ribeiro que propõe a convocação do Presidente e do ex-Presidente do Incra.

Já aprovamos hoje dois requerimentos, um para convidar o Ministro da Agricultura e outro convidando o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Estamos fazendo um esforço administrativo para que as duas audiências se confirmem, a primeira aparentemente já está confirmada para a semana que vem, com o Ministro da Agricultura, e a outra para a outra semana.

Existe na mesa essa proposta de convocar o Presidente e ex-Presidente do Incra. Eu queria colocar essa matéria em discussão.

O Ministro da Reforma Agrária já está convidado, já aprovamos, em datas absolutamente separadas. Estamos tratando de uma terceira audiência.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É

o seguinte: acho que, se queremos, nesta Comissão, discutir uma política para a agricultura, para o desenvolvimento agrário, para a agricultura familiar, é mais do que justo que chamemos o Ministro da Agricultura num dia, é mais do que justo que chamemos o Ministro do Desenvolvimento Agrário, que vai expor a política como um todo, é mais do que justo também que num outro momento possamos chamar o Presidente do órgão executor da política de desenvolvimento agrário, se queremos realmente ter aqui propostas, contribuir para o desenvolvimento. Se vamos querer, por meio da Comissão, simplesmente fazer uma discussão política do que de críticas, iremos fazer uma imensa proposta aqui. Não vou nem comentar o que falou o ex-Presidente do Incra, pelo respeito que tenho por S. Ex^a, a demonstração do seu desconhecimento total da Amazônia, que me pareceu pelo comentário.

Então, quero dizer que não é produtivo para nós, e então proponho, até em respeito ao atual Presidente do Incra, uma vez que ele é uma pessoa extremamente sensata, é alguém que tem trabalhado bem seriamente e, se queremos contribuir – como falou o Senador Tasso Jereissati na Comissão de Desenvolvimento Regional – e não vai colocar a questão da transposição do Rio São Francisco, porque não chegará a lugar nenhum pela polêmica que isso causa. Então, para que sejamos propositivos e produtivos, para não ficarmos aqui numa discussão de colocar o ex-Presidente, o Presidente e acabe virando uma discussão improdutiva, que não interessa ao Senado e nem é o papel

desta Comissão, proponho convidarmos o Presidente do Incra. Se alguém quiser se aconselhar com o ex-Presidente da instituição ninguém vai impedir que se aconselhem, seja com terapeuta, psicólogo ou quem quer que seja.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

Sr. Presidente, fico surpreso, porque vejo a minha querida amiga e Senadora Ana Júlia tentando vedar a vinda de uma figura tão próxima do Partido dela, enfim, que representa tanto aqueles sonhos que levaram e enlevaram a eleição do Presidente Lula. Interditar o debate ao ex-Presidente do Incra que chegou aqui dizendo que tudo o que se fez para trás não era bom e que daqui para a frente vinha a verdadeira redenção do País, ele que viveu uma experiência dura, quem sabe ele não chega aqui e diz que errou, foi inexperiente, aconselha o atual a não repetir certos equívocos, quem sabe ele não abre caminhos novos.

Não estou propondo nenhum circo, endossando a proposta do Senador Flecha Ribeiro. Poderíamos fazer a audiência dos dois separadamente, fala um e fala o outro e nada de colocar os dois aqui debatendo, nada de constrangê-los. Agora, o ex-Presidente do Incra, que é um homem público e já com passagem pela História do País, disse coisas terríveis sobre o encaminhamento do processo de reforma agrária. Então, vemos de um lado o agronegócio correndo perigo pela ação do MST e por uma certa condescendência que vejo no governo atual e, de outro lado, vemos o ex-Presidente do Incra, ligado ao MST, dizendo que não é nada disso, que o governo não tem priorização nenhuma. Quem sabe é até bom para o Governo e quem sabe ele limpa a barra com os empresários de vez, a depender do que se ouça aqui do Dr. Marcelo Rezende.

Quero deixar bem claro que não queria interditar o debate ao Dr. Marcelo Rezende, porque se trata de um ex-Presidente do Incra, uma autoridade que até há bem pouco tempo ditava os rumos da reforma agrária do País. Agora, proponho que de tal hora a tal hora se ouça um e de tal hora a tal hora se ouça o outro.

Quanto a nos aconselharmos com ele, por enquanto prefiro ouvi-lo. Estou indo muito bem com o meu psicanalista, que é um sujeito muito bom, eu confio nele, eu me abro para ele. Se aquele homem não fosse um profissional sério, ele mexeria tão fundo na minha vida, porque eu conto tudo para ele. Eu aprendi a não ter vergonha, mas a ter orgulho de dizer que freqüento um psicanalista, uma figura boa que está me ajudando a conduzir os fatos da minha vida pessoal, detectou certos defeitos de origem que tenho que consertar, certos defeitos de formação que tenho que melhorar, está me ensinando a me aceitar mais como pessoa,

e toda a vez que encontro uma pessoa muito agitada eu recomendo o meu médico ele está às ordens, está pronto, porque é muito bom mesmo. Enfim, não se trata de elevar o Dr. Marcelo de técnico em setor primário a meu psicanalista, ele não está preparado para isso. Pelo visto, não estaria preparado, segundo o Presidente Lula, para tocar a reforma agrária também, mas não é possível que ele não possa opinar, opinar. Eu quero que ele opine, separadamente, de 10 a tanto, um, de 11 a tanto, outro. Nada de circo, vamos discutir isso aqui com seriedade. Seria a última pessoa a tentar atravancar os trabalhos de uma Comissão e o último a fazer uma Comissão presidida por um companheiro tão querido como o Senador Sérgio Guerra e um companheiro tão querido, que a vice-preside, o Senador Flávio Arns, que, aliás, usando uma linguagem do futebol, e o Presidente Lula gosta tanto dessa metáfora, está emprestado pelo PSDB ao PT.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Uma proposta pela ordem, Sr. Presidente. Entendi o Senador Arthur Virgílio, meu amigo, não está propondo para ser em conjunto. Já deliberamos aqui duas audiências, que ocorrerão nos próximos quinze dias. Deveríamos deixar os requerimentos do Presidente e do ex-Presidente do Incra para a próxima reunião da Comissão.

E faço uma proposta oral e que devemos elaborar melhor. A questão de discutir o Projeto Plano Amazônia Sustentável é fundamental. A Amazônia não interessa só para quem nela mora, não interessa só para mim, para o Senador Arthur Virgílio, para o Senador Jefferson Péres, para a Senadora Fátima Cleide ou para o Senador Sibá Machado, interesse para o Brasil. Ali existem questões que interessam a todo o País.

Penso que envolver várias Comissões para discutir é importante, mas não estou propondo que discutamos isso hoje ou elaboremos e aprovemos hoje. Devemos discutir de forma mais elaborada. Proponho, até porque não temos um **quorum** para aprovarmos esse requerimento neste momento, que deixássemos para a próxima reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora Ana Júlia Carepa, acho que a proposta do Senador Arthur Virgílio, o convite ao Presidente e ao ex-Presidente para que eles possam dar seus testemunhos em horas diferentes, resolve a problemática. Não vai haver debate, como V. Exª falou. Não haverá circo, não haverá nada. Apenas que possamos ter as explicações e os exemplos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

A minha sugestão seria, inclusive, arranjarmos uma hora nesse dia, por que não investigarmos o pas-

sado? Chamarmos aqui, convidarmos aqui o ex-Presidente do Incra no Governo FHC, Deputado Francisco Graziano. Seria muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu, de minha parte, não vejo dificuldade. Penso também que poderia ser separado. O Senador Arthur Virgílio ponderou nesse sentido, mas eu não veria problema para que fosse junto também, porque, na Comissão de Educação, estamos discutindo reforma universitária. E já está concordado entre os Senadores que serão convidados para uma audiência pública o ex-Ministro Paulo Renato, o ex-Ministro Cristovam Buarque e o atual Ministro Tasso Genro. O que acho excelente para a compreensão, para os pontos de vista diferentes, divergentes. E para não ficarmos falando entre atual e o anterior, concordo que seja no sentido de falarmos dos três últimos, até para termos visões diferentes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por isso digo que V. Ex^a está apenas emprestado ao PT.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir amplo o requerimento propondo o Francisco Graziano.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Flávio Arns, quero dizer que não vamos votar isso hoje. Não votaria uma matéria que tem um certo grau de polêmica com um **quorum** tão reduzido. Vamos votar na próxima reunião. Mas, eu pondero que, na Comissão, seremos muitas vezes compelidos a ouvir opiniões diferentes. E não há nenhum desvio de finalidade, quando isso possa ser feito. Ao contrário, é importante que isso ocorra. Então, eu gostaria de, em um esforço, fazer uma solicitação ao Senador que apresentou o requerimento e à Senadora Ana Júlia para que S. Ex^{as} pudessem acordar um modelo, para que, já na próxima reunião, aprovássemos. Mesmo que alguém tenha opinião diferente de outro Presidente, creio que isso seja bom, e não faz mal.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pelo contrário, isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Desde que não se transforme em um processo de agressão, que nenhum de nós deseje.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que acho importantíssimo o debate de visões diferentes. Eu não sou absolutamente contra, até porque V. Ex^{as}, que me conhecem aqui, nesta Casa, nesses dois anos, tenho sido uma pessoa que tem....

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E S. Ex^a é pós-graduada em debate.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – ...exatamente esses debates, com posicionamentos diferentes, pois creio que eles enriquecem. Ontem mesmo, na Comissão de Assuntos Econômicos, aprovamos um requerimento, em várias audiências, para discutir a questão do Banco Central, a sua independência ou não. Eu propus também visões diferenciadas exatamente para que pudéssemos ter esse debate e enriquecê-lo.

Eu concordo com o encaminhamento de V. Ex^a, mas que o façamos da melhor forma de fazer isso. Eu me disponho a discutir a melhor forma de fazermos isso. A melhor modelagem. Eu não sou contra, e vamos discutir a melhor modelagem. Concordo com o seu encaminhamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem. Eu pediria autorização para substituir o requerimento, incluindo o ex-Presidente Francisco Graziano também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – A Mesa recebe o requerimento de V. Ex^a e sugere que procure a Senadora Ana Júlia, para que V. Ex^{as} desenvolvam o debate adequado, a fim de que essa audiência se dê.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com certeza. Vamos discutir a forma de fazê-lo, e encontraremos o caminho certo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentá-lo por mais essa reunião hoje. Gostaria de cumprimentar os autores dos requerimentos, convocando os Srs. Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Quero aqui colocar meu ponto de vista e, inclusive, dizer da importância dessa audiência pública, porque o Sr. Ministro da Agricultura tem colocado sempre que não existe uma separação entre a grande agricultura, o agronegócio, e a agricultura familiar, porque ambas fazem parte da cadeia produtiva; e que não é correto e justo que se separe a agricultura familiar da agricultura de maneira geral, porque isso gera confronto. Então, essa presença aqui vai ser muito importante para que possamos realmente entender o que se passa nessa divisão.

Mas, eu gostaria, Sr. Presidente, após conversar com os Senadores do Centro-Oeste, trazer aqui, para apreciação desta Comissão, a questão da irrigação da Região Centro-Oeste. Nós temos hoje, por dispositivo constitucional, 20% de todos os recursos da área de irrigação para o Centro-Oeste. E temos tido com os programas uma certa dificuldade. E a Região Centro-Oeste, por falta de um Plano Regional de Irrigação,

tem apenas consumido 3% desse recurso. E acredito que, se V. Ex^a nos permitir, iremos, depois dessas duas audiências públicas, solicitar a presença do Sr. Ministro da Integração Nacional, para que S. Ex^a venha ouvir as dificuldades que estamos encontrando em projetos que são importantes para o Estado de Goiás, como o Projeto Luís Alves, Projeto Flores de Goiás e o Projeto Três Barras. Portanto, fica de antemão reservado um próximo requerimento que eu gostaria de fazer solicitando, após essas audiências, a presença do Sr. Ministro da Integração Nacional para que possamos discutir o programa, que é tão importante para a Região Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Ouvi a Senadora com todo o respeito. Quer dizer que lá no Nordeste ninguém quer ouvir nem falar desses tais 20%. Seguramente, vamos ser democráticos e essa questão vai ser tratada.

A SR^a LÚCIA VÂNIA. (PSDB – GO) – Sei que o Nordeste faz uma restrição enorme, Sr. Presidente, mas acontece que é um dispositivo assegurado pela Lei Maior, pela Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Quero comunicar ao plenário que está em fase de recebimento de emendas, perante esta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 52/2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o arrendamento compulsório de parcelas de imóvel rural para os efeitos que especifica. O Relator da matéria é o Senador Sibá Machado. Confirmo a próxima reunião com o Ministro Roberto Rodrigues na quarta-feira, 14 de março, às 10hs. Está confirmada, então, a primeira audiência desta Comissão.

Esta encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 19 minutos.)

Ata da Terceira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de março de 2005, quarta-feira às 10:00 horas.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de março de dois mil e cinco, na Sala 02, da Ala Sen. Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, Vice-Presidência do Senador **FLÁVIO ARNS**, convidado a fazer parte da mesa o Deputado Federal **RONALDO CAIADO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença do Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, **Sr. ROBERTO RODRIGUES**, dos Senadores: **LÚCIA VÂNIA**, **FLEXA RIBEIRO**, **JONAS PINHEIRO**, **DEMÓSTENES TORES**, **PEDRO SIMON**, **MAGUITO**

VILELA, **AELETON FREITAS**, **SIBÁ MACHADO**, **ANA JÚLIA CAREPA**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **OSMAR DIAS** e **EDUARDO SUPPLY**, **REGINALDO DUARTE**, **ÁLVARO DIAS**, **LEONEL PAVAN**, **EDISON LOBÃO**, **HERÁCLITO FORTES**, **HÉLIO COSTA**, **JOÃO BATISTA MOTTA**, **VALDIR RAUPP**, **SERYS SLHESARENKO**, **DELCEÍDIO AMARAL**, **SÉRGIO ZAMBIAZI**, **MARCELO CRIVELLA**, **JUVÊNCIO DA FONSECA**, **LUIZ OTÁVIO**, **ALOIZIO MERCADANTE**, **NEY SUASSUNA**, **PAULO PAIM**, **AUGUSTO BOTELHO**, **ARTHUR VIRGÍLIO**, **ANTERO PAES DE BARROS**, **EDUARDO AZEREDO**, e dos Deputados Federais: **LUIZ CARLOS HAULY**, **MOACIR MICHELETTI**, **KÁTIA ABREU**, **ONYX LORENZONI**, **ÉRICO RIBEIRO**, **OSÓRIO ADRIANO**, **DILCEO SPERAFICO**, **SILAS BRASILEIRO**, **ODACIR ZONTA**, **B. SÁ**, **ABELARDO LUPION**, **WALDEMIR MOKA**, **JOSUÉ BENGTONSON** e **CARLOS MELLES**. O Presidente, Sen. **Sérgio Guerra**, propõe a dispensa da leitura da Ata anterior que é aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública a fim de discutir as perspectivas do agronegócio brasileiro e diversas matérias de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a presença do Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, **Sr. ROBERTO RODRIGUES**, em atendimento ao Requerimento nº 01/2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra, passa a palavra ao expositor, Sr. Roberto Rodrigues. Este agradece a presença de Senadores e Deputados Federais que contribuem para agregar, sem oposição, e firmar no Senado apoio à Agricultura e conseguir resultados. Menciona a importância da presença do ex-Ministro da Agricultura Senador Pedro Simon e do Senador Jonas Pinheiro. Introduz explanação acompanhada de projeção sobre o desenvolvimento da Agricultura e Agronegócio. A seguir, usam da palavra para arguir o expositor os Senhores Senadores: Pedro Simon, Aelton Freitas, Osmar Dias, Ana Júlia Carepa, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Flávio Arns, Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Antero Paes de Barros, Heráclito Fortes, e Eduardo Suplicy, bem como os Deputados Odacir Zonta e Carlos Mells. O Ministro agradece ao Senador e faz uma homenagem a todos os agricultores do país. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra encerra a sessão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 14 horas e 30 minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Havendo quorum regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Inicialmente, requeiro à Comissão dispensa de leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se a ouvir o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Roberto Rodrigues, conforme o Requerimento nº 1, de 2005, desta Comissão, aprovado por esta no dia 9 de março corrente.

Vale lembrar que foi aprovado na mesma data o Requerimento de nº 2, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que propõe a realização de audiência pública do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, objetivando obter informações a respeito das ações referentes à reforma agrária na região amazônica. Esta Presidência aguarda a definição da data para comparecimento do Ministro.

Sobre a mesa o Projeto de Lei do Senado nº 63, complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera os arts. 6º e 16 da Lei Complementar nº 76, de 1993, a fim de garantir o pagamento de créditos tributários por meio da retenção sobre o valor a ser pago a título de indenização por desapropriação de interesse social para reforma agrária.

Comunico à Comissão que designei a Senadora Lúcia Vânia para relatar a matéria que acaba de ser lida e que, após a apreciação da Comissão, será aberto o prazo de cinco dias para apresentação de emendas perante a Mesa, uma vez que se trata de projeto de lei Complementar.

Comunico à Comissão que foram apresentados os seguintes requerimentos: o Senador Osmar Dias requer a realização de audiência pública com a presença do Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, a fim de prestar informações sobre a disponibilização de recursos para investimento, financiamento e comercialização da safra agrícola no ano de 2005, assim como sobre a questão relativa ao endividamento do setor; requerimento de criação de subcomissão permanente, de autoria do Senador Sibá Machado, destinada a opinar sobre agricultura familiar e segurança familiar; requerimento dos Senadores Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio, propondo a realização de audiência pública com as presenças: do Deputado Federal Xico Graziano; do Sr. Marcelo Rezende, ex-Presidente do Incra; e do Sr. Rolf Hackbart, atual Presidente do Incra, para prestarem esclarecimentos sobre o processo de reforma agrária no Brasil. Também estão sobre a mesa os seguintes requerimentos: de autoria do Senador

Aelton Freitas, propondo a criação de subcomissão temporária destinada a analisar a política sucroalcooleira; de autoria do Senador Aelton Freitas, visando à criação de subcomissão permanente para analisar financiamento e endividamento rurais; da Senadora Ana Júlia Carepa, para que seja realizada audiência pública conjunta, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Desenvolvimento Regional, com a finalidade de a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, apresentar o plano da Amazônia Sustentável.

A Presidência, tendo em vista a presença do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incluirá oportunamente na pauta os requerimentos que acabam de ser lidos.

Quando começamos os trabalhos desta Comissão, como Presidente, julguei que deveria propor à Comissão de Agricultura do Senado a realização de uma audiência pública com o Ministro da Agricultura.

Devo dizer ao Sr. Ministro que houve consenso nesse sentido. Todos têm a convicção de que a palavra de V. Exª não é somente altamente esclarecedora como pode ser também orientadora dos trabalhos que esta Comissão pretende realizar. Desde a primeira vez em que nos reunimos, deixamos claro que faríamos uma ação com vistas a apoiar o esforço da sociedade e do Governo para desenvolver o setor rural brasileiro. E o grau de confiança, de respeito que o Sr. Ministro Roberto tem da sociedade brasileira e da sociedade agrícola brasileira, em particular, absolutamente convincente, entendemos que sua presença no Governo brasileiro é bastante positiva para o País e também muito produtiva para o setor rural. Compreendemos que a ação de alguns Ministérios como o da Agricultura, em momentos de restrição financeira e econômica, basicamente financeira, no caso, sempre tem problemas de financiamento para os seus projetos. Este não é um dado novo, mas de muitos anos. Sou de um tempo não tão antigo assim, mas tenho a convicção de que o Ministério da Agricultura, ao longo de muitos anos, perdeu substância, apoio, prestígio, prioridade, e, no caminho inverso, a ação da sociedade, porque as atividades agrícolas, de uma maneira geral, têm tido participação crescente na economia brasileira e contribuição muito forte para que o País possa se estruturar e se desenvolver.

Essas restrições são do domínio público e não são objeto da minha palavra agora. Mas é claro que uma comissão de agricultura no Senado da República deve atuar fortemente para que as atividades do setor rural tenham prioridade no conjunto das ações públicas, para que o País possa se voltar efetivamente para o

seu campo. É pelo menos estranho que somente agora o Senado brasileiro tenha uma nova Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. É uma demonstração do quanto pensamos urbanamente no Brasil. Nossos padrões culturais vigentes são sempre urbanos. Há uma ação cultural das cidades para o campo e não no sentido contrário. Não chego a dizer que o Brasil seja um país colonizado, mas é um país que olha muito menos para a sua consistência, para a sua base e para o seu meio rural. Não sou especialista na área, embora pecuarista e agricultor de muitos anos e de uma família de agricultores e pecuaristas, mas tenho a convicção de que algo deve ser feito, de que é preciso fazer justiça social no campo e dar consistência às atividades rurais brasileiras para que elas sejam e continuem a ser fator de desenvolvimento do País no geral, para que não se desestruture mais o quadro da demografia do País. Sou de uma região na qual inviabilidades foram construídas de maneira muito evidente pela transferência de população rural para o meio urbano. A cidade na qual nasci, Recife, é praticamente ingovernável por conta das centenas de milhares de migrações que se deram do campo para aquela região, centro de um pedaço grande do Nordeste.

Tenho tomado conhecimento mais próximo da força da agricultura e do agronegócio, e não vejo a menor incompatibilidade entre este e o desenvolvimento social do Brasil, tampouco entre o agronegócio e o meio ambiente. Penso que essas compatibilidades são perfeitamente construídas num ambiente democrático, moderno e positivo para o País. A agricultura e a agropecuária brasileiras só têm dado ao País boas notícias, que sustentam uma parcela muito grande do atual otimismo. Preocupam-nos muito informações sobre quebras de expectativa, dificuldades que se vão gerando, apesar e à revelia dos agricultores e pecuaristas e do Ministério da Agricultura.

Pensamos que o nosso Congresso, no geral, e o Senado, em particular, têm que abordar essa questão de maneira efetiva, construtiva.

Disse que não pretendo ser Presidente desta Comissão como Senador da Oposição. Não é esse o meu papel. O meu papel é contribuir para firmar, no Senado Federal, uma estrutura que dê à atividade rural brasileira apoio e sustentação, da forma mais nacional e com o mínimo de conflito possível. Não há necessidade disso. Há necessidade de atuarmos de maneira concreta, objetiva, eficiente, para produzir resultados ou para contribuir para que resultados sejam conseguidos.

Temos toda enorme necessidade de ouvi-lo. Entendemos que não poderíamos trabalhar essa questão da agricultura e da pecuária nacionais sem

ouvir, especialmente, o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que é um raro consenso brasileiro.

Estou me lembrando de que sou da Oposição. Mas não sei se haveria Oposição se os Ministros do Brasil fossem, para suas Pastas, um ministro Roberto Rodrigues, ajustados às questões de cada uma delas. Mas não há que fazer oposição ao Ministério da Agricultura, há que fazer contribuição.

O senhor tem um imenso capital, que é resultado da sua vida, do reconhecimento que muitos têm do seu trabalho na área privada e na área pública, ao qual o senhor só tem feito agregar, acumular, apesar das muitas dificuldades que atravessa no Ministério. E a sociedade econômica brasileira do meio rural também atravessa as mesmas dificuldades.

Há um outro cenário complexo, o da reforma agrária, que tem absoluta interação com o cenário que o senhor governa. Nesse campo, penso que o grau de consciência não é tão forte. Os conflitos são muito visíveis. Há uma crescente desordem, evidente, que cumpre contribuir para que não se agrave nem se aprofunde, no interesse do conjunto e do País.

Então, eu gostaria de ouvir.

Passo a palavra ao Ministro Roberto Rodrigues, que é o nosso primeiro conferencista na Comissão de Agricultura do Senado. Antes porém agradeço a presença de Deputados Federais que trabalham na Comissão de Agricultura da Câmara, da qual também já fiz parte, quando era Deputado Federal, e que já tem uma contribuição testada ao setor rural brasileiro.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Sr. Presidente desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado da República, Senador Sérgio Guerra; Senador Flávio Arns, que nos acompanha à Mesa; Srs. Senadores; Srs. Deputados; companheiros da Agricultura brasileira; líderes rurais aqui presentes; meus amigos do Ministério da Agricultura; senhoras e senhores da imprensa, quando o Senador Aloizio Mercadante me comunicou, há alguns meses, o interesse do Senado em criar essa Comissão de Agricultura, fiquei muito feliz e lhe falei da importância que esse gesto do Senado tinha para o agronegócio do País e para as dificuldades na agricultura, que já se apresentavam no final de dezembro ou começo de janeiro deste ano.

Em primeiro lugar, agradeço as suas palavras gentis, de estímulo, de apoio. Quero dizer que é muito grato ao Ministério da Agricultura e ao setor rural brasileiro que essa decisão tenha sido tomada pelo Senado. Essa Comissão terá grande importância não só pelo tema que vai abraçar, mas principalmente pelos membros que a compõem, começando por V. Ex^a, pelo Senador Flávio Arns, que tem trabalhado conosco nas questões ligadas à Agricultura.

Vejo aqui, Sr. Presidente, um ex-Ministro da Agricultura, o Senador Pedro Simon, e outros ex-Ministros, como o Senador Ney Suassuna. Vejo aqui um ex-Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, o Senador Osmar Dias, que foi um brilhante Secretário e tem todas as condições para assumir qualquer papel na agricultura brasileira, em qualquer momento, é um grande companheiro nosso; ex-Governadores, como o Senador Maguito Vilela, que aqui está. É uma honra muito grande poder vir a uma reunião como esta. Um dos componentes desta Comissão – ele não está aqui neste momento –, Senador Sérgio Guerra, é um dos faróis da agricultura brasileira, um dos norteadores da agricultura brasileira há muito anos, que é o Senador Jonas Pinheiro. A presença dele aqui até me emociona, porque é um grande defensor do setor e tem prestado serviços inestimáveis ao nosso agronegócio e continuará a fazê-lo nesta Comissão, no Senado.

Assim, fico muito grato a V. Ex^a pela oportunidade de participar de uma reunião desta Comissão e poder apresentar alguns temas sobre a agricultura brasileira.

Preparei um roteiro, Srs. Senadores, que será projetado naquela tela, com sete temas principais. Um tema ligeiro, apenas para nivelamento das informações: a história do agronegócio brasileiro, a contribuição que o setor tem dado à economia do País, uma avaliação do potencial que o setor ainda pode vir a jogar no País. Falarei dos fatores que são favoráveis e sobre aqueles que são negativos. Discutirei o panorama atual do setor, especialmente por causa de uma brutal seca que vem assolando duramente o Sul do País, principalmente o Estado do Rio Grande do Sul, e as propostas que estamos fazendo em relação a essa questão.

Depois tratarei, de uma maneira mais geral, dos desafios que o agronegócio brasileiro enfrenta em relação ao futuro e o que é que o Ministério da Agricultura está fazendo estruturalmente para se preparar para esse desafio.

Essa é uma história, como disse a V. Ex^a, sobre a qual posso falar em quatro minutos ou em quatro dias. De modo que procurarei ser objetivo e breve para que possamos ter mais tempo para os debates.

Vamos falar primeiramente do que é o agronegócio brasileiro. Em primeiro lugar, Senador, permita-me colocar um tema conceitual que é relevante para o Ministério da Agricultura porque é objeto, em muitas circunstâncias, de um debate que me parece inteiramente desnecessário. O que é agronegócio? Agronegócio é a soma das cadeias produtivas, cuja coluna de sustentação é a atividade rural de produção propriamente dita.

O que é uma cadeia produtiva? À medida que a soma das cadeias produtivas compõem o agronegócio, o que é uma cadeia produtiva? Uma cadeia produtiva da agricultura é aquela que começa na prancheta de um pesquisador científico, daquele que está produzindo novas variedades, novos tratos culturais, novos mecanismos de produção e termina na gôndola de um supermercado, com o produto final, acabado, à disposição do consumidor. Isso passa pelo supridor de insumos, fertilizantes, sementes, defensivos, máquinas; pelos distribuidores de serviços, seguros, créditos, financiamentos, de maneira geral; vai até a produção agrícola propriamente dita, vai à armazenagem, à industrialização, à embalagem e à distribuição.

Assim, todos os agentes, nos diferentes elos dessa cadeia produtiva fazem parte do agronegócio.

Portanto, a primeira coisa que eu queria conceituar, Senador Sérgio Guerra, é que nesse sentido não há produtor rural pequeno, médio, grande, familiar ou empresarial que não faça parte do agronegócio. O agronegócio é o conjunto de todos os elementos que compõem a cadeia produtiva: trabalhadores rurais, pesquisadores, cientistas, bancos, seguradoras; tudo isso faz parte da cadeia produtiva e a soma disso compõe o agronegócio.

O agronegócio brasileiro representa hoje um terço do PIB nacional, gera mais que um terço dos empregos do País e é responsável por 43% das nossas exportações. Portanto, é o maior negócio do Brasil, tanto ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social, quando se fala na geração de empregos.

Esse setor tem tido um extraordinário progresso. Eu trouxe aqui apenas alguns dados, para mostrar o progresso do setor no Brasil.

Este quadro, Srs. Senadores, Srs. Deputados, mostra o que cresceu a área plantada de grãos no Brasil, nos últimos quinze anos, de 90 até hoje; um crescimento de 28%. *Vis-à-vis* à produção física, que cresceu 113%.

Isso demonstra que o agricultor brasileiro se inseriu naquela revolução silenciosa em que o mundo contemporâneo vive de incorporação de padrões tecnológicos e de gerência de administração rural da maior qualidade, colocando o Brasil numa situação invejável e também de objeto de inveja de muitos outros países em relação à sua posição competitiva. O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne de soja, carne bovina, carne de frango, açúcar, suco de laranja, tabaco, etanol e café. O Brasil hoje tem uma posição invejável no mundo inteiro.

Essa produção cresceu 113%, e não 125%, como concluímos na nossa estimativa, em função da seca deste ano, sobre a qual vamos falar depois.

Mas não apenas grãos, crescemos também em relação a outros produtos. O próximo quadro, por exemplo, vai mostrar o crescimento em carnes. Em carnes suínas, crescemos 157%; em carne bovina, 94%; e, em frangos, 250%.

Portanto, não foi só em grãos, também na agregação de valor, porque o que é um frango, senão um ovo no qual se enfiou o milho e ficou com bico, pena e asa? O frango nada mais é do que o resultado de uma cadeia produtiva. Então, temos crescido também em produtos com valor agregado.

Os fatores responsáveis por esse crescimento nos últimos 15 anos são vários, mas entre eles sete são fundamentais: primeiro, tecnologia. A Embrapa e outros órgãos de pesquisa no Brasil desenvolveram padrões tecnológicos que são hoje objeto de discussão e busca de acesso por outros países. Não há semana, Senador Sérgio Guerra, em que eu não receba no meu gabinete ministros da agricultura ou embaixadores de países tropicais em busca de convênios com a Embrapa do ponto de vista de avanço tecnológico.

As ações desenvolvidas no Governo passado ainda, como securitização das dívidas e a introdução do modelo frota, um programa que permite a modernização do parque motomecanizado – tínhamos um parque motomecanizado totalmente sucateado nos últimos anos, que este Governo implementou ainda com mais vigor –, foram fatores que criaram uma condição favorável para a agricultura crescer.

Os preços das *commodities* agrícolas nos últimos três ou quatro anos também empurraram bastante a agricultura para certas áreas novas do País.

A definição de juros pré-fixados para o crédito rural, particularmente para investimentos também no custeio agrícola, deu confiança ao produtor rural para continuar investindo, e um dado relevante foi a mudança cambial. A mudança do câmbio em 99 foi um grande impulsionador também para esse progresso da agricultura brasileira.

Esses sete fatores somados são os responsáveis por esse crescimento espetacular da agricultura e que continua fazendo do agronegócio brasileiro um setor muito vigoroso.

Temos um ano complicado, como vamos ver em seguida, para algumas *commodities*, não obstante o café, a cana-de-açúcar, o suco de laranja e as carnes tenham ainda condições muito positivas.

Esse progresso formidável da agricultura brasileira nos permitiu esse saldo comercial (como a linha azul mostra), que tem o condão de ser maior que o saldo comercial do País como um todo.

Esse gráfico é de 1980. O saldo comercial da agricultura é sistematicamente crescente. É uma linha

de crescimento, o que mostra que a competitividade cresceu com o aumento da produção. A conquista de novos mercados não se deu simplesmente porque aumentamos a produção, mas o saldo comercial mostra que avançamos também reduzindo importações de produtos agrícolas de outros países, enquanto que a linha verde mostra que até o Plano Real havia um superávit no setor industrial dos serviços que depois entrou em déficit. Agora, felizmente, graças a investimentos rigorosos também nessas outras áreas, começa a ficar superavitário.

A próxima transparência, só para trazer alguns esclarecimentos, mostra que a soja é hoje o grande produto de exportação do agro-negócio. Representa 1/4 das nossas exportações, seguida por carnes, derivados de madeira, açúcar e café. Esses são os principais produtos da nossa exportação.

A próxima transparência vai mostrar os principais mercados que são objetos da nossa exportação.

O nosso principal mercado é a União Européia, com quase 35% das exportações, seguida dos Estados Unidos, com 15% das exportações. Há um vigoroso crescimento da China, que hoje já é o terceiro país, com 7,2%, e a Ásia, como continente – se somarmos a Ásia com a China –, já é maior que os Estados Unidos. Como país, os Estados Unidos são o segundo, considerando a União Européia como um grupo.

Aqui só há uma coisa relevante, Senador, que é a participação do Mercosul. Ela representa apenas 2,9% do mercado brasileiro, portanto é totalmente irrelevante quando comparada com a dos Estados Unidos, da União Européia e dos países asiáticos, liderados pela China.

Por essa razão, como veremos em seguida, o Ministério da Agricultura tem colocado um peso muito grande nas negociações internacionais, tendo em vista a União Européia e os Estados Unidos – portanto, a relação do Mercosul com a União Européia e com a Alca, porque aqui estão os grandes mercados para o Brasil avançar.

Vamos falar um pouco sobre o potencial do agro-negócio e em que isso pode atrapalhar ou não.

Há um dado óbvio que mostra o seguinte: a população vem crescendo no mundo todo e, portanto, o número de hectares **per capita** disponível só pode diminuir, porque o volume de área agricultável não muda em um hectare, em lugar nenhum do mundo, a não ser na Holanda, onde os holandeses tiveram a competência fantástica de conquistar certas partes do mar para a agricultura. O que há é uma redução da oferta de hectares **per capita** no mundo moderno.

Enquanto isso, no Brasil, vamos observar um dado extraordinário. Há, no Brasil, 47 milhões de hec-

tares com culturas anuais e 15 milhões de hectares com culturas permanentes: frutas, café, cana-de-açúcar, etc. Ou seja, o Brasil tem 62 milhões de hectares cultivados, hoje, e tem 220 milhões de hectares de pastagens. Quando digo pastagens, Srs. Senadores e Srs. Deputados, falo de áreas já conquistadas do cerrado ou da floresta. Portanto, não é área que vai ser desflorestada, é a área já conquistada. Então, o Brasil tem, guardem esse número, por obséquio, 62 milhões de hectares cultivados e pouco mais de 220 milhões de hectares de pastagem.

No próximo bloco, vamos verificar o seguinte: há um estudo recente que demonstra, Senador, que podemos transformar, desses 200 milhões de hectares, em área agricultável... está fora de ordem. Bom, vou falar, está nesse caderninho que os senhores receberam.

Há dois estudos muito recentes, sendo que um deles foi feito pela Bunge, uma empresa multinacional interessada em agro-negócio e investimento em agricultura. Ela fez uma avaliação, no mundo, de que países seriam interessantes para investimento, sob o ponto de vista de agricultura e agro-negócio. Concluiu esse estudo internacional que o Brasil terá que produzir, nos próximos 10 anos, mais 60 milhões de toneladas de grãos para atender a demandas crescentes no mundo todo. Devemo-nos lembrar, pelo mapa que vimos atrás, que a produção deste ano será próxima de 120 milhões de toneladas de grãos, que demoramos 500 anos para chegar a isso e que teremos, em mais dez anos, que obter uma demanda adicional de 60 milhões de toneladas de grãos, principalmente de soja e milho. Isso cria uma expectativa de se incorporarem dois milhões de hectares por ano, que hoje são ocupados com pastagens, na agricultura.

O outro estudo, feito pelo setor de fertilizantes, demonstra coisa semelhante: o progresso tecnológico da pecuária de corte brasileira é de tal magnitude, é de tal ordem, que a expectativa é de que a gente tire muito mais carne por hectare. Há 10 anos, um boi, para ir para o frigorífico, demorava três anos e meio, quatro anos. Hoje, vai com 18 meses, com praticamente o mesmo peso. Então, a gente roda muito mais boi por hectare. O que significa uma redução da demanda de área de pasto, ainda que a pressão de carne venha a aumentar. Então, vamos aumentar a oferta de carne, reduzindo a pastagem. E esse estudo sobre fertilizantes mostra-nos que, nos próximos quinze anos, 30 milhões de hectares de pastagens serão destinadas à agricultura, o que representa, de novo, dois milhões de hectares regionais por ano. Então, quem vem de fora, e examina isso e imagina que dois milhões de hectares possam ser incorporados por ano, vai imaginar que é uma missão impossível. Não é. O Brasil tem incorpo-

rado, por ano, nos últimos quatro ou cinco anos, mais que dois milhões de hectares por ano. Então, temos perfeitas condições de avançar e com uma característica, Srs. Senadores: a de que esse avanço da agricultura não se dará na fronteira agrícola, na Amazônia, em outras áreas, mas, sim, em áreas hoje ocupadas com pastagens nas regiões mais valorizadas e com menor infra-estrutura. Refiro-me a Minas Gerais, a Goiás, a Mato Grosso do Sul, a São Paulo, ao Paraná. É aqui que a agricultura vai crescer mais, porque é aqui que a pastagem não tem mais uma remuneração adequada para o produtor de carne. Então, esse é o cenário que a agricultura brasileira nos oferece: um potencial crescimento. Só na área de grãos, serão dois milhões de hectares por ano nos próximos quinze anos.

Há um outro assunto, que eu gostaria de tratar com mais ênfase, oportunamente, que é a questão da bioenergia. V. Ex^a conhece bem esse assunto em seu Estado. Costumo dizer, Senador, que uma das maiores, senão a maior, insanidade coletiva da humanidade foi ficar dependendo inteiramente de um produto que vai acabar um dia: o petróleo. Nós, em menos de um século, ficamos dependentes do petróleo, quando tínhamos toda uma história milenar de energia a partir da biomassa. Pois bem, os preços do petróleo desse ano e as circunstâncias que vimos observando no cenário internacional nessa área já dão a notícia, hoje irrecorrível, de que o petróleo vai acabar. Vai demorar 50, 60 anos, não importa. É claro que o petróleo vai acabar. E o mundo começa a se debruçar sobre essa questão da energia alternativa ao petróleo, buscando novas matrizes energéticas. Então, já se fala em hidrogênio, já se fala em energia a partir da energia solar, já há uma quantidade enorme de estudos sendo realizados em vários países do mundo nessa direção. Mas o que é imediato, e pode ser obtido rapidamente, é a alternativa a partir da biomassa. E o Brasil tem o testemunho disso com o programa do etanol e agora com o biodiesel. Então, podemos transformar a agricultura mundial, em função da bioenergia, em um novo paradigma de agricultura.

Vou colocar aqui um tema extremamente ambicioso e complexo: a agricultura só ganhou um Prêmio Nobel da Paz em toda a história do Prêmio Nobel da Paz, que foi dado a um cientista americano, chamado Norman Borlaug, que fez a Revolução Verde no México e acabou com a fome nos países da América Central e no Caribe. Por isso, ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Pois bem, o Brasil sinaliza, hoje, para um horizonte na mesma direção, porque a produção de energia líquida, combustíveis líquidos, etanol ou biodiesel, tem várias perspectivas. A primeira perspectiva é a de produzir uma energia muito mais limpa do ponto de vista ambiental,

muito menos poluente. Segundo, vamos produzir álcool e biodiesel nos países em desenvolvimento para suprir os países desenvolvidos. Isso significa o quê? Renda e emprego nos países em desenvolvimento, reduzindo, portanto, a distância entre ricos e pobres, reduzindo as crises bélicas que surgem sempre em torno da região petrolífera no mundo. Portanto, um projeto de agricultura renovável, de energia renovável a partir da agricultura, é um projeto que sinaliza a defesa da paz. O Brasil tem padrão tecnológico para isso. Podemos dar ao mundo o exemplo de uma agricultura que um dia poderá merecer um prêmio Nobel da Paz. O Presidente Lula tem tido muita clareza nesse processo e o biodiesel é um dos programas prioritários do seu Governo, porque tem clareza desse processo.

Para que tenhamos uma idéia, hoje, a área cultivada com cana-de-açúcar no Brasil é de 5,5 milhões de hectares. Desses, metade é usada para o açúcar e metade para o etanol; ou seja, 2 milhões e 750 mil hectares são usados para o etanol. Produzimos hoje 14 a 15 bilhões de litros de etanol e consumimos 90%, e podemos exportar o resto.

Estive, na semana passada, na Europa e, anteriormente, na Tailândia, enfim, o interesse mundial pelo etanol ganhou uma dimensão tão espetacular que é o assunto prioritário da discussão entre o Brasil e o Japão, na viagem que o Presidente Lula efetuará ao Japão no próximo mês de maio. Estamos olhando isto como uma possibilidade que permite, além dos 30 milhões de hectares que os grãos incorporarão, abrir mais horizontes de 4 a 5 milhões de hectares para a cana-de-açúcar ou mamona ou o dendê na Amazônia ou produtos como o girassol e a soja no Centro-Oeste e no Sudeste brasileiro, na direção dos combustíveis renováveis. Então, é realmente uma possibilidade espetacular.

Tudo isto tem condições de ser efetivado. Temos um conjunto de fatores positivos dos quais três são fundamentais. O primeiro é a terra disponível. Não há país no mundo que tenha três vezes mais terra para incorporar na área agrícola do que hoje está sendo cultivado como é o caso do Brasil. Nenhum país no mundo tem essa condição. Segundo, temos tecnologia tropical. Já falei sobre a Embrapa e sobre outros órgãos de pesquisas que o Brasil tem. São formidáveis. E, terceiro, temos gente. E, aqui, há um dado, Srs. Senadores, que realmente é relevante. O Brasil tem hoje uma juventude na agricultura. Na Europa, a idade média dos produtores está crescendo quase que um ano por ano, porque os jovens não ficam na agricultura. A idade média dos agricultores europeus, hoje, é superior a 54 anos – idade média. Não significa que sejam velhos. Ao contrário, velho é quem tem 20 anos

mais do que a gente. De modo que este é um critério móvel de senilidade, o que é muito positivo.

Mas não estão ficando jovens na Europa, e nós temos hoje uma agricultura inteiramente liderada por jovens. Basta vermos as lideranças rurais em cooperativas, sindicatos em todo o Brasil. Ficamos entusiasmados com a juventude. E outra: é uma juventude que leva em consideração o gênero.

Sou Professor universitário desde 1967 – na Universidade Estadual Paulista em Escola de Agronomia. Quando me formei, há 40 anos, numa turma de 100 formandos, havia 4 ou 5 mulheres. Hoje metade dos estudantes de Agronomia e Veterinária são mulheres. Portanto, as moças vêm vindo para a agricultura e com uma competência formidável na área de gestão. A agricultura brasileira, então, tem um horizonte de gente que nenhum outro país do mundo tem. Então com clima, terra, gente e tecnologia, ninguém vai nos segurar, salvo alguns problemas que temos – são alguns gargalos que estão afetando a nossa condição de avançar. Entre eles, a falta de dinheiro. V. Ex^a fez uma referência a isto, sobre o problema orçamentário. E isto nos perturba na pesquisa, na defesa e em investimentos fundamentais para a agricultura.

Neste ano, estamos com um contingenciamento havido aí perdendo realmente um volume significativo de recursos. Felizmente, a pesquisa não foi afetada porque nós conseguimos que a Embrapa não tivesse o orçamento contingenciado sob nenhuma condição. Mas perdemos recursos em defesa e investimentos por ser muito complicado.

Um segundo problema é o de infra-estrutura logística, mais conhecido do que qualquer outro problema. O Senador Jonas Pinheiro tem sido um permanente lutador por essa área no seu Estado, e lá, realmente, há um problema significativo de perda de renda da agricultura por causa de infra-estrutura logística.

Fizemos um trabalho, apresentado ao Ministério dos Transportes, no passado, – e foi a Conab quem fez isto para nós – colocando todas as rodovias brasileiras, estabelecendo qual a tonelagem de grãos que passa por cada rodovia e, com isto, definindo uma priorização nas rodovias a serem reformadas ou reformuladas para que se pudesse construir uma melhor propositura para o escoamento da safra. E isto está sendo tratado com muita atenção pelo Ministério dos Transportes.

Mas a questão de infra-estrutura logística é muito séria.

Tenho dito, há anos, que o crescimento da agricultura brasileira pode transformar-se numa pororoca: crescer tanto que a safra se volte contra o produtor, porque não tem onde estocar, não tem como escoar, não tem porto, e a coisa pode se complicar, inclusive

com uma questão específica num porto do Estado do Paraná.

O terceiro gargalo é a questão de mercados. É óbvio que não adianta nada aumentar a produção se não tiver quem compre a nossa produção. Então, a luta por mercados é essencial para nós – e aí as negociações com a OMC vão andando de maneira muito lenta, mas positiva. A OMC fez um documento referencial em agosto do ano passado, que é o *framework* que estabelece os conceitos e princípios pelos quais se nortearão as negociações mundiais, inclusive na agricultura.

Esses conceitos estabelecem os três pilares básicos da negociação, que são: acessos a mercados, estímulos a exportações e políticas de apoio interno. Serão todos reduzidos, de tal forma a abrir mercado nos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Esse é um mecanismo que vai avançar lentamente. Os resultados concretos do ponto de vista comercial não ocorrerão antes de sete, oito, dez anos.

Então, há um longo caminho a percorrer se conseguirmos, como espera a liderança mundial hoje situada na OMC, resolver a rodada de Doha até o final do ano que vem.

Por isso, consideramos fundamentais as negociações da União Européia com o Mercosul e na Alca, porque são os principais mercados que temos e que representam, uma vez formalizados, imediato e concreto aumento de comércio.

Há um estudo realizado pelo Ministério da Agricultura e pela CNA, demonstrando que um acordo feito entre União Européia e Mercosul aumenta as exportações agrícolas brasileiras, em um ano, em US\$2 bilhões, o que não é um dado desprezível.

Os próximos problemas que nos afligem em relação a isso são o marco legal, para que investimentos ocorram, de fato, tanto por brasileiros como por estrangeiros. Estive, há poucos dias, numa reunião em Nuremberg, na Alemanha, para uma feira internacional de produtos orgânicos, e fui procurado por investidores estrangeiros interessados em produzir etanol, por exemplo, ou até açúcar no Brasil, mas queriam ter segurança quanto a contratos e à propriedade privada, que deve ser garantida para que não haja perda de confiança nesse processo.

E, finalmente, um gargalo que existe é a modernização da máquina pública – falarei mais tarde sobre o que fizeram no Ministério da Agricultura, dentro do conceito de que a máquina pública tem de ser uma alavanca para o progresso e não um breque para o progresso do setor privado brasileiro.

Isso é um pouco dado de nivelamento em relação ao estado da arte da agricultura no Brasil, no agronegócio brasileiro.

Tratarei um pouco agora dos problemas específicos de 2005, que são muito duros e exigem decisões realmente fortes.

Cinco produtos estão sendo afetados no mundo inteiro pelas circunstâncias que estão sendo apresentadas aqui. São: algodão, arroz, milho, soja e trigo, cinco *commodities* brasileiros. Reitero que não há problema no café, não há problema no açúcar, não há problema em carnes, diretamente falando, mas esses cinco produtos são afetados. Por quê? A produção mundial aumentou entre este ano e o ano passado nestes números: algodão em 2%, arroz em 3%, milho... Todos tiveram aumento de produção mundial significativa, o que fez com que os estoques mundiais crescessem de maneira extraordinária, derrubando os preços internacionais, exceto para o arroz, que não é um produto de comércio mundial importante. O arroz é um produto de comércio local. Ele é produzido e consumido no mesmo país. Só 10% da produção mundial de arroz são comercializadas internacionalmente; 90% são consumidos internamente.

Aumento de produção e aumento de estoques derrubaram os preços internacionais. Vejam só: algodão, milho, soja e trigo tiveram quedas brutais de um ano para o outro.

Por outro lado, os estoques brasileiros, à exceção do milho, que não cresceu, até por causa da quebra de produção deste ano, também cresceram vigorosamente, e os preços internos também caíram, seja pelo valor em dólar, seja pelo câmbio, que hoje desfavorece a produção rural brasileira, em uma safra em que os custos de produção subiram espetacularmente, em média 17%.

Veremos o próximo quadro.

Estamos vivendo um mundo muito ruim para a agricultura brasileira para essas cinco *commodities*. Esse quadro explicita um outro dado: os investimentos.

Os investimentos feitos pelos produtores – que, reitero, é fruto da confiança dos produtores brasileiros na sua atividade – foram extraordinários. Investimos, nos últimos seis anos, US\$ 21 bilhões em máquinas agrícolas, no Moderfrota, em irrigação e em armazenagem. Houve um extraordinário volume de investimento. Só no ano passado, R\$ 7 bilhões foram investidos pelos produtores rurais brasileiros, e a expectativa para este ano é de investimento de R\$ 10 bilhões. Esses números são realmente impressionantes e nos levam a concluir que há o endividamento do setor.

A próxima transparência mostra outro dado curioso em contraposição à ação do Governo em relação ao setor privado. A linha amarela, já repetida em outros gráficos, mostra a produção de grãos em crescimento espetacular, enquanto os recursos orçamentários para apoiar a safra brasileira com aquisição do Governo Federal, com programas de leilão de opções, com o PEP e outros programas que ajudam a agricultura a sustentar a renda caíram espetacularmente. O ano de 2004 foi o pior ano da história recente em termos de orçamento do Ministério da Agricultura para essa atividade. Foram destinados R\$ 247 milhões, no ano passado, para atender a uma demanda espetacular de crescimento.

Neste ano, solicitamos R\$ 2 bilhões. Esse valor está previsto no Orçamento, mas não está disponível. O Ministro Palocci nos concedeu mais de R\$ 250 milhões, e ficamos com mais de R\$ 500 milhões este ano para atender à demanda da safra brasileira. Mas, com os problemas que estamos vivendo de quebra de preço, de aumento de custos de produção e de perda de renda somados à questão da queda da safra causada pela seca, a demanda é de pelo menos mais R\$ 1 bilhão. Se isso não ocorrer, não conseguiremos atender à pressão vigorosa e absolutamente realista dos agricultores brasileiros.

A crise deste ano pode ser explicada por uma equação que estou tentando colocar aqui. Em função das demandas que cresceram no mundo inteiro por insumos agrícolas – fertilizantes, máquinas e defensivos-, e pelo aumento do preço de petróleo e do aço, os custos de produção subiram para a agricultura brasileira de maneira espetacular. Soma-se a isso, o que houve com as ofertas e os produtos agrícolas, levando o preço para baixo. Então, os custos subiram e os preços caíram. Some-se a isso o endividamento por causa dos investimentos feitos pelos produtores nos últimos cinco anos.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Fora juros, assunto de que não vou falar hoje.

Os custos subiram, os preços caíram, o endividamento cresceu e, ainda por cima, houve queda de produção por causa da seca. É o pior mundo possível o que essas cinco *commodities* estão enfrentando hoje em todo o País. É óbvio que a seca é muito mais dramática no Rio Grande do Sul, mas o Estado de Santa Catarina teve problemas sérios com a seca, assim como o Paraná, Mato Grosso do Sul, Tocantins e algumas poucas regiões do Mato Grosso. O Nordeste viverá uma seca fora do comum este ano. O Inmetro está mostrando isso claramente. É um quadro cuja

resultante é de perda de renda para a agricultura, de clara perda de renda.

Cada milhão de toneladas colhidas a menos representa uma perda de renda de R\$ 500 milhões brutos no setor rural brasileiro. A estimativa era 132 milhões de toneladas, como dissemos no começo. Já estamos em 123 milhões de toneladas, mas o mercado – a Conar está no campo para fazer um levantamento. Depois da seca, de fevereiro, teremos mais uma informação, mas o mercado já trabalha com número inferior a 120 milhões. Fala-se em 118 milhões de toneladas. Ou seja, se sairmos de 132 milhões para 118 milhões, estamos perdendo 14 milhões de toneladas ou R\$7 bilhões. É um negócio realmente brutal a perda que o setor rural tem e que a economia brasileira terá nessa direção.

Some-se essa perda de renda ao problema do sucateamento de estradas, portos, ferrovias, etc, que, com o alto preço do produto agrícola, o produtor bancava a fila no porto de Paranaguá, bancava o navio esperando, bancava a distância do centro de produção para o escoamento, porque tinha dinheiro para bancar. Mas, com essa perda de renda, há o quadro da crise que estamos vendo hoje. Então, essa é a realidade.

Reitero as Sr^{as} e aos Srs. Senadores, com muita clareza, que o agronegócio como um todo não tem a mesma crise. Embora os custos de produção tenham afetado também a laranja, o café, a cana, etc, os preços desses produtos não sofreram os prejuízos porque não houve oferta no mundo como nos demais produtos. Então, estes cinco produtos – algodão, soja, milho, trigo e arroz –, sim, vivem uma crise terrível no Brasil neste ano. O agronegócio como um todo não tem a mesma crise. Portanto, é possível que a perda do PIB desses cinco produtos seja compensada, pelo menos em parte, pela maioria dos outros produtos.

As exportações brasileiras deverão cair um pouco, mas não muito porque açúcar, café, suco, carnes terão mercados positivos neste ano. O que deve cair bastante, sim, é o saldo comercial por causa da questão cambial, que viabiliza importações muito mais macias para os produtos agrícolas. Então, essa é a equação da crise brasileira de hoje.

Como enfrentar isso? Estamos propondo vários mecanismos. Alguns deles já estão aprovados pelo Governo, pela área fazendária e já em funcionamento, mas, entre esses, os mais importantes são: primeiro, apoio à comercialização. Aqui, há dois pontos. Primeiro, estamos colocando – o Banco do Brasil vem trabalhando com isso, e os bancos privados, de certa forma, também – R\$3 bilhões a mais para a comercialização da safra brasileira, particularmente, para empurrar a economia.

Qual é a idéia do Ministério da Agricultura, Sr^{as} e Srs. Senadores? Temos que tirar a safra da frente, temos que eliminar o problema para avançarmos no futuro. Há uma condição conjuntural e uma condição setorial muito grave, muito negativa. Então, temos que tirar isso da frente para podermos avançar, temos que atravessar esse vale de lágrimas e sair, do outro lado, com uma ação consistente para que o setor não perca velocidade em seu crescimento. Temos que atravessar esse pântano que está pela frente. A idéia é recurso para comercialização. Aqui, o fundamental é R\$1 bilhão adicional de recursos para o 2 OC, porque, com dinheiro – o Senador Jonas Pinheiro conhece isso perfeitamente e, aliás, foi o autor da emenda orçamentária que alocava esses recursos e que, infelizmente, depois, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não pode respeitar por razões de outra natureza. Mas precisamos desse R\$1 bilhão de recursos para o 2 OC, senão, não temos instrumentos para apoiar adequadamente a comercialização agrícola.

Hoje, não temos mais nada. O que tínhamos de dinheiro já fizemos com apoio ao trigo, um pouco de apoio ao algodão e ao arroz. Não temos condições de fazer mais nada. Se eu pudesse aproveitar esta reunião e pedir apoio da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado para que possamos arrumar esse dinheiro junto aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, aproveitaria este momento de maneira um pouco cabotina. Mas não posso perder a oportunidade de levantar esse tema que é central para que a crise agrícola deste ano tenha uma solução importante.

Estamos trabalhando também na área de investimentos. A idéia é prorrogar para o final do contrato os financiamentos de investimento para os produtores, caso a caso, mas, evidentemente, os produtores dos Municípios com calamidade pública terão de ser todos atendidos. Não há condições. O sujeito que perdeu 40% a 50% da produção não tem como pagar investimento nem custeio. Estamos discutindo, inclusive, tivemos uma reunião ontem com o Banco do Brasil – está aqui nosso Diretor de Crédito Rural, o Dr. Derci Alcântara. O Banco do Brasil já tem até instrumentos institucionais para prorrogar, caso a caso ou de maneira mais ampla, os contratos de custeio que não são passíveis de pagamento. Fizemos já, com a concordância do Ministério da Fazenda, um alongamento dos custeios de trigo e algodão para dar um pouco mais de espaço, e estamos trabalhando em conjunto com o Ministério da Fazenda numa alternativa para as cooperativas agrícolas.

Por quê? Porque muitos produtores obtêm crédito direto junto ao sistema financeiro e fazem sua produção, mas muitos outros só obtêm crédito em coope-

rativas, que colocam seu capital de giro, sua própria condição de acesso ao crédito para apoiar os produtores – crédito para custeio e para comercialização – e, num momento de crise, os produtores não podem pagar as cooperativas e elas ficam inteiramente sujeitas a um procedimento de cobrança que não há como atender. As cooperativas estão trabalhando conosco e, em conjunto com o Ministério da Fazenda, estamos trabalhando num programa de cotas-partes para poder financiar os cooperados para que eles possam apoiar as cooperativas no pagamento que elas têm de fazer em relação ao futuro.

Há outras ações que não são, digamos, emergenciais, mas fazem parte...Temos de aproveitar a lição dessa crise para trabalhar nelas, trabalhar mais em infra-estrutura, mexer na navegação de cabotagem, que é um programa sério para nós, garantir recursos para a subvenção do seguro rural e trabalhar com o Itamaraty, Ministério da Fazenda, dentro da Câmara de Comércio Exterior (Camex) para que tenhamos algumas ações, sobretudo nos Estados do Sul, que restrinjam a ação predatória de importações de alguns produtos do Mercosul.

Essas são as ações que estão sendo propostas e discutidas pelo Governo. A questão dos investimentos já foi aprovada; a questão do custeio já está sendo tratada pelo Banco do Brasil; e outras ações estão sendo ainda negociadas para que consigamos sair da crise de maneira positiva.

Feita essa avaliação da crise atual, Srs. Senadores, vou colocar rapidamente aqui, para podermos terminar – estou avançando muito em nosso tempo –, os principais desafios que se nos apresentam – todos eles são ligados à renda no campo.

Há a questão da política agrícola – o Dr. Ivan Wedekin, nosso Secretário de Política Agrícola, está aqui conosco também. Estamos criando novos papéis – foram aprovados pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados no final do ano passado – que vão viabilizar novos instrumentos de renda.

A questão da defesa sanitária é absolutamente essencial. Todos se lembram do que aconteceu recentemente, o problema com a Rússia: um foco de aftosa no Estado do Amazonas fez com que a Rússia suspendesse a importação de carne bovina, de frango e de suíno do Rio Grande do Sul. Não há argumento técnico que sustente essa decisão, mas não importa: o argumento é político. Temos de acabar com a aftosa no Brasil, essa é uma cruzada quase religiosa. Tenho trabalhado com isso. O Presidente da República está firme conosco nesse projeto e, inclusive, enviou correspondência a todos os presidentes dos países da América do Sul para que trabalhássemos juntos nes-

se programa. Se o Brasil não acabar com a aftosa, a aftosa acaba com nossa competitividade no mercado internacional de carne.

Temos de avançar em padrões tecnológicos, e a legislação aprovada pelo Senado Federal em relação à biossegurança – e agora pela Câmara dos Deputados e sancionada pelo Presidente da República – abre novas fronteiras para a agricultura brasileira sob o ponto de vista de biotecnologia. Há muito trabalho pela frente para avançarmos nesse tema.

A questão da agroenergia já coloquei aqui rapidamente: precisamos trabalhar com agregação de valor. Esse é um assunto que sempre me preocupa muito. Um exemplo claro é o do café: somos o maior produtor mundial de café, temos quase um terço do mercado mundial de café, mas temos menos de 2% do mercado mundial de café torrado e moído.

Vejo aqui o Secretário Silas Brasileiro, membro da Câmara dos Deputados também. S. Ex^a conhece esse assunto muito mais do que eu. Também aprovamos no ???? dessa semana, Deputado Silas Brasileiro, aquele famoso programa da antecipação de colheita para o café, o que vai resolver uma boa parte de nossos problemas.

Agregar valor é uma questão fundamental para nós todos. Não é uma coisa singela, não basta fazer fábricas de café torrado e moído, porque deve haver um acordo com os distribuidores lá fora, senão a coisa fica sem consistência.

Estamos trabalhando com agricultura orgânica, com câmaras setoriais muito fortes, trabalhando muito negociação internacional e dando uma forte ênfase – porque essa é a decisão do Presidente da República – ao cooperativismo e ao sociativismo rural, trabalhando com essas áreas no apoio ao Programa Fome Zero.

Para tudo isso, fizemos uma mudança profunda na estrutura do Ministério da Agricultura. Tínhamos quatro secretarias: uma de política agrícola, uma de defesa agropecuária, uma de apoio ao cooperativismo e uma que era uma espécie de substituto do IAA e do IBC, cuidava de café e de açúcar.

Examinando a estrutura do Ministério da Agricultura, que tinha sido reformada pela última vez de maneira integral pelo maior Ministro da Agricultura no período militar, o grande Ministro Alysso Paulinelli. Desde então, a estrutura tinha sofrido pequenas alterações, sempre tentando adequar o Ministério à realidade da agricultura brasileira, e fizemos agora uma reforma ampla para dar uma alavancagem ao setor rural. Impressionou-me muito não existir no Ministério da Agricultura uma área de planejamento estratégico.

Olhamos para trás e vemos que, há 50 anos, o café representava mais da metade das exportações

agrícolas do Brasil; hoje, 5%. Soja não existia há 30 anos; hoje, é ¼ das exportações da agricultura brasileira. A pergunta é: o que o Governo fez para ajudar nisso? Muitas vezes, o Governo atrapalhou. No caso do café, atrapalhou, porque fez acordos que beneficiaram países concorrentes e reduziram nossa participação concorrencial no mercado de café. A idéia é fazer um grande programa de planejamento estratégico. Aqui, Srs. Senadores, a questão é singela.

Contratei um pequeno grupo de técnicos de alto nível nessa área que trabalharão em parceria com universidades e institutos de pesquisa para responder a três perguntas fundamentais.

Primeira pergunta: o que o mundo consumirá daqui a 30 anos a partir da agricultura. Considerando que a idade média do cidadão crescerá, todos os anos aumentamos a expectativa de vida do cidadão no mundo inteiro, considerando o poder aquisitivo a população que está mudando no mundo todo, considerando a oferta de terra, de água, os hábitos alimentares, considerando as exigências de consumidores em termos ambientais, considerando tecnologia disponível e sobretudo, considerando quem produzirá isso. Olhando esse cenário daqui a 30 anos, quem consumirá o quê? O que será consumido no mundo?

Fizemos a segunda pergunta: nesse cenário, o que poderá o Brasil abiscoitar? Dentro do consumo mundial daqui a 30 anos, do que o Brasil pode ser fornecedor?

Terceiro: que políticas teremos que desenvolver para que esse potencial possa ser efetivado pelo Brasil? Essa é a linha que a assessoria de planejamento estratégico está desenvolvendo.

Criamos também uma área nova, que é uma secretaria de relações internacionais, com o seguinte conceito: temos procurado ajudar os nossos negociadores no Itamaraty, que de direito negociam todos os acordos internacionais. Criamos a secretaria com três áreas: promoção comercial, negociações internacionais e acordos sanitários. Temos mais de 140 acordos sanitários, com mais de uma centena de países, mas ainda é absolutamente insignificante diante do quadro que existe esse acordo sanitário. Estamos criando uma área que dará uma grande alavancagem para assessorar os negociadores internacionais do Itamaraty nas suas ações mundiais. Isso é uma coisa importante. Tenho pregado muito o fato de que deveria ter adidos agrícolas em várias Embaixadas. Mas, com esse apoio que estamos dando ao Itamaraty, vamos suprir essa demanda que era muito importante. Criamos uma secretaria de produção de água e energia, exatamente para dar ênfase a essa questão de biocombustíveis e de água e energia, de maneira geral,

como um horizonte importante para o País. E temos, como todos sabem, superintendências regionais. Em cada Estado, há uma superintendência que representa o Ministério da Agricultura nas ações diretas em relação à fiscalização e até mesmo a eventuais penalidades colocadas quando necessário. Então, essa é um pouco a estrutura do Ministério da Agricultura, que estamos terminando de implementar com o apoio do Sr. Presidente. Aqui é preciso que seja dito que houve uma fortíssima participação dos Srs. Senadores nisso, os Senadores Osmar Dias, Jonas Pinheiro, Delcídio Amaral foram muitos fortes na aprovação dessa reforma, que depois foi aprovada pela Câmara dos Deputados e sancionada pelo Presidente da República.

Então, houve aqui um grande apoio do Senado e da Câmara dos Deputados, e é preciso que eu reitere a vigorosa participação do Ministro José Dirceu a nos ajudar a implementar esse projeto de reforma. Então, esse é um pouco o conjunto de informações, Srs. Senadores, que eu gostaria de trazer aqui hoje. Quero terminar dizendo duas coisas aqui fora do *script*. A primeira é que, como V. Ex^a disse, em seu pronunciamento inicial, Senador Sérgio Guerra, que a sociedade brasileira, de alguma forma, mudou a sua visão em relação à agricultura do País e ao agro-negócio brasileiro. Hoje, há um reconhecimento da importância desse setor. Mas ainda há segmentos que desmerecem a agricultura. Já ouvi, por exemplo, gente dizendo: “mas lá vem a agricultura reclamar de novo, porque tem a seca, tem gordura para queimar, acumulada nos últimos anos”. Não existe isso. A agricultura não acumula gorduras. A agricultura é como bicicleta: se parar de pedalar, cai. Então, o setor tem que produzir sempre, sempre, para pagar dívida, para pagar imposto, para pagar o que der e tocar pra frente.

Só para dar um testemunho disso, meus filhos, que são agricultores, me mostraram que soja, este ano, era um produto que não podia plantar. Seriam necessários quarenta e nove sacos por hectare para vender por a 9 dólares para empatar. Não é uma produtividade fácil de obter. Então, eu estava, como produtor rural, decidindo não plantar soja. Aí, eles me mostraram o outro lado. O produtor de soja, quando vende a soja e o caminhão vai para o porto, volta com o adubo e defensivo para a próxima safra. Eu já tinha comprado para a próxima safra e num câmbio mais alto do que está hoje ainda por cima. Então, eu já tinha o adubo e o defensivo comprados. Eu tenho os tratores lá na fazenda; os funcionários estão lá. O armazém está lá. Se eu não plantasse, eu teria o prejuízo claro de tanto. E, se eu plantasse, poderia ter uma chance de o prejuízo ser menor ou até, quem sabe, ter um lucro na soja. Então, é a bicicleta. Você não pode não plantar,

porque a estrutura que você tem exige que você plante. Então, a agricultura não tem gordura acumulada. Se o sujeito ganhou dinheiro um ano, o que ele faz? Compra um trator novo, faz um armazém novo, capitaliza a cooperativa dele. Por quê? Para ser mais competitivo e mais eficiente. Então, a agricultura não tem gorduras para queimar. Ela tem que estar sempre avançando, investindo, para ser mais competitiva e eficiente. E ela é, portanto, a grande locomotiva do País.

Eu vou me permitir aqui, mais uma vez, uma imagem desse assunto que uso sempre. O Senador Jonas Pinheiro já ouviu falar sobre isto pelo menos umas cinquenta vezes em seu Estado e em outras regiões do País, mas é muito claro este exemplo. Uma propaganda que vi na televisão uma vez, durante a transmissão de jogos da Copa do Mundo, sobre cerveja, propaganda de cerveja, em que aparecia o Ray Charles tocando piano, a Daniela Mercury dançando e cantando, e a Kim Basinger fazendo feijoada com uma colher de pau. Era nos intervalos da transmissão dos jogos da Copa do Mundo. Era um comercial bonito. O Ray Charles é extraordinário; a Daniela Mercury, mais extraordinária do que ele. A Kim Basinger fez o filme 9 ½ Semanas de Amor. Sempre considere isso um abuso de autoridade – deveria ser muito menos do que isso.

Enfim, o anúncio era maravilhoso. Cerveja é algo delicioso, a música era bonita, mas fiquei preocupado, ao pensar quantos milhões de brasileiros estavam assistindo ao anúncio naquele momento e imaginavam que aquela propaganda somente havia sido veiculada, porque, no Paraná, em Guarapuava, há um colono plantando cevada para fazer cerveja. Aquele cidadão planta a cevada com juros altos, sem seguro rural, sem subsídio nenhum e, além disso, precisa competir com o francês e o canadense, que recebem subsídio para plantá-la. Esse plantador paranaense enfrentava geada, chuva de pedra, gafanhoto, etc. e levava sua cevada para uma maltaria, dando emprego a operários no ramo de malte, na fábrica de cerveja, de garrafas de cerveja, de rótulos de cerveja, de tampinha de garrafa, de latinha de cerveja, de caixas para guardar garrafas e latas de cerveja. É esse produtor que dá emprego em fábricas de caminhões para transportar as caixas de cerveja; de geladeiras para gelar a cerveja; de copos para tomar cerveja; de mesas e cadeiras de botequim. É ele quem dá emprego às costureiras que fazem paletós do garçom que serve a cerveja. Ele também dá emprego ao marqueteiro, que faz a propaganda de cerveja. Isso é cadeia produtiva.

O Ray Charles estava tocando piano, que é feito de madeira. O sujeito tocava violino, também de madeira. Pensam que madeira nasce na fábrica de piano? É preciso plantar árvores para obtê-la. Aliás, o sujeito do

violino estava lendo uma partitura, e a Kim Basinger lia uma receita de papel. Papel vem de árvore, não nasce em resma, como as pessoas pensam. É preciso plantar árvores, para obter madeira e papel. A agricultura está por trás disso.

O Ray Charles tocava piano, vestido com uma calça jeans. Jeans é feito de algodão. Não existe Lee sem algodão. A Daniela Mercury dançava, usando um vestidinho de seda azul. Para se obter a seda, é preciso que um japonês plante amora, para tirar a folha da fruta e dar a uma lagartinha nojenta, que faz sua casa e vai embora. O japonês tira daquela casa o fio e produz um pano para fazer gravata, combinação – creio que essa peça não existe mais; foi algo do meu tempo –, corpete, que ainda existe, tudo feito de seda.

O perfume que a Kim Basinger estava usando era delicioso. Não sentíamos, mas intuíamos – ela deve ser perfumada por definição. É preciso haver flor para se fazer perfume, senão não há perfume. As pessoas pensam que perfume nasce num vidrinho chamado Calvin Klein? Não. É preciso haver flor para se fazer perfume.

Daniela Mercury dançava lindamente, calçando uma botina. Bobagem, porque ela tem um tornozelo maravilhoso. Mas estava de botina, que é feita de couro. Couro nasce na sapataria? Não. Sem pasto não há boi; sem boi não há couro. E o cidadão da Bahia produziu borracha para fazer o salto de borracha da botina dela. Tudo é agricultura.

Por isso, faço esse registro. V. Ex^a, Senador, disse que se não tivermos clareza de...

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROBERTO RODRIGUES – *Voilà!* Esse é o ponto. Precisamos ter clareza de que a alavanca de todos os processos está na agricultura. Não há construção sem madeira; não há madeira sem agricultor. Não há pneu para os veículos, se não houver borracha, que faz o pneu; ou veículos sem álcool para abastecê-los ou **biodiesel** para o trator. Não há vida sem agricultura. É um setor fundamental, e a sociedade deve ter consciência desse fato.

Portanto, Srs. Senadores, reitero que estou feliz por participar de uma Comissão como esta e por saber que o Senado da República está preocupado com a agricultura. Há, atualmente, na Câmara dos Deputados, uma Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural extraordinária, com pessoas dedicadíssimas, que lutam, 24 horas por dia, pela agricultura. Há uma frente parlamentar de cooperativismo, liderada pelo Deputado Odacir Zonta, que está aqui conosco, e uma frente parlamentar da agricultura, liderada pelo Deputado Dirceu Sperafico, que também

está presente. Temos um time que não abandona a sua bandeira, porque sabe que ela é nossa. Trata-se de bandeira de pano e madeira, que representam a agricultura. Desse modo, fico feliz e honrado, Srs. Senadores, de participar dessa reunião.

Termino reiterando o que aprendi com os Srs. Parlamentares em muitas reuniões e com o que foi dito há muitas décadas por um grande estadista norte-americano chamado Benjamin Franklin, autor da seguinte frase: “Se incendiarem os campos e preservarem as cidades, as cidades perecerão; mas se incendiarem as cidades e preservarem os campos, as cidades renascerão”.

Esse é o ponto. A agricultura é a alavanca e a locomotiva. Sem essa consciência, não há país que possa avançar.

Portanto, Senhores, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Srs. Senadores, se já não estávamos completamente convencidos dos argumentos do Ministro Roberto Rodrigues, a cena que ele descreveu da música de Ray Charles, Daniela Mercury e Kim Basinger convenceu-nos inteiramente.

Falarei rapidamente, passando posteriormente a palavra aos que vão fazer perguntas. A presença do Ministro Roberto Rodrigues é um fator de estabilização da vida pública no Brasil neste momento crítico, em que há muito desentendimento e as expectativas da população são crescentes. Ficamos satisfeitos, como brasileiros e Parlamentares, representantes de Estados, em ouvir uma palavra segura, convincente e absolutamente sincera do Sr. Ministro, que apresenta completo domínio acerca do assunto, além de franqueza para expor, sem problema algum, com total transparência as dificuldades imensas que precisam ser resolvidas.

Podemos contribuir muito com essa questão, agindo como a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Se houver, por exemplo, uma ação concreta no campo do orçamento – do qual tenho certo conhecimento –, tenho muita chance de ajudar a resolver esse assunto. O Sr. Jonas faz um grande trabalho, assim como outros.

Entretanto, se somarmos a totalidade das nossas forças e dissermos que determinada matéria não passará aqui enquanto não for aprovada lá – e podemos agir dessa forma sem estar defendendo a Oposição ou o Governo, mas, sim, o Brasil –, tenho convicção de que podemos ajudar a mudar a situação.

Na verdade, o que falta é prioridade em termos de financiamento para que a realidade possa modificar-se. Não acredito em prioridade retórica – creio que

ela deva ser explicitada de maneira substantiva, capaz de gerar conseqüências.

Agradeço ao Sr. Ministro por sua presença e suas palavras, que ouvi, pela primeira vez, na Comissão de Assuntos Econômicos e depois, nesta Comissão, já com dados mais reais e atualizados. Tenho certeza de que o Senado será tão eficiente nesse campo como o é o Ministro da Agricultura no que faz.

Está aberta a fase de interpelação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, concordo com V. Ex^a e com a brilhante exposição do Sr. Ministro da Agricultura, que, aliás, veio ao encontro do que sempre esperávamos.

No entanto, com a concordância de V. Ex^a e considerando que esta Comissão esteve representada pelo Vice-Presidente na reunião dos agricultores do Rio Grande do Sul, sobre o drama do Estado, e, inclusive, o Presidente da República talvez esteja indo para lá, indago se não poderíamos pedir ao ilustre Ministro da Agricultura que nos expusesse em que fase estão as notícias que serão divulgadas com relação à crise no Sul e, de modo especial, no Rio Grande do Sul.

Peço a gentileza de V. Ex^a nesse sentido, porque considero o assunto tão importante e tão necessário que poderia abordá-lo em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Pois não, Senador Pedro Simon. De fato, o Presidente da República está indo hoje ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina, para lá se reunir com produtores e lideranças.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A primeira notícia é que S. Ex^a ia ao Rio Grande do Sul. Há notícia de que vai a Santa Catarina, mais precisamente a Chapecó, e de que vai dar um pulinho em Erechim e voltará para Santa Catarina.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – S. Ex^a vai anunciar algumas medidas que se somam na área da agricultura familiar e na área da agricultura empresarial. Dessas medidas, são comuns, em primeiro lugar, investimentos do BNDES. Inclusive, alguns que venceriam ontem. O Ministério da Fazenda, ontem, solicitou ao BNDES um *waver* no vencimento, porque a formalização das medidas – voto do Conselho, instrução normativa do Tesouro, informação aos bancos – é um processo que demora mais do que desejaríamos que ocorresse.

Então, esses investimentos estão sendo prorrogados caso a caso. Todos os investimentos que ven-

ciam ontem estão sendo prorrogados caso a caso. É um dado fundamental que se aplica ao Brasil inteiro, não apenas ao Rio Grande do Sul, mas também aos outros Estados em que houve crise.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O presidente da Farsul dizia que até ontem os que estavam em falta com seus pagamentos, ou seja, que estejam em débito representavam 0,4%. Os outros estavam absolutamente em dia e, conforme as notícias do Governo hoje, esse percentual pode subir para 70%.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Exatamente isso. Quer dizer, do ponto de vista de investimentos, estamos tirando esse fantasma da frente. O sujeito que perdeu 20% ou 40% da produção não pode pagar investimento. Esse é o ponto nº 1 em que insistimos mais.

O segundo é a questão do custeio das safras. O Banco do Brasil está sendo orientado a revê-la e as regras do crédito rural já permitem avaliar caso a caso e fazer prorrogações ou até repactuar os prazos de investimento caso a caso. São dados já resolvidos. Também está resolvida a questão dos recursos de R\$3 bilhões para a comercialização. Isso já está avançando. Há um pequeno problema no FCO. No próximo dia 23, vai haver uma reunião do Condul/FCO aqui, para resolvermos o problema. Mas está decidido. Falta apenas formalizar isso. Está decidido. Então, haverá R\$ 3 bilhões para a comercialização.

Do ponto de vista de comercialização para o setor empresarial, está faltando o tal R\$1 bilhão para o 2 OC, que ainda não tem origem e disponibilidade. Estamos trabalhando. O Ministro Antonio Palocci está-nos ajudando nisso. Vamos encontrar um caminho. Contamos com a ajuda dos senhores nessa direção.

Contudo, há um conjunto de outras medidas, Senador, para a agricultura familiar mais fortes ainda, porque a agricultura familiar, no caso do Rio Grande do Sul, particularmente, teve o apoio do Pronaf Mais, que dá garantia de renda ao produtor. E o funcionamento do Pronaf, no primeiro ano, é um desastre lamentável, porque não podemos permitir que o programa, que é formidável, sofra desgaste de imagem. Então, o Governo vai disponibilizar os recursos necessários para cumprir todos os programas do Pronaf Mais para a agricultura familiar. Fala-se em algo superior a R\$200 milhões. O Governo vai honrar seu compromisso para que a agricultura familiar seja inteiramente atendida não apenas no sul do País, principalmente no Rio Grande do Sul, mas também no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. Então, o Presidente deve anunciar hoje – gostaria que Sua Excelência fosse o grande anunciador disso no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina –, um conjunto de medidas de forte

impacto para sustentar a renda principalmente da agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra) – Quero comunicar ao Plenário que estamos aceitando inscrições de Deputados Federais.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente Senador Sérgio Guerra, Sr. Vice-Presidente Senador Flávio Arns, Sr^{as} e Srs. Senadores, Exm^o Sr. Ministro Roberto Rodrigues, em seu nome cumprimento todos do Ministério da Agricultura que o acompanham. Agradeço a presença especialmente ao Presidente da Conab, Dr. Jacinto Ferreira, e ao nobre Secretário de Agricultura do meu Estado, Minas Gerais, Deputado Silas Brasileiro, que, juntamente com V. Ex^a, valoriza muito esta reunião nesta Casa.

Esta é a segunda reunião da nossa Comissão de Agricultura, presidida pelo Senador Sérgio Guerra, que traz exatamente o personagem principal do agronegócio em nosso País, que é a pessoa de V. Ex^a. Sou suspeito em tecer elogios e falar da sua pessoa porque, a cada dia, sou mais admirador, fã e simpático a V. Ex^a. Acredito, Ministro Roberto Rodrigues, que o nosso Governo principalmente a área econômica, irá se sensibilizar do quanto o agronegócio é importante para este País, mas às custas do produtor e do segmento. Precisamos diretamente da interação e da reciprocidade da parte econômica deste Governo, porque aqui está a nossa saída.

Eu estava lendo as medidas necessárias para o apoio da agricultura em 2005 no que tange a investimento e custeio e, paralelamente a isso, recebi no dia de hoje um *e-mail* da minha região, mais precisamente da cidade de Conceição das Alagoas, de uma associação que se chama Agrocana. Trata-se de uma entidade de produtores rurais do Triângulo Mineiro com sede em Conceição das Alagoas que está passando por situação semelhante à maioria dos produtores daquela região. O Presidente da Agrocana, Sr. Lázaro Roberto, relata que a crise econômica enfrentada por pequenos, médios e grandes produtores de soja na nossa região do Triângulo Mineiro tiveram um resultado muito aquém do esperado, muito negativo na safra 2004/2005 por problemas climáticos e de mercado a que V. Ex^a se referiu e de que todos sabemos.

Faço chegar a V. Ex^a, Sr. Ministro, o apelo dos produtores da minha região do Triângulo Mineiro, que, no meu entender, é bastante justo, para que o Governo Federal renegocie as dívidas dos produtores originadas de investimentos e de custeios, mais nos casos de investimentos de maquinários e financiamentos.

Muitos desses produtores estão sendo pressionados pelas entidades financeiras. Por tudo o que fizeram pelo agronegócio, acredito que eles mereçam um auxílio providencial do nosso Governo. Dessa forma, esses produtores não ficariam inadimplentes e não teriam que se desfazer muitas vezes dos seus instrumentos, dos seus maquinários para pagar esses débitos.

Ao ler as medidas necessárias que V. Ex^a apresentou no que tange a investimento, vejo que já estão autorizadas a se prorrogarem para o final do contrato, ou seja, um ano após a última prestação, as parcelas com vencimento em 2005 de dívida de financiamento agropecuário dos programas de investimento do Ministério da Agricultura e BNDES e do Fname Especial de produtores cuja atividade principal seja algodão, arroz, milho, soja e trigo, o que denominamos de AAMST, nas localidades em que a situação de emergência em função da seca tenha sido reconhecida pelo Governo Federal. Nos demais municípios, a prorrogação somente ocorre mediante análise caso a caso. O Triângulo Mineiro se enquadra nessa região.

Sr. Ministro, sendo um colega de V. Ex^a, um engenheiro agrônomo, já tendo passado pela presidência da Emater do meu Estado e por conviver no Triângulo Mineiro, tenho um projeto de minha autoria tramitando no Senado Federal pedindo a inclusão de 58 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no FCO, no fundo que beneficia os Estados do Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal.

A nossa região tem todos os recursos naturais, mas infelizmente não tem incentivo de maneira alguma pela parte econômica, e temos as mesmas condições dos Estados citados. A minha região está perdendo produtores competentes, capacitados e trabalhadores para esses e outros Estados do Norte onde há o incentivo do Basa exatamente por essa falta de incentivo.

Tive a oportunidade de despachar com o Presidente Lula, e Sua Excelência mostrou interesse em tirar recursos diversos junto ao BNDES sem diminuir recursos dos Estados aqui citados. Peço muito o apoio de V. Ex^a – o que sempre tivemos –, peço que veja essa região com os olhos que se fazem necessários, para não passarmos por uma situação dessas.

E aproveito o momento, porque existem três coisas que não têm volta na vida, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores. A primeira é uma flecha lançada; a segunda é uma palavra pronunciada, e a terceira é uma oportunidade perdida. Achei este momento muito oportuno para fazer essa reivindicação, em especial a dos produtores de Conceição e do Triângulo Mineiro, que se encontram nessa situação. Que sejam incluídos esses municípios, que têm que ser estudados caso a caso, para obter parecer favorável de V. Ex^a.

Por fazer parte da Frente Parlamentar do Agro-negócio, aqui representada por vários Deputados, entre eles a nossa Líder, Kátia Abreu – eu não poderia deixar de agradecer e salientar a presença da mulher –, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins, já ouvimos a preocupação de todos sobre como ficarão as negociações dos produtores com as *tradings*, com juros muito altos, muito além dos do crédito oficial.

Os produtores procuram normalmente o crédito, porque o crédito oficial, de 8,75% ao ano, conforme esclarece a imprensa, é insuficiente para financiar toda a safra. De certa forma, Sr. Ministro, o Governo tem responsabilidade em toda essa situação. E o Governo somos nós. O que fazer?

Em segundo lugar, é possível a silvicultura ir para o Ministério da Agricultura? Sabemos do momento, sou um dos preocupados com a silvicultura, e, felizmente a situação desse setor avançou muito no Ministério do Meio Ambiente. Mas vemos a boa vontade de V. Ex^a. Inclusive, no seu pronunciamento, V. Ex^a fez ponderações sobre a cerveja, a cevada e a Daniela Mercury que foram completas. O que espero? Que o Ibama tenha essa mesma visão, essa mesma flexibilidade, esse mesmo sentimento, com a mesma sensibilidade.

E, por último, o que faremos para barrar o que a imprensa tem chamado de cartel dos frigoríficos com a carne bovina no nosso País?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente Sérgio Guerra. Estou muito satisfeito por termos criado esta comissão no Senado e por fazer parte dela, com V. Ex^{as}, e de contar com a presença de autoridades do nosso País tão importantes no agronegócio.

Parabenizo, e sempre fiz isso, e deixo claro, o Presidente Lula por ter tido a oportunidade de colocar à frente do Ministério da Agricultura o Ministro Roberto Rodrigues. Esse segmento será, sem dúvida, a alavanca, o propulsor, o responsável, e não só por uns anos, pelo crescimento do nosso País. De oito anos para cá, desde a gestão do Ministro Pratini de Moraes, este País encontrou um norte, que está agora sob o comando do Ministro Roberto Rodrigues, a pessoa mais preparada no momento para ocupar essa pasta e essa cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Ouvi a palavra do Senador Aelton, bastante precisa.

Gostaria de solicitar aos outros Srs. Senadores inscritos e aos Srs. Deputados que se restringissem aos cinco minutos, para que possamos fazer esta discussão de forma bem eficiente.

Ministro Roberto Rodrigues.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, não estou inscrito, mas, até para adiantar, gostaria de saber se não podem os três Srs. Senadores se pronunciar, até porque a pergunta pode ser a mesma, e o Ministro daria então sua resposta. Quero apenas facilitar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Vou concordar com a proposta do Senador Pavan. Apenas, no caso da pergunta do Senador Aelton, que foi bastante longa, eu solicitaria ao Ministro que já desse os esclarecimentos.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador Aelton, em primeiro lugar, muito obrigado pelas palavras sempre gentis de V. Ex^a. Nós temos sido companheiros nessa longa viagem pela agricultura brasileira, sou muito honrado por isso.

Mas V. Ex^a coloca um tema geral, a seca na região de Conceição das Alagoas, que conheço bem, já tive terra ali por perto, em Monte Alegre, no Prata e no Campo Florido. Assim conheço bem aquela região lá.

A soja, felizmente, está tendo uma melhoriazinha de preços em dólar, em Chicago. Para soja e milho, a situação começou a melhorar, felizmente. Por isso que até reduzi um pouco a demanda pelo 2 OC (Operações Oficiais de Crédito) que era de 1,6 bilhão e foi para um bilhão só, porque soja e milho estão dando uma melhoradinha. Tivemos uma melhoria de quase 20% nos últimos vinte dias, em dólar. E como o dólar deu uma melhoradinha no Brasil, a remuneração da soja sofreu uma pequena vantagem nos últimos dias. Mas, quando a queda de produção é maior do que 20%, não há vantagem que resulte em coisa positiva. De modo que, seguramente, o tratamento caso a caso será dispensado àquela região e será olhado com carinho pelo Governo. Pode ficar tranquilo quanto a isso porque a decisão é de caráter nacional, não é apenas para os Estados afetados pela estiagem. É nacional.

O senhor faz três perguntas. Recurso para a próxima safra. Essa é uma questão que ontem discutimos bastante com o pessoal do Banco do Brasil. Uma prorrogação, uma repactuação de vencimentos de custeio significa menos recurso que o banco receberá e, portanto, menos dinheiro para rolar para a próxima safra. Isso é uma questão fundamental porque temos perda de renda. A perda de renda somada à falta de recurso de custeio implica redução da produção que vem. Já estou achando que este ano vamos ter que importar milho. Imagine se a área plantada para o ano que vem não tiver sido atendida. De modo que penso que vamos ter que trabalhar juntos em relação a recursos de custeio para a próxima safra porque os horizontes não são claros, são nebulosos. É preciso olhar isso aí.

A segunda pergunta que o senhor faz é quanto à silvicultura vir para o Ministério da Agricultura. Não

é um assunto sobre o qual eu deva me manifestar. O Ministério da Agricultura sempre defendeu a tese de que floresta plantada é como café plantado, ou como soja plantada; é uma produção com fins econômicos. Mas isso é uma questão de Estado, tem que ser decidido pelo Executivo e eventualmente em consonância com o Congresso brasileiro.

O senhor pergunta sobre o que fazer com as multinacionais. De fato, esse é um problema muito sério. No Rio Grande do Sul, semana passada, quando estive lá e depois no Paraná, conversando com as lideranças, havia essa preocupação. Várias indústrias produtoras de máquinas, tratores, colheitadeiras, etc., financiam com bancos próprios as compras pela produtora. E, portanto, não há crédito rural pactuado entre Banco do Brasil ou bancos privados. É um contrato direto entre a empresa produtora do equipamento e o produtor com financiamento da própria empresa. Esse é um problema que estamos discutindo. Estou chamando para Brasília, na segunda-feira, os representantes das indústrias de defensivos e fertilizantes para conversar com eles sobre o tema. Precisamos conversar também com a área de máquinas para ver que mecanismos podemos encontrar para repactuar essas dívidas. Na semana passada, em Não-Me-Toque, me contaram, alguns produtores, que uma dessas empresas, um desses bancos de fábrica, já havia protestado uma máquina agrícola, e a pessoa tinha devolvido a máquina para a empresa. Se esse fato se repete **ad infinitum**, vamos ter uma desmobilização do modelo frota, ter um modelo frota ao contrário. Vamos entregar as máquinas novas porque não haverá condições de pagamento. Então, acredito que a indústria de máquinas terá uma visão de que esse processo é conjuntural e que é preciso dar um rebate nesse processo. Vamos conversar sobre isso. Sai da alçada do Governo, mas vamos conversar com eles. Já chamei os representantes das indústrias de fertilizantes e defensivos para a semana que vem.

E a última pergunta que o senhor faz é sobre cartel. De frigoríficos?

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Segundo a imprensa, é.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Bom, isso é outro assunto, e o Senador Jonas Pinheiro tem sido outro baluarte. Senador, o senhor não estava presente aqui na minha apresentação, e faço questão de repetir na sua presença agora: a criação desta Comissão tendo V. Ex^a nela é de uma importância enorme para o Brasil todo. Eu disse que V. Ex^a é um mestre meu e um farol da agricultura brasileira. Quero dizer isso na sua presença porque o senhor sabe que tenho o máximo respeito e admiração pelo seu trabalho.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Ministro, isso é o exagero da amizade.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Felizmente, amizade que me honra, que me distingue e me faz crescer.

O que posso dizer ao senhor, Senador, sobre esse assunto do cartel? Sobre esse assunto do cartel, eu promovi uma reunião, na semana passada, com representante de frigoríficos e produtores rurais. Em São Paulo, essa reunião foi coordenada por um técnico do Ministério da Agricultura. A partir dela ficou decidido, pelo setor de frigoríficos, que a famigerada tabela acordada entre eles seria eliminada. Com isso, a hipótese do cartel ficaria descartada. Assim, essa é a notícia que posso dar neste momento. Esse assunto ainda está sendo observado pelo Governo a distância, porque o setor privado também tem posições a tomar quanto a esse assunto, uma vez caracterizada essa hipótese. Por enquanto, a minha ação foi no sentido de reunir os dois setores e tentar eliminar a hipótese de cartel.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Caro Ministro Roberto Rodrigues, eu sempre digo que as grandes safras que nós estamos colhendo ainda não são as que queremos, mas são safras que queremos comemorar. Por outro lado, também não as considero a maior conquista do agricultor brasileiro; a maior conquista do agricultor brasileiro é ter conseguido o respeito de toda a sociedade brasileira. V. Ex^a foi, sem nenhuma dúvida, um dos grandes líderes da agricultura brasileira, do agronegócio brasileiro que levaram a sociedade a perceber a importância da agricultura. Muito antes de ser Ministro, V. Ex^a fazia, pelo Brasil afora, o mesmo discurso que engrandece o agricultor. Quando o agricultor ouve V. Ex^a falar, sente orgulho de ser agricultor. Houve tempo em que as pessoas olhavam com desconfiança para o agricultor. Hoje ele sente orgulho de ser agricultor. V. Ex^a engrandece o Ministério da Agricultura. Aliás, parabéns por esse material, muito bem-elaborado, bonito. A presença de V. Ex^a no Governo, como Ministro, sem nenhuma dúvida, é uma segurança para nós, agricultores. O **status** do Ministério cresce, assim como a importância de cada um dos agricultores brasileiros, ao ver um homem como V. Ex^a no Ministério, não apenas pelo conhecimento, porque isso já é consenso – V. Ex^a é um grande conhecedor do assunto e é respeitado internacionalmente –, mas pela paixão que coloca em sua gestão no Ministério da Agricultura. Essa é a mesma paixão que colocou em todos os cargos que ocupou, inclusive presidindo a Aliança das Cooperativas Internacionais e a Organi-

zação das Cooperativas do Brasil com extraordinária competência, como faz agora como Ministro.

Primeiro, quero dizer do meu orgulho de ser agricultor em um País que tem um Ministro como V. Ex^a. Segundo, quero trazer alguns problemas. Nós ouvimos, naquela reunião de Rio Verde, onde V. Ex^a esteve presente, alguns anúncios de medidas que seriam adotadas. V. Ex^a inclusive repetiu fez referência a algumas medidas aqui ou pacotes de medidas que seriam adotadas, não apenas para socorrer os produtores que sofrem com a seca mas também para atender a uma demanda necessária da comercialização de safras, num ambiente e num cenário que V. Ex^a bem acentuou – custos altos, dólar em queda na hora da comercialização, agora com pequena recuperação, o que melhora o preço. A situação no sul do País é dramática em virtude da estiagem. A seca ocorre não só no Rio Grande do Sul, mas também no oeste catarinense e no sudoeste do Paraná, sendo que mais de quarenta municípios já decretaram estado de calamidade pública.

Estou apresentando emenda a um projeto do Senador César Borges para que os Municípios onde foi decretada a calamidade sejam incluídos na prorrogação de dívidas, no escalonamento de dívidas. Isso está sendo pleiteado pelo Senador César Borges, em seu projeto, para os fundos constitucionais. Vamos tentar aprovar isso para ajudar o Ministério da Agricultura, porque esse órgão também tem defendido essas medidas para esses produtores que tiveram problemas com estiagem.

Antes de vir para cá, conversei com alguns amigos de V. Ex^a, do Paraná, com o Luiz Lourenço, Presidente da Cocamar, com o próprio João Paulo Kislovski, da Ocepar, com o Ágide Meneguette, da Faep, e todos disseram para eu falar ao Ministro que as medidas são consideradas amenizadoras, que aliviam um pouco o drama, mas que elas não estão sendo implementadas, não foram regulamentadas. Elas precisam ser colocadas em prática porque o Banco do Brasil... O próprio BNDES sequer tomou conhecimento das medidas. E disseram que estão vivendo um drama, porque o produtor precisa financiar a próxima safra, está inadimplente com a safra que está colhendo, sem saber se vai poder pagar, sem saber se vai prorrogar. O Moderfrota, que V. Ex^a colocou como um dos fatores do desenvolvimento da agricultura, também está preocupando, porque é um investimento que precisa ser pago, e as parcelas vencem em maio, junho, algumas venceram ontem, em março. Elas precisam ser prorrogadas, e essas medidas não foram implementadas.

A primeira questão que eu deixo é essa, se V. Ex^a puder nos esclarecer quando elas serão efetivamente implementadas.

Depois, a questão da defesa agropecuária. Vou citar, rapidamente, o Uruguai, porque não teve o cuidado devido com a sua defesa agropecuária, amargou um prejuízo de US\$1,5 bilhão, com dois anos fora do mercado, em razão de problemas sanitários. Fico imaginando o que poderia ocorrer no Brasil, em termos econômicos e sociais, se uma doença dessas entrasse em nosso território. Por exemplo, aquela gripe asiática. Imaginem o que seria dos Estados do sul, dos Estados do centro-oeste; seria um desastre social para o País, sem proporções. O investimento que o orçamento federal está fazendo na defesa agropecuária – desculpem-me o termo – é ridículo perto do que o agronegócio proporciona ao País e daquilo que pode ocorrer como consequência dessa negligência.

Penso que precisamos, no Congresso Nacional – e para isso invoco a Presidência do Senador Sérgio Guerra – ter isso como uma empreita, como se diz na roça, uma empreita da Comissão de Agricultura do Senado, para que coloquemos dinheiro nessa defesa agropecuária, porque o Ministro já vem dizendo isso há muito tempo. Já houve até um problema, na imprensa, de desentendimento com outro Ministro, que, depois, ficou esclarecido. Ele até não pode dizer aquilo, mas nós podemos continuar dizendo, porque não entendo como o Governo brasileiro coloca tão pouco dinheiro na defesa agropecuária, num objetivo que seria preservar esse patrimônio que construímos, essa tecnologia que está aí no campo, e que, de repente, pode ser prejudicada, e o País perderá muito com qualquer doença.

Vejam que a barreira não é só sanitária; é comercial, é política. Um foco em Amazonas vetou as exportações de carne do sul. Tecnicamente, é impossível conceber isso, mas aconteceu. Assim como, tecnicamente, era impossível conceber que a China fosse oferecer aquelas restrições, no caso da soja, derrubando os preços do mercado internacional. Ou nos preparamos, no caso da defesa agropecuária, ou vamos pagar um preço muito caro.

Quero colocar ao Presidente da Comissão que essa é uma empreita nossa e da Comissão de Agricultura da Câmara.

Trago um outro problema ao Ministro. Esse é um problema que afeta não somente o Paraná mas a todo o Brasil. Sei que é extremamente desagradável falar deste assunto, como também é para mim, porque no Paraná isso se transformou num tabu, mas, sem qualquer constrangimento, quero dizer que fui o Relator da Lei de Biossegurança no Senado, que construí-

mos um projeto que é um avanço para a ciência, para a biotecnologia, e será também para a agricultura, a Câmara aprovou, mas anuncio que o Governo do Paraná continua insistindo em criar dificuldades para os agricultores, no caso do plantio. Nesse caso até compreendo, porque é preciso segregar, é preciso separar, as cooperativas precisam separar nos armazéns, mas é inconcebível que o porto de Paranaguá seja proibido de exportar a soja transgênica, porque isso vai criar um caos naquele porto. A análise caminhar por caminhar vai trazer problemas, a fila já começa a acontecer e a safra nem começou a ser escoada, e aquele porto é uma concessão do Governo Federal.

A pergunta: o Governo Federal vai ou não fazer cumprir a Lei de Biossegurança? E esse cumprimento da lei não se estende apenas ao direito do produtor de plantar, mas ao direito do produtor de exportar pelo Porto de Paranaguá, que é um porto nacional, um porto federal? Essa é a pergunta. Qual providência será tomada?

Também quero dizer ao Ministro que os produtores de trigo do Paraná e de todo o País estão muito ansiosos por uma solução de mercado, porque as medidas anunciadas ainda não aliviaram a tensão. O preço não passa de R\$20,00, quando o preço de garantia é de R\$24,00. O Governo não poderia comprar parte desse estoque e colocar nos armazéns oficiais para devolver depois, enxugando o mercado, fazendo o preço reagir?

Por último, comunico que fiz um requerimento – a comissão aprovou –, convidando o seu colega Ministro Antonio Palocci para conversarmos, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre os mesmos temas, especialmente sobre endividamento e sobre o crédito que se precisa para comercialização, para custeio e para investimento.

Ministro, falei de forma rápida – não sei se V. Ex^a anotou as perguntas –, mas eu gostaria de ouvi-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Seguindo a proposta do Senador Leonel Pavan, vamos ouvir o segundo inscrito: a Senadora Ana Júlia Carepa.

Vamos ouvir três Senadores, para que, depois, possa haver as respostas.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Sérgio Guerra. Quero ser bem objetiva.

Cumprimento o nosso Ministro da Agricultura pela exposição e pelos resultados obtidos, principalmente pelo trabalho que vem sendo feito à frente do

Ministério da Agricultura, que considero fundamental para o País.

Vou formular três questões, das quais uma é muito específica.

No início do ano passado, participei de uma reunião no Ministério da Agricultura sobre o controle – já falou disto aqui o Senador Osmar Dias – da febre aftosa. A imprensa sempre noticia que o Estado do Pará tem o quinto rebanho do País, tem um rebanho com qualidade e, segundo o próprio Ministério da Agricultura, conseguiu recursos significativos agora. Aliás, é o Estado que tem a maior quantidade de recursos do Ministério, o que demonstra que nosso Governo não tem nenhum tipo de discriminação, apesar de, muitas vezes, isso ser dito. O Governador do Estado não é da base aliada, mas nem por isso o Ministério da Agricultura deixou de destinar ao Estado do Pará a maior verba dentre as que estão sendo liberadas para a erradicação da febre aftosa. Minha pergunta, Ministro, é a seguinte: como está a situação desse certificado, que é fundamental para a produção do Estado do Pará?

Há ainda outras duas questões. Uma tem relação direta com a anterior. No Estado do Pará – isso acontece no Brasil todo, mas lá é concentrado –, existe a situação da não-regularização, da não-organização fundiária. Que ações o Ministério tem, por exemplo, no momento de emitir certificados de produção, em relação à veracidade do documento de posse da terra? Qual é o tipo de controle que o Ministério da Agricultura faz? Isso é fundamental. Não basta ter um rebanho de ótima qualidade se aquele produtor... Estou falando, Ministro, porque presido uma comissão especial, no Senado Federal, que acompanha a investigação do assassinato da Irmã Dorothy, e sou também da CPMI da Terra. Fomos lá e ouvimos o Presidente da Associação de Produtores Rurais da Terra do Meio, conhecida no mundo todo por conta dos últimos acontecimentos. Ele disse muito claramente, ao ser perguntado como ocupam a terra: “A gente chega, demarca a terra e ocupa”. O Senador Eduardo Suplicy, aliás, perguntou a ele se indicaria que o MST fizesse a mesma coisa. Ele deixou claro como se faz a ocupação: chega, demarca, ocupa, alguns loteiam e vendem e outros produzem. Pronto, acabou. Isso mesmo, são donos independentemente de quem seja o dono da terra.

É importante, hoje, talvez mais do que em outros períodos, pela situação reinante não só do Pará, mas no Brasil, que esses documentos também sejam exigidos. Que tipo de critério e de controle o Ministério faz?

A Ministra Marina Silva, em audiência pública, disse claramente que o Ministério da Agricultura está elaborando também proposta em relação à sustentabili-

dade da produção em nossa região. A maior riqueza da floresta amazônica é exatamente a sua diversidade.

Obviamente, plantar monocultura onde o solo já está degradado não traz nenhum problema. Mas derrubar uma floresta como a Amazônia, que tem uma diversidade fantástica, uma riqueza e um valor enormes no mundo... Desprezar isso para plantar monocultura seria insano. E eu não estou exagerando.

Mas, infelizmente, isso tem acontecido em algumas situações.

Então, que tipo de apoio, que tipo de ação?

V. Ex^a disse muito bem que o agronegócio não depende do tamanho do produtor. Pode ser até um microprodutor. A agricultura familiar tem de fazer parte de uma cadeia produtiva. Hoje o Banco do Brasil tem um processo de financiamento em toda a cadeia produtiva.

Então, eu gostaria de ter informações nessas três questões: o certificado, no Estado do Pará, em relação à febre aftosa, de área livre de febre aftosa. Vi que foi criado um posto de vigilância agropecuária no Acre. Assim, eu gostaria de saber se isso já existe no Estado, se já está funcionando. E essas duas questões principalmente em relação a documentos legais e sustentabilidade da produção na Amazônia.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Pois não.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra apenas para dizer da honra de recebermos aqui o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Deputado Ronaldo Caiado e sugerir que V. Ex^a convide o Deputado para compor a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Tem a palavra o Ministro Roberto Rodrigues para a resposta. Depois, vamos ouvir os Senadores Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Pois não, Sr. Presidente. Tentarei ser bem objetivo nas respostas porque são muitas perguntas.

Primeiramente, Senador, agradeço pelos seus comentários. É mais ou menos o que o Senador Jonas Pinheiro falou: nós somos amigos de alguns quilômetros de agricultura e de algumas décadas nessa questão. Embora V. Ex^a seja muito mais jovem do que eu, temos trabalhado juntos há muitos anos. De modo que é um prazer estar aqui com o senhor também.

A primeira questão: medidas regulamentares. De fato, lamentavelmente, não havia nada regulamentado até ontem. Aliás, o Deputado Caiado acaba de me perguntar isso agora também.

Ontem, entrei em contato com Ministros e com o próprio Presidente da República, porque deveria ter havido uma reunião extraordinária do *(inaudível)* na segunda-feira, mas não foi possível em função de tempo.

Então, as regras fundamentais de investimentos; de recursos para a comercialização; dos custeios de trigo e de algodão; da questão do café – a colheita do café; do FCO, sobre todos esses assuntos, a notícia que tenho de ontem à noite, Senador, é de hoje haveria uma reunião extraordinária para tudo isso se regulamentar no Conselho Monetário Nacional.

Depois, tem de haver norma do Tesouro, tem de ter informação para o Banco. É um processo lento, burocrático, que demora não sei quanto tempo. Estou insistindo muito para que seja agilizado.

De qualquer maneira, ontem à noite recebi um telefonema da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda dizendo que ele havia solicitado formalmente ao BNDES que os financiamentos que venciam ontem tivessem postergação de cobrança, senão já ficaria inadimplente ontem. É o que V. Ex^a falou: estava 0,4%, mas podia aumentar isso para 70% em algum momento.

Portanto, a minha solicitação que teria sido repassada foi a de que o BNDES não cobrasse nada que vencesse ontem e desse um período de tempo para que as normas, uma vez aprovadas pelo Conselho Internacional, fossem implementadas e funcionassem dentro da agilidade possível.

É a resposta à primeira pergunta.

Lamento que, de fato, tenha havido uma demora na implementação, mas é um pouco assim que funciona.

Defesa sanitária.

Vou falar de um assunto que me impressionou muito. Fiz recentemente uma palestra no Estado de Nova Iorque. Depois, tive uma reunião com os acadêmicos da universidade, que me falaram sobre os temores que assaltam a academia mundial atualmente. São três temores: o primeiro medo da academia americana atual é uma pandemia com base na gripe aviária. O maior medo é uma epidemia, uma pandemia, uma epidemia mundial, como foi a peste negra, como foi a febre amarela, em outros tempos, baseada na gripe aviária. Por quê? Ela está voando em cima da gente. Pássaros portadores da gripe aviária são migratórios e podem pousar no jardim do Senado neste momento. Realmente, as condições de controle são muito complexas.

Esse é um assunto que preocupa a academia mundial: a hipótese de uma pandemia.

De modo que tem razão V. Ex^a com a preocupação com a defesa. Estamos correndo para cuidar de recursos adequados. Mas não basta, Senador. Na reforma do Ministério, estou trabalhando agora na reforma dos mecanismos de defesa, no sistema de defesa. Precisamos trabalhar para que o sistema se modernize e tenha mais agilidade nos processos. Não basta apenas o recurso. É preciso mudar sistemas. Estamos trabalhando com esse projeto de reforma estrutural também.

Trigo. Ivan, quanto gastamos com o trigo? (*Pausa.*)

Dos 527 que eu tinha, 450 foram para o trigo. Então, tiramos 1,200 milhão toneladas de trigo da frente dos produtores para tentar recuperar os preços. Chamei os moinhos para conversar, para melhorar esse tipo de coisa. O trigo começou a melhorar de preço, começou a chegar no preço mínimo. O problema é que houve uma safra de três milhões de toneladas no ano passado e de 6 milhões de tonelada este ano. Isso, realmente, somado ao trigo que vem da Argentina e do Uruguai, criou uma condição de mercado totalmente insustentável – de novo, a questão da cabotagem é fundamental. Tiramos trigo do sul para levá-lo ao Nordeste. Foi preciso tirar da frente do produtor do Sul (Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul) o problema do excesso de oferta.

Noventa por cento dos recursos que eu tinha foram para o trigo. E não foi o suficiente para resolver a questão do mercado. Estamos prontos para fazer mais com o trigo, só que não há mais dinheiro. Então, o problema volta àquele outro tema: preciso daquele 1 bilhão para mexer um pouco mais com o trigo e com outros produtos também.

A última pergunta é difícil. É sobre Paranaguá. Vou responder, vou aprender um pouco com o Ronaldo e dar uma resposta mineira; meio goiana, meio mineira e vou sair pela tangente. É o seguinte: a Lei de Biossegurança ainda precisa ser sancionada. Uma vez sancionada, tem que ser regulamentada. Isso implica, penso eu, algum *delay*, algum atraso na entrada em vigor. Coisa perto de 60 a 90 dias. Já estamos trabalhando no Ministério da Agricultura na regulamentação. Uma vez sancionada, queremos sair com a regulamentação rapidamente. Mas não depende só de nós; a regulamentação tem que ser trabalhada com o MMA, com MDA, com Ciência e Tecnologia, com MDIC, e outros Ministérios terão que discutir conosco a regulamentação da lei. Então, é possível que haja um retardo para entrada em vigor plena da lei. Depende de sua regulamentação.

Fico, portanto, com a sensação de que a questão de Paranaguá, quanto a esse assunto, será comida

pelo tempo. Quando tiver sido regulamentada a lei, já acabou a safra, penso eu.

Estou tentando responder ao senhor de uma forma meio tangencial, sem entrar num pedaço do mérito porque esse me traz uma certa dificuldade, que o senhor sabe que é concreta.

Obrigado pelas perguntas, menos por essa última aí. (*Risos.*)

Senadora Ana Júlia, muito obrigado também pelas questões.

Hoje de manhã, reuni-me com o Governador Simon Jatene. Aquele negócio da aftosa no Pará está dando um problema de interpretação técnica. Há dois documentos técnicos de igual valor que são conflitantes. Então, hoje, conversei longamente com o Governador Simon Jatene; com o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará, meu amigo Carlos Xavier, e com minha equipe de defesa sanitária. E está convocada uma reunião ampla para amanhã, que contará com a presença de técnicos da Panaftosa e com o pessoal do Fonesa, que são grupos técnicos de fora do Ministério e do Governo do Pará, para tentarmos encontrar uma decisão definitiva para o assunto. Mas é um assunto que está pendente e muito me desagrada, porque há meses vimos trabalhando nisso sem encontrar uma solução consistente. Mas espero que amanhã – pena que seja hoje nossa conversa – eu possa dar uma resposta um pouco mais concreta e definitiva, embora o próprio Governador e eu tenhamos dúvidas de que seja possível liberar o Pará este ano. Tenho sinceras dúvidas. As questões técnicas abordadas meio que inibem essa possibilidade para este ano. Mas estamos avaliando e amanhã teremos uma reunião técnica mais formal.

A senhora me faz uma pergunta, Senadora, para a qual não tenho resposta, sobre o grau de fiscalização, de controle que o Ministério da Agricultura tem quanto à questão da regulamentação fundiária do Estado. Esse é um assunto que refoge da nossa competência. É um assunto totalmente pendente no MDA e no Incra, órgão que cuida da questão dentro do Governo brasileiro.

Então, não tenho nenhuma ação quanto a isso. Mas compreendi o alcance da pergunta que a senhora fez.

O SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Quando o próprio Ministério vai autorizar um produto, certificar um produto, essa questão já está tratada, ou não?

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Não tenho resposta para a senhora. Creio que não, mas sua pergunta é pertinente. Vou colocar o tema na máquina para discussão.

Finalmente, a senhora me pergunta sobre sustentabilidade da produção na Amazônia. Estamos trabalhando com isso. Temos um órgão importante, a Ceplac. A Ceplac é um órgão que nasceu na Bahia, para cuidar de cacau, mas avançou para todos os temas florestais e de sustentabilidade. Temos também uma câmara temática dentro do Ministério da Agricultura, uma das câmaras setoriais, que cuida exatamente do assunto produtos florestais produtivos.

A Ceplac está terminando um trabalho muito interessante que vai criar um modelo, um projeto modulado para exploração agro-florestal para a agricultura familiar na Amazônia. Eles estão terminando esse estudo. A idéia é colocar um módulo, digamos, de cinco hectares, para uma agricultura familiar que tenha produção de cacau, seringueira, açaí, plantas medicinais e aromáticas que possam ser produzidas pela agricultura familiar numa atividade sustentável para a Amazônia.

A posição que a senhora defendeu é muito clara. As grandes explorações são facilmente identificáveis. Uma devastação florestal de 100 hectares é visível por satélites, é imediatamente verificável e o Governo tem condições de ir lá e implementar mecanismos de fiscalização, mas um pequeno produtor, e são 500 mil na Amazônia, que derrube uma árvore por semestre não tem como contrariar um milhão de árvores por ano. Então, a idéia é criar esse projeto que a Ceplac está desenvolvendo, para trabalharmos com sustentabilidade agro-florestal em toda a região da Amazônia. Simultaneamente, criei uma assessoria específica no gabinete só para cuidar da Amazônia e há um técnico que vem do Acre, o Dr. Manoel Valdemiro Francelino da Rocha, que está cuidando, junto ao Ministério do Meio Ambiente, especificamente de programas ligados ao desmatamento e queimas na região amazônica. Estamos olhando isso com muito cuidado.

Adicionalmente, a senhora sabe que, na exposição que fiz para o Ministério, criamos uma área específica sobre a agricultura orgânica e eu penso que a região amazônica tem uma vocação natural e um potencial muito grande para esta atividade, que estamos também implementando numa diretoria especializada.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só 30 segundos para dizer que deve-se ter sempre cuidado com a Amazônia, porque ela tem muitas diferenças. Por exemplo, o Acre tem uma realidade muito diferente do Estado do Pará. Eu diria que o Pará é uma síntese de toda a Amazônia, de toda a realidade.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Inclusive, para sua informação, fiz uma reunião com os Secretários de Agricultura da região amazônica toda, para encontrar

mecanismos de políticas públicas diferenciadas para a região em relação ao resto do País.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Ministro, da nossa convivência já de 30 anos, trabalhando afinados, inicialmente, pelo cooperativismo e, agora, generalizados pelo agro-negócio, não tenho nenhuma referência a V. Ex^a, porque, evidentemente, não é preciso.

Quero, Sr. Ministro, invocar algumas condições essenciais para o agro-negócio brasileiro, coisas que estão ligadas a esta Casa, ao Congresso Nacional. Por exemplo, Ministro, de vez em quando o Ministério do Trabalho solta a lista dos escravagistas. Olha, Ministro, quem pratica trabalho escravo deve ser condenado, deve ir para a cadeia, deve ter expropriada a sua propriedade. Tudo pode acontecer. Mas levar aos jornais, à imprensa, pessoas dignas...

É um absurdo enquadrar alguém que tem um problema trabalhista na sua propriedade como escravagista. É uma distância tão grande. Por isso, eu acho que o problema é desta Casa.

Há um projeto do Senador Tasso Jereissati que define exatamente o que é trabalho escravo e o que é desobediência à lei trabalhista.

Portanto, já que estamos reunidos com os Presidentes das Comissões da Agricultura, da Câmara e do Senado, vamos fazer um esforço para votarmos esse projeto, que já passou da Comissão de Assuntos Econômicos para a de Assuntos Sociais. Vamos tocar esse projeto para a frente, Sr. Ministro, para tirarmos essa pecha do Brasil.

Até entendemos que isso é uma provocação externa, para prejudicar os nossos produtos no exterior.

Esse é o primeiro assunto. Gostaria de saber o seu posicionamento a respeito.

O segundo assunto, Ministro, é o problema de terra indígena. Há uma intranquilidade para aqueles quem possuem terras próxima à reserva indígena. Os índios não querem mais a expansão de terra fora de suas áreas. Mas eles estão sendo incentivados a isso, o que causa esse problema sério que constatamos pelo Brasil afora.

No Congresso Nacional há uma Comissão Especial que trata desse assunto, comandada pelo nosso grande líder, Senador Delcídio Amaral. Precisamos, Senador Delcídio, tocar isso para frente, precisamos estabilizar essa situação junto aos produtores rurais,

aos índios, também em relação às terras indígenas. Temos que conviver.

No Mato Grosso, os índios já têm 17% da área do Estado. Agora, está havendo um movimento para ampliação dessa área, ou seja, eles querem ocupar 25% da área do Estado. Mas isso, nem eles querem!

O trabalho realizado pelo Governador Blairo Maggi junto aos índios está sendo muito bem aceito por eles. Tanto que esse assunto está sendo encerrado. Não podemos permitir, de uma ou de outra forma, os incentivos para os índios para essa ampliação de área.

Um outro problema crônico é a chamada faixa de fronteira. São 150 quilômetros de fronteira – o Brasil com os países vizinhos – em que os proprietários vivem intranquilos, porque um procurador do Incra determinou que, naquela área de fronteira, áreas que o Estado havia legalizado, o Estado não tinha competência para legalizá-las. Que culpa tem aquele proprietário, que legalizou sua área, e, hoje, vê essa área desqualificada como terra legal e que não serve para nada? Ele não tem direito a fazer financiamento, ele não tem direito sobre ela.

Esse assunto também vem inibir os bons propósitos de V. Ex^a, como os de todos nós, que estamos, aqui, trabalhando pelo agronegócio brasileiro.

Sr. Ministro, movimentos sociais. A Constituição é muito sábia. Quem tem terra improdutiva, não tem direito sobre ela. O Governo tem que desapropriar as terras improdutivas. Esse é o grande problema que nós temos com os movimentos sociais. Eles estão invadindo porque o Governo não dá a devida atenção para o que estabelece a Constituição e as leis agrárias, não resolve o problema dos sem-terra bem-intencionados, pois, esses, merecem a terra, e a Constituição o permite, estabelece normas rígidas para que essas áreas sejam desapropriadas.

Outro momento grave que temos na agricultura, Ministro, é que, no dia 26 de maio de 1966, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, baixou uma medida provisória em cima de alguns dispositivos do Código Florestal. Essa medida provisória ainda vigora como tal, e já vai completar nove anos. Essa medida provisória atrapalha o Brasil de ponta a ponta. Alguns pensam que essa medida provisória só atrapalha a Amazônia, porque o proprietário que comprou uma área lá sabia, e está averbado à margem da sua escritura, que ele podia aproveitar 50% daquela área. Sr. Presidente, os 50% eram respeitados; o que não respeitava era multado. Pois bem, veio a medida provisória e estabeleceu em cima daquele proprietário: agora você não pode mais desmatar os 50% que a lei permitia e que está averbado à margem da sua escritura; agora você só pode desmatar 20%. E aqueles

que tinham desmatado 50%, legalmente, estão sendo condenados a repor aqueles 30%.

Ora, como vamos deixar uma medida provisória, de nove anos – portanto, se ela é importante, ela não é urgente –, ficar perambulando pelo Congresso Nacional sem uma providência? Se isso está ocorrendo na Amazônia, pior é no sul do País, onde os pequenos produtores de 20 hectares, de 30 hectares, que têm dentro da sua propriedade dois córregos, onde antes a permissão legal para reserva permanente era de 5 metros da margem dos córregos, hoje passou, pela medida provisória, para 30, sem respeitar o direito adquirido.

Pois bem, Ministro, hoje há milhares de processos na Justiça, dos Procuradores da República, ameaçando, intimando os pequenos produtores a tirar a sua pocilga, o seu aviário, a sua casa, etc. da margem do rio e repor a 30 metros. Considero que isso acarreta para esses colonos uma consequência tão grave ou mais grave do que aquilo que está ocorrendo na Amazônia com os proprietários de terra.

Portanto, é em bom momento que encontramos aqui os dois Presidentes das duas Comissões nas duas Casas. Vamos tratar o assunto com muita seriedade. Quem está incumbido de resolver esse problema, pelo nosso Regimento, é o Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Fernando Bezerra. Logo, vamos procurar S. Ex^a para colocar essa medida em votação. Ela já foi votada na Comissão.

Existe problema? Existe. O que tem que ser feito? O Líder do Governo deve convocar os Líderes dos Partidos e fazer uma adequação daquilo que é chamado Projeto de Conversão Moacir Micheletto para que seja votado em plenário. Até quando o Brasil vai conviver com uma medida provisória, Senador Leonel Pavan, com nove anos, sem saber? Esse é o grande problema que temos na Amazônia, porque é uma incerteza.

Quando era de 50% a preservação na floresta, era obedecida. Hoje, 20%, Sr. Presidente, é uma desobediência civil.

Por isso, este momento que estamos vivendo nesta Comissão, com o Senado Federal criando esta Comissão, é bastante importante.

Por último, Sr. Ministro, entendo que já somos conscientes de que a Medida Provisória nº 232 não pode ser aprovada porque tira 1,5% da produção bruta dos produtores, que estão hoje sem renda. Alguns dizem: mas depois podem rever no Imposto de Renda. O produtor pessoa física não tem contabilidade, Ministro. Se não tem contabilidade, ele vai fazer um empréstimo compulsório, ou uma doação para o Governo Federal de 1,5%, não do seu lucro, não da sua renda, mas da sua produção bruta.

É um assunto que temos que trabalhar, está aí e não podemos deixar que isso ocorra.

Sr. Ministro, estou tão otimista quanto V. Ex^a. Ora, se até 1994, quando o produtor era considerado caloteiro, conseguimos dar a volta por cima, não será agora, que o agricultor é considerado herói nacional, que vamos morrer, mas com o seu apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Ministro Roberto Rodrigues, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, serei bastante breve, mas não poderia deixar de fazer minhas as palavras dos Senadores que me antecederam e dizer que V. Ex^a é uma unanimidade, uma das poucas no Governo do Presidente Lula.

Como Senador do PSDB, também não me considero, como disse o nobre Senador Sérgio Guerra, um Senador de Oposição. Sou um Senador que defende o desenvolvimento do Brasil e estou aqui à disposição do Ministério da Agricultura e à disposição de V. Ex^a para votar todos os projetos de interesse da Nação e do povo brasileiro.

O nome de V. Ex^a dispensa comentários, como já disseram todos os Senadores que me antecederam. Serei breve, em face do adiantado da hora, e objetivo nas perguntas que farei.

Com relação à balança comercial, a queda das *commodities* agrícolas vão ser compensadas com sobra nas *commodities* minerais e, com certeza absoluta, a balança comercial deste ano deve suplantar a balança comercial do ano passado.

O meu Estado, o Estado do Pará, contribui bastante com a balança comercial e tem uma enorme dificuldade de manter a demanda de serviços na área social, de educação, segurança, saúde, em função do não-retorno dos impostos não cobrados – e que não devem ser cobrados – na exportação. Há dificuldade de complementação da Lei Kandir, que é deficitária nos valores até então atribuídos pelo Governo Federal, mas o Governo não deve preocupar-se com a balança comercial. Também em função disso, a dificuldade de atender o setor agrícola – Deus queira que isso não ocorra –, que deve estar com dificuldades de cumprir os compromissos financeiros tomados em função da queda das *commodities* agrícolas e financiamentos tomados não só em função dos valores anteriores como do câmbio, que está em valores inferiores aos tomados anteriormente.

Faço um convite a V. Ex^a, que esteve hoje, pela manhã, com o nosso Governador. Tive a oportunidade de estar com V. Ex^a na reunião anterior, e acompanhou nossa preocupação de tornar o nosso Estado, que tem

o 4º, 5º ou 6º rebanho brasileiro, livre para exportar diretamente a carne industrializada. Lamentavelmente, V. Ex^a nos deu a notícia de que é praticamente impossível termos, ainda este ano, liberado o Estado do Pará para exportação. Faço um apelo a V. Ex^a no sentido de que não desista e envide todos os esforços – sei que é um homem obstinado e determinado – no sentido de que, até maio – que me parece ser o prazo definitivo – consigamos liberar aquela zona, pelo menos a parte do sul do Estado, para que ela possa se tornar livre por vacinação e, assim, possa ser exportadora. Dando, com isso, ao Estado do Pará, mais um caminho para o seu desenvolvimento.

O convite que gostaria de lhe fazer... Lamentavelmente existe um órgão Federal que, no meu entendimento, não traz nenhuma ajuda e não procura a ajudar o desenvolvimento do Brasil, que é o Ibama. Este traz dificuldade de toda a monta e a todo o momento. Ele é controlado pelas organizações não-governamentais que têm interesses que não são bem claros, para não dizer de outra forma. Temos um projeto no Pará, Ministro, e V. Ex^a falou aqui com bastante propriedade em sua brilhante exposição, com relação à substituição do petróleo. Estivemos, em 1995, na Malásia, que é a maior produtora de óleo de palma do mundo. Tem dois milhões e meio de hectares plantados. O Estado do Pará tem hoje dois milhões de hectares de terras alteradas passíveis, ou melhor, possíveis de serem utilizadas para o plantio da palma. Somos hoje o Estado maior produtor de palma do Brasil. Temos uma indústria lá implantada, Agropalma, que tem 60 mil hectares plantados de palma, e já está verticalizando a sua produção para o óleo comestível, para a margarina, inaugurando uma indústria de biodiesel, já agora.

Então, tentamos ao longo desse tempo junto ao Ibama, considerar a cultura da palma como substituição de cobertura florestal, o que nos daria uma possibilidade, num raio de 100 quilômetros de Belém – área tida como propícia para o plantio da palma, e que é uma área já alterada, de solo que não está sendo aproveitado de forma correta, porque já foi esgotado, precisa ser renovado –, de ser fazer uma cobertura total com a palma e isso ser considerado como reflorestamento.

Então, queria contar com seu apoio, com a ajuda do Ministério da Agricultura, para que junto ao Ministério do Meio Ambiente e com o Ibama, pudesse considerar a cobertura da palma como reflorestamento e, com isso, tornar o Pará o maior produtor mundial de óleo de palma e, conseqüentemente, também o Brasil nos próximos 10, 20 ou 30 anos. Terra alterada, temos para isso, não vamos mexer na floresta. A floresta é intocável. Queremos mexer nas áreas alteradas, e projeto existe para isso. A reforma agrária, feita de forma

indevida pelo Incra, gasta US\$45 mil para assentar de forma indevida o pequeno agricultor; enquanto que, na Malásia, eles assentam o agricultor em quatro hectares, que tem uma renda de US\$120 dólares. A forma como está sendo proposto hoje pelo Governo, no projeto de 1999, do PDS, seria sem dar a propriedade da terra e, sim, a concessão do uso da terra, como é o projeto da Malásia.

O projeto está pronto, apenas é preciso que haja vontade política de ser implantado. Gostaria de contar com o apoio de V. Ex^{as} para que pudéssemos transformar o Brasil no maior produtor de óleo de palma do mundo. Falo isso em relação ao Pará. Na Amazônia, existem oito milhões de hectares em área propícia ao plantio de palma; no Pará, dois milhões de hectares. A Malásia, repito, que é a maior produtora do mundo, tem 2,5 milhões de hectares e está esgotada. Eles têm investimento e tecnologia, e querem novas áreas para o plantio.

Por último: V. Ex^a citou a infra-estrutura como um dos gargalos. Eu defendo, há mais de quinze anos, Ministro, a modificação do sistema de transporte da produção brasileira. É lamentável que se insista em transportar o produto brasileiro – sessenta por cento dele – sobre as rodas dos caminhões. Em todos os países do Primeiro Mundo, isso é feito sobre os trilhos do trem e sobre os rios. Esta é uma outra proposta que gostaríamos que V. Ex^a patrocinasse junto ao Governo e ao Ministério dos Transportes: a implantação de um sistema hidroviário nacional.

A hidrovía representa vantagens não apenas quando da saída do produto, da exportação da safra agrícola. Temos duas outras grandes vantagens que superam essa. A primeira é a integração nacional: através dos rios navegáveis, poderemos integrar esse País continental de uma forma definitiva.

Há uma outra vantagem, mas a ela não se faz referência quando se fala em hidrovias. Só se fala dos benefícios relativamente à saída dos produtos, esquece-se que a hidrovía também representa vantagens para a entrada dos insumos. Há o exemplo da soja: fala-se em US\$70 por Paranaguá, além da questão do estrangulamento, mas é possível sair por US\$30 por Barcarena ou por Itacoatiara. A hidrovía, além de facilitar a entrada de insumos, pode promover a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros que estão isolados no interior do Brasil, porque não têm estradas e não têm como se comunicar com a parte desenvolvida do Brasil de hoje.

Eram essas, Sr. Ministro, as nossas observações.

Parabenizo V. Ex^a por seu magnífico trabalho à frente do Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Deputado Ronaldo Caiado, Sr. Ministro: V. Ex^a sabe da admiração que o meu Estado tem por V. Ex^a, inclusive foi-lhe concedido o título de “Cidadão Goiano”, o que muito nos honra. Quero dizer que é muito bom ouvi-lo falar, pois a sua fala transmite segurança para as pessoas que o ouvem; V. Ex^a trata de temas áridos com muita leveza e com muito charme.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas, mas não relativas à crise, pois estou aqui com os doutores do Centro-Oeste que podem fazê-lo melhor do que eu. O nosso presidente da Comissão de Agricultura, Ronaldo Caiado, transmite naturalmente a nossa apreensão em relação a este momento – é motivo de muito orgulho o Estado de Goiás comandar uma comissão tão importante como a Comissão de Agricultura. Tenho aqui o Senador Jonas Pinheiro, que eu diria ser não só o farol da agricultura: S. Ex^a é o farol do Centro-Oeste emprestado para a agricultura. Temos, enfim, todo o Centro-Oeste aqui representado pelos Senadores Antero, Motta, que já foi, Demóstenes, Maguito Vilela, que é produtor rural, enfim, todos eles já expressaram a nossa apreensão em relação à crise na agricultura, principalmente na região Centro-Oeste.

Gostaria de fazer uma pergunta relativa à reforma administrativa. V. Ex^a colocou vários temas, várias modificações que foram implementadas no seu Ministério, mas não abordou um tema que acredito ser da maior importância. Por que continua a odiosa separação entre agricultura empresarial e agricultura familiar? E por que a agricultura familiar não está sob o abrigo do Ministério da Agricultura, que creio ser o local adequado para que ela venha a se desenvolver e a fazer parte efetiva da cadeia produtiva? Essa é a minha pergunta, Sr. Ministro, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Com a palavra o Sr. Ministro para a resposta.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra.

Srs. Senadores, em primeiro lugar, o Senador Jonas Pinheiro expôs um conjunto de temas que não representam perguntas, mas comentários, com a enorme competência que tem S. Ex^a, que, de certa forma, funcionam como uma ação conjunta entre o Parlamento e o Executivo, mas com ênfase no Parlamento: definições sobre o Código Florestal, a MP nº 232, a terra indígena, o trabalho escravo. A maior parte dos temas colocados pelo Senador Jonas Pinheiro, com uma propriedade de sempre, tem a ver com ações a

serem desenvolvidas pelo Parlamento brasileiro. De modo que agradeço ao Senador, que não está mais presente, pelos comentários que fez, os quais são inteiramente consistentes com o que penso. É aquilo que nós achamos e que deve mesmo ser tratado.

Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a aborda três temas. Em relação à aftosa, de certa forma, respondi à Senadora Ana Júlia Carepa. Então, espero que amanhã consigamos ter uma definição da questão. Acho improvável que haja tempo, até maio, de apresentarmos os documentos e as provas documentais e práticas da inexistência cabal de aftosa no Estado, porque existem análises sorológicas mostrando que há resíduos virais, muito provavelmente por causa de vacinas aplicadas anteriormente. Mas há uma discrepância de informações que inibem uma condição cristalina de defesa do assunto.

Então, se conseguirmos amanhã fechar um documento, com todas as entidades envolvidas, que dê essa posição cristalina, não tenham dúvida de que irei pessoalmente, em maio, ao (*inaudível*), para pleitear a liberação do Pará, porque me interessa. O Estado tem o quinto maior rebanho do País, pessoas da maior competência e um trabalho muito bem feito. Então, tenho interesse pessoal no assunto. Mas há limitações de caráter formalístico e tecnológico que podem eventualmente inibir essa definição.

V. Ex^a faz um apelo para que o Ministério da Agricultura trabalhe solidariamente com a sua idéia de que Palmas seja também objeto de reflorestamento, até para fins de financiamento. Eu estou de pleno acordo. Pode contar comigo. Vamos trabalhar juntos.

Conheço o Agropalmas, conheço o projeto e acho que ele pode de fato fazer da Amazônia uma referência em termos de reforma agrária, porque a agricultura familiar tem renda o ano todo e pode desenvolver atividades de agricultura subsidiária que dão sustentabilidade familiar da melhor qualidade. De modo que acho o programa *Biodiesel*, prioritário no Governo do Presidente Lula, podemos considerar essa questão de maneira bastante forte. De modo que V. Ex^a pode contar comigo como o seu defensor nesse tema.

E, finalmente, estou de pleno acordo com a questão da intermodalidade de transportes. Como disse o Senador Jonas Pinheiro, esse é um assunto sobre o qual venho me manifestando muito antes de ser Presidente da OCB, da ACI, ou da ABAG, ou da Rural Brasileira; essas experiências todas que acumulei ao longo desse conjunto de cicatrizes que a vida nos oferece. De fato, essa é uma questão essencial.

Na intermodalidade de transportes, a navegação fluvial de cabotagem, a estrada de ferro e de rodagem

devem ser tratadas. Agora, esse é um programa que está na mira do Governo. O Ministro dos Transportes tem nisso um vigoroso projeto que depende, em grande parte, do que seja o funcionamento das parcerias público-privadas. Estamos confiantes em que a partir desse projeto, dessa lei agora aprovada, consigamos realmente alavancar os recursos para criar um programa de transportes intermodal que modernize essa ação brasileira.

De modo que agradeço V. Ex^a pelas suas palavras e espero ter assim atendido às questões de V. Ex^a.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a, com uma sutileza feminina formidável, coloca-me numa sinuca de bico sem que eu tenha habilidade para sair em três tabelas. Mas a senhora deve ter observado, na primeira parte da minha palestra, que conceituei agronegócio como a soma das cadeias produtivas, e cadeia produtiva é um conjunto de elos de diferentes agentes que começam na pesquisa e terminam na gôndola do supermercado e passam por insumos, serviços, atividade produtiva, armazenagem, industrialização, embalagem, distribuição etc., como se fosse um grande guarda-chuva, sob cuja sombra se abriga toda a população e todos os agentes que trabalham nessa área. Mas o cabo do guarda-chuva é o agricultor. Sem o cabo, não tem guarda-chuva. Quem sustenta tudo é o agricultor de quem depende quem vem antes, porque produzem insumos para ele, e quem vem depois, que vive dele na industrialização e no processo adjuvante da questão produtiva. Então, nessa definição, considero que todas as formas de agricultura – familiar, empresarial, coletiva, cooperativa, trabalhadores de todos os matizes – fazem parte da cadeia produtiva e, portanto, do agronegócio.

Concordo com a senhora que não há nenhuma razão para se estabelecer uma diferença entre produtores. Sempre argumento com um tema que é até bastante singelo: ninguém fala em pequeno dentista ou em grande dentista, pequeno, médio ou grande médico; todos são dentistas ou são médicos. É evidente que os agricultores são diferentes, a agricultura familiar demanda políticas diferentes da agricultura empresarial. É evidente que o movimento cooperativista presta muito mais serviços à agricultura familiar do que à agricultura empresarial, porque essa, de alguma forma, já encontra suas próprias formas de sustentação, de organização e de articulação. É evidente que os programas e políticas têm que ser distintos para distintos públicos, com distintos perfis, mas concordo com a senhora que não deve haver a odiosa divisão entre uns e outros, porque isso não constrói, é um processo pouco construtivo.

Quero terminar a minha resposta ao questionamento da senhora, dizendo que a agricultura é uma, é uma só, embora as políticas tenham que ser distintas para cada uma delas. E foi com base nesse conceito que o Presidente Fernando Henrique Cardoso separou as duas agriculturas em Ministérios diferentes. Essa então é a história até onde posso avançar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Solicito aos Srs. Senadores e Deputados inscritos – e ainda há seis – que se restrinjam aos cinco minutos e, se possível, sejam mais breves, para que essa audiência não seja excessivamente prolongada.

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Ministro, quero, em primeiro lugar, externar também a admiração pelo trabalho, pela competência, pelo profissionalismo, pela organização – e a apresentação de hoje foi exemplo vivo e claro disso também – e dizer da satisfação de tê-lo hoje como primeira audiência pública nesta Comissão de Agricultura.

Estive nesta semana representando esta Comissão de Agricultura no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, acompanhando inclusive a Comissão da Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Ronaldo Caiado, vários Deputados Federais e Estaduais, prefeitos, vereadores. O Senador Pedro Simon havia trazido essa questão para esta Comissão. S. Ex^a estava lá presente também. Aproximadamente mil pessoas, o salão da universidade estava cheio, com todos os setores da sociedade e houve um debate muito interessante. E quatro questões, além de várias que o senhor já mencionou, foram levantadas, e penso que podemos contribuir numa relação cada vez mais próxima e intensa com o Ministério da Agricultura.

A primeira preocupação que já foi abordada pelos Senadores é a preocupação de todos os setores lá presentes em relação ao acompanhamento das medidas, à concretização das medidas. Nas palavras deles, todas as coisas têm que acontecer; temos que discutir, propor e acontecer. Por esta Comissão – o Senador Sérgio Guerra e eu já estávamos comentando isso antes – podemos contribuir com o Ministério da Agricultura para que esse acompanhamento se transforme em realidade.

A segunda questão que foi ressaltada, que é um dos fatores da equação da crise, como o senhor mencionou, é a questão da seca. E a seca já se tornou uma realidade permanente no Rio Grande do Sul. E mesmo no Paraná, em certas regiões, e em Santa Catarina, as pessoas já se preocupam: vamos resolver o problema atual da safra, do crédito, uma série de coisas, mas vamos também visualizar, como o senhor disse, o futuro, políticas bastante definidas para resolver o

problema da seca, realmente, por meio de um debate, de uma discussão que tem que acontecer.

O terceiro aspecto mencionado por várias pessoas – sei que o senhor vai ter audiências também nesta semana, como foi dito antes – é que um dos componentes também da equação da crise é o aumento dos custos de produção. E ninguém entende no Brasil como esses custos aumentaram se nós, inclusive, aprovamos medidas aqui no Congresso Nacional de isenção de impostos, de tributos, de contribuições. E isso vem-se caracterizando na verdade como um cartel, porque as pessoas vendem produtos, compram a produção.

Então, precisamos ter um esclarecimento no decorrer do tempo, como o senhor mesmo mencionou nesse sentido.

O quarto aspecto é a questão que o senhor mencionou na sua fala daquele trator que já vem sendo tomado pelo banco particular. Esse debate foi feito de uma maneira, na minha opinião, muito competente pelo Speloto, que é o Presidente da Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul, lembrando a legislação existente que permite uma possibilidade de negociação, porque 25% dos depósitos à vista têm que ser destinados ou para esta área da agricultura ou para o repasse dos recursos para o Governo Federal.

Entendo que o Speloto mesmo teria, em razão desses debates que aconteceram no Rio Grande do Sul, muito a oferecer nessa discussão toda.

Gostaria de enaltecer a apresentação, mas principalmente dizer que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, junto com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, tem muito a oferecer, o desejo de participar e principalmente acompanhar e debater todo esse processo dessa área fundamental para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– O Ministro solicita da Presidência a oportunidade de responder agora à pergunta do Senador Flávio Arns. Estamos concordando.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Na verdade, fiquei devendo à Senadora Lúcia Vânia um pouquinho mais de resposta. A senhora sabe que a minha origem é de cooperativismo. Eu vendo cooperativismo.

No cooperativismo, 80% dos agricultores filiados são agricultores familiares, pequenos produtores. Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina são Estados em que a agricultura familiar não vai para frente sem cooperativa. O Presidente Lula tem declarado que deseja fazer no Brasil uma grande República cooperativa. E criou, inclusive, para este fim um grupo interministerial de 11 ministérios, liderados pela Casa Civil, para fazer

um projeto ligado ao cooperativismo. E o Denacop, o organismo que cuida desta área, fica no Ministério da Agricultura, na Secretaria de Promoção e Cooperativismo, de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo. Então estamos trabalhando muito vigorosamente com agricultura familiar por meio do cooperativismo. É lá que imaginamos que seja possível agregar valor como um dos instrumentos fundamentais de competitividade e transformar um conjunto de pequenos numa equivalência grande. A Senadora estava preocupada que ficamos um pouco fora desta área; não ficamos por causa do cooperativismo, que tem uma vertente muito vigorosa de trabalho no Ministério da Agricultura.

Queria complementar a resposta à V. Ex^a porque fiquei um pouco preocupado com a eventual... Tenho um assessor de imprensa que é um sujeito formidável e tem uma experiência enorme, o Ismar Cardona. Ele fala: “Não existem perguntas indiscretas, existem respostas indiscretas”. Então, precisamos tomar muito cuidado em não colocar respostas indiscretas. Mas, assim, penso que completei a questão que V. Ex^a tinha levantado concretamente, de uma ação no Ministério da Agricultura, dentro da estrutura nova, quanto à agricultura familiar. Estamos trabalhando lá.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, só para fazer uma complementação, quando fiz a pergunta, vi que, na reforma administrativa, a questão da Embrapa, por exemplo, que nos preocupava muito, tomou um **status** privilegiado. Quero dizer que fui a autora da emenda que retirou a Embrapa do contingenciamento.

Exponho a minha preocupação também, na área social, com a agricultura familiar. Tenho medo de que ela acabe por se esvaziar inteiramente, uma vez que não esteja sob o guarda-chuva do Ministério. A mesma preocupação tenho em relação à irrigação, mas depois volto a esse assunto.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Então, agora, se me permite, respondo ao Senador Flávio Arns. Os pontos colocados por S. Ex^a, de alguma forma, já tínhamos tratado deles antes, mas quero dar três respostas. Com relação ao acompanhamento das medidas, ajudem-me, porque também quero fazer isso.

V. Ex^a falou em seca no Rio Grande do Sul. Há um dado que foi citado lá, que é a maior seca dos últimos 40 anos. Mas também houve outra referência ao fato de que, nos últimos dez anos, houve sete anos de seca. Esse dado não é, digamos, verdadeiro para todo o Estado. Os levantamentos do Inmet, em várias regiões do Estado, mostram que, em algumas, faltou chuva por quatro anos e, em outras, por cinco ou seis, mas não há uma regra de estiagem coletiva no Estado nos últimos sete ou dez anos.

De qualquer maneira, porém, solicitei ao Inmet, nosso organismo de meteorologia, muito competente, que tem gente da melhor qualidade felizmente, que fizesse um levantamento mais amplo do que dez anos, para que identifiquemos a tendência. Há ou não uma tendência? Tem-se que ter muito claro que clima não muda em dez, vinte anos, é uma coisa muito mais lenta. Mas, de qualquer maneira, pode ser identificável uma tendência. Se isso for verificado, penso que o ponto que V. Ex^a perpassou, embora não concretamente, é a questão do zoneamento agrícola, o que provavelmente teremos que refazer – e isso vale também para o Nordeste, é um assunto que temos que combinar – os critérios que nortearam o zoneamento agrícola, o que poderá mudá-lo. Esse, sim, é um assunto do Ministério da Agricultura, de que a Embrapa participará de maneira muito efetiva, junto com o Inmet, a Ceplac, a Conab, que nos ajuda muito nisso. Mas a idéia é, a partir de uma avaliação de tendência de clima, imaginar se é necessária ou não uma ampla revisão do zoneamento ou apenas uma revisão, digamos, superficial, para atender às demandas mais imediatas.

A segunda questão que V. Ex^a colocou, que eu gostaria de explicitar, é o custo de produção.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) – Sr. Ministro, V. Ex^a me concederia um aparte? Fui informado neste minuto, Sr. Presidente, de que está finalizando uma sessão, na Câmara dos Deputados, de homenagem a Luís Eduardo Magalhães. Com isso, tanto eu quanto o Deputado Abelardo Lupion, fomos chamados pela Liderança. E não só quero cumprimentar o Senado Federal pela instalação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, como também afirmar que pretendemos, em reuniões conjuntas, debater esses assuntos tão atuais e momentosos do setor.

Agradeço e peço licença para me ausentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Agradecemos a presença do Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Deputado Ronaldo Caiado, que é uma referência nessa questão rural brasileira. Entendemos que essa convivência, aproximação e interação com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que V. Ex^a preside, é compulsória, se desejarmos trabalhar com eficiência.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Bem, terminando a resposta ao Senador Flávio Arns, o assunto é custo de produção.

Costumo usar uma imagem bastante prosaica. É a seguinte: houve em função de alguns anos sucessivos de preços altos nas principais *commodities* agrícolas um crescimento mundial das áreas plantadas e

do padrão tecnológico. Isso implicou um crescimento da demanda por insumos agrícolas: fertilizantes, defensivos etc.

Ora, a indústria de fertilizantes não tem uma capacidade elástica de aumentar a oferta. Então, ao crescimento da demanda corresponde um aumento de preços em dólar. A esse crescimento de preço somou-se ainda o aumento do preço do petróleo, do qual se extrai uma grande quantidade de derivados para fertilizantes e defensivos; e o aumento do preço mundial do aço, que interferiu nos custos de produção de máquinas e equipamentos agrícolas. E ainda, a tudo isso, se somou o fato, referido na minha palestra, de que os insumos comprados em maio do ano passado foram num dólar muito mais valorizado do que o de hoje. Na verdade, houve um conjunto de fatores que justifica o aumento de custo e produção. Não estou dizendo que não tenha havido abuso, mas há razões para que os preços tenham aumentado.

A imagem que uso é a seguinte: vamos imaginar um pequeno trem subindo uma montanha, chegando ao topo e depois descendo a montanha. A locomotiva é o preço do produto agrícola e os vagões são os preços dos insumos. Ao subir a montanha dos preços, a locomotiva puxa os preços dos insumos. Quando ela chega no topo e começa a descer, os insumos continuam subindo, porque não deu tempo de haver um ajuste no mercado. E estamos neste momento nesse pior cenário. Os preços estão descendo e os custos continuam subindo. É uma imagem romântica, mas é um dado da realidade. É isso que está acontecendo no comércio mundial. Só que as indústrias de insumos já estão falando em redução de preços para a próxima safra, porque já perceberam que há uma crise, um clima pouco favorável para manutenção dos preços atuais.

E a última questão que V. Ex^a colocou é dos bancos privados. Os bancos privados que não são um problema muito sério – podemos negociar com eles. O problema são os bancos de fábricas, porque esses bancos de fábricas não trabalham com depósito à vista e compulsório do Banco Central; eles trabalham, especificamente, para financiar, em grandes feiras agrícolas, as compras de equipamentos por parte dos agricultores. E esses não têm reservas. Aí é que estou achando que vamos ter alguma dificuldade e vamos ter que negociar. Mas é o tipo da coisa que o Governo tem pouca capacidade de ação, porque é um processo eminentemente privado de mercado.

Vamos ver como é que vai funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Concedo a palavra ao Sr. Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, queria saudar o Presidente Sérgio

Guerra, o vice-Presidente Flávio Arns, especialmente o competente Ministro Roberto Rodrigues, um dos melhores Ministros do Governo. Tem o Presidente Lula muito bem representado o País num segmento de absoluta importância para todos nós.

Vou ser bem resumido, Ministro, em função do adiantado da hora. Eu gostaria de fazer três perguntas.

A primeira pergunta. Hoje temos grandes desafios pela frente: a comercialização, a necessidade de preparar quadros, porque é um mercado sofisticado e que exige qualificação, principalmente comércio exterior.

A segunda questão é de defesa sanitária, as providências todas que têm que ser tomadas. Basta saber aí as dificuldades que temos enfrentado. No nosso caso lá em Mato Grosso do Sul, o caso da aftosa, que o senhor conhece muito bem. Então, a minha primeira pergunta é a seguinte: o Ministério da Agricultura está, hoje, preparado para fazer frente a esses desafios? V. Ex^a tem disponibilidade de recursos humanos? Existem quadros qualificados?

Sei que existem muitos, mas será que esses quadros são em número suficiente para atender a demandas tão importante de um setor fundamental hoje para a economia brasileira?

Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta que pretendia fazer, Sr. Ministro, diz respeito à infra-estrutura. Na minha visão, talvez o maior desafio do Brasil, em 2005, seja a infra-estrutura, que é seu grande gargalo, desde a armazenagem, rodovia, portos, ferrovias. O senhor falou rapidamente das parcerias público-privadas, do que se espera disso para a atração de novos investimentos, a fim de dar mais competitividade aos nossos produtos. O senhor tem estatísticas que mostrem, dentro dessa matriz de produção brasileira, como estão os custos de transporte, especialmente os focados no agronegócio? Eles vêm num crescendo ou estão estáveis? O senhor dispõe de dados capazes de esclarecer essa questão da infra-estrutura e como isso está prejudicando o País?

Terceiro ponto: infelizmente não pude acompanhar toda a palestra, mas, mais uma vez, registro que o senhor foi competente. A palestra foi resumida, excelente, clara, rápida, lúcida. Desculpe-me se repeti alguma pergunta que já tenha sido respondida, mas peço que me esclareça alguns fatos. O senhor esteve em Rio Verde, Goiás, com produtores rurais. Foram importantes as notícias que o senhor deu para o agronegócio naquela cidade. Aproveitando a oportunidade e sua presença, pergunto como essas coisas foram encaminhadas junto ao Ministério da Fazenda e ao Conselho Monetário Nacional, até para que acompanhem de

perto e, mais do que nunca, empenhamo-nos para ajudá-lo na liberação de recursos para comercialização, a fim de que, efetivamente, o Senado e a Comissão de Agricultura que é uma das mais importantes recentemente criadas no Senado, venha a ser parceira do Governo e do Ministério da Agricultura, para que possamos produzir cada vez mais, cada vez melhor e cada vez a preços menores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Agradeço a participação do Senador Delcídio Amaral, pela brevidade e eficiência de suas perguntas.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Roberto Rodrigues, Senador Flávio Arns, Vice-Presidente, em primeiro lugar, registro que o Ministério da Agricultura está vivendo uma fase excepcional, principalmente porque temos à frente dessa instituição, desse órgão governamental, um técnico capaz, competente, que tem arrancado a admiração e o aplauso de todos nós.

Sou um leitor diário de jornais, não só em Brasília, lendo a mídia impressa que nos é fornecida pelo Senado. Também compro jornais no meu Estado, quando estou em Sergipe. Tenho a curiosidade de colocar a luneta para saber se, nessas mudanças que fará o Governo Lula, anunciadas pela imprensa, está incluído o nome de V. Ex^a. A minha luneta descobriu que Lula não vai fazer essa besteira. Tenho certeza de que o seu trabalho será reconhecido e terá continuidade com V. Ex^a à frente do Ministério.

A propósito, Sr. Presidente, na palestra desenvolvida pelo Sr. Ministro, S. Ex^a falou que, entre as causas do crescimento econômico do Brasil e conseqüentemente da agricultura estão a securitização e os números pré-fixados no crédito rural e destaca a securitização como um instrumento indispensável para a renegociação da dívida dos agricultores, endividamento esse que vem se eternizando ao longo do tempo sem encontrarmos uma forma condizente e definitiva que possa contemplar todos os setores que trabalham na agricultura. Reconheço que, graças à atuação de V. Ex^a e ao trabalho desenvolvido aqui no Senado, sempre coordenado por essa figura magistral, que é o nosso Senador Jonas Pinheiro. Graças a esse trabalho, realizado desde o Governo passado – penso que se acelerou muito mais neste –, o endividamento e o estoque da dívida brasileira têm sido reduzido em relação aos agricultores, sacrificados ao longo do tempo não apenas pelo problema das estiagens, mas dos riscos em função das políticas econômicas e tributárias, que tiram os seus lucros cada vez mais

e que, conseqüentemente, diminuem a possibilidade de investimento.

Ora, V. Ex^a tem razão quando fala dos juros pré-fixados no crédito rural, porque isso afasta aqueles perigos das mudanças, das transformações que ocorrem ao longo do período em que o produtor está investindo com o empréstimo que tomou; e esses riscos são afastados porque, em função de mudanças econômicas, os juros podem subir, mas, se eles forem fixados, esse perigo o produtor não vai sofrer.

Portanto, Sr. Ministro, eu gostaria de ser objetivo e, atendendo ao apelo do nosso Presidente, que, por sinal, vem dirigindo esta Comissão com muita propriedade e devotamento, posso dizer que esta Comissão foi criada justamente quando a agricultura está passando por este momento edificante de que faz parte V. Ex^a. Seria merecedor que o Presidente desta Comissão de Agricultura fosse um Senador do Nordeste, que, aliás, está bem no Congresso Nacional, tendo sido Presidente de Comissão na Câmara e no Senado Federal e, agora, da Comissão de Agricultura. Já eu sou um modesto Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta para finalizar a minha participação.

Ministro, sabemos que ainda há muita coisa a ser resolvida com relação ao endividamento do produtor rural. Propus – o Presidente aceitou a proposta – um grupo de trabalho para acompanhamento das medidas provisórias, das providências que o Governo deve tomar em relação ao endividamento. Sobre o endividamento rural, qual a proposta que V. Ex^a acharia mais condizente para resolver a questão? Ninguém pediria mais? Segundo a imprensa, a bancada ruralista da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, todo ano, estão chorando demais, estão ganhando não sei quanto, não querem pagar o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, mas sempre aparece uma medida provisória recebendo apelos constantes e legítimos dessa força.

Gostaria que V. Ex^a apresentasse uma fórmula definitiva por meio da qual não se permitisse mais nem o Governo baixar medidas provisórias sobre esse assunto nem reclamarmos mais do problema do endividamento rural em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Concedo a palavra ao Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr.

Presidente Sérgio Guerra, Sr. Vice-Presidente Flávio Arns, Sr. Ministro, parabéns pelo avanço da nossa agricultura no País. Quero fazer três perguntas rápidas. A primeira é: no complexo soja, quanto exportamos de grão e óleo?

A segunda pergunta se refere à minha experiência no sertão. Sou do Estado do Rio de Janeiro, mas tive

a oportunidade de viver dois anos no sertão da Bahia, num projeto de irrigação. Irrigamos 100 hectares, assentamos famílias e plantamos melão, mamão, milho, feijão, cebola, cenoura. Eu planto irrigado, mas a maioria da população planta de sequeiro. Nessa ocasião, a colheita do feijão faz o preço cair a valores irrisórios de R\$13,00, R\$14,00, R\$15,00 o saco; o Governo do Estado libera R\$2 milhões para comprar a produção, e os caminhões, às vezes, fazem filas quilométricas. Já vi produtores jogando todo o feijão no centro da Cidade de Irecê, porque esses R\$2 milhões são liberados em parcelas longas e não dão resultado.

Sr. Ministro, nós recebemos, e eu o votei aqui com muita esperança, o projeto do Biodiesel, não só para o meu assentamento, mas também para 5.800 assentamentos da reforma rural, que hoje, Sr. Ministro, parecem mais 5.800 favelas rurais; estão sobrevivendo de cesta básica. Mas a diferença na carga tributária, quer dizer, o diesel 13% e o biodiesel 11% parece-me irrisória. E a requisição de R\$500 mil para se credenciar ao projeto, com financiamento do BNDES, parece-me excessiva.

V. Ex^a poderia nos dar, ou vislumbrar, uma solução para isso?

Estou dizendo que o biodiesel surgiu como uma esperança, para que esses assentamentos, e o meu próprio, tivessem um crescimento sustentado. Porém, a diferença entre a carga tributária do diesel e a do biodiesel é de apenas 2%. Para credenciar-se ao financiamento do BNDES é preciso que o proponente tenha capacidade de entrar com R\$500 mil no negócio, o que eu acho excessivo, para obter financiamento, para ter uma refinaria.

No sertão, por exemplo, no semi-árido, a mamona é nativa; a palma também. A mamona resultante da pesquisa feita pela Embrapa começa a dar com seis meses, com uma produção maior. Trata-se de uma transgênica, diferente da nativa, que dá com dois anos.

Imaginávamos que isso seria uma redenção. Estou dizendo a V. Ex^a que há diferença de imposto. O que se pede para capital de contrapartida é excessivo.

Gostaria que V. Ex^a analisasse o problema e nos ajudasse, para que o biodiesel seja mesmo uma redenção para o nosso semi-árido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, gostaria, inicialmente, de cumprimentar V. Ex^a pelo fato de a primeira audiência desta Comissão sob sua Presidência contar com a presença do Ministro da Agricultura. S. Ex^a, reconhecidamente, também pela Oposição e sou um Senador da Oposição, tem contribuído com sua

competência para apoiar as justas reivindicações do agronegócio brasileiro.

Mas, Ministro, queria fazer algumas indagações a V. Ex^a.

Nesse momento em que a cotação do dólar está baixa, as *commodities* também estão baixas, o custo dos insumos está alto, haverá algum socorro também para o custeio com relação à safra, levando-se em conta também a seca e, enfim, as dificuldades do agronegócio brasileiro, que são, diria, excessivamente, evidentes? Essa é a primeira pergunta.

Segunda: exatamente nesse momento não é um não-senso o Governo brasileiro criar, com essa medida provisória de 32 de dezembro, mais um imposto para o agronegócio? Esse é um momento em que o agronegócio está precisando de socorro. O Governo vai criar um imposto não só para os prestadores de serviço como também para o agronegócio?

Embora não acredite que isso passe no Congresso brasileiro, gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a, que indiscutivelmente é um interlocutor desse setor indubitavelmente importante para a Nação.

Penso que o momento é inapropriado e gostaria que V. Ex^a falasse sobre isso.

O agronegócio suporta isso neste momento?

Com relação à carne, Ministro, aumentaram as exportações, conquistamos novos mercados externos, mas o preço da carne continua caindo. A CNA quer trazer o assunto a para um debate público. Daqui a pouco o Senado da República e a Câmara dos Deputados terão de se movimentar e discutir o fato de os frigoríficos representarem ou não um monopólio que impede que a carne tenha um preço de forma a remunerar quem a produz e não apenas os proprietários de frigoríficos.

Gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Para concluir a nossa reunião de hoje, ouvimos, com muita honra e satisfação, o Deputado Zonta.

O SR. ODACIR ZONTA (PP – SC) – Muito obrigado. Gostaria de cumprimentar o Presidente, Senador Sérgio Guerra, o Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, assim como todos os Senadores e Senadoras e colegas Deputados que estão aqui presentes, e de cumprimentar o Sr. Ministro.

Gostaria de dizer que é uma satisfação grande poder participar de audiência pública nesta Comissão, com a presença do Ministro Roberto Rodrigues, nosso amigo e amigo de todos os cooperativistas e agricultores deste País.

Gostaria de me manifestar como Deputado, mas também como Presidente da Frente Parlamentar do

Cooperativismo, porque aqui temos uma conjugação de esforços, uma integração entre Câmara e Senado, compondo a maior frente parlamentar existente no Congresso Nacional. Quero fazer referência ao Senador Jonas Pinheiro como um dos grandes baluartes do cooperativismo brasileiro.

Mas eu gostaria, neste momento, além de cumprimentar a iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, de também cumprimentar o Sr. Ministro e de dizer que nossa presença aqui visa, cada vez mais, fortalecer o Ministério da Agricultura, o Sr. Ministro e toda a sua estrutura, dada a importância do agronegócio e também do cooperativismo.

Não queremos colocar aqui perguntas, mas queremos, muito mais, fazer invocações para a junção de esforços. A primeira é em relação à sanção da lei de biossegurança, que deve ocorrer até o dia 22, e o apelo é para que, conjuntamente, sensibilizemos o Senhor Presidente da República para que ela seja sancionada da forma como saiu do Senado e foi aprovada na Câmara, para que não tenhamos impedimento quanto à desenvoltura da pesquisa e da aplicação da ciência e da tecnologia. E também queremos pedir a participação do Sr. Ministro na intensificação dos contatos com o Presidente.

A segunda coisa que queremos propor aqui é o mutirão em defesa da prioridade nacional. A prioridade, Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a disse bem, se estabelece não com palavras, mas com ações concretas, e, no Governo, com recursos. E é lamentável que tenha havido descuido dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento nos cortes, no contingenciamento do Orçamento.

Se me permite o Sr. Ministro, sem constrangê-lo, porque estamos nessa luta e queremos nos irmanar nessa luta, não podemos admitir que, primeiro, o Ministério da Agricultura tenha ficado com um orçamento tão pequeno. E, segundo, que se tenha cortado tanto, 80% dos recursos, de acordo com o mapa que acabo de receber aqui, ou seja, de 342 milhões, ele ficou com 68 milhões, sendo que o gabinete do Ministro fica sem dinheiro até para deslocamento da Câmara para o Senado, e para o Ministério, 164 mil.

Temos aqui o Senador Delcídio, que é concordiense também, de Santa Catarina, como Líder do PT, que poderá nos ajudar muito.

Vemos aqui a Secretaria de Política Agrícola ter o seu orçamento reduzido de R\$53 milhões para R\$1 milhão. Os R\$40 milhões que eram destinados ao seguro agrícola, à implementação da proposta que passou na Câmara e no Senado, sumiram totalmente, foram cortados integralmente. É um momento delicado.

E vemos aqui um dos fatores decisivos para as exportações e a economia, que dá sustentação a esses setores, à economia, ao saldo da balança comercial e aos aspectos sociais, ou seja, a defesa agropecuária, que tinha um orçamento de R\$134 milhões, passar para R\$37 milhões. E como a Senadora colocou R\$6,5 milhões para o Pará, 20% do total do orçamento da defesa agropecuária acabam justamente sendo dirigidos ao Pará.

Não dá para admitir e, é lógico, não podemos sequer permitir que dure mais de uma semana esse orçamento pequeno, senão vamos começar a ter problemas seriíssimos na exportação. E ainda, quando se apregooou ampliar esse brilhante trabalho de meteorologia que o ministério tem para orientar as estiagem e as chuvas, veio o orçamento que baixou de sete para dois milhões. De outro lado, a Conab, que tem responsabilidade de manter estoques reguladores, baixou de 16,6 milhões para dois milhões.

Isso é um absurdo. E o cooperativismo, que é a grande alavanca – o Ministro colocou bem, de organização, de fazer com que as distâncias sejam aproximadas – de 16,5 milhões para 3,5 milhões. Como fazer o desenvolvimento agropecuário? O cooperativismo? Como fortalecer o setor com esse orçamento? Essa invocação que colocamos aqui e a proposta que irmanemos Senado e Câmara para imediatamente buscar recompor orçamento tão necessário ao Ministério da Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Quero elogiar a intervenção do Deputado Zonta e dizer que estamos, Câmara e Senado, cogitando uma comissão para reestruturar questão do orçamento.

Tenho dito que não adianta mudar regra nenhuma se viger essa figura do contingenciamento dessa forma. Quem acabou de ouvir essas palavras não pode levar a sério nenhuma movimentação concreta para mudar as coisas enquanto esse regime prevalecer.

Deputado Silas Brasileiro.

O SR. SILAS BRASILEIRO (PMDB – MG) – Sr.

Presidente Sérgio Guerra, Sr. Presidente Flávio Arns, meu caro Ministro Roberto Rodrigues, Srs. Senadores e Deputados, queria fazer uma referência especial ao grande Líder Jonas Pinheiro, que, sem dúvida, tem sido nosso grande guia, nosso farol. Ao longo da minha vida tenho acompanhado as pegadas do Ministro Roberto Rodrigues com muito entusiasmo e simpatia porque vejo nele uma pessoa idealista, capaz, sincera que busca resultados e não fica somente no discurso. Sua maneira de agir faz a diferença. Não vou fazer perguntas pelo avançado da hora, mas pequenas considerações.

Rapidamente, quero elogiar o Ministro pela nova estrutura que criou no ministério. Isso era essencial, sem dúvida estava arcaico, ultrapassado, e ele trouxe a modernidade. Elogiar sua equipe que é extraordinária, parceira, participativa. Dizer da experiência exitosa no café: quando veio o livre mercado, sem dúvida alguma, os modernos disseram que o Governo não deveria participar de nada, e tivemos uma queda abrupta e dificuldade e endividamento tremendos. A ação do Ministro Roberto Rodrigues nesses dois anos soergueu, fez com que o café viesse a ocupar sua importância tirando os nossos produtores de suas dificuldades. Hoje o café tem preço, tem valor, hoje o café gera renda e emprego em nosso País, graças à ação decisiva do nosso Ministro Roberto Rodrigues.

Na linha do Deputado Zonta, nosso líder no sistema cooperativo, quero dizer que para as coisas acontecerem, Senado e Câmara têm que dar as mãos e apoiar o Sr. Ministro. Sabemos das ações, das propostas do Ministério da Agricultura, mas quando chegam à Fazenda ou à Casa Civil não se realizam, deixando o Ministro em dificuldade. Então uma ação realmente firme e determinada nas duas Casas, dando suporte ao Sr. Ministro, fará a diferença.

Encerrando, MP 232: nada mais impróprio, nada mais abusivo, nada mais agressivo para a produção nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Quero informar que hoje mais de 40 Senadores compareceram a esta Comissão, numa demonstração do prestígio do nosso Ministro da Agricultura e do reconhecimento que tem de todos.

Passo a palavra ao Sr. Ministro para que responda às últimas perguntas.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Senador. Na verdade o prestígio é da Comissão, só estou de passagem por aqui.

Fazendo um comentário sobre a última frase que o meu amigo, Deputado Silas Brasileiro, Secretário de Agricultura de Minas Gerais, disse: quando assumimos o Governo, Senador, o café estava a 45 dólares a saca. Já passou de 130 hoje, Silas?

O SR. SILAS BRASILEIRO (PMDB – MG) – Será 150 para setembro.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Hoje, US\$130.

São políticas que desenvolvemos porque conhecemos a realidade – sabemos que o mercado tem seus ciclos – e tomamos as providências que permitiram ao produtor sair do buraco. Essa é uma coisa importante que estamos tentando fazer com a agricultura.

Isso foi possível com a ajuda da Frente Parlamentar da Agricultura e da Câmara dos Deputados. O Deputado Silas Brasileiro teve um papel de realce na questão da cafeicultura. De modo que sou muito grato a S. Ex^a pelo trabalho que fizemos em conjunto. Portanto, a sua aposta de trabalharmos juntos – Câmara dos Deputados, Senado Federal e Ministérios – realmente tem um horizonte muito grande de sucesso.

Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a abordou alguns temas importantes aqui, como a questão da defesa sanitária e a questão de recursos humanos. Estamos prontos? De alguma forma, eu já havia perpassado os temas que V. Ex^a abordou, de modo que vou apenas ser rápido na resposta para que V. Ex^a não fique sem a informação.

Temos gente – o Deputado Zonta abordou aqui um tema complicado – ,mas não temos gasolina. A situação está complicada por esse motivo. Espero que consigamos resolvê-la, mas isso não basta; precisamos mudar o sistema de defesa. Hoje há algumas questões que me preocupam muito. Tem de haver um veterinário em cada frigorífico, em cada laticínio, em cada fábrica de produtos de origem animal. Não é possível que o Estado mantenha esse ritmo eternamente.

Então, estou discutindo muito com os meus funcionários, ouvindo o setor privado, trazendo bastante gente de fora para conversar, para estudar um modelo de defesa que seja mais ágil e dê mais autoridade ao Governo Federal, para que não fiquemos submetidos a pressões de caráter moral que perturbem os processos.

Temos gente da melhor qualidade. Temos uma equipe no Ministério da Agricultura da melhor qualidade, mas falta condição para que essa gente competente exerça na plenitude o seu trabalho. Falta uma estrutura moderna, mais flexível e mais ágil, que espero implantar até o final de nosso período, seja ele o que for.

Tenho dito que a prioridade zero para mim é acabar com a aftosa. Dizia que se eu conseguisse nesse período de Governo implantar o seguro rural, acabar com a aftosa e modernizar os papéis de comercialização, teria feito a minha tarefa. Os papéis foram lançados este ano graças ao apoio do Senado e da Câmara dos Deputados. Então tivemos a maior aceitação pelo mercado. As LCAs foram colocadas à venda nas últimas semanas, sendo inteiramente compradas. Não ficou um lote sem vender, o mercado tem interesse pela agricultura.

Então, as idéias que a Secretaria de Política Agrícola, liderada pelo Ivan VedeKin, colocou em funcionamento, estão dando certo. O seguro rural foi implantado, agora perdemos 100% dos recursos para

equalização de prêmios. Vamos ver se conseguimos recuperá-los.

Precisamos acabar com a aftosa, porque, do contrário, não cumpro a minha tarefa aqui no Ministério da Agricultura. Estamos trabalhando nessa direção.

V. Ex^a pergunta se temos informações econômicas sobre custos de transporte. Temos tudo isso, mas não as tenho aqui. Pedi hoje, inclusive, ao Presidente da Conab que nos acompanhasse nesta reunião, porque a imprensa hoje comenta – li isso em vários jornais – o fato de a perda de grãos de Brasil chegar às vezes a 9%, 10% do volume da produção, por causa de estradas, armazéns, portos. Pedi ao Presidente da Conab que me trouxesse os dados relativos a isso, porque quero saber se é verdade. É rigorosamente isso.

Não é só o custo do transporte que tem crescido e tirado a competitividade, conforme mencionei naquela equação da crise, que projetei aqui. Além do custo, há o mau estado de conservação de rodovias; as longas distâncias a serem percorridas por caminhões; o fato de os equipamentos de transbordo do caminhão – ou do trem para o navio – serem inadequados ou sucateados e a própria condição perversa de armazenagem em grandes áreas do território nacional fazem as perdas serem maiores do que os problemas de custo de transporte.

Imaginem: se perdermos 10% em uma safra de 120 milhões de toneladas, são 12 milhões de toneladas que se perdem no transporte e na armazenagem. E é por isso que estamos implementando algumas ações muito fortes nessa direção. Em armazenagem, o Brasil tem hoje 95 milhões de toneladas armazenadas. É isso, mais ou menos, Jacinta?

A SR^a JACINTA – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Cento e um milhões de toneladas estáticas de armazenagem. O que é muito pouco para uma safra de 130 milhões de toneladas de grãos, porque não são somente grãos; há café, açúcar, algodão e muitos mais produtos armazenados em nossos armazéns. Então, é pouco, mas tem sido o suficiente para nós. Mas as safras vão crescendo, e a tendência é que os armazéns vão ficando velhos, sucateados. Não há investimentos na área, ou seja, vamos tendo cada vez mais problemas.

Criamos um programa dentro do Moderinfra, o programa de Modernização de Infra-estrutura de armazenagem em fazenda. O Brasil tem 6% de seus produtos armazenados em fazendas; os Estados Unidos têm mais de 30%; a Argentina tem mais de 20%. Isso é muito importante, porque se o produtor armazenar na fazenda ele tem mais domínio sobre o produto e, portanto, mais arbítrio na comercialização, na hora

melhor de vender; ele pode fazer uma *commodity* diferenciada, tratar diferentemente. Então ele tem mais vantagens comerciais. Temos uma posição ridícula, mas fizemos um investimento interessante e espero que até o final do ano que vem dobremos para 10% a armazenagem nas fazendas.

Ainda é, do ponto de vista relativo, muito pouco se comparado aos países desenvolvidos, mas é o dobro do que tínhamos quando entramos no Governo. Estamos tentando fazer com os recursos disponíveis – que são escassos, e o cobertor, curto – o que é possível nessa área.

Finalmente, V. Ex^a perguntou sobre as medidas anunciadas em Rio Verde, qual era o grau de implantação. Já respondi a essa pergunta, foi a primeira questão de que falei na minha exposição, mas houve outra pergunta no mesmo sentido. Para sua informação, a expectativa que tenho é de que hoje haverá reunião do Conselho Monetário Nacional – é isso não é, Ivan? – e, com essa reunião, todas as medidas anunciadas sejam consolidadas do ponto de vista institucional.

A sua aplicação depende de ato normativo do Tesouro, instruções normativas, circulares que vão para os bancos. Então, demora um pouco de tempo ainda. Mas o Ministério da Fazenda ontem à noite me informou que havia solicitado ao BNDES que todos os financiamentos de investimento com vencimento ontem tivessem a cobrança postergada para que as medidas fossem implantadas e entrassem em vigor. Então as coisas estão andando positivamente nesse sentido.

O Senador Valadares me pergunta qual é a proposta ideal para acabar com o endividamento. Realmente, não sei responder a S. Ex^a. O conceito é que o produtor rural é por definição um sujeito honesto, porque mora numa comunidade na qual o seu capital é o seu nome. Então o produtor rural é, por definição, um sujeito que cumpre os seus compromissos. O que o produtor rural quer são condições de pagar. E quando surge uma crise como essa que estamos vivendo, o que ele busca é um mecanismo de repactuação de dívida para que possa pagá-la. Ele não quer perdão, ele não quer anistia: ele quer ter condição de pagar no tempo e no espaço o que deve.

Se pudesse, eu diria a V. Ex^a qual é a melhor forma, já discutimos isso milhões de anos, estou nessa briga. Eu, pessoalmente, discuto isso há 40 anos como presidente de cooperativa, de sindicato, de associação de classe, local, regional, mundial etc. Então, discutimos a questão da equivalência em produto, uma moeda da agricultura que seja o próprio valor do produto, mas as flutuações tão rápidas, tão súbitas de preços de *commodities* criam uma dificuldade nessa área. A soja, nos últimos dias, teve uma valorização de qua-

se 20%. Imaginem se tivéssemos um descasamento nessa questão.

O que é preciso dizer é que dívida de produtor, crédito rural tem que ter condições fundamentais:

1. Preço adequado. Ou seja, taxa de juro compatível com a atividade.
2. Tempestividade.

Tem que ser alocado na hora. A agricultura não é como outra atividade econômica em que o sujeito abre e fecha a fábrica. Na agricultura há um determinismo. Na hora em que o “ministro da agricultura supremo”, que é São Pedro, resolve descarregar as baterias, tem que plantar. Não tem perdão! Tem que plantar! Então, é preciso que haja tempestividade no crédito para que as dívidas sejam pagáveis e funcionem adequadamente. São questões conceituais.

Do ponto de vista operacional, Senador, há, de fato, enormes dúvidas. O mecanismo de securitização, o Pesa – o Recoop, por exemplo, foi um mecanismo formidável e funcionou. Não podemos ter, como o senhor diz muito bem, a repetição desses problemas por questões de custo do crédito, de alocação inadequada do recurso, de distribuição adequada de crédito no território nacional. É isto que temos que resolver: o custo do crédito e a locação em termos tempestivos.

Senador Marcelo Crivella, perguntei ao pessoal que estava aqui me acompanhando, pois eu não tinha presentes os números sobre a cadeia da soja, mas tenho aqui a informação do ano passado para V. Ex^a. No ano passado, produzimos 57 milhões de toneladas de soja, 22 milhões dos quais, 38%, fora exportados. Portanto, ficaram no Brasil 35 milhões de toneladas de grãos, que foram transformados em óleo e farelo. Do farelo, 16 milhões de toneladas foram exportados. Portanto, 66% do total do farelo produzido foi exportado. Do óleo produzido, 2,9 milhões de toneladas de óleo, 48%, foram exportados. Isto significa que, de maneira geral, da cadeia da soja, mais de 60% são exportados, sob a forma de grão, farelo ou óleo.

Então, espero ter respondido a sua pergunta com a informação que é a mais precisa possível.

V. Ex^a pergunta sobre um assunto que não tenho condições de responder porque não conheço a questão de limite de capital indispensável para o financiamento de refinarias de biodiesel. Não conheço esse ponto, mas vou olhar. Concordo com V. Ex^a que, ao fazer uma limitação mínima em R\$500.000,00 de capital, já estabelecemos um corte que elimina a possibilidade de pequenos produtores e as suas cooperativas poderem, eventualmente, participar do processo de refino, embora possamos imaginar que, na cadeia produtiva, eventualmente, pequenas indústrias que fazem o óleo e, portanto, fazem a (*inaudível*) do óleo, e

não o refino ainda, possam se somar a uma indústria maior que é, por exemplo, o Projeto (*inaudível*). Deve-se ir verticalizando em módulos de produção, que não podem ser diferentes por causa do custo de logística, de transportes.

É um assunto a ser discutido, mas prometo a V. Ex^a que vou mergulhar nele porque considero o biodiesel um programa fundamental para a agricultura do mundo, e o Brasil pode ganhar um destaque internacional da maior relevância.

Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a também coloca algumas questões. A primeira delas é a do custeio. Como é que fica a questão do custeio, **vis-à-vis** a dificuldade da atual safra. Esse assunto foi tratado ontem ainda. Temos tratado desse assunto todo dia e tratamos dele ontem, objetivamente, no meu gabinete, com os dirigentes do Banco do Brasil. E as regras do Manual do Crédito Rural, do MCR 269, já permitem a automática renegociação de dívidas de custeio quando surgem problemas de caráter climático ou de preços ou de qualquer outra origem que destruam a renda do produtor e a sua capacidade de pagamento. Então, já existe no próprio Manual do Crédito Rural do Brasil a autorização dos bancos oficiais e privados para renegociar as dívidas, e o Governo decidiu não tomar nenhuma medida adicional porque, aparentemente, não há razão para isto. O Banco do Brasil já está com essa linha e já está renegociando dívidas de custeio com base nos próprios normativos do crédito rural.

V. Ex^a pergunta sobre a Medida Provisória nº 232. Tenho discutido muito com o setor privado e dentro do Governo também. V. Ex^a se expressa muito bem ao dizer que vivemos um ano em que importantes setores da agricultura não terão lucro por causa da seca, de preços, da quebra de produção e de outras razões. Então, uma antecipação de imposto sobre o valor bruto da produção cria uma dificuldade real para a agricultura neste ano.

Tenho conversado muito sobre isso com o Ministro Palocci e procurado encontrar uma solução para essa questão junto com o setor privado. E também com a Comissão de Agricultura da Câmara, com a qual hoje se soma esta importante Comissão criada no Senado.

Eu notei aqui carne. V. Ex^a está perguntando por causa da questão do cartel? Também já havia respondido a essa pergunta, Senador.

Só para sua informação, convoquei uma reunião conjunta entre os representantes do setor industrial, os frigoríficos, e o setor privado de produtores – CNA, OCB, Rural Brasileira, ABC, ABCZ. Chamei todas as entidades para uma reunião, sexta-feira passada, em São Paulo, coordenada pelo Ministério da Agricultura.

E dessa reunião surgiu um acordo pelo qual o setor dos frigoríficos eliminaria uma célebre tabela de preços que havia sido hipoteticamente colocada e que daria origem à idéia de cartel. Então, há um compromisso assumido conjuntamente entre o setor frigorífico ou de carnes, de que esse assunto estaria sendo eliminado. Portanto, há a expectativa de que a hipótese de cartel seria eliminada. Espero, portanto, ter respondido às perguntas.

V. Ex^a permite que eu me despeça, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Peço com absoluta falta de ponderação – apenas porque algumas pessoas estão insistindo aqui, e já disse que a reunião estava encerrada – que cada um fale apenas um minuto. Tínhamos encerrado as inscrições, tanto que o Ministro já estava se despedindo.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que é Presidente da Comissão de Infra-Estrutura. Posteriormente, terá a palavra o Deputado Carlos Melles, que veio até aqui e deseja falar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a generosidade do Presidente e do Sr. Ministro, e não poderia esperar diferente. O Ministro Roberto Rodrigues tem sido, ao longo desses dois anos, a grande estrela positiva deste governo. Transformou o Ministério da Agricultura em um ministério de resultados e enfrentou uma questão grave que estava levando a Embrapa à falência. Corrigiu as distorções cometidas dentro dessa empresa, que é um orgulho não só no Brasil, mas também no exterior. A empresa estava fadada a morrer por questões que, felizmente, foram corrigidas. Louvo a V. Ex^a pela coragem de enfrentar o problema.

Penso que o Brasil está cheio de gênios, mas precisa é de homens eficientes. Os gênios pensam e os eficientes fazem. Portanto, louvo V. Ex^a. Mas gostaria de fazer apenas duas perguntas bem rápidas.

V. Ex^a disse que se sentiria muito feliz se, ao final de sua gestão, conseguisse eliminar o problema da aftosa. Louvo-o pela determinação. Mas me lembro – e a pergunta é um pouco dirigida ao Piauí – que estávamos com um problema grave de barreira por conta de descumprimento de programação de vacinas. Estávamos sem poder exportar animais de qualquer espécie exatamente por isso. V. Ex^a poderia informar ao Piauí e ao Brasil em que pé está essa situação?

A segunda pergunta que faço, Sr. Ministro: o Governo brasileiro fez um acordo recentemente com o FMI que proporcionou um investimento de R\$2,9 bilhões em obras que eram contabilizadas para o superávit primário. E esse acordo é um acordo fantástico. O senhor imagina que, no Orçamento da União, dos

R\$22 bilhões aprovados para investimentos, R\$17 bilhões foram contingenciados. Do restante, ficaram os R\$2 bilhões do FMI, dinheiro sagrado que terá que ser executado até o final do ano, porque esse acordo não... Há o dinheiro bom, o dinheiro sagrado e o resto.

Preocupe-me com essa questão. Inclusive V. Ex^a trouxe aqui o Diretor Presidente da Conab, salvo engano. O grande problema do Brasil é o escoamento da produção. O Ministério da Agricultura foi consultado pelos técnicos do Ministério do Planejamento sobre as prioridades dessas estradas? Quais as estradas brasileiras que, para facilitação do escoamento da produção, teriam que ser consideradas prioritárias? Sr. Ministro, isso é da maior importância. E, se o Ministério do Planejamento fez essa consulta, quais as estradas escolhidas para o programa do FMI?

Estou curioso para saber as respostas porque considere o acordo com o FMI fantástico. Foi um avanço por parte de um Governo que, até dois anos atrás, achava que o FMI era coisa do demônio. Hoje, vê que não, e adota o FMI como parceiro ao firmar esse acordo benéfico para o Brasil.

Eu gostaria de saber qual foi a participação do Ministério da Agricultura. Considero isso fundamental. No Piauí – e volto a falar no meu Estado – ocorre o crescimento da produção de grãos ano a ano, e estamos com dificuldades.

Aliás, Senador Sérgio Guerra, infelizmente tenho que lhe trazer uma notícia. Ontem, em reunião no Palácio, o Presidente da República, mais uma vez, demonstrou interesse em colocar como prioridade no seu Governo a construção da nossa ferrovia Transnordestina. Sr. Ministro, essa ferrovia fará a interligação do Porto de Pecém com o Porto de Suape, criando um ramal na cidade de Eliseu Martins.

Senador Sérgio Guerra, hoje fui surpreendido com a discussão e a determinação do Presidente em construir a ferrovia, e um técnico – que aliás conhecemos, porque passamos pela mesma decepção –, chamado Sr. Demian, resolveu ser o justiceiro e ficar contra o Nordeste. Ele não quer essa estrada de ferro, ele não se interessa pelo Nordeste. Ele está querendo criar um aramado separando o Nordeste. Por isso é que acontecem os Severinos da vida. É por causa desses tipos, e é bom que aconteça. É exatamente pela maneira discriminatória com que a região é tratada. Sr. Ministro, essa estrada é a salvação do Nordeste. É a salvação dos produtores de soja e ajudará por demais o Brasil.

Eu queria apenas prestar esse esclarecimento ao Senador Sérgio Guerra, e fiz questão de fazê-lo para que fique registrado nos Anais da Casa.

A minha pergunta, especificamente, é com relação à febre aftosa e o programa do FMI.

O SR. CARLOS MELLES (PFL-MG) – Sr. Presidente, muito obrigado. Cumprimento V. Ex^a e o Vice-Presidente, Senador Sérgio Arns.

Sr. Ministro, é redundante ficar dizendo o que a mídia já faz, ou seja, que é o homem certo, no lugar certo. E a resposta é que um dos melhores, se não o melhor, Ministro do Governo. V. Ex^a acertadamente vem conduzindo a política do agronegócio.

Isso não é novidade porque temos dito o seguinte: se pontualmente faltam algumas políticas, isso não é culpa do Ministério, e sim culpa da Fazenda por não disponibilizar os recursos certos na hora certa.

O Ministro Roberto Rodrigues, como o nosso ex-Ministro Alysson Paulinelli, são as duas pessoas que mais conhecem de política agrícola no mundo. O Senador Heráclito Fortes fez um comentário sobre a Embrapa. É dispensável dizer do acerto do Ministro e do respeito que tem por ele o mercado agropecuário, mas S. Ex^a apresentou nos últimos dias um desafio, que é o grande desafio que o Brasil tem e que o Congresso deveria fortalecer. Houve um erro estratégico no Governo Fernando Henrique, do qual participei, de separar o Ministério da Reforma Agrária, o pequeno produtor, nos pequenos programas como o Pronaf. Esse, talvez, seja um ponto que nós não podemos deixar de olhar com profundidade porque a agricultura nesse Ministério, que deveria ser incorporado novamente à agricultura – porque o agricultor é um só, e temos aí quase 18% do nosso percentual da população brasileira ligado a esse setor.

Então, faço uma política social da maior extensão como quem conhece e como quem tem a sensibilidade e o poder para fazê-la.

Outro aspecto é a Secretaria da Pesca – o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Pesca e, inclusive, tocando ao meio ambiente. O Ministro também foi de uma felicidade muito grande. O meio ambiente tem quase tudo a ver com o Ministério da Agricultura. Determinados programas têm que passar pelo Ministério da Agricultura. O fortalecimento do agronegócio com essa visão social do meio ambiente.

Há três grandes vertentes e desafios: o programa fitossanitário, que o Senador Heráclito Fortes coloca como o grande desafio; depois, o ambiental, da proteção sustentada; e, depois, produzir social e justamente, que é o lado social que a agricultura também coloca.

Peço desculpas e agradeço a oportunidade de vir aqui testemunhar a eficiência e a eficácia desse grande Ministro. Ficamos honrados e felizes pelo fato de o Senado ter agora esta Comissão e, ainda mais,

presidida por V. Ex^a. Juntos, poderemos continuar a dar esse grande passo.

O Presidente Lula tem feito esforços e, às vezes, não chega a ele. Na verdade, Sua Excelência tem sensibilidade e quer resolver os problemas. O Ministro precisa, cada vez mais, ser fortalecido nesse aspecto. Precisamos encurtar essa cadeia.

Nesses dias, dizíamos o seguinte: esse setor que dá US\$30 bilhões livres precisava ter, pelo menos, 10% de retorno para a sustentação das políticas em anos de baixa como este. E não é justo que o Ministro fique com o pires na mão, com essas dificuldades e que não seja reconhecido – ou o setor que dirige –, com a importância econômica e social que tem.

Parabéns, Ministro! Parabéns, Presidente desta Comissão! Espero que possamos construir essa recomposição do Ministério, que talvez seja uma das fases mais importantes que V. Ex^a também poderá fazer em sua gestão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Senador Eduardo Suplicy, já vencemos o prazo. O Ministro já se despediu uma vez. Solicito a sua compreensão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mais do que compreendido, então, atendendo à solicitação do Ministro e saudando a nova Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário.

Hoje, como estive em diversas comissões e palestras, não pude participar. Embora eu não seja membro, eu quis pelo menos saudar o Ministro Roberto Rodrigues. Não farei perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro para encerrar suas palavras.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a também tem sido meu companheiro em algumas áreas, sobretudo na da laranja. Juntos, temos brigado pela laranja. V. Ex^a é um grande companheiro nosso.

Deputado Carlos Mendes, obrigado pelas palavras e pelas propostas. É por aí mesmo. Vamos juntos, que chegaremos lá.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me coloca duas questões. Quanto à aftosa no Piauí ou no Nordeste, de maneira geral, o tema é o seguinte: a Organização Internacional de Epizootias, que é o órgão mundial que cuida do controle de doenças animais, inclusive da aftosa, reconhece que países com extensão territorial continental, como é o caso do Brasil, podem regionalizar as áreas em relação à ocorrência de moléstias.

Por essa razão, o Brasil, ao longo do tempo – não é um problema deste Governo, é algo que vem acon-

tecendo há anos –, dividiu o País em duas áreas: uma área livre de febre aftosa e uma área que não é livre de febre aftosa.

A área não livre de febre aftosa é o Nordeste e a Amazônia e a área livre é o restante do País. Estou falando de maneira muito geral. Na área livre, há dois tipos de controle: área livre com vacinação e área livre sem vacinação. No Brasil, o único Estado livre de aftosa sem vacinação é o Estado de Santa Catarina. Os Estados considerados livres com vacinação ou sem vacinação são liberados para exportação de carne. Nem todos os demais Estados não podem exportar porque existe a possibilidade de a aftosa lá ocorrer. Por sua vez, são divididos em diferentes riscos: risco conhecido, risco desconhecido, risco limitado, etc. Depende muito da ação conjunta entre o Governo do Estado e o Governo Federal, mas, sobretudo, do compromisso dos produtores rurais do Estado para que haja a progressiva liberação desses Estados quanto à doença da febre aftosa. Então, o cenário, academicamente falando, é esse.

Por essa razão, alguns países, reconhecendo essa regionalização, importam carne do Brasil. Outros não aceitam. Outros países, como é o caso dos Estados Unidos, do Japão e da Coreia, para citar três exemplos concretos, não importam carne do Brasil porque não aceitam a regionalização. Só vão importar carne do Brasil quando todo o País for livre da aftosa e é por isso que estou empenhado nesse projeto até o pescoço. Quero acabar com a febre aftosa do Brasil.

Muito bem. Como é que funciona isso? Funciona mediante uma ação articulada do Governo Federal, dos Governos Estaduais e do setor privado, e essa articulação se dá por meio de repasses de recursos do Governo Federal, que se somam a recursos do Governo Estadual, e o setor privado promove a vacinação, etc. Esse é um procedimento que vem-se arrastando nos últimos anos, sem os resultados esperados a partir dessa parceria. Então, estamos mudando um pouco a regra, porque o dinheiro vai para o Estado e não temos segurança de que ele seja aplicado adequadamente no combate à aftosa, ou alguma coisa. Então, estamos mudando as regras neste ano, estabelecendo regras novas.

Agora, para que o Estado firme contrato e receba o recurso do Governo Federal para o combate da aftosa, ele tem que ter determinadas condições, tem que ter uma estrutura para isso, com veterinários, com agrônomos. Tem que ter uma estrutura formal, oficial, senão não tem para quem repassar o recurso, depois vão falar que o dinheiro não foi dado, etc. Então, tem que ter uma estrutura, um plano, uma proposta concreta e, assim mesmo, os recursos serão repassados

parceladamente, não de uma vez só. E só a outra parcela será liberada se o resultados forem mensuráveis em relação à ação anterior.

Então, estamos trabalhando nesse pé, temos com o Governo do Piauí um entendimento – com todos os demais Governos do Nordeste, com os da Região Norte também – para que isso aconteça de maneira consistente e o processo flua adequadamente.

O senhor pergunta sobre obras. Tenho muito prazer de passar à mão do Presidente da Comissão um trabalho realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), dentro da questão de rodovias.

A Conab realizou um trabalho, Sr. Presidente Heráclito Fortes, muito interessante e já fiz uma referência a ele também ao longo da minha palestra. Estado por Estado, foram colocadas as rodovias que demandam investimentos para modernização, aperfeiçoamento, reformas, etc, priorizando as que escoam um maior volume de safra agrícola. Então, qual a rodovias mais importante nos Estados A, B, C, e D? Aquela em que se trafega um maior número de tonelada, aquela em que haja menos perda, aquele em que há um menor custo de produção e menor prejuízo, como colocado pelo Senador Delcídio Amaral. Essa a idéia. Esse trabalho, realizado há um ano, é atualizado praticamente a cada dois meses pela Conab. Portanto, no início do atual Governo o apresentamos ao Ministério. A última versão é a de dezembro do ano passado, que já está na mão do Ministério dos Transportes e de outros Ministros que se preocupam com essa área, para nortear as ações do Ministério dos Transportes de quais estradas devem ser tratadas. O Ministro Alfredo Nascimento, por considerar esse assunto relevante, tem orientado a sua priorização com base nesse trabalho da Conab. Eu não fui consultado, ninguém me perguntou nada quanto ao FMI, mas, antes que me perguntassem, já propus ao Ministério dos Transportes uma priorização de estradas a serem tratadas e deixarei este mapa com o Presidente da Comissão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Apenas por curiosidade. A assessoria de V. Ex^a pode informar agora – caso contrário, aguardarei uma resposta posteriormente – se, dentro do que foi aprovado pelo Ministério e remetido para o Congresso Nacional, quais as estradas consideradas, em seu plano, como prioritárias, e se foram atendidas dentro desse convênio com o FMI?

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Não sei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É evidente. V. Ex^a tem responsabilidade sobre o que afirma. Por isso, solicito que peça à Assessoria para fazer o levantamento e examinar o que foi atendido. Isso é muito importante para nós.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – A informação que posso dar a V. Ex^a é a de que, ano passado, 3 mil quilômetros foram considerados nessa direção, e, para neste ano, serão mais 14 mil quilômetros tratados dentro desse projeto.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, gostaria de aproveitar a oportunidade para me despedir..

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – A Comissão de Agricultura é quem agradece o comparecimento de V. Ex^a.

Ministro, nós vamos propor que essa seja uma das prioridades a ser considerada pela infra-estrutura do Ministério dos Transportes, e que as demandas do setor agrícola sejam efetivadas. Vamos trabalhar juntos – Comissão de Agricultura e Comissão de Infra-Estrutura.

Agradeço as palavras e a paciência de V. Ex^a, além de elogiar a sua notória competência e o seu bom senso, que me parecem características de homem público, desses que o Brasil precisa.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador, muito obrigado.

Agradeço a todos os senhores pela participação. Quero dizer duas coisas, Senador, para me despedir.

O que estamos fazendo aqui? São duas horas da tarde, de uma quarta-feira, 16 de março, aqui em Brasília, numa sala com ar condicionado, de paletó e gravata, conversando aqui. Neste exato momento, Srs. Senadores, em todos os municípios brasileiros, tem homens e mulheres plantando alguma coisa para continuarmos vivos. Nesta hora, não há rincão no Brasil onde não há homens e mulheres colhendo algo para que continuemos vivos. De modo que a homenagem que temos que fazer é a este povo silencioso, isolado, sacrificado, que faz da agricultura a sua profissão, o seu meio de vida. É a este povo que devemos tanta obrigação e tanto dever. Devemos tanto a eles que não há o que possamos fazer que pague a dívida que temos para com eles.

É em nome dessas pessoas, homens e mulheres que trabalham a terra todos os dias, dependendo de clima, de banco, de imposto, de negociação internacional, de Bruxelas, de Genebra, de Tóquio; é para essas pessoas que temos que trabalhar e é para essas pessoas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que temos no Ministério da Agricultura uma equipe extraordinária, com gente brilhante, desprendida e que também trabalha sábado e domingo, trabalha fora de hora, para garantir condições de sobrevivência e de progresso a esse humilde, porém moderno povo da agricultura brasileira. Fico muito feliz que o Senado tenha uma comissão com esta envergadura para tratar das questões que a eles dizem respeito.

Portanto, muito obrigado, Senador, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h30min.)

Ata da Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de março de 2005, quarta-feira às 10:00 horas.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia trinta de março de dois mil e cinco, na Sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, Vice-Presidência do Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença das **SENADORAS LÚCIA VÂNIA, ANA JÚLIA CAREPA, SERYS SLHESARENKO E IDELI SALVATTI E DOS SENADORES FLEXA RIBEIRO, SÉRGIO GUERRA, JONAS PINHEIRO, DEMÓSTENES TORRES, PEDRO SIMON, GERSON CAMATA, AELTON FREITAS, SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, OSMAR DIAS, REGINALDO DUARTE, ÁLVARO DIAS, LEONEL PAVAN, HERÁCLITO FORTES, RODOLPHO TOURINHO, VALDIR RAUPP, DELCÍDIO AMARAL, FRANCISCO PEREIRA, SÉRGIO ZAMBAZI, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPPLY, ROMEUTUMA, EDUARDO AZEREDO, ALOIZIO MERCADANTE E PAULO PAIM**. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que é aprovada. A presente reunião destina-se à **AUDIÊNCIA PÚBLICA** com a presença do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Senhor **MIGUEL ROSSETO**, para exposição acerca das ações referentes à Reforma Agrária que estão sendo implementadas na Região Amazônica, atendendo ao Requerimento nº 02, de 2005 – CRA, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa. Após a explanação, fazem uso da palavra as Senadoras Ana Júlia Carepa e Lúcia Vânia e os Senadores Jonas Pinheiro, Sibá Machado, Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes e Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª

Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Requeiro inicialmente à Comissão dispensa de leitura da Ata da reunião anterior.

Aprovada.

A presente reunião destina-se a ouvir o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Dr. Miguel Rossetto, conforme o Requerimento nº 2, de 2005, desta Comissão, de autoria da ilustre Senadora Ana Júlia Carepa, aprovado pela Comissão em 9 de março corrente.

Sobre a mesa, Projeto de Lei do Senado de nº 36, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre compra dos produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome.

Designo o nobre Senador Osmar Dias para Relator.

Sobre a mesa, Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, PL nº 2.820, de 2000, na Casa de origem, que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a administração e o Conselho Fiscal das sociedades de cooperativas.

Designo o ilustre Senador Pedro Simon para Relator.

Comunico à Comissão que será realizado o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, em São Paulo, dia 31 de março corrente, quinta-feira, no qual haverá debate com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Ainda hoje, em conversa com os companheiros da Comissão, decidiremos sobre quem nos representará nesse evento, em São Paulo, amanhã.

Neste momento, nós, de alguma maneira, começamos a discussão do tema de hoje, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Ouvimos, no primeiro momento, na nossa primeira reunião, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Imediatamente, alguém sugeriu – não apenas a Senadora Ana Júlia Carepa, mas também outros – apresentar um requerimento de convite ao Ministro Miguel Rossetto.

Todos nós temos, em relação a essa matéria, uma total e completa preocupação. Todos julgamos que é matéria central para o País, o futuro e para parcelas importantes da nossa população. Ninguém deseja que ela não seja bem equacionada, mas que produza resultados que são do interesse nacional.

A Presidência orienta essa discussão da forma mais construtiva possível, como acho que deve ser o nosso procedimento aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Desde a nossa primei-

ra reunião, um roteiro que nós traçamos qualifica a discussão dos assuntos com tranquilidade e respeito às idéias contrárias, em completa identificação com os temas. Evidentemente, alguns são Parlamentares de Oposição e outros são da Base do Governo, mas não será nessas discussões que daremos prioridade a essa questão das nossas diferenças partidárias e de Bloco.

Penso que a agricultura e a reforma agrária devem unir o País. As duas precisam ter o mínimo de consenso para que consigam manter o seu padrão de progresso e desenvolvimento indispensáveis. Eu tenho origem no campo, numa região de extrema dificuldade como é o Nordeste brasileiro, com tensões seculares de todos os tipos. Na minha terra, Pernambuco, há uma tradição muito forte de lutas sociais nesse campo. As primeiras organizações de trabalhadores rurais foram fundadas em Pernambuco. Os primeiros grandes conflitos surgiram ali. A cana-de-açúcar, que foi a matriz de todo o nosso projeto de programa econômico e social numa área mais crítica do Estado, que é a Zona da Mata. A cana-de-açúcar teve alguns momentos de esplendor; outros, de decadência. Foi fundada uma sociedade bastante complexa dos pernambucanos na Zona da Mata. Mais do que em qualquer outro Estado do Nordeste, o açúcar desenhou a vida social e cultura de Pernambuco. Em nenhum outro Estado do Nordeste, uma monocultura teve um papel tão relevante. Mesmo o cacau, na Bahia, não teve esse papel de definidor de padrões culturais e políticos em um Estado, como teve o açúcar em Pernambuco.

Então, estamos habituados com lutas sociais das ligas camponesas, dos primeiros sindicatos rurais, do primeiro governo de Miguel Arraes, que tirou a polícia da vida dos camponeses, permitindo que eles se organizassem e se estruturassem legalmente. A Senadora Lúcia Vânia conhece bem isso, porque trabalhou na área popular dessa região e viu, na prática, o que estou dizendo. Mas a minha pequena experiência política faz com que tenha sobre essa questão a seguinte orientação: separar o joio do trigo; procurar os fatos, as realidades e trabalhar para que elas sejam resolvidas; contribuir, de uma maneira geral, para que isso aconteça.

A reunião de hoje é muito relevante. O Ministro está no centro de uma ação muito tumultuada, que é a do campo. Ele precisa seguramente de ouvir Senadores, e estes precisam de ouvi-lo muito mais ainda. Que eu saiba, tantos quantos eu conheço aqui desejam essa relação interativa, no sentido de que tenha qualidade, que não esteja movida por preconceitos, mas por um padrão de colaboração democrática.

Vou pedir, então, ao Ministro que comece a sua apresentação, para que, depois, façamos o debate.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Bom-dia a todos. Senhores e Senhoras! Uma saudação muito respeitosa ao Senador Sérgio Guerra e ao Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma saudação às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estão aqui conosco.

Senador Sérgio Guerra, gostaria de fazer uma observação, no sentido de fazer um agradecimento muito sincero ao convite feito pela Comissão. Esse é um tema, conforme V. Ex^a anuncia, de grande interesse nacional.

O Brasil é um país singular em oportunidades para uma estratégia de desenvolvimento, por conta da sua enorme dimensão territorial. É nossa obrigação, de todos nós, ocuparmos essas oportunidades da forma mais positiva possível, de tal forma, a darmos continuidade a esse longo processo histórico do nosso País, no sentido de transformar o Brasil definitivamente numa grande Nação. Que ele tenha capacidade de oferecer oportunidades positivas para todos os cidadãos e cidadãs.

Temos, sim, na nossa imensa área rural, possibilidades enormes. Vamos falar um pouco sobre isso. Queria aproveitar essa minha primeira presença na Comissão, colocando-me, desde já, inteiramente à disposição de todos os Srs. Senadores, seja em reuniões da Comissão, seja individualmente, de tal forma que possamos, eu diria, somar experiências e construirmos as políticas públicas mais eficientes, para enfrentarmos positivamente esse tema.

Por fim, quero cumprimentar o Senado Federal. Penso que a constituição desta Comissão, Senadores Sérgio Guerra e Flávio Arns, representa um avanço muito grande, porque a criação de uma Câmara Especializada no Senado para tratar de temas tão importantes do ponto de vista econômico e social, estratégico para o nosso País, seguramente qualifica não só o Senado, mas também o Congresso Nacional, criando uma adequação correta institucional à altura da exigência a que todos nós estamos submetidos para enfrentar temas dessa natureza.

Queria, portanto, cumprimentar o Senado pela constituição desta Comissão e desejar a V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, na condição de Presidente, e a toda à sua equipe um grande e positivo trabalho nesta Comissão.

Como se trata da primeira presença do Ministério do Desenvolvimento Agrário na Comissão, a minha intenção não é a de focarmos temas que, de alguma forma, justifiquem o meu convite – o tema do Pará, da Amazônia -, mas queria, mesmo que rapidamente in-

formar a agenda de trabalho, a responsabilidade institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o conjunto de programas que temos a responsabilidade institucional de operar.

Senador Jonas Pinheiro, bom-dia!

De tal forma, dar um panorama, mesmo que rápido, da agenda de trabalho das nossas responsabilidades em relação a uma estratégia de desenvolvimento rural.

Portanto, vou repassar aqui algumas lâminas que penso sejam objetivas e que permitam esse panorama, essa visão das nossas responsabilidades institucionais.

(SLIDE)

A idéia, portanto, da constituição dessa área administrativa do Governo Federal, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, busca responder, dar eficiência, atenção a essa estratégia para assegurarmos cidadania, renda, qualidade de vida às nossas populações rurais, especialmente através dos instrumentos da Reforma Agrária, pelos quais somos responsáveis, e do apoio a essa base social e econômica da agricultura ou da atividade rural brasileira caracterizada por essa estrutura familiar e de pequenas propriedades.

Senador Paulo Paim, bom-dia!

Basicamente, as estruturas e os programas principais que expomos trabalham com a criação de instrumentos para a execução dessas políticas mais estratégicas. O Incra, que é um instituto que tem a responsabilidade de promover a Reforma Agrária; a Secretaria de Agricultura Familiar é a Secretaria que tem a grande responsabilidade de operar programas estratégicos como o PRONAF – veremos rapidamente depois, basicamente os grandes projetos de financiamento agrícola; a Secretaria de Desenvolvimento Territorial é um espaço novo criado pelo nosso Governo a partir de experiências que julgamos positivas e importantes que estão sendo desenvolvidas em vários territórios e regiões do nosso país.

A idéia básica é criar um processo, estimularmos um processo de gestão pública no marco territorial, especialmente pela natureza da atividade agropecuária ou rural – e esta Secretaria tem trabalhado de uma forma integrada com outros órgãos do Governo; estimular uma ação mais integrada, mais horizontal das estruturas federais em conjunto obviamente com os nossos Municípios, Prefeituras e Governos Estaduais. A idéia de uma gestão territorial rural é uma idéia forte, faz parte de uma experiência em praticamente todos os Estados do País, em regiões importantes. E é a experiência demonstradora de que ela cria uma potência na realização dos nossos investimentos e dos nossos programas importantes.

A Secretaria de Reordenamento Agrário basicamente cumpre a gestão dos programas de acesso à terra para além dos programas de Reforma Agrária. Estamos falando aqui dos Programas de Créditos Fundiários, dos programas de financiamento para obtenção de terras.

Programas de igualdade de gênero, de raça e etnia que buscam responder a uma demanda importante, que envolvem questões de gênero, raça e etnia. Além do mais, ser um programa que é forte no Ministério, que tem um diálogo importante com todas as outras áreas do Governo, especialmente os temas de gênero, na área rural, que têm uma demanda histórica muito importante. E mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras, assentadas, compõem uma imensa parcela desta base social rural, historicamente discriminada e que guarda, portanto, um espaço importante de trabalho.

Se tivermos tempo e se houver interesse por parte das Senhoras e dos Senhores, podemos aprofundar quais são os programas que já estamos executando nesta área.

(SLIDE)

A agricultura familiar.

Farei um panorama muito rápido. Todos os Senhores e as Senhoras conhecem, mas, nos surpreende que uma parcela importante da sociedade brasileira ainda desconheça a dimensão social deste setor na economia rural brasileira, na sociedade brasileira. Estamos falando agora de mais de 4 milhões e 100 mil estabelecimentos familiares no campo; 84% dos estabelecimentos rurais têm essa característica no Brasil. Esse modelo agrário responde pela ocupação de mais de 70% da mão-de-obra no campo; e com relação às diversas formas de organização de produção, ela responde por quase 40% do valor bruto da produção agrícola.

Vamos falar um pouco mais do que isso, mas, esse é um dado muito importante. Ou seja, ela tem respondido de forma muito importante, de forma diferenciada de Estado para Estado, Região a Região, por conta do processo de formação histórica. Mas ela tem sido base para a sustentação forte da atividade agropecuária e industrial em nosso País. Vamos ver mais adiante.

Está lâmina é basicamente para dar uma idéia da dimensão social, da potencialidade, dos desafios que temos em relação a este setor para o nosso País.

Esses dados eles compõem uma pesquisa que solicitamos à USP por meio da FIPE, para verificarmos, para termos um referencial do resultado da atividade produtiva desse setor para o conjunto do agronegócio brasileiro e para a economia nacional.

Esses estudos que estamos fazendo têm como objetivo apoiar definições de políticas públicas obviamente. E estamos desdobrando dados nacionais por Unidades da Federação. Portanto, estarão disponíveis rapidamente, Senador, para eventual informação que os Senhores e Senhoras busquem. Estaremos abrindo esses dados setorialmente por Estados, por Unidades da Federação, de forma que tenhamos informações mais corretas, qualificadas e possamos obviamente orientar as nossas políticas públicas.

Qual é a idéia básica disso? É mostrar a capacidade de resposta produtiva desse modelo agrário para o País. Para a base 2003, os dados fundamentais são de que esse modelo agrário e agrícola, que chamados de agricultura familiar, as pequenas e médias propriedades, a atividade familiar respondeu em 2003 por 33% de todo o volume do agronegócio brasileiro.

Portanto, ela não é uma atividade, um setor econômico nem pequeno nem frágil. Ela produz e colabora de forma importante com o conjunto de produção de riquezas do nosso País.

Esse percentual, essa participação no agronegócio brasileiro permite uma projeção no sentido de que 10% do Produto Interno Bruto têm, como base, a produção primária desse setor da economia nacional. Isso não é pouca coisa, isso obviamente exige uma atenção e uma dedicação do Poder Público para apoiar, estimular um modelo que responde, portanto, positivamente na geração de trabalho, de ocupação produtiva no meio rural brasileiro e tem demonstrado uma capacidade de resposta importante na produção de alimentos e na geração de renda agropecuária em nosso País.

Quando fizemos ou trabalhamos com esses números – estamos falando em toda a estrutura que tem como base o fomento, a oferta de matérias-primas, a produção primária desse modelo.

Portanto, estamos utilizando obviamente o mesmo conceito que organiza os números da atividade do agronegócio e cortando, desde do ponto de vista da malha fundiária.

Isso dá conta, portanto, desse valor importante do resultado desse trabalho forte de milhões e milhões de homens e mulheres que estão no campo, no mundo rural brasileiro, trabalhando e produzindo muito.

De alguma forma esses dados servem para uma avaliação mais correta do valor desse trabalho. Há ainda em alguns setores uma opinião, seguramente por conta de falta de informações, há uma idéia em alguns setores da sociedade brasileira, por conta do desconhecimento, de que esse modelo agrário não é capaz de dar resposta produtiva, não é capaz de responder

às necessidades do País, não é capaz de produzir excedentes econômicos através dessa estrutura.

O que esses números mostram, o que a realidade brasileira mostra especialmente em algumas regiões – e vamos falar disso – é que na medida em que as políticas públicas cheguem a essas estruturas com financiamento, com tecnologia, com organização de produção, seja por meio de cooperativas, associações, estímulos à agroindustrialização, a geração de renda econômica, renda monetária por hectare, **vis à vis** a outras experiências, em todas as Regiões do País, ela é superior.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

A tradução dessa posição do Governo Federal de reconhecer que uma estratégia de desenvolvimento rural, articulada, com um projeto de desenvolvimento nacional, exige uma política de priorização para a qualificação, geração de renda nesse segmento da nossa agricultura. Ele é traduzido por um conjunto de programas e investimentos que iniciamos a partir do ano de 2003. O Plano Safra para a agricultura familiar, nós iniciamos no ano agrícola 2003/2004, já com investimentos fortes de R\$4,5 bilhões – nós dobramos o volume de investimentos da safra anterior e conseguimos, graças a uma articulação forte com os Governos Estaduais, Prefeituras, Bancos, Cooperativas, Bancos Oficiais, estruturas estaduais, ampliar em muito o acesso ao crédito a essa população agrícola e agropecuária do País. Nós saímos de uma média de 900 mil contratos para 1 milhão e 400 mil contratos já no ano passado, permitindo que mais de 450 mil famílias pudessem pela primeira vez integrar esse programa. O que é importante aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que esse esforço teve o resultado mais positivo – o que é importante, crescemos em todo o País, mas era um Programa marcado fortemente na presença do Sul do País: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – nas Regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste que mais tiveram expansão.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

Estamos operando neste ano com recursos da ordem 7 bilhões. Terminamos a contratação no primeiro semestre do ano agrícola, que encerrou em dezembro, com R\$ 5,6 bilhões – são recursos históricos no País, nunca na História do Brasil tantos recursos foram investidos nesse setor. Crescemos substancialmente, os indicadores são esses: 47% em relação a 2003, 133% em relação a 2002. Estamos ampliando, não só aumentamos a média dos financiamentos, como estamos avançando na ampliação do acesso das famílias produtoras do nosso País a esse programa em todas as Regiões, em todos os Estados. 5.311 Municípios dão conta da abrangência da nacionalização desse

Programa. Em 5.311 Municípios esse programa é operado no nosso País.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

Na verdade, é uma visualização desses indicadores que mostram essa expansão e o compromisso de continuarmos com esse programa de expansão desse direito de acesso ao crédito e, obviamente, buscando sempre uma qualificação desse investimento, desse recurso para o custeio e investimentos nas propriedades, seja através de encostar, de articular melhor a assistência técnica, a oferta das melhores tecnologias de produção, a oferta de instrumentos de organização de produção. Os gráficos e as colunas mostram essa expansão e um compromisso de continuidade, de universalização desses programas para esse setor em todo o País até 2006.

Esses são instrumentos garantidores de renda rapidamente que estamos trabalhando, é um dos temas fundamentais – todos os Senhores e Senhoras sabem –, e faz parte de uma estratégia sustentável de desenvolvimento rural articularmos as questões fundiárias ou agrárias – as políticas agrícolas propriamente ditas. O que estamos trabalhando é qualificando um conjunto de políticas agrícolas que sustentem essa estratégia. Falamos inicialmente nas políticas de financiamento de custeio e investimentos. Estamos trabalhando de uma forma exemplar, exemplar no sentido de exemplo, alguns programas que traduzem a preocupação da garantia da renda aos nossos agricultores. Uma das reivindicações históricas era exatamente avançarmos na qualificação dos instrumentos de seguro/renda para a agricultura familiar frente a ...– e não cabe aqui aprofundarmos a experiência produzida pelo antigo Proagro. Nós, a partir de setembro do ano passado, estamos operando com esse novo instrumento, o seguro da agricultura familiar. A grande novidade desse programa nacional vinculado ao custeio das nossas lavouras, é que, pela primeira vez no País, temos um seguro que, em perda total da lavoura, assegura cem por cento da quitação do financiamento, portanto o agricultor não deve ao banco, mas, mais do que isso, pela primeira vez, o seguro garante uma renda monetária, uma receita proporcional ao valor de venda da produção financiada pelo programa, o que é muito importante. É essa renda que assegura ao agricultor, à agricultura, uma capacidade de vida digna até a retomada da produção em nova lavoura. É muito importante. Estamos operando já com esse mecanismo e o aperfeiçoando, com uma gestão extremamente rigorosa. Não queremos repetir experiências que foram ruins, em alguns casos desastrosas, em relação a mecanismos como esse. Já no primeiro ano, 850 mil produtores aderem a esse seguro. Da mesma forma, como na região do semi-árido

do Nordeste, nós já estamos operando, desde o ano de 2003, com o mecanismo do Garantia Safra.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

Esse terceiro braço estratégico de fomento – que é o acesso à tecnologia, ao conhecimento, por meio de programas de assistência técnica e extensão rural – compõe uma retomada de investimentos importante por parte do Governo Federal. V. Ex^{as} sabem que a experiência brasileira de a União patrocinar, estimular, investir nessa área, encerra-se com a extinção da Embrater, em 1990. Em 1990 extinguiu-se. Não foi, Senador Jonas Pinheiro? O que aconteceu? A responsabilidade por financiar as instituições, os programas de assistência técnica e extensão rural ficam sob a responsabilidade direta e exclusiva dos Estados. De alguma forma, a partir disso, reproduz-se essas experiências difíceis para o nosso País. Os Estados que dispunham de maior capacidade orçamentária preservaram e estenderam suas instituições de extensão rural. Os Estados, com menor capacidade orçamentária, fecharam ou diminuíram muito a oferta desse serviço. O resultado é o esgotamento, o estrangulamento, dessa oferta de serviço tão estratégico para o nosso desenvolvimento.

Recuperamos um sistema nacional de assistência técnica articulado com as instituições estaduais, com as cooperativas e com as Organizações Não-Governamentais. Iniciamos a retomada de investimentos por parte do Governo Federal nesta área. Penso que é um desafio importante, Srs. Senadores, mas há um esforço positivo que vários Governos de Estado, Prefeituras, fizeram. De tal forma que em um curto espaço de tempo asseguramos a universalização desse serviço. Esses números revelam as iniciativas em que nós estamos trabalhando. Para este ano, estamos trabalhando com valores superiores a R\$ 250 milhões, seja por meio de repasses de apoio às instituições estaduais por meio de convênios ou da contratação direta de profissionais dessa área, seja nos assentamentos da reforma agrária, bem como em todas as atividades de agricultura familiar do nosso País.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

Essa é idéia da infra-estrutura de desenvolvimento territorial. Trata-se, na verdade, de uma estratégia nova que estamos construindo, que é o conceito de territórios rurais. Estamos priorizando 98 territórios em nossas Unidades da Federação. Temos um grande programa, na verdade, que é o Pronaf Infra-Estrutura, que V. Ex^{as} conhecem. São recursos não reembolsáveis utilizados para investimentos nas comunidades. São projetos importantes, estratégicos, vinculados à geração de renda, apoio à comercialização e outros projetos que são definidos nesses consórcios Municipais, nessas

associações regionais ou territoriais. A minha opinião, a minha experiência tem revelado de uma forma muito positiva que esse padrão de gestão superior aos Municípios, articulado com os nossos Municípios tem resultado em experiências muito positivas.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

Farei uma referência, Sr^{as} e Srs. Senadores. Toda a estratégia de desenvolvimento rural faz parte do conjunto de programas, aos quais fiz referência, em que estamos operando. É evidente que simular os processos de agroindustrialização e de agregação de renda e os estímulos à produção orgânica ecologicamente sustentável compõem uma estratégia. Há um especial programa em andamento, iniciado pelo Presidente Lula que, na nossa opinião, guarda enorme potencialidade estratégica. Estamos acompanhando o assunto com muita dedicação – o Governo está dando a ele prioridade –, a fim de que grande parte da renda agrícola gerada por esse programa seja apropriada pelos setores mais empobrecidos da nossa população. Portanto, há a opção de estimular nossos agricultores familiares, nossos pequenos produtores, nossos assentados, para que respondam prioritariamente pela produção das oleoginosas que abastecerão a indústria produtora do biodiesel. Estamos trabalhando com números muito importantes. Esse programa será um grande instrumento de sustentabilidade econômica para esta estratégia rural brasileira, especialmente para as Regiões Nordeste e Norte do nosso País.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

A reforma agrária é nossa grande responsabilidade e passou a ser trabalhada a partir das diretrizes e definições do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, definido em novembro de 2003. Esse plano estabeleceu metas, diretrizes e conceitos que orientam a ação do MDA e do conjunto do Governo. Todos sabemos que um programa de reforma agrária, obviamente, do ponto de vista fundiário, é de nossa responsabilidade institucional, mas é também um programa de Governo, visto que ações e investimentos são construídos por meio de vários outros Ministérios e de várias outras áreas.

Rapidamente quero falar do resultado do trabalho realizado nos dois primeiros anos do nosso Governo. Por meio desse programa, 117.555 mil famílias tiveram acesso à terra. A meta que estabelecemos para os quatro anos de Governo do Presidente Lula é que 400 mil famílias sejam assentadas por meio do programa de reforma agrária. Nos dois primeiros anos, cumprimos 81% da meta. Para o ano de 2005, pretendemos assegurar o acesso a terra a 115 mil famílias.

É evidente que o conceito de reforma agrária com o qual estamos trabalhando faz com que o acesso à

terra seja o primeiro elemento de um programa de reforma agrária com qualidade produtiva, com qualidade social, com qualidade ambiental. O espaço de produção e de cidadania inicia-se pelo acesso à terra. As grandes experiências nacionais e internacionais dão conta de que o grande desafio para criar sustentabilidade nesses programas de reforma é exatamente a necessidade de se reconhecer que o programa se inicia pelo acesso à terra, mas exige um conjunto de políticas públicas que assegurem a qualidade produtiva e, portanto, renda, geração de excedentes e, ao mesmo tempo, qualidade social e qualidade ambiental. Quando falamos de qualidade social para essas áreas do meio rural, obviamente, estamos falando de uma escola pública qualificada, de um sistema de saúde, de um conjunto de direitos fundamentais à cidadania. Esses são os números que produzimos nos primeiros dois anos.

Para traduzir esse conceito, há forte investimento em assistência técnica.

(SLIDE)

Encerramos o ano passado com 70% dos nossos assentamentos de reforma agrária com contratos estáveis de assistência técnica. A nossa intenção é encerrar, em julho deste ano, com a cobertura integral e permanente de todos os nossos assentamentos com programas de assistência técnica. A prioridade do Governo para universalizar foi esta, porque para nós, isso é uma condição fundamental para a dinamização econômica e a geração de renda nos nossos assentamentos. Ampliamos os valores investidos por família de 7,7 mil para 16 mil, isso significa ampliação de recursos no início do processo de assentamentos. E as experiências mostram que, quando temos uma boa organização no início de uma experiência ou de um projeto de assentamento, a possibilidade de avançarmos é muito maior. Portanto, ampliamos recursos na assistência técnica, para a construção de moradias de tal forma a transformar essas áreas reformadas em espaços que têm um padrão de qualidade básico e digno para esses cidadãos e cidadãs do nosso País.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Essa, na verdade, é uma lâmina que busca demonstrar esse conjunto de investimento e a qualificação de um projeto de assentamento. Ampliamos os investimentos de tal forma que possamos abrir, iniciar a organização de um projeto com uma qualidade maior e, com isso, criarmos melhores condições para viabilidade produtiva, conforme fiz referência antes. O que falamos aqui é que pretendemos, estamos trabalhando com confiança de assegurarmos universalização de assistência técnica em todos os nossos assentamentos, todas as Senhoras e os Senhores sabem da enorme

carência de que dispúnhamos nessas áreas quando assumimos, de uma forma geral, em toda infra-estrutura. Estamos avançando na infra-estrutura, temos grandes demandas de infra-estrutura, principalmente estradas nas Regiões Norte e Centro-Oeste do País, ainda problemas importantes de saneamento, de eletrificação rural, mas nós, através do Programa Luz para Todos, estamos muito confiantes no que já estamos fazendo e de que até o final do ano de 2006 teremos condições de universalizar o acesso à energia elétrica para os nossos assentamentos e comunidades rurais. Todos sabem que isso é prioridade para o Programa Luz para Todos que já está em implantação e execução em todos os Estados da Federação. Assegurar energia elétrica é uma condição fundamental para a atividade produtiva, para a qualidade de vida e, obviamente, é um instrumento importante para a valorização das nossas áreas reformadas. Tudo isso dentro de um conceito de área reformada como uma área com qualidade produtiva e qualidade social.

Vamos adiante. (SLIDE)

Este é um outro programa complementar de reforma agrária, de financiamento, que tem um público mais específico e áreas mais determinadas. Na verdade, é um instrumento que iniciou a sua operação através de um programa de financiamento conhecido como Banco da Terra no Governo passado, que se destina a pequenas e médias propriedades não passíveis de desapropriação e financia uma parcela de agricultores de baixa renda que teriam condições, por experiência, por atividade econômica, são meeiros, arrendatários, e pequenos proprietários que têm experiência em atividade econômica e poderiam suportar uma parcela de financiamento. Basicamente, o que fizemos em relação a qualificar esse programa de crédito fundiário, de financiamento da obtenção de terra foi reduzir o custo do financiamento, para viabilizar este programa a partir dos indicadores que estávamos recebendo de uma possibilidade de inadimplência alta, portanto, reduzimos, por um lado, o custo desse financiamento e, ao mesmo tempo, encostamos de uma forma melhor articulada todas as outras políticas a que fiz referência, especialmente a assistência técnica, e abrimos um programa dentro desta linha, que é importante. A nossa confiança para este ano é expansão forte do Programa Nossa Primeira Terra. O que é este programa? Pela primeira vez temos, no Brasil, um programa especialmente focado para a juventude rural, que é um dado, na minha opinião, extremamente positivo. E o que percebemos, em todos os Estados que visitamos, e para onde viajamos, foi um desejo importante, um padrão de organização importante da juventude rural, manifestando seu desejo de continuar trabalhando na atividade

de agrícola. Portanto, este programa faz parte de uma estratégia obviamente para o País, um país que deve pensar na renovação permanente da sua capacidade de produção e que enxerga na juventude um espaço muito importante, uma obrigação de apoiarmos e de estimularmos esse desejo de permanecer produzindo na atividade agropecuária.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

Agora vou focar, mesmo que rapidamente, mas concluindo a minha intervenção, um pouco nas ações e nos temas do Norte e no Pará.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, essa foi uma avaliação, algumas informações de natureza mais geral que dão conta dos programas que estamos trabalhando no MDA.

O sentido estratégico é trabalharmos com essa enorme possibilidade do nosso País no meio rural, reconhecermos milhões e milhões de homens e mulheres que estão trabalhando em condições extremamente difíceis, que historicamente não tiveram, não foram assessorados, apoiados por políticas públicas e que, na nossa opinião, compõem uma base estratégica para o desenvolvimento nacional, de uma forma muito importante.

O nosso País tem condições, na nossa opinião, de ampliar a sua população rural. O nosso País tem uma obrigação estratégica de pensar um padrão de ocupação demográfico, um país continental, em que a única estratégia de sobrevivência para parcelas importantes da nossa população não seja a migração para as grandes metrópoles.

Portanto, quando falamos em reforma agrária, numa estratégia de desenvolvimento rural de apoio a esses milhões e milhões de homens e mulheres, isso faz parte de uma estratégia maior para o nosso País, de buscar, de atualizar uma correta política de ocupação territorial no País, e onde, obviamente, as experiências migratórias que construíram as enormes metrópoles do nosso País não sejam a única alternativa para parcela importante da nossa população.

Quais são as ações na Região Norte e Estado do Pará rapidamente? Vai lá.

(Vamos adiante.) **(SLIDE)**

Na Região Norte é a tradução daqueles números nacionais para a Região Norte do nosso País. Fizemos um forte trabalho de ampliação dos investimentos no Pronaf, estamos falando aqui dos créditos para este setor da nossa agricultura, da nossa atividade produtiva.

O volume de crédito na Região Norte, em relação a 2002, ampliou em 500%. Estamos trabalhando, concluímos 2004 com R\$ 650 milhões, efetivamente aplicados, nos diversos programas na Região Norte do

nosso País. Um dado importante, porque ele representa democratização do acesso ao crédito. Ampliamos de 30 mil para 111 mil contratos em dois anos.

Isso é um resultado muito importante, é um esforço conjunto de Governos Estaduais, de Prefeituras, de instituições estaduais, dos sindicatos, das federações, do conjunto da sociedade, que permitiu um esforço importante do Basa, especialmente, do BNB, desculpem-me, do BB – BNB é no Nordeste – do Basa, do Banco do Brasil, enfim, essa rede de instituições que tem trabalhado de uma forma positiva nesse sentido.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

No Pará, os créditos concedidos, 2003/2004, R\$ 490 milhões, que é a soma dos dois anos. Tivemos uma ampliação para 54 mil e 108 famílias de agricultores assentados na reforma agrária. Os grandes Estados Pará, Rondônia, Mato Grosso concentram grande parte dessa base social. E há todo um esforço importante de ampliação desses investimentos nesses Estados.

Parece-me que os dados do Pará são muito fortes, especialmente ao número de famílias que tiveram acesso a esse crédito. Saltamos de 5.370 para 54.000 famílias.

Obviamente, todo o esforço aqui é financiar projetos que tenham sustentabilidade ambiental, que tenham cada vez mais assistência técnica e capacidade de responder positivamente.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

No Estado do Pará, no ano de 2003/2004, 24.200 famílias foram assentadas. Esses números dão conta das áreas desapropriadas e áreas com projetos em criação. Na verdade, nós temos – esta era a última parte da minha intervenção – uma parcela importante de terras públicas federais no Estado do Pará e que estamos, conforme determina a legislação, disponibilizando para projetos de reforma agrária.

O próximo, por favor. **(SLIDE)**

Estes números dão conta da ampliação dos investimentos dessa estratégia nova para a reforma agrária, tanto na área de assistência técnica como na de infra-estrutura e crédito de instalação. Nós expandimos todos esses recursos no Estado do Pará.

Aqui temos as ações previstas para 2005 e que estão em execução. Nós temos como meta vinte mil famílias assentadas no Estado do Pará, para o ano de 2005. Estamos trabalhando com R\$ 320 milhões para aplicação nas duas Superintendências do Estado do Pará, Belém e Marabá; investimentos para moradias, investimentos através de créditos de instalação, um conjunto de investimentos para os nossos assentados da reforma agrária no Estado do Pará, e R\$ 350 milhões em crédito do Pronaf, especialmente Pronaf – A e AC.

Vamos continuar essa relação que julgamos muito positiva com os Estados. Vamos continuar colaborando com o fortalecimento da Emater no Pará. Repassamos R\$ 2,5 milhões, nos anos de 2003 e 2004, e pretendemos continuar com essa política de apoio a essas instituições.

Obviamente, todos esses repasses estão vinculados a convênios, em que a contrapartida é a prestação de serviços dessas instituições para a qualificação dos nossos assentamentos. Esse é o modelo padrão.

Em relação a um tema central no Pará, na Amazônia como um todo, vamos agora entrar nesse tema.

Com relação ao tema do reordenamento fundiário, todos sabem que há uma presença muito forte da União nesses Estados. A União dispõe de um volume muito significativo de terras, diferentemente do que ocorre em outros Estados da Federação. É bem verdade, por conta do interesse de V. Ex^{as}, vamos aprofundar esse assunto, há uma história conhecida, especialmente a partir dos últimos trinta, quarenta anos. Nós somos herdeiros dessa história. Essa é uma história que tem elementos muito positivos, mas que também é uma história que tem elementos de verdadeiros desastres econômicos, sociais, ambientais, na ocupação que a União produziu e estimulou na Região Norte do nosso País, como é do conhecimento de todos.

Para iniciar um processo de reordenamento fundiário, que tem como objetivo criar estabilidade naquela região, a partir dos conflitos gerados por uma desorganização fundiária, nós estamos tomando algumas iniciativas. Quais são essas iniciativas? A primeira delas é que nós editamos portaria, em dezembro do ano passado, buscando atualizar o cadastro fundiário do Incra em áreas federais. O fato é que os cadastros que o Incra dispõe não guardam confiabilidade sobre a verdadeira situação da malha fundiária nas áreas federais da Amazônia.

Nós iniciamos um processo de recadastramento para atualizar nossos cadastros e obter informações atualizadas sobre a estrutura de ocupação fundiária nessas áreas. Essas informações são muito importantes para que possamos atualizar o diagnóstico do perfil dessas ocupações – nós estamos falando em posses – e a partir disso desenvolver uma estratégia de regularização.

Volta um pouco, porque é importante.

O objetivo dessa portaria, desse instrumento legal é a qualificação cadastral. Não há nenhuma previsão de regularização ou de opção de regularização a partir dessas informações. O que nós buscamos com esse instrumento é atualizar o nosso cadastro, atualizar informações que nos permitam um olhar mais realista sobre o padrão de ocupação, através de posses nas áreas

federais. Esse é o limite dessa portaria. Ela orienta o recadastramento nas áreas federais, áreas de posse, de ocupantes nessas áreas na Amazônia Legal. Nós estabelecemos esse corte por conta, obviamente, da capacidade de produção dessas informações que julgamos, áreas até 100 hectares estão isentas. A previsão legal de titulação dessas áreas federais até 100 hectares, a partir de critérios básicos e fundamentais, como moradia, inexistência de outra posse ou de outra área. São basicamente critérios legais que asseguram o direito desses posseiros em titulação até 100 hectares, que é o que estamos fazendo. Essas estão isentas do recadastramento por essas razões. Nós estamos fazendo o georeferenciamento dessas áreas. Estabelecemos um prazo para 31 de março deste ano para áreas de 100 a 400 hectares. Estamos prorrogando esse prazo até 31 de setembro por conta de dificuldades desse segmento, até 400 hectares, e, em posses acima de 400 hectares, estamos mantendo o prazo que se encerrou em 31 de janeiro. O que é importante na portaria? Todos esses posseiros com área superior a 400 hectares, tão logo apresentem documentação básica no Incra, terão o seu cadastro requalificado. Todos esses que não apresentaram documentação cadastral básica no Incra tiveram os seus cadastros inibidos por parte do Incra. A nossa expectativa é de que esses posseiros cumpram efetivamente essa exigência, que é uma exigência de legalidade para iniciarmos um processo de legalização e regularização básica nas áreas da Amazônia Legal. Isso é muito importante, Srs. Senadores, por conta de que essa inibição é provisória. Participei de vários debates na Amazônia e havia uma preocupação muito grande de que, passado o prazo de 31 de janeiro, não haveria condições de trabalhar ou não esse posseiro com uma possibilidade de regularização. O que é importante que seja esclarecido é que, tão logo ele apresente a documentação básica, ele terá o seu cadastro requalificado.

O Plano de Ação Fundiária no Pará. **(SLIDE)**

Portanto, iniciamos um processo de regularização através da Portaria 10 para criarmos uma qualificação cadastral nas áreas federais que já iniciamos no ano passado. Pretendemos este ano ampliar a nossa capacidade de trabalho num programa de georeferenciamento e cadastro dos imóveis rurais das áreas federais, localizados no eixo dessas rodovias. Para os Senhores e as Senhoras Senadoras não familiarizados com esse mapa, vamos botar o mapa e vai ficar mais claro.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

A meta que temos, e cabe aqui lembrar, Srs. Senadores, uma lei aprovada, em vigor, exige, para a transação de imóveis rurais, a planta geo-referenciada. A idéia básica da utilização dessa tecnologia

do geo-referenciamento é superarmos esses limites determinados por registros declaratórios de plantas que, infelizmente, em algumas regiões do País, foi essa fragilidade nos registros cartoriais declaratórios que produziu, em algumas regiões, infelizmente, a situação seja da grilagem de terras, seja daquilo que infelizmente é cultura em várias regiões do País, os vários andares de títulos de terra, de imóveis rurais especialmente. As mesmas áreas dispõem de cinco, seis, sete titulações, o que, obviamente, cria um ambiente de instabilidade enorme. Por determinação de legislação existente, que obriga que as transações imobiliárias rurais sejam feitas com memoriais descritivos georeferenciados, essa mesma legislação obriga o Estado a que, em imóveis até 4 módulos rurais, que a obrigatoriedade da realização do georeferenciamento seja do Estado brasileiro. Iniciamos esse processo, estamos priorizando o Pará. Em várias Unidades da Federação já estamos trabalhando. No Nordeste, por conta do tema Influência do Projeto de Interligação da Bacia do São Francisco, em vários Estados, estamos trabalhando com esse programa. Priorizamos o Pará, por conta, obviamente, da situação de grande instabilidade. Nossa meta é o já referenciamento de 100 mil imóveis, 57 Municípios, 215 glebas, uma cobertura de 25 milhões de hectares.

Estamos trabalhando para que até dezembro de 2005 possamos encerrar esse programa. Como?

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Estamos falando do Estado do Pará, nas áreas federais. As informações de que dispomos, temos 12.126 processos dentro da estrutura do Incra, em processo de regularização. Nós calculamos pela experiência que isso representa, 30% da ocupação fundiária real dessas áreas e os documentos já emitidos dão conta de 23.200 imóveis, que em algum momento da história de regularização foram já expedidos pelos Incras do Pará.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

O que é o georeferenciamento? Que instrumento é esse e para que ele serve e porque vai colaborar para que o Brasil definitivamente se assenhore do seu território? Esse me parece um tema muito importante. O País, o Brasil, não pode continuar, no século XXI, sem que tenha um domínio, um assentamento real do seu território, evidentemente, para o conjunto das políticas públicas, não só as questões fundiárias **stricto sensu**, mas para o conjunto das políticas públicas que a sociedade venha, democraticamente, a construir.

O já referenciamento utiliza-se de uma tecnologia que permite que as diagonais, os perímetros dos imóveis rurais sejam identificados através de pontos geodésicos e isso vai fazer com que a existência da

malha fundiária real seja exatamente igual a uma malha fundiária declarada. Não há condições, a partir dessa tecnologia, de sobreposições de titulações de qualquer mapa cartorial. Por quê? Porque a tecnologia obviamente fecha uma gleba, fecha um Município e não aceita sobre posições diárias fundiárias. Isso cria uma grande possibilidade que a definitiva estabilidade jurídica para investidores e populações de toda a natureza que vivem e convivem nos Estados da Amazônia especialmente.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Estamos trabalhando juntamente com os Sistemas Sivam, Sipam, que oferecem mapas, desenhos, fotografias extremamente qualificadas do nosso território. Na verdade, esses são instrumentos do Sivam, que tiram fotografias processadas e qualificadas pelo Sipam.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Esses são aparelhos de georeferenciamento, é muito importante porque isso dá conta do volume de trabalho. Todo o processo dos pontos georeferenciados são coletados dessa forma, através de presença de profissionais que conformam o perímetro da propriedade declarada pelo poceiro, pelo proprietário. Esse perímetro é produzido individualmente e na medida em que esse perímetro é georeferenciado, a concordância do poceiro da propriedade passa a compor o cadastro geral de imóveis do Incra. Isso dá conta do enorme trabalho a ser desenvolvido, porque todas elas serão georeferenciadas individualmente com profissionais, através desse equipamento.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Não, é o serviço contratado pelo Estado, que vai verificar, vai combinar, sejam informações cartoriais preliminares, sejam informações dos proprietários, ele compõe a propriedade. Portanto, quem realiza o serviço são os profissionais contratados pelo Incra. Evidentemente, já há um processo, Sr^{as} e Srs. Senadores, em andamento, por exigência legal. Vários proprietários já fizeram, e estão fazendo, o seu georeferenciamento, por conta de uma exigência legal de transação imobiliária.

Isso é um exemplo do resultado do trabalho. Esse trabalho do geo-referenciamento das propriedades vai permitir esse padrão de identificação territorial. Fecha-se a propriedade, identifica-se o proprietário e permite, na verdade, a identificação do território com o proprietário. Esse é o grande serviço estratégico que essa tecnologia nos fornece, de tal forma que poderemos verificar sobreposições ou não sobre áreas indígenas, ambientais, enfim, teremos um levantamento

fechado do território que será um grande instrumento para todos os efeitos.

Vou dar só um exemplo da importância desse trabalho para o conjunto das políticas públicas do Estado, Srs. Senadores:

Todos os Senhores sabem que, hoje, já é possível detectar uma pista clandestina do narcotráfico ou um incêndio na floresta, graças aos radares e à tecnologia disponível. Mas isso não é capaz de identificar a responsabilidade, a posse ou a propriedade dessa área onde existe a pista clandestina. Esse sistema vai permitir que, de uma forma extremamente rápida, a autoridade identifique a pista clandestina e, ao mesmo tempo, com essas informações, consiga imediatamente identificar quem é o responsável pela posse dessa área onde se encontra essa pista.

Isso abrange toda a Amazônia, todo o Brasil. Esse é um programa nacional, é uma exigência nacional. Estamos priorizando a Amazônia. Obviamente que há uma obrigação da União com as suas áreas federais, mas, ao mesmo tempo, estamos assessorando e conveniando com todos os Estados da Federação para a constituição desse instrumento.

A segunda prioridade do Governo Federal é exatamente com o trabalho do georeferenciamento e regularização, no Nordeste, especialmente nas áreas que serão beneficiadas com os programas da Bacia do São Francisco. Já estamos executando esse programa em todas aquelas áreas, porque essa informação é básica para o processo de regularização fundiária no nosso País.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Esses dados são de quem? Só para saber a legalidade!

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Se V. Exª me permite, já estou concluindo, voltaremos a detalhar as informações, que são, na verdade, informações metodológicas de como estamos trabalhando com isso.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Aqui é basicamente o fluxograma que orienta o trabalho em execução por parte do Incra. O levantamento ocupacional é exatamente o cadastro: a análise da ocupação territorial, do ponto de vista ambiental, da legalidade das normas. Se essa análise guarda a legalidade, sob todos os aspectos, imediatamente se inicia o processo de regularização; se há problemas nessa análise, problemas de ocupação sobre áreas de preservação de qualquer natureza, sobre a posição em áreas privadas, que acontece muito nessas regiões tituladas, contradição com os registros cartoriais, abre-se um processo de regularização, e, por conse-

quência, teremos a retomada de um lote ilegalmente ocupado, a desintrusão, o reassentamento, a titulação, a inclusão e o registro imobiliário. Esse é um fluxograma organizacional da nossa instituição.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Estes são os Municípios envolvidos, e, por aqui, parece-me que facilita essa compreensão. Estamos, na verdade, criando uma capacidade de gestão pública sobre áreas federais e trabalhando juntamente com o Governo do Estado do Pará, para fornecer essa tecnologia para o Estado do Pará, que dispõe de muitas áreas nessa situação. Na verdade, o que estamos priorizando são todas as áreas que são ou que foram impactadas pela intervenção da malha rodoviária no Estado do Pará, seja essa malha federal ou estadual. Portanto é esse arco que estamos trabalhando. Obviamente que vamos reduzir essa dimensão territorial rapidamente. Para as Srªs e Srs. Senadores que não estão familiarizados com a dimensão territorial, quando falamos no Pará, estamos falando numa área superior a soma dos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul. Portanto, estamos falando em um milhão e cem mil hectares, um milhão e duzentos mil hectares, uma área superior ao território do Bolívia, e isto exige uma intervenção permanente, qualificada, responsável de todas as estruturas dos Estados Federais, Estaduais, Prefeituras, Poder Judiciário e Ministério Público nesta região.

Esta é a área de trabalho.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Estas são as terras públicas federais no Estado do Pará. As cores não facilitam, mas, na verdade, é o mapa que busca identificar, seja os territórios indígenas, as áreas indígenas já demarcadas, reservas ambientais, áreas de assentamento, áreas tuteladas pelo Governo Federal, áreas estaduais. São áreas da União, quando digo da União, por exemplo, são áreas das Forças Armadas, a Aeronáutica tem uma grande base aérea chamada Cachimbo, na área Pará-Mato Grosso, territórios indígenas, áreas de proteção ambiental, áreas da União, especialmente as áreas da União que fazem paralelo, margeiam as nossas rodovias.

Acho que fica mais claro num outro mapa. Qual a prioridade, e por isso aquelas metas para este ano, Srªs e Srs. Senadores. Estamos priorizando esse trabalho em três grupos. O critério que vai priorizar este trabalho foi dividido a partir dessas variáveis, o grupo primeiro, que vamos iniciar, já iniciamos esse trabalho, é o que consideramos alto impacto. São áreas de grande conflito de toda natureza, portanto: grilagem de terras públicas, disputa por posse, cultivo de plantas psicotrópicas, prática de trabalho escravo. São áreas

detentoras de grande conflito social, entre privados, são áreas que identificamos de alto impacto e são nessas áreas que iremos priorizar a nossa intervenção.

(Vamos adiante.) **(SLIDE)**

Essa identificação das áreas prioritárias que estamos trabalhando e vamos ampliar o nosso trabalho já neste semestre. A idéia obviamente, há todo um preparativo sendo construído, operacional, tão logo a condição de chuva crie condições de trabalho. teremos condições de ampliar o nosso trabalho.

(Vamos adiante.) **(SLIDE)**

Segunda área, impacto médio. São ocupações espontâneas, áreas de menor conflito, que será a segunda etapa do trabalho.

(Vamos adiante.) **(SLIDE)**

Estão aqui localizadas. Grupo três, por favor. Baixo impacto, são treze estágios de trabalho que já iniciamos e vamos fortalecer. Por favor, o último mapa, esse mapa dá conta do impacto, do trabalho, cento e uma glebas, sete milhões oitocentos e novena e um hectares, não é a terceira que pega todos, esse é baixo impacto. Esse mapa dá conta de toda a estratégia de trabalho nas áreas federais no Pará. São duzentos e quinze glebas, vinte e cinco milhões, cento e setenta e quatro mil hectares que pretendemos já o referenciar, e com isso colaborarmos com uma estratégia de estabilidade fundiária no Estado do Pará. Essa é uma tecnologia nossa, é um software nosso, temos capacidade operacional já testado positivamente e, obviamente, é uma tecnologia disponível para todos os órgãos estaduais de terras como será a mesma tecnologia usada em outros Estados da nossa Federação.

Por fim, esse é o plano de trabalho. Será coordenado, Senador Ana Júlia, pelo Incra, esse banco de dados produzido por essas informações será disponibilizado para todos os órgãos federais obviamente. O grande parceiro que vai operar esse trabalho vai ser o Exército brasileiro. Estamos concluindo a contratação por meio do Instituto Militar do Exército, que tem grande experiência, grande tecnologia e capacidade de trabalho. O IME será o braço operador desse projeto e, com todo este apoio dos diversos organismos e diretorias do Exército, bem como do Sivam e Sipam. Toda esta operação será feita por esses profissionais que têm grande experiência da Amazônia e grande experiência em toda nossa estratégia ou estrutura de cartografia no País. Isto dá conta um pouco do plano de trabalho. Estaremos envolvendo mais de 500 profissionais neste trabalho, já há um trabalho sendo realizado no Estado do Pará, portanto, os mapas já estão sendo feitos, temos uma base inicial já georeferenciada, que vai permitir que os nossos planos e nossas metas sejam absolutamente exequíveis. Estamos seguros de que

temos condições operacionais a partir desta equipe, com esta qualidade, de colaborarmos ainda este ano com a população do Pará, com o Estado do Pará e com este trabalho reduzirmos enormemente o padrão de conflito por conta das questões fundiárias.

Acho que é a última lâmina.

Esses são os resultados esperados, uma malha fundiária conhecida, áreas públicas remanescentes atualizadas, ocupantes identificados, uma infra-estrutura geodésica implantada, que é estratégica para o País, glebas regularizadas. Portanto, este plano de trabalho tem como objetivo responder responsavelmente por esses resultados.

É a última lâmina? É isso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são informações gerais que procuramos dirigir especialmente para o tema do Pará, por conta da situação de conflito, porque, é no Estado do Pará, obviamente, não por responsabilidade das autoridades locais, da população, mas por um processo histórico que conhecemos de longa data. Mas, infelizmente, é um padrão de violência e de conflito extremamente importante no Estado do Pará, que estamos trabalhando de uma forma integrada com outras áreas do Governo, seja o Ministério da Integração, através da coordenação do Projeto de Desenvolvimento da Amazônia, especialmente os temas vinculados à BR-163, articulados com o Ministério do Meio Ambiente, há um conjunto de esforços integrados por parte do Governo Federal, de tal forma que possamos superar esta situação e criarmos a partir dessa relação positiva com os Governos Estaduais, com as demais instituições, e ofertarmos uma estratégia de desenvolvimento econômico e social sustentável para toda população do nosso grande Amazonas.

Muito obrigado e fico à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE)

– Antes de passar à Senadora Ana Júlia, autora do requerimento, eu queria apenas fazer uma breve pergunta esclarecedora, isto é, se todo esse programa previsto tem respaldo nos recursos que estão descontingenciados para o Ministério que V. Ex^a dirige.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Sim.

O SR. EDUARDO DUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, um brevíssimo esclarecimento sobre a tabela que ele apresentou dos assentamentos, expressando que, até agora, foram assentadas cerca de 117.500 famílias, correspondendo a 81%, 145.000, mas, para o ano 2005, salvo engano meu, não vi o número previsto. Relacionado à pergunta do Presidente, tendo em vista o contingenciamento, qual a previsão de 2005 e, se, porventura, houver o descontingenciamento,

quanto poderia ser? Está relacionada à pergunta de V. Ex^a, Sr. Presidente. Só esse breve esclarecimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só um instantinho. Como é que vai ser a ordem das inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE) – Já estão inscritos a Senadora Ana Júlia, naturalmente, e os Senadores Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes, Flávio Arns.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Passou a lista? Não a vi.

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE) – Está aqui na mesa.

Podemos colocar seu nome com a maior satisfação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, é porque eu não tinha visto a lista.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Sr. Presidente, Sr. Senador Suplicy, em relação aos recursos para assegurar a implantação deste programa. Nós temos segurança porque fizemos o remanejamento orçamentário. Obviamente, quando nós falamos em contingenciamento, V. Ex^{as} bem sabem disso, nós temos uma reprogramação financeira. E, por conta da prioridade do norte do Pará, nós fizemos uma reprogramação financeira, retiramos recursos de outros programas de outros Estados, estamos concentrando recursos nesse programa. Este programa está orçado em R\$ 35.000.000,00. Nós temos recursos para isso. Queremos, neste ano, imediatamente iniciar a operação em relação a esse programa.

Em relação ao Senador Eduardo Suplicy, aos números, às metas... recuperando, né! Quer dizer, o nosso Governo assume um compromisso a partir do segundo PNRE de 400 mil famílias. A estrutura era 30 mil famílias no primeiro ano, 115, 115 e 145. Nós nos dois primeiros anos asseguramos acesso à terra a 117 mil famílias. Trabalhamos, portanto, com 81% da meta. E temos para este ano meta de 115 mil famílias e, obviamente, recuperando as metas que não foram cumpridas nos dois primeiros anos.

Há um esforço importante do Governo no sentido de assegurar recursos para que nós possamos cumprir todas essas metas. Os recursos contingenciados obviamente reduzem a capacidade de investimentos e de operação e comprometem todos os nossos programas, todas as nossas metas. Há um esforço importante do Governo de recuperar todos os recursos orçamentários, de tal forma que nós possamos cumprir as metas. Não só as metas dos assentamentos, dos assentamentos, mas todas as metas de qualificação em relação aos nossos assentamentos e darmos seqü-

ência, V. Ex^a me permite, a outras questões fundiárias extremamente importantes.

O nosso Governo assumiu o que deveria ser, obviamente, uma responsabilidade institucional, que é o mandamento constitucional do direito à titulação das áreas Quilombolas, por exemplo. Nós temos um grande trabalho, uma grande responsabilidade com a Constituição Brasileira, com os descendentes dos Quilombolas de assegurarmos o direito dessas terras. Nós iniciamos um programa forte. Estamos trabalhando, portanto, nesta área também, em tantas outras áreas tão importantes para não só assegurarmos estabilidade fundiária, mas assegurarmos direitos fundamentais, que na minha opinião, direitos estes sendo realizados, eles são portadores de um ambiente de estabilidade positiva muito importante para o nosso País. Portanto, Senador, os recursos contingenciados obviamente reduzem capacidade de investimentos em todos os programas. Mas há um esforço importante de recuperar, eu creio, os recursos necessários para executarmos todas as metas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o Ministro Miguel Rossetto que vem aqui, nos traz dados, nos traz um resumo das ações concretas. O requerimento realmente falava da questão da Amazônia, da situação do Pará, especificamente, pelo que ela representa, não apenas pela violência última, em relação à morte da Irmã Dorothy, porque o Estado do Pará já tem o triste título de campeão de violência há muitos anos, infelizmente, mas pela dimensão do que ele representa – representa cinco Estados brasileiros. E eu quero inclusive fazer um registro parabenizando o Ministério por estar investindo em ações também estruturantes, como o próprio Programa do Biodiesel. Vai chegar... Já chegou aqui inclusive a Medida Provisória que dá os incentivos fiscais para quem quer produzir o biodiesel, quem quer produzir o biodiesel em parceria com a agricultura familiar, com o Pronaf.

Então, acho que isso mostra uma ação que inclusive não vai ser determinada pelo Ministério. Não vai ser o Ministério que vai coordenar, mas é a própria iniciativa privada. Mas, quer dizer, é o incentivo com certeza à iniciativa privada para que ela trabalhe com a agricultura familiar.

Então esse reforço, esse caráter estruturante é importante e eu gostaria de fazer esse registro, inclusive parabenizando o Ministério.

Eu acho que nisto, também, a responsabilidade que os dados nos mostram, aqui, de toda a região e de todo o País – é claro – mas não tem como não se falar do Estado do Pará, é grande a nossa responsabilidade para que nós possamos mudar essa realidade e os números mostram isto. Eu sou funcionária do Banco do Brasil, licenciada há mais de 20 anos. Vou completar 22 anos de Banco do Brasil e quero dizer que sei que o Pronaf, muitas vezes, chegava até ser devolvido – o Pronaf não era utilizado completamente, muitas vezes mesmo até por falta de assistência técnica. Então, eu sei do grande esforço e o quanto é importante essa assistência técnica para que esse recurso não seja transformado numa dívida daquele agricultor, mas, sim, em produção para transformá-lo realmente em um produtor e inseri-lo na economia, como está demonstrado, aí, inclusive nos dados, da importância e o crescimento dessa agricultura familiar e o quanto ela representou de crescimento, inclusive maior do que outro tipo de agricultura. Em termos, foi, realmente, um crescimento extremamente significativo. Eu já conhecia parte desses dados em relação ao Pronaf, na Região Norte, – e, como falei, pelo Banco do Brasil – e que eles inclusive mostraram que chegou o momento que eles não tinham mais – a demanda já era maior do que a oferta. Foi um crescimento assombroso que, inclusive, foi mostrado aí – em 1.000%.

Mas, Sr. Ministro, eu queria colocar – é lógico que é a nossa preocupação e eu quero dizer que essas ações de georeferenciamento são fundamentais e acho que é importante que esse entendimento de que a situação do campo não se registre – georeferenciamento – vamos ter regularização. Isto é fundamental, principalmente na Amazônia, no Estado do Pará. Os créditos são fundamentais. A infra-estrutura – e, aí, no caso do Estado do Pará, eu sei que V. Ex^a já foi várias vezes ao Estado e conhece aquela realidade, porque só a Superintendência de Marabá é a que tem a maior quantidade de assentamentos do Brasil. Muitos deles feitos, sim, não podemos deixar de registrar, de uma forma completamente até irresponsável, porque se um povo na terra, às vezes, Senador Sérgio Guerra, a 100 quilômetros, sem ter estradas. E não são poucos os assentamentos nesta situação. Então, é colocar o assentamento para que ele não funcione e, depois, dizer que a agricultura familiar na dá certo, sem nenhuma infra-estrutura. Hoje, então, o esforço para que se dote essa região com infra-estrutura tem sido muito grande. Eu reconheço o crescimento dos recursos, mas nós sabemos que é preciso muito ainda.

Então, é necessário, também, dizer que a responsabilidade não deve ser apenas do Ministério de Desenvolvimento Agrário, porque se pensa que vamos

precisar de Reforma Agrária que é uma responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Mas o desenvolvimento agrário não é – por exemplo: ter educação, ter uma escola. É necessário que se tenha parceria com todas as esferas de poder. Ter educação, ter condições de saúde, ter o posto de saúde, a unidade de saúde – eu acho necessário essa parceria porque é, também, responsabilidade do Estado o desenvolvimento e não é simplesmente dizer que isto é assentamento da Reforma Agrária. Então, não vamos investir um prego nesse assentamento.

Eu acho que tem que haver, Sr. Ministro – eu não sei como isto está sendo dialogado – e o senhor falou bastante – já existe uma parceria com os Iterpar, os Institutos de Terras e Interpar lá no Estado do Pará em que o Ministério repassa recursos para garantir assistência técnica, e eu sou testemunha de que essa assistência técnica realmente ampliou bastante. Mas é necessário que se faça parcerias, não só, inclusive, além do Governo do Estado, parcerias, também, com as Prefeituras. Muitas Prefeituras têm dificuldades mas, mesmo assim, podem contribuir com alguma coisa. Mas existem Prefeituras que têm condições de fazer essa parceria. Por quê? Porque é interesse da Prefeitura, é interesse do Estado que aquilo se transforme numa atividade produtiva e não numa atividade de conflito, numa atividade que não traga tranquilidade.

Eu, então, na verdade, queria parabenizá-lo, Sr. Ministro, até porque o senhor já trouxe um documento que enfoca a questão do Estado do Pará e lhe dizer que nós, inclusive, acabamos de aprovar um relatório, já circunstanciado, sobre a morte da Irmã Dorothy e vamos entregá-lo à CPMI da Terra, que está indo para o Estado do Pará para que continue aprofundando as investigações naquilo que precisa ser aprofundado, que é o papel de uma CPI. Mas queria só ressaltar a questão da infra-estrutura. Eu sei do esforço... e não tenho dúvida de que nós vamos contar com o apoio de todos os Senadores, não só do Estado do Pará, mas de todos os Estados, para garantir recursos para a infra-estrutura no nosso Estado. E, no Estado do Pará, recursos para a infra-estrutura se traduzem em boa parte em estradas. Ter condições de que essas estradas sejam transitáveis porque, mesmo na região oeste do Pará, onde aconteceu recentemente o assassinato da Irmã Dorothy e de outros trabalhadores brasileiros, eu digo que podemos fazer todas as ações, senão, por exemplo, transformarmos a Transamazônica – sei que já não é sua responsabilidade, mas estou citando aqui – numa rodovia transitável, não tem como melhorar essa situação.

Portanto, quero dizer que contaremos com o apoio de todos os Senadores do Estado do Pará e de

outros Estados para essa tarefa e contará com nosso apoio na busca desses recursos para garantir os investimentos realizados. E eu pergunto: esses 670 milhões – não é isso? Anotei aqui o número. Deixe-me ver se anotei corretamente – só para o Estado do Pará, não é isso?...

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Do conjunto dos investimentos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu sei. Aí estão os investimentos. O Presidente Lula deu garantia de que esses recursos.. – a Ministra, inclusive, veio aqui e disse que esses recursos, General Félix, todos aqueles recursos para o Estado do Pará estariam absolutamente garantidos. Se precisar de nós, iremos lá para ajudar a garantir, mas eu sei que eles já estão garantidos. Eu queria só... Porque isso tem sido colocado. Por isso eu estou colocando isso, Ministro. Tem sido muito questionado aqui, e no Estado do Pará sai matéria na imprensa dizendo que esses recursos não vão ser aplicados. Eu tenho garantido, inclusive, que serão e não tenho dúvida disso. Eu acho que é importante V. Exª reafirmar isso daqui.

No mais, quero só parabenizá-lo pelas ações e dizer que essas ações, mesmo quando causam reações violentas, elas têm sido importantes pela firmeza que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem mantido inclusive em não abrir mão dessas ações, mesmo que elas causem reações muitas vezes violentas, até porque, se o Ministério não tiver essa postura, aí é que a violência vai aumentar, se ceder. Esse é, portanto, o momento exatamente de ter firmeza, de ter a parceria e o apoio de todos para garantir mesmo que não só a forma de assentamento mais tradicional, mas os PDS – que é o modelo de assentamento adequado para algumas regiões da Amazônia que fazem a exploração dos recursos naturais sem destruí-los, mas de forma sustentável – possam ser feitos e não deixar nenhuma dúvida de que todos aqueles que se opuserem estarão se opondo a uma ação do nosso Governo Federal, do Governo Federal desse País, e não contarão com o apoio, com certeza, de ninguém desta Casa, porque nós vamos é dar apoio a essas ações. Queremos é paz no campo. E ela só virá, inclusive... uma ação é da segurança mas a outra ação é garantindo as ações estruturantes, como tem feito o Ministério, e recursos para assentamentos e para melhoria dos assentamentos, assistência técnica. Não tem como ter uma produção sem ter assistência técnica. Nós sabemos que em todos os recursos, inclusive o FNO, muitos problemas aconteceram por falta de assistência técnica.

Então, quero também registrar aqui a avaliação acertada do Ministério de que assistência técnica é

uma prioridade e a infra-estrutura, porque sem elas é impossível ter produção.

Então, gostaria somente de fazer esse registro, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra o Sr. Ministro para responder as perguntas e considerações da Senadora Ana Júlia.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Em realidade foram manifestações da Senadora que compreendo, e, em termos de questionamentos ou solicitação de posicionamento, há duas, três questões.

Primeiro, esses recursos que anunciei são recursos assegurados. Portanto, respondo sobre aquilo que é minha responsabilidade dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e aproveito para informar, porque pode haver eventual dúvida produzida por conta, as informações geradas durante os meses de janeiro e fevereiro foram produzidas a partir do Orçamento de 2005, aprovado anteriormente à política de contingenciamento.

Alguns setores que participaram, que foram informados, legitimamente manifestaram a preocupação em relação à continuidade desse recurso. Quero, publicamente, aqui, aproveitando a Comissão, dizer que todos os recursos do MDA estarão garantidos na programação operacional prevista na PO 2005.

Para isso, estou remanejando recursos de outros programas, de outras áreas, e priorizando o Pará e regiões que, obviamente, dispõe de maior conflito. Infelizmente, o resultado disso até então é que há uma diminuição da potência de programas em várias áreas, mas, no Pará, a situação de conflito se impõe por conta da situação que nós, infelizmente, estamos vivendo, mas todos os recursos serão assegurados.

Em relação a outras áreas, há um esforço crescente, forte, mais do que isso, uma determinação vigorosa do Presidente Lula, no sentido de superarmos isso, que não faz parte das melhores tradições do Estado brasileiro, que é a integração entre os diversos Ministérios, as diversas instituições.

Há um esforço muito grande de integração, e nós temos avançados em alguns temas importantes.

Fiz referência aqui ao Programa Luz para Todos, que é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. Temos avanços importantes na área de saúde, através do Programa Saúde da Família, numa relação com o Ministro Humberto Costa, no sentido de assegurar o Programa Saúde da Família para todos os nossos assentamentos e comunidades rurais, onde ampliamos os recursos para essas comunidades ou para esses assentamentos, e estamos trabalhando com todas as outras áreas, no sentido de concentrar recursos e priorizar a alocação desses recursos.

Essa relação – quero registrar aqui – é construída também com os Governos Estaduais. Temos experiências muito positivas com praticamente todos os governos estaduais, no sentido de somar recursos, otimizarmos trabalho, cedência de funcionários, construirmos conjuntamente orçamentos, de tal forma que não haja somatório de esforços nas mesmas áreas – parece-me que é muito importante – e também com os Prefeitos.

Recentemente, na marcha dos Prefeitos, em Brasília, nos vários diálogos, penso que há um entendimento muito forte, muito positivo, por parte dos Prefeitos de, cada vez mais, compreenderem a importância especialmente para os Municípios, que têm como marca uma população rural, uma atividade econômica rural, uma importância estratégica do ponto de vista econômico de programas dessa natureza.

Na minha opinião, avançamos muito nesses dois anos. O processo de renovação eleitoral dos nossos Municípios, na minha opinião, permitiu um avanço inclusive desta compreensão por parte dos Prefeitos, dos investimentos nessas áreas. Temos programas inovadores, estratégicos importantes, como programa de aquisição de alimentos, que permite, de uma forma muito positiva, que o recurso público seja para a merenda escolar, seja para os hospitais, quer dizer, que o poder de compra público possa estimular essa renda no Município ou na região. Portanto, há um conjunto de esforços, em que a marca é a qualificação da Federação, da estrutura federativa, num programa que necessariamente, para que responda aos seus objetivos, deve ter a integração de todos os entes da Federação, da sociedade, das diversas instituições nossas, que acho muito importante.

Essa é a marca, Senadora, que estamos buscando, e penso que já temos resultados positivos. Tenho certeza de que, este ano, iremos qualificar e aprofundar essa relação.

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE) – Sr. Ministro, na primeira audiência realizada com o Ministro Roberto Rodrigues nesta Casa, no questionamento feito por um Deputado Federal, ficou claro que vários programas do seu Ministério não poderiam ser executados, vigorando o contingenciamento efetivado na área da agricultura.

De todas as maneiras, sou contrário a essa tal política de contingenciamento, que agride o Congresso, o bom-senso e a democracia. Como esse não é o tema da nossa conversa, vamos deixá-lo para um segundo momento.

Tenho certeza de que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária tem uma obrigação especial nesse campo. Se há uma área em que as políticas de con-

tingenciamento têm tudo para dar errado, é a área da agricultura, seja da agricultura empresarial, seja da agricultura familiar. Ninguém governa o tempo, a natureza, as safras. Não se pode trabalhar um programa como esse com descontinuidade ou acumulando financiamentos e liberações dos últimos três meses do ano. Tem que se trabalhar sempre. Se, embora com bom prejuízo, se pode interromper a construção de uma estrada, não se pode interromper uma safra, deixar de financiar na hora certa, deixar de tomar providências no tempo adequado.

Tive uma conversa com o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara. Podemos atuar nisso de maneira muito forte, como Senadores, Deputado, e no orçamento de uma maneira geral.

Por exemplo, a área de ciência e tecnologia está fora da política de contingenciamento. Por que não estão fora dessas políticas as atividades que têm a ver com agricultura? Não devem, por bom-senso, ser governadas com critérios desse tipo.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE)

– Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, estão, nesta Casa, hoje, três Ministros. Preciso ir à Comissão de Educação, mas farei um registro rápido.

Sr. Ministro Miguel Rossetto, admiro a maneira competente e o trabalho que tem desenvolvido, especialmente, no Mato Grosso do Sul, Estado que é uma referência, principalmente, com relação ao trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A Fazenda Itamaraty é uma segunda etapa. Há um programa de infra-estrutura forte nos assentamentos. Ao mesmo tempo, como acabou de falar a Senadora Ana Júlia Carepa muito rapidamente, não adianta política de desenvolvimento agrária se não tivermos infra-estrutura, estrada de acesso, água, saneamento, energia.

É importante, Sr. Presidente, registrar que, em Mato Grosso do Sul, há 52 assentamentos eletrificados pelo Luz para Todos. São 52 assentamentos eletrificados.

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE)

– De quantos?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– De 59. Ou seja, é um programa poderoso e que demonstra que, se o Governo do Estado está integrado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o Ministério de Minas e Energia, esse programa funciona com impactos extraordinários junto às famílias assentadas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Todos no atual Governo?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Todos no atual Governo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Como o Senador é forte. (Risos.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não é Senador forte. Nós conversamos bastante com o Ministério e fazemos as coisas acontecerem. São 52 assentamentos. Recentemente, o Ministro inaugurou o último assentamento eletrificado desse programa, como estamos atendendo os Quilombolas, como vamos atender também as nossas aldeias. Quer dizer, é um programa de grande abrangência. Para terem uma idéia, até 2006, não haverá uma família sem energia elétrica em Mato Grosso do Sul.

Sr. Ministro, além desse trabalho e das novas frentes que se abrem lá, coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, registro também o nosso empenho e o de toda Bancada, em função da reunião que tivemos com V. Ex^a na semana passada, no sentido de garantir os recursos. Como disse o Presidente, não podemos parar um programa desse no meio do caminho, com metas muito bem estabelecidas e por todo o trabalho organizado que está sendo desenvolvido.

Conte com o nosso empenho, como também com o empenho da Bancada para aprovação da Medida Provisória do Biodiesel, que trará um impacto extraordinário, especialmente para agricultura familiar nas Regiões Norte e Nordeste.

Parabéns, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente quero parabenizá-lo por esse trabalho de resgatar a extensão rural no Brasil.

Sou bastante saudosista nessa área, porque sou cria da Acar da Acarece, da Acarpa, onde aprendi a fazer extensão rural, pois como técnico agrícola e como médico veterinário, eu trabalhei muito tempo na extensão rural e cheguei a ser Presidente da Empresa de Extensão Rural dentro do Estado de Mato Grosso.

Portanto, Sr. Ministro, estamos muito afinados nessa área de trabalho com os pequenos produtores rurais. Foi por isso, Ministro que, como Senador, tenho trazido um programa de eletrificação rural. Há seis anos coloco esses recursos no Orçamento da União de uma emenda de Bancada. Já estamos com 6 mil quilômetros de energia rural no Estado de Mato Grosso, basicamente instalada na área de pequenos produtores, seja assentamento, seja o da agricultura familiar. Também há um trabalho de feiras do produtor

para atender a esse tipo de produtor, bem como viveiros, Ministro. É importantíssimo construir viveiros nas áreas de pequena produção, principalmente com as culturas econômicas da região. Portanto, estamos trabalhando também nessa direção para resolver os problemas de assentamento dentro do Estado de Mato Grosso.

Quarta-feira tive uma reunião com o Governador do Estado e com a Diretoria da Emater de Mato Grosso. Ali ficou já estabelecido como será feito o trabalho entre o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais. Lá resolvemos municipalizar o trabalho de extensão rural.

Ministro, aqui no Congresso, quando fomos reorganizar as dívidas dos produtores que estavam chegando...

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Desculpe, Senador, não entendi.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Reorganizar as dívidas dos produtores. As dívidas dos produtores, sobretudo dos pequenos produtores, estavam chegando já à casa dos 38% de inadimplência. Com o Programa de Securitização, tanto do Proterra como do Pronaf, dos fundos constitucionais e com o Programa Pesa, que é para produtores maiores, reduzimos isso. Porém, Ministro, ficou ainda um câncer nessa área, são os pequenos produtores devedores do Nordeste, que estão com 40% de inadimplência, não podem pagar apesar de todo o avanço que tivemos nas nossas negociações.

Agora, Ministro, corre aqui um projeto do Senador César Borges, que estende os limites dos devedores para que eles reorganizem suas dívidas para continuarem recebendo os benefícios do Governo. Se não reorganizamos esses 40% dos produtores do Nordeste, no meu entendimento, eles não terão acesso ao Pronaf nem a outro tipo de crédito que o seu Ministério poderá trabalhar.

Se a assessoria de V. Ex^a puder ajudar nesse aspecto, faremos um encontro nesta semana entre o proponente do projeto, que é o Senador César Borges com o Senador Delcídio Amaral, que pediu para retardar a votação desse projeto. Para entrarmos num entendimento a respeito dele, precisamos do apoio do seu Ministério, porque vai atender, sobretudo, a essa camada de produtores, clientes do processo de reforma agrária, sejam de assentamento, sejam de agricultura familiar.

Ministro, V. Ex^a não falou sobre um programa, que é para mim de máxima importância, os chamados Casulos. Não sei se os Casulos deixaram de existir, mas os Casulos no Estado de Mato Grosso, onde foram implantados vários, todos deram certo. Estão produ-

zindo, fornecendo alimentação para certos Municípios e Municípios vizinhos. Portanto, se V. Ex^a puder falar alguma coisa sobre o Casulo para nós também é muito importante.

A respeito do crédito fundiário, ainda sou da época mais antiga. Sou da época do crédito fundiário do Proterra. Aqui tenho um exemplo, Ministro. Mato Grosso quando foi dividido, o nosso pobre Mato Grosso, ficou com 37 Municípios apenas. Em dez anos, Mato Grosso passou a ter 120 Municípios. Esse crescimento foi basicamente em área de assentamento. Não assentamento tipicamente do processo de reforma agrária, mas assentamento por meio de colonização. Esse foi o grande avanço do Estado de Mato Grosso que, em 1938, ficou com 37 Municípios, estando hoje com 141 Municípios. Não tem mais por que a lei hoje ainda impeça a aprovação de mais Municípios.

Portanto, o Banco da Terra, V. Ex^a disse dos problemas da terra, que de fato houve. Esse programa foi uma decepção, mas queremos ver se com esse outro programa de acesso à terra, Ministro, ele seja coadjuvante do processo de reforma agrária, por que quem compra um pedaço de terra não sai dela, diferentemente de alguns que ganham a terra e logo depois negociam essa área.

Ministro, V. Ex^a falou sobre os problemas de baixa tensão em algumas áreas no Pará. O Pará recebeu um contingente muito grande de produtores. Eles procuraram o Incra, fizeram um processo naquele órgão, mas esses processos não tiveram a felicidade de serem aprovados. Esse pessoal investiu na área, está produzindo, principalmente às margens da BR-163. E hoje, com essas medidas de restrição, como é que fica esse pessoal que está com posse consagrada? Esses produtores não estão dentro das áreas de detenção. Como ficariam esses produtores que não são proprietários, mas estão produzindo, que hoje estão todos aflitos na preocupação de perderem todo o trabalho que fizeram?

Por fim, estamos aqui à disposição também do Ministério de V. Ex^a. Esperamos que o pequeno produtor, assentado ou não, tenha sucesso.

Ministro, a declaração de V. Ex^a, ontem, em São Paulo, a respeito do MST – Abril Vermelho –, preocupou-nos. V. Ex^a disse, segundo a imprensa, que não tem recursos para segurar esse movimento, que estão assegurados somente 25% dos recursos que tiveram como referência aos recursos do ano passado. Então, quero saber também o que há de verdade nisso.

Obrigado, Ministro.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Sr. Senador Jonas Pinheiro, um grande extencionista que tem colaborado muito nisso.

De uma forma muito objetiva, o tema do projeto estamos acompanhando, temos interesse e vamos colaborar numa avaliação precisa nesse sistema do endividamento. Portanto, saúdo a iniciativa do Senado. Vamos colaborar.

Senador, quanto ao Projeto Casulo, não fiz referência a nenhuma modalidade de assentamentos, embora existam várias. O grande desafio que assumimos foi compreender, primeiramente, que um processo de ocupação territorial deve considerar os limites e as possibilidades das diversas realidades, dos diversos biomas de nosso País. Definitivamente, superamos uma prática por demais conhecida que era a reprodução, em todo o território nacional, de um único padrão, modelo de ocupação produtiva no País. Essas experiências se revelaram fracassos importantes em várias regiões, porque esse projeto de ocupação produtiva, mediante um assentamento, não levava em consideração o conjunto das características regionais, como a cultura, a renda, a formação, os limites e as possibilidades de que o nosso território regional dispunha. Portanto, quando falamos em reforma agrária, referimo-nos a várias reformas agrárias no País. Além do projeto de desenvolvimento produtivo nos campos do sul do País, deve-se pensar em uma estratégia de ocupação produtiva na Floresta Amazônica, onde há áreas com enorme capacidade de produção agropecuária e outras realidades, em que o manejo florestal sustentável será uma grande atividade geradora de renda, assim como no Cerrado e no Semi-Árido. É preciso pensar, de forma inteligente, adequada, em estratégias de ocupação produtiva – assentamentos – nas diversas modalidades do Território. Inauguramos assentamentos florestais no Acre, onde a única atividade é a florestal por conta da riqueza econômica da floresta e não da terra. Estamos potencializando um conjunto de projetos de desenvolvimento sustentável para que possamos associar a atividade pecuária, em menor escala, à atividade madeireira.

Aproveito a oportunidade para esclarecer esse assunto, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns. Os projetos de desenvolvimento sustentável não são impeditivos da atividade madeireira. Ao contrário. Os projetos de desenvolvimento sustentável fazem parte de uma estratégia de exploração sustentável e racional. Por isso, é necessário pensar para não repetir erros brutais cometidos neste País com parcela importante da sociedade, com recursos públicos importantes, resgatar dessas experiências o que elas têm de positivo e adaptar um conjunto de estratégias. O Casulo é um dos modelos que faz parte do conjunto dos números que não abrimos. São assentamentos que permitem, com a menor quantidade de terra, próximas aos cen-

tros urbanos, gerar renda suficiente para um conjunto importante de famílias. Estamos produzindo esses modelos, como estamos produzindo vários modelos de assentamento. Parece-me ser essa a grande experiência brasileira que devemos recuperar. Não podemos repetir os erros nem desconhecer, definitivamente, que o Brasil tem, como riqueza, a sua enorme diversidade geográfica, territorial, cultural, além de enormes vocações econômicas distintas. A atividade rural não é necessariamente uma atividade agrícola. Há o extrativismo. Existe um conjunto de atividades econômicas produtivas que são extremamente fortes, rentáveis e que devem ser apoiadas. Grande parte do sucesso do Pronaf se deve a uma ampliação da agenda de financiamento da atividade rural e não, obrigatoriamente, de grãos. É um erro histórico do Estado brasileiro restringir, muitas vezes, o financiamento a uma política de grãos e desconhecer que existem outras atividades rurais com rentabilidade, com sustentabilidade, ou seja, importantes geradoras de renda que, obviamente, têm um grau de diversidade muito maior do que esse, que é o que estamos fazendo, desde a atividade florestal. Enfim, há um conjunto de atividades.

Então, o Casulo faz parte de uma estratégia com a qual estamos trabalhando – como ocorre com diversos outros modelos de assentamentos – e que deve responder ao objetivo: gerar trabalho, ocupação produtiva, qualidade social e preservação ambiental.

V. Ex^a fez referência ao temas do crédito fundiário e nós acompanhamos. A bem da verdade é isto: o Banco da Terra era um programa que tinha um padrão de gestão, que extinguiu. Criamos outro padrão de gestão bem como outras regras. Estamos trabalhando e acreditamos, sim, que temos uma boa capacidade de ampliarmos as nossas metas no crédito fundiário para este ano.

Ampliamos o rigor. Não temos o direito de contaminar um bom programa, com práticas infelizmente não desejadas. Esse é um dilema permanente do gestor público. Qual é o dilema de todos nós? Primeiramente, criar um padrão de regras que assegurem e que garantam que o objetivo do programa será executado. Estamos falando em recursos públicos e em prioridade pública – enfim, em criar regras que dêem segurança na opção do poder público e da sociedade e, ao mesmo tempo, que não burocratizem de tal forma um programa a ponto de inviabilizá-lo.

Este é um processo permanente de conflito de um gestor público: o programa precisa funcionar, mas ele deve dispor de tamanho grau de regras republicanas e fundamentais, que, todavia, não o impeçam de funcionar. Estamos chegando a uma equação importante com os Estados, os sindicatos e as instituições

bancárias. Melhoramos o programa. Assim, creio que, neste ano, haverá um desempenho bem relevante.

Em relação aos temas a que V. Ex^a se remete no tocante às minhas declarações, penso que é muito importante um ambiente de grande transparência e clareza na gestão pública. Fui Deputado Federal, Vice-Governador no Estado do Rio Grande do Sul e estou Ministro. É muito importante haver sempre um processo muito transparente em relação a essas questões, especialmente porque estamos tratando de temas públicos, que fazem parte do debate permanente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados bem como da sociedade brasileira e que dizem respeito à aplicação dos recursos públicos. Trata-se de discussão legítima em todas as esferas de governo.

Nós e o Governo, por motivos legítimos, e nossa equipe econômica, em virtude de razões conhecidas, provocamos um contingenciamento de uma parcela do orçamento público. Obviamente, esse procedimento tem uma tradição em todas as áreas do Governo, que é uma redução temporária, provisória ou não, da capacidade de investimento e de gasto. Evidentemente, ninguém toma tal decisão com alegria, mas em razão de circunstâncias debatidas permanentemente por V. Ex^{as} no Senado Federal: o tema do orçamento – receita e gastos.

É minha obrigação, como Ministro responsável por uma área, informar as consequências nos programas das restrições orçamentárias, que pretendo que sejam provisórias – e assim comuniquei ao Presidente da República. Meu dever, como Ministro e gestor, é informar que, mantidas essas condições, haverá uma diminuição importante na capacidade de relação de todos os nossos programas – não apenas daquele referente à reforma agrária –, com impactos importantes. Fiz desse modo e tenho a obrigação de informar à sociedade e a V. Ex^{as} sobre esse tema. Foi exatamente o que fiz.

Os limites – orçamentários e financeiros – de que disponho, depois ou a partir do contingenciamento, neste momento, representam 75% do que executei no ano passado. Portanto, trata-se de uma redução de 25% do volume executado em 2004. Há o esforço importante por parte do Governo, obviamente, de superar esses limites de tal forma que haver uma boa execução, construindo políticas boas para o País. A experiência do Mato Grosso – de que V. Ex^a participa ativamente – mostra as grandes possibilidades, em todos os Estados, de avanço nessa estratégia necessariamente articulada.

Sr. Presidente, a nossa grande experiência, com base no que estamos produzindo, é que não é possível falar em política agrária sem política agrícola. Não

há possibilidade de dissociarmos esses dois grandes instrumentos que compõem uma estratégia de desenvolvimento rural. Quando falo em estratégia ou política agrária, que pode ser uma política fundiária, ela não sobrevive sem uma política agrícola. Quando falamos em política agrícola é o conjunto de programas de políticas clássicas que compõem a capacidade de apoio a uma atividade econômica que, necessariamente, pela sua condição, é uma atividade de risco, que é a atividade de produção agrícola, que tentamos minimizar com seguro, com tecnologia, com zoneamento etc. Mas há uma atividade de risco inerente que o Estado deve proteger, porque estamos falando de uma atividade que assegura alimento para uma nação, que compõe uma estratégia de segurança alimentar fundamental. Portanto, é assim que estamos trabalhando, com sobriedade, como o tema exige, mas com muita confiança na liberação desses recursos. Que possamos sustentar um trabalho forte, como fizemos. Penso que isso é um crédito às equipes que tenho o orgulho de coordenar, mas tivemos um grande crescimento operacional e melhoria de gestão de 2003 para 2004. A curva é ascendente e os Senhores e as Senhoras, que têm experiência em gestão pública, sabem que temos de sustentar ritmo de trabalho, eficiência, gestão, quando formos conseguindo aprimorando uma gestão, eu diria, oxigenando essa gestão. Crescemos muito e queremos continuar nessa rota de crescimento em 2005, colaborando com o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE) – Temos aqui vários inscritos e já são quase 13 horas. Pois não, Senador Jonas.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Eu me referi também às áreas de baixa tensão, que também estão sendo ocupadas. Isso é importante.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Desculpe-me. Do que estamos falando, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Jonas? Vamos ver se temos a mesma compreensão. Qual é a situação que temos no Pará e, de alguma forma, temos em outros Estados, especialmente de Estados que dispunham de terras federais importantes ao longo dos períodos 60, 70 e 80, especialmente? Houve uma grande intervenção do Governo Federal, através do Incra, e de Estados, que ofertaram terras a privados de várias formas, contratos individuais, autorizações de ocupação, licenças de ocupação, contratos entre privados de várias naturezas. Especialmente na década de 70, tivemos uma política do Incra fortemente estimuladora, com projetos de colonização e projetos entre privados, volto a dizer, em que áreas de 500 a 3 mil hectares, era o contrato padrão. Para o Estado de Rondônia isso foi muito forte, essas intervenções, especialmente, eles foram constituídos

nesse período. Qual é o tema? Parte desse processo, sejam eles os CATPs, que são conhecidos nossos... Deputado Moca, permita-me saudar V. Ex^a e demais Parlamentares da nossa Comissão de Agricultura. É um prazer. Um abraço. Parte desses processos – estamos falando de 20, 30 anos de história, dos nossos CATPs conhecidos, das licenças de operação –, proporcionou uma mudança importante de legislações ao longo desse período. Chegamos a uma situação de grande instabilidade fundiária na região. Por quê? Porque não houve acompanhamento por parte dos Estados em relação a essa situação, não houve por parte de proprietários que adquiriram ou que fizeram contratos com o Estado, contratos com regras claras de ambos os lados e, na verdade, se perde esse processo ao longo dessas décadas. E é exatamente o não acompanhamento das regras constituídas, das normas estabelecidas, dos contratos firmados, que vivemos hoje essa situação de enorme instabilidade. Quais são as regras básicas com que estamos trabalhando, com as quais estamos definindo uma política? Primeiro, a legislação atual assegura, de uma forma pacífica, a titulação de áreas de até 100 hectares. Isso é conhecido de todos os Senhores e das Senhoras. Obviamente, essa é uma regra, é uma norma, uma lei. Ela estabelece, a partir de 100 hectares, uma outra referência legal, que são áreas acima de 2 mil e 500 hectares. Obrigatoriamente, o Poder Público e o Executivo devem submeter ao Senado e seria uma outra referência.

Temos, entre essas duas referências, um espaço onde ao longo das últimas décadas não se constitui uma legislação definidora seja de titulação, seja de direito de concessão de uso permanente, de direito real de uso que desse uma estabilidade. Portanto, se me permite, a idéia do conceito que o senhor trabalhou de posse pacífica temos que qualificar o que é isso.

Posse pacífica, na medida em que a legislação brasileira não guarda usucapião em área pública. Só temos uma situação legal de posse pacífica que são as áreas até cem hectares em áreas públicas federais ou estaduais.

Quando falamos, portanto em posse pacífica, ou temos base na legislação ou base contratual produzida ao longo desses últimos anos que assegura uma expectativa de direito prevista em contrato. Sobre isso é que estamos tratando. Quando nós trabalhamos com a Portaria nº 10, conforme fiz referência, qual era e qual é o objetivo da Portaria?

Que o Estado brasileiro, que tenhamos informações sobre qual é a realidade de ocupação de áreas federais. O Incra hoje, infelizmente, por conta desse processo histórico não tem um cadastro atualizado e real desse padrão de ocupação. Por quê? Porque gran-

de parte dos documentos que eram aceitos na década de setenta, na década de oitenta sequer conseguiam comprovar se aquela solicitação de posse ou licença de posse estava ou não dentro de áreas federais. Portanto, há uma precariedade enorme de informações para produzirmos um processo de regularização.

Parte dessas solicitações de posse, dos famosos protocolos, não conseguem identificar se aquele possessor ou aquele ocupante está ou não em área federal, em área estadual ou se está em área privada. Não havia uma exigência nessas décadas de uma localização. Quando fizemos a Portaria nº 10 por que é que a editei? Para isso. Para que eu possa tomar, Sr. Senador e sei que esse é um tema em que V. Ex^a vai trabalhar e é um tema público, para que o Estado brasileiro possa definir uma política de regularização é fundamental que tenha a melhor informação sobre a realidade social da ocupação da terra federal.

Temos referências hoje que estão nos cadastros do Incra, que estão nos cadastros dos institutos de terra. A referência que tenho hoje do Pará, nas áreas federais, são trinta mil solicitações de posse todas elas inferiores a cem hectares e superiores a cem hectares.

Como compor, portanto uma política de regularização que reconheça o direito legal já estabelecido de 100 hectares, que reconheça os direitos que foram acolhidos e as obrigações pelos particulares que cumpriram, com suas obrigações, nos contratos da década de setenta – contrato de compra e venda, contrato de alienação de terra pública –, o conjunto dos instrumentos. Essa é uma tarefa que estamos trabalhando neste momento.

O que oferecer, como trabalhar dentro da legislação existente para que áreas eventualmente superiores a cem hectares possam ou ser trabalhadas com o regime de concessão permanente ou tituladas. É um estudo muito delicado e importante que estamos, neste momento, nos dedicando e pretendemos de curto prazo oferecer uma alternativa.

Não é um tema fácil, todos os Senhores sabem, é um tema muito complexo de grande teor de conflito. A nossa tarefa nas áreas federais é construir um padrão normativo que reconheça, obviamente, e respeite a legislação existente, reconheça um ambiente ou uma situação social e preserve uma estratégia de desenvolvimento rural futuro sustentável para a Amazônia.

Aqui obviamente não estou falando Estado do Pará. Por que? Porque, para nós, a política para o Pará, em grande parte é a política que vem sendo debatida em Rondônia, em Roraima, no Estado do Amazonas, em todo o Norte.

Então, Senador Jonas, são esses os temas que estamos trabalhando, muito empenhados em colaborar,

definitivamente, para um ambiente de estabilidade no Pará e na Amazônia Legal, como de resto.

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE) – Srs. Senadores, para que tenhamos oportunidade de ouvir as perguntas que serão feitas, solicito aos que vão perguntar e ao Ministro Rossetto uma certa brevidade. Assim, não teremos que interromper o processo de discussão, que me parece bastante positivo, sem ter ouvido todos.

Quero saudar a presença de representantes de várias entidades convidadas aqui. É decisão desta Comissão convidar instituições relevantes, que têm representação social, para ter uma relação permanente com o que se faz aqui. Desejamos trabalhar de maneira absolutamente aberta, transparente, sem preconceito, somando no interesse da solução.

Quero saudar a presença do Presidente da União Democrática Ruralista, Dr. Luiz Antonio Nabhan Garcia, que se deslocou de sua base para estar aqui presente. Recebi solicitação de algumas pessoas para que pudessem formular perguntas nesta Comissão. Regimentalmente, isso não é possível. Há tradição de agir dessa maneira, mas existe o nosso compromisso de convidar o Presidente da União Democrática Ruralista assim como os presidentes de outras entidades para participarem de reuniões desta comissão como palestrantes – eles serão logo convidados –, para que tenhamos uma visão de conjunto dos vários pontos de vista de vários setores, de várias lideranças sociais sobre a questão agrária no Brasil e sobre a questão agrícola também. Isso vai se dar logo a seguir.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Sr. Presidente, eu agradeço o convite e gostaria de saber se V. Ex^a me permite entregar a V. Ex^a um ofício com uma sugestão de colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE) – Com o maior prazer.

Vou chamar agora, por sugestão da Senadora Ana Júlia, cada conjunto de três Parlamentares. O primeiro deles, neste instante, será o Senador Flexa Ribeiro, depois, o Senador Sibá Machado, e, depois, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sérgio Guerra, pela ordem.

Com todo o respeito à Senadora Ana Júlia, não se muda a regra com o jogo começado. Seria muito mais simples se as perguntas fossem sintéticas e as respostas também.

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE) – Se os companheiros Senadores se comprometem com essa orientação do Senador Heráclito, não vejo problema nenhum nisso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É que, às vezes, a pergunta fica muito distante da resposta.

Como vi o calor com que o Ministro respondeu a recente pergunta feita pela Senadora Ana Júlia, eu gostaria de ter esse mesmo sentimento, essa mesma sensação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero agradecer ao Senador Heráclito Fortes me permitir perguntar ao Ministro Miguel Rossetto, porque a questão agrária no meu Estado, o Pará, nos diz respeito diretamente e nos aflige diuturnamente.

Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, Sr. Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, Sr. Ministro Miguel Rossetto, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, minhas Senhoras e meus Senhores, quero parabenizar o Ministro pela brilhante exposição e dizer que tenho certeza da competência e da inteligência de S. Ex^a na direção do Ministério e da boa-fé com o qual o senhor o dirige. Espero em Deus que o senhor consiga levar avante as metas aqui demonstradas e que elas sejam completadas. Sou brasileiro e sou paraense e quero vê-las todas levadas a bom termo.

Eu gostaria de pedir ao Presidente Sérgio Guerra que, quando S. Ex^a solicitasse o novo contingenciamento para a agricultura, também o fizesse para infra-estrutura na Amazônia, que também fica sujeita ao regime de chuvas. Não adianta liberar recursos para infra-estrutura na região amazônica nos três últimos meses do ano porque nada será feito, porque as chuvas não deixarão as obras serem executadas. Então, quando fizer o pleito para a agricultura, lembre-se da região, onde também não podem ser executadas essas obras de infra-estrutura.

Mas, voltando ao tema, o Pará, Ministro Rossetto, V. Ex^a bem disse aqui, é um Estado que tem 1.284 milhão quilômetros quadrados, ou seja, quase 15% do território nacional. V. Ex^a está dando uma prioridade especial ao nosso Estado. Mas quero expor a nossa dúvida em relação ao cumprimento dessas metas. Deus queira que eu esteja errado e V. Ex^a esteja correto com relação a essas metas.

Ainda agora, ao terminarmos o relatório da Comissão Externa que acompanhou o lamentável incidente que houve e que foi provocado exatamente pela questão agrária que atinge do Estado do Pará, por ser um Estado que lamentavelmente está na mídia nacional pelas questões negativas do Estado e não pelas questões positivas, por ser um Estado que contribui com a Nação brasileira positivamente em vários aspectos, na balança comercial inclusive, com quase 10% do saldo positivo, é um Estado que tem a maior bacia, o maior depósito mineral do mundo, e por aí podemos dizer. V. Ex^a disse que um dos projetos prioritários do

Governo é o biodiesel. Então, eu gostaria de fazer um apelo, logo de princípio, para que V. Ex^a faça junto ao Ministério do Meio Ambiente, que a Ministra Marina Silva considere o dendê como substituto da cobertura florestal, para que possam ser plantados dois milhões de hectares de palma no Estado do Pará, que tem área disponível e área já alterada e que não pode ser plantada num raio de 100 quilômetros de Belém, ou seja, não pode ser plantada na totalidade da área porque o Ministério do Meio Ambiente não considera a palma como substituto da cobertura florestal. Basta que isso seja considerado, para que o Pará seja e o Brasil se iguale à Malásia, que é a maior produtora de palma do mundo e tem 2,5 milhões de hectares plantados. Só o Estado do Pará tem dois milhões de hectares de terras prontas para serem plantadas, basta que o Ministério do Meio Ambiente considere a palma como substituto da cobertura florestal. E aí 100% das terras alteradas podem ser reflorestadas. Basta isso.

Faço esse apelo a V. Ex^a como brasileiro, já que é prioritário o biodiesel. Vamos, então, dar prioridade a esse caso.

Quero lhe dizer – e aí vou lhe fazer as perguntas – que no relatório a que me referi, por sugestão nossa, foram excluídas medidas gerais do Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula. Já fazendo a primeira pergunta, eu gostaria que V. Ex^a nos dissesse se essas medidas que não fazem parte do relatório, no seu entendimento, serão cumpridas até o final do Governo: assentamento de 400 mil famílias, em dois anos foram assentadas 117 mil. Só vou ler os tópicos principais, não todos. Regularização de posse de 500 mil famílias, em dois foram regularizadas apenas 8.000 posses; atendimento de crédito fundiário a 130 mil famílias e, em dois anos, foram atendidas 9.186 famílias; cadastramento georeferenciados de 2,2 milhões de imóveis rurais, em dois anos foram 2.000 hectares georeferenciados; identificação, demarcação e titulação de 743 comunidades Quilombolas, em dois anos foram atendidas nove comunidade; desocupação de cerca de 100 áreas indígenas de ocupantes que não são índios, em dois anos uma foi desocupada; universalização de direito à educação e cultura, em dois garantiu-se acesso à escolarização rural de 57 mil trabalhadores. Isso faz parte do plano.

Queria saber se, a seu juízo, isso será cumprido.

Também gostaria de saber do Ministro se esses dados que me foram transferidos estão incorretos. Acho que o Senador Delcídio do Amaral, do Estado do Mato, não deve constar nessa estatística, porque lá deve ser 100%. Oitenta e três por cento dos projetos não dispõem de luz, e em 80% não dispõem de estra-

da para escoar a produção, e o índice de evasão de assentamentos criados pelo Incra alcança patamares superiores a 35%.

Terceira pergunta. O Governo cortou R\$ 2 bilhões dos R\$ 3,7 bilhões aprovados pelo Congresso Nacional, o que representa uma redução de recursos de cerca de 54%, ou seja, em vez de aumentar os recursos para reforma agrária, ele está diminuindo a cada ano os recursos para um item que é prioritário, segundo as palavras do próprio Governo.

Acho que a reforma agrária só será resolvida, como V. Ex^a, ao final, respondendo ao Senador Jonas Pinheiro, ao dizer que a política agrária deveria vir junto com a política agrícola. Concordo com V. Ex^a, não pode vir dissociada. Assim como não pode se fazer uma reforma sindical dissociada de uma reforma trabalhista. O Governo está mandando o projeto de reforma sindical e não encaminha o de reforma trabalhista. Está cometendo o mesmo engano da reforma agrária sem a reforma agrícola.

No meu entendimento, no meu valor de juízo, tem que haver um pacto, já que falamos em pactos, dos três níveis de Governo: federal, estadual e municipal, para que possamos resolver essa questão do conflito agrário que existe lamentavelmente na Amazônia e, especialmente, no Pará, por ser um pólo de migração muito forte em função das riquezas que existem em nosso Estado, sejam oriundas da floresta ou mineral.

O Zoneamento Macroeconômico/Ecológico. O Governador Simão Jatene encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado o macrozoneamento. É preciso que seja aprovado lá e seja aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente, para que possamos, em função desse macrozoneamento, definir as áreas de preservação, quais são as áreas de extrativismo, as áreas de produção, e aí, sim, fazer essa definição de assentamentos, de produção de forma intensiva e empresarial. Estamos fazendo o caminho ao contrário, estamos fazendo o processo de definição de áreas de não ocupação quando não temos o zoneamento. Podemos estar cometendo o erro de áreas que podem ser e devam ser mexidas por riquezas que nós possamos até desconhecer. Penso que estamos cometendo uma inversão nesse caso.

Por último, para ser mais sucinto, quero referir-me à Portaria nº 10 do MDA. Essa portaria, lamentavelmente, trouxe um problema muito sério e o senhor tem conhecimento, no Estado do Pará. Ela gerou um conflito, uma expectativa e um conflito porque ela deu um prazo de 60 dias para fazer o georeferenciamento, prazo esse, dito pelo próprio Presidente do Incra, impossível de ser feito. Antes do final dos 60 dias, o que foi pior, o próprio Ibama e o superintendente ou um

agente do Incra foi a um jornal, dando uma declaração de que, ao final, o Incra iria desocupar – está no jornal isso – as áreas e retirar os ocupantes das terras que não tivessem sido regularizadas. Isso gerou fechamento de rodovias, em várias estradas, não somente em Novo Progresso, que, na verdade, foi o final.

Pela primeira vez que tive conhecimento, aos 59 anos de idade, o fechamento do rio Amazonas. Fecharam o rio Amazonas, na altura do canal de Óbidos, em função dessa Portaria nº 10. Foi preciso ter uma reunião, em início de fevereiro, antes da retomada da Legislatura, o Congresso ainda não estava com os trabalhos iniciados, uma reunião no Ministério do Meio Ambiente em que houve a participação do MDA, MMA, do Incra, do Ibama e que, por último, Novo Progresso queria atear fogo no Fórum, derramar um caminhão com cianureto na cidade. Foi preciso que o Presidente do Incra, com bom-senso, fizesse um documento comprometendo-se a enviar uma força-tarefa a Novo Progresso para poder conversar com a liderança do movimento para que desocupasse sem fazer o que eles estavam tentando. Mas as lideranças tinham perdido o controle do movimento.

Por último, Sr. Ministro, para terminar, eu gostaria que V. Ex^a fizesse um comentário sobre a matéria que saiu no **Correio Braziliense** de hoje, 30/03/05, “ONU critica reforma agrária do PT”.

O SR. PRESIDENTE (Sério Guerra. PSDB – PE)

– Vou solicitar mais uma vez aos companheiros Senadores a maior brevidade possível nas perguntas para que possamos encerrar essa reunião que já se arrasta às 13 horas e 22 minutos. Às 14 horas teremos sessão e almoçaremos não sei quando.

Desculpem por essa observação. O tema é complexo.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Sr.

Presidente, Srs. Senadores, procuro compreender a dificuldade do Senador Presidente e serei o mais objetivo possível. Eu não gostaria que, por conta da objetividade solicitada isso transparecesse alguma indelicadeza ou falta de consideração com as perguntas qualificadas. Disponho-me também, Sr. Senador, a convidar V. Ex^a para ir ao MDA, podemos aprofundar todos esses temas, esclarecer a qualquer momento. Desde já me disponho a receber V. Ex^a e poderemos continuar com esclarecimentos ou troca de opiniões, que, para mim, seria muito importante.

Queremos cumprir todas as nossas metas do PNRA.

Há uma divergência em relação a alguns temas que o senhor coloca em relação a quantitativos estabelecidos. No II Plano Nacional de Reforma Agrária, estabelecemos alguns quantitativos claros em relação

a acesso à terra e à regularização. Não temos quantitativos estabelecidos em relação à titulação de áreas quilombolas, nem de territórios indígenas, até porque essa é de responsabilidade da Funai. Então, em relação ao PNRA, não temos quantitativos estabelecidos no plano em relação a número de áreas quilombolas, até porque estamos construindo a legislação para esse processo, nem em relação a territórios indígenas.

Em relação aos outros números, estamos perseguindo todos eles.

Quando falamos especialmente na regularização de terras públicas, estamos falando de um trabalho muito articulado com os Governos Estaduais. Temos uma expectativa muito grande, para este ano, de que possamos - como estamos fazendo - avançar muito na titulação de posses pequenas, especialmente na Região Nordeste. Todos sabem que, a partir da República, todas as áreas do Império, à exceção de áreas militares e de zonas de fronteiras, foram para os Estados - foi o grande acordo político. Então, são os Estados que têm a capacidade de titulação das áreas de posse pequena. Elas são muito concentradas, especialmente no Nordeste. Temos grande capacidade de responder a esses números. Estamos conveniando com os Estados.

Há uma expectativa muito positiva. Portanto, estamos preservando esses números. Até o final deste semestre, vamos preservar ou não. Estou confiante - e quero lhe dizer que estou trabalhando muito. É muito importante esse grau de estabilidade para o posseiro. No Nordeste, os posseiros têm um hectare, dois hectares. A condição de titulação ou de regularização é o que assegura a tranquilidade de entrar em todos esses programas de financiamento bancário e de investimentos na propriedade. Estamos muito empenhados nisso.

Evidentemente, o conjunto das metas em áreas federais e em assentamentos está muito vinculado à nossa capacidade de liberação de recursos. Penso que o Incra, por meio do seu Presidente Rolf Hackbart e seus funcionários, tem feito um grande esforço. Conforme fiz referência, os números são crescentes. Temos condições operacionais de produzir essas metas.

Em relação às metas, é isso. Estamos trabalhando, perseguindo-as.

Em relação às metas do Pará, é isso a que eu fiz referência. Elas são uma prioridade. Temos hoje - digo isto com a responsabilidade de que disponho - muita atenção ao Estado de Rondônia, pois lá há também uma situação de muita tensão, por características históricas daquele Estado. É nossa idéia priorizar os recursos, conforme fiz referência, respondendo à pergunta do Senador Sérgio Guerra, para essas áreas de

maior conflito. Vamos trabalhar para garantir recursos e capacidade operacional.

Em relação à Portaria 10, também me preocupei quando fui informado dessas opiniões. Em nenhum momento, a Portaria 10 tratou de temas de regularização fundiária. A Portaria 10 é absolutamente clara, não somente em sua exposição de motivos, mas nos editais que solicitei que publicassem em toda a Região Norte, para evitar esse tema. Ela está tratando de qualificar o cadastro. Convenhamos que é muito importante que a sua Liderança e as Lideranças... Convenhamos que é absolutamente razoável que o Governo Federal solicite que uma cidadã ou um cidadão que ocupou uma área federal - não é expectativa de direito, Senador -, salvo previsão legal ou contratada, apresente-se ao órgão federal e diga onde está. É absolutamente razoável. Não é pouco razoável que o Estado, que a União, que o Governo Federal solicite a um ocupante de área federal que diga "Onde estou, quanto de área federal penso que posso apropriar-me." Isso a portaria faz. O que ela quer, o que queremos, é ter um conhecimento prévio do padrão de ocupação nas áreas federais para que tenhamos condições de responder a algumas perguntas. Todos nós iremos respondê-las, alguns com maior e outros com menor responsabilidade. A minha é maior. Qual a área federal é legítima - legal ou não nós veremos -, para que um cidadão brasileiro se aproprie? Achamos que é legítimo alguém chegar em uma área federal apropriar-se e ser intitulado? Com que regras? Com que critérios? O que entendemos como correto, justo, responsável, em uma política fundiária que tem um normativo já existente? É um debate no qual todos seremos convidados a opinar. Não posso, Srs. Senadores - e conto com a colaboração de V. Ex^{as}, bem como com a colaboração de todas as autoridades -, imaginar que alguém que se aproprie de 10 mil hectares de área federal não tenha condições de apresentar-se ao Incra com uma planta já georeferenciada! Não é razoável. Já há uma lei votada por este Senado, de 2001, que exige para toda transação imobiliária o georeferenciamento. Um cidadão que se apropria de terra pública sem nenhuma base legal não tem o dever - se há uma expectativa de legalidade em seu ato - de apresentar-se e anunciar ao Estado que tem tantos mil hectares da tal gleba e entende ter o direito de legitimar sua posse? Creio que é absolutamente razoável o que fizemos, sob pena de preservarmos uma situação de instabilidade e de conflito.

Qual é o problema? É o outro lado do tema. Os conflitos provocados por essa instabilidade fundiária, sem uma regulação clara estatal, seja estadual ou federal, quando são resolvidos entre entes privados resultam em crimes. Conhecemos as estatísticas dos

crimes no Estado do Pará. Esse conflito fundiário não deixa de ser resolvido de alguma forma. É estabilizado de alguma forma. Infelizmente, quando o Estado não consegue estabilizar alguém o estabiliza.

Vou acelerar. Queremos atualizar cadastro para construir uma política fundiária equilibrada, responsável, não só para o Pará, mas para todas as áreas federais de que dispomos, especialmente na Amazônia Legal. Creio que me perdi, Senador. Que V. Ex^a me corrija.

Por fim, o tema. Não conheço – não fui informado ainda, não recebi – o relatório do funcionário da ONU. Portanto, não tenho conhecimento do relatório. Recebi o consultor, trocamos um conjunto de informações. Confesso-lhe que li no jornal. Com a responsabilidade que possuo – V. Ex^a há de concordar – não quero posicionar-me frente a um documento que não sei se é chancelado pela ONU, se é um parecer prévio, se é a opinião de um funcionário. Não tenho essa informação e não posso posicionar-me previamente. Inclusive, não compreendi corretamente se o relatório trata de uma variação da qualidade das moradias dos assentamentos ou do processo de reforma agrária. Vou abster-me, com a sua licença, porque desconheço a natureza dessa informação. Desconheço o próprio conteúdo, afora a citação do jornal, do documento do funcionário da ONU. Portanto, não tenho conhecimento do relatório. Recebi o consultor, trocamos um conjunto de informações. Confesso-lhe que li no jornal. Com a responsabilidade que possuo – V. Ex^a há de concordar – não quero posicionar-me frente a um documento que não sei se é chancelado pela ONU, se é um parecer prévio, se é a opinião de um funcionário. Não tenho essa informação e não posso posicionar-me previamente. Inclusive, não compreendi corretamente se o relatório trata de uma variação da qualidade das moradias dos assentamentos ou do processo de reforma agrária. Vou abster-me, com a sua licença, porque desconheço a natureza da informação. Desconheço o próprio conteúdo, afora a citação do jornal, do documento da ONU. Não sei se avalia a reforma agrária, a qualidade das moradias. Infelizmente, não tenho acesso e não gosto de posicionar-me a partir de trechos, de citações, por parte de matéria da imprensa sobre documentos oficiais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação. O Ministro deve ter essa informação. Vinte e oito por cento das terras do Estado do Pará estão em poder do próprio Governo. O restante é formado por terras federais, por áreas indígenas e reservas.

O SR. PRERESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Caro Ministro Miguel Rosseto, é com muita alegria que vejo V. Ex^a nesta Comissão.

Nada mais oportuno para o Congresso brasileiro do que a reparação de um vazio que havia no Senado Federal com a criação desta Comissão, tão bem presidida pelo Senador Sérgio Guerra. Creio que se inicia, aqui, a oportunidade de um novo fórum de discussão de um tema, de um assunto, que é sempre recorrente. Estamos sempre motivando o debate para, acima de tudo, buscar soluções.

Quero ser breve. A minha primeira pergunta a V. Ex^a, Sr. Ministro, é sobre um assunto ao qual me refiro com muita satisfação. A Nação, há dois anos, no calor, na emoção de uma campanha eleitoral, talvez não se tenha dado conta da Carta aos Brasileiros que o então candidato Luis Inácio Lula da Silva soltou. Salvo engano, foi no final do mês de julho. Sua Excelência garantiu que cumpriria os contratos. Era um documento para acalmar a curiosidade e a insegurança externas. Vem sendo cumprida de maneira satisfatória. O avalista de tudo é o Ministro Palocci. Ficamos satisfeitos quando vemos o Ministro Palocci anunciar, dentro da coerência conhecida por V. Ex^{as}, não um rompimento, uma quebra de contrato com o FMI, mas uma mudança de modalidade, de conveniência. Abriram mão do cheque-ouro, que era um colchão de proteção, no momento em que entenderam ser conveniente. Mérito para o Governo.

Pergunto a V. Ex^a. O ano passado, pela primeira vez – foi um avanço e o saúdo -, foi feito um acordo entre o FMI e o Governo brasileiro com relação à aplicação de recursos do Orçamento. Se fôssemos de uma oposição radical iríamos dizer que era uma intromissão daquele FMI que V. Ex^{as} satanizaram em um passado não tão distante. Na realidade, entendemos ser uma atitude de bom-senso. Era avançar um pouco no tempo perdido. O Governo, de maneira equilibrada, resolveu parcelar o acordo de 9 bilhões. Coube-lhe a quantia de R\$ 2,800 bilhões como primeira parcela. As prioridades começaram a ser escolhidas. Minha pergunta a V. Ex^a é: em seu Ministério, quais foram as prioridades que couberam dentro desses R\$2,800 bilhões? O que o Ministério, na discussão com o Ministério do Planejamento e os técnicos do FMI para priorizar: assentamento, estradas de produção, qual foi a participação nesse bolo dos R\$2,800 bilhões? É muito importante que a gente saiba qual foi exatamente a valorização que o atual Governo deu a essa questão, é fundamental.

Segunda pergunta, aí eu vou falar um pouco do meu Estado, o Estado do Piauí.

Na gestão de V. Ex^a quanto foi liberado para o Governo Estadual através do INTERPI para proceder desapropriações? Quantas desapropriações foram feitas? Quantos assentamentos nós temos hoje dentro desse processo e quantas invasões, daquelas invasões tradicionais com a bandeirinha do MST, o Ministério tem nos seus registros.

Eu estou muito preocupado Ministro Rossetto com o destino do Piauí no que diz respeito à área agrícola. Nós somos a última fronteira e de uns quinze ou vinte anos para cá, o Piauí foi enriquecido com a ocupação agradável e proveitosa de conterrâneos de V. Ex^a, de gaúchos, que saíram dos seus minifúndios do Rio Grande do Sul, e também paranaenses, que adquiriram não latifúndios, mas áreas bem maiores – o Senador Arns já fechou o rosto para mim – mas eu digo, riograndenses e paranaense ocuparam o Piauí de maneira fantástica, não só introduzindo uma nova tecnologia agrícola, que é fantástica, e V. Ex^a já teve inclusive na Região, como também colaborando até para a interação das raças.

Hoje nós já temos resultados concretos. Mas, Sr. Ministro, nós começamos a ter uma dificuldade de dois anos para cá, quando V. Ex^a nomeou o representante do Incra, do Padre Ladislau. Esse é coerente, pois continua pregando o que pregava há dez anos. E segundo a imprensa, não sou eu que estou dizendo, como Presidente do Incra é quem invade as terras. E chegou ao requinte de entrar em conflito com a Dr^a Niede Guidon, que é responsável pelo projeto de preservação da Serra Capivara, onde o Governo investe milhões.

Um aeroporto internacional está sendo construído exatamente para dar suporte aos turistas do mundo que querem conhecer ali onde alguns acham que seja exatamente o início da civilização do homem americano.

Qual é a posição? Que providência se tomou? Porque um conflito de autoridade, nós não temos nenhuma dúvida que está havendo ali. Mas essa coisa, Sr. Ministro está se alastrando de uma maneira, e aí me preocupa. Somos unidos ao Maranhão pelo rio Parnaíba, e essa área do plantio de grãos ela está se dirigindo no sentido da região Uruçuí, que V. Ex^a conhece, no sentido norte, passando por Teresina indo par o litoral. A ação e o mito do Padre Ladeslau está fazendo com que embora as terras do nosso lado sejam melhores, eles estão indo se abrigar no Maranhão.

Deve V. Ex^a estar cheio de denúncias dessa natureza, sabe que isso foi uma decisão política errada, mas o Estado não pode pagar esse preço. Nós estamos Ministro, e aí não é questão partidária, nós estamos pagando um preço muito alto por essa questão.

Recentemente, Senador, eu recebi em meu gabinete um grupo de paranaense, e essa é outra questão, Sr. Ministro, que quero chamar a atenção de V. Ex^a dentro dessas apropriações com os recursos federais. V. Ex^a, agora há pouco, falou neste assunto. É questão da legalidade dessas terras. Esse grupo do Paraná foi à Teresina e, pela primeira vez, eu vi de maneira concreta a famosa figura do primeiro, segundo e terceiro andar nas nossas terras. Nessa questão até então nós éramos tranquilos. Fui procurado e disse: Não trabalho com terra, eu só trabalho com o que dá voto e terra tira. Mas aconselhei que procurassem um advogado, inclusive um advogado militante do PT. Qual foi a decepção dos empresários? A terra estava toda comprometida, toda bichada. Gostaria que V. Ex^a tivesse um pouco de cuidado e colocasse alguém da sua equipe para examinar essas questões.

Recebi aqui, e gostaria de passar às suas mãos, um requerimento feito por um Deputado da Assembléia Legislativa do Estado, Senador Sérgio Guerra, que pede informações sobre uma solenidade de concessão de 56 títulos de real direito de uso e as famílias estão aqui relacionadas. No próprio ofício, o Diretor Fundiário do Instituto de Terras diz que algumas distribuições foram feitas entre os locais, outras entre cooperativas que vieram de fora e outras ainda para regularizar cooperativas particulares, o que não é o objetivo da desapropriação.

Como vejo muito, na imprensa do Piauí, dizer que o Ministério de V. Ex^a está mandando milhões para desapropriações e para esse programa de reforma agrária, gostaria de saber, exatamente, o que há de concreto? E gostaria que V. Ex^a mandasse, com a seriedade e os bons propósitos que o Brasil todo sabe de que V. Ex^a é imbuído, que mandasse examinar isso com muito cuidado, porque essa é uma questão com a qual nem eu, nem V. Ex^a, ninguém gostaria de conviver.

Portanto, faço esses três questionamentos esperando que V. Ex^a, à medida do possível, os esclareça.

Muito obrigado.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Devido ao adiantado da hora, eu sugeriria a V. Ex^a que ouvisse os dois últimos oradores para que o Ministro possa responder. Penso que seria mais ágil essa forma.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Se o Senador Heráclito concordar?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu queria pedir apenas a minha amiga, porque tenho um

compromisso agora, vou receber o Diretor da ANP, até a pedido do Governo, e gostaria de sair daqui com essa resposta.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Aceito o apelo, mas sinto porque tenho que sair também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas V. Exª vai fazer esse sacrifício por Goiás, tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Sr. Ministro, V. Exª tem a palavra para responder.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Senador Heráclito, eu também quero renovar a nossa disposição de receber V. Exª e de continuar esse diálogo.

Sobre o primeiro tema, nenhum programa, basicamente, porque um dos grandes instrumentos de investimento de que dispomos são os títulos da dívida agrária, que são títulos de médio e longo prazo, cuja amortização todos os senhores conhecem.

Não participamos com nenhum programa da nossa agenda de trabalho neste primeiro acordo em relação à, se eu entendi, retirada de um padrão de investimentos do cálculo do superávit fiscal. Essa é a sua pergunta. Então, nenhum.

Em relação aos temas do Piauí, infelizmente, Sr. Senador, não tenho comigo neste momento as informações, mas quero dizer que encaminho imediatamente, está ali o meu assessor, ao mesmo tempo que me disponho, tão logo tenhamos as informações, a repassá-las não apenas formalmente, mas que possamos nos encontrar e nos informarmos sobre todos esses temas.

É verdade que temos procurado investir muito no Piauí, em todos os nossos programas, como o Pronaf-Infraestrutura, Pronaf-Crédito, assistência técnica. Há um reconhecimento por parte do Governo Federal e do Ministério da situação extremamente delicada que é o número de famílias empobrecidas no meio rural. Então, estamos, sim, trabalhando muito dentro de uma prioridade do Ministério, como fazemos com alguns outros Estados, para ampliarmos os investimentos, não só na reforma agrária, mas em todos os investimentos que possam colaborar com uma estratégia do povo do Piauí, do Governo, enfim, das Prefeituras para retirar ou colaborar para a superação dessa situação de muita dificuldade. Vou passar todas as informações a V. Exª. Infelizmente não disponho delas neste momento.

Sr. Presidente, pelo significado, pela dimensão que este debate tomou, vou passar à Comissão, se V. Exª me permite, todo o nosso posicionamento sobre o tema Serra da Capivara, que penso, seguramente não da sua parte, que conhece o tema, mas tenho acompanhado, temos trabalhado, e penso que estamos construindo uma boa equação, que preserva esse

grande patrimônio da humanidade que temos lá com uma correta utilização, racional e responsável, de parte daquele território para assegurar renda às pessoas. Vou enviar-lhes, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Sr. Senador, um relatório de trabalho sobre o tema Serra da Capivara. E todo o esforço nosso, evidentemente, é para superarmos uma eventual contradição entre seja a preservação cultural, seja a preservação ambiental, seja a preservação histórica com uma estratégia de desenvolvimento para o nosso povo. Portanto, esses temas, que são delicados, procuramos equacionar positivamente. Vou encaminhar a V. Exªs o relatório do trabalho que estamos fazendo, e as últimas informações que tenho, Senador, são muito positivas – tomara que o sejam.

Por fim, em relação ao tema Padre Ladislau e ao tema referente à paz no campo, que é o nosso objetivo, primeiro quero informar que é verdade que o Estado do Piauí é um dos Estados que dispõe do maior volume proporcional de terras sob domínio do Governo do Estado – do Estado do Piauí. O Piauí dispõe de um conjunto muito importante de áreas devolutas, são áreas do Estado do Piauí, e temos colaborado, no limite, superando nossos limites, de tal forma a apoiar as ações do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e do Governo do Estado do Piauí para uma regularização, retomada, conhecimento e regularização das áreas estaduais do Estado do Piauí, que são muito superiores às áreas federais, que são absolutamente ínfimas e pequenas no Estado do Piauí.

Então, estamos colaborando com o Instituto de Terras e com o Governo do Estado para que o Instituto de Terras – com grandes problemas – possa cumprir a sua tarefa. É isso que estamos fazendo, porque é, evidentemente, um patrimônio do povo do Piauí, do Estado muito importante, e que ele venha a disponibilizar essas áreas a partir da sua estratégia de desenvolvimento. Temos – V. Exª me permita, Senador – acompanhado, apoiado esse sempre positivo caldeamento – se V. Exª me permite – de etnias, de culturas que conformam nossa grande Nação brasileira.

Eu, quando Vice-Governador, recebi vários proprietários, Prefeitos do Piauí, que buscavam um pouco a experiência do Estado do Rio Grande do Sul, seguramente Santa Catarina e Paraná. Sei que essa é sua preocupação e me parece isso importante, mas quero dizer que também a nossa estratégia deve responder ao direito dos agricultores e produtores do Estado do Piauí, que têm capacidade de produção nos lavrados, nos cerrados, e pensar uma estratégia que ao mesmo tempo incorpore um conhecimento, uma tecnologia, e possam compartilhar.

Por que lhe digo isso? Porque tenho um profundo respeito pelo Padre Ladislau. Desconheço – e quero lhe dizer com todo respeito – essa idéia que V. Ex^a traz, com a sua responsabilidade, de que o Padre Ladislau estaria criando uma situação de inibir – eu diria assim – investimentos e atividades no Estado do Piauí. Vou checar isso, Sr. Senador, porque o nosso objetivo, os nossos investimentos são para criar paz, e tenho dificuldade, com todo respeito, de compreender o nosso Superintendente, Padre Ladislau, com essa roupagem – se V. Ex^a me permite – que V. Ex^a nos traz aqui neste momento. Todo servidor público com cargo de responsabilidade, todo gestor público tem uma responsabilidade clara e uma missão clara, tem normas, regras que devem orientar a sua conduta, especialmente em áreas como a nossa, que são áreas delicadas. Tenho um profundo apreço pelo Padre Ladislau, pelo trabalho da nossa equipe do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), nunca é um trabalho fácil. Mas quero lhe dizer que vou, a partir das suas informações, buscar me atualizar em relação a informações de eventuais problemas de conduta.

Por fim, quero passar a V. Ex^a todas as informações e gostaria muito que pudéssemos nos encontrar rapidamente, em outro momento, para apresentarmos todo o trabalho do Ministério no Piauí, além do tema da reforma agrária, acolhendo, com muito respeito, todas as opiniões de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a e gostaria de fazer um registro. É o quinto Ministro a quem faço a mesma pergunta e quero que fique registrado nos Anais da Comissão sobre a prioridade que o Ministério do Planejamento deu ao acordo FMI. Agricultura não foi, turismo não foi, assim como reforma agrária.

Gostaria de saber com quem o Planejamento se sentou para escolher a prioridade de destinar R\$ 2,9 bilhões do Planejamento e a quem beneficiou? Se perguntar ao Governador do Estado de V. Ex^a se foi o Plano Viário do Estado, não foi, assim como não foi no Estado do Paraná e temos que encontrar uma solução.

Quero saber a quem o Ministério do Planejamento e em que circunstância e por que beneficiou? Afinal de contas são R\$ 2,1 bilhões destinados às rodovias. A famosa 101 poderia ser a solução, porque a Nação brasileira toda sabe que é prioridade, mas destinaram para lá pequenas faixas de tapa buraco, que eles colocam como reconstrução.

Agora, vou facilitar o trabalho de V. Ex^a com relação ao Padre Ladislau. Vou entregar para a sua assessoria toda a informação de imprensa sobre esses conflitos e essas questões, mas faço apenas uma res-

salva que não sou contra o Padre Ladislau. Ele continua contra o FMI, combatendo a Alca. Lembro-me que na época da campanha ele me aciou numa igreja combatendo a Alca. Quem mudou foi o PT que hoje defende a Alca. O Ministro José Dirceu foi aos Estados Unidos conversar sobre a Alca. V. Ex^a pode ser dissidente, mas não é majoritário e sim minoritário e tem que se calar diante da decisão da maioria. De forma que, o Padre Ladislau continua o mesmo. O Brasil é que mudou e nós é que mudamos.

De forma que, pessoalmente, não tenho nada contra o Padre Ladislau, até porque não tenho um palmo de terra. Faço apenas o registro porque é preocupante. Se há alguém incoerente no Piauí é o Padre Ladislau. Quero dizer que desde que eu era menino ele prega a mesma coisa, não mudou em nada e está de parabéns. Agora, que está criando problemas para a administração do Governador do Estado, para o Ministério de V. Ex^a está, mas a culpa não é dele.

Faço esse registro e agradeço a oportunidade de debater com V. Ex^a e volto a dizer, como disse para a Senadora Ana Júlia, V. Ex^a, como Ministro do Governo, é a pessoa em que temos segurança e confiança de dialogar, porque sabe que a resposta de V. Ex^a, positiva ou não, é sincera e dentro daquilo que V. Ex^a se propõe.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra o Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco PT – AC) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Ministro, parabenizando-o pelo desafio de enfrentar uma das Pastas mais difíceis do governo, em qualquer esfera de governo. Trata-se do problema fundiário brasileiro, tão antigo quanto a chegada dos portugueses aqui.

Gostaria de dizer que sobre este assunto, nós estamos com algumas Comissões trabalhando, encarregadas de apresentar relatórios, sugestões e coisas parecidas. O papel principal da nossa Comissão é tratar sobre as medidas de construção dessa paz e dessa alegria que todos nós desejamos para o campo. Diante disso, ouvi apresentação do trabalho do Ministério dirigido por V. Ex^a e vou reproduzir algumas perguntas que são feitas por onde ando que considero muito importantes.

A primeira delas é sobre a matriz que está sendo trabalhada de zoneamentos, feita pelos Governos Estaduais. A primeira crise que é colocada é se dentro deste zoneamento há uma certa continuidade, primeiro, dos corredores biológicos e principalmente das bacias hidrográficas. Então, se o Estado A faz um zoneamento e o Estado B faz outro e se há algum tipo de conexão neste zoneamento.

A segunda é sobre a assistência técnica. Primeiramente, quero parabenizar a Embrapa. É uma empresa de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, e que fico admirado de ter visto a soja ser tirada do Rio Grande do Sul, ter subido o País inteiro, e hoje está colocada em terrenos considerados inapropriados até há pouco tempo, como é o caso do Piauí, do Maranhão, está no Pará, em quase todos os lugares. Como também a produção de uva, pasmem, no norte da Bahia. Quero dizer que isso é uma conquista. Se é importante o papel da Embrapa, e considero que é, não é hora de se pensar em uma estrutura nacional para assistência técnica, como uma empresa voltada agora, especializada, para esse assunto? Há inclusive uma crítica feita por V. Ex^a, e eu entendi como crítica, que os Governos Estaduais não têm condições de dirigirem sozinhos uma demanda dessa natureza.

Outra pergunta é sobre a gestão do território. No âmbito do Ministério da Defesa, temos a faixa de fronteiras, com três leis distintas sobre a administração dessa área. A segunda é no Ministério da Justiça com a Funai, que também trabalha sobre a gestão de territórios. Depois, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, que o Ibama também acaba tratando de alguma forma sobre isso. E no âmbito do Ministério de V. Ex^a, o Incra. Então, como se pode pensar em alguma sugestão? Como se pensa a coordenação para dar inclusive maior celeridade a aplicação dessas políticas?

Sobre o biodiesel, tenho visto uma preocupação do Governo, principalmente, de V. Ex^a, que as oleaginosas sejam de preferência sejam cultivadas pelas pessoas da reforma agrária. De preferência, não quer dizer que sejam unicamente por elas.

A pergunta que faço é sobre o álcool, matéria-prima imprescindível também para a questão do biodiesel. Se é possível dar a legislação que está sendo dada do biodiesel? Estou pensando em apresentar inclusive uma emenda dentro da medida provisória atual para que o álcool também tenha benefícios fiscais e tributários iguais à oleaginosa que estamos trabalhando.

Por último, sobre o título de concessão de uso. Apresentei nesta Casa, e queria uma resposta pessoal de V. Ex^a. Apresentei um projeto que modificaria a Constituição no que diz respeito a manter apenas o título de concessão de uso nas áreas de reforma agrária. E digo porquê. Qual o meu convencimento? Por onde andei, nos Estados que já morei, o problema da terra acabou tendo novamente uma concentração. Essa pergunta faço em quase todo tipo de ocupação em que andava. Muitas pessoas já tinham passado por diversos outros assentamentos de reforma agrária e se reproduzindo na indústria da invasão, termo que chamamos na época. Quero considerar que, tan-

to quanto acho pecaminoso a grilagem, acho também pecaminoso o rodízio de pessoas que usam inclusive daqueles que precisam da área de assentamento para fazer negócio com a terra. Então, neste ponto, apresentei esse projeto de lei, permitindo que a terra seja de concessão apenas para que facilite que a instituição, o Incra no caso, possa retomar esses lotes. Veja o caso do Acre. Identificados mais de mil lotes em cinco assentamentos que foram reconcentrados e que poderiam voltar para novas famílias. Nossa meta lá foi de aproximadamente três mil, a meta passou um pouco, mas podíamos ter chegado quase o dobro só em lotes já da própria reforma agrária. Quanto a esse aspecto, peço a V. Ex^a uma opinião.

Por último, Sr. Ministro, apresentei um requerimento no sentido de que esta Comissão pudesse ter uma Subcomissão voltada para a produção familiar. Por que isso? Porque tenho rodado pelo Brasil e tenho visto muito sucesso na área de reforma agrária, muito sucesso. Acho que os números que V. Ex^a traz aqui, estou conferindo na prática por onde tenho andado. Vi sucesso em vários Estados, como Alagoas, Pará. Soube por outras pessoas que vieram do Rio Grande do Sul. Esta área de reforma agrária possibilitando emprego, geração de renda. Até peço ao Presidente se poderíamos apreciar esse requerimento, e criaria esta Subcomissão, para que pudéssemos acompanhar o sucesso da reforma agrária no Brasil.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Peço ao Senador Sibá que, na nossa próxima reunião, discutiremos e votaremos todos os requerimentos. Tivemos duas audiências públicas, com a presença de ministros de Estados, nas quais era impossível, como está provado até pelo horário, tratar dessa questão. Elogio a sua precisão e as suas perguntas, Senador. O Senador Sibá é uma pessoa que sempre me surpreende, de forma eficiente e sincera nos seus pronunciamentos.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns, que vai encerrar esta reunião, depois da resposta do Ministro Rossetto. Pessoalmente, estou bem impressionado com o que vi. Eu tinha já um conhecimento do Ministro, enquanto Deputado Federal. Fomos Deputados no mesmo período. S. Ex^a é uma pessoa que afirma as suas convicções. Há um evidente esforço de trabalho, e temos de contribuir com ele. Estamos diante de uma cena conflorada de difícil esclarecimento. São muitas versões, muitos fatos, muitas interpretações. Mas, na minha opinião, V. Ex^a foi muito eficiente na sua exposição de hoje. V. Ex^a passou sinceridade, convicção e convencimento. Saiba V. Ex^a que a Comissão de Agricultura tem toda a disposição de contribuir na área

da agricultura quanto na área de responsabilidade do Sr. Ministro, porque essa é a nossa responsabilidade aqui, de maneira especial, no Senado. O nosso interesse não é tanto a polêmica. É mais a discussão e a contribuição.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns, que ouvirá as últimas palavras do Sr. Ministro Rossetto, e encerrará esta reunião, como Presidente desta Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero também, Sr. Ministro, destacar a qualidade do nosso encontro de hoje, em organização, convencimento e trabalho realizado, o que realmente para o Brasil é fundamental. Quando tivemos a audiência com o Ministro Roberto Rodrigues e, hoje, com V. Ex^a, foi destacado de maneira enfática a importância da agricultura para o desenvolvimento do Brasil, para os aspectos sociais, como geração de emprego e renda, e realmente, hoje, se mostrou de maneira clara a importância da agricultura familiar nesse processo todo.

Então, é esse conjunto que deve ser muito enfatizado, particularmente na questão da agricultura familiar, muitas pessoas no Brasil, no decorrer dos anos, sempre falaram da necessidade de se enfatizar a reforma agrária, mas também a necessidade de se enfatizar a pessoa, o produtor, que já está lá no campo, na agricultura familiar propriamente dita. Quando V. Ex^a fala do Pronaf, da infra-estrutura, do Pronaf-Investimento, do Pronaf de Custeio e de todas as modalidades e caminhos sendo seguidos, isso vai ao encontro da grande expectativa da sociedade. Quer dizer, existem recursos, existe valorização, existe um trabalho intersetorial, com minas e energia, com habitação, com educação, com crédito. Realmente, caso olhemos no Paraná, tínhamos quatrocentas mil propriedades familiares; e hoje temos trezentas mil. Cem mil se perderam no decorrer dos anos. Esperamos realmente manter essas trezentas mil, e como V. Ex^a mencionou recuperar, inclusive, um grande número no Paraná, que é muito importante, inclusive para não haver toda a tensão urbana. Ou seja, para as pessoas terem uma qualidade de vida, porque, quando perdemos essas propriedades da agricultura familiar, as pessoas estão vendendo com a esperança de ter uma vida melhor, mais digna, com mais oportunidades em centros urbanos, o que, na verdade, não acontece. Então, parabênizo V. Ex^a.

Registro que fomos colegas na Câmara dos Deputados. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária estão juntas nessa caminhada, porque sabemos da importância do trabalho de que o Brasil realmente necessita nesta área, não só em termos de balança comercial, da âncora da agricultura, mas também em termos de emprego, de renda, de trabalho, de valori-

zação, e que a Comissão de Agricultura está à disposição de V. Ex^a.

Passo a palavra a V. Ex^a, para responder às indagações do Senador Sibá Machado, para que, na sequência, também, possamos encerrar essa bela audiência pública.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Pois não. Muito obrigado Senador Flávio Arns. Agradeço também as palavras de estímulo e de apoio do Presidente Senador Sérgio Guerra. Eu tentarei, rapidamente, Senador Sibá Machado e companheiro, falar um pouco e também me colocar à disposição para que possamos continuar essa agenda que nós abrimos.

O tema do zoneamento é muito importante. Alguns Estados estão produzindo e a responsabilidade institucional de acompanhar esse programa de zoneamento é do Ministério do Meio Ambiente. Eu não tenho, por força disso, acompanhado essas discussões, mas me parece que o que justifica a necessária presença de órgão federal no deferimento, no apoio dos programas estaduais, é exatamente a inter-relação que existe, territorial e ecológica, entre os Estados. Mas eu confesso, Senador, que não tenho acompanhado, por conta desse tema.

Acho que deve ser um esforço muito importante dos Estados construir os seus projetos, para que possam orientar as atividades produtivas e as não-produtivas. No País, há um debate importante, especialmente no Pará, neste momento, sobre um Projeto de Zoneamento Ecológico e Econômico que está em apreciação na Assembléia Legislativa Estadual. E penso que é uma referência importante o acompanhamento desse debate, a exemplo de Rondônia e do Acre. Como referência, parece-me importante como esses processos vêm sendo construídos e como a União, o Governo Federal se inter-relaciona neles.

O tema da assistência técnica eu acho muito importante, Senador. Somente para registrar aqui, Senador, para preservar na nossa memória, na década de 80 a Embrater dispunha de um orçamento – a Embrater era a empresa responsável pela assistência técnica – correspondente ao orçamento da Embrapa. Se nós transpusessemos isso para os dias de hoje, o orçamento total da Embrapa deve estar na ordem de R\$1 bilhão, eu imagino. Preservando aquela condição histórica, nós teríamos, em assistência técnica, um volume muito importante para irrigar, enfim, de produção, de extensão, de qualificação.

Nós não temos, Senador Sibá Machado, neste momento, uma opinião consolidada sobre a necessidade de se constituir uma outra empresa ou instituição estatal federal para a coordenação do sistema nacional de assistência técnica. Nós optamos, até então, pela

constituição de uma rede de instituições: as instituições estaduais, as Emater, as universidades e as Organizações Não-Governamentais, ou seja um conjunto de instituições que produzem assistência técnica e realizam isso buscando novamente articular com toda a área da pesquisa: Embrapa, universidades e fundações estaduais. Essa é a nossa posição neste momento.

Há um debate, sim, importante, nessa rede do sistema nacional de assistência técnica, sobre a necessidade de ter um fortalecimento institucional. Vários companheiros e companheiras defendem a idéia de uma empresa ou de um instituto, ou seja, da necessidade de uma força, uma musculatura institucional maior no tema da assistência técnica.

Eu acho que é muito importante essa colaboração de V. Ex^a e queria convidá-lo, desde já, para a primeira reunião que nós tivermos da rede de assistência técnica nacional. Seria muito importante que V. Ex^a pudesse participar e acompanhar, enfim, estimular esse debate com esses companheiros.

O tema Titulação e Concessão nós temos debatido ao longo dos últimos anos. Eu, pessoalmente, acho, sim, que o modelo de concessão, de direito real de uso por meio de concessão, é importante e estratégico. Há algo interessante se eu posso colaborar e contribuir com essa reflexão que o Senador vem fazendo: a lei inaugura isso. A lei, no período recente brasileiro, foi do Governo de São Paulo, do Governador Franco Montoro, na qual S. Ex^a estabelece – na legislação estadual – que as terras públicas estaduais são destinadas a programas de reforma agrária unicamente sob regime de concessão. Nesta lei do Governo do Estado de São Paulo, do Governador Franco Montoro, S. Ex^a restringe o uso da terra pública única e exclusivamente ao regime de concessão. É uma experiência importante, inclusive, para colaborar com o debate que o Senador traz. Estamos trabalhando fortemente com esse conceito, especialmente por conta não só da concentração, mas também da correta utilização do território.

Não é razoável que um cidadão ou uma cidadã brasileira receba uma parcela do território brasileiro e descumpra as obrigações trabalhistas ou sociais e as legislações ambientais.

Então, por muitas vezes, um regime de concessão contratado, com cláusulas claras, é um elemento estimulador da preservação da legalidade. Não só na questão fundiária evita a concentração, mas, por exemplo, há experiências em Estados de cláusulas resolutivas. Ocorrendo descumprimento da legislação ambiental, a concessão é imediatamente anulada. Isso cria um ambiente forte de maior controle da regra, diria assim, pública.

Penso que seja importante o tema da MP Biodiesel/Álcool. A única observação, se o Senador me permite, é que sou de um tempo antigo. Portanto, não domino muito as regras das MPs. Porém, não sei se, na medida em que essa MP for aprovada na Câmara, em introduzindo novos dispositivos na medida provisória, ela deverá voltar àquela Casa, porque há sempre uma tensão muito grande para uma Casa ou outra. Seja quando ela inicia a tramitação pelo Senado, e a tensão na Câmara em relação a essas alterações. Temos muita urgência na aprovação dessa Medida Provisória, porque ela define, normatiza o Programa Biodiesel. Penso que o tema álcool é importante. Há a experiência do Proálcool, que foi descaracterizada.

Bem, quero fazer a referência de que, para nós, é muito importante a aprovação desta medida provisória, por conta dos prazos que temos. Na verdade, o nosso prazo é o calendário agrícola. Nós temos que definir as regras, de tal forma que possamos trabalhar, até o final deste ano, com muita velocidade, e assegurar que a safra de mamona, no final deste ano e início do ano que vem, especialmente no Nordeste, possa ter um ritmo muito forte. Queria muito, depois, debater com o Senador Sibá Machado. Acho importante, mas só faço referência a esse tema de prazos.

Por fim, gostaria de registrar também a qualidade da pergunta em relação aos diversos órgãos e instituições que se manifestam sobre o tema da zona de fronteira, área de segurança. Confesso a V. Ex^{as} que também solicitei à minha assessoria que fizesse uma construção, de tal forma que pudéssemos, primeiro, ter a maior clareza possível sobre responsabilidades das áreas de fronteira, os 150km.

A Constituição tem regras, mas, na minha opinião, não há uma compreensão clara das diversas responsabilidades. Não tenho uma opinião ainda consolidada, Senador Sibá Machado, por conta do estudo, mas gostaria muito de conversar com V. Ex^a, para que possamos ter uma política mais clara em relação a isso.

Agradeço muito a V. Ex^{as}, Senadores Sérgio Guerra e Flávio Arns, por esta oportunidade, colocando-me inteiramente à disposição, para que possamos responder àquilo, que é uma grande expectativa da sociedade brasileira. O Brasil tem essa grande oportunidade, esse imenso território rural, de respeitar os milhões e milhões que vêm trabalhando, produzindo, preservando em todos os biomas, constituindo um aprendizado cultural. No nosso País, não temos só campo, mas também floresta, semi-árido, cerrado. Campo é uma incorporação da nossa linguagem. Normalmente, há uma associação de mundo rural com campo.

O nosso País é muito maior do que isso e tem outras experiências. Penso que, em ambientes como

esse, que V. Ex^{as} estão construindo, responderemos aos interesses do nosso povo.

Muito obrigado. Colocamo-nos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns.Bloco/Pt – PR) – Agradecemos, mais uma vez, a presença de V. Ex^a nesta Comissão. Foi, como já mencionei, uma audiência de muita qualidade e muita abertura importante em termos da busca conjunta de alternativas para o nosso País. Tenho certeza de que essa foi a primeira vinda de uma série de encontros que teremos, na sequência.

Agradeço, também, a presença das Sr^{as} e Srs. Senadores e das entidades representativas que têm uma ligação forte com toda a questão da agricultura, da pecuária, do abastecimento, da pesca, da floresta, de todas essas áreas importantes para o país.

Então, nesse momento, com muito prazer, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 17 minutos.)

Ata da Quinta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 6 de abril de 2005, quarta-feira às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia seis de abril de dois mil e cinco, na Sala 07, da Ala Sen. Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, Vice-Presidência do Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, LEONEL PAVAN, SIBÁ MACHADO, GÉRSO CAMATA, SERYS SLHESARENKO, SÉRGIO ZAMBIASI, PAULO PAIM, FLEXA RIBEIRO, JONAS PINHEIRO, PEDRO SIMON, OSMAR DIAS, RODOLPHO TOURINHO, DELCÍDIO AMARAL, MARCELO CRIVELLA e ARTHUR VIRGÍLIO**, e ainda o Deputado Federal **EDUARDO SCIARRA**. O Senhor Presidente, Senador **Sérgio Guerra**, propõe a dispensa da leitura da Ata anterior, que é aprovada. O Senador Osmar Dias sugere pauta também para eventos nos Estados. O Senhor Presidente, Senador **Sérgio Guerra**, após alguns informes, coloca em votação os Requerimentos N^{os} 3, 4 e 5 que tratam da criação de Subcomissões, sendo os Requerimentos N^{os} 3 e 5 de autoria do Senador Sibá Machado e o Requerimento N^o 4 de autoria do Senador Aelton Freitas. Após discussão, é aprovada o adiamento dos três Requerimentos. O Senhor Presidente **Sérgio Guerra** coloca em votação o **Requerimento N^o 6**, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi solicitando uma Audiência Pública, tendo como convidados: o Secretário

da Receita Federal, Dr. Jorge Antônio Deher Rachid; o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Roberto Rodrigues e os Representantes do Setor Vinícola: Sr. Carlos Raimundo Piovani e Sr. Hermes Zaneti. Encaminham os Senadores Pedro Simon e Paulo Paim e, a seguir, após o encaminhamento dos Senadores Pedro Simon e Paulo Paim, **o Requerimento é aprovado**. O Presidente coloca em votação, então, o **Requerimento N^o 7**, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa para uma Audiência Pública conjunta (entre a CRA, CDR e CMA do Senado), com a presença da Ministra Marina Silva para discussão do Plano da Amazônia Sustentável que, após ser encaminhado pela autora, **é aprovado, com o aditamento proposto pelo Senador Flexa Ribeiro, de inclusão do convite ao Ministro Ciro Gomes**. Em seguida, o Senhor Presidente coloca em votação o **Requerimento N^o 8**, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio, para uma Audiência Pública com a presença do Deputado Federal Xico Graziano e do Sr. Marcelo Resende, Ex-Presidentes do INCRA, e ainda do Sr. Rolf Hackbart, atual presidente do INCRA sobre processo de Reforma Agrária no Brasil. Encaminham o Requerimento o Sen. Flexa Ribeiro, a Sen. Ana Júlia Carepa, o Sen. Siba, o Sen. Osmar Dias e o Senador Flávio Arns. Este último propõe a mudança do tema da Audiência para discussão das perspectivas e desafios da Reforma Agrária. **O Requerimento é aprovado nos termos sugeridos pelo Senador Flávio Arns**. A seguir, o **Requerimento N^o 9**, de autoria do Senador Osmar Dias para uma Audiência Pública na CRA do Senado com o Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Palocci, sobre disponibilização de recursos de investimento para safra agrícola no ano de 2005 e questões do endividamento do Setor Agrícola é colocado em votação e encaminhado pelo autor que pede prioridade para que seja encaminhado como “urgente”. A Sen. Ana Júlia Carepa propõe um levantamento antes da vinda do Ministro e, logo após, **o Requerimento é aprovado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Antes de dar por iniciada de maneira formal a nossa Comissão, embora já se tenha quórum regimental, pelo menos do ponto de vista de inscrição, eu queria dizer a V. Ex^{as} algumas coisas que, tenho a impressão, devia transmitir. Eu comecei a tentar estruturar

um projeto para o nosso trabalho. Entendi que fazê-lo de forma isolada é impossível. Segundo, que fazê-lo de maneira exclusiva na Comissão também não era normal. Comecei a atender certas solicitações que me foram feitas da parte de instituições.

Semana passada, fui a uma reunião de um fórum de secretários de agricultura, em Goiás, onde estavam o Senador Jonas Pinheiro e outros Srs. Senadores. Estive na CNA conversando com gente da minha amizade, e tenho conversado, de maneira ampla, com muita gente que tem nos procurado. Estou convencido de que o grau de interesse da sociedade, envolvida de uma maneira especial com a questão rural brasileira, é imensa, é extremamente acentuada e preocupante, porque gera uma expectativa. Aliás, é da natureza do trabalho legislativo isto: as pessoas sempre acham que os parlamentares podem fazer mais do que de fato podem fazer. Isso vale para as nossas bases eleitorais, vale para tudo. Mas, do ponto de vista da agricultura e da pecuária brasileira, sinto um enorme espaço para uma interlocução mais eficiente com o trabalho do Senado.

A Comissão de Agricultura da Câmara já avançou bastante, tem tradição, tem um grupo de Deputados que trabalham o assunto com algum rigor. Acredito que os Presidentes anteriores também eram bastantes ativos. O fato é que identifiquei a Comissão de Agricultura em quase todo lugar aonde chego para falar, para ouvir principalmente. Mas temos que ver o que vamos fazer.

É da natureza da Comissão de Agricultura da Câmara e, acho – estou falando informalmente ainda –, é até do próprio padrão do Presidente uma coisa muito mais polêmica, que não é da minha natureza e acho que não deve ser da natureza do Senado. Embora eu ache que não devamos nos omitir de discussão de nenhum tipo, devemos entrar em todas, penso que a nossa contribuição, na minha cabeça, pode ser mais concreta, mais substantiva e mais voltada para os resultados. Entendo que a sociedade econômica, envolvida no campo, também precisa disso.

Uma área em que eu tenho domínio relativo – Jonas conhece isso e alguns que me conhecem antes sabem disso – é a área de orçamento. E o pessoal que trabalha nisso na Câmara não tem esse domínio. Acho que o Senado pode dar uma grande ajuda para enfrentarmos esse problema, que para mim é muito importante.

Temos o Ministério da Agricultura, que tem um Ministro conhecido, que é bastante apoiado. Temos uma imensa capacidade de mobilização já no campo, mas temos uma resposta orçamentária absolutamente ridícula. Quer dizer, já disse aqui que prioridade não é

coisa vocal, é coisa real, tem que ter substância. E a prioridade que o Governo brasileiro atribui – e para não ser oposicionista, os governos brasileiros – à questão rural é nenhuma, é absolutamente insignificante e está expressada nos números que estão nos orçamentos.

Fiz uma análise com algumas pessoas de Assessoria. Nos cortes havidos na área de agricultura – não fui ainda para outra área de reforma agrária – são extremamente irresponsáveis.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Dos dois Ministérios ou só da Agricultura?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Não, fiz só da Agricultura, por enquanto. Mas vou fazer do outro. Mas nem com o pessoal da Comissão daqui, com o pessoal da própria Comissão de Orçamento, que chamei. Os cortes são absolutamente arbitrários, não têm qualidade, como, de resto, o são em vários setores. Se há uma área que não pode sofrer uma intervenção imprudente dos cortes é a agricultura. Nem pode ser submetida a um regime que prevalece na execução do orçamento brasileiro, que é o seguinte: 70% dos recursos são liberados em setembro, outubro, novembro e dezembro. Quer dizer, ninguém pode combinar com Deus ou com a natureza que recursos sejam aprovados e só sejam consistentes no final do ano.

O Ministro Eduardo Campos atuou, no ano passado, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – essa lei já está para chegar – e conseguiu fazer com que os recursos da ciência e tecnologia ficassem fora da linha de contingenciamento. Não há contingenciamento para recursos da área de ciência e tecnologia.

Seria um projeto muito ambicioso conseguir o mesmo para as áreas de agricultura e reforma agrária, mas penso que temos condição de proteger do contingenciamento um sem-número de projetos nesta Comissão. Faríamos uma avaliação técnica daqueles projetos que, por sua natureza, não podem sofrer contingenciamento – como aqueles relacionados a safras, aos períodos –, e, a partir daí, tiraríamos cada um deles da linha de contingenciamento. Penso que ganharíamos na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não sei se em 10%, 20%, 30%, 40% ou 50% do Orçamento, mas seguramente essa providência real poderíamos tomar.

Não sei se o Senador Osmar Dias ouviu minha fala – S. Exª chegou agora. Estou dizendo que a solicitação pública para o desempenho do Senado na área de Comissão de Agricultura é muito mais forte do que eu pensava, o que me preocupa, porque é difícil fazer funcionar Comissões aqui no Senado, com o sem-número de reuniões existentes e as agendas completamente caóticas.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Pois não, Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Ouvi em parte o que disse V. Ex^a e gostaria de comentar uma experiência ocorrida com a Comissão de Agricultura da Câmara, na semana passada, que fez uma audiência pública no interior do Paraná, em Santo Antônio da Platina, com a presença de vários Deputados. Lá esteve o Presidente da Comissão, Deputado Ronaldo Caiado, e o Ministro da Agricultura.

Acredito que a nossa Comissão pode também não apenas se reunir aqui em Brasília, mas, em alguns Estados, onde problemas pontuais ou conjunturais estejam ocorrendo. Sugiro a V. Ex^a que estejam na nossa pauta esses problemas que ocorrem eventualmente nos Estados, a fim de que possamos, com a Comissão de Agricultura, ajudar a solucioná-los.

Discutimos sobre a estiagem e as medidas anunciadas pelo Ministro nos animaram. Esperamos agora que sejam cumpridas.

A Comissão de Agricultura tem, sim, um grande papel a cumprir. E V. Ex^a a tem conduzido com sabedoria. Cumpriremos esse papel.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – A palavra do Senador Osmar Dias vem ao encontro do que estamos falando. Serei bem sintético. Primeiro, disse que há muita solicitação e expectativa em torno de uma ação dos Senadores no campo da agricultura e da pecuária.

Segundo, a Comissão de Agricultura da Câmara Federal já está sedimentada – parece-me bastante consistente, mas pode não ser necessariamente como a nossa. Penso que ela terá de ser sempre, até pela natureza da Câmara – fui Deputado durante doze anos –, muito mais polêmica do que a nossa. A Comissão do Senado pode ter outro tipo de procedimento, que não foge da polêmica. Estou procurando o máximo de entendimento com a Comissão de Agricultura da Câmara.

Semana passada, fui ao Fórum de Secretários de Agricultura em São Paulo, onde estavam presentes o Governador, os Secretários de Governo de Agricultura de todo País, o Ministro interino – o Ministro estava viajando. Foi uma reunião muito importante. O Senador Flávio Arns esteve na reunião de Passo Fundo na semana passada, onde também deve ter estado o Senador Pedro Simon.

Enfim, estou convencido de que podemos começar a dar algumas respostas e estabelecer um plano. Algo que vejo, com muita clareza, só estou tratando disso hoje porque é urgente, é o seguinte: temos con-

dição aqui, os Senadores têm, tenho domínio deste assunto, para interferir de maneira substantiva na questão da lei de orçamento.

A prioridade atribuída à questão de orçamento pelos Governos é absolutamente desqualificada. Eu examinei os cortes feitos na área de orçamento, e, no caso do Ministério da Agricultura, não são apenas equivocados, mas também imprudentes.

Então, temos uma LDO que deve estar chegando por esses dias ao Congresso. No ano passado, o Ministério da Ciência e Tecnologia conseguiu tirar da linha de contingenciamento as ações de ciência e tecnologia – elas não são contingenciáveis. Penso que, se fizermos uma análise dos diversos programas do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, que, pela sua natureza, não podem sofrer contingenciamento, por conta de estarem dependendo de situações como o clima, safras, etc, que podemos tirar da linha de contingenciamento, senão o orçamento do Ministério inteiro, uma parcela dos orçamentos dos dois Ministérios. Acho que é uma meta que podemos traçar, definir e que é uma resposta que podemos dar, objetiva, e uma contribuição que o Senado tem mais chance de dar do que a Câmara, porque, nessa questão de orçamento, ela é muito mais representada. Isso é vantagem mas também é desvantagem, porque é muito mais caótica.

Podemos juntar os nossos pleitos em dois ou três programas, e o Senado, de uma maneira geral, tem condição, por mim ou por três ou quatro Senadores que se apresentem lá, de conseguir isso, que aqueles recursos da agricultura e do Ministério de Reforma Agrária não sejam contingenciados, saiam da linha de contingenciamento.

Dito isso, eu queria começar a reunião legal propriamente dita nossa, apenas fazendo essa introdução e pedindo a colaboração dos Senadores para o fato de que fazer uma Comissão funcionar não é fácil, muito mais difícil ainda agora quando há mais Comissões ainda. Também é complicada essa questão de quórum, ficamos nos imprensando para encontrar um espaço para funcionar. Tenho certeza de que, se tivermos uma linha programática, planejada, etc, não vejo razões para nos dividirmos politicamente de maneira a prejudicar o andamento das ações da Comissão. Não há sentido nisso. De forma que podemos dar resposta a um setor que não tem vocalização, de uma maneira muito ampla.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, será que poderia só fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Pois não, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu gostaria só de secundar o Presidente e dizer que a

área que ele apontou é realmente fundamental, eu diria, mais importante até, a questão de orçamento, a contribuição que se possa dar para o orçamento, no sentido de identificarmos áreas prioritárias.

O que o Senador Osmar Dias também expôs, eu considero fundamental nessa agricultura, medidas anunciadas, de acordo com o que o próprio Senador disse, dizendo assim: tomara que agora elas se concretizem. Então, acho que uma outra coisa importante é acompanharmos a execução do orçamento, o anúncio de medidas. Seria fundamental tanto para a agricultura familiar, para a grande agricultura, para a agricultura, para o agronegócio, como se entende, de uma maneira geral.

O que também foi apontado, de ver situações locais, estar presente, como a Comissão já tem procurado estar, isso é uma terceira área que me parece de bastante importância também. E aquilo que até V. Ex^a já mencionou na primeira reunião, essa interface com os outros Ministérios, como está questão de infra-estrutura, de energia, a ação de outros Ministérios, que também poderiam ser objeto de um impacto positivo na área. Então, se identificássemos cinco áreas, vamos dizer, para não termos muitas áreas também, a atuação desta Comissão poderia ser muito importante. Já o é, mas também poderia contribuir com coisas bem específicas dentro do perfil que o Presidente, inclusive, mencionou, que é o perfil de uma Comissão de Agricultura aqui do Senado Federal.

Vamos pensar nessas áreas, porque, realmente muita coisa poderia ser feita por aí também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Vou sentar com Senador Flávio e mais com qualquer Senador que esteja interessado e, na próxima semana, poderíamos fazer uma espécie de projeto, um pequeno ensaio de como pode ser a nossa ação nos próximos três meses, porque são tantas solicitações e tantas necessidades que temos que estabelecer prioridades.

Como podemos trabalhar nos próximos três meses, de maneira a irmos consolidando, de maneira operacional, o trabalho da nossa Comissão?

Propus aqui, logo no início da Comissão, essa questão do Orçamento apenas porque ela é emergente. A LDO está chegando aí.

Vou pedir à Assessoria da Comissão que analise todos os programas, todos os projetos, para que possamos discutir desses programas o que não pode ser contingenciado. O que tem a ver com a safra, o que tem a ver com a produção não pode ser objeto de contingenciamento, tem que estar disponível para autorização e financiamento ao longo do ano.

Então, se foi feito na área de Ciência e Tecnologia essa excepcionalidade, podemos ter excepcionalidades para parcela dos orçamentos de agricultura, ciência e tecnologia e reforma agrária.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, quero colaborar com V. Ex^a sobre essa história do Orçamento. Só vou contar um caso que aconteceu ontem.

Tomei conhecimento de forma extrajudicial que o Ministério da Agricultura está falido. O Ministério da Agricultura tem só de compromisso com a área social, a área previdenciária, R\$12 milhões. Tem uma despesa de R\$22 milhões, e o Governo só mandou R\$26 milhões. Portanto, o Ministério não pode fazer nada. Nada!

No ano passado, Sr. Presidente, para salvar um pouco do dinheiro da pesquisa da Embrapa, alocamos recursos no MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia, para atender à Embrapa, porque, veja, no MST não há contingenciamento.

Estamos aí, sobretudo na área sanitária, com um sério perigo. O Governo parece que não está entendendo o risco que estamos correndo de perder tudo o que conseguimos até agora nesse esforço sanitário que o Brasil já fez, mas que pode perder a qualquer instante, se houver, por exemplo, uma febre aftosa em qualquer parte do País, principalmente se aparecer a febre aftosa nas áreas que já são consideradas livres de febre aftosa por vacinação, por falta de fiscalização, por falta de alguém do Governo fazer a sua parte.

Por isso, creio que é fundamental que tratemos disso. Se o MST é tão importante na área de pesquisa também, por que não podemos fazer isso, por meio da Agricultura, onde estamos com um gargalo violento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Queria consultar os Srs. Senadores sobre o seguinte: a nossa proposta é que, até a próxima semana, a Comissão, por meio do seu corpo técnico, identifique programas que na área de agricultura e reforma agrária devam ser preservados e ficar fora da linha de contingenciamento, para que uma ação nossa, no plural, ao longo da discussão da LDO – que vai se dar agora – consiga aprovar já na LDO esse mecanismo de proteção de verbas dos dois Ministérios, que, do nosso ponto de vista, não podem ser contingenciados.

Penso que essa é uma atitude bastante prática, bastante concreta.

Eu gostaria de colocar essa minha sugestão em discussão. Se aprovada, na próxima semana já discutiríamos quais os programas que vamos tentar preservar.

Em discussão a matéria.

Senador Simon?

O Senador Sibá quer dar uma palavra a respeito dela?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim. Quero concordar plenamente com a sugestão de V. Ex^a.

Creio que, no que diz respeito à pesquisa, ciência e tecnologia no Brasil, poderíamos até tratar isso de forma linear, não apenas em relação àquilo que está dentro do âmbito de um Ministério “a” ou “b”, mas que pudéssemos constituir o mesmo entendimento para todos os tipos de instituto de pesquisa de que o Brasil dispõe. Esse é o primeiro fato.

O segundo é que possamos encontrar uma justificativa, Sr. Presidente, para evitar, porque, com certeza, as pessoas que lideram determinadas áreas, todas as consideram muito importante e, portanto, livre de qualquer tipo de corte ou restrição orçamentária. Diante disso, penso que teremos que nos preocupar bastante com essas justificativas no âmbito dos dois Ministérios. Não sei quais delas utilizaremos. Ao trabalharmos questões envolvendo situação social e de investimentos produtivos, a meu ver, não devemos ficar apenas no discurso, abrindo flancos.

Uma última coisa – não sou da área – seria, no caso, se pudéssemos prever, que o Governo, ao apresentar uma peça orçamentária, já fizesse uma previsão de contingenciamento e que o Congresso ou mesmo o próprio Governo não se pronunciassem sobre gastos com relação a essas áreas. Porque criar-se-ia um precedente ao dizermos se há ou não recurso. Com isso, aparecerá uma determinada despesa, algum tipo de investimento para aquele recurso para, depois, ser passível de corte. Isso é ruim, porque cria uma expectativa não nesta Casa mas também em toda a população que será beneficiada por aquela área.

Parabenizo V. Ex^a. Realmente esse estudo será o nosso norte para essa discussão nos próximos trinta dias.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Sérgio Guerra, a proposta de V. Ex^a é muito importante. Ninguém está pensando em tirar o papel democrático desempenhado por uma Comissão nas discussões, nos debates. É claro que vai haver polêmica, mas que produza resultados concretos e efetivos que possam contribuir com a agricultura em nosso País. Essa é uma proposta que caminha nesse sentido, pois aponta para efeitos concretos, positivos, considerando todo o leque da agricultura – o pequeno agricultor, o agricultor familiar até o grande produtor.

Estou pronta para contribuir, conforme os meus parcos conhecimentos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois não, Senador, com muito prazer.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, indaguei ao Ministro da Reforma Agrária, presente nesta Comissão, se havia recursos para todos aqueles programas. S. Ex^a disse que tinha dinheiro para todos os programas que S. Ex^a estava especificando junto à Comissão.

Comentei com S. Ex^a o porquê de ele haver dito, no dia anterior, em entrevista concedida em São Paulo, que só tinha 20% dos recursos em relação ao ano anterior. Portanto, não haveria recursos para cumprir o programa de reforma agrária.

Ontem, em Pernambuco, o Movimento chamado Abril Vermelho está promovendo dezenas de invasões. O que querem os movimentos sociais? Querem que se cumpra o programa de assentamento das 110 mil famílias, conforme programou o Governo. O Ministro da Reforma Agrária declarou ontem que não tem dinheiro.

Então, estamos diante do Movimento Abril Vermelho, que reivindica o prometido pelo Governo e também da posição do Ministro, que disse que não haver recursos para executar a política de reforma agrária no Brasil.

Entendo que esta Comissão, que é específica para isso, tem que cuidar dessa questão. Caso contrário, vamos viver essa uma briga eterna.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Penso que se nós nos definirmos, de maneira objetiva, com relação a essa questão agora, vamos obter bons resultados.

A proposta é que cheguemos a um acordo sobre essas verbas imediatamente, às quais tentaremos proteger. Precisamos também levar essa proposta à Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara, inclusive já conversei com o Presidente daquela Comissão, para que essa seja uma ação conjunta daqueles que têm compromissos com a questão rural brasileira.

Vamos defender, no plural, os recursos que, por sua natureza, não podem ser contingenciados; que não o sejam. Que isso seja decidido do ponto de vista da LDO.

Tenho algumas comunicações a fazer, sou instado a fazê-las.

A primeira delas diz respeito a dois convites, um, para o qual indiquei o Senador Jonas Pinheiro...

Comunico à Comissão que foi recebido ofício do Comitê da cadeia produtiva de agronegócio e agroin-

dústrias, datado 11 de março corrente, subscrito pelo Presidente da FIESP, Dr. Paulo Skaff e pelo coordenador do Comitê da cadeia produtiva de agronegócio e agroindústrias, Dr. João Guilherme Sabino Ometo, convidando um membro desta Comissão para participar como convidado especial da reunião daquele Comitê, previsto para o dia 14 de abril do corrente ano.

Informo à Comissão que conforme entendimentos firmados, designo o Senador Jonas Pinheiro para comparecer a essa reunião, nos representando.

Sem dúvida, é uma ação importante, porque começamos a participar desse fórum, que vão discutir no campo empresarial a questão do campo, que muito nos interessa.

O segundo convite – eu gostaria de ouvi-los – eu informo à Comissão que recebemos convite da ASSO-CITRUS – Associação Nacional de Citricultores para que membros desta Comissão participem de encontro sobre citricultura a realizar-se dia 11 de abril do corrente ano, a partir das 11 horas, em Bebedouro, Estado de São Paulo, objetivando analisar o setor que instalou inaceitável assimetria de forças entre os elos da cadeia, dada a concentração econômica obtida pelo setor industrial.

Eu fui procurado por representantes da citricultura que, entre várias questões levantadas, a mim, uma delas, me chamou a atenção, que é o problema de os produtores estão sendo crescentemente desativados. Há um movimento de aquisição e de comprometimento da propriedade dos agricultores independentes no campo da citricultura. Acho que V. Ex^{as} devem conhecer isso mais do que eu. Era 5%, subiu para 10%, agora já são 20%, é crescente a participação de propriedades de empresas industriais, que criam constrangimento àqueles que são produtores independentes. Na minha região, por exemplo, nós assistimos, no passado, as usinas de açúcar, praticamente, dizimaram os pequenos e os médios produtores de cana de açúcar. Isso tem sentido econômico de alguma maneira, e muitas vezes, não tinha sentido econômico. O fato concreto é que muita gente empobreceu nesse processo. Não posso afirmar isso em relação à citricultura, porque não a conheço suficientemente. Mas, sem dúvida, nessa área da citricultura, que é um campo importante para a economia brasileira, acho que devemos ter uma interferência. Eu solicitaria do conjunto dos Senadores presentes, se poderiam sugerir qual Senador dentre nós, teria interesse em começar a participar nesse campo das discussões, que são importantes.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, o nosso Senador Aelton Freitas é engenheiro agrônomo e é de uma região que também tem essa atividade. Não sei se seria ele, mas, de qualquer ma-

neira, estamos tentando encontrar quem seria mais adequado para tratar do setor citricultura. Quem mais poderia ser? Acho que deve ser um mineiro, engenheiro agrônomo. Se ele não conhece os problemas da citricultura hoje, pelo menos tem mais facilidade de entender isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Vamos indicar o Senador Aelton Freitas para nos representar nesta primeira reunião. A Associação dos Citricultores vai nos procurar nos próximos dias. A Indústria de Citricultores também se manifestou para que a Comissão comece a ter algum tipo de interferência neste campo. Se for o caso, podemos já pensar em audiência, e vamos discutir isso ao longo de um programa de trabalho que podemos fazer conjuntamente.

Sobre a mesa, projetos que vou sinteticamente ler:

Projeto de Lei da Câmara nº 31, que altera a Lei 4.504 de 30 de novembro de 64, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovido pelo Poder Público. Designo o Senador Osmar Dias para Relator da matéria.

Projeto de Lei do Senado 145, de autoria do Senador Luís Ponte, que altera o artigo 94 da Lei 871, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola. Designo o Senador Jonas Pinheiro para Relator da matéria.

Projeto de Lei do Senado nº 39, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento de Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Designo o Senador Flexa Ribeiro como Relator.

Projeto de Lei do Senado, nº 157, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que altera a Lei nº 4.829, de 1965, e a Lei nº 871, de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural especial e diferenciar os agricultores provenientes de assentamentos criados em virtude da implementação de empreendimentos de utilidade pública e interesse social. Designo o Senador Antonio Carlos Valadares para Relator.

Projeto de Lei nº 265, de 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o art. 49, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir beneficiários de crédito rural, os arrendatários de terra, os parceiros dos consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas. Designo o Senador Pedro Simon para Relator. (Pausa.)

O Senador não deseja relatar essa matéria? V. Ex^a a conhece?

Designo então o Senador Flávio Arns.

Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2003, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola. Designo, outra vez, o

Senador Flávio Arns para Relator. Eu já o tinha designado antes.

Projeto de Lei do Senado, do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Designo a Senadora Ana Júlia Carepa para Relatora.

Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, de autoria do Senador Efraim Morais, que dispõe sobre anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Designo o Senador Demóstenes Torres para relatar.

Esses são alguns dos projetos que já chegaram aqui, outros estão chegando e, na medida em que forem chegando, vamos designar os relatores para tratar deles.

Tendo em vista a pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação dos Requerimentos de 03 a 09, de 2005, da Comissão de Agricultura. O Item 1, e aí são vários requerimentos que tratam de Subcomissões e de convocações de audiência.

Há um grande número de solicitações para aprovarmos Subcomissões. A minha ponderação inicial é que, como estamos abrindo um trabalho de Comissão, que esperamos conhecer com o tempo, até porque é importante entremos da forma mais flexível possível, para que seja possível ganharmos musculatura, inteligência, massa crítica. Quanto menos o engessarmos, num primeiro momento, mais capacidade teremos de fazê-lo melhor.

No exame dessas propostas de Subcomissões, sejamos bastante ponderados e, se for o caso de aprová-las, aprovemos uma ou duas delas, porque o número possível é de quatro. Teríamos de deixar espaço para novas solicitações que irão surgir e que serão, com certeza, prioritárias.

Ouçó o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª está perfeitamente correto na sua exposição. A Comissão tem de conviver, os companheiros têm de se conhecer e têm de debater para, depois, vermos o que compete a uma Comissão Permanente. Por outro lado, teremos de ver o que vai ser, como trabalho permanente desta Comissão, e o que ela não vai poder fazer; então, terá uma comissão especial.

Já falei com o querido companheiro, Senador Sibá Machado, que, por exemplo, na sua Subcomissão Permanente destinada a opinar sobre a agricultura e segurança alimentar, seria, em tese, praticamente o trabalho desta Comissão. Tem uma outra Comissão, a do Senador Aelton Freitas, a Subcomissão Permanente

para Financiamento e Endividamento Rural. Quer dizer, endividamento e financiamento rural é o que vamos fazer o ano inteiro aqui. Ou seja, o grande debate da agricultura é discutir financiamento e dívida rural. Esse é o trabalho permanente desta Comissão.

Com relação a essas Subcomissões, V. Exª estaria correto se os Colegas concordassem em deixar para discutir mais adiante; deixá-las sobrepostas, e, lá adiante, veremos como fica, porque votar agora, a meu ver, não seria a melhor solução.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, coloco isso não como uma coisa determinante, mas como uma preocupação, o que me levou a fazer uma proposta dessa natureza. Tenho acompanhado a reforma agrária e penso que ela nunca foi tratada pelo positivo. Geralmente, nós estamos tratando a reforma agrária pelos impactos negativos que a gente assiste no dia-a-dia. E a tendência natural é que, talvez a nossa Comissão também ficasse presa à esta pauta. Não que ela não vá tratar deste assunto, claro. Porém, a preocupação que foi levantada aqui, que nós pudéssemos ter uma espécie de oportunidade para tratarmos daquilo que é importante para a troca de experiência de gestão pública. De municípios, de Estado, da União e tudo mais. Mas não tenho convencimento, como já tinha alertado ao Senador Pedro Simon, até que uma pessoa tinha me dito também: “será que com isso você não está apequenando a oportunidade de tratar o assunto da reforma agrária num outro propósito?” Então, diante disso e lendo os outros dois requerimentos, eu queria fazer uma sugestão até para o nosso colega Senador Aelton Freitas, como também já observado aqui pelo Senador Pedro Simon. O Requerimento de nº 1 que é de minha autoria e o nº 2 e o de nº 3 são dele, mas eu queria dizer o seguinte, tanto o nº 1 como o nº 3 que trata da Comissão permanente e de assuntos já justificados pelo Senador Pedro Simon, eu sugiro que nós suspendamos os requerimentos. Não é retirar, é suspender. Deixa para o andar da carruagem e mais para frente, a gente vê a necessidade de analisá-los ou não. E hoje apreciaríamos a Comissão Temporária sugerida pelo Senador Aelton Freitas, porque trata, de acordo com o meu entendimento, que precisaria de uma imediata análise de nossa parte aqui, sucroalcooleiro. Ou, se também pudesse, antes de tratar como Subcomissão Temporária, pudesse surgir uma audiência inicial para que nós pudéssemos nivelar as principais preocupações do setor e, somente a partir disso, nós também analisaríamos a necessidade de aprovar este requerimento. Era essa uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Eu ouvi com bastante atenção a palavra dos dois Senadores: Senador Simon e Senador Sibá Machado. E eu acho os seguinte. Por exemplo, uma ponderação do Senador Simon me parece absolutamente prudente. A gente tem que entrar neste assunto, pelo menos este é o meu sentimento, não para repetir a Câmara. Não é que ela esteja mal, ela está muito bem. Mas porque não faria sentido a gente fazer a mesma coisa que a Câmara faz. Eu estou vendo um espaço para uma grande distribuição. Se nós conseguirmos definir aqui na Comissão um conjunto de 10 Senadores. Não vamos ser ambiciosos. Que tenham a idéia de atuar neste assunto de forma produtiva, de dar resultado, na perspectiva não de correr atrás dos fatos, mas na de ajudar no desenvolvimento da agricultura, da reforma agrária, de tudo que nos interessa e de maneira muito objetiva, muito aberta e ampla, sem renunciar aos debates políticos, sem renunciar a nenhuma das nossas convicções, mas tendo uma perspectiva. “Olha, tem uma Comissão que vai ajudar o meio rural brasileiro”. Eu acho que a gente vai cumprir um belo papel. Então, por exemplo, a proposta do Senador Aelton, em relação ao setor sucroalcooleiro, eu quero dizer de antemão que eu sou favorável a ela. Porque eu sou de uma região onde este setor está conflitante, complicado e há uma imensa incompreensão sobre ele. Eu mesmo já participei desta discussão muitas vezes e eu apenas ponderei que não era o momento da gente fazer isso. Nós vamos ouvir logo logo... vamos propor na próxima reunião, uma agenda para três meses. Nós vamos propor uma agenda porque devemos ter a iniciativa de propor. Mas nós vamos discutir aqui. Fazer uma agenda, seguramente nesses três meses a gente tem que se voltar para a questão de energia, da produção que tem a ver com energia e com o álcool que tem a ver com esta história, o setor sucroalcooleiro com a prioridade e o peso que ele tem. Isso é complicado em Minas Gerais, é muito complicado no Nordeste. Tem variáveis mais complicadas, históricas e sociais. Movimento de reforma agrária está por dentro disso. Enfim, a gente tem a certeza que vamos especializar alguém para cuidar do setor sucroalcooleiro. Mas talvez não fosse este o momento. Essa é a ponderação que eu faria ao ao Senador Aelton, como foi feita ao Senador Pedro Simon, aos dois autores do requerimento.

Com a palavra, o Senador Aelton.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Eu queria fazer uma ponderação com a sugestão do Pedro Simon que eu acho louvável. A Comissão permanente de repente engessa, dificulta, até porque a gente já está prevendo algum momento, mas, hoje, vou fazer parte de uma região onde o setor sucroalcooleiro é forte, pelo

momento do biodiesel, pela chance de, principalmente, os países asiáticos inserirem álcool em sua gasolina, a necessidade da multiplicação das usinas do Brasil e a ausência do Estado – nesse caso, digo nossa, do Senado –, estamos chegando atrasados no que tange a esse segmento. Por isso, a nossa proposta de uma Comissão Provisória, porque, caso seja necessário, teremos prorrogação; caso não....

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Queria sugerir ao Senador Aelton que tenhamos uma conversa logo a seguir. Essa questão do setor sucroalcooleiro vai ter um papel importante aqui, pois é a única agricultura organizada do Nordeste que conheço, é pesada em várias áreas, na solução da energia para o País é decisiva. Concordo que, de fato, estamos com um enorme atraso nisso.

Vamos imaginar dois movimentos, vamos convocar gente para tratar disso aqui, vamos esclarecer a comissão sobre o assunto – há muita gente que precisa ser ouvida. A seguir, vamos montar um grupo nosso para tratar do assunto. Acho que o caminho tem que ser esse.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Quanto ao Item 3, que trata da situação financeira dos produtores rurais, prefiro um tratamento preventivo a um curativo. Sobre o assunto, ouvimos aqui quem nos antecedeu, o Senador Jonas Pinheiro, que é um papa nessa situação da dificuldade do Ministério da Agricultura.

Eu, como filho de produtor rural pequeno e como um pequeno produtor, estou muito preocupado com os nossos colegas, porque este ano há uma tendência de termos uma enorme quebradeira. Se a comissão que foi criada para isso pudesse atuar preventivamente, seria melhor do que remediar. Só que também sou a favor de uma comissão provisória e não permanente, porque podemos ter outros assuntos de importância semelhante e não ter como criar subcomissão.

Concordo em número, gênero e grau com os Senadores Pedro Simon, Sibá e com V. Ex^ª: devemos suspender esses dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Por ora, rapidamente.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Exatamente. Queria que a Comissão revisse a questão do setor sucroalcooleiro, porque sou de uma região que se tornou tão importante quanto o Nordeste – hoje o Triângulo Mineiro tem nada menos do que quatorze usinas, está implantando mais quatro, em dois anos teremos dezoito –, e estamos vendo tudo acontecer sem, muitas vezes, participar, sem interferir e sem a presença do Estado. Sentimo-nos responsáveis por isso.

Concluindo, Sr. Presidente, lembro a questão do endividamento dos produtores este ano – com tudo

o que aconteceu na safra agrícola 2004/2005, estamos vendo que o País pode passar por dificuldades. Deveríamos nos prevenir. A comissão deve começar a discutir esse assunto, se é que vamos falar dia e noite sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Quero propor ao Senador Aelton que, logo terminada esta reunião, tenhamos uma conversa. Vamos preparar a próxima reunião com um programa de trabalho para três meses, no qual poderemos incluir essas questões que foram levantadas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Perfeito, Sr. Presidente. Estou aqui para somar e, com muito orgulho, participo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Queria consultar a comissão imediatamente sobre uma questão que me parece não estar clara.

Fui procurado pelo Senador César Borges, que queria tratar de uma matéria que tem a ver com crédito rural, matéria que está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos. O Senador, com toda a franqueza, me disse o seguinte. “Essa matéria precisa ser votada e, na medida em que trazemos essa matéria à discussão na Comissão de Agricultura” – estou aqui para ouvir todos –, “vamos protelar uma votação que é urgente, prioritária e deve ser feita”.

O Jonas conhece bem a matéria, é o PLS nº 517 de 2003.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, posso colaborar com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Deixe-me só terminar, estou concluindo.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Quando eu puder colaborar, estou às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– O Senador me falou sobre essa urgência. Fiz um requerimento, como era natural que fizesse, solicitando que todas aquelas matérias que têm conteúdo relativo à agricultura e à pecuária viessem tramitar nesta Comissão. Fiz isso com a seguinte convicção: não faz sentido uma matéria que trate da questão agrícola de maneira bastante explícita tramitar no Senado e não tramitar nesta Comissão; ou temos uma comissão ou não. A decisão não é fazer uma comissão para uma matéria ou para outra, é para qualquer matéria. Então, penso que deixar de examinar uma matéria, porque é urgente, é uma coisa relevante...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Senado não está preocupado com a questão da agricultura. Passava, de vez em quando, pela Comissão de Finanças, mas, com profundidade, o Senado não estudava a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra) – Mas não quero insistir nessa minha demanda sem ouvir os membros da Comissão. Na minha cabeça, uma matéria de crédito rural tramitar no Senado e não tramitar nesta Comissão é inadmissível. Não sei como podemos explicar isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Matéria da agricultura passa por aqui. Pode não passar pela Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Queria ouvir a sugestão do Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto de lei do eminente Senador César Borges já está relatado. Quando negociávamos a dívida do pequeno produtor, do Pronaf e do Procefa, lembro-me da luta da Senadora de Alagoas para que consolidássemos uma lei que viesse de fato dar condições legais para que as negociações das dívidas dos produtores, principalmente do Nordeste e, sobretudo, do semi-árido, fosse resolvida. Sr. Presidente, o Nordeste está, na área de financiamento do Pronaf e de fundo constitucional, com 48% de inadimplência.

O que aconteceu naquela negociação passada? Só podia negociar a dívida o produtor que tivesse, na origem, um financiamento de R\$35 mil. Mas, desses R\$35 mil, a parte que era negociada eram R\$15 mil, R\$20 mil ficariam nas condições normais de investimento, e custeio, R\$5 mil. Isso não resolveu o problema dos produtores do Nordeste, porque a dívida desses produtores, na origem, estava além dos R\$35 mil. E lá não conseguiram negociar a dívida, ou seja, continuaram devendo. Estão inadimplentes. Por mais que o Governo se esforce para colocar dinheiro do Pronaf no Nordeste vai ter problema, porque os produtores são inadimplentes e não podem tomar aquele financiamento.

Então, o projeto do Senador César Maia aumenta esse limite de R\$35 mil para R\$100 mil, de contrato original, mas que seja beneficiado com aquelas atividades, que hoje vão até R\$15 mil, aqueles que tenham dívida até R\$50 mil. Portanto, R\$100 mil é para ser enquadrado nessa negociação, R\$50 mil é para que ele tenha os benefícios que hoje têm os de R\$15 mil.

Penso que é um projeto bom. Relatei favoravelmente. Depois, apareceram algumas emendas dos Senadores do sul do País, Senador Pedro Simon, Senador Osmar Dias, querendo que também fossem enquadrados ou aproveitados nesse projeto de lei os pequenos produtores do sul do País, que hoje perecem com a seca. Também considero justa a negociação dessa dívida. Não sei se vamos enquadrar nesse

projeto de lei ou se vamos negociar um outro projeto, uma outra atitude.

O que aconteceu? O Senador Aloizio Mercadante, no passado, pediu para não votar porque queria negociar esse projeto de lei. Hoje, é o Senador Delcídio Amaral que pediu o adiamento porque quer negociar. E já falei para o Senador Delcídio que é ele que tem convocar o pessoal do Governo para vir negociar isso aqui conosco. Se não vier o pessoal do Governo até terça-feira, Sr. Presidente, vamos colocar em votação esse projeto de lei na Comissão de Assuntos Econômicos. Não dá mais para levar isso só na conversa, e os produtores permanecendo sem poder negociar a sua dívida e ter acesso a novos financiamentos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Jonas Pinheiro, queria apenas ponderar quanto ao mérito do projeto do Senador César Borges. Sou do Nordeste, de um Estado cuja liquidez é muito maior do que a da Bahia, Estado que S. Ex^a representa. Não tenho a menor dúvida de que a matéria é urgente e importante para o Nordeste, de maneira especial, e assim será para o Sul, diante dos fatos que são públicos e notórios.

Quero fazer uma consulta à nossa Comissão. A matéria será votada na Comissão de Assuntos Econômicos. Como todas as matérias que dizem respeito à agricultura, solicitamos que esse projeto também tramitasse na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Pergunto ao Senador Jonas Pinheiro e aos demais Senadores aqui presentes se devemos insistir que essa matéria venha à Comissão da qual participamos, embora o Senador César Borges não queira isso. É certo que insistamos nesse ponto ou a opinião da Comissão é outra? Essa é a pergunta que faço aos Senadores em geral, ao Senador Sibá Machado e aos Senadores aqui presentes.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Senador Jonas Pinheiro opinou no sentido de que a matéria não deve vir a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – S. Ex^a ainda não emitiu sua opinião.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Senador Pedro Simon, a meu ver, a matéria deve ser votada rapidamente, e creio que esta Comissão tem condições de votá-la mais rápido do que a outra Comissão.

Senador Pedro Simon, vou usar uma expressão que ouvi em Cuiabá, esses dias, numa reunião de produtores. Alguém de importância no Estado disse: “Felizmente, existe uma Comissão para tratar do assunto referente à agropecuária, ao agronegócio, ao meio rural, que, até dias atrás, era discutido nos porões da Comissão de Assuntos Econômicos”.

Portanto, se houver interesse da Comissão em trazer o assunto para cá – e temos o compromisso de aprovar a matéria com mais rapidez –, esse é o meu desejo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quanto à questão de tramitação de prazo, nada impede que tomemos essa atitude, até porque, por conta das tramitações, a pauta está trancada e somos obrigados a seguir um calendário que não depende muito da velocidade da Comissão.

Considero muito importante o debate, mas quero fazer uma pergunta: qual é o prazo entre a solicitação de V. Ex^a e a entrada do projeto na Comissão? A Relatoria que for nomeada disporá de tempo hábil para que, em duas semanas – digamos –, a matéria esteja vencida na Comissão? Esse é o tempo necessário que falta para a negociação com a equipe do Governo, o que tem preocupado o Senador Jonas Pinheiro, a fim de se dirimirem as últimas dúvidas. Dessa forma, haverá tempo para que o assunto se encerre, sem prejuízo algum de a matéria ser concluída na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Vou responder. A matéria já estaria nesta Comissão, se não houvesse uma reação contrária a isso. O requerimento feito por nós até agora não foi lido, e preciso insistir para que a matéria venha à Comissão. No entanto, eu não gostaria de fazer isso sem ouvir os Membros desta Comissão.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou de total acordo, até porque a Comissão não pode abrir mão disso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra) – Já ouvi-mos dois Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, tenho uma ponderação a fazer. Acompanhei a discussão do projeto do Senador César Borges na Comissão de Assuntos Econômicos e, agora, o que se está pleiteando, é a votação da matéria na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Para que o projeto seja votado apenas nesta Comissão, é preciso renovar o despacho da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Não seria o caso. O projeto seria votado também nesta Comissão.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Se a matéria também for votada nesta Comissão, atrasará mais o processo. É isso que estou querendo dizer. Se a Mesa fizer um novo despacho para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, dispensado a audiência da Comis-

são de Assuntos Econômicos, justificar-se-á a vinda do projeto para cá. Se isso não ocorrer, a matéria será votada lá e aqui, e apenas perderemos mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– O problema é o seguinte: não podemos ter uma posição para cada matéria. O que se coloca em discussão é se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deve ser ouvida ou não em relação a esta matéria. É isso que devemos decidir.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, em relação a uma matéria igual a esta, no futuro, a Comissão sempre deverá ser ouvida. Entretanto, como esta matéria já está na Comissão de Assuntos Econômicos, creio que podemos...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– A opinião do Senador Pedro Simon é que a matéria deve ser resolvida naquela Comissão.

Quero ouvir os companheiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Esta matéria já está na Comissão de Assuntos Econômicos. No futuro, isso não deve ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Estou cumprindo a ordem de inscrição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, a matéria é da maior importância. Essa questão dos saldos devedores dos fundos constitucionais é um problema seriíssimo, não só para o microprodutor como também para o médio produtor e não só na área da agricultura como na área industrial. Isso é um esqueleto que o Governo vai ter que resolver. Se o assunto está de modo terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos – como bem disseram os Senadores Pedro Simon e Jonas Pinheiro – e atende aos interesses do setor agrícola, como já comentou o Senador Jonas Pinheiro, poderíamos, nesse caso específico, como bem colocou o Senador Pedro Simon, para acelerar o processo e ajudar o microempresário, o microagricultor, devemos deixar encaminhar para o Plenário, deixando claro que os próximos processos deverão passar, sim, pela Comissão de Agricultura. E, Sr. Presidente, deveremos abrir o debate para essa questão dos fundos constitucionais para o setor agrícola, porque, puxando o setor agrícola, virão os outros setores industriais. O Governo tem que abrir a discussão para os saldos devedores dos fundos constitucionais que são impagáveis na forma como foram tomados pelos produtores rurais, industriais e comerciais.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Sr. Senador Aelton Freitas, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) Sr. Presidente, quero fazer minhas as palavras do Senador Flexa Ribeiro, e, olhando aqui a relação, Sr. Presidente, a maioria dos membros desta Comissão são membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Certo. Mas isso é uma coisa excepcionalíssima, porque esse argumento não pode valer para as outras, senão nós nunca teremos Comissão.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Tudo bem, mas eu quero dizer que este caso, como está tramitando, que nós aceitássemos da maneira que está e que todos os próximos passassem pela nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, serei bem rápido. Primeiro, quero cumprimentá-lo porque colocou o assunto em debate, aqui, com a Comissão; poderia ter decidido de vontade própria, sem comunicar, mas trouxe o assunto aqui.

Penso que exatamente o que vamos comunicar à Mesa é aquilo que a Mesa já sabe: que agora existe uma Comissão de Agricultura e que nenhuma matéria ligada à agricultura poderá mais ir para outra Comissão sem antes tramitar por aqui. Acho que o primeiro ato seria esse. Agora, esta matéria entra naquele quadro da resolutividade do Poder Legislativo. Nós temos que acelerar o processo de resolução, de encontrar solução para os problemas do País. O Poder Legislativo é um pouco lento nas suas decisões e, às vezes, reclamamos das medidas provisórias. Ocorre que a demora do Legislativo para responder à demanda da sociedade provoca, às vezes, a medida provisória. E eu conheço – não vou nominar – colegas nossos que já foram ao Palácio pedir medida provisória, quando é para resolver algum problema que interessa à região ou ao Estado dele porque é mais rápido do que aqui. Nós não podemos deixar que a medida provisória seja mais rápida do que aqui. Nós temos que ser mais rápidos nas decisões que o Legislativo toma. E penso isso até num futuro muito maior porque, com os novos sistemas eletrônicos, com os novos sistemas de consulta, se o Legislativo não ficar mais rápido e mais moderno nas decisões, pode chegar o dia em que o Legislativo será dispensável no País.

Nós, então, temos que ser rápidos para resolver os problemas. Então, para ajudar nesse caso – que é uma demanda urgente e os Senadores Pedro Simon, Flexa Ribeiro, Aelton Freitas, Osmar Dias e Sibá Machado já colocaram isso –, deixe que se resolva lá e daqui para frente, rapidamente, aqui.

Parabéns a V. Ex^a pela atitude tomada com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – A Presidência indaga se algum outro Senador deseja falar sobre a matéria? (Pausa.)

A nossa decisão, então, é que, neste caso, excepcionalmente, nós concordarmos de que esta matéria seja resolvida na Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que agi de maneira ponderada, ouvindo V. Ex^{as}. Cumpri a minha responsabilidade.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa, para falar sobre o assunto.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, primeiramente, acho que temos aqui uma questão. Quando se cria uma Comissão nova, é natural que outros assuntos que fariam parte desta Comissão já estejam distribuídos para outras Comissões. Isso é natural. Alguns têm interesse em que venham para serem discutidos; outros, até pela celeridade, não têm interesse. Mas, a partir de então, os assuntos, com certeza, virão a esta Comissão, o que não significa que eles também não tenham de ir para outras Comissões. Quando se tratar de questão econômica, de crédito, é natural; Independentemente de vir para esta Comissão, terá de ir para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Como também sou membro da Comissão de Assuntos Econômicos, queria lembrar que esse projeto, Senador, o Governo está com toda boa vontade de negociar; está juntando os dados para saber exatamente qual é o impacto, o que isso abrange, e poder fazer esse diálogo. O Governo conseguiu fazer isso esta semana, ou seja, juntar todos esses dados, e está chamando o Relator, o autor, os interessados para essa discussão.

Esperamos que se tente um acordo. Aqui votamos, inclusive, medida provisória de renegociação de dívidas, V. Ex^a sabe disso. Votamos e conseguimos o acordo acerca de renegociação de dívidas que esse Governo já deu para produtores – sou testemunha disso – do Estado do Pará. Foram milhares de pessoas que tiveram oportunidade de ter acesso ao Pronaf – talvez por essa possibilidade de renegociar, Senador Sérgio Guerra, o Pronaf, no Estado do Pará, tenha crescido quase 1.000%.

Então, não se deve achar que isso não aconteceu. Quem está chegando agora talvez não lembre, mas já votamos essa renegociação aqui por medida provisória, inclusive; todos nós sabemos que ela aconteceu. Agora, atingiu a todos? Não. Está-se tentando ampliar? Então, vamos discutir que condição há para isso. Mas ela já atingiu um setor significativo, e a prova disso é o crescimento da liberação de crédito do Pronaf em

quase 1.000%, no Estado do Pará, graças à medida provisória de renegociação da dívida que aprovamos neste Senado, neste Congresso Nacional.

Portanto, minha opinião é essa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Ouvimos a palavra da Senadora Ana Júlia (**interrupção da gravação**) de convocação que estão sobre a mesa.

Item 4: Requerimento nº 6.

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de uma audiência pública com a presença do Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Antonio Deher Rachid, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Roberto Rodrigues, além de representantes do Instituto Brasileiro do Vinho – Ibravin, Sr. Carlos Raimundo Piovani, e da Câmara Setorial da Uva e do Vinho, Sr. Hermes Zanetti, com a finalidade de encontrar solução para a situação em que se encontra o setor vinícola em razão da importação de vinhos a preço bem abaixo do praticado no comércio nacional, gerando-se concorrência desleal com os produtores de vinho nacionais.

Autoria: Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi,

Em discussão a matéria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, a Bancada gaúcha – Paim, Zambiasi e eu – apresentamos esse projeto, que é uma questão – eu diria – quase de vida e morte. O vinho gaúcho, o vinho brasileiro, inclusive o do Nordeste, vem alcançando graus de qualidade reconhecidos no mundo inteiro. Nos grandes festivais de vinho da Itália, da França, os vinhos brasileiros estão conquistando medalha de ouro e tendo uma boa capacidade de competição.

O que está acontecendo é o seguinte: os vinhos estrangeiros, principalmente do Mercosul, estão entrando no Brasil pela metade do preço. Podemos ir a um supermercado e pegar um vinho francês, argentino, chileno pela metade do preço do vinho do Brasil. Só que o vinho brasileiro tem que pagar imposto, e o outro vinho que entra está isento de tudo. É uma concorrência desleal. Quer dizer, isso está sendo muito sério para as nossas vinícolas, que estão com o vinho estocado, um vinho de ótima qualidade. Mas, cá entre nós, até eu compro o vinho chileno – que sei que é muito bom –, quando chego à prateleira e o vejo pela metade do preço do cobrado pelo vinho brasileiro.

Então, estamos convidando essas pessoas, porque a situação é gravíssima, urgente; as pessoas estão apavoradas. Eles não sabem como vão fazer. Sabe V. Ex^a que o resultado da agricultura no Rio Grande do Sul foi horrível por causa da seca, mas, em termos de

vinho, vai ser a melhor safra dos últimos 50, porque a falta de chuva fez com que a uva ficasse excepcional. Então, eles estão se preparando para uma grande safra de vinho, só que não estão em condições de andar, por causa disso. É muito simples dizer o vinho estrangeiro está sendo vendido pela metade do preço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – (Fora do microfone. Inaudível.) ...autores do requerimento: Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero somente complementar o que disse meu sempre brilhante Senador Pedro Simon – com quem brinco, chamando-o de mestre. De fato, o setor do Rio Grande do Sul que atua nessa área na produção de vinho, enfim, os que plantam, os agricultores nos procuraram e demonstraram uma preocupação explicitada aqui, com muita clareza, pelo Senador Simon, mas vou dar como exemplo um diálogo que tive no plenário com o Senador Mão Santa.

O Senador Mão Santa me dizia, quando eu comentava sobre esse assunto, que recentemente estive no Uruguai, na Argentina e no Chile e procurou vinho brasileiro para tomar. A orientação, em todos os restaurantes – S. Ex^a depois fez uma experiência e foi também ao supermercado –, é vinho da terra. S. Ex^a disse que queria tomar um vinho brasileiro. Não encontrou o vinho brasileiro.

Sr. Presidente, o debate faremos na audiência pública. Quero apenas reafirmar a importância desse setor, não só para a economia do Rio Grande, como também pelo número enorme de empregos que gera. Conseqüentemente, tem que haver uma interferência por parte do Estado brasileiro para que o nosso vinho possa competir, eu diria, em primeiro lugar, dentro do território nacional.

Era isso que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Agradeço a palavra do Senador Paulo Paim e, cumprindo as normas regimentais, afirmo que está em votação a matéria. Primeiro falam os autores do requerimento, depois qualquer Senador pode encaminhar.

O Senador Sibá Machado está inscrito para encaminhar, depois o Senador Gerson Camata.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero complementar essa informação do Senador Paim, pois estive em Santiago e fui ao supermercado comprar algum vinho para trazer para amigos aqui. Rodei a prateleira daquele supermercado de ponta a ponta, encontrei vinhos europeus e chilenos, mas absolutamente nenhuma marca brasileira. Apenas para confirmar aquilo que S. Ex^a acaba de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra, para encaminhar, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, serei bem rápido. Primeiro, agradeço a V. Ex^a. O Brasil, às vezes, evolui em determinados assuntos e depois involui. Por exemplo, no que se refere ao café – o Senador Osmar Dias sabe muito bem disso –, quando a Colômbia começou a superar o Brasil nas táticas de comercialização de café e de produção, veio aqui o Presidente da Federación Nacional de los Cafeteros de Colômbia, e em uma conversa perguntei-lhe: “Como vocês fizeram?” Resposta: “Aprendemos com o Brasil. Vocês faziam, depois deixaram de fazer, e nós avançamos.”

Então, muitas coisas o Brasil faz, depois involui naquela prática.

No tempo em que o Senador Pedro Simon foi Ministro da Agricultura – quando não víamos o dilúvio, mas pisávamos o barro – havia comissões no Ministério: Comissão Nacional do Trigo, Comissão do Sorgo, Comissão do Vinho. Lembro-me, por exemplo, de quando essa Comissão do Leite avisou que estavam matando as matrizes e que, se o Brasil não tomasse uma providência para financiar as matrizes, dentro de dois anos, iríamos importar leite. Ela se antecipava.

Relativamente ao trigo, lembro-me muito bem. Muitas vezes, na Comissão do Trigo – era até presidida por um capixaba, apesar de o Espírito Santo não produzir trigo –, avisava-se antes: está ocorrendo um problema no Canadá; a Argentina está com problema; temos que aumentar esse ano o financiamento de trigo para produzir mais trigo, senão o produto subirá muito no mercado.

Portanto, na agricultura, é muito mais fácil fazer previsões do que em outras áreas. E vai-se acompanhando o mercado. Eram duas pessoas em uma sala, três pessoas na outra. Eles antecipavam.

A Comissão do Vinho faria hoje a mesma coisa: avisaria que está havendo um problema; que estão derrubando os produtores nacionais. Recentemente, por exemplo, tivemos que assinar um acordo com o Uruguai meio esquisito. O Brasil quase pisou a cabeça do Tabaré para eles não empurrarem o leite deles no Rio Grande do Sul por um preço muito mais baixo do que o praticado pelo produtor gaúcho. Mas onde está a Comissão do Leite para antecipar esse fato, para que o Governo dê um passo para frente e não um passo atrás, como iremos fazer aqui agora. Temos que estar um passo à frente, um ano à frente.

O Brasil tem que ter personalidade na defesa de seu produto, porque o maior mercado do Mercosul não pode ficar sendo subserviente aos outros que não têm

nem 30% desse enorme mercado que o Brasil deu de graça para a Argentina e para o Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Mais algum Senador deseja encaminhar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, encaminho favoravelmente ao requerimento, solidarizando-me com os vinicultores do Rio Grande do Sul.

Complementando a sapiência do Senador Gerson Camata, quero dizer que o primeiro plantio de café aconteceu no Pará. O vinho também é produzido no Estado de Pernambuco, no Vale do São Francisco, na Califórnia brasileira. Todos nós, Congresso e Governo, temos que defender o setor industrial brasileiro.

Parabéns aos Senadores do Rio Grande do Sul que propõem o requerimento e a audiência para a defesa do setor industrial brasileiro de vinhos.

Contem com a nossa aprovação. Encaminho favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Continua em votação. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira encaminhar, em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 5:

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de S. Ex^a, a Ministra do Estado do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva, apresente o Plano da Amazônia Sustentável. Autoria: Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, autora do requerimento.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, este requerimento já foi aprovado em outras duas Comissões: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Desenvolvimento Regional.

O nosso objetivo em realizar a audiência pública em conjunto é para evitar a dificuldade a que V. Ex^a se referiu no início da reunião. Foram criadas três Comissões na Casa. Uma delas já existia, mas, como foi incluído um tema em sua competência, ela também

ganhou maior peso. Se não procurarmos fazer com que as audiências públicas destinadas a ouvir os Ministros sejam conjuntas, não conseguiremos agenda – essa é uma realidade – nem para nós, nem para os Ministros. Depois, os Ministros vão reclamar que não estão fazendo aquilo que devem, pois passam todo o tempo nas Comissões da Câmara e do Senado.

Como o Plano da Amazônia Sustentável envolve 11 Ministérios, é importante a audiência pública. O plano envolve a agricultura, o desenvolvimento regional etc. É melhor que façamos a audiência conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Foi uma recaída oposicionista. Não vou cometê-la mais.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Está certo, Senador.

Faço a defesa desse requerimento porque já foi aprovado em outras Comissões para que marquemos a audiência em uma data adequada. Seria muito importante no momento que há discussões polêmicas, favoráveis e contrárias. É fundamental discutirmos o Plano Amazônia Sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– As ponderações da Senadora Ana Júlia Carepa são extremamente sensatas.

Em votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sigo a posição da Senadora Ana Júlia Carepa. Peço um aditamento e vou justificá-lo.

Primeiro, a idéia do PAS foi criada em uma reunião do Presidente Lula com os Governadores da região amazônica. Não estavam lá o Governador do Pará e do Mato Grosso. Os demais estavam presentes.

No primeiro debate, como íamos debater o próximo PPA e muitos investimentos na região, foi sugerido que houvesse também, por antecipação, uma espécie de orientação geral de como seria o comportamento das ações do PPA na região amazônica. Então saiu a idéia do PAS. Porém, o Ministério, que é o titular, líder e co-organizador, não é o do Meio Ambiente. É o da Integração, o Ministro Ciro Gomes. Eu gostaria de sugerir a V. Ex^a, se pudesse também aconselhando como aditamento, manter os dois Ministros aqui: Ministro Ciro Gomes e Ministra Marina Silva, pois o primeiro é o coordenador-geral do programa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– V. Ex^a concorda?

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu concordo. A única preocupação é porque normalmente

dois Ministros numa mesma audiência não é a praxe. Concorde. Sei que o Ministro Ciro Gomes, como eu apresentei primeiramente na Comissão de Desenvolvimento Regional, mas já pensando em fazer conjunta e S. Ex^a veio à Comissão de Desenvolvimento Regional há poucas semanas, foi esse o objetivo. Concorde e faremos no momento adequado, mas devemos fazer primeiro com o Ministro Ciro Gomes e depois com a Ministra Marina, porque, de um modo geral, os Ministros têm uma praxe de não ...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Mas o requerimento trata de uma única reunião.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– De uma única reunião.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Caberia à Senadora concordar ou não com o aditamento do convite feito ao Ministro Ciro Gomes.

Peço aprovação.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Mais alguém para encaminhar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concorde, encaminhado favoravelmente ao requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, até porque tenho a maior satisfação e a maior alegria em ouvir a Senadora Marina Silva. Tenho muita curiosidade quanto à questão do plano da Amazônia sustentável. Solidarizo-me com qualquer projeto que vise ao desenvolvimento, à geração de emprego, de renda e à melhoria de qualidade de vida dos amazônidas. O que disser respeito à Amazônia tem o nosso apoio e o nosso entusiasmo.

Concorde com a extensão do convite que o Senador Sibá Machado fez de convidar também o Ministro Ciro Gomes, porque é quem implementará o projeto pelo Ministério de Integração Nacional. Acredito que a vinda dos dois Ministros complementa a audiência. S. Ex^a apresentará o Programa Amazônia Sustentável e o Ministro dirá como fazê-lo. O Senador Sibá tem razão, assim como a Senadora Ana Júlia Carepa para que S. Ex^{as} dêem informações a respeito desse Plano da Amazônia Sustentável a todos nós Senadores desta nobre Comissão presidida pela competência do Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Com o aditamento da proposta do Senador Sibá Machado, não havendo mais quem queira encaminhar, coloco em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há ainda mais dois requerimentos sobre a mesa.

O primeiro:

Requeiro, nos termos regimentais, audiência pública com o ex-Deputado Federal Francisco Graziano e o Sr. Marcelo Resende, ex-Presidente do Incra, o Rolf Hackbart, atual Presidente do Incra para prestar esclarecimento aos Senadores desta Comissão sobre o processo de reforma agrária no Brasil. Esse requerimento é de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente Sérgio Guerra, Vice-Presidente Senador Flávio Arns, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse requerimento foi discutido na última sessão, inclusive com o acréscimo proposto pela Senadora Ana Júlia Carepa do convite ao Presidente do Incra, Rolf Hackbart e do Senador Arthur Virgílio para que se convocasse também o ex-Presidente do Incra, Sr. Francisco Graziano, refere-se à questão de se discutir o processo de reforma agrária no Brasil.

Todos temos consciência de que esse processo se faz de inadequada. E nós não queremos cometer injustiça e falar em nível de governo atual. As deficiências vêm de muito tempo e continuam exacerbadas no momento atual. O Estado do Pará, onde se concentram os conflitos agrários, vem sofrendo e sendo penalizado. Agora com esses conflitos e mortes. É lamentável por todos. Então, acho mais que justo, que se faça esta audiência pública e que se traga um ex-Presidente do INCRA do governo passado, o ex-Presidente do Incra neste governo e o atual Presidente do INCRA e que se tenha uma visão agrária em dois governos e que se possa ter um panorama, uma visão de quais foram os erros cometidos e que forma podemos reverter esses erros e que se possa partir para uma reforma agrária com êxito. Que todos nós, brasileiros, somos favoráveis e que a sociedade brasileira, principalmente os mais necessitados, possam ter uma terra em que possam dar o sustento com honestidade para as suas famílias. Então, desta forma, eu peço aos meus Pares nesta Comissão, que a gente possa aprovar este requerimento e ter uma discussão bastante transparente com relação a este problema que aflige toda a sociedade brasileira que é o problema da reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Tam a palavra primeiramente a Senadora Ana Júlia, depois o Senador Sibá Machado.

A SR^a ANA JÚLIA (Bloco/PT – PA) – Senador, eu já tinha colocado que eu achava que este requerimen-

to estava diferenciado até nesta linha mais produtiva nesta Comissão porque não senti, nas defesas que eu vi, do Senador Virgílio, que eu estava presente, esta vontade de simplesmente fazer uma variação do que aconteceu de erros e o que pode melhorar. Mas, eu gostaria de fazer a seguinte observação. Até não sendo contrária ao requerimento, mas, quero dizer que nós não somos uma CPMI para fazer uma acareação aqui para juntar os ex-Presidentes e o atual Presidente do Incra. Convocar os ex-Presidentes do Incra para uma exposição na Comissão, tudo bem. Mas eu acho que devemos convocá-los em reuniões separadas. Acho que não tem por que colocá-los juntos. Esta Comissão não é uma CPMI, e acareação se faz na CPMI. Aliás, a gente vai fazer isso na CPMI da Terra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – O Senador Sibá Machado, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, concordo com a Senadora Ana Júlia e argumento ainda o seguinte. O Presidente do INCRA, Rolf Hackbart, já esteve nesta Casa por duas vezes. Em duas Comissões diferentes. E esteve por mais duas vezes, o Ministro Miguel Rossetto e por uma vez os dois juntos. Então, cinco vezes envolvendo as duas pessoas. E o tema era exatamente conflitos agrários e as ações da reforma agrária no governo Lula. Com vastos documentos das ações do governo, inclusive acabei de receber mais um atualizado, com imagens, com muitas informações. Realmente a arguição feita foi muito mais no sentido de arrancar as informações que apontam para a crise no campo que está sendo instalada, situações atuais no campo, ocupações de terra, assassinatos ocorridos, tudo isso foi vastamente debatido, no meu entendimento, nestas cinco reuniões, nestas cinco audiências. O que eu entendo é o seguinte. Para o Deputado Chico Graziano, vir a esta Casa como um estudioso da reforma agrária que ele é, eu acho que é reconhecido por todos nós, com o respeito que S. Ex^a tem por todos nós. Pode ter sido um importante dirigente daquela instituição, mas muito mais como um estudioso da questão agrária, eu gostaria da presença do Deputado aqui para nos ajudar a discutir a visão da reforma agrária. Não só com os problemas que nós estamos vivendo agora com a reforma agrária, mas com a visão das ações da reforma agrária permanente. Ou comparações com outras experiências em outros países, e assim por diante. Como estudioso que ele é.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Permita-me, por favor, um aparte? Talvez, em vez de prestar esclarecimentos, falar sobre perspectivas e desafios da reforma agrária.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É este o propósito, muito bem colocado pelo Senador Flávio Arns. Até agradeço.

Poderíamos realizar um debate sobre o tema reforma agrária. Não quero discutir as ações intrínsecas de Governo, porque já debatemos exaustivamente esse assunto em cinco audiências ocorridas anteriormente. Se o Senador Flexa Ribeiro concordar que possamos tratar o tema durante uma audiência de estudo, de reflexão, estou plenamente de acordo, sem problema, visto que outras questões dessa natureza poderão surgir daqui para frente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a concorda com a sugestão?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não só concordo, como agradeço aos Senadores Flávio Arns e Sibá Machado o enriquecimento que fizeram ao requerimento.

Quero dizer à Senadora Ana Júlia Carepa que nunca passou pela minha cabeça instituir uma CPI ou fazer uma acareação para discutir esse assunto. Pelo contrário. Queremos enriquecer, estudar e analisar a questão exatamente como foi sugerido pelos Senadores Flávio Arns e Sibá Machado. Queremos discutir os problemas da reforma agrária.

Portanto, estou de acordo com a mudança do texto, mas não podemos deixar de discutir essas questões que afligem todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Entendi bem as ponderações dos Srs. Senadores e compreendo o caráter que se deve dar a esse tipo de discussão. Tenho a impressão de que há consenso entre todos nós em relação a esse ponto.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, a Senadora Ana Júlia Carepa fez uma ponderação. Também entendo que ninguém está pretendendo fazer acareação nem instalar CPI, porque a CPMI da Terra já existe e está vigorando. Queremos apenas fazer um debate sobre reforma agrária.

Nenhum dos Presidentes do Incra pode vir à Comissão e dizer que cumpriu a meta. Todos estão em condições iguais. Nem o Deputado Francisco Graziano nem o atual Presidente do Incra vão dizer que cumpriram a meta. Aliás, o atual Governo está muito aquém do cumprimento da meta, e talvez por isso haja tanta insatisfação dos dois lados.

Considero o debate necessário até para que a Comissão possa contribuir com propostas para a modernização da reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Em votação a matéria, nos termos sugeridos pelo Senador Flávio Arns.

Solicito à Senadora que dê um crédito de confiança aos seus colegas. As ponderações de S. Ex^a são absolutamente sensatas, e não é nosso desejo que esse clima se instale na Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há um requerimento que considero relevante e que deveria ter sido votado na primeira reunião, mas concordamos em votá-lo hoje.

Requer, nos termos regimentais, audiência pública com o Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Palocci, a fim de prestar informação sobre a disponibilidade de recursos para investimento, financiamento e comercialização da safra agrícola do ano de 2005, assim como sobre a questão relativa ao endividamento do setor agrícola. O requerimento é de autoria do Senador Osmar Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz esse requerimento, porque, antes, havíamos combinado com o Senador Aloizio Mercadante que o Ministro da Fazenda viria ao Senado para uma reunião com V. Ex^a e com um grupo de Senadores, que, informalmente, conversariam com S. Ex^a sobre os seguintes problemas que relato em meu requerimento: endividamento; estiagem e falta de recursos para a comercialização; a questão do trigo, que não está sendo comercializado – apesar de o Brasil ter produzido apenas 60% do que precisa para consumo, o trigo está nos armazéns, pois praticamente não há preço para a comercialização –; a questão do seguro, que foi votado, mas não implementado.

Precisamos saber do Ministro se vamos continuar agindo da forma como o Governo até agora agiu em relação à defesa sanitária. Se, no Brasil, houver um problema de doença nessa área será um caos econômico e social para o País.

É preciso debater esses assuntos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e saber qual é o pensamento do Ministro em relação à Lei do Cooperativismo, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa há muito tempo. Não vejo razão para adiar mais a votação de uma lei que deveria estar sendo defendida pelo próprio Governo neste momento. Portanto, o Ministro da Fazenda poderá responder a essas questões.

Todos esses assuntos estão relacionados às atribuições do Ministro da Fazenda, especialmente porque trataremos, com respeito à Lei do Cooperativismo, da questão tributária que está afeta ao Minis-

tério da Fazenda, mas, sobretudo, discutiremos qual é a real proposta do Governo de financiamento de safra e de custeio para o plantio da safra de inverno, mas também os investimentos feitos e que deverão ser realizados para que a agricultura possa continuar evoluindo e dando essa base de sustentação à economia brasileira.

Faço esse requerimento, pedindo o apoio dos Srs. Senadores e de V. Ex^a, Sr. Presidente, porque o assunto requer urgência. Então, solicito que essa audiência pública tenha prioridade, sob pena de tornar-se inútil quando for marcada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Em votação a matéria.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa para encaminhar.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Encaminho favoravelmente, até porque nós, no início da reunião desta Comissão, tomamos uma deliberação que caminha nessa direção.

Então, farei a proposta na qual creio que o Senador Sérgio Guerra já está pensando. Discutimos aqui e elencamos pontos que entendemos fundamentais e não podem ser contingenciados, uma vez que a agricultura não depende apenas da nossa vontade, mas inclusive do clima, de safra e de períodos, razão pela qual não pode esperar a liberação de recursos em qualquer momento.

Proponho, Senador Sérgio Guerra, que façamos o levantamento antes, até porque não discutiremos apenas essas questões expostas pelo Senador Osmar Dias, mas outras. Devemos, principalmente, explicar ao Ministro o que a Comissão considera prioridade. É uma forma objetiva e eficiente – além de ouvirmos todos os assuntos importantes para a área – de mostrar a nossa posição e aquilo que entendemos fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Elogio a lucidez e a propriedade da sua reivindicação.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado. Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Parabeniço também o Senador Osmar Dias pelo requerimento, concordando com a sua aprovação.

Já me referi a essa a questão e, com relação ao contingenciamento, o período invernososo não atinge somente a safra agrícola, mas, como disse ao Sr. Presidente, as obras na Amazônia, que ficam impedidas de ser realizadas quando a liberação dos recursos ocorre somente na fase de fim de ano.

Solicito, por favor, que a Senadora Ana Júlia Carepa, quando pedir a liberação dos recursos para a safra agrícola, o faça também para as obras na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Apenas para encerrar a discussão, esclareço que, na próxima reunião, com a ajuda da nossa assessoria, elencaremos os programas no orçamento de 2005 que, pela sua natureza, não devem ser contingenciados. Esse procedimento já estava previsto e, antes da audiência, estaremos com tudo pronto.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 1 minuto.)

Ata da Sexta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de abril de 2005, quarta-feira às 11:00 horas.

Às onze horas e quarenta oito minutos do dia treze de abril de dois mil e cinco, na Sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, Vice-Presidência do Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **SIBÁ MACHADO, JONAS PINHEIRO, PEDRO SIMON, OSMAR DIAS, MAGUITO VILELA, FLAVIO ARNS, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, DELCÍDIO AMARAL, LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, AELTON FREITAS, LEONEL PAVAN, EDISON LOBÃO, AMIR LANDO, VALDIR RAUPP, MARCELO CRIVELLA**. O Senhor Presidente, Senador **Sérgio Guerra**, propõe a dispensa da leitura da Ata anterior, que é aprovada. A seguir, concede a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias. Após considerações iniciais dos Senadores, o Senhor Presidente, Senador **Sérgio Guerra** coloca em votação o Item 1 da Pauta, **Requerimento N° 10**, de autoria do Senador Leonel Pavan, que requer seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Ministro da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, o Senhor José Fritsch, a fim de prestar esclarecimentos a respeito da matéria de sua área de competência, especialmente sobre a realidade e as perspectivas da pesca no Brasil, que é **aprovado**. Encaminham o Requerimento o autor e o Senador Sibá Machado. A seguir, é discutido o Item 02: **Requerimento N° 11**, de autoria do Senador Aelton Freitas, que requer a convocação, para uma Audiência Pública, do Sr. João Pedro Gouveia Vieira Filho, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom); do Sr. Eduardo Pereira de Carvalho, Diretor Presidente da União da Agroindús-

tria Canavieira de São Paulo (Unica); do Sr. Renato Augusto Pontes Cunha, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar-PE); do Sr. Roberto Holanda, Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Alcool (Alco) e do Sr. Luiz Custódio Cota Martins, Presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado de Minas Gerais (Siamig), a fim de discutir o regime tributário do setor, em especial, a incidência do PIS/PASEP e da Cofins na comercialização na cadeia do açúcar e do álcool. Colocado em votação, o **Requerimento é aprovado**. Usaram da palavra durante a reunião os seguintes Senadores: Sérgio Guerra, Osmar Dias, Pedro Simon, Aelton Freitas, Flávio Arns, Jonas Pinheiro, Gerson Camata, Delcídio Amaral, Leonel Pavan, Sibá Machado, Lúcia Vânia e Flexa Ribeiro. A Senadora Lúcia Vânia deixa registrado que a emenda sobre descontingenciamento do orçamento da Embrapa é de sua autoria. A Senadora trouxe, inclusive, o comprovante da emenda que ora faço anexar à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Há **quorum** regimental.

Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Requeiro inicialmente a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação. (Pausa.)

Aprovada.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, estamos recebendo nesta Comissão de Agricultura do Senado Federal as ilustres visitas dos Deputados Élio Rusch, Bradock e do representante do Ministério Público do Paraná, Dr. Vanderlei.

O Deputado estadual Élio Rusch, do Paraná, presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária, que teve como Relator o Deputado Bradock. Eles fizeram um trabalho muito eficiente. Foi quase um ano de visita a todas as regiões, de audiências públicas, ouvindo todos os segmentos envolvidos na questão da reforma agrária em um Estado, cujos conflitos não estão tão acentuados quanto o de V. Ex^a, que também vive conflitos, onde temos mais de setenta áreas invadidas, sem que haja reintegração

de posse, existindo até uma omissão do Estado com relação a esta questão.

Os proprietários que têm suas áreas invadidas, evidentemente, estão na Justiça aguardando os procedimentos. Foi uma Comissão Parlamentar de Inquérito que desmentiu completamente aquela versão de que as CPIs acabam em pizza. Esta CPI acabou com um relatório muito interessante, que deve, inclusive, servir de base para o trabalho que a CPMI da Terra do Senado Federal está realizando, assim como outras assembleias, como a do Estado de V. Ex^a, Pernambuco, neste momento.

Acompanhei os trabalhos da CPI da Assembleia Legislativa do Paraná com muita atenção e muito interesse, porque é um assunto relevante para todo o País e em especial para o nosso Estado.

Por considerar que o trabalho foi eficiente e sério – inclusive o relatório foi aprovado, por unanimidade, por membros da Comissão, constituída evidentemente por todos os setores partidários da Assembleia Legislativa –, solicito a V. Ex^a a licença para que os Deputados Élio Rusch e Bradock façam entrega ao Presidente da Comissão de Agricultura do Senado de uma cópia do Relatório final daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, para que este fique de posse desta Comissão e sirva-nos de consulta, porque contém informações relevantes, interessantes, para os trabalhos da Comissão de Agricultura do Senado.

Peço licença a V. Ex^a para que os Deputados Élio Rusch, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, e Bradock, Relator, façam a entrega formalmente a V. Ex^a da cópia do Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – A Presidência aceita as ponderações e sugestões do Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Os Deputados Élio Rusch e Bradock farão, então, a entrega a V. Ex^a do Relatório. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Esta Comissão acaba de receber o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária no Estado do Paraná.

Sem dúvida, trata-se de um Estado com características muito especiais. Lá no Nordeste, o Paraná é visto como uma espécie de paraíso brasileiro, porque, evidentemente, temos em nossa Região condições naturais extremamente negativas, não ocorrendo isso no Paraná.

Porém, no meu Estado, há uma CPI em andamento. Tenho sido, desde que escolhido Presidente desta Comissão, convocado de maneira sistemática para me envolver no trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de Pernambuco, que

foi convocada por iniciativa de um Deputado Estadual do meu Partido, o PSDB. Porém, até a presente data, não fiz nenhuma forma de interferência ou de apoio, entre outras razões, porque gostaria de obter um pouco mais de informação para poder colaborar.

Penso que essa experiência do Paraná poderá ser útil, não apenas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas a outras que devem estar surgindo.

Trata-se de um quadro bastante difícil. Conversei com o Governador do meu Estado várias vezes. No passado, interferei nisso. Tenho relações com setores do empresariado e com setores que representam os trabalhadores. Não tenho muita relação com o Movimento dos Sem Terra, mas com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco tenho.

Rigorosamente, penso que esse cenário está em um processo de complicação crescente e temos que examinar, de maneira tranqüila, a forma como devemos interferir.

Creio que a lição que colhi, no primeiro momento – fui informado pelo Senador Osmar Dias e pelos que estavam, e continuam, aqui presentes, pelos Deputados Estaduais e membros do Ministério Público do Estado do Paraná – é relevante, porque, pelo que sei, trabalharam de maneira sistemática, organizada, técnica, e conseguiram aprovar por unanimidade um relatório nesse campo polêmico.

Então, deve ser um trabalho de musculatura, de qualidade, e a Presidência da Comissão o recebe, com a maior satisfação, entendendo que ele deve ser relevante para nós, para que possamos fazer dele o máximo de uso, no sentido mais geral de explicação, de transferência de informação e de trabalho já realizado para setores que ainda não estão com o trabalho em andamento de maneira positivamente organizada.

O Senador Flávio Arns gostaria de dar uma palavra sobre isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Da minha parte, também, gostaria de fazer minhas todas as palavras do Senador Osmar Dias e do Senador Sérgio Guerra, que já abordaram, de uma maneira muito clara, muito lúcida, essa questão da CPI.

Realmente concordo inteiramente com essa visão de CPI, porque, muitas vezes, subsiste a idéia, no Brasil, como foi dito pelo Senador Osmar Dias, de que as CPIs terminam em pizza. Na verdade, a CPI pode ser um instrumento bom, legítimo, que abre perspectivas, que discute os temas, que aborda questões essenciais para o Brasil. Termos no Paraná, com a presença do Presidente da CPI, Élio Rusch e também do Secretário, Deputado Bradock, junto com o Ministério Público do Paraná – o Dr. Vanderlei, que está aqui presente –, sendo que este se estruturou para

ter um setor especializado em Reforma Agrária. O Dr. Vanderlei é o coordenador desse setor no Ministério Público do Paraná.

Isso considero fundamental. E temos tido avanços importantes, em termos de todo esse processo de fiscalização e acompanhamento pelo Ministério Público, por essa especialização do Ministério Público. Houve todas as audiências; as pessoas foram à Assembléia; mas sempre no campo teórico. Obter um relato é uma coisa. A CPI, juntamente com o Ministério Público visitaram as pessoas que estão em barracas, na beira das estradas, visitaram invasões, lá no Estado do Paraná, e visitaram também assentamentos naquele Estado. E, para se ter chegado a uma conclusão, em uma votação por unanimidade, seja na Comissão ou no Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, é porque houve diálogo, houve entendimento, houve também a criação de um clima para que isso acontecesse, e se chegou a essa conclusão.

Da minha parte, quero parabenizar o esforço feito pela Assembléia Legislativa, pelo Ministério Público, por todas as pessoas envolvidas neste processo. Que este exemplo do Paraná sirva, como o Senador Sérgio Guerra colocou de maneira muito clara, de referência para outros Estados que também têm que se debruçar sobre o assunto e discuti-lo, para que deixe de ser uma coisa unicamente emocional para ser uma coisa técnica, objetiva, com a participação de todos e com a participação do Ministério Público nessa forma de especialização.

Então, os meus cumprimentos a todos do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Eu queria comunicar aos Srs. Senadores que, tendo em vista requerimentos aprovados na reunião anterior, a secretaria da Comissão enviou ofícios, primeiro, a assessorias parlamentares do Ministro Ciro Gomes e da Ministra Marina Silva, relacionados no Requerimento nº 7, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, de audiência pública conjunta para tratar do plano da Amazônia sustentável.

Informo que a audiência já foi marcada para o próximo dia 3 de maio corrente, terça-feira, às 10 horas. Falta apenas articular essa audiência com a Comissão de Desenvolvimento Regional e com a Comissão de Meio Ambiente, para que possamos realizá-la exatamente nos termos aprovados aqui e em outras comissões. Então essa já está marcada para o dia 3.

Já no caso do Ministro Palocci, não tivemos ainda confirmação de data para o seu comparecimento. Ontem falei com o Líder Mercadante, pedi o seu apoio, e entendendo a urgência do requerimento, vou insis-

tir para que ele possa comparecer com brevidade a esta Comissão.

Com relação a outro requerimento que trata da reforma agrária, foram convidados o Deputado Chico Graziano, o ex-Presidente Marcelo Rezende, faltando apenas confirmar o Presidente do Incra, Dr. Rolf Hackbart, que também vai ser instado por nós para que defina um prazo para comparecimento numa audiência que vai-se dar aqui, na qual pessoas com opiniões diferentes de um órgão central para a reforma agrária deverão se pronunciar para debate com esta Comissão.

Com relação a ofício encaminhado às entidades de uva e do vinho do Rio Grande do Sul, bem como à Secretaria da Receita Federal e ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, em cumprimento ao Requerimento nº 6, de 2005, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, para encontrar solução para o setor vinícola, a Comissão já está atuando para confirmação das datas. Ontem fui convidado pelo Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara para um jantar com o Ministro da Agricultura. Nessa reunião, o Ministro mostrou-se bastante preocupado com o Orçamento, que é um dos temas da nossa reunião de hoje. Parece-me que por onde andei há uma grande reclamação sobre isso.

Essa reclamação não tem contorno, não tem desenho de coisa oposicionista, parece uma coisa generalizada. O Ministro estava bastante inseguro com as possibilidades de operar – como disse aqui em depoimento na nossa comissão – de maneira suficiente em algumas questões relevantes como da defesa sanitária e animal e em outras, do seguro agrícola. Troquei alguma experiência com ele. E acho que uma atitude que deveríamos tomar – e que terá enorme repercussão para o nosso trabalho – seria nós, membros da Comissão de Agricultura, participarmos da Comissão de Orçamento neste ano de 2005. Se tivermos quatro ou cinco ou seis Parlamentares desta Comissão com assento na Comissão de Orçamento, que vai continuar a existir apesar da minha opinião contrária – pelo menos é esse o contorno do projeto que está sendo visto aí – portanto, mantida a Comissão de Orçamento, haverá uma representação da Câmara e outra do Senado. Se estivermos lá presentes e nós Senadores ligados à agricultura temos enorme força, porque nada se aprova sem a aprovação do Senado. Estão aqui alguns companheiros Senadores que já estiveram na Comissão várias vezes e sabem que, se juntarmos quatro ou cinco Senadores lá, seguramente temos uma enorme força e vamos poder contribuir de maneira muito prática para ajudar a agricultura brasileira. Sem

o nosso voto, as coisas não andam, e o Senado não participa daquela Comissão de maneira significativa – tenho uma análise sobre isso, uma opinião sobre isso, acho um grande erro –, mas, se nós, da agricultura, começarmos a comparecer, seguramente vamos conseguir atuar muito pela questão de que a nossa presença define a segunda votação, que é no Senado, e teremos muita força para conseguirmos muito mais do que imaginamos que podemos conseguir.

Então faço um apelo aos membros da Comissão que, embora não tenham lá muita vontade de participar, alguns deles, desta Comissão, o façam no interesse da agricultura.

Vou só dar uma outra nota para passar a palavra sobre essa matéria.

Também recebi ontem documento das nossas assessorias sobre a questão da Lei de Orçamento, da evolução dos orçamentos agrícolas, das diversas contas da agricultura ao longo dos últimos quatro, cinco ou seis anos. Comecei a fazer uma avaliação, ela não está concluída porque é mais ou menos hermética a informação, não é bem compreensível e é preciso que ela seja interpretada para que possamos tirar maior produtividade dela. Já há alguns elementos que têm a ver com a agricultura no que se refere à questão de pesquisa e desenvolvimento, já estão excepcionalizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, já estão fora da linha de contingenciamento, uma parcela grande do financiamento da agricultura se dá por dentro do Ministério da Fazenda, não é do Ministério da Agricultura. Estou sentindo um quadro de muita desordem neste cenário, mas infelizmente não teria condições hoje ainda de fazer uma interpretação de tudo sobre o qual fui informado, além das informações que colhi ontem nessa reunião com o Ministro da Agricultura. Na próxima reunião nossa, próprio tomarei a iniciativa de expor o que reunimos de informação sobre isso para uma interpretação do nosso conjunto.

Ouçó o Senador Osmar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, é sobre o assunto do Orçamento. Ontem, uma notícia de jornal muito preocupante e outra hoje – quem leu os jornais hoje pôde ver na seqüência. A primeira de ontem o Ministro da Agricultura propondo que recursos do Ministério da Saúde sejam deslocados para atender às necessidades do Programa de Vigilância Sanitária do Ministério da Agricultura, confessando que não existe recurso no Ministério da Agricultura para atacar um problema fundamental para que o País continue exportando, como fez o ano passado, US\$6 bilhões de carne.

E tenho falado aqui – parece pessimismo, mas não é: o Uruguai se descuidou e lá um foco de febre

aftosa impediu-o de exportar carne por dois anos. Para o Uruguai, o prejuízo chegou a US\$1,8 bilhão. Se isso ocorrer no Brasil, o prejuízo será muito maior porque temos ainda uma importante participação de carne de frango e carne de suíno. Tivemos já um problema pequenininho no Amazonas, que repercutiu em todo o País porque os países concorrentes utilizam-se dessas questões como barreiras comerciais, usam os problemas sanitários como barreiras comerciais, e o Brasil parece que não está ainda, ou pelo menos o Governo brasileiro não acordou ainda para esse problema que é muito sério. Se não colocarmos dinheiro na vigilância sanitária para fazer um trabalho nos portos, nos aeroportos, nas fronteiras secas que temos, estaremos sempre com o risco da invasão de uma doença, seja ela no rebanho bovino, a febre aftosa. Paraguai é um país que não tem uma condição sanitária adequada; abate em árvore é praticamente uma regra. A Argentina tem focos de febre aftosa estourando quase sempre. Aquilo que ocorreu no Estado do Senador Pedro Simon, Rio Grande do Sul, não foi culpa do Estado do Rio Grande do Sul, mas a responsabilidade acabou sobre os ombros dos gaúchos porque a febre aftosa entrou pela fronteira vindo da Argentina. E estamos esperando para ver o que acontece. O Governo brasileiro não está sendo responsável nesta questão, pois está deixando que os nossos concorrentes possam, inclusive, estimular que uma doença ocorra aqui. Por que não?

Já tivemos problema da ferrugem asiática na soja. Denunciei isso no Plenário. Aquele dia em que fiz a denúncia, alguns Senadores acharam que eu estava exagerando. Um técnico americano entrou numa lavoura da Bahia sem nenhuma autorização do Governo brasileiro. Aí, quando ele foi pego de surpresa, disse que estava lá coletando material para levar para exame de laboratório. Quem me disse que ele não estava distribuindo os esporos da ferrugem? Tanto foi grave a situação que denunciei, que depois o governo americano demitiu esse cidadão do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, porque também o governo americano desconfiou de uma ação criminosa daquele técnico. Não podemos deixar as nossas fronteiras tão desprotegidas, somente com aparato de vigilância sanitária. E, com um modelo de vigilância sanitária único no País, vamos impedir que isso aconteça.

Então, os R\$24 milhões que estão sendo destinados para a vigilância sanitária é um valor ridículo. Precisamos, sim, fazer com que este assunto seja tratado com seriedade pelo Governo. O Ministro Palocci tem que vir logo, porque não apenas este assunto, mas também a questão do financiamento de safra, o plano de safra... Hoje a notícia é que os recursos para o plano de safra serão inferiores ao do ano passado

e insuficientes para atender à demanda que cresceu. Se a agricultura vem de um ano ruim, está comercializando a safra num momento difícil, com preços achatados, neste ano é que seria necessário aumentar os recursos de crédito para sustentar o plantio da nova safra. E o anúncio é que os recursos serão menores e que teremos problemas de financiamento para próxima safra.

Então, o Ministro Palocci precisa comparecer, e logo. Reitero, portanto, o pedido a V. Ex^a para que o Ministro Palocci esteja aqui o mais rápido possível. Se possível, na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Gostaria de consultar os Srs. Senadores que gostariam de se pronunciar sobre esta matéria: as convocações feitas e a questão do orçamento?

Concedo a palavra, Líder do PT, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, faço coro às palavras do competente Senador Osmar Dias. Primeiro, porque a questão da defesa sanitária é grave, muito grave. Meu Estado é fronteiro, e faz fronteira, como Senador Osmar Dias citou, com o Paraguai.

Os vários focos de aftosa no Mato Grosso do Sul vieram do Paraguai, onde as práticas... O Senador Osmar Dias foi muito claro aqui com relação às práticas adotadas no país vizinho.

Tivemos a honra de receber o Ministro Roberto Rodrigues, na sexta feira passada, em Campo Grande. Ele fez uma exposição dramática manifestando essa preocupação. Pensei que eram R\$37 milhões, Senador; agora, V. Ex^a está dizendo que já são R\$24 milhões; para um orçamento... R\$37 milhões a defesa todas. Foi um número que o Ministro Roberto... Não muda nada, até porque o orçamento que tinha sido previsto, Sr. Presidente, era de R\$150 milhões, ou R\$160 milhões. E essa é uma questão grave, uma questão seriíssima, não só para Mato Grosso do Sul, mas para todos os Estados, como muito bem mencionou aqui o Senador Osmar Dias.

Queria também me irmanar nesse trabalho, no sentido da conscientização e da busca dos recursos necessários, até porque, Sr. Presidente, hoje as grandes dificuldades, as dificuldades que temos para exportar carne bovina, suíno, aves... Hoje, os países para criar barreiras não criam mais alíquotas. Agora a barreira maior é a saúde animal. Então, não podemos brincar com isso; não podemos nos expor a um mercado internacional absolutamente competitivo, com todo o potencial que o Brasil tem, especialmente na comercialização de carnes.

Então faço coro com o Senador Osmar Dias, porque esse assunto é absolutamente necessário.

Pegando uma carona no que disse V. Ex^a, que é um homem disciplinado e organizado, ressalto rapidamente que sei que hoje V. Ex^a terá uma audiência com Deputados estaduais do Mato Grosso do Sul para tratar de um assunto sério: a relação dos criadores, dos pecuaristas com os frigoríficos. A Comissão de Agricultura precisa efetivamente trazer essa discussão para uma audiência pública porque esse assunto é importante, grave e tem mobilizado a classe produtora do meu Estado e, acredito, a classe produtora de outros Estados brasileiros. Ressalto a importância de discutirmos esse assunto na Comissão de Agricultura do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Agradeço as palavras dos dois Senadores e informo que a nossa agenda de audiências já está aprovada. Podemos colaborar, atuando em conjunto. O Senador Delcídio Amaral pode ajudar muito, especialmente no caso do Ministro Antônio Palocci, solicitando a S. Ex^a que compareça com a maior brevidade possível. Se trabalharmos bem, concluiremos a nossa agenda lá para o dia 15 do mês que vem. As nossas reuniões não podem ser exclusivamente audiências públicas. No dia 15, estaremos com essa fase introdutória resolvida.

Há duas iniciativas que eu, de maneira concreta, procurei operar hoje. A primeira, uma audiência na área do açúcar. Brevemente discutirei o assunto com o Senador Aelton Freitas, que foi o primeiro Senador a abordar essa questão aqui. A segunda, uma audiência com o Ministro da Pesca, que é uma das atividades com as quais trabalhamos. Já ouvimos o Ministro da Agricultura, o Ministro da Reforma Agrária e seria de bom alvitre que também ouvíssemos o Ministro da Pesca, por uma questão de responsabilidade, pela extensão que a questão tem em várias áreas do Brasil, inclusive na minha área, no Nordeste. Seria conveniente ouvi-lo. Se cumprirmos essa agenda, teremos feito um bom trabalho nesse campo.

Há um dado que queria desenvolver, no máximo, hoje, numa perspectiva bem prática. Sugiro, Senador, que, mantida a comissão de Orçamento, os Senadores participem da reunião da área da agricultura, pois teremos capacidade de interferir no interesse da agricultura nessa questão porque um **quorum** de Senadores tem muita força na Comissão desde que compareçam. Ter quatro ou cinco Senadores da área agrícola pode valer muito do nosso ponto de vista. É o primeiro capítulo.

O segundo capítulo é o seguinte: sempre defendi que as comissões permanentes produzissem políticas e emendas: que discutissem políticas ao longo do ano,

acompanhassem os projetos e, no final do ano, produzissem emendas. Mas essas emendas não deveriam ser produzidas no final do ano, na Comissão de Orçamento, de maneira mais ou menos desorganizada. Comecei a trabalhar essa questão.

Um dos argumentos contrários a isso é que haveria uma prioridade na Câmara e outra no Senado. A Comissão de Educação teria um ponto de vista na Câmara e a Comissão de Educação teria outro ponto de vista no Senado. Não é assim. Comecei a discutir a questão de maneira objetiva com a Comissão de Agricultura da Câmara, e o consenso é óbvio.

Não sou uma pessoa que tenha o conhecimento intelectual que têm vários companheiros que estão aqui, de uma maneira geral, e, de uma maneira especial, na área da agricultura. Mas já estou pautado pelos fatos que são muito relevantes. Ninguém inventa a realidade. A realidade se impõe àqueles que têm responsabilidade real e pública.

É fácil que nós, em conjunto, tenhamos uma definição de qual é a posição do Congresso sobre a agricultura, qual o ponto de vista, quais as políticas que aprovamos, quais os recursos que desejamos – isso, sim, é a construção de uma lei de orçamento –, em vez de um processo anárquico em que as pessoas assinam um papel, propõem emendas cujo valor não vale nada e o resultado, seguramente, para 80% dos casos também não vale. Mas não sei se isso vai prevalecer. Estou discutindo.

Há uma comissão organizada para discutir esse assunto, mas não sei se vai prevalecer. A Câmara, por exemplo, pretende. Creio que podemos apoiar isso e fazer uma mobilização grande, em conjunto, para discutir temas da agricultura. Tenho certeza de que todos concordarão com isso. Quanto mais forte for o argumento, quanto mais forte for a representação de quem faz o argumento, mais validade daremos ao nosso trabalho.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, discutirei três assuntos que já vieram à baila. Um deles diz respeito ao Orçamento. Estou há 22 anos na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. A situação permanece como V. Ex^a está pensando. Nos últimos anos, tudo o que se faz na Câmara em termos de proposta ao Orçamento nas chamadas emendas de Bancada, emendas de Comissões, é homogeneizado conforme ocorre no Senado. Porém, nesta Casa não havia a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Havia apenas a Comissão de Assuntos Econômicos que era muito mais extensa. Sempre analisamos juntos os interesses da agricultura por estarmos preocupados com os problemas trazidos pelo Ministério da Agricultu-

ra. Eram elaboradas as emendas na Câmara e também no Senado e sempre trabalhamos dessa forma.

Pasme, Sr. Presidente. Não tenha dúvida de que esta Casa, o Congresso Nacional, tem sustentado o Orçamento do Ministério da Agricultura, principalmente em relação à Embrapa quanto à questão de assistência técnica e de extensão rural, porque o Poder Executivo destina muito pouco a esse órgão. Portanto, acredito que uma das vantagens da instalação desta Comissão, presidida por V. Ex^a, é a análise do Orçamento.

Sr. Presidente, citarei outro assunto já abordado por V. Ex^a. O Senador Osmar Dias expôs à Comissão, por intermédio de dois Deputados, um assunto relativo à CPMI da Reforma Agrária no Paraná que diz respeito às invasões de terra. Sr. Presidente, Mato Grosso é um dos Estados onde havia mais invasão de terra. Porém, a Constituição Federal protege o direito de propriedade, conforme estabelece o art. 184. Quando a terra não cumpre a função social e é improdutiva, ela é desapropriada e distribuída àqueles que não têm terra e a merecem. Quem não torna a sua propriedade produtiva não tem direito de tê-la. Entretanto, terra produtiva não pode ser invadida. Se o Governo quiser determinada área para assentá-la, deve comprá-la. Esse preceito está na Constituição. Felizmente, o Poder Judiciário interpreta dessa forma.

O que ocorre no Mato Grosso hoje? Quando uma área é invadida no Mato Grosso, o proprietário entra com um processo de reintegração de posse, o juiz outorga essa reintegração de posse, e o Governo do Estado de Mato Grosso, sem titubear, autoriza o órgão próprio a conversar com os invasores. Caso não saiam, a Polícia vai ao local e os retira. Evidentemente, isso não quer dizer que o Governo não quer ajudar quem não tem a terra. Pelo contrário. O Governo ajuda, compra e distribui, mas faz tudo conforme a lógica e a legalidade. Se não estiver de acordo com a legalidade, o Governo do Estado do Mato Grosso não aceita. Por isso, hoje não se fala mais em invasão de terra no Estado de Mato Grosso. Há algumas glebas remanescentes, que estão sendo aos poucos resolvidas. E como? O Governo indica as áreas a serem compradas, porque existem áreas que já foram invadidas há sete, oito, dez anos. Quem está lá dentro já tem casa, pegou Pronaf, tem suas árvores permanentes. É um absurdo tirar esse pessoal; portanto, faz-se o entendimento.

Sr. Presidente, voltemos agora à defesa. Esse negócio da aftosa é muito complicado. Aquele foco em Vista Alegre, no Amazonas, deixou o Mato Grosso até hoje sem poder exportar carne, sobretudo para a Rússia. O senhor sabe o porquê, Senador Osmar? Porque o acordo que temos com a Rússia afirma que

não pode haver exportação por parte dos Estados que apresentem um foco de aftosa, por pelo menos dois anos, além de se formar o chamado cinturão de defesa, de proteção, no Estado vizinho. Portanto, o Mato Grosso, o maior produtor de gado do País, não pode exportar para a Rússia. Certas regiões desse Estado não podem exportar porque são vizinhas do foco, que está a 700 km da divisa do Estado do Mato Grosso. Se aparecer um foco numa das regiões que hoje é considerada como livre de febre aftosa, por vacinação, estaremos, a essa altura, liquidados. Já comentaram sobre a aftosa. No Mato Grosso, como no Mato Grosso do Sul, quem vacina o gado dentro da Bolívia, numa distância de 50 km da divisa, é o Indea – Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso –, a fim de impedir que a aftosa de lá venha atacar o gado matogrossense. Estamos fazendo todo esse trabalho, mas, se o Governo federal não fizer a sua parte, o Brasil corre perigo.

Sr. Presidente, estou vindo agora do Ministério da Agricultura, de uma reunião com o Dr. Ivan Wedekin. Lá está a representação de Mato Grosso, por meio do Secretário da Cultura, do Presidente da Federação, das associações de produtores de soja e outros produtos, e estamos diante, hoje, de um grave problema. Lembro-me, Sr. Presidente, de quando surgiu, lá na área dos índios Parecis, um foco de gafanhoto. O Governo Federal antecipou aquela nuvem de gafanhotos e combateu, com medo de invadirem Goiás e, posteriormente, o Brasil.

Hoje, estamos diante da chamada ferrugem asiática.

Sr. Presidente, a produção de soja no Brasil vai tornar-se inviável, porque íamos produzir 65 milhões de toneladas de soja e não vamos passar de 53 milhões. E não é só por causa da seca do Sul. Diria ao senhor que os produtores do Sul, que produziram de 25 a 30 sacos por hectare, estão melhores que os produtores do Mato Grosso, que produziram 50 sacos, porque lá houve seca e não houve o ataque intenso de ferrugem. No Mato Grosso e na região Centro-Oeste, existem lavouras em que foram feitas quatro aplicações de defensivos agrícolas contra ferrugem. Isso rouba 12 sacos de soja por hectare. Portanto, era o lucro do produtor que estava indo junto com três a quatro aplicações de fungicida contra ferrugem. Pois bem, hoje a produtividade do Mato Grosso, que é de 55 sacos por hectare – uma produtividade extraordinária – dá muito mal para pagar o custo de produção dentro do Estado. Fica o Finame para trás etc.

Agora, estava participando dessa reunião. Os produtores vieram, com muita responsabilidade, trazer ao Governo Federal sua grande preocupação com essa

praga, com essa doença que é a ferrugem, que pode dizimar a soja no Brasil.

Vejam o que acontece nos Estados Unidos. Caso se perceba, nos Estados Unidos, algum sintoma, já começam a combater, por conta do governo americano, a ferrugem. Nós estamos com a ferrugem em nosso quintal, acabando com a nossa lavoura, e não sabemos onde vamos parar. Há três anos, era uma aplicação de fungicida. No ano seguinte, duas aplicações. Depois, três aplicações. Hoje, está em quatro aplicações, que comem doze sacos de soja por hectare, é o lucro. Por isso, não fui muito pessimista ao dizer que, a continuar assim, será inviabilizada a produção da soja no Brasil. Até que a pesquisa, até que a ciência, até que a biotecnologia descubra variedade resistente, será inviável plantar soja no Brasil, principalmente na Região Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Queria dizer que, como Senador, como presidente, como brasileiro, ouço com imensa preocupação os comentários que estão sendo feitos aqui e, de uma maneira especial, esse comentário. Eles dão a medida da nossa imprudência. Não diria irresponsáveis, mas estamos bastante próximos disso, porque não prover uma situação dessa, não trabalhar sobre ela é permitir que ela ameace de forma concreta uma economia desse tamanho, com o tamanho social que ela tem. É algo inacreditável!

Acho que o Senador Delcídio podia nos ajudar muito nisso. O Ministro Palocci é um homem público que todos admiramos. Acho que o depoimento da Comissão de Agricultura sobre esses fatos, com o grau de sinceridade que percebo aqui, seguramente, vai sensibilizar o Ministro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Desculpe-me interrompê-lo, Sr. Presidente, mas gostaria de lhe informar que esse grupo de líderes está em Brasília e queria participar desta reunião. Entretanto, eles não tinham concluído a reunião com o Dr. Ivan Wedekin e ainda iriam para a CNA, junto com o Dr. Wedekin, para tratar do mesmo assunto. De qualquer forma, é possível que, ainda hoje, eles venham aqui contar a história.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Acho que temos o compromisso de esclarecer o Ministro da Fazenda sobre esses fatos. Não pode haver prioridade mais prioritária do que essa, mais urgente do que essa.

O Senador Aelton estava inscrito para falar, mas a discussão sobre esse assunto, de maneira muito democrática, foi se ampliando.

Concedo agora a palavra a V. Ex^a.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, Srs. Senadores, foi oportuno ficar para falar depois do Senador Osmar Dias, do Senador Delcídio e do Senador Jonas. Eu ia falar da reunião para a qual V. Ex^a e esta Comissão me designaram para participar na cidade de Bebedouro, para tratar de um problema grave da citricultura.

No entanto, após ouvirmos esses quinze minutos de discurso aqui, o que desejo é que esta reunião entre no ar, ao vivo, pela TV Senado. Espero que a TV Senado exiba esta reunião num momento de grande audiência, porque aqui houve uma reflexão que tinha de passar no horário mais nobre de todos os jornais, de todas as televisões.

Sr. Presidente, a criação desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Reforma Agrária nesta Casa foi algo extremamente importante. Há aqui pessoas que estão sentindo na carne... Apesar da promessa de criação de oito milhões de empregos por parte de nosso Governo, corremos o risco de ver desabarem dois segmentos e, talvez, um terceiro.

Apesar do alerta do nobre Senador Osmar Dias, o Governo nada fez. A ferrugem asiática atingiu a soja no ano passado. É a segunda vez que ouço esse nobre Líder falar da aftose. Por inseqüência de duas ou três pessoas, nosso País fica inviabilizado no que tange à exportação de carne. Basta que dois ou três irresponsáveis anunciem um foco em alguma região do País e aquela região foi.

Estou sentindo a mesma dor, Senador Jonas Pinheiro, no que tange à citricultura, um segmento que hoje, apesar de decadente, há cinco anos consecutivos, gera 450 mil empregos diretos, mais de 1,2 milhão indiretos, com a mesma dificuldade. Constatamos nisso tudo a ausência do Estado. E prevenir – é um ditado antigo – é melhor que remediar.

Sr. Presidente, quero fazer coro ao alerta que os Senadores Osmar Dias, Delcídio Amaral e Jonas Pinheiro fizeram para que a nossa Comissão realmente faça o que V. Ex^a está sugerindo: que conclamemos a presença do Ministro da Fazenda aqui, porque o Ministro Roberto Rodrigues já está rouco de tanto gritar sozinho. O nobre Ministro, que tem o conhecimento, o sentimento, e está angustiado por ser um Ministro de Governo, um dos mais competentes e mais preparados para essa área, poderá sentir o que está acontecendo, que vou relatar aqui também, no que tange à citricultura, cultura da terra do Ministro Roberto Rodrigues.

Nos últimos cinco anos, Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, Srs. Senadores, a citricultura na região de Bebedouro, que é chamado de “cinturão verde”, que teve seu auge na década de 80 e parte

da década de 90, reduziu, de 1999 para cá, em 60% a sua área plantada.

Lá estavam presentes também o nobre Senador Eduardo Suplicy e os Deputados Federais por São Paulo Mendes Thame e Jamil Murad, juntamente com o Prefeito da cidade de Bebedouro, que nos acolheu, o Prefeito de Tabatinga, de Nova Europa. Municípios que quase tinham só laranja vendo a erradicação das suas lavouras, o desemprego e até o aumento das favelas, quanto mais nas cidades.

Mas fomos recebidos pelo Presidente da Citrosuco, pelo Presidente Associtrus, Dr. Carlos Carvalho Pinto, com mais de 500 produtores rurais. E a preocupação é uma só: sair do negócio. O País hoje tem apenas quatro grandes esmagadoras de suco – eram cinco – e com a fusão da Citrosuco e da Cutrale, que foi o que ouvimos lá, dificultou mais ainda, porque tem uma concentração de comparadores, de esmagadoras e não há opção para os demais.

Em 1999 houve, praticamente, segundo ouvimos na reunião – vou passar por escrito para V. Ex^a –, uma cisão das conversas, a impossibilidade das conversações, do diálogo entre produtores e empresa. Com isso, dificultou-se muito e aconteceu o que estão chamando de monopólio e, o mais importante, um *dumping* para os produtores americanos.

Segundo o Deputado Mendes Thame, que é do segmento e conhece bastante, S. Ex^a está levantando porque pensa que as empresas brasileiras estão tendo incentivo grande para entrarem nos Estados Unidos, provocando *dumping* aos produtores de lá. Com isso, sufocam os produtores daqui e acabam sonhando até impostos.

Quero sugerir, Sr. Presidente, se fosse possível, provocar também um debate nesta Comissão, que é o fórum apropriado, do segmento da Associação dos Citricultores, da Coopercitrus, que é a maior cooperativa de citricultores do País, que também é daquela região, e de representantes das empresas, porque são só quatro no País, para que esta Comissão provoque, quem sabe, uma acareação ou o que for para acharmos uma saída, uma alternativa, porque é outro segmento que está definhando.

Em apenas três segmentos notamos aqui. Na área da soja, foi o que ouvimos do Senador Jonas Pinheiro, o País está ficando inviável nesse segmento, com o risco de febre aftosa, que pode acabar com a nossa exportação, com o que muitos têm chamado de *dumping* dos frigoríficos para com os produtores, não deixando o preço da carne subir. Ouvimos clamor de produtores de toda natureza.

E se inviabilizar a citricultura num País que tem tudo que os recursos naturais poderiam ter de bom,

podemos dizer: que País é este? E o que estamos fazendo aqui e por quê?

Sou do bloco de apoio do Governo e quero pedir permissão aos meus nobres colegas: que Governo é este? Somos responsáveis, o problema é nosso, a responsabilidade é nossa e estamos no lugar mais apropriado para discutirmos e ajudarmos o Governo a encontrar uma saída e, pelo menos, dar condições de o brasileiro continuar trabalhando e dizer com orgulho que é brasileiro.

Esta comissão tem uma importância tamanha e, se Deus quiser, o nosso trabalho será muito bem feito, da melhor maneira possível, com toda a boa vontade que esta Comissão tem.

E estou também, Sr. Presidente, engrossando fileira com V. Ex^a na Comissão de Orçamento, Fiscalização e Controle. Quero cada vez estar mais próximo da experiência que V. Ex^a tem, da pessoa que é, até com o seu lado humano, para nos ajudar, com a pouca experiência, mas tendo um voto de Senador, em todos os sentidos, para ajudar ou reforçar fileira com V. Ex^a, com os nobres companheiros aqui na agricultura, na Comissão de Orçamento, Fiscalização e Controle, e também na Comissão de Assuntos Econômicos. Porque as coisas não podem continuar como estão neste Brasil, e a ausência do Estado em todos os lugares em que ele se devia fazer presente, pelo menos para limitar um piso e um teto em tudo que está acontecendo, e não esse abandono, deixando apenas pelo mercado. Porque o mercado sempre foi assim: quem pode mais, engole o menor. E, infelizmente, estamos notando isso em todos os segmentos. Mas há culpa também na precaução, no equilíbrio e na garantia de mercado e de valor mínimo em cada um, do que foi já explanado aqui pelos nobres Senadores que me antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Quería agradecer a palavra do Senador Aelton Freitas. Hoje, a Senadora Ana Júlia Carepa está representando esta Comissão numa reunião internacional no Panamá. Eu acho que a nossa presença em eventos de diversos tipos é muito importante para o Senado e muito importante para o que fazemos aqui.

Penso que este trabalho que vamos fazer, que é importante para o nosso mandato, é muito importante para o Senado, vai dar um grande resultado. Surgiram aqui duas proposições que me parecem muito sensatas e que deviam ser formuladas: uma, do Senador Delcídio Amaral, no interesse de investigarmos em profundidade essa questão do monopólio, se há monopólio na questão do frigorífico, porque é vital. E a segunda é a que o Senador Aelton nos coloca, do ponto de vista da citricultura. Já fui, um tempo atrás,

advertido por amigos meus na área de citricultura sobre esse fato, e é bastante preocupante. Poderíamos também ter uma audiência pública com essa finalidade. É o caso dos dois formulários, os requerimentos, para que possamos legitimar o esforço para construção dessas audiências públicas.

Há uma decisão que queremos submeter à Comissão, que é a seguinte: realizarmos as nossas reuniões de Comissão de Agricultura não mais nesse horário, mas às 9 horas da manhã da quarta-feira, quer dizer, antes do horário da CCJ. A ponderação é de que – e o Senador Osmar Dias estava há poucos minutos me convencendo disso – os Senadores são agricultores, muitos são tiradores de leite e acordam cedo. Segundo, que os Senadores efetivamente podem estar aqui às 9 horas da manhã. Sinto que o grau de preocupação que temos pode produzir aqui um conjunto de dez, ou mais de dez Senadores muito aplicados. Vamos fazer um grande esforço para que todos tenham o que fazer, porque é uma forma de contribuir e realizar o mandato. Mas se nos reunirmos de manhã, na quarta-feira, talvez seja mais fácil trabalharmos em ordem, sem essa competição com a CCJ, que é uma competição desigual.

Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Sérgio Guerra, Presidente, tive já uma experiência como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, antes de a Senadora Lúcia Vânia presidi-la, com a competência que todos viram. Mas lá sempre fizemos as reuniões às 9 horas, antecipando, com uma vantagem, porque depois que houve um novo critério para a TV Senado cobrir os trabalhos das Comissões, parece-me que o critério é que a reunião que começar antes tem a cobertura ao vivo. E penso que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, começando às 9 horas, teria a cobertura ao vivo, coisa que não tem hoje. E essa concorrência com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é muito dura. Teremos problemas com o **quorum**, se continuarmos com esse horário das onze horas. Então, quero concordar com V. Ex^a. Acho que o melhor horário é às 9 horas. Só que tem que combinar para começar às 9 horas mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Penso também que é muito sensata a proposta. E imagino que possamos fazer reuniões de Comissão que não demorem mais de uma hora. Se formos produtivos – e acho que devemos ser –, não precisamos de uma hora para tomarmos as decisões que temos que tomar. As audiências públicas não, essas se justificam, essas têm **quorum**, mobilizam interesses e têm participação de muito mais pessoas. Para essas, não

devemos ter problema de quorum. Nós temos problema para as chamadas reuniões regulares.

Há dois requerimentos que eu gostaria de votar imediatamente, antes de conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para que concluamos essa fase da nossa reunião. O primeiro é um requerimento, de autoria do Senador Leonel Pavan, de audiência pública com o Ministro da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, José Fritsch, a fim de prestar esclarecimentos sobre a realidade e as perspectivas da pesca no Brasil. Esse é um campo da nossa Comissão. Há um Ministro designado para a área, e ela não foi tratada aqui como foram as outras duas: reforma agrária e agricultura.

Com a palavra o Senador Leonel Pavan, autor do requerimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiramente, lerei a justificação do requerimento. Mas ouvi aqui alguns Senadores falarem sobre a questão da Agricultura, e o Senador Aelton Freitas disse aqui que o Ministro Roberto Rodrigues já está rouco de tanto falar e alertar. Todos sabemos que o Ministro Roberto Rodrigues é competente, responsável, bem-intencionado e conhecedor do setor. Mas eu pergunto a quem cabe recorrer quanto aos atuais ou futuros possíveis problemas sobre os quais alertam os Srs. Senadores. Se forem levados diretamente ao Presidente da República os fatos que poderão ocorrer e que estão ocorrendo, o Presidente vai chamar o Ministro para discutir. Se o Ministro for procurado, ele vai consultar o Presidente da República, Lula. A quem recorrer? Se o Ministro está rouco e não é atendido, existe alguma interferência em sua atuação no Ministério da Agricultura. Por que motivo? Se o Ministro não tiver a competência, se a sua voz não for alcançada, então ele está fadado a um insucesso total, a um problema seriíssimo no futuro. O Ministro já demonstrou que tem competência, tem conhecimento, tem o apoio da Oposição e da base do Governo. Ele é quase querido por unanimidade. E se os problemas aqui levantados não tiverem solução é porque existe ingerência na questão. O Sr. Antonio Palocci, o Sr. José Dirceu, não sei quem, mas alguém deve estar colocando o dedo aí, tentando frear algo.

Já se comenta que a agricultura no País, cantada em verso e prosa, que cresceu, evoluiu e poderá evoluir muito mais, poderá ter problemas no futuro. Podemos ter problemas no futuro! Todos sabemos que muito do que hoje está sendo comemorado é em decorrência do que aconteceu no passado. Houve muita preparação, mas agora começaram os problemas. Poderemos ter dificuldades no futuro se não tomarmos providências agora.

Eu não sei por que ficar rouco. Rouca tem que estar a Oposição de tanto pedir. Ora, o Governo ficar rouco por não conseguir é o mesmo que estar chutando contra a sua própria trave, querendo fazer gol contra.

Eu não sou agricultor e não tenho fazenda. A minha fazenda, agora, é o mar, a praia. Quero apenas justificar o nosso requerimento.

O presente requerimento visa, com a realização de audiência pública, a obtenção de informações sobre programas desenvolvidos pela Secretaria Especial da Agricultura e Pesca, assim como a apresentação de análise da conjuntura do setor de pesca e de aquicultura, incluindo as suas perspectivas para os próximos anos. Além disso, é de premente importância que sejam apresentadas as políticas que vêm sendo proporcionadas pelo Governo Federal para o desenvolvimento da pesca e o fomento da aquicultura, com o fim de se promover a expansão da produção com o uso de tecnologia apropriada que atenda às leis ambientais, que contribua para a ampliação da segurança alimentar e que gere emprego e renda, tão essenciais para o desenvolvimento do País.

O Ministro José Fritsch é de Chapecó, região oeste de Santa Catarina, portanto aqui a justificativa do requerimento.

Parece-me que o Supremo está dizendo que ele não é Ministro, que é Secretário, mas vamos deixar como Ministro, pela vontade do Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu acho, Sr. Presidente, o requerimento pertinente e importante. Trata-se de uma área muito nova com autonomia, uma área muito nova do Governo e que fazia parte de um espaço de trabalho do Ministério da Agricultura e tudo que é novo o Governo tem dificuldade de implantação. Falta equipe, falta orçamento, falta tudo.

E realmente é uma área meio esquecida no debate do crescimento nacional. As ações da pesca estão muito pouco divulgadas, embora todos os Ministérios atravessem problemas, mas acho de um proveito muito grande que nós possamos fazer esse debate aqui.

Eu fico impressionado porque nós estamos tratando do aproveitamento de uma série de rios para que moradores pobres de cidades ribeirinhas, moradores ribeirinhos em geral trabalhando, há uma geração de oportunidade de trabalho, pesca, como eles chamam nos tanques-redes, pesca lacustre, pesca fluvial, pesca marítima e de outros tipos. Não tenho escutado falar, Sr. Presidente, sobre uma ação das empresas desse setor. Tenho escutado falar muito da participação do pequeno mais como subsídio e renda, uma questão mais de subsistência e isso realmente é uma preocupação.

Acho que nada melhor do que ouvir o Ministro Frisch para poder ter uma parâmetro melhor das ações do Governo nessa área, que julgo muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Vou ler aqui, ainda, um convite formulado pelo Secretário de Política Agrícola, Dr. Ivan Wedekin, órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, convidando membros dessa Comissão para participar de Seminário: Novos Instrumentos Privados para o Financiamento do Agronegócio, a realizar-se no dia 14 de abril corrente, quinta-feira, a partir das 9 horas, na cidade de São Paulo.

O referido seminário terá presença de Ministros e de várias personalidades que fazem opinião nesse campo.

Eu consultaria se algum Senador estaria disponível para comparecer a esse seminário.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, além da sua indicação anterior, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – V. Ex^a já está indicado para esse mesmo seminário?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sim, eu já estou indicado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Para o da Fiesp também, não é?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É esse mesmo.

São os novos métodos de financiamento. Inclusive essa foi uma medida provisória da qual fui relator. De forma que eu iria, representando ou não a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Representando a Comissão, o Presidente, as nossas idéias e aspirações, o Vice-Presidente.

Mas alguém disse aí que eu sou aplicado e organizado. Quero dizer que sou aplicado; organizado eu não sou, mas a assessoria tem que resolver. Eu não posso submeter o mesmo convite à Comissão duas vezes.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Senadora Lúcia Vânia com a palavra.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento. Na sessão passada, foi falado aqui por V. Ex^a sobre o descontinenciamento do orçamento da Embrapa como sendo uma emenda do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Essa emenda é de minha autoria e eu gostaria de deixar registrado isso em ata, porque tenho rece-

bido muitos cumprimentos pela emenda e não quero que esses cumprimentos sejam vistos como indevidos. Portanto, solicito a V. Ex^a que faça o registro em Ata. Inclusive trouxe o comprovante da emenda para que conste na Ata da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – V. Ex^a será atendida.

Como estou aguardando requerimento do Senador Aelton Freitas sobre audiência na área de açúcar, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra; Sr. Vice-Presidente, Senador Flávio Arns; Sr^{as} e Srs. Senadores, faço minhas as palavras dos Senadores que me antecederam ao fazerem suas explanações – e as fizeram muito bem – se referindo à angústia vivida pelo setor agrícola, no que diz respeito aos problemas da soja, da aftosa, da citricultura e da questão orçamentária.

Sr. Presidente, peço o apoio de V. Ex^{as} e trago uma pequena notícia, porém, boa, e que em um futuro próximo pode se tornar uma grande notícia para a Nação. Ontem, o Plenário do Senado aprovou, no mérito, com votos da Oposição construtiva, matérias relativas ao biodiesel, ao PIS, ao Cofins, ao microprodutor e ao produtor-importador do biodiesel.

O Estado do Pará, hoje, é o maior produtor, no Brasil, do óleo de palma, o nosso dendê. Temos uma área de 60 mil hectares plantada, além de um potencial de área propícia para o plantio dessa palma da ordem de dois a três milhões de hectares. Isso só no Estado do Pará, sem contar com a Amazônia.

Ainda ontem, no plenário, o Senador Rodolpho Tourinho nos trouxe a cifra fantástica da ordem de 18 milhões de hectares para o plantio de oleaginosas, em termos de território nacional.

Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, convido à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado a fazer uma visita ao Estado do Pará, a fim de conhecer, **in loco**, uma experiência que lá está sendo desenvolvida há décadas, inclusive tal experiência fez com que o Pará se tornasse o maior produtor de *palm oil* do Brasil, não só de óleo bruto para exportação, mas na agroindústria, produzindo óleo comestível no refino, produzindo margarina vegetal. Então, hoje, temos uma indústria de biodiesel, proveniente do óleo de palma, que está pronta para produzir em escala industrial, e que será inaugurada nos próximos dias. Inclusive o Governador Simão Jatene, hoje, deve estar visitando o projeto, o qual, desde o seu início, teve o apoio financeiro do Governo do Estado para que ela se tornasse realidade.

E mais: tendo em vista a parceria do Governo do Estado com um grupo empresarial, criou-se um

assentamento para a implantação da agricultura familiar, assentamento formado por colonos, que seriam monitorados pela citada empresa, que lhes daria a semente, a tecnologia e, evidentemente acompanharia esse trabalho. Então, os colonos seriam assentados em agrovilas e explorariam uma área de quatro hectares para o estabelecimento de uma renda, que giraria em torno de US\$120 por família, com um custo estimado de US\$25 mil por assentamento.

Sr. Presidente, tentamos implantar isso no Pará há mais de dez anos. Tentamos mostrar ao Incra que o modelo de reforma implantada seria bem diferente se fosse seguido esse modelo de agricultura, ou seja, que se usasse o óleo de palma ou o plantio das palmáceas para haver êxito, diferentemente do modelo que vem sendo implantado pelo Incra, que, em sentido contrário, promove o êxodo do colono implantado com um custo muito superior àquele praticado no projeto da palmácea.

Apresentei hoje, no plenário do Senado, um projeto de lei, ao qual peço o apoio a todos os nossos Senadores e Senadoras. Inclusive ao Líder do PT, Senador Delcídio Amaral, que já não se encontra presente, do Senador Sibá Machado e dos membros da Oposição.

Esse projeto dispõe que o Ministério do Meio Ambiente considere as palmáceas utilizadas em áreas já alteradas – para não chamá-las de áreas degradadas – como substitutas da cobertura florestal. Isso permitirá a utilização de 100% dessas áreas propícias para o plantio desse tipo de palmeiras. Não me refiro somente à palma para exploração do dendê, mas a outros tipos de palmáceas, como o babaçu, o coco, o açaí e vários outros tipos de palmáceas que podem representar, em outras regiões do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste, um grande avanço e uma grande perspectiva de geração de emprego e renda.

Eu gostaria que esta Comissão fizesse uma visita ao Pará porque lá veremos o assentamento do colono que pratica a agricultura familiar, a produção industrial, o refino e a exportação do óleo bruto, a produção da margarina e a produção industrial do biodiesel, produto que o Governo do Presidente Lula está tão interessado em produzir.

Peço objetivamente apoio ao projeto de lei que apresentei hoje para que possamos fazer uso dessas áreas alteradas e considerar a possibilidade de usar as palmáceas como substituição da cobertura florestal e, com isso, repito, usar 100% das áreas alteradas. Além disso, convido os membros da Comissão de Agricultura para uma visita com o objetivo de constatarem como se pode implementar um projeto exitoso, com o apoio do Governo Federal, em parceria com os gover-

nos estadual e municipal. Como disse, a notícia ainda é pequena, mas se tornará uma grande notícia para o desenvolvimento da Nação brasileira.

Era isso que queria comunicar ao nosso Presidente e aos membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro. O projeto de S. Ex^a é muito importante. Já vi muitas vezes o Senador insistir na defesa deste ponto de vista que me parece extremamente sensato. Seguramente, a Comissão deveria conhecê-lo. Seria bom e construtivo esse esclarecimento.

Estou disposto a apoiar o projeto de V. Ex^a nos meus limites.

Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, já falamos da presença dos líderes do Mato Grosso em Brasília tratando principalmente do custo de produção da agricultura no Centro-Oeste, sobretudo no Mato Grosso do Sul. Mais do que isso, falamos da influência do ataque da ferrugem na soja.

Por sinal, apresentamos o Senador Gilberto da Girassol, meu primeiro suplente, produtor de 30 mil hectares de lavoura e natural de Não-Me-Toque. Ao lado está outro bom gaúcho, o ex-Governador de Mato Grosso, Sr. Rogério Sales, que dirigiu o Mato Grosso na ausência do Governador Dante de Oliveira. É membro de uma família que foi para o Mato Grosso há muito tempo – um grande e bom produtor no Estado. Ao fundo está o nosso Secretário da Agricultura, que também é um grande e bom produtor, cultivando em torno 70 a 80 mil hectares de lavoura com seu irmão, hoje presta seus serviços à Secretaria da Agricultura e já foi por dois mandatos prefeito da cidade que ele fundou, chamada Lucas do Rio Verde, às margens da BR-163. Lucas era um garimpeiro naquela região, às margens do rio Verde. Ficou, enfim, Lucas do Rio Verde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi a eles que me referi; estão perambulando em Brasília para ver o que pode ser feito.

Por outro lado, Mato Grosso, apesar da crise, fará o Agrishow Cerrado, que se realizará entre os dias 19 e 23. Esse é um dos maiores agrishows, comparado há algum tempo com o de Ribeirão Preto. Eles estão aqui convidando aqueles que possam – inclusive, se tiver representação oficial desta Comissão, de preferência do próprio Presidente – para visitar o Agrishow Cerrado lá em Mato Grosso, que é uma festa da produção. Neste ano, mesmo com a crise, eles não fugiram, porque pensam que têm de enfrentar isso.

Por isso, Sr. Presidente, quero apresentá-los e, se for possível e permitido, que algum deles venha aqui

prestar explicação sobre o que já falamos, enquanto V. Ex^a aguarda o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Aceitaremos o convite para comparecer a esse evento com o maior prazer. Se não houvesse tantas barreiras, eu estaria lá representado, pois sou um modesto criador de ovinos; mas, em Pernambuco, não podemos portar ovinos, nem boi, nem vaca – estamos contingenciados, uma expressão que estabeleceram para desorganizar a vida econômica do País e também serve para produtores de uma maneira geral.

O Senador Jonas Pinheiro já fez um comentário bastante amplo aqui sobre a questão da soja e de problemas sanitários que afetam essa agricultura. Jamais imaginei que tivesse a dimensão que S. Ex^a deu. É preocupante. Lembro-me bem das palavras do Senador Leonel Pavan, que perguntou quem poderia responder a tantas perguntas da agricultura, que são espalhadas, ora no caso da soja, ora no caso da carne, por conta talvez do monopólio dos intermediadores do abate, ora por conta da aftosa. São demandas que o Ministro recebe. e tem o apoio de todos nós, mas não consegue enfrentá-las, porque não tem financiamento para isso. Pela minha experiência, quem tem condição de resolver isso no País, que já está há algum tempo assim, é o Ministro da Fazenda. Nos últimos anos, perderam consistência os ministérios que operam as atividades-fim, e cresceu enormemente o poder daqueles ministérios que controlam a base econômica. A decisão está sempre lá.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Um minuto, Senador.

Está convocado pelo Senador Osmar Dias e por esta Comissão o Ministro Antonio Palocci. Pedi ao Senador Aloizio Mercadante ontem, e hoje o Senador Delcídio Amaral comprometeu-se a dar agilidade à presença do Ministro aqui, porque os assuntos são urgentes. No entanto, estou convencido de que os argumentos são tão fortes que serão aceitos, até porque os valores apresentados pelo Ministério da Agricultura são ridículos do ponto de vista das contas gerais do Orçamento nacional. São valores pequenos, que não são atendidos porque não há prioridade real para essa atividade.

Ouvirei o Senador Aelton Freitas. Lerei o requerimento de S. Ex^a e pedirei que um dos senhores dê uma palavra rápida a esta Comissão sobre os fatos aqui denunciados com a devida clareza pelo Senador Jonas Pinheiro.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Eu só gostaria de fazer uma ponderação. O Senador Jo-

nas Pinheiro falou da Agrishow Cerrado. Na reunião de Bebedouro também foi dito que os organizadores da Agrishow de Ribeirão Preto chegaram a pensar – isso foi colocado em votação – em suspender a Agrishow de Ribeirão este ano. Seria um protesto, uma forma de mostrar para o governo a insatisfação de todo o segmento do agronegócio. Optaram por continuar, pois, se estavam em todos os momentos, não poderiam deixar de estar no ano de 2005. De qualquer forma, fica registrado que é muito grande a insatisfação do produtor rural neste segmento, especialmente neste ano que estamos atravessando.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados a comparecer a esta Comissão o Sr. João Pedro Gouveia Vieira Filho, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Distribuidores de Combustíveis e Lubrificantes, Sindicom; o Sr. Eduardo Pereira de Carvalho, diretor-presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, a Unica; o Sr. Renato Augusto Pontes Cunha, presidente do Sindicato da Indústria de Açúcar e do Alcool de Pernambuco; o Sr. Roberto Hollanda, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Alcool; o Sr. Luiz Custódio Cotta Martins, presidente do Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool do Estado de Minas Gerais, Siamig, a fim de discutir o regime tributário do setor, em especial, a incidência do PIS/PASEP e da Cofins na comercialização da cadeia de açúcar e do álcool.

Em votação essa preposição.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Darei a palavra a um representante da agricultura do Mato Grosso e, após a sua fala, encerrarei a reunião da Comissão.

O SR. OTAVIANO PIVETTA – Muito bom dia.

Ao saudar o nosso Senador Jonas Pinheiro e o presidente da Comissão, Senador Sérgio Guerra, quero dizer da nossa aflição como produtores de uma região que preconizou este novo tempo da agricultura no Brasil.

Essa atividade que chamamos de agronegócio, por mais que pareça que sempre existiu, é uma atividade nova no Brasil – tem apenas dez ou doze anos – e é uma atividade que salvou a economia nacional. Os números dos últimos quatro ou cinco anos mostram isso claramente, é inquestionável. Porém, o momento que nós vivemos requer uma análise profunda, porque o agronegócio está ameaçado por alguns fatores que são, em sua maioria, decorrentes da falta de atenção do governo federal.

Da porteira para dentro, que é o papel dos agricultores, tudo está bem. A agricultura que nós conhecemos, que é a agricultura do cerrado brasileiro, do centro-oeste brasileiro, fez o maior volume – sem desprezar os demais Estados – dessa revolução, é a agricultura mais eficiente do mundo, especialmente a de Mato Grosso, que produz, ano após ano, safras recordes. Ressalvamos alguns problemas localizados que tivemos este ano em nosso Estado, como o veranico no sul do Estado que causou uma quebra de safra importante em algumas regiões do sul, afetando alguns produtores e algumas regiões do norte com chuva na colheita, o que também causou algumas perdas. Mas, no geral, Mato Grosso tem servido o Brasil com safras regulares e abundantes.

O que tem acontecido nesses vinte anos de existência de Mato Grosso como Estado produtor e como Estado do agronegócio é um absoluto abandono na área de infra-estrutura, por exemplo. Os eixos estruturantes que dão escoamento para a safra de Mato Grosso não receberam nenhuma melhoria desde o início da atividade de Mato Grosso. Nada aconteceu em termos de melhoramentos de estradas durante esse tempo todo. Mato Grosso saiu do zero e chegou, este ano, a mais de 17 milhões de toneladas de soja sem ter sido ampliada nenhuma estrutura rodoviária no Estado. Estou falando em eixo estruturante. Houve, no Estado, um esforço do Governo estadual, com os produtores e as prefeituras, num mutirão inédito de consórcios intermunicipais com o Estado, para a construção dos eixos intermunicipais, estradas estaduais. Hoje, há quase cinquenta consórcios em andamento com recursos dos produtores e do Fethab, Fundo Estadual de Transportes e Habitação, que é mantido pelos próprios produtores. São estradas privadas, e a produção tem arcado com os caminhos estruturantes de Mato Grosso.

Também estamos fazendo isso com o agronegócio. Nesse momento, teremos de parar, porque o agronegócio está ficando inviável em razão da chegada à região de uma epidemia chamada ferrugem asiática. Há dois anos, fez-se uma aplicação de fungicidas que custou cerca de US\$30.00 por hectare. No ano passado, fizemos duas aplicações que custaram US\$60.00. Neste ano, fizemos três aplicações e, em algumas regiões, quatro aplicações, que custaram aproximadamente R\$210,00, R\$220,00 por hectare ou US\$80.00 por hectare. A ferrugem é uma epidemia, um advento inesperado e avassalador que não está perdendo ninguém, e não tivemos tempo de reagir. Quanto aos investimentos em pesquisa, a Embrapa teve um papel fundamental, no início, para a cultura da soja no Mato Grosso, juntamente com a Fundação

MT. Depois, a empresa bateu em retirada. A iniciativa privada ocupou esse espaço, e não conseguimos reagir com a velocidade necessária para encontrar uma solução tecnológica para a doença. Não sabemos quanto tempo essa epidemia durará e não temos renda para pagar esse fungicida.

Aliada à ferrugem, existe a questão dos fertilizantes, que tiveram um aumento real de 50% em dólares de dois anos para cá. Houve um aumento real de 50% no custo dos transportes. De um lado, há o efeito somatizado da deterioração das estradas; de outro, o aumento do petróleo. A produtividade da frota caiu muito. O caminhão, que demorava três dias para chegar ao porto, está demorando seis dias, pois é preciso diminuir a velocidade visto que as estradas estão acabadas. Historicamente, o preço do frete do médio norte no Estado do Mato Grosso era de US\$45.00. Hoje, estamos pagando US\$75.00, US\$80.00.

Portanto, o Estado foi e pode ser para o Brasil aquele que oferece estabilidade de produção, com uma produção eficiente que atraiu, nos últimos anos, comitivas e comitivas de produtores do mundo inteiro para saber como sobrevivíamos, abandonados pelo Estado, à distância de aproximadamente dois mil a dois mil e duzentos quilômetros dos portos, tendo de escoar a produção por meios medievais, por caminhões. Competíamos com produtores americanos sem subsídios, pagando os juros mais caros do mundo. Fizemos isso, crescemos, ampliamos áreas. Saímos do zero para quase vinte milhões de toneladas de soja.

Hoje, o Estado está à margem da inviabilidade por culpa do Governo, que não fez nada para nos dar as condições de sustentabilidade. Há trinta anos, desde o Governo João Figueiredo, estamos esperando que a BR-163 tenha sua saída norte em Miritituba. Todos os Governos, sucessivamente, prometeram isso, mas nenhum o fez. O Presidente Lula falou que faria essa estrada, e nós nos mobilizamos, liderados pelo Governador Blairo Maggi, e conseguimos empresas privadas interessadas em construí-la. O Governo começou a providenciar as ações legais para privatizá-la e, há vinte meses, está trabalhando no assunto, que não prossegue. Tudo é muito demorado. O interesse privado está alerta, pronto para investir na BR-163, mas também é muito devagar. O Governo não faz nem deixa fazer, e a sociedade sofre as consequências.

A agricultura da nossa região é a mais eficiente do mundo. Testemunhas são os números que o Mato Grosso pode oferecer para o Brasil e fora do País. No entanto, se não bastam os produtores do mundo inteiro que nos visitam e que sabem que Mato Grosso é realmente o Estado que faz duas safras em condições naturais sem a necessidade de irrigação, chegando a

produzir sete ou oito mil quilos de grãos por hectare-ano, está-se à beira da inviabilidade por dois aspectos relevantes.

Um deles é exatamente a falta de infra-estrutura, que é o abandono oficial, a falta de preocupação de um País com o seu interior e com o que tem de melhor, que são os campos produtivos e os homens e mulheres que se dispõem a fazer essa produção. O segundo aspecto é a excessiva burocracia, que dá às multinacionais o direito de explorar as atividades econômicas do País, com reserva mercado, não nos permitindo importar os princípios ativos que precisamos para defender nossas lavouras das doenças. Temos, então, que comprar os produtos das multinacionais, pagando os preços que eles querem cobrar-nos. Precisamos imediatamente de autorização para importar fungicidas genéricos, além da renegociação das dívidas, como se anunciou há poucos dias, num momento crucial de absoluta calamidade que se instalou em razão da combinação desse conjunto de aspectos para formar o momento de crise.

O Brasil deve reconhecer que o agronegócio, essa vertente de riquezas, salvou sua economia e tem sustentado a atividade pública. Inclusive, esse fôlego é necessário para continuar a sustentar o País. É preciso haver a prorrogação desses débitos, conforme foi anunciado, porque, se se resolver a questão caso a caso, os bancos – ou seja, o sistema financeiro, o único setor privilegiado deste País já há muito tempo – vão continuar promovendo a transferência de riquezas dos setores produtivos e anunciando esses grandes lucros em seus balanços, enquanto os produtores continuarão também a vir a Brasília de pires na mão, pedindo socorro e reclamando aos Srs. Parlamentares.

Então, convido V. Ex^{as} a visitarem aquela região e conferirem a situação na Agrishow, um dos maiores eventos de tecnologia e negócios do Brasil, senão o maior. Já estamos anunciando o fato de que, infelizmente, será um evento de nenhum negócio neste ano, exatamente porque o agronegócio não pode comprar por não ter condições, ou seja, não dispor de renda.

Quanto a essa história de dizer que o agronegócio tem gordura, conheço alguns milhares de produtores e sei que o produtor que ganhou dinheiro reinvestiu no negócio, aplicou em tecnologia, comprou trator e máquina, ampliou a lavoura. Não se está cometendo um pecado, mas ajudando o País e aumentando a produtividade.

Os números estão aí. Querer imputar ao produtor a culpa de ganhar dinheiro com essa prática e de, por essa razão, estar tornando-se magnata significa distorcer os fatos. O produtor ganhou e capitalizou-se por ter aumentado a produção e reinvestido no negócio.

Esse fato está provado na evolução do agronegócio no Brasil, no PIB agrícola do País. O que o produtor sabe fazer é faturar, pegar o dinheiro, colocar mais calcário, melhorar a tecnologia da lavoura, aumentar a produção, reinvestir em máquinas. É isso que o nosso produtor do Mato Grosso, do Centro-Oeste, faz. É por isso que o agronegócio gerou tantos empregos – é responsável por 35% dos empregos do País e por mais de 40% das exportações. É essa mensagem que queríamos deixar.

O pedido que queremos fazer é no sentido de que o Congresso olhe para o agronegócio, porque o momento é difícil. Se o agronegócio não tiver o reconhecimento da sociedade brasileira neste momento, vamos assistir logo adiante ao efeito negativo do agronegócio, e a choradeira será muito maior.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Considero muito importante o seu depoimento. Para mim é uma espécie de choque de realidade. É muito estranho que um País como o Brasil não tome consciência de um problema desse tamanho. Essa situação tem que ser política e socialmente explicada.

Estou diante de dois Senadores que respeito muito e que representam dois Estados produtores. Fico absolutamente perplexo, porque venho de uma região em que a agricultura é muito fraca. Ali se cuida de subsistência e não de produção econômica. O País está firmado, seguro ou apoiado nessa atividade que é desenvolvida por vocês e por muitos. No entanto, sabemos que não há dinheiro para a implementação de infra-estrutura; que o Brasil não tem política para isso, que, nesse campo, está parado há muitos anos e que a cada dia fica pior. Mas, por exemplo, faltarem R\$100 milhões para a defesa sanitária? R\$100 milhões não representam um número do ponto de vista da importância desse assunto. Não é nada; é prova de insensibilidade. Creio que a vocalização do setor rural brasileiro está débil, porque, se essa vocalização for mais intensa, duvido que essa situação possa persistir.

Vejo o esforço olímpico de alguns grandes Senadores e de alguns grandes Deputados. Não estou muito de acordo com a idéia de Bancada ruralista. Estou falando em família – se é possível dizer isso aqui –, porque não se trata de uma questão dos ruralistas. É uma questão do País. É preciso que haja a cultura de que o País não pode conviver com uma situação como essa. Do ponto de vista prático, isso não pode acontecer, porque essa atividade pode causar um dano irreparável à economia brasileira por dois, três, quatro, cinco, sete, oito anos.

E reorganizar de novo algo que deu tanto trabalho para ser organizado e que deveria ser estimulado para ir à frente e não desestimulado para recuar? Acredito

que devemos dar muita força não à comissão, mas a esse discurso. Não é assunto que resolvamos sem muita ênfase e esforço público, mas que dará respeitabilidade aos nossos mandatos.

O SR. (Orador não identificado) – E o convite que estão fazendo?

O SR. (Orador não identificado) – Por mim, está aceito.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Agora, companheiros de Mato Grosso, temos de oficializar o convite, determinando o melhor dia para que o Senador Sérgio Guerra se reúna com mais Senadores. É possível que haja um entendimento com a Câmara dos Deputados para fazer uma missão mista.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Senador Jonas Pinheiro, ontem ouvi uma proposta dos Deputados no sentido de fazer uma grande convocação de produtores aqui. No primeiro momento, fiquei preocupado, porque isso poderia parecer a mobilização de uma facção, mas não o é. Creio que temos de dar consistência à idéia e fazer uma grande mobilização pelo interesse nacional.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia e, em seguida, o Senador Flávio Arns, para encerrarmos a reunião.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, o Senador Jonas Pinheiro preside a Frente Parlamentar do Centro-Oeste, que fez um estudo da questão da infra-estrutura principalmente no que se relaciona à Cide. Constatou-se que os recursos da Cide são destinados às estradas já pavimentadas, o que deixa a Região Centro-Oeste inteiramente à margem dos recursos. O que recebemos dessa contribuição é insignificante perto do que recebem os Estados que têm malha rodoviária maior.

Portanto, acredito – e tenho falado isso com o Senador Tasso Jereissati, que está trabalhando o desenvolvimento regional – que precisamos, em relação ao Centro-Oeste, fazer uma inversão na composição da CIT. Sei que isso é difícil. Já elaborei uma emenda, tentando enfrentar a situação, mas há uma resistência enorme.

No entanto, é preciso que esse apelo feito por um produtor aqui seja ouvido porque, na verdade, é a região Centro-Oeste, hoje, a responsável pelo grande sucesso da balança comercial, o que não pode ser desconhecido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Isso tem razão de ser. Como somos um País colonizado e urbanamente refletido – nossa cabeça é só

urbana, essa voz não vale. A prioridade de fato não é considerada. Trata-se de consertar estradas que já têm grande trânsito urbano e cuja importância econômica não se está avaliando. É isso o que ganha prioridade porque vai aos jornais e ganha reprodução pública. O conteúdo do País não aparece.

Antes de encerrar nossa reunião, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Também apreciei muito a apresentação. O Senador Jonas Pinheiro também já havia colocado o assunto de maneira muito enfática. S. Exª é, sem dúvida, uma das grandes lideranças dessa área no Congresso Nacional.

Eu sugeri ao Senador Sérgio Guerra, Presidente desta Comissão, que o que foi exposto verbalmente seja formalizado também para esta Comissão, inclusive com mais dados, os esforços já feitos, particularmente na questão da 163, que o senhor mencionou, na questão da necessidade de importação dos fungicidas, onde esses processos estão, a fim de que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em função dos casos concretos e dessas situações bem específicas, também possa contribuir na apuração.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – O Senador Blairo Maggi, atual Governador de Mato Grosso, enquanto Senador, apresentou proposta de aquisição de genéricos de agrotóxicos. Aprovamos tal proposta e ela ficou na Câmara. Teremos de brigar na Câmara pela aprovação da proposta, pois, sendo aprovada, teremos mais facilidade em comprar esses produtos.

Hoje, um litro de um produto é R\$120,00. No Paraguai, compra-se a R\$25,00. É um absurdo. E não se pode comprar. Há um produtor que comprou e que está sendo preso agora.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – De qualquer forma, a própria fala já é uma formalização perante esta Comissão, sem dúvida alguma. Mas que ela também seja feita documentalmente, até para haver todo o subsídio e a orientação. Todos nós, em função dessa formalização, também agiremos como Comissão.

Todos esses depoimentos realmente nos fazem pensar sobre o porquê de tudo isso não estar acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Muito obrigado pelo comparecimento de todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h08min.)

Ata da Sétima Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura do Senado Federal, reunião realizada conjuntamente com a Co-

missão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, bem como com o Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura, realizada em 27 de abril de 2005.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e cinco, Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do **DEPUTADO RONALDO CAIADO**, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senadores **SÉRGIO GUERRA** e **FLÁVIO ARNS**, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, que foram convidados a fazer parte da mesa. Estiveram presentes também os membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, Senadores **Lúcia Vânia**, **Jonas Pinheiro**, **Sibá Machado**, **Osmar Dias** e **Heráclito Fortes**, bem como os Senhores Deputados **Luis Carlos Heinze**, **Francisco Turra**, **Assis Miguel do Couto**, **Abelardo Lupion**, **Adão Pretto**, **Almir Sá**, **Anivaldo Vale**, **Carlos Dunga**, **Cezar Silvestri**, **Dilcu Sperafico**, **Dr. Rodolfo Pereira**, **Enéas**, **Heleno Silva**, **João Grandão**, **João Lyra**, **Kátia Abreu**, **Leandro Vilela**, **Moacir Micheletto**, **Nelson Marquezelli**, **Odílio Balbinoti**, **Orlando Desconsi**, **Osvaldo Coelho**, **Waldemir Moka**, **Welinton Fagundes**, **Zonta**, **Antônio Carlos Mnedes Thame**, **Augusto Ribeiro**, **Félix Mendonça**, **Guilherme Menezes**, **Ivan Ranzolin**, **Josué Bengtson**, **Luci Choinacki**, **Mauro Lopes**, **Nelson Meurer**, **Pedro Chaves**, **Ponpeo de Mattos**, **Rose de Freitas**, **Sérgio Caiado** e **Wilson Cignachi**. Estiveram presentes, também, os **Deputados Amauri Gasques**, **Leonardo Monteiro** e **Philemon Rodrigues**. Justificou a ausência o Deputado Zé Lima. O Senhor Presidente, Deputado Ronaldo Caiado, declara abertos os trabalhos, cumprimenta a todos e solicita aos presentes que fizessem um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao Deputado Paulo Kobayashi. A seguir, cede a palavra ao Dr. Duarte Nogueira, Secretário Estadual de Agricultura do Governo do Estado de São Paulo e Presidente do Fórum Nacional de Agricultura, e ao Dr. Antônio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil CNA. A seguir, usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Guerra e Flávio Arns. Na sequência, o Senhor Presidente, Deputado Ronaldo Caiado, para que pudesse fazer sua exposição no Plenário, passa a Presidência da Mesa ao Senador Sérgio Guerra. Reassumindo a Presidência, o Deputado Ronaldo Caiado franqueia a palavra ao Senador Osmar Dias e, na ordem de inscrição, aos Senhores Deputados Francisco Turra, Kátia Abreu, Ivan Ranzolin, Waldemir Moka e Nelson

Marquezelli e a Senadora Lúcia Vânia. Prosseguindo, passou a Presidência ao Dr. Duarte Nogueira, que cedeu a palavra, na ordem de inscrição, aos Senhores Deputados Luis Carlos Heinze e Zonta. Reassumindo a Presidência, o Senhor Deputado Ronaldo Caiado concedeu a palavra, pela ordem de inscrição, aos Senhores Deputados Augusto Nardes, Moacir Micheletto, Almir Sá e Abelardo Lupion, ao Senador Jonas Pinheiro, e aos Senhores Deputados Leandro Vilela e Orlando Desconsi. Dando seguimento, franqueou a palavra aos doutores Rubens Dias de Moraes, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas – Abimaq; Deputado Distrital Pedro Passos, Secretário de Agricultura do Governo do Distrito Federal; Luís Antônio Nabhan Garcia, Presidente da União Democrática Ruralista – UDR; Juraci Matias de Oliveira, Vice-Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Goiás – FAEG; Otaviano Piveta, Secretário de Agricultura do Estado de Mato Grosso; Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. Dando seguimento, o Senhor Presidente passa a palavra, para suas considerações finais, ao Dr. Duarte Nogueira, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura e ao Senador Jonas Pinheiro, para que este falasse em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. A seguir, o Senhor Presidente apresenta ao Plenário o manifesto que seria entregue à equipe econômica do Governo Federal, nos seguintes termos: “A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR, da Câmara dos Deputados, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, do Senado Federal, e o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Agricultura – FNSA, juntamente com as lideranças do Agronegócio Brasileiro, representada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA e pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, em reunião conjunta realizada no dia de hoje (27/04/2005), no Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com início às 10 horas, destinada ao debate sobre redução de recursos orçamentários vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, bem como sobre a situação dos débitos rurais e as medidas a serem implementadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, para execução e cobrança das operações transferidas à União por força da Medida Provisória 2.196-3 de 2001, pelo presente, apresenta as seguintes considerações e solicitações: 1. Considerando que, em relação às dotações orçamentárias de 2004, já contingenciadas em prejuízos de ações desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, os recursos para

execução orçamentária no exercício de 2005, definidos em Decreto nº 5.379, de 2005, foram reduzidos em 2,07%, comparando com as disponibilidades do exercício de 2004; 1. Considerando que os recursos incompressíveis, destinados a despesas correntes de custeios, benefícios e gestão administrativo, apesar de aumento de 70,56%, passando de R\$ 327,362 milhões de reais para R\$ 558,335 milhões de reais, os recursos destinados a investimentos em ações de defesa agropecuária, inovação tecnológica, capacitação e outras, reduziram de forma significativa, da necessidade de R\$ 341.369 milhões, ficando limitado a R\$ 68,165 milhões, representando uma redução de 80,03% das dotações orçamentárias aprovadas pelo Congresso Nacional; 1. Considerando que, em relação às Emendas Parlamentares destinadas a programas desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, destinadas à melhoria das condições de vida das comunidades rurais em todo o País, de um valor aprovado de R\$ 267,359 milhões de reais, o contingenciamento foi de 100%, ou seja, não há limite para atendimento desses recursos; 1. Considerando que os recursos contingenciados poderão comprometer as ações de defesa vegetal e animal, voltadas à manutenção de Áreas Livres de Aftosa, medidas profiláticas e de controle de zoonoses como as encefalopatias espongiformes transmissíveis com destaque para a encefalopatia espongiforme bobina (vaca louca), Gripe Aviária, Brucelose e outras que odem afetar o rebanho brasileiro; 1. Considerando que os recursos contingenciados poderão comprometer também as ações do MAPA voltadas à Defesa Vegetal, no tocante ao Sigatoka Negra, mosca da carambola, ferrugem da soja, mosca das frutas, bicudo do algodoeiro., Cochonilha do Carmin e os Planos de Análises de Riscos de Pragas Quarentenárias, além de outras enfermidades que afetam outras culturas, como a da maçã, etc; 1. Considerando que as ações desenvolvidas pelo MAPA, em todas as suas áreas, são realizadas em conjunto, envolvendo o desenvolvimento da tecnologia de informação, capacitação de seus técnicos e funcionários para dar cumprimento às exigências internacionais de controle de doenças, pragas e zoonoses; 1. Considerando que o contingenciamento de recursos alcançam também os programas de fundamental importância para o Agronegócio brasileiro, como o zoneamento agroclimático e a política de subvenção ao seguro rural, aprovado pelo Congresso Nacional; 1. Considerando que o atual quadro de inadimplência em todos os programas de alongamento e renegociação em decorrência das complexidade e da falta de informação e acesso às medidas elaboradas por parte dos produtores; 1. Considerando que as ações de Defesa

Agropecuária podem comprometer todo o esforço do Governo Federal e os constantes superávit comercial, que ao longo desses anos, demonstrarão a competência do Agronegócio brasileiro em termos de exportações, mesmo com as recentes barreiras impostas ao setor de carnes e alguns produtos agropecuários; 1. Considerando que os recursos escassos, certamente irão comprometer as políticas e ações de desenvolvimento, relacionadas ao fomento, à organização e profissionalização dos produtores, contribuindo, assim, com a indesejável manutenção do atual estado de vulnerabilidade dos sistemas de produção. Ao debaterem toda essa problemática, os Signatários desta Reunião de Audiência Pública conjunta, requerem de Vossa Excelência as seguintes medidas: A – Recomposição do Orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos termos aprovados pelo Congresso Nacional, com ênfase para os recursos compressíveis, que são voltados às ações conjuntas de defesa agropecuária, de desenvolvimento tecnológico na área de informática, zoneamento agroclimático, desenvolvimento rural, seguro rural e outras que são necessárias e imprescindíveis ao trabalho integrado que o MAPA vem desenvolvendo; A – Recomposição do Orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos termos aprovados pelo Congresso Nacional, com ênfase para as emendas parlamentares que geram emprego, desenvolvimento e melhores condições de vida para as comunidades rurais nos inúmeros municípios brasileiros; A – Que os Órgãos do Poder Executivo, em especial, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, tenham maior atenção com os débitos rurais, buscando junto com o Congresso Nacional e com as entidades de classe aqui representadas, os mecanismos para corrigir e aperfeiçoar os mecanismos de alongamento e renegociação de dívidas, para que milhares de produtores possam continuar contribuindo com o desenvolvimento do Brasil, gerando emprego e renda, e melhores condições de vida para as comunidades rurais e urbanas em todas as regiões brasileiras; A – Que os Órgãos do Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério da Justiça – MJ e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, possam elaborar e apresentar uma proposta que vise o combate, com eficiência, o processo de “cartelização” que foi instalado no Agronegócio Brasileiro, em especial no setor de insumos, defensivos e frigoríficos; A – Que os Órgãos do Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e a Secretaria do Te-

souro Nacional – STN desenvolvam análises e estudos contados à apresentação de uma proposta de solução aos produtores rurais, suas cooperativas e associações, através de suas entidades de classe, em relação aos débitos com “fornecedores” de insumos, seguindo como sugestão, a criação de uma propaganda com recursos do BNDES, com montante inicial de R\$ 2 bilhões e juros limitados a 8,75% ao ano e prazo compatível com cada atividade, voltadas ao saneamento do setor agropecuário; A – Que os Órgãos do Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Saúde, priorizem as ações do Comitê Técnico para Assessoramento do Agrotóxico – CTA, no tocante à edição de normas complementares para que o Setor de Agrotóxicos possa operar com desenvoltura e continuar contribuindo para o desenvolvimento do Agronegócio brasileiro, especialmente em relação ao Registro Especial Temporário – RET, Reavaliação de Produtos, Registro de Componentes, Registro por Equivalência, Adequação de Rótulos e Bulas, Agilização dos Registros para Exportação (REX); A – Que os Órgãos do Poder Executivo, em especial aqueles com a responsabilidade de tratar das questões das terras indígenas e de reservas ambientais, utilizem procedimentos demarcatórios não abitrários e que o Congresso Nacional seja ouvido, principalmente nas questões relativas a áreas na região Amazônica; que na regulamentação fundiária a Constituição brasileira seja respeitada; que as terras públicas federais do estado de Roraima sejam parcialmente transferidas, em montantes adequados, para o governo do estado, de total modo que a soberania estadual no processo de desenvolvimento econômico e social possa ser exercida pelos cidadãos daquele estado; A – Que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA priorize, a nomeação e posse dos Fiscais Federais aprovados em Concurso Público, profissionais estes que estarão desenvolvendo ações voltadas às questões de fiscalização dos frigoríficos. Atenciosamente. Deputado Ronaldo Caiado, Senador Sérgio Guerra, Senhor Duarte Nogueira, Senhor Antônio Ernesto Werna de Salvo e Senhor Márcio Lopes de Freitas.” Finalizando, o Senhor Presidente Ronaldo Caiado agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO DUARTE NOGUEIRA – Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura.

ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

RUBENS DIAS DE MORAIS – Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ.

PEDRO PASSOS – Secretário de Agricultura do Distrito Federal.

LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Presidente da União Democrática Ruralista – UDR.

JURACI MARTINS DE OLIVEIRA – Vice-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – FAEG.

OTAVIANO PIVETTA – Secretário de Estado de Agricultura de Mato Grosso.

MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Peço a todos que tomem assento, por favor, para iniciarmos esta audiência, que está sendo promovida pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, pela Comissão de Agricultura do Senado Federal e pelo Fórum Nacional de Secretários de Agricultura.

Antes de compor a Mesa, comunico que recebemos a informação, na noite de ontem, da morte do Deputado Federal Paulo Kobayashi, nosso colega, professor, agricultor, que sempre participou da Comissão de Agricultura, foi um Parlamentar ativo em plenário, na defesa de todas as causas da agropecuária na Câmara dos Deputados.

Sabemos que a sessão da Câmara dos Deputados está suspensa, mas dadas a urgência e a emergência da discussão deste tema, e pelo fato de companheiros se terem deslocado de vários Estados da Federação, tenho certeza de que esta reunião será também uma homenagem que ora prestamos ao Parlamentar do quilate, do brilho de Paulo Kobayashi, que, repito, nos deixou na data de ontem.

Por isso, antes de iniciar a reunião, de compor a Mesa, esta Presidência solicita 1 minuto de silêncio, com todos os presentes de pé, em decorrência do falecimento desse grande Deputado.

(A Comissão presta a homenagem solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Podem sentar-se. *(Palmas.)*

Convido, para compor a Mesa, o Presidente da CNA, Dr. Antônio Ernesto de Salvo; o Presidente da

OCB, Dr. Márcio Lopes de Freitas; o Presidente da CONTAG, Sr. Manoel José dos Santos.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Secretários de Agricultura, senhores produtores rurais, não poderíamos mais adiar a realização deste encontro, imprescindível para tratar de assuntos de tamanha relevância para a agropecuária brasileira.

Primeiro, foi acertada, em discussão com o Senador Sérgio Guerra e com o Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, Dr. Antônio Duarte Nogueira, a pauta para recompor o Orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e, segundo, o enfrentamento da crise que aflige, que intranquiliza a agropecuária brasileira.

É a primeira vez, Sras. e Srs. Parlamentares, produtores, lideranças, presidentes de Federações, sindicatos, cooperativas presentes a esta Comissão, que ocorre um encontro organizado pela Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados,

presidida por este Deputado, pela Comissão de Agricultura do Senado Federal, presidida pelo nobre Senador Sérgio Guerra, e também pelo Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, presidido pelo Dr. Antônio Duarte Nogueira, Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo.

Fizemos questão de convidar para este encontro as entidades representativas dos produtores e, também, dos trabalhadores, a quem gostaríamos de cumprimentar em nome dos diretores das Confederações.

A nossa pretensão é discutir em profundidade o descaso do Governo para com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e as mazelas que estão levando o homem do campo ao desespero.

Depois de encerrada a reunião, depois de um amplo debate sobre a parte de recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em relação à crise que se abate sobre o setor rural, elaboraremos um documento, que contará com a participação de Parlamentares, de representantes do Fórum, de Confederações, de produtores e trabalhadores. Por meio desse documento, levaremos nossas reivindicações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministro da Fazenda.

Vamos, então, iniciar nosso primeiro encontro.

Passo a palavra ao Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, Dr. Antônio Duarte Nogueira.

O SR. ANTÔNIO DUARTE NOGUEIRA – Bom dia a todos. Prezados Presidentes das Comissões de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente, Deputado Ronaldo Caiado e Senador Sérgio Guerra, senhores representantes e

lideranças de todos os segmentos e setores do meio rural, da agricultura e da pecuária, do chamado agro-negócio brasileiro, Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Peço desculpas por interrompê-lo, por 1 segundo, para pedir ao Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Dr. Antônio Ernesto de Salvo, para que tome assento à mesa. *(Palmas.)*

O SR. ANTÔNIO DUARTE NOGUEIRA – Quero ser bastante sucinto, mas aproveito este momento para, em nome do Fórum Nacional de Secretários de Estado de Agricultura – e aqui falo em nome de todos os Secretários de Agricultura do nosso País, aqui estão representados por vários Estados, além do Presidente – informar que na última reunião do Fórum, realizada no final de março, com a presença do Deputado Ronaldo Caiado e do Senador Sérgio Guerra, entenderam todos os Secretários de Estado do nosso País colocar como ponto principal das nossas ações estratégicas, frente ao Fórum Nacional de Secretários de Agricultura o descontingenciamento dos recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobretudo os recursos das áreas de defesa agropecuária.

No ano passado – é importante relembrarmos esse fato junto às ações do Fórum – , numa reunião havida, em abril, exatamente há um ano, os Secretários de Agricultura de nosso País, tendo em vista o volume de recursos diminuídos para ações de defesa, numa decisão inusitada, inovadora, concentraram todos os recursos que tínhamos para ações de defesa nos Estados brasileiros da nossa franja Norte e Nordeste.

Os demais Estados abriram mão de seus recursos para que pudéssemos concentrar as ações de defesa agropecuária nessas áreas, principalmente as questões no tocante ao controle de febre aftosa. Infelizmente, tivemos as ocorrências do Amazonas e do Pará, com as conseqüências que todos conhecem.

Mais uma vez, agora, há escassez de recursos, em função do congelamento do orçamento no Ministério da Agricultura num volume muito maior.

No domingo próximo, dia 1º de maio, iniciaremos, nos Estados brasileiros, a campanha nacional de vacinação contra a febre aftosa.

Certamente, muitos Estados não realizarão de maneira complementar, eficiente, adequada, eficaz, essas ações junto aos seus setores, por falta inclusive de recursos que deveriam já estar liberados para esta finalidade. Só para que possamos ter uma compreensão da magnitude e do peso desses recursos, no ano passado, o Brasil, mais uma vez, foi o maior exportador de carne bovina do mundo, pelo segundo ano consecutivo, Senador Osmar Dias. E o fez acrescentando o primeiro lugar também em faturamento na

carne de frango, e vem crescendo sistematicamente nas exportações de carne suína, sem contar com o enorme mercado interno que todo esse setor abastece. E o fez porque, nos Estados Unidos e no Canadá, ocorreram casos de vaca louca. Na Ásia, houve casos de influenza.

Outros problemas de sanidade animal nos rebanhos de nossos potenciais competidores internacionais fizeram com que o Brasil conquistasse mercados que até então não havia conquistado. Essas cadeias de produção, somadas, trouxeram de divisas para a balança de exportação brasileira mais de 6 bilhões de dólares.

Centenas de milhares de empregos, de renda, de benefícios para o desenvolvimento de nosso País estão calcados neste setor.

Ora, estamos falando de algumas dezenas de milhões de reais, em contraposição a 6 bilhões de dólares para um ano que vislumbra uma exportação de 7 bilhões de dólares. Tudo isso por um único foco, por um único animal, seja de que rebanho for, em que Estado for, em que local acontecer.

Trata-se, portanto, de uma economia, um contingenciamento não inteligente, uma

prioridade ineficaz, uma decisão inadequada. Então, apenas para focar nesse aspecto, além do debate que tem de ser feito no tocante à superação desses problemas que atravessamos, que é a redução dos preços de nossos produtos agrícolas, especialmente nas cadeias de soja, milho, arroz, trigo e algodão, com reflexos muitos deletérios para nossos produtores, num momento em que ocorre, coincidentemente, uma valorização do real em relação ao dólar, que pulou de uma relação de troca de 3 para 2,5, isso traz redução da eficiência exportadora da nossa capacidade de exportação e aumento do custo de produção.

Esta Comissão já debateu o efeito prejudicial do aumento do aço de uma maneira extremamente inteligente, porque desdobrou a cadeia onde está o elo que precisa ser realinhado. Propostas foram apresentadas pelo Deputado Ronaldo Caiado junto aos elos da cadeia do agronegócio como um todo, além deste momento do início do ano, quando, principalmente na Região Sul, tivemos uma estiagem que em meio século ainda não havia acontecido, com uma queda de produção altíssima, de mais de 70% em vários Estados do Sul, no sudoeste de São Paulo, no Mato Grosso e assim por diante. Isso, claro, travou as engrenagens do agronegócio.

Esses são os pontos principais sobre os quais devem refletir as autoridades e lideranças presentes a esta reunião histórica, como bem lembrou o Deputado Ronaldo Caiado. O nosso segmento representa 37%

dos empregos do País, gera um terço da riqueza do Brasil e é responsável por 44% das nossas exportações. Estamos falando, portanto, de um setor bastante representativo. Se assim não fosse, não teríamos neste plenário as maiores lideranças do País. *(Palmas.)*

O Congresso Nacional, o Fórum de Secretários e todos os demais estão aqui reunidos para mobilizar a sociedade brasileira e chamar a atenção do Governo, principalmente dos integrantes da equipe econômica, para o fato de que é preciso descongelar o orçamento do Ministério da Agricultura, de forma a que a instituição promova ações de defesa, tome medidas que mantenham a engrenagem funcionando e não comprometa a capacidade de endividamento dos nossos agricultores.

Essa engrenagem é muito maior do que se imagina. Se essa capilaridade vier a sofrer um colapso, como tudo leva a crer, se decisões não forem tomadas, não poderemos avaliar os reflexos para o nosso País.

Inicialmente, são essas as minhas manifestações.

Mais uma vez, agradeço a todos os Secretários de Agricultura do País que aqui estão ou aos representantes por S.Exas. enviados e aos nossos Deputados e Senadores pela oportunidade de estarmos fazendo essa reunião.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado)

– Antes de passar a palavra

ao Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que acaba de chegar para expor seu pensamento sobre o problema do orçamento e a crise do setor agropecuário, agradeço, mais uma vez, pela presença neste evento aos Secretários de Agricultura de vários Estados, aos presidentes de sindicatos e cooperativas e aos presidentes de federações.

Os representantes do Estado de Mato Grosso acabam de nos passar uma lista com o nome das lideranças que aqui estão: o Presidente da FAMATO, Federação da Agricultura; da APROSOJA, Associação dos Produtores de Soja; da APA; da AMPA; da APROSMAT; Presidente do Sindicato Rural de Primavera do Leste e Deputado Estadual Humberto Bosaipo. Também se encontra presente o Deputado Estadual por Goiás Ivan Ornelas, que presidente a CPI da Carne dos Frigoríficos em meu Estado.

Antes de ouvirmos o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, para não cometer uma injustiça, registro a presença nesta audiência do Secretário de Agricultura de Mato Grosso, companheiro Otaviano Pivetta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado)

– Passo a palavra ao Dr. Antônio Ernesto de Salvo.

O SR. ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO – Sr. Presidente Deputado Ronaldo

Caiado, Sr. Presidente Senador Sérgio Guerra, Sr. Presidente do Fórum dos Secretários de Agricultura, Srs. Parlamentares, senhores representantes das federações, produtores, companheiros do campo, minhas senhoras e meus senhores, um dos maiores homens do século passado, se não o maior, disse em certa ocasião uma frase magnífica.

Segundo ele, de Stettin, cidade alemã, no Báltico, a Trieste, cidade italiana à beira do Adriático, erguia-se uma verdadeira cortina de ferro. Foi assim que a história firmou essa expressão para designar algo que separava a liberdade do absolutismo, do atraso e da ignorância ideológica.

No Brasil de hoje se pode usar uma frase parecida. Cai sobre o campo brasileiro, originado nos porões da penumbra ideológica, uma verdadeira malha de aço que visa, em última palavra, a destruir o capitalismo no campo e impedir a consecução da idéia nacional de reerguer-se, pelo campo e com a ajuda do campo. (*Palmas.*)

Se não, vejamos, para não ficar na retórica da palavra. Numa época em que o petrodólar era abundante e os créditos rurais oscilavam entre 80% e 90% de subsídios, não havia embaraço ambiental e se queria conquistar o Oeste, o Estatuto da Terra quis separar a especulação de terra da produção. E, para isso, criou um índice.

Evidentemente que quem planta um pé de feijão em mil hectares de terra não está produzindo nada, mas quem planta alguma coisa com índice de produtividade razoável não é um especulador. Talvez seja alguém sem capital ou sem vocação,

mas, certamente, é alguém que utiliza a terra. A idéia do Estatuto da Terra era a necessidade de produção levando em consideração variáveis físicas (quilos por hectare), econômicas (lucro ou prejuízo) e sociais. Era preciso ocupar espaço.

Agora estamos nos deparando com uma das malhas dessa cortina de aço que desce sobre nós. Esses níveis são elevados a padrões que não encontram

respaldo em Estado ou produto brasileiro algum. Tudo o que sai desse ventre obscuro traz uma malhada intrínseca: a transformação do produtor brasileiro em um corredor de obstáculo. Hoje, tem de saltar um metro; amanhã, 1 metro e 20; depois, 1 metro e 80 e, por último, 2 metros.

Com essa nova legislação, parece que o Brasil quer enviar a Pequim para disputar a próxima olimpíada uma equipe que não salte menos de 2 metros e 30.

Não conheço, entretanto, nenhum atleta brasileiro que salte 2 metros e 30. Há os que saltam 2 metros, 2 metros e 10, mas não 2 metros e 30. Então, será desapropriado no Brasil todo mundo que estiver abaixo da mediana, que é a linha que separa a metade de cima da de baixo. (*Palmas.*)

Há de 10 mil a 20 mil pessoas se reunindo no oeste do Paraná, porque não é mais possível produzir. A cada dia tem-se de dialogar, assinar termos de ajuste de conduta, numa imbecilidade ambiental, porque se tem de deixar improdutiva uma parte da fazenda com energia elétrica, terra boa, infra-estrutura, em nome, no passado, da reserva de energia, e hoje em nome de uma biodiversidade que não é absolutamente assegurada por áreas de 5, 10, 15, 20 hectares descontínuas.

Na Amazônia, tem de se fazer uma estrada, uma linha de energia e tem de se gastar 100 quilômetros e mais 80 para a chamada passarela da onça de Jânio

Quadros. Quando a Belém/Brasília foi construída, alguns políticos brasileiros apelidaram-na de passarela da onça. Pois bem, essa passarela voltou, porque, se 80% não pode ser utilizado, sobra 20, mas o asfalto tem de ter 100 quilômetros e a linha de energia elétrica mais 100. Que política ambiental é essa que desperdiça o recurso público?

Estou voltando de Roraima e o Estado está em pé de guerra. Sugeri ao Governador Otomar Pinto que declarasse a independência e transformasse o Estado na quarta Guiana. Roraima tem hoje 7% de área disponível. As ricas jazidas minerais estão na divisa dos ianomâmis com a Venezuela, ao norte, e a leste agora há a Raposa Serra do Sol, com a Guiana, onde gente com 100 anos, avós dos produtores rurais enterrados nos cemitérios, que serão territórios indígenas.

Em relação ao trabalhista, os senhores todos sabem. O produtor rural hoje precisa comprar uma máquina e ficar livre do companheiro nosso da vida inteira, que é o trabalhador rural, que ajudou a criar essa potência que é o Brasil agrícola.

A legislação da cidade está sendo aplicada no campo de uma forma ideológica, covarde, ilegal, e os nossos companheiros são algemados, são colocados numa lista negra, não podem mais tomar dinheiro emprestado, porque um fiscal, sem dar nenhum tipo de defesa, autuou esse produtor rural. O que é isso? Que País é este que tira o setor mais competitivo que temos e coloca uma cortina sobre ele?

Estamos vivendo, Presidente, um momento extremamente difícil e curioso. Achei interessante um episódio ocorrido em Java e que tenho dado como exemplo: acharam uma câmera fotográfica de um casal de turistas canadenses, não acharam o casal. Ao revelarem

as imagens, verificaram que ele estava fotografando o tsunami. E foi fotografando tanto que o tsunami engoliu ele, levou-o embora, mas ficou registrado. Isso é o que está acontecendo no campo: está-se levantando no Brasil, no Sul, no Centro-Oeste, no Nordeste, um tsunami de indignação contra uma perversa correlação de fatores, em que o preço do insumo subiu de maneira escandalosa, absurda (*palmas*), tornando impossível a nossa produção em grandes áreas do Brasil fechar a conta. A infra-estrutura é decadente, encontra-se absolutamente em estado deplorável de conservação, o que torna muito mais cara a produção nas regiões mais longínquas, e, por fim, uma questão perversa de mercado, que sabemos que existe e que normalmente passa por fases ruins, mas retorna e agora está numa fase pior do que naturalmente deveria acontecer.

Tive uma experiência interessante no Canadá, quando fui àquele País para uma reunião de produtores rurais. Era a primeira semana do mês de julho. Os canadenses estavam alvoroçados porque tinham acabado de receber 150 dólares canadenses por acre de terra que não tinham plantado. E não tinham plantado porque o Canadá tem um inverno muito severo, está numa latitude muito alta, de tal forma que se não plantar em maio não planta mais. E houve um maio muito difícil para eles, muita chuva, e ninguém pôde plantar. A reclamação aconteceu em junho, e na primeira semana de julho eles estavam recebendo 150 dólares por acre de terra que não puderam plantar. Não precisaram ir ao Parlamento canadense pedir apoio aos políticos, não precisaram de diálogos exaustivos com um Governo normalmente insensível aos nossos pedidos. Não! A lei assegura ao produtor a manutenção da sua renda, com 30 dias de diferença da época do plantio. E aqui? Estamos hoje pedindo recursos ao Ministério da Agricultura. Sou amigo do Ministro e de outros que lá estiveram; falo com a cabeça erguida e com tranquilidade: é visto como um Ministério de segunda categoria, tratado com desprezo pelas autoridades da República. Não só neste Governo, nos outros também. O Ministro está sempre de pires na mão, solicitando apoio para manter a defesa sanitária brasileira em ordem, para manter a nossa tecnologia na frente, por meio de recursos que são castrados da EMBRAPA, de maneira cruel e covarde de lesa-pátria. País que impede a pesquisa de progredir está lesando as gerações futuras. Hoje se gosta muito de falar em meio ambiente, que não se pode destruir o que vem para frente, mas se esquecem de dar ao futuro no Brasil a condição de tecnologia de que ele precisa, prestigiando a nossa pesquisa e a área de defesa. (*Palmas.*)

Não gosto muito de falar sobre agronegócio e também quero colocar minhas cartas na mesa. O agro-

negócio a vida inteira me prejudicou. E trabalhista. A cadeia produtiva me vende caro e me compra barato. É preciso consertarmos isso também.

Telefonei hoje para o meu filho, que está muito alegre, porque choveu 43 milímetros naquele meu sertãozinho, e chover lá é importante agora. E ele me falou que estava pesando uns bois para vender a 50 reais a arroba. Já foi 53, 58. Que agronegócio é esse? O que é isso? Os insumos estão cada vez mais caros e os frigoríficos, cartelizados, nos pressionam de todos os lados. (*Palmas.*)

Para encerrar, quero dizer às pessoas que estão presentes que me coloco humildemente como um companheiro dos produtores rurais. Estamos nesta reunião para pedir, com firmeza, respeito ao setor rural, ao Ministério da Agricultura, que é a salvação do nosso futuro imediato. Vamos ser um País de primeiro mundo, mas é montado na agricultura que este País vai crescer na indústria e no comércio. (*Palmas.*)

Em segundo lugar, tenho certeza de que seremos capazes de gerar uma solução que não seja canadense: 150 dólares por acre, a fundo perdido! Que não seja isso, mas pelo menos que tenhamos tranquilidade para plantar outra safra, para continuar trabalhando na nossa fazenda, para levar este País à frente.

A CNA se propõe, tenho certeza que com o apoio dos senhores, a executar essas ações de forma concreta: colocar no papel. Tenho certeza de que o Congresso Nacional, que nunca nos faltou em hora como essa, há de ter a grandeza de entender que a agricultura brasileira passa por um mau momento. Não é hora de prejudicá-la ainda mais, é hora de ajudar a soerguê-la e ao Ministério da Agricultura, para que tenhamos a continuidade do ciclo de progresso que vivemos.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Cumprimos o nosso Presidente e eterna liderança da agricultura brasileira, Antônio Ernesto, por suas palavras de conhecimento e com a radiografia que trouxe não só da realidade da agricultura como também dos problemas que hoje dificultam o nosso setor.

Antes de passar a palavra ao Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, convido para compor a Mesa o Dr. Marco Aurélio Fuchida, Superintendente da OCB, representando o Dr. Márcio Lopes e também o Vice-Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, Senador Flávio Arns.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA – Presidente Ronaldo Caiado, Sr. Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, Sr. Presidente da CNA, Srs. Presidentes de entidades aqui presentes,

Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srs. Secretários de Agricultura do Brasil, meus amigos, tenho poucas palavras a falar e alguns números para ler.

De maneira muito clara, explico aos senhores, de forma breve, o que aconteceu recentemente no Senado. O Senado, este ano, criou 2 Comissões: uma Comissão para a área de agricultura e reforma agrária e uma Comissão para a área de Desenvolvimento Regional. A Comissão de Agricultura está estruturalmente próxima, seja do Ministério da Agricultura, seja do Ministério da Reforma Agrária. Da mesma maneira que a Comissão de Desenvolvimento Regional, que é presidida pelo Senador Tasso Jereissati, tem muito a ver com o Ministério da Integração Nacional.

Uma primeira consideração. Sob qualquer aspecto – político, orçamentário, prático –, que se examine o formato no conjunto do Estado brasileiro dos

Ministérios da Agricultura e da Integração. Assim, vai-se constatar que foram, ao longo dos últimos anos, Ministérios que perderam força, expressão, prestígio. Essa força, expressão e prestígio podem ser medidos na capacidade econômica desses Ministérios, que foi diminuída nos últimos 15 ou 20 anos.

O Ministério da Integração Nacional era fortíssimo. Ao tempo dos militares, sem dúvida, de todos os Ministérios, o mais atuante.

O Ministério da Agricultura foi, no passado, um órgão de muito poder. O fato é que, independentemente dos que ocuparam esses cargos, essas instituições se foram relativizando, perdendo força, ao passo que outras, de uma maneira muito especial os Ministérios da área econômica, passaram a ter um papel exagerado de poder, de decisão e de financiamento.

O Ministério da Integração não se enfraqueceu de maneira simples, desarticulada, mas na proporção em que políticas de integração nacional também enfraqueceram, perderam força, consistência, base, conteúdo.

Da mesma maneira, o Ministério da Agricultura se enfraqueceu na medida em que a prioridade ao setor agrícola passou a ser muito mais vocal do que real, muito mais discursiva do que financeira. O que se faz em relação à agricultura, à pecuária, à vida rural brasileira é discurso, não é solução. É, sem dúvida nenhuma, material para propaganda dos melhores, mas é, com certeza, dos Ministérios, como veremos a seguir, mais desconsiderados do ponto de vista prático, ponto de vista que conta.

Porque a prioridade real não são as promessas, os discursos, as intenções e muito menos a propaganda. A prioridade real é a decisão, a definição de recursos que podem se transformar em práticas que se convertam em resultados para um setor que preci-

sa deles e que se desenvolve, apesar da falta desses instrumentos.

A história da agricultura e da pecuária brasileira é a história de um setor, de uma vida que deu sustentação a outra. Foram os excedentes da agricultura

brasileira que financiaram a industrialização do Brasil e são seguramente essa agricultura, de uma maneira até bem importante, e a pecuária do Brasil que seguram as atuais comemorações de resultado. Não houvesse essa base exportadora, essa base de empregos e de produção econômica no campo, não estaríamos aí a falar em recuperação econômica, em taxas de crescimento, em taxas de exportação, em país que voltou a ser isso e voltou a ser aquilo. Porque, de fato, o conteúdo dessa melhoria é a recomposição, o trabalho e a produção do homem do campo no Brasil, que tem sido exemplar na vida pública e na história econômica do Brasil dos últimos 30 ou 40 anos e, de maneira especial, nos últimos 5 ou 6 anos. *(Palmas.)*

E não vai aqui nenhuma crítica a Ministros nem a governos.

Fui, até hoje, líder da minoria do Senado, mas não estou falando aqui dessa forma.

Os últimos Ministros de Agricultura, de maneira especial, foram bons. Os do Governo Fernando Henrique Cardoso; o do Governo Lula é, sem dúvida, um

Ministro que tem prestígio, autoridade e respeitabilidade nacional. O Presidente da República não errou quando escolheu seu Ministro. Poderá ter errado em outras escolhas, mas nessa, não. *(Palmas.)*

O fato é que a realidade se sobrepõe às intenções, sendo muito mais forte do que o discurso. O discurso não confere com a prática, que é visível.

Fiz, com ajuda de nossa assessoria no Senado, alguns levantamentos muito elementares que nos provarão uma situação e poderão nos indicar um caminho para atuarmos de forma conjunta – os Presidentes da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e Comissão de Agricultura do Senado e o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura.

No ano de 2001, a lei orçamentária que o Governo mandou para o Congresso Nacional previa orçamento de 4,8 bilhões de reais – vou desprezar os outros números. Os Parlamentares, gente que vejo aqui e conheço, aumentaram o orçamento da agricultura de 4,8 para 5,2 bilhões de reais. No Congresso Nacional, foram acrescentados 400 milhões de reais ao orçamento da agricultura brasileira.

Desse total, 59,86% foram empenhados e autorizados para pagamento, ou seja, pouco mais da metade de um orçamento de 4,8 aumentado para 5,2 bilhões de reais.

Em 2002, houve uma pequena elevação de 4,8 para 4,9 bilhões de reais.

Novamente, o Congresso Nacional, por meio dos Deputados e Senadores, aumentou a dotação vinda. E a execução foi a melhor dos últimos 7 anos: 70,95%.

Estou falando de 2002: 70% dos recursos aprovados no Congresso para o orçamento do Ministério da Agricultura foram executados.

Em 2003, esses recursos aumentaram para 5 bilhões 640 milhões.

Novamente, o Congresso Nacional botou dinheiro. No final, foram realizados 71%.

Setenta e 71% foram os dois números melhores verdadeiramente cumpridos pelo Governo do que o Congresso aprovou.

Em 2004, o orçamento da Agricultura que veio para o Congresso Nacional foi de 7 bilhões 300 milhões de reais. O Congresso o aumentou para 7 bilhões 500 milhões e o liquidado desse valor foi de apenas 47%. Portanto, a execução que tinha sido de 60%, 70%, 70% e 71%, caiu para 47%. Estou falando de 2004, o ano do grande *boom* da agricultura brasileira, o que não prova muita coisa, mas prova pelo menos que a agricultura fez a parte dela e o Governo não fez a sua, com absoluta clareza. (*Palmas.*)

Em 2005, 5 bilhões 50 milhões de reais é o projeto de lei que chegou ao Congresso Nacional; e Deputados e Senadores o aumentaram em 300 milhões de reais. Até agora, o que está liquidado e autorizado é apenas 15% desses recursos – algo em torno de 780 milhões de reais. Portanto, a média desses anos foi de 59%, 70%, 71%, 47% e 15% neste ano.

Vou ler o que aconteceu com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Não há, do ponto de vista da nossa atuação, nenhum preconceito em relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ao contrário, os recursos para essa pasta têm que ser assegurados, pagos, para que não se amplie a tensão no campo e para que se resolva o problema da terra no Brasil. Mas entendemos, com muita clareza, que não faz sentido – estou comparando dois Ministérios – que na Agricultura sejam liquidados 59%, 70%, 71% e 47%, e no Desenvolvimento Agrário, 85%, 82%, 83% e 83%. Por que essa diferença?

Estou comparando esses dois Ministérios porque estão no mesmo conjunto e, do ponto de vista, por exemplo, da atuação da nossa Comissão no Senado, estão equilibrados, pois ouvimos o Ministro do Desenvolvimento Agrário e o Ministro da Agricultura. A execução na área da Agricultura é pelo menos 15% mais baixa em todos esses anos do que o é no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Se há razão para isso eu, não entendo, não faz sentido. Isso demonstra com

muita clareza a falta de prioridade que se dá ao sistema de produção agrícola no Brasil que, como foi dito aqui pelo Presidente Antônio Ernesto, não é questão do Governo do Presidente Lula, mas de governos – no plural – que não se voltaram para o campo e apenas se sustentam dele. (*Palmas.*)

Um dado ainda mais sugestivo é o tamanho do orçamento do Ministério da Agricultura no Orçamento Geral da União. Qual é a participação da agricultura, da pecuária, do sistema de produção agrícola no Orçamento Geral da União? Vou dizer aos senhores.

No ano de 2001, a participação do Ministério da Agricultura era de 0,62% no Orçamento Geral da União; quase nada. No ano de 2002, baixou de 62 para 58; no ano de 2003, baixou de 58 para 48; no ano de 2004, baixou de 48 para 37. Este ano, estamos em cima de 0,26%. O que explica isso? O que justifica, primeiro, um número tão pequeno e, segundo, um número decrescente, se a realidade e os fatos apontam na direção contrária? Se a agricultura e o sistema de produção rural crescem, de um lado, e os recursos postos à disposição desse sistema pela União diminuem, do outro lado? Que prioridade é essa? Como fazer propaganda do que rigorosamente não se faz – dar atenção e prioridade ao sistema de produção rural no Brasil? Não é sincero, não é correto, não faz sentido público. Os dados mais simples já demonstram isso. Não precisei ir muito longe para chegar a essas óbvias considerações. Estão aqui: não são discutíveis. São dados da própria União, do próprio Governo.

Quero dizer ainda que outros Ministérios têm coeficiente de execução muito mais elevado do que o nosso, da Agricultura, e também o da Reforma Agrária.

Outras áreas têm seus recursos menos contingenciados do que os recursos desse Ministério, que é principalmente o foco da reunião de hoje.

Tenho me preocupado, juntamente com os companheiros da Comissão de Agricultura do Senado e da Comissão de Agricultura da Câmara, em procurar nos meus limites, nos nossos limites, contribuir para algo que seja, de fato, uma ação que produza resultados.

Nesses últimos anos, aumentamos o orçamento de 4,8 bilhões para 5,2 bilhões de reais; de 4,9 bilhões para 5,1 bilhões; de 5,6 bilhões para 5,8 bilhões; de 7,3 bilhões para 7,5 bilhões e de 5 bilhões para 5,3 bilhões de reais.

No último ano, teve bom resultado a ação do Congresso Nacional nesse assunto, mas acho que uma ação nossa na perspectiva de união – Secretário de

Agriculturas de agricultura, Comissão de Agricultura da Câmara e Comissão de Agricultura do Senado – pode alterar muito esse número.

Outros Ministérios, por várias razões, conseguem aumentar muito mais os seus números. O Ministério dos Transportes aumenta em 1 bilhão, 1,5 bilhão, 2

bilhões de reais as suas dotações no Congresso Nacional; o Ministério da Integração Nacional, da mesma forma. Foi assim no passado e menos agora, porque não honrou, não pagou as emendas parlamentares. Mas vários Ministérios, como por exemplo o do Turismo, embora com números baixos, têm conseguido aumentar significativamente suas dotações por ação parlamentar.

Penso que precisamos convencer o conjunto dos Parlamentares que a questão rural brasileira não se restringe àqueles que cuidam da questão rural, mas

interessa a todos. É um fundamento – palavra muito usada pelos economistas – substantivo, qualitativo, para que a economia brasileira tenha confiança nacional, emprego e confiança internacional. Não fosse essa base agrícola, essa capacidade de recuperação e de produção agrícola do Brasil, não seria esse o nosso conceito internacional, apesar dos ajustes do Fundo Monetário Internacional, da ortodoxia da política financeira desse Governo, que é extremamente conservadora, e, muito mais ainda, dos arrochos impostos à produção nacional.

O Brasil perderá substancial confiança nacional e internacional se no tempo forem confirmadas as previsões do Presidente da Confederação Nacional da

Agricultura de crise crescente por falta de ação substantiva, qualitativa e imediata no tempo adequado para dar sustentação, apoio e solução aos problemas do meio rural do Brasil.

Tenho trabalhado muito no assunto e conversado com o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, que, além de exercer essa

função, é líder no setor. Entendo que no Senado é fácil produzirmos ampla campanha para divulgar a agricultura àqueles que não têm opinião mais clara sobre o tema, que precisam ter demonstrados esses fatos, que não podem pensar que apenas a agricultura é uma plataforma que sustenta o Brasil e traz excelentes notícias, mas também é uma situação que se complica a cada dia, com perspectivas de agravamento muito fortes. Entretanto, ainda é a forma adequada para resolver o problema do emprego e da justiça social no Brasil. (*Palmas.*) Não serão as cidades brasileiras que resolverão a crise social deste País. Qualquer investimento na cidade custa 5, 10, 20 vezes a mais do que no meio rural. A capacidade de produzir empregos no campo é 10 vezes maior do que no meio urbano. Essa prioridade não existe, é retórica.

Não estamos contra o Governo, mas a favor do Brasil, quando dizemos que não é possível termos

esse orçamento para o Ministério da Agricultura. Não é honesto sustentar um nível de financiamento desse tamanho para a produção rural brasileira. Não é um Estado que aplique no meio rural, mas que apenas tire dele, que pode resolver o problema brasileiro. O Estado brasileiro é extrativo do ponto de vista rural. Não é contributivo. (*Palmas.*) Quero dizer aos senhores que esta não é apenas a minha opinião, mas de todo o Senado. Não pode ser outra, porque todos somos brasileiros e reproduziremos essa reunião quantas vezes for preciso. Vamos, agora, atuar na Comissão de Orçamento. Esperamos que

Parlamentares ligados à área da agricultura também façam parte dela – e alguns já fazem – para que nossa força se produza e se concretize, como outros já fizeram de maneira organizada. A linguagem para fazer funcionar a pressão é o poder, e precisamos ter poder em algum lugar. No Congresso Nacional, nós o temos. O setor rural brasileiro pode ter poder, porque os Parlamentares precisam dos votos da população, e esta deve sentir que, se não tiver um setor agrícola forte, a demanda brasileira por investimentos será infinitamente maior, as eleições serão muito mais complicadas, a democracia muito mais remota e mais difícil.

Vamos partir para uma ação concreta. Estou disposto, não apenas em meu nome, mas também no dos meus companheiros, a um trabalho próspero, seguro, articulado com a Comissão de Agricultura, cada um do seu jeito, da sua maneira, com a sua cultura. A cultura do Senado não é a da Câmara. Fui Deputado por 12

anos, sou amigo de todos que estão aqui, mas sei que no Senado podemos ter resultados diferentes que os da Câmara, assim como pode haver na Câmara resultados que não podemos conquistar no Senado. Estamos juntos, vim aqui apoiar a ação do Presidente Ronaldo Caiado e dizer que este ano, a partir da Lei de Diretrizes Orçamentária que chegou ao Congresso de forma múltipla, resolveremos essa situação na base, com pressão e ação, para que no ano que vem o orçamento da agricultura não seja esse e para que esses miseráveis 100 milhões de reais sejam descontingenciados. Os 100 milhões de reais que a defesa sanitária brasileira está devendo não são nada, do ponto de vista do arrocho fiscal. Não há a menor expressão macroeconômica. É um absurdo que essa situação não esteja resolvida, não represente significativamente nada em torno da perspectiva da austeridade fiscal. Por que não pagar os 100 milhões para que haja ao menos uma ação de defesa sanitária prudente e responsável no País, que pode ter prejuízos de 3, 4 ou 5 bilhões de dólares com as suas exportações? Essas não são afirmações apenas minhas, mas do Ministro da Agricultura, que merece nosso aplauso.

Então, essas são as minhas palavras aos senhores.

Na semana passada, tive um problema de saúde e não pude estar com o Presidente Ronaldo Caiado, a fim de ajudar na construção da reunião de hoje. No

dia de hoje, sem plenário na Câmara, é uma grande demonstração de força o fato de este plenário estar lotado com representantes da CONTAG, da CNA e de todos que têm interesse em mudanças que precisam ser feitas e que dependem da nossa atuação e decisão sincera, não na condição de oposicionistas, mas de brasileiros.

Precisamos fazer e acontecer.

Era o que tinha a dizer hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado)

– Não só cumprimentamos

o Senador, mas reconhecemos a importância e o conhecimento que tem o Senador Sérgio Guerra para tratar desse assunto no Orçamento, como também seu prestígio junto a seus pares no Senado Federal.

Antes de passar a palavra ao Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, o Senador Flávio Arns, registro a presença dos Secretários de Agricultura Otaviano Olavo Pivetta, de Mato Grosso; Ricardo Ferreira Rodrigues, de Pernambuco; e Luiz Cláudio Pereira Alves, de Rondônia; dos representantes dos Secretários de Agricultura dos Estados do Amazonas e da Bahia, do Distrito Federal, de Minas Gerais, de Tocantins e de São Paulo, cujo

Secretário é o Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura, o Sr. Duarte Nogueira; do Presidente da Associação Brasileira de Criadores, Luís Alberto Moreira Ferreira; do representante do Município de João Pinheiro, importante região de Minas Gerais; do Presidente da UDR, Sr. Luiz Nabhan Garcia; do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Otávio Alvarenga; do Sr. Wilson Brandão, representante do Secretário de Agricultura do Estado de Goiás; do Sr. Pedro Caldas, Presidente da COACRIS; do Sr. Carlos Alberto Albuquerque, Diretor da SINDIRAÇÕES; do Sr. Francisco Dutra, do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco; do Sr. José Silva Soares, Presidente da ASBRAER; da Sra. Nelcy Palhares Ribeiro, Presidente do Sindicato Rural de Inaciolândia; da Sra. Viviane Rodrigues, Assessora da Secretaria e Pecuária do Tocantins; do Sr. Álvaro Silva, Secretário da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Diretor de Programas; do Sr. Rubens Dias de Moraes, Presidente da ABIMAQ; do Sr. Telmo Heinen, Diretor da BRASGRÃOS; do Sr. Wander Sousa, Diretor da ALCON; do Sr. Macel Caixeta, Presidente da FAEG; do Sr. Alécio, Presidente da Comissão de Grãos; do Sr. Haroldo Rodrigues da Cunha, Presidente da COPA

representando a ABRAPA; do Sr. Washington, Presidente da Fundação Goiás; do Sr. João Matos, Presidente da All Cotton; do Afonsinho, Presidente do Sindicato Rural de Acreúna; e do ex-Prefeito de Acreúna Wander Carlos de Souza.

Comunico ainda a presença do Deputado Estadual Jerônimo Goergen, Presidente da CPI da Carne na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que acaba de entregar o relatório final a esta Comissão, e do Sr. Eduardo Camargo da Sociedade Rural Brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. SENADOR FLÁVIO ARNS – Saúdo, em primeiro lugar, o Deputado Ronaldo Caiado, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, colega e amigo. Com muita satisfação vejo hoje totalmente recuperado do problema de saúde que o acometeu, nas semanas passada e retrasada, o Senador Sérgio Guerra. Cumprimento ainda todos os colegas Deputados, Senadores e representantes das entidades presentes.

O Senador Sérgio Guerra foi extremamente feliz, preciso e direto em todas as análises relacionadas ao trabalho que pode ser feito tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, particularmente em sintonia com todas as entidades representativas do setor, abordando a questão como suprapartidária e supragovernamental, para ressaltar a importância da área para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Na Comissão do Senado Federal, discutimos, com a presença dos Ministros já mencionado pelo Senador Sérgio Guerra, as necessidades, os desafios e o orçamento dos dois Ministérios. De forma bastante clara evidenciou-se – e o Brasil todo sabe – a importância da área para o desenvolvimento, para a balança comercial e para o saldo positivo que o Brasil vem tendo no decorrer dos anos.

Em função disso, estabeleceram-se prioridades. A primeira prioridade é o agronegócio até, como costume dizer, para a área social. Se consideramos área importante, temos que olhar sua valorização na elaboração do Orçamento. O Senador Sérgio Guerra é um especialista na área de Orçamento, respeitado também nas duas casas do Congresso Nacional.

Foi feito esse levantamento, que vai ser debatido na Comissão de Agricultura, para que os setores da área possam sentir claramente o respaldo, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

Discutiu-se a necessidade de priorizar, na Comissão do Senado, o acompanhamento das ações governamentais, para, como foi mencionado antes pelo Dr. Salvo, que elas cheguem a tempo ao agro-

negócio, seja pequeno, médio, grande, a fim de que a área possa também se desenvolver. Nesse sentido, a Comissão tem um grande papel a desempenhar com esse acompanhamento das ações. Debateu-se, também, e precisamos dar ênfase a isso, a interface da área com as ações dos demais Ministérios das áreas de infra-estrutura, econômica, social, de energia elétrica, por exemplo, para que haja uma ação sincronizada dos Ministérios em relação aos desafios do campo. Estamos reforçando com muita satisfação o que disse o Senador Sérgio Guerra, ressaltando a importância de fazermos essa caminhada conjunta permanentemente, para que, com o esforço coordenado de toda a sociedade, em conjunto com o Executivo e o Legislativo, possamos obter as respostas que a área necessita.

Com muita alegria estamos aqui. Que este seja realmente o começo de uma caminhada e que, no futuro, possamos ver, como fruto de tudo isso, os bons resultados de nosso esforço conjunto.

Obrigado e um grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Também agradecemos. Neste momento, passo a presidência ao Senador Sérgio Guerra para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Guerra) – Neste momento, convido o Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, Deputado Ronaldo Caiado, a fazer uso da palavra, conforme previsto na reunião de hoje.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Presidentes de entidades, sindicatos, cooperativas e federações, Sr. Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, demais autoridades presentes de outras entidades de classe, saúdo nosso Presidente da CNA, Sr. Antônio Ernesto de Salvo; o Presidente da

OCB, Sr. Márcio; o Senador Flávio Arns e o Presidente Sérgio Guerra.

Quero, rapidamente, levar a todas as lideranças do setor de agropecuária um estímulo, pois, diante de toda essa crise, sinto que eles estão um pouco acanhados e ressentidos por não terem ainda conseguido nenhuma resposta por parte do Governo que sinalizasse uma saída para a crise que se instala no campo.

Senhores e senhoras, essa luta não é apenas do produtor rural nem apenas das lideranças do produtor rural, pois pela primeira vez na história o produtor rural tem ao seu lado, além de suas lideranças, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, a Frente Parlamentar do Cooperativismo, a Frente Parlamentar da Agricultura e da

Pecuária (chamada bancada ruralista), a Comissão de Agricultura do Senado Federal e o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura. (*Palmas.*) Vejam que hoje a agricultura e o produtor rural passam a ter, sem dúvida alguma, condição de poder repercutir a crise que se abate sobre o produtor para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Esse encontro tem importância histórica: é a primeira vez que a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados se une com a Comissão de Agricultura do Senado e o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura para promover encontro de tamanha importância, com presença de líderes de todos os quadrantes deste País.

Quero, porém, citar exatamente o assunto da pauta, aquilo que o Senador Sérgio Guerra explanou com competência: o esvaziamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Enquanto o setor produtivo primário apresenta um superávit na balança comercial hoje superior ao superávit total do País – só o setor de agropecuária está com mais de 34 bilhões e 700 milhões de reais nas exportações –, temos um orçamento cada vez menor e vemos um processo de esvaziamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e um movimento contrário àquilo que esperávamos.

Escutamos o Presidente da CNA, sem dúvida alguma, preocupado com todos os problemas ambientais, trabalhistas e tributários, e percebemos sua preocupação quando disse que tinha o mesmo sentimento daqueles que viram a agricultura e a pecuária jogadas, com todos os problemas, terem ao seu lado os nossos aliados, elos da corrente do agronegócio.

Esse é o sentimento de todos os Parlamentares que lutaram para implantar o MODERFROTA, que foi bom para o setor rural e melhor ainda para as indústrias de máquinas e implementos no País.

Quando lutamos por uma taxa de juros de 8,75, isso foi bom para o produtor rural, mas melhor ainda para o País, que saiu de uma safra de 80 milhões de toneladas e colheu 120 milhões de toneladas – ter superávit e ter como empregar 27% de toda a mão-de-obra ativa do País.

Quando nós lutamos aqui por uma medida provisória para acabar com a violência no campo, foi exatamente com o objetivo de dar à população brasileira

condições de responder com aumento da produção e diminuição do preço dos nossos produtos; quando nós e toda a bancada na Câmara dos Deputados lutamos para fazer a isenção do PIS e COFINS, foi com o compromisso de que isso seria repassado ao agricultor na diminuição do preço dos insumos, o que não ocorreu; quando estivemos na OIE, em Paris,

especificamente, reconhecendo o Brasil como zona livre de febre aftosa, a esperança do pecuarista também era de que o preço da arroba de boi melhorasse. E nada disso vem ocorrendo.

Estamos sentindo do chamado agronegócio, da corrente produtiva, aquilo que tive oportunidade de ver em São Gabriel, interior do Rio Grande do Sul. O elo quebrado, o elo falido da corrente do agronegócio chama-se produtor rural, que vem arcando com todos os prejuízos e com todas as dificuldades para continuar produzindo neste País. (*Palmas.*) Sem citar, minhas senhoras e meus senhores, que só o sistema financeiro teve o maior lucro na história do Brasil: 20% de lucro líquido sobre tudo aquilo que aplicaram.

Mostraremos rapidamente alguns gráficos. (*Segue-se exibição de imagens.*)

Aqui, eles definem como sendo incompressíveis todos aqueles gastos que o Ministério da Agricultura tem com seu custeio, com sua manutenção direta de salários de funcionários e com manutenção mínima da estrutura do Ministério.

Com relação a esses compressíveis, Deputados e Senadores, todos nós que destinamos emendas ao Ministério da Agricultura, dos 267 milhões, 100% foram contingenciadas. Na parte de administração direta da EMBRAPA/FUNCAFÉ, tivemos uma diminuição em torno de 80%, 98%, 59% ou 71% e de 2% a 46% dos 608 milhões para o orçamento de 2005. Nós temos um contingenciamento significativo e só uma autorização de 68 milhões de todo o orçamento de investimento do Ministério da Agricultura. Após o Decreto nº 5.379 restou, exatamente, 68 milhões, 165 mil para todo o Ministério da Agricultura.

Vimos que a EMBRAPA teve um aumento significativo. É importante deixar claro que nos recursos incompressíveis, sem dúvida, ela teve um aumento significativo. Mas em relação aos compressíveis, ela teve um contingenciamento quase que de 100%. Com isso, o aumento real foi de apenas 7,37%. Com a CONAB foi aplicada a mesma metodologia. O aumento real foi de apenas 7,6%.

Esta é exatamente a dissecação que fizemos da parte de investimentos do Ministério da Agricultura: do gabinete do Ministro foi contingenciada uma verba de 2 milhões, mas apenas autorizados 164 mil; da Secretaria Executiva, de 31 milhões para 3,5 milhões; da política agrícola, de 53 milhões para apenas 1 milhão de reais; da Secretaria de Relações Internacionais, também houve contingenciamento e permaneceu 1 milhão (esse programa de capacitação foi cortado pela metade); do DENACOOOP, foram mantidos apenas 10 milhões de um orçamento previsto de 56 milhões e 288 mil; da Defesa Agropecuária – peço a atenção

dos Srs. Secretários presentes e dos representados –, vejam bem o contingenciamento: eram previstos 135 milhões de reais e ficaram apenas 37 milhões para o controle sanitário agropecuário. Se amanhã houver comprometimento sanitário em qualquer Estado, o Secretário será inevitavelmente crucificado.

O que estamos vendo hoje, e que deverá fazer parte do documento, é os Srs. Secretários mostrarem à população dos respectivos Estados e à brasileira de modo geral a irresponsabilidade, principalmente dos Ministros do Planejamento e da Fazenda, que cortaram mais de 80% da verba destinada ao controle sanitário da agricultura e da pecuária em nosso País.

Alcançamos hoje, só na área de carnes, mais de 6 bilhões de exportação, qualquer comprometimento que ocorra na parte sanitária de nosso rebanho, ou de aves, ou de suínos, levará o Brasil a ficar 100% isolado.

A que estamos assistindo, Sr. Presidente? Há poucos dias estive no País, como relatado ontem pelo Deputado Nelson Marquizezelli, uma missão americana. E, ao constatar que o Ministério da Agricultura não está contratando sequer os fiscais aprovados em concurso, em um mínimo de 100, para fiscalizar as unidades frigoríficas, a disposição da missão americana foi cancelar o Brasil como país exportador de carne. Quando se depararam com o valor dos recursos aprovados e o autorizado pelo Governo, tiveram, sem dúvida nenhuma, mais argumentos para continuar defendendo a tese de que o Brasil não pode exportar os seus produtos, porque não tem o mínimo controle sanitário sobre seu rebanho.

Em relação ao cacau, houve também um grande corte, tendo permanecido apenas um terço do orçamento original; no INMET, para a parte de meteorologia, serão destinados apenas 2 milhões de reais. Na CONAB, também houve um corte em investimentos de quase 80%. Os fundos de despesas correntes e investimentos, principalmente o FUNCAFÉ, estão restritos a apenas 8 milhões.

Em relação ao que havia sido aprovado como investimento do Ministério da Agricultura, isto é, 341 milhões, pelo decreto só foram autorizados 68 milhões, com o contingenciamento de 100% das emendas individuais e de Comissão. Esse aí é um outro assunto. Antes de entrar na discussão da crise do produtor rural, o que fica claro é que o Ministério da Agricultura tem apenas 67 milhões para representar o agronegócio brasileiro, mesmo considerando a importância do setor. Mas Casa Civil da Presidência da República, para pagar viagens e hotéis, dispõe de 980 milhões de reais. Há uma “pequena” diferença entre o que recebem a agricultura e a pecuária brasileiras e a dotação orçamentária aprovada e autorizada para

a Casa Civil da Presidência da República. Mas, Sras. e Srs. Parlamentares, quero agora voltar à discussão da crise do setor.

Todos acompanhamos, desde 1995, a securitização, renegociada por nós em 2000 e em 2001, e a criação do PESA. O que ocorre? Não temos ainda os dados de todos os bancos, como é o caso do Banco do Nordeste, ainda não nos forneceu os documentos necessários. O Banco do Brasil tem, de securitização, 119 mil contratos e um saldo em torno de 11 bilhões e 282 milhões; em operações vencidas de securitização, temos exatamente 49 mil, o que representa 41% dos contratos e significa exatamente um débito de 5 bilhões e 54 milhões, ou seja, 44,77% de contratos não foram pagos. O Banco da Amazônia não detalhou as operações vencidas, mas temos 6.680 contratos e uma inadimplência de 42,14% na securitização. PESA: Banco do Brasil, com 3.918 contratos, temos um saldo de 4 bilhões e 364 milhões e uma inadimplência de 85,34%. No Banco da Amazônia, temos 227 contratos, com uma inadimplência de 75,71%.

Nos fundos constitucionais, o que houve de contratos renegociados pela Lei nº 10.177? Infelizmente, o Banco do Nordeste não nos repassou os dados, assim como o Banco da Amazônia. Temos em operações, no Banco do Brasil, 12.234 contratos que foram renegociados, com um saldo de 475 milhões. No entanto, temos 18,95% de operações vencidas e de produtores inadimplentes. Dos fundos constitucionais não renegociados pela Lei nº 10.177, temos 7.161 contratos e uma inadimplência de 39,82%, ou seja, os obstáculos criados pela área burocrática do Governo dificultam, cada vez mais, ao agricultor renegociar suas dívidas, ter os benefícios da lei. E, mesmo assim, com os benefícios, temos 18% de inadimplência.

Daqueles que não renegociaram, temos 39,82% de inadimplência. Quanto ao Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, de interesse principalmente dos companheiros da Bahia, o que temos hoje são operações vencidas, com uma inadimplência de 74,53%.

Das renegociações feitas pelo PRONAF, o que temos hoje? São operações que não foram renegociadas. V.Exas. se lembram de que, antigamente, era TJLP e, depois que renegociamos, mais 6%, depois que aprovamos a Lei nº 10.696, e várias operações não foram renegociadas? O que ocorreu? Tivemos uma inadimplência de 81,90%. Alguns dizem que não temos que discutir a crise da agricultura, que não há problema em relação ao endividamento.

Fizemos alguns gráficos, infelizmente, eles não foram exibidos, e há também um trabalho feito pelas lideranças de Acreúna e de outros locais do Brasil, já aqui apresentados pela Confederação Nacional da

Agricultura, que mostram a defasagem entre reajuste do preço dos insumos e o pago ao produtor na comercialização da safra. No que diz respeito aos insumos, essa defasagem varia em torno de 180%; a combustíveis, em torno de 160%; a fungicidas chega a 200% e a 285% em relação ao aço.

Tudo o que apresentamos no decorrer dessas audiências públicas é preciso ser mostrado também à sociedade brasileira. O produtor rural não é inadimplente e muito menos caloteiro. Ao contrário, é trabalhador. Só que nem sequer tem a garantia do preço mínimo na comercialização da safra; não tem condições sequer de ter um preço mínimo para continuar na atividade agrícola e muito menos na atividade pecuária, com a arroba de boi sendo hoje comercializada a 49 reais. Então, o que devemos fazer no Congresso Nacional? Vamos discutir, rever e descontingenciar as verbas do Ministério da Agricultura. Sim, esse é o primeiro item. Em segundo lugar, como vamos tratar os assuntos? Temos que denunciar os fatos, como a Presidente do Sindicato Rural de Inaciolândia denunciou o ocorrido na agência do Bradesco. E, ao chegar lá, depois, com as lideranças regionais, o gerente aceitou exatamente a proposta de renegociação da dívida. Precisamos que esta Comissão tenha conhecimento do que vem ocorrendo, como aqui comprovamos com extrato das contas de produtores rurais, em que uma CPR é descontada, de imediato, com uma taxa de juro de 22%. *(Palmas.)*

As ações que estamos tomando no Congresso Nacional são no intuito de fazer com que as medidas aprovadas sejam cumpridas, o que não estava acontecendo ultimamente.

Além do mais, temos que avançar na discussão do vencimento do custeio. Hoje, apenas uma parte do custeio é devida aos bancos oficiais. A maioria dos agricultores está pendurada nos fornecedores, que estão, em primeiro grau, vinculando a safra ou vinculando a propriedade, ou exigindo aval.

Precisamos – e é uma decisão que vamos tomar em conjunto com o Senador Sérgio Guerra e com o Fórum Nacional de Secretários – promover uma reunião dos fornecedores com as lideranças dos produtores rurais para encontrar uma saída, porque não há como o produtor rural quitar as dívidas referentes à safra 2004/2005 e ter condições de buscar empréstimos para plantar a safra 2005/2006. *(Palmas.)*

Não quero estender-me, o que quero dizer é que a Associação Nacional, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal devem mobilizar as bases. Estamos dispostos, não só em audiências públicas, mas, se necessário, em CPIs, a mostrar que esta Casa está a favor e ao lado do

produtor rural em âmbito nacional. *(Palmas.)* Tenham certeza de que os senhores têm verdadeiros aliados para enfrentar essa crise, e a crise não é apenas do produtor rural. Nessa crise, os senhores têm como aliados seus Senadores, seus Deputados Federais e Estaduais, Vereadores, Prefeitos e os Governadores em cada um dos Estados.

É importante que possamos apresentar, num curto espaço de tempo, soluções, não só resgatando o orçamento, mas também discutindo a renegociação das dívidas, discutindo a situação com os fornecedores e exigindo do Governo que não lave as mãos, como Pôncio Pilatos, entregando-nos aos atravessadores, porque infelizmente o cartel não é constituído apenas pelos frigoríficos, mas, em grande parte, pelos fornecedores de insumo da agropecuária brasileira. *(Palmas.)* E esta Casa não vai aceitar a cartelização desses segmentos e a penalização do agricultor brasileiro.

Muito obrigado pela oportunidade e pela presença dos senhores na manhã de hoje. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Pela ordem de inscrição, passo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. SENADOR OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Deputado Ronaldo Caiado; Sr. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Senador Sérgio Guerra; lideranças que compõem a Mesa, ontem a EMBRAPA completou 32 anos. E mais uma vez completou uma data de aniversário em crise de orçamento e, como muito bem disse o Antônio de Salvo, o Presidente da CNA, no final da sua exposição, com falta de respeito.

Sei que só tenho 5 minutos, e vou usá-los para dizer rapidamente o seguinte: a primeira proposta que deixo é no sentido de que, na luta das duas Comissões e do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, possamos garantir recursos para que a EMBRAPA possa completar o seu 33º aniversário sem a crise que tem caracterizado seus últimos anos. Acompanho, do Senado Federal, as promessas do Governo e as homenagens que presta à EMBRAPA, empresa que ele reconhece ser a melhor do mundo em pesquisa agropecuária. No entanto, o Governo não traduz isso no orçamento consignado àquela empresa.

Lembro que, há 32 anos, o Brasil plantava 24 milhões de hectares e colhia 4 vezes menos do que colhe hoje. A área não dobrou, mas a produção quadruplicou. E a EMBRAPA tem quase tudo a ver com esse resultado que a agricultura comemora, de safras maiores a cada ano.

É verdade que conquistamos, ao longo desse tempo, o respeito, sim, mas uma grande parte dele deve ser creditado à bancada ruralista e ao Congresso Nacional. No dia em que as lideranças deste País

perceberam que é no Congresso Nacional que as grandes decisões são tomadas e começaram a nos apoiar sem medo de subir no palanque de um candidato que defendia a agricultura, nós passamos a ter o respeito da sociedade brasileira. Se antes, os agricultores eram vistos, sempre, como chorões, permanentemente reclamando acerca do que os que viviam nos centros urbanos entendiam não ser de direito, estes passaram a entender que, sem a agricultura, não há indústria, não há comércio, não há serviço e não há desenvolvimento social para o País. *(Palmas.)* E com isso garantimos o respeito da sociedade brasileira, a maior conquista que alcançamos.

Mas esse respeito está começando a se deteriorar. E vou dizer algo que parece dramática, mas não é: outro dia, o Senador Cristovam Buarque, que já foi Ministro da Educação, dizia-se assustado com o avanço do seu Governo, o Governo do PT, rumo a um regime ditatorial, com a característica de ditadura que vinha adquirindo o Governo. E S.Exa. disse uma coisa que me deixou pensando e que vou usar em relação ao que afirmou o Antônio Ernesto de Salvo: não se constrói uma ditadura com uma canetada, mas passo a passo; e não se desconstrói o respeito com uma canetada, mas também passo a passo. Alguns passos estão sendo dados, e se não houver uma reação de Norte a Sul deste País, das entidades organizadas e das Comissões deste Congresso, esses passos vão se acelerar.

Refiro-me, por exemplo, às invasões de propriedade. E, no meu Estado, elas são feitas com a conivência do poder local, que não promove a reintegração de posse, em desrespeito à Constituição. Esse é um passo muito grave que está sendo dado para se desconstruir o respeito que alcançamos.

O outro é que, mesmo que tenhamos aqui lutado – e fui Relator do projeto na Comissão de Educação – para construir uma lei que dava aos pesquisadores e cientistas deste País o direito de fazerem evoluir a tecnologia e buscarem, como todos os demais países, alternativas para reduzir o custo de produção e de aumentar a produtividade, sem nenhuma agressão ao meio ambiente – muito pelo contrário, preservando ainda mais o meio ambiente, como foi o caso da Lei de Biossegurança –, há aqueles que teimam em não obedecer uma lei que está em vigor e a não permitir, por exemplo, a exportação de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá, o maior porto graneleiro deste País e da América do Sul. *(Palmas.)*

E, se fosse apenas poder local que estivesse fazendo isso, tudo bem. Mas a União, que é o ente concedente, não toma nenhuma atitude para garantir o direito dos produtores que se cadastraram no Mi-

nistério da Agricultura, plantaram e agora não podem fazer a comercialização normalmente, porque estão proibidos de fazê-la por um porto que não é de nenhum Governador de Estado, mas do povo brasileiro.

Quero deixar aqui minha posição de assinar o documento que essas duas Comissões vão produzir com o Fórum dos Secretários, mas, muito mais do que isso, de reiterar a necessidade de os produtores rurais e as entidades organizadas iniciarem uma mobilização no sentido de preservar o respeito que conseguimos construir em relação à classe dos produtores e em relação ao agronegócio brasileiro, que não é a palavra preferida do amigo Antônio Ernesto, mas é a palavra que temos que falar, porque, como disse muito bem o Deputado Caiado, quando estamos produzindo e aumentando a produtividade, a indústria de máquinas está vendendo e está empregando. No entanto, quando acontece uma crise como agora – a indústria de máquinas do Rio Grande do Sul está demitindo 5 mil trabalhadores –, o Governo parece que não enxerga. O Governo parece que também não enxerga que os bancos, como diz Presidente Ronaldo Caiado, apresentam um lucro líquido de 20% sobre o capital investido, e o Presidente diz que é por comodismo daqueles que não querem tirar o traseiro da cadeira para buscar um juro mais barato. (*Palmas.*) Gostaria de fazer um pedido ao Presidente. Que ele nos indicasse qual o banco neste País que cobra um juro barato, para que todos nós pudéssemos fazer uma grande fila na porta dele e tomar crédito barato, porque eu não sei onde fica esse banco. (*Palmas.*)

Vou encerrar, Sr. Presidente, mas não posso deixar de revelar uma percepção que tenho. Os passos que estão sendo dados, inclusive agora com os índices de produtividade propostos pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e pelo INCRA, e a respeito dos quais o Ministro Roberto Rodrigues fez muito bem em reagir, demonstram total falta de conhecimento de quem os está propondo.

Imaginem o Paraná ser obrigado a produzir 48 sacas de soja por hectare, assim como o Mato Grosso do Sul. Qualquer intempérie que ocorra no meio do ciclo do desenvolvimento da cultura leva o produtor, que é eficiente, que investiu, que cuidou da sua propriedade, a correr o risco de perdê-la, porque os índices de produtividade exigidos são verdadeiramente absurdos, fruto da falta absoluta de conhecimento de quem está apresentando essa proposta.

Deixo uma outra proposta prática aos Presidentes das 2 Comissões. Não podemos ficar sujeitos a esse tipo de decisão, que inclusive pode envolver interesses de quem lá de fora não quer que este País continue produzindo cada vez mais. Os nossos concorrentes

estão incentivando, sim, as dificuldades que aqui nos estão criando. Proponho, de forma prática, a exemplo do que propus em relação à EMBRAPA, que façamos um estudo profundo da legislação e da Constituição para que qualquer alteração que se refira a grau de utilização da terra e de índices de produtividade seja aprovada pelo Congresso Nacional (*palmas*) e não pelo do arbítrio de meia dúzia de pessoas que não têm representatividade, que não têm autoridade para impor ao setor produtivo brasileiro esse tipo de exigência que pode inviabilizar propriedades e, mais do que isso, desvalorizar o patrimônio de quem por décadas trabalhou para construí-lo. A desvalorização do patrimônio rural neste País é a desvalorização do próprio País.

Por isso, estou propondo que as duas Comissões se empenhem no sentido de elaborem uma legislação – todos nós seremos autores do projeto – a fim de trazer para dentro do Congresso Nacional qualquer mudança que diga respeito à classificação de propriedades como produtiva ou não.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Muito bem, Senador Osmar Dias.

Os projetos, um deles até de minha autoria, que propõem que a discussão do índice de produtividade, de eficiência de exploração sejam deliberado pela Câmara e pelo Senado encontram-se há 2 anos engavetados na Comissão de Constituição e de Justiça. Mas, como V.Exa. sugere, juntos faremos um projeto único, de autoria de todos os membros das Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado, para dar a ele o rito de urgência urgentíssima.

Passo a palavra ao segundo Parlamentar inscrito, Deputado Francisco Turra, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TURRA – Estimado Presidente Ronaldo Caiado, Presidente Sérgio Guerra, Sr. Antônio Ernesto, Presidente do Fórum dos Secretários de Agricultura do Brasil, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero reproduzir uma frase que sintetiza muito do que vemos no Brasil: os países ricos não apoiam a agricultura porque são ricos, mas são ricos porque souberam apoiar a agricultura.

A frase do Senador Osmar Dias, segundo a qual talvez haja interesses escusos lá fora para impedir que o Brasil continue produzindo, milagrosamente produzindo mais, poderia passar para um questionamento aqui de dentro. Quem acompanha o cenário do agronegócio no Brasil do ano passado para cá pode muito bem fazer a pergunta: será que há realmente interesse do Governo em ver o Brasil produzir, crescer, gerar emprego, renda, superávit na balança comercial?

Tenho muita dúvida, porque se cometem tantas barbaridades contra o agronegócio brasileiro que não posso conceber que eles queiram que continuemos desenvolvendo e aumentando o emprego deste País.

Foram relatados números impressionantes, mas queria dizer, porque senti na própria carne, que a maior vergonha é o descaso da área econômica para com o Ministério da Agricultura. Nosso País tem 2 Ministérios da Agricultura – um para a pequena propriedade e outro para a grande propriedade, mas não contempla nenhum, que não dá apoio a nenhum deles.

É realmente inconcebível, Sr. Presidente, ver, por exemplo, contingenciados até 80% dos recursos do Ministério da Agricultura num ano em que a resposta do setor é fantástica. Pensar agora em adotar novos índices de produtividade, com subsídios colhidos em universidades facciosas, é algo incrível.

Sr. Presidente, queria apenas chegar a uma conclusão. Senti hoje um ânimo, uma esperança renovada, porque, quando o Senado e Câmara se unem, quando associados se dispõem a buscar um caminho, tenho certeza de que vamos encontrar a valorização efetiva do que é mais importante para o Brasil em se falando de emprego e de renda, o agronegócio.

Então, temos que ter um foco direto e sério, porém quero também fazer uma proposta, Sr. Presidente, até com base no que ouvi do Ministro da Agricultura, desolado, em encontro que tivemos com ele ontem. Alguns Parlamentares apresentavam pleitos e ele ia dizendo: não há mais nada; gastei tudo; não posso; Conselho Monetário não se reúne; não vai ser possível.

Srs. Presidentes das Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado, por favor, não vamos perder tempo de reunir a área econômica para isso. Precisamos fazer o primeiro teste de verdade, para saber o que o Presidente Lula pensa

da agricultura do Brasil. Temos que chegar a ele. *(Palmas.)* Temos que ter o momento de chegarmos a ele e, pela primeira vez, fazer com que ele nos ouça, que saiba os problemas que existem, o que queremos, o que planejamos e o que ele precisa dar para o País.

A partir do final desse encontro, do resultado dos dados que temos, sob todos os pontos de vista, temos de marcar um momento de encontro com o Presidente Lula. Essa foi a sugestão do próprio Ministro Roberto Rodrigues ontem. Já sentamos com o Ministro do Planejamento, com o Ministro da Fazenda – eu já fiz isso no passado –, mas, sem que houvesse a caneta do Presidente da República para mostrar a sua vontade, o juro não caía, a renegociação da dívida não acontecia, tampouco recursos para o crédito rural teríamos no Brasil. Temos que ter a palavra do Presidente da República.

Essa é minha contribuição.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Agradecemos ao Deputado Francisco Turra as suas sugestões apresentadas.

Solicito um segundo para pedir ao Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, Dr. Márcio, que assuma lugar à Mesa. *(Pausa.)*

Passo a palavra à Sra. Deputada Kátia Abreu.

A SRA. DEPUTADA KÁTIA ABREU – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentar o Presidente do Fórum, os Secretários de Agricultura – especialmente o de Tocantins, Dr. Roberto Sahium, seus técnicos e assessores que aqui se encontram –, o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, meus colegas presidentes de federações de todo o Brasil que aqui se encontram, os Srs. Senadores, o Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, uma grande e agradável surpresa para o Congresso Nacional e para os produtores rurais do Brasil pela sua competência e determinação em defesa dos produtores rurais.

Mais uma vez, parabênzo o Presidente Ronaldo Caiado pelo trabalho e empenho em favor dos nossos agropecuaristas, já que estamos em greve até segunda ordem. Não defendemos o elo da cadeia toda, mas sim o elo quebrado dessa cadeia, que é o agropecuarista brasileiro; não defendemos o agronegócio brasileiro que ajudou a quebrar esse elo da cadeia.

Sr. Presidente, reafirmo a palavra dos meus colegas Deputados e Senadores com relação ao descaso do Governo Federal para com a agricultura e a pecuária do País, um setor que contribui para o sucesso do atual Governo, um setor que consegue, isoladamente, ser o único que gera superávit na balança comercial brasileira – o que mais exporta, o que mais emprega. Portanto, não é um setor apenas de agropecuaristas, mas de todo o povo brasileiro, porque está garantindo questões de Estado.

Observamos, dia a dia, ano após ano, o improviso com que os Governos da República, inclusive fortemente este, tratam a agricultura do País. Há duas semanas, tivemos uma audiência pública na Comissão de Agricultura e pudemos ver a grande e forte aliança no País que fizeram o Governo Federal, os bancos privados, o Banco Central e toda a agroindústria que pratica o cartel no Brasil.

Fizemos perguntas ao representante do Banco Central, as que já são feitas ao longo de muitos anos, que são verificadas através de pesquisas feitas pela Confederação Nacional da Agricultura, com relação às exigibilidades bancárias. Ainda no começo do ano passado foi feita uma solicitação, quando pedimos

ao Banco Central que criasse um comitê de acompanhamento, para que pudéssemos dar transparência a essa exigibilidade por parte do setor público e privado, para que realmente pudesse ser garantida a aplicação desses recursos no setor rural. Estamos observando, ano a ano, a diminuição desses recursos de 8,75, que levamos anos para conquistar, e o Governo insiste em diminuir esse recurso ano a ano, nos empurrando para as *tradings*, para os juros altos, para as CPRs da vida, deixando o produtor à míngua e à margem do processo.

Pedimos novamente, depois de milhões de reclamações, que o Banco Central observasse a questão das vendas casadas, pelos quais o empréstimo para financiamento ao produtor rural tem que ter a contrapartida de aquisição de outro produto, como aplicação por 60 dias, compra de seguro de vida, e por aí vai.

Sabemos que todos os bancos do País praticam essa ameaça ao produtor rural, liberando o financiamento desde que se compre o produto do banco.

Questionamos ao Banco Central do Brasil sobre a Resolução nº 1.816 do Conselho Monetário Nacional, que dispensa a exigência de pagamento direto ao fornecedor. O Manual de Crédito Rural do Banco Central nº 251 determina a liberação ao mutuário por caixa ou por conta de depósito. Sabemos que os bancos oficiais do Brasil estão depositando, tirando a competitividade do produtor, tirando a sua autonomia de negociação e depositando os financiamentos diretamente na conta dos grandes cartéis do País. O Banco Central, numa atitude de desrespeito a esta Comissão e às perguntas feitas por mim, simplesmente fez ouvidos moucos e pediu que eu divulgasse país a fora que o Banco Central tem um 0800 e que as denúncias podem ser feitas por esse telefone. O Banco Central do País, que deveria ser o grande regulador, fiscalizador e protetor do cumprimento das leis, pediu-me que divulgasse para os produtores rurais do País que façam essas denúncias aqui divulgadas via 0800!

Olhamos para essa grande aliança de Governo, cartel, bancos e Banco Central e vemos que nenhum dedo é levantado contra essa cartelização, mesmo dando os incentivos de IPI, PIS e COFINS, crédito presumido para o setor de frigoríficos. As denúncias estão aí aos olhos de todo mundo; basta uma atitude da Receita Federal e da Polícia Federal, que vamos identificar empresas criadas no exterior pelos frigoríficos que vendem para essas empresas com preço menor, enquanto essas outras empresas repassam para o mercado internacional nossa carne produzida com tanto custo no País. E o que faz o Governo? Sequer pede à Polícia Federal e à Receita que façam a ave-

riguação desse crime cometido e denunciado – todos sabemos disso – pela cadeia frigorífica do País.

Num momento em que produzimos superávit em todos os setores da agropecuária brasileira, quando mais precisamos abrir nossas fronteiras para que nossos produtos possam ir para fora, para que possamos ter mercado competitivo, para minimizar os altos custos da agropecuária brasileira, o Sr. Presidente da República diz, como se fosse uma grande glória, que a ALCA não está na mesa de negociação, que o mercado livre com os Estados Unidos e com as Américas não está aberto para a mesa de negociação. Ele não tem o direito sequer de se expressar dessa forma porque nunca produziu um pé de arroz, nunca produziu um pé de soja, nunca produziu um boi! (*Palmas.*) Ele não sabe o quanto isso é importante para nós, produtores rurais, que bancamos a agropecuária no País. Vira propaganda de televisão quando fazemos superávit, que financia e patrocina este Governo. Mas a ordem dada é para nos tratar como caloteiros quando ocorrem percalços na agricultura do País.

Como disse o Ministro Turra, o País tem dois Ministérios e está precisando criar mais um. Há o Ministério dos médios e grandes, o Ministério dos assentados, mas ninguém sabe onde está o dos pequenos agricultores que compraram suas terras e estão produzindo para o Brasil. As políticas não estão no Ministério da Agricultura nem no da Reforma Agrária. Talvez, a solução, como excrescência, deveria ser a criação de um Ministério do Pequeno Produtor.

Índices de produtividade não premiam quem lutou, quem trabalhou, quem aplicou tecnologia, quem correu risco com seu bolso. Quando se consegue alcançar um índice razoável de produção, vem a mexida nos nossos índices, muito mais para atender ao Sr. Ministro Rossetto, com vistas a promessas de campanha do Governo Lula de que assentaria mais de 1 milhão de famílias no País às custas do produtor rural. Mas não vamos admitir esses índices!

Quero apenas corrigir, fazer uma pequena contestação ao Senador Osmar Dias, esse grande protetor e defensor do setor agropecuário. Não temos que trazer para o Congresso Nacional a avaliação de índices. Temos é que acabar com os índices, porque índice não é instrumento de reforma agrária! (*Palmas.*)

Quero também lembrar que estamos vivendo em dois brasis: um Brasil de Roberto Rodrigues e um Brasil de Marina Silva. Não podemos continuar com essa *performance*, porque, se somos destruidores do meio ambiente, todos os 178 milhões de brasileiros são cúmplices nessa destruição, porque o que produzimos no campo vai para a mesa de todos os 178 milhões de brasileiros no País! (*Palmas.*)

Para encerrar, Sr. Presidente, quero levantar uma questão importante. Financiamos a agroindústria do País, a de defensivos, a de fertilizantes, a de sementes, a de máquinas e implementos agrícolas, como o MODERFROTA, por exemplo. Colocamos dinheiro no mercado, geramos demanda, e o preço sobe às nossas custas. O nosso recurso poderia financiar, por exemplo, mil máquinas, mas o aumento dos preços, às custas do Governo e do produtor rural, diminui a condição de se comprar mais máquinas. São esses empresários e industriais beneficiados com a taxa de juros a 8,75%, Porque, quando eles vêem a agricultura brasileira na situação em que se encontra hoje, não se oferecem, nas negociações, para dividir o mico do nosso endividamento; afinal, ganharam muito mais do que nós, e nós ajudamos a financiá-los.

Quero levantar essa questão, Sr. Presidente. O endividamento da agricultura brasileira deve ser dividido com o Governo Federal, com o produtor rural mas, acima de tudo, com a indústria, que está ganhando muito dinheiro e praticando cartel no País.

Ainda ontem, na Confederação Nacional de Agricultura, da qual faço parte como Presidente no Tocantins, todas as Federações concordam em que a base está nos forçando, está pedindo, está implorando por um grande movimento nacional em Brasília para que possamos discutir e debater essas questões. (*Palmas.*)

A Confederação Nacional da Agricultura já formou uma comissão, não para decidir sobre o movimento, mas para organizar o movimento do qual fazem parte as Federações de Tocantins, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e de Goiás. Vamos iniciar, a partir de hoje, a organização desse grande movimento, e o traremos aqui, para a praça pública, para questionar o Presidente. Assim como disse o Deputado Francisco Turra, nosso eterno Ministro, o Brasil rural tem voz, produzimos e queremos ser tratados, não com benesses mas com a dignidade que exige a importância desse setor.

Obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caia-do) – Muito obrigado pela sua manifestação, Deputada Kátia Abreu, que já vem iniciando há alguns dias esse movimento, também com apoio da Federação da Agricultura do Estado de Goiás. Há exatamente duas semanas o Presidente Macel Caixeta iniciou essa consulta junto aos demais Presidentes de Federações, cooperativas e sindicatos, a fim de mostrarmos a força do setor produtivo primário no final do mês de maio, movimentando de norte a sul, de leste a oeste, todas as nossas lideranças e produtores Brasil afora, na grande marcha dos produtores, aqueles que geram alimentos e sustentam o Brasil. Passo a palavra ao Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN – Sr. Presidente, preliminarmente quero fazer uma indagação a V.Exa. A *TV Câmara* está transmitindo ao vivo esta reunião organizada pela Comissão de Agricultura? Gostaria que V.Exa. me informasse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caia-do) – Peço à Secretaria da Mesa essa informação, para que eu possa responder ao Deputado Ranzolin: se a *TV Câmara* está transmitindo diretamente esse encontro das Comissões com o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura. Após o pronunciamento de V.Exa. responderei à questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN – Faço essa indagação a V.Exa. porque, na realidade, esse encontro que acontece aqui, organizado pela Comissão de Agricultura e muito bem dirigido por V.Exa., tem que ser ouvido em todo o Brasil.

Hoje não há, na Câmara dos Deputados, nenhum evento. Inclusive, deve ser levantada a sessão à tarde, em função do falecimento de um Deputado colega nosso. Acho que um discurso como esse proferido pela Deputada, pelos dados que trouxe a este plenário e pelos pronunciamentos dos nossos conferencistas, de maneira especial pelo conhecimento orçamentário do Senador Sérgio Guerra, pelo pronunciamento contundente do nosso Presidente Antônio Ernesto, pela forma com que trouxe o problema, e pelas posições dos Parlamentares, tem de ser do conhecimento de todo o Brasil. A *TV Câmara* tem a obrigação de transmitir para todo o Brasil, ao vivo, porque os agricultores do extremo Norte, do Sul e do Centro-Oeste, assim como todo o povo brasileiro, têm de ouvir o que está acontecendo aqui.

Hoje foram abordados basicamente 2 temas. Um está ligado indiretamente à questão da agricultura. Todos estamos, numa voz uníssona, defendendo o agronegócio, a agricultura e a pecuária, que hoje sustentam o País. O primeiro assunto são os juros elevados. Aliás, o Presidente da República demorou, mas deu o recado ao Brasil. E esse recado, salvo melhor juízo, *data venia*, modéstia à parte, foi mais dirigido ao Congresso Nacional do que ao povo brasileiro, que está representado nesta Casa. Só se não entendemos o recado, mas está na hora de abrímos os olhos para os juros elevados, porque, em 2 anos, a dívida interna subiu mais de 200 bilhões, fruto dos juros elevados.

Hoje, por incrível que pareça e por coincidência, falando sobre a questão dos juros, o Presidente do Banco Central deixou de comparecer a uma convocação ou convite feito pelo Senado. Viajou para a Colômbia para participar de uma reunião com os banqueiros e com os bancos das Américas.

Temos de tomar medidas seriíssimas com relação aos juros altos, e o recado foi dado para nós, para que o Congresso – entre aspas – “tire o traseiro da cadeira”.

Com relação à questão da agricultura, devo dizer a V.Exa. que eu estava na Comissão de Relações Exteriores e vim para a Comissão de Agricultura porque senti que aqui realmente temos uma grande atividade a ser executada. Senti a organização da Comissão de Agricultura, a organização da Frente Parlamentar das Cooperativas e também da Agricultura. Senti que o fórum formado pelos Secretários e todos nós temos muita força.

Tudo o que foi dito aqui vamos repetir, porque é uma verdade: a agricultura hoje é responsável pelo superávit na mercancia internacional. V.Exa. trouxe os números. A produção é fantástica, mas acho que o Governo quer fazer o contrário do que disse o Presidente da República, quer colocar de cócoras a agricultura. Mas o agricultor não se abaixa nem para plantar nem para colher. Ele caminha com a cabeça erguida, porque está dando uma produção fantástica a este País.

Sr. Presidente, não quero alongar-me, mas devo dizer que é uma vergonha que a defesa sanitária neste País esteja tão abandonada. E nós, de Santa Catarina – refiro-me inclusive ao Deputado Zonta, ex-Secretário de Agricultura do Estado –, sabemos que nosso Estado é o único livre de vacinação contra a febre aftosa, porque lá foi feito um grande investimento e hoje temos o prazer de estarmos livres dessa vacinação. Mas não adianta apenas um Estado ser livre. O Brasil inteiro precisa ser livre de vacinação contra febre aftosa, porque, na realidade, se isso acontece no extremo norte ou no extremo sul, vamos encontrar dificuldade no mercado.

Sr. Presidente, quero associar-me a tudo o que foi dito. Quero repetir que a *TV Câmara* tem de transmitir uma sessão desta natureza. É uma questão até de responsabilidade de quem cuida da emissora.

Gostaria de fazer uma proposta semelhante à proposta feita aqui pelo Deputado Turra, que foi um brilhante Ministro da Agricultura. Temos de sair daqui hoje com algumas deliberações, mas também proponho uma: que todo este grupo que está aqui tenha uma audiência com o Presidente da República, para que S.Exa. ouça o que estamos ouvindo, porque S.Exa. tem de saber o que está acontecendo, tem de saber das dificuldades. A agricultura leva 10 anos para chegar ao patamar em que estamos, e ela pode acabar em um ano, porque ela dá resultados imediatos.

Sr. Presidente, temos de ir ao Presidente da República com o Ministro da área econômica, com o Ministro da Agricultura e também acompanhados do

Ministro da Fazenda. Precisamos que o Presidente da República diga, de uma vez por todas, o que pensa, o que quer da Agricultura: se quer nivelá-la por baixo ou quer que a agricultura seja fortalecida. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, esta é a minha proposta: irmos ao Presidente da República.

Devemo-nos associar aos movimentos citados aqui pela nobre Deputada Kátia Abreu e fazer um grande movimento em Brasília, para que o Brasil inteiro veja que estamos bem-intencionados, que todos queremos trabalhar para o desenvolvimento do Brasil e que fique cada vez mais democratizada a comercialização e uma produção agrícola forte e ativa, como vem acontecendo.

Sr. Presidente, mais uma vez cumprimento V.Exa. Fico feliz por haver, no Brasil, uma Comissão de Agricultura igual a esta, organizada, na qual todos pensam no mesmo sentido.

Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiaido) – Nobre Deputado, agradeço suas palavras. Sem dúvida alguma esta Comissão, com os seus membros, tem-se esmerado para poder atender às reivindicações dos produtores rurais deste País.

Nobre Deputado Ivan Ranzolin, informo que aguardo uma resposta oficial da *TV Câmara* para poder comunicá-la a V.Exa.

Dando continuidade, passo a palavra ao Deputado Waldemir Moka, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Cumprimento o Sr. Márcio Lopes de Freitas, Presidente da OCB, o Sr. Antônio Ernesto, Presidente da CNA, o Presidente do Fórum dos Secretários da Agricultura, Sr. Duarte Nogueira, e o Vice-Presidente da Comissão de Agricultura do Senado.

Esta audiência pública, que, pela primeira vez, uniu as Comissões de Agricultura do Senado e da Câmara, tem como pauta e objetivo restabelecer, de imediato, o orçamento do setor agrícola.

Sr. Presidente, o Senador Sérgio Guerra e V.Exa. deram uma demonstração do que está acontecendo com o orçamento da agricultura: no momento em que o setor é cada vez mais responsável pelo superávit na balança comercial, os recursos do Ministério diminuem.

Mas eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que este ano – daí talvez a dificuldade ainda maior do Ministério da Agricultura – conseguimos fazer com que os recursos da EMBRAPA para ciência e tecnologia não fossem contingenciados, até porque a legislação não permite, embora eles viessem sendo contingenciados. Ocorre que os recursos da EMBRAPA estão dentro dos recursos do Ministério da Agricultura.

Houve um corte linear dos Ministérios, mas dentro do orçamento do Ministério da Agricultura preservaram-se 100% do orçamento da EMBRAPA, que, na verdade, representam 80% do orçamento do Ministério da Agricultura. Portanto, o Ministro Roberto Rodrigues ficou com 20% de todo o orçamento da Agricultura – quero chamar a atenção para este detalhe. Todos os Ministérios tiveram esse corte, mas o Ministério da Agricultura, por se preservar o orçamento da EMBRAPA, foi o mais prejudicado.

Estamos no fio da navalha. Sou do Mato Grosso do Sul, que tem uma fronteira seca com o Paraguai e a Bolívia. O Estado tem o maior rebanho bovino deste País e já teve vários focos de febre aftosa; necessita, portanto, de uma vigilância sanitária cada vez melhor e mais preparada.

O Ministério da Agricultura não tem recurso para restabelecer os convênios com os Estados, e Mato Grosso do Sul sozinho não tem como bancar essa vigilância. Estamos nos referindo a algo em torno de 100 milhões, como disse o Presidente Sérgio Guerra, um negócio que dá ao País cerca de 6 bilhões de dólares.

Quero chamar a atenção para este detalhe. Como estamos competitivos, os outros países criam dificuldades. Há notícias de que os Estados Unidos estão criando dificuldades com a nossa carne. Por isso, chamo a atenção para este fato, porque às vezes por causa de 100 milhões de reais – que, como disse o Presidente Sérgio Guerra, não representam nada, nesse contexto, para o Orçamento da União – podemos ter prejuízo de alguns bilhões de dólares. E isso de imediato.

E nesse caso não há outro jeito, meu caro Presidente Ronaldo Caiado, senão criarmos dificuldades também, aqui na Comissão de Agricultura, para o Governo Federal, até que ele restabeleça esse orçamento. *(Palmas.)* É assim que funciona, lamentavelmente. Não há outro jeito.

E peço às lideranças presentes que nos ajudem. Vamos nos mobilizar; se precisar, vamos fazer novamente aquilo que já foi feito no passado, quando conseguimos renegociar a dívida dos produtores rurais com aquele “caminhão”.

Temos de estar mobilizados, não há outro jeito. Percebemos claramente que aqueles que se mobilizam têm conseguido tirar recursos do Governo Federal. E nós temos de fazer a mesma coisa; é exatamente isso que temos de fazer. Devemos fazer valer a força dos Parlamentares da Comissão de Agricultura da Câmara e da do Senado.

Para encerrar, quero dizer outra coisa que está me inquietando.

Conseguimos uma renegociação muito menor do que a que queríamos, para atender sobretudo aos Estados em que há seca. Ocorre que, para os produtores terem acesso à chamada renegociação da seca, é preciso que tenha sido decretado estado de emergência nos Municípios. Os Prefeitos fazem isso. Depois, vem toda uma via-crúcis: o Estado tem de homologar, depois de homologado no Estado, o Governo Federal tem que homologar no Ministério da Integração Nacional.

O que está me preocupando é a chamada demanda reprimida. Agora no dia 15 de maio vai vencer o prazo. Os Municípios e os Estados estão com dificuldade, porque se não for homologado o estado de emergência, os produtores não terão acesso nem àquele pouco que conseguimos.

Sugiro assim que as Comissões de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Câmara e do Senado acompanhem, daqui do Poder Central, todos os Municípios em que foi decretado estado de emergência e pressionem os Governos dos Estados, para que homologuem esses decretos de emergência de cada Município, senão vamos ficar na mão. *(Palmas.)* Quero lembrar que isso está acontecendo em Mato Grosso do Sul. E eu alertei em uma audiência pública em Município ontem e já tive notícias de que deu resultado. Vários Municípios já foram homologados. Então precisamos estar atentos aqui.

Sr. Presidente, esta Comissão, que sempre estive na vanguarda da luta dos produtores rurais, recebeu uma contribuição muito grande. Tenho certeza de que, agora, juntos – Comissão de Agricultura da Câmara, Frente Parlamentar do Cooperativismo, tão bem liderada aqui pelo Deputado Zonta, e Frente Parlamentar da Agricultura, liderada pelo Deputado Dilceu Sperafico –, sob o comando de V.Exa. e contando agora com o inestimável reforço da bancada de Senadores, haveremos de vencer mais essa luta. Não esperamos que as soluções caiam do céu. Pela nossa mobilização e luta faremos valer a força dos Parlamentares e do setor que produz e gera emprego e renda neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – O ex-Presidente Deputado Waldemir Moka, nosso companheiro, conhece a matéria a fundo e apresenta sugestões que, sem dúvida alguma, serão acolhidas por todos os membros da nossa Comissão de Agricultura.

Informo aos senhores a presença de comitiva do Sindicato Rural de Rio Verde, integrada pelo seu Presidente, Dr. Byron, pelo companheiro Juraci e demais diretores.

Respondendo ao Deputado Ivan Ranzolin, informo que recebi neste momento esclarecimento da

TV Câmara de que já havia sido protocolado o evento que ora se realizar no auditório Nereu Ramos sobre a importância do Parlamento na vida democrática. Fiz saber a todos os diretores da TV Câmara da nossa indignação, o que farei também por meio de ofício, porque não está havendo transmissão direta desta reunião, que envolve duas Comissões importantes, as Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado, além de representantes do Fórum Nacional de Secretário de Agricultura e centenas de lideranças políticas. A informação que recebi é que estão apresentando *flashes* deste encontro, e que ele será transmitido na íntegra logo após o almoço. Solicitei também aos diretores da TV Câmara que a transmissão direta seja iniciada ainda nos próximos minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN – Agradeço a V.Exa. a informação.

Realmente, temos que nos indignar, porque hoje não acontece aqui reunião mais importante do que esta. Ainda poderemos salvar um pouco, se eles passarem a transmiti-la ao vivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Sem dúvida, é muito oportuna a sugestão de V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Nelson Marquezelli, que disporá de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento todos os integrantes da Mesa. Meu pronunciamento segue a linha da manifestação do Presidente da CNA, Ernesto de Salvo, que foi muito feliz em suas observações. É essa a preocupação que devemos ter. Parabéns a V.Sa. Para não ser repetitivo, só quero felicitá-lo. Sr. Presidente, talvez estejamos caminhando para que nesta semana o Brasil seja tirado da lista de exportações para a América do Norte, só pelo fato de terem sido reduzidos de 134 milhões para 37 milhões os recursos destinados aos cuidados sanitários dos animais brasileiros.

O Brasil incomoda hoje, no mundo todo, pela qualidade da carne exportada, pela rapidez e qualidade do boi verde. Isso vai fazer com que, continuamente, sejamos prejudicados na exportação, se não formos rápidos e inteligentes. No entanto, estamos sendo burros, porque dar demonstração de que não faremos acompanhamento fitossanitário é burrice. Por que reduzir os recursos? Deveríamos mantê-los e fazer a liberação de verbas gradativamente, conforme permitir o Orçamento.

Sr. Presidente, Ronaldo Caiado, não quero ser repetitivo. Apenas informo que contamos com a Comissão de Agricultura do Senado. Poderemos agir, Câ-

mara e Senado. Temos votos. O Congresso Nacional tem votos. Com isso, participamos da elaboração do Orçamento. Se não tivéssemos votos, não haveria orçamento. Não são verbas somente para a agricultura, mas também para transporte, saúde, educação, Casa Civil, Presidência da República. O Governo gira com o voto dos Parlamentares. E o Parlamentar que não nos ajudar nessa empreitada não receberá votos suficientes no ano que vem para voltar para cá. (*Palmas.*) Acabou, isso está claro. Não precisa ser matemático. É dizer ao Presidente Lula: “Se V.Exa. atender à agricultura, terá nossos votos”. Quem não nos ajudar não receberá votos para voltar para cá. Não é preciso ser mais claro do que isso.

Temos condições de elaborar a receita para o Ministério da Agricultura.

Podemos criar leis, modificá-las. Podemos aumentar o Imposto de Renda das empresas que estão tendo lucros astronômicos no País e canalizar os recursos decorrentes desse aumento para o Ministério da Agricultura. Por que não tributar o mercado financeiro em mais 20% no seu Imposto de Renda e outros impostos, para que a receita obtida seja destinada ao Ministério da Agricultura?

Simplificando: nós, o Presidente desta Comissão, Ronaldo Caiado, o Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Sérgio Guerra, juntamente com os Presidentes da Frente Parlamentar do Cooperativismo e da Frente Parlamentar da Agricultura, juntos temos votos. Os senhores têm soldados, têm condições de virar o jogo. Podemos virá-lo e já, agora! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Muito obrigado.

O Deputado Nelson Marquezelli é um dos fundadores da Frente Parlamentar da Agropecuária nesta Casa. Sem dúvida alguma, saberemos fazer valer nossa força, em nossas atuações no plenário e nas Comissões.

Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, do Estado de Goiás, que disporá de 5 minutos.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA – Cumprimento o Presidente da Comissão, Deputado Ronaldo Caiado, que é goiano, para orgulho do Centro-Oeste; o Vice-Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Senador Flávio Arns; o Dr. Ernesto de Salvo; o representante do Fórum dos Secretários e as lideranças já nominadas pela Mesa.

Sr. Presidente, vou procurar não ser repetitiva. Acredito que o Presidente da Comissão disse tudo, no cenário que traçou. Abordou o Orçamento; o endividamento; o custo de produção *versus* preço, objeto de mobilização no mês passado; e a inércia do Governo diante desse quadro.

Quero me deter na questão do Orçamento. Eu e os Senadores Sérgio Guerra e Jonas Pinheiro fomos à Comissão Mista de Orçamento. Tive a surpresa de ver uma luta de muitos anos ser colocada abaixo. Fui autora da emenda que possibilitou o não-contingenciamento das verbas para a EMBRAPA. E o Deputado Waldemir Moka resumiu muito bem qual foi a reação do Governo: não contingenciou este ano a EMBRAPA, mas prejudicou os demais programas do Ministério. O que fez o Governo este ano? Em vez de aumentar o orçamento da agricultura, já prejudicado no ano passado, revogou a emenda do contingenciamento. Então, a partir deste ano, a LDO veio já com a EMBRAPA fazendo parte daqueles Ministérios que sofrerão contingenciamento. Essa foi a resposta que recebemos para o prejuízo que teve o conjunto dos programas no ano passado.

Mas o que me chamou a atenção na exposição do Presidente da Comissão em relação ao Orçamento foi que, há poucos dias, tivemos no Senado a presença do Ministro Roberto Rodrigues, quando então traçou o perfil da reforma administrativa que fez no Ministério da Agricultura para que houvesse mais agilidade. S.Exa. deu ênfase aqui àqueles programas e projetos de fundamental importância – controle sanitário, a questão da EMBRAPA e outros programas, com vistas à modernização da ação do Ministério no âmbito internacional. Vemos, porém, que a resposta a essa modernização, na comparação entre o que foi feito da reforma e o orçamento, dá impressão de que o Governo desconhece inteiramente o que o Ministro Roberto Rodrigues fez naquele Ministério.

Os números mostram, que esse Governo não respeita o Ministério da Agricultura e seu melhor Ministro, que é Roberto Rodrigues. *(Palmas.)*

Por isso, quero me associar a todos aqueles Deputados e Senadores que aqui fizeram a proposta de não mais buscarmos a área econômica, pois, afinal de contas é quem faz o Orçamento. É preciso, sim, buscar agora o Presidente da República e perguntar-lhe o que pensa da agricultura brasileira. Pelas afirmações de S.Exa., feitas nesta semana, de que os juros poderiam baixar se o brasileiro levantasse o traseiro da cadeira, parece que o Presidente tem um conceito muito particular da agricultura brasileira, o qual desconhecemos e precisamos conhecer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, por nos transmitir o conhecimento que tem V.Exa., que foi Deputada Federal por vários mandatos e é profunda conhecedora do Orçamento. Temos a certeza de que, com a sua presença na Comissão Mista de Orçamento, além dos demais pares Deputados e Senadores,

conseguiremos restabelecer o orçamento do nosso Ministério.

Antes de passar a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze, informo que se faz presente uma comitiva do Sindicato Rural de Itaberaí, composta de vários companheiros, lideranças e produtores rurais, com seu presidente Eurípedes Barsanulfo da Costa e também o ex-presidente José Bentinho.

Aproveito ainda para passar a Presidência ao Dr. Antônio Duarte Nogueira, para dar prosseguimento à reunião.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Sr. Presidente, Deputado Ronaldo Caiado; Sr. Senador Flávio Arns, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, Dr. Antônio Ernesto Salvo, Presidente da CNA, e Sr. Márcio Lopes, Presidente da OCB, ambos representando os agropecuaristas brasileiros; Dr. Duarte Nogueira, colega engenheiro agrônomo, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, que aqui representa todos os Secretários de Agricultura da Nação brasileira, a data de hoje é muito importante, pois conseguimos reunir o Fórum de Secretários de Agricultura dos Estados, a Comissão de Agricultura do Senado Federal, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a CNA e OCB, representando os produtores rurais deste País, para fazer coro nesta audiência.

Nosso objetivo é discutir o descaso com que está sendo tratado o nosso Ministério da Agricultura, apesar de tudo aquilo que esta Pasta tem feito para o agronegócio brasileiro. Por isso, estamos aqui referendando as posições do Ministro da Agricultura, dando o respaldo que S.Exa. precisa, em nome dos produtores rurais brasileiros, do Senado Federal, da Câmara Federal e também dos Secretários de Agricultura do Brasil.

Trago alguns dados para fazer uma reflexão. Criticavam o Governo passado por suas políticas econômicas, pelos juros pagos. Vou expor alguns números para vermos que a história se repete na área econômica não só deste Governo, porque governos anteriores fizeram praticamente a mesma coisa. Uma parte do descaso vem com os juros e o serviço da dívida que o Brasil está pagando.

Em 2003, o orçamento do Ministério da Agricultura era de 5,94 bilhões de reais ou 0,48% do Orçamento, conforme disse o Senador Sérgio Guerra. Enquanto isso, o limite autorizado para o serviço da dívida brasileira era em torno de 183 bilhões de reais. O valor executado foi de 145 bilhões de reais, ou seja, quase 80% do valor, enquanto que o da agricultura foi de 69%, ou 4 bilhões de reais.

Já em 2004, 207 bilhões de reais foram para o serviço da dívida entre juros e amortizações feitas. Para o Ministério da Agricultura foram 7,49 bilhões e foi pago 149 bilhões de serviço da dívida. Este é um dos grandes problemas que temos enfrentado. E daí o Ministro Palocci faz, como fazia o ex-Ministro Malan, o tal contingenciamento e não libera recursos para um setor que é vital à economia brasileira.

O primeiro grito que essas duas Comissões, os Secretários de Agricultura, as entidades que representam os produtores e a sociedade rural brasileira devem dar é quanto aos juros e ao serviço da dívida impostos hoje pela comunidade financeira nacional e internacional. O Governo está honrando esses compromissos. Mas tirando de quem? Da agricultura, que está levando superávit à balança comercial brasileira.

A respeito disso, em 2003, enquanto o superávit da balança comercial do Brasil foi de 24 bilhões, o superávit da balança da agricultura foi de 25 bilhões, quer dizer, os outros segmentos deram prejuízo e a agricultura honrou com 25 bilhões de dólares de superávit.

Já em 2004, o superávit da agricultura foi de 34 bilhões. Para a balança comercial somaram 33 bilhões os valores de todas as exportações. Portanto, quem está carregando o piano é o agronegócio nacional, setor que tem de ser ouvido. É este o grito que hoje damos na Comissão de Agricultura da Câmara e na Comissão de Agricultura do Senado.

É preciso que o Presidente da República, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento ouçam essas questões e dêem a devida atenção a um setor vital.

Aqui está o resultado do agronegócio para o Brasil. E repito: para o Brasil, e muito pouco para os agricultores. Como disseram a Deputada Kátia Abreu, o Deputado Ronaldo Caiado e outros que me antecederam: muito pouca vantagem os agricultores estão levando nesse processo. No Rio Grande do Sul, vivemos uma seca jamais vista – só nos anos 40 houve seca semelhante –, com 444 Municípios em situação de emergência. Essa situação se espalha por Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul. E me diziam hoje produtores do Mato Grosso que esse problema atinge alguns Municípios daquele Estado.

É uma situação jamais vista. Por isso precisamos de atenção. Sei que o Ministro Roberto Rodrigues e o próprio Governo atenderem no que puderam com as prorrogações de investimentos, de custeios, com o PROAGRO Mais, enfim, com aquilo que foi possível fazer.

Vou me referir ainda a um trabalho que estamos fazendo no Rio Grande do Sul e que certamente servirá

para outros Estados também em situação de emergência. Dr. Márcio, refiro-me às dívidas que os produtores têm junto a fornecedores, a terceiros. E nisso faço coro com a Deputada Kátia Abreu e com outros que me antecederam. Essas empresas têm que entender, seja o setor de máquinas, de fertilizantes, de corretivos, de sementes ou de defensivos agrícolas, que é preciso comparecer nesse momento e não jogar o problema apenas para os agricultores. Faço este desabafo porque há mais de 2 meses estamos trabalhando esse tema. Fizemos reunião inclusive com o Ministro Roberto Rodrigues, quando tratamos desse assunto em várias esferas do governo. Mas até agora, Dr. Antônio Ernesto, o setor de defensivos agrícolas não compareceu. Vou dar apenas os dados do Rio Grande do Sul.

No ano passado, o Rio Grande do Sul comprou quase 2 bilhões de reais em defensivos para arroz, soja, milho, feijão, enfim, para a agricultura. Quase 80% foi honrado e pago, restando ainda em torno de 20% desse valor – 400 ou 500 milhões. Estamos buscando, Dr. Márcio, uma linha de crédito para as cooperativas, para pagar essas contas por fora. É preciso que o pessoal da área de fertilizantes, defensivos, chegue à boca da caixa nesse momento e ajude os agricultores.

Não é possível que no Rio Grande do Sul produtores colham 5, 6, 7 sacos de soja por hectare. O Banco do Brasil está liberando essa safra para o agricultor pagar conta de telefone, de água, de luz, comprar o rancho no fim do mês, manter os seus filhos no colégio. E as indústrias de defensivo ficam pressionando as revendas no Município e estas, logicamente, pressionando os agricultores que, como não têm com o que pagar, estão rolando essas dívidas por 60, 90 dias, Deputado Zonta, com juros de três, quatro, 5% ao mês, o que é humanamente impossível. Por isso, neste momento o meu desabafo.

As indústrias de defensivo procuram a Comissão de Agricultura quando precisam que apoiemos seus projetos. Pois bem, que nesse momento, Dr. Antônio Ernesto, venham ombrear conosco, com o Ministério da Agricultura, por meio do Ministro Roberto Rodrigues, com entidades como CNA e OCB e outros Ministérios, na busca de uma solução. Elas também têm que comparecer porque é uma solução compartilhada. Chega de pedir aos Deputados que busquem dinheiro no Tesouro para honrar esses compromissos. É preciso que as indústrias de defensivos ajudem a pagar essa conta, porque tiveram lucros exorbitantes nos anos que se nos antecederam.

Outro fato importante para o qual chamo a atenção, e também referido pelo Dr. Antônio Ernesto, refere-se à portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre índices de produtividade. Quero aqui

lavar meu protesto com relação a esses índices para uma agricultura que deu o que deu, com os números que falei anteriormente, Dr. Duarte Nogueira, Secretário de Agricultura e engenheiro agrônomo que conhece o agronegócio.

O Ministro Miguel Rossetto disse que o aumento dos índices de produtividade é para deixarmos de conviver com ineficiência no campo. Ineficiência no campo?

Aqueles que deram 24 bilhões de superávit na balança comercial em 2003; aqueles que deram 34 bilhões de reais em 2004 são ineficientes? (*Palmas.*) Agricultores como os do meu Estado, Dr. Ernesto, que produziram trigo ao custo de 24, 25 reais e venderam a 17, 18 reais a saca – hoje estão vendendo arroz a 20, 21 reais a saca, porém o custo é de 30 reais – são ineficientes? De que jeito haverá índice de produtividade?

Esse agricultor é um herói, porque paga 2, 3, 4% de juros ao ano (*Palmas.*) E, enquanto isso, alguém diz que ele vai ser ineficiente por causa de índice de produtividade? O que o Ministério do Desenvolvimento Agrário quer é fazer um grande estoque de proprietários, e para fazer o quê? Assentar quem? Mais de 20 milhões de hectares foram utilizados em assentamentos. E esse pessoal, Dr. Antônio Ernesto, está livre das vistorias, não precisa comprovar produtividade. E um agricultor do meu Município, com 300 hectares, se não produzir 2.100 quilos de soja por hectare – é a média do meu Município, que a cada 10 anos tem de 6 a 7 secas – vai ser varrido da sua propriedade! Por incompetência dele? Não. Por incompetência de quem está gerindo a política econômica do nosso País e que não deixa esse agricultor produzir. Este é o desabafo que trago a este fórum, nesse momento. Recuso-me, na condição de agricultor que sou e de empresário há mais de 30, a discutir índices de produtividade enquanto não tivermos uma política que sustente preços. É uma vergonha esse Governo disponibilizar 527 milhões de reais para o Ministério da Agricultura como política de sustentação de preços, enquanto estamos faturando, neste ano, 182 bilhões de reais. Só 500 milhões? Não tem sustentação. Estão aí os agricultores vendendo no mercado, e sejam eles a pagar suas contas.

Portanto, não quero saber de índice de produtividade. Quero que preservem esse pessoal no campo porque no Brasil há mais de 100 milhões de hectares de terras jamais plantados. Por que tirar um agricultor que não está cumprindo esses índices? Por mera formalidade? O que faremos com esses 100 milhões de hectares de terra no Brasil que nunca foram plantados? E aqui está o pessoal do Centro-Oeste que saiu lá do Rio Grande do Sul, nos anos 50 e 60, embrenhou-se

pelos sertões do Brasil e está produzindo soja como jamais se viu neste País e neste planeta. Por quê não deixaram essas pessoas produzirem em qualquer Estado das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul ou Sudeste?

Dr. Duarte Nogueira, externo meu repúdio com relação aos índices de produtividade, que têm, sim, de ser discutidos nesta Casa.

Para finalizar, precisamos unir a OCB, a CNA, a CONTAG, os Secretários de Agricultura, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados primeiro com relação ao Orçamento; segundo, aos índices de produtividade; e terceiro, com relação às empresas que nos impõem custos de produção para as máquinas, para os defensivos, para os fertilizantes. E nós as ajudamos todas as vezes que somos cobrados aqui.

Não podemos conceber o que nos mostra a Organização das Cooperativas do Paraná, em alguns dados. Vejam, o aço, de 1999 a 2004, subiu 295%; as máquinas, 216%; o IGP-M, 121%; os alimentos, 98% e os caminhões e automóveis, 86,93%. Alguém ganhou demais. Os agricultores pagaram a conta. As indústrias de máquinas, de defensivos, de peças, de fertilizantes têm que colaborar com o agronegócio brasileiro para que não sequem as tetas da Barrosa nas quais eles, há muitos anos, estão mamando.

Obrigado. (*Palmas prolongadas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Desconsi) – Encerrado o pronunciamento do Deputado Luis Carlos Heinze, dando seqüência aos oradores inscritos, a Presidência concede a palavra ao Deputado Zonta.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Meu caro amigo e Secretário Dr. Nogueira, que representa aqui o Fórum de Secretários de Agricultura do Brasil; caro Antônio

Ernesto de Salvo, Presidente da CNA; meu caro Márcio Lopes de Freitas, Presidente da OCB; Senador Flávio Arns, representante da Comissão de Agricultura do Senado Federal; Deputado Ronaldo Caiado, Presidente da Comissão de Agricultura; colegas Parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, produtores e representações de produtores presentes, permito-me, com a aquiescência da Presidência, além dos fatos que posteriormente vamos aditar, acrescentar uma grande preocupação. Estamos chegando do oeste de Santa Catarina onde, ontem, tivemos a oportunidade de participar da tentativa de audiências públicas com o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, os Municípios de Abelardo Luz e Ponte Serrada. O objetivo era a tentativa de criar mais 2 áreas de preservação permanente – não somos contra –, uma de 9 mil hectares para florestas negras e outra de 16 mil hectares para a preservação da araucária. Sobre tudo, Presidente Ernesto, criar uma área de proteção ambiental em

torno que vai envolver 420 mil hectares de terras, que estarão congeladas quanto ao seu desenvolvimento. Somos a favor da preservação da área, mas também somos a favor da preservação dos agricultores, principalmente, para que continuem produzindo.

O que aconteceu nessa tentativa de audiência pública? O despreparo para a convocação. Queriam realizá-la dentro de um local em que não cabia mais do que 50 pessoas. O recado foi dado. É a primeira amostra do recado de quem quer respeito ao direito de propriedade e deseja continuar produzindo. Três mil agricultores em Ponte Serrada e 2 mil agricultores em Abelardo Luz pediram, na presença de juiz, promotor e Polícia Federal, para se retirar, e não houve audiência pública. Foi a primeira atitude de coragem que os agricultores tomaram. *(Palmas.)*

O direito de propriedade tem de ser preservado. Aliás, esse é outro enfoque.

Vivemos uma crise de autoridade. Precisamos restabelecer a autoridade. Bastou o Stédile vir a Brasília, semana retrasada, ele que descumpra a Constituição, que prega invasão, inclusive invasão do Ministério da Fazenda, para que imediatamente o Governo Federal reforçasse o Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 400 milhões. Não somos contra; somos a favor. Mas é uma questão de crise de autoridade. Temos de ter muito cuidado com isso.

Quero acrescentar também um enfoque importante a todos os dados trazidos nesta reunião sobre o corte do Orçamento para o Ministério da Agricultura. O Seguro Agrícola, votado nesta Casa e no Senado Federal, aprovado em dezembro de 2003, tinha 40 milhões de reais para iniciar este ano. Tinha. Ficou zerado. Não há um tostão para Seguro Agrícola. E olhem que estamos saindo de uma catástrofe nos Estados do Centro-Sul que poderia muito bem ser amenizada se houvesse Seguro Agrícola em vigor.

Quero acrescentar um dado comparativo, além do que foi falado em relação ao corte. Enquanto o Ministério do Planejamento alega que tem de haver contingenciamento de recurso, e houve 80% de contingenciamento do Ministério da Agricultura, dados da DIAF e da Secretaria de Administração da Presidência da República nos informam que os valores empenhados para 3 empresas de publicidade em janeiro, num montante de 15 milhões e 800 mil reais, foram reforçados para 59 milhões de reais, em março, ocasionando um dado comparativo importante. Enquanto se tem 37 milhões para toda a defesa agropecuária e 18 milhões para aftosa, só uma empresa de publicidade foi reforçada de 5 milhões e 400 mil para 21 milhões. Lógico que é uma coincidência. A empresa é a do Duda Mendonça, que tem a responsabilidade

da sanidade dos galos de rinha. Esse é o problema. Também temos de considerar isso.

Queremos reforçar a proposição dos Deputados Francisco Turra e Ivan Ranzolin no aspecto da audiência com o Presidente da República.

E, em relação ao convite para a audiência pública aos Ministros da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento, quero dizer que anteontem recebemos a informação da Assessoria Parlamentar dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento de que, dado outros compromissos mais importantes, só poderemos discutir a possibilidade partir do dia 23 e 24 de maio. Razão por que na próxima reunião da Comissão de Agricultura estaremos apresentando requerimento de convocação dos Srs. Ministros. *(Palmas.)*

Por outro lado, a proposta que o Deputado Waldemir Moka colocou, de obstrução de pautas, tem de prevalecer. É uma atitude que temos de tomar. Temos de reforçar a mobilização nacional que a Deputada Kátia Abreu convocou. Tenho certeza que Santa Catarina estará presente também.

Vamos propor, Deputado Ronaldo Caiado e Senador Flávio Arns, a elaboração de um decreto legislativo para atender ao apelo do Presidente Lula de baixar os juros. Esse decreto legislativo vai propor a retirada da autorização do BNDES de cobrar 4% de pedágio nos financiamentos de máquinas e implementos agrícolas *(Palmas.)* Vai também retirar os 3% que o Banco do Brasil está cobrando como adicional para financiar o programa MODERFROTA. Vamos começar dentro de casa, dentro do Governo, a retirar os custos dos financiamentos. Vamos sim.

Tenho certeza que o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti – que lá em São Joaquim, Deputado Ivan Ranzolin, levantou a bandeira da normatização dos juros da taxa SELIC – e o Congresso Nacional podem fazer voltar a prevalecer a Constituição, que regulamenta o limite de juros que se pode cobrar oficialmente no Brasil. Não tem outro jeito. Este é o caminho. Esta é a bandeira.

Gostaria também de indicar uma mobilização em favor do cooperativismo de crédito. Temos um sistema de crédito que pode e cobra mais barato: o cooperativismo de crédito. Vamos estimulá-lo, mas vamos também pedir ao Presidente que autorize as cooperativas a captar diretamente os recursos equalizados pelo Orçamento, pelo Tesouro Nacional, e os recursos do FAT. Tenho certeza que o dinheiro para a agricultura vai ficar mais barato também para os consumidores. O exemplo está no ano que passou. A cobrança feita pelas cooperativas de crédito, de cartão de crédito, de limite de crédito, não passou de 4,2%, enquanto a média nacional foi a 9%. É a demonstração de que temos

um caminho. É a organização do próprio produtor e a organização da sociedade nas suas atividades, porque elas vão administrar, através das suas cooperativas, os seus recursos.

São questões que colocamos junto com as proposições que endossamos. O momento é este. Urgência, porque urgente é a solução que precisamos buscar principalmente para a recomposição do Orçamento do Ministério da Agricultura e também do endividamento do nosso agricultor brasileiro. Sustentação do Brasil no emprego e na renda, é o nosso grito!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – O Deputado Zonta preside a Frente Parlamentar do Cooperativismo na Câmara dos Deputados e é ex-Secretário de Agricultura e profundo conhecedor da matéria. Muito obrigado a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Augusto Nardes, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Meu caro Deputado Ronaldo Caiado, quero dizer da satisfação de reencontrar tantas lideranças do País, que vieram em busca de solução para um setor que representa, para o Brasil, o principal fator de geração de empregos no campo e que é também aquele que alimenta boa parte das indústrias do País.

Fizemos um movimento muito grande em 1995, no chamado primeiro “caminhão”. Estou reencontrando hoje algumas lideranças daquela época que estiveram conosco quando colocamos 15 mil produtores, 2 mil caminhões e tratores de todos os pontos do Brasil para mostrar a crise da agricultura. Foi um momento histórico. Sinto que caminhamos para a mesma direção. Meu caro Ronaldo Caiado, se não nos organizarmos para fazer um grande movimento, não sensibilizaremos o Governo, porque infelizmente o Governo só toma atitude quando há uma pressão muito forte para que haja reação.

Estou com 5 mandatos seguidos. Apreendi nesta Casa que para mexer com o Governo tem de haver um projeto proposto pela Câmara dos Deputados, como fizemos com o 4, 20 e 40, que era o nosso sonho inicial para negociar a securitização: 4 anos de carência, 20 anos de prazo e 40% de arremate da dívida.

Muitos se lembram daquele movimento. Éramos acusados de caloteiros. Chamaram-nos de irresponsáveis, enfim, usaram de todos os impropérios para acusar a agricultura. E demos uma resposta. Saímos de 70 milhões de toneladas para 130 milhões de toneladas trabalhando e mostrando a riqueza deste País. *(Palmas.)*

Demos a resposta com capacidade, com produtividade, com competência, com coragem, com determina-

ção. O agricultor brasileiro é assim: mesmo enfrentando subsídios internacionais, barreiras internacionais, todo tipo de dificuldades, mostra competência.

Sou autor junto com mais 5, 6, 10 Deputados de uma proposta para renegociar as dívidas da securitização do PESA. Recentemente falei com V.Exa., Deputado Ronaldo Caiado, de unificarmos todos esses projetos e fazermos isso no prazo de uma semana, 15 dias no que dependa da nossa Comissão.

Unificaríamos todos esses projetos, para renegociarmos tanto a dívida pública quanto a privada, para votarmos na Comissão de Agricultura, levarmos para o Plenário, para, por meio desse instrumento, fazermos pressão para negociar com o Governo. Vamos tentar, de todas as formas, negociar com o Governo, mas se não houver um instrumento que mobilize o Congresso e que derrote qualquer política de voracidade tributária e de aumento de carga de juros, não conseguiremos vitória.

A minha sugestão é formar um grande comitê – a CNA já está fazendo isso.

Que a OCB, os Secretários aqui representados, a Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado formemos um grande comitê junto com a bancada da agricultura, do cooperativismo, das pequenas empresas e tantas outras, unificando 200 ou 300 Parlamentares. Aí, sim, o Governo vai nos ouvir e negociar com o setor da agricultura, no sentido de dar melhor condição de vida para todos nós.

Portanto, a minha sugestão, meu caro Deputado Ronaldo Caiado, é que, nos próximos 10 ou 15 dias, designemos um Relator para todos os projetos sobre endividamento, que aprovemos o relatório e o projeto, para usarmos como instrumento de pressão, como já fizemos. Naquela época, juntamente com os Deputados Hugo Biehl, de Santa Catarina; Abelardo Lupion, Nelson Marquezelli, Moacir Micheletto, que são daquela época e estão aqui, apresentamos uma proposta, da qual também fui um dos autores. Com o apoio de tantos outros Parlamentares, iniciamos essa luta em 1995, vencemos e mostramos ao Brasil o caminho.

É hora de mostrar o caminho. Este País não tem outra solução, a não ser fortalecer quem trabalha, quem produz e quem gera riqueza. O maior desafio do Brasil, hoje, é gerar empregos, e quem gera emprego com menor custo é a agricultura, que precisa, portanto, ser respeitada.

Vamos ao Presidente da República. Vamos fortalecer o Ministro da Agricultura.

Quero deixar um voto de solidariedade ao Ministro Roberto Rodrigues, com quem estive ontem à tarde. Naquele momento senti que S.Exa. está precisando de

apoio junto ao Governo, porque estão desmontando o Ministério da Agricultura.

Precisamos nos unir ao Ministro, a fim de mostrar ao País que não podemos desestruturar o Ministério da Agricultura, que, hoje, se encontra sem força nenhuma, conforme demonstram os números apresentados por V.Exa., meu caro Deputado Ronaldo Caiado.

Ontem, o Ministro Roberto Rodrigues me informava que já negociou com todos os setores vinculados à ABAG, solicitando um prazo de no mínimo 30 dias

para os segmentos que estão negociando na área privada. Sabemos que isso é muito pouco, mas, pelo menos, sentimos que S.Exa. está empenhado em buscar uma solução.

Encerro, pedindo a V.Exa., Deputado Ronaldo Caiado, que elaboremos um projeto para colocar o tema em discussão. Vamos apresentar as questões importantes ao Presidente da República, mas temos de ter um instrumento, nesta Casa, para mostrar a nossa força, que é o voto, conforme disse o Deputado Nelson Marquizezelli.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Antes de passar a palavra ao próximo Parlamentar inscrito, comunico a presença do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João D'Aliança, Sr. Justino Felício Perius; do Presidente do Sindicato Rural de Cabeceiras, Sr. Joaquim Cardoso e do Deputado Distrital e Secretário de Agricultura do Distrito Federal, Pedro Passos.

Passo a palavra, pelo prazo de 5 minutos, ao Sr. Deputado Moacir Micheletto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTTO – Sr. Presidente, juro que cumprirei o prazo.

Cumprimento todas as autoridades da Mesa, dispensando, inclusive, a nomeação. Não serei repetitivo. Analisarei apenas um dente importante da engrenagem, já mencionado aqui e explanado por V.Exa., quanto ao orçamento do Ministério da Agricultura. Falarei sobre como resgatar o Orçamento de 2005 do Ministério da Agricultura.

Temos de implementar uma ação imediata. Temos ações a curto, médio e longo prazos. Se não tivermos condições de analisar o contingenciamento feito inclusive no Ministério da Agricultura... Não quero falar aqui, Sr. Presidente, dos 341 milhões de reais, que se transformaram em 68 milhões, mas apenas de um dente da engrenagem, que trata da questão da sanidade da Secretaria de Defesa Agropecuária. Dos 134 milhões de reais, ficamos apenas com 37 milhões de reais.

Estamos tratando aqui de questão de sanidade. Quem fez um corte desses está na insanidade. Está é uma realidade. Inclusive quero expressar aos Srs.

Secretários da Agricultura e ao nosso Presidente – e tenho certeza de que S.Exa. vai demonstrar aos seus representantes que aqui estão e aos Secretários que permaneceram nos Estados – o grave momento pelo qual está passando a política sanitária nos Estados, liderada pelo Ministério da Agricultura, com a falta de investimentos.

Recentemente o Brasil viveu um momento de angústia em função do surgimento de um foco de febre aftosa no Estado do Pará, e os Russos confundiram com o meu Estado do Paraná. Eles não têm dimensão do tamanho do Brasil e também da política que se faz no campo da defesa sanitária animal. Temos que tentar ver agora, com urgência, Sr. Presidente Caiado, uma forma de como chegar – veja bem, até posso falar, pois estão presentes os Senadores do Paraná, Osmar Dias e Flávio Arns, e o Deputado Abelardo Lupion – ao Ministro do Planejamento, que é também um paranaense, um companheiro que conhece essa situação, um homem ponderado, com os pés no chão. Tenho certeza absoluta de que, se chegarmos lá com um diagnóstico bem-feito por um médico – inclusive nosso Presidente é médico – e mostrar que estamos na UTI, haverá uma ação imediata de S.Exa. Pelo amor de Deus, pode acontecer um desastre com qualquer Estado produtor, do Centro-Oeste ou do Sul, como a nossa Santa Catarina, que está livre de febre aftosa – na nossa luta na França, 3 anos atrás, confirmou-se, na presença de Parlamentares, que o Estado do Paraná está livre de febre aftosa. Agora, dos 134 milhões de reais, temos apenas 37 milhões de reais. Quem fez esse corte?

Qual foi o instrumento utilizado? Será que essa pessoa não sabe que esse é o nosso calcanhar-de-aquiles? Imaginemos, Srs. Presidentes da CNA e da OCB, o percalço de um evento qualquer de febre aftosa nesses Estados. Qual seria a repercussão? Será que 37 milhões ou 134 milhões de reais têm muito mais peso do que 6 bilhões de reais relativos à exportação de carne para a Comunidade Econômica Européia e outros países?

Sr. Presidente, para encerrar, – jurei que utilizaria os 5 minutos – vou tentar resumir e fazer uma denúncia. Há uma briga da criatura contra o criador. A criatura quer matar o criador. O criador está aqui atrás. É ele quem levanta este País. *(Palmas.)*

Denuncio, nesta Casa, por meio desses microfones, que o cartel está feito, está alicerçado e sacramentado pelas indústrias de insumos, defensivos e fertilizantes, pelas indústrias de máquinas agrícolas e pelo sistema financeiro brasileiro. *(Palmas.)* Esse é o cartel. É aí que temos de dar o tiro na mosca, é ele

que temos de atingir. E nós atingimos. Não vou repetir aquilo que os Deputados já disseram.

Faço uma proposta. Na luta do criador contra a criatura, mostrar para a criatura que ela não pode matar o criador. E nós aqui somos remanescentes, eu, V.Exa., Deputado Abelardo Lupion, e o Deputado Nelson Marquezelli, que se retirou, da CPI do Endividamento da Agricultura. Naquela Comissão, começamos a mostrar para o Brasil esse enorme fardo que carregamos nas costas. Somos nós, que contribuimos para o superávit da balança comercial, que gera emprego e renda.

Por isso, não dá para admitir que a elite urbana que governa o País tenha vergonha de dizer que o Brasil é um país de vocação agrícola. Que a equipe econômica tenha essa sensibilidade. Se eu puder me encontrar nos corredores e dizer, ou por telefone, ao Ministro do Planejamento, paranaense, tanto quanto eu e o Deputado Abelardo Lupion, da insanidade da equipe econômica ao retirar os 134 milhões de reais que garantiam os 6 bilhões de reais de exportação, tenho certeza de que S.Exa. ficará sensibilizado.

Proponho aos representantes do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura e ao seu Presidente, Antônio Duarte Nogueira Júnior, que voltem aos seus Estados e transmitam isso a todos os Secretários de Agricultura do País; que cada um converse com o seu Governador e mostre a ele a grave situação pela qual está atravessando o Ministério da Agricultura, especificamente quanto ao problema da saúde sanitária animal em nossos Estados.

Vamos partir para a ação, ser coerentes, com os pés no chão, para que um desastre não venha a acontecer a curto prazo no País. V.Exa., na condição de Coordenador do Fórum dos Secretários de Agricultura, tem a obrigação de lavrar um documento e entregar aos Governadores, a fim de não seja responsabilizado o Governador do Pará ou de outro Estado devido à falta de uma política nacional e de apenas 137 milhões de reais.

Está é a minha preocupação, Sr. Presidente.

Deixo registrada a minha indignação. Que possamos entregar um documento e sensibilizar o Ministro do Planejamento para que jogue no pote do Ministério da Agricultura os 137 milhões de reais.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Obrigado, Deputado Moacir Micheletto, Parlamentar atuante, com várias legislaturas e membro titular da Comissão de Agricultura.

Passo a palavra ao Deputado Almir Sá, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sr. Presidente, ilustre Presidente da CNA, companheiros de Parla-

mento, não vou ser repetitivo, mas é importante dizer aquilo que somamos em relação ao que foi dito nesta manhã. É preciso uma grande movimentação nacional, mas não especificamente para tratar de um item.

Precisamos reunir toda pauta de itens que afetam a agricultura brasileira.

Precisamos trazer à pauta o grave problema das questões de demarcação de áreas indígenas, de ampliação de áreas de preservação e da área de floresta. Precisamos somar todos os problemas da agricultura brasileira e vir à praça pública para nos manifestar. Não adianta simplesmente ir ao Presidente da República e levar um documento, porque estamos tratando, neste País, com um Presidente que não tem palavra, um Presidente cuja palavra não tem nenhum valor (*palmas*), com um Governo sem destino, sem rumo, que só limita a 100 hectares, nas palavras do Ministro da Reforma Agrária e de um Presidente do INCRA, 2 homens perdidos, sonhadores com o passado, que não enxergam o potencial deste País no setor de produção, como foi dito nesta manhã. (*Palmas.*)

É preciso, senhores, termos consciência da gravidade dessa situação no País, de norte a sul, não só no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. É preciso verificarmos o que está acontecendo no norte do Brasil, com a Portaria nº 10, que congela a Amazônia como um todo. Que graves problemas sociais trarão aos agricultores da região? (*Palmas.*) Além dos 93% do Estado de Roraima que estão congelados com a demarcação de reservas indígenas e ampliação de áreas de preservação. Agora, meu amigo Deputado Zonta, demarcou-se 1 milhão e 700 mil hectares de reserva indígena sem respeitar ninguém, nada, apenas um laudo de uma antropóloga, que já reconhece, em declarações mais próximas, que errou no seu laudo. O que é mais grave, no mesmo mês, 3 milhões e 300 mil hectares foram demarcados em áreas de preservação ambiental que somam mais de 5 milhões de hectares. E o Brasil está de braços cruzados com a Amazônia. Quantos brasileiros, do sul do País, querem trabalhar na Amazônia e progredir naquela vasta região, mas hoje estão amedrontados.

Meu caro Presidente desta Comissão, Deputado Ronaldo Caiado, não quero abusar do tempo. Vinte e três por cento do meu Estado é formado por áreas de campos naturais. Não é preciso derrubar árvore para plantar soja e milho. Hoje, temos experimentos de plantações com altos índices de produtividade. E não podemos plantar nada, porque as terras pertencem ao INCRA, que não titula mais de 100 hectares, e o IBAMA não dá autorização para plantar – baixa seu helicóptero e multa os produtores em milhares de reais. E isso sem contar que 10% do PIB do Estado, de

plantações de arroz, serão jogados fora, porque estão à borda da área de Raposa Serra do Sol.

O Brasil precisa saber que está com um grande irresponsável na Presidência e que só há um caminho: encher a praça do centro cívico e protestar (*palmas*); promover um grande levante nacional de Norte a Sul, nas Capitais e nas cidades do interior, e não fazer uma carta para entregar ao Presidente Lula, para mostrar que neste País há gente de bem e há gente de mal na Presidência que precisa ser destronado do cargo ano que vem.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado)

– Deputado Almir Sá,

V.Exa. pode ter certeza de que o documento também tratará desse grave problema vivido hoje pelo Estado de Roraima. Há também um requerimento, de autoria de vários Deputados Federais daquele Estado, aprovado por unanimidade na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, de realização de audiência pública, nos próximos dias, em Roraima, para tratar do assunto.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sr. Presidente, apenas uma observação para que configure minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado)

– Tem a palavra o Deputado Almir Sá.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Quando eu disse que o Presidente da República não tinha palavra é porque S.Exa. fez um acordo com a bancada e o Governador de que não demarcaria nenhuma área indígena em Roraima sem antes reunir a bancada e com ela discutir o assunto, e não o cumpriu. Por essa razão tenho autoridade para vir até aqui e dizer que o Presidente não tem palavra.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Abelardo Lupion, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Sr. Presidente, Deputado Ronaldo Caiado; Senador Flávio Arns, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal e meu companheiro do Estado do Paraná; caro Sr. Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da CNA; caro Sr. Márcio de Freitas, Presidente da OCB; Dr. Antônio Duarte Nogueira, Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, quando se fica por último, não se quer ser muito repetitivo, mas gostaria de fazer uma análise racional, sem emoção, sobre o que está acontecendo hoje no Brasil. Que isso sirva também de reflexão para todos nós.

Nós temos um país maravilhoso. O Brasil é indiscutivelmente um paraíso na Terra: produz, tem um

povo trabalhador e uma bela estrutura para que possamos alimentar o mundo e também lhe fornecer minério. Dispõe, inclusive, de tecnologia para fornecer, como temos feito, em várias etapas, a exemplo do plantio direto na palha, por paranaenses, exportado para o mundo inteiro. Temos, dentro do segmento ora em discussão, um Ministro da Agricultura competente, um ícone dentro do setor, não só Brasil, no mundo, merecedor de respeito por toda sua história.

O que nos deixa extremamente preocupados e desesperançados é que o Governo, em que pese ter nomeado Ministro do porte de Roberto Rodrigues, resolveu colocar o bode na sala, e parece que é um bode para parar o País.

Vamos analisar: o Ministério da Reforma Agrária, por exemplo, tem todo o dinheiro de que precisa e mais um pouco. Agora, querem nos impor índices que permitirão que todas as propriedades do Paraná possam ser desapropriadas – todas. Para se produzir 48 sacas por hectare não pode haver ferrugem asiática, não pode haver seca – vimos o que aconteceu este ano nas melhores regiões do Paraná, ou seja, não conseguiram chegar a 30 sacas por hectare em decorrência da seca. Automaticamente, o nosso produtor está na mira – se passarem esses índices – de as terras que durante a vida inteira foram produtivas ficarem por um ano sem ser produtivas.

Em Curitiba, nós recebemos uma denúncia de que o Ministério da Reforma Agrária, por intermédio do INCRA, está incitando invasões. Mas, agora, eles perderam a vergonha. Cento e cinquenta e sete quilômetros de lona preta estão sendo comprados em licitação pública pelo INCRA. Isso é dado real, não é sonho.

Hoje, na CPMI da Terra, nós vamos chamar o delegado do INCRA do Paraná para que ele explique o que vai fazer com esses 154 mil metros de lona preta. Isso é real.

Vamos esquecer um pouco o Ministério da Reforma Agrária, vamos para o Ministério do Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente tem um órgão chamado CONAMA. Esse CONAMA faz o nosso papel, ou seja, ele legisla. O que nós aqui, na Comissão da Agricultura da Câmara e do Senado, tínhamos que estar fazendo, quem está fazendo é o CONAMA.

No domingo, eu estive em Ipiranga. Lá, estava preso o produtor rural, fumicultor, que tem 4 alqueires de fumo e 6 alqueires de reserva. Não é o que a legislação permite, mas ele precisava de lenha para fazer a defumação, e cortou 6 mil metros quadrados de reserva. Há 8 dias que ele estava preso, um produtor de 10 alqueires. Por quê? Porque o CONAMA baixou decretos permitindo que isso acontecesse.

Nós também vimos, hoje, que está praticamente inviabilizado se construir qualquer pequena hidrelétrica. No nosso Estado, não há nenhuma. Nenhuma, apesar da crise de combustível. Por quê? Porque não existe praticidade, nem boa vontade, existem mal intencionados trabalhando para parar o País.

Vamos agora passar um pouquinho para a Receita Federal. A Receita Federal, toda semana, tem aqui na Casa um decreto aumentando impostos. Toda semana. E agora, em vez de impostos – que nós somos obrigados a aprovar este ano para o ano que vem –, tem a tal malfadada contribuição. E nós temos a maior carga tributária do mundo. E a Receita ouve? Não, por causa da sanha arrecadatória. Aliás, como eles disseram, lá tem um tal de Pinheiro, que diz o seguinte: “*Nós estamos aqui para arrecadar*”. Ou seja, quebre quem quebrar, o importante é arrecadar. (*Palmas.*)

Reforma tributária. Nós não vamos votá-la, eu já perdi completamente a esperança. Há reunião toda semana aqui. Toda semana é a mesma coisa: Ah, porque está prejudicando o Rio de Janeiro, está prejudicando não sei o quê, patati, patatá, quer dizer, nós não vamos ter reforma tributária.

Vamos agora para o Ministério da Justiça. No Ministério da Justiça, eu ouvi aqui o meu amigo Almir Sá, que falou sobre as reservas indígenas. Isso é um crime de lesa-pátria. Há lugares que há 100 índios, e estão com 1 milhão de hectares. Não precisa, nós não queremos que doe a ninguém, mas que o Governo crie uma bolsa de arrendamento para que nós possamos trabalhar.

Nós temos de pensar que o principal alvo do Estado é o cidadão. Nós estamos inviabilizando o norte do Brasil, o cerrado, regiões extremamente produtivas. Aí, nós perguntamos: por que o Governo não obriga o Ministério do Meio Ambiente a fazer a coisa mais racional do mundo, que é o levantamento econômico/ecológico? Vamos ver o que é o Brasil. Vamos seguir o exemplo de Rondônia, que mostra que há lugares em que nós não podemos derrubar nenhum palmo de árvore, nós não podemos plantar absolutamente nada. Por quê? Porque tem risco sim. Agora, há lugares que estão ali, a terra é para produzir. A terra está ali esperando para ser amansada por um cidadão, para ele sustentar a sua família.

Por que não fazemos algo racional no País inteiro? Porque não damos exemplo para o mundo? Nós podemos, sim, plantar na Amazônia, e vamos preservar aquilo que precisa ser preservado. Vamos pôr mais 100 milhões de hectares à disposição do produtor. Cem milhões de hectares a mais. Este País tem uma vocação. Deus deu esta vocação para nós. Nós não temos o direito de não aproveitarmos essa vocação.

Aí, nós vamos ver a bancada da base do Governo, que nos impinge um trabalho escravo, confundindo com legislação trabalhista. E muita gente boa foi presa. Como é que você vai dizer para um pai de família que ele vai preso porque ele não estava com o seu alojamento coberto, tudo direitinho? Meu Deus, ele começou a trabalhar aquela terra ontem. Ele não teve tempo de fazer o alojamento, e foi em cana. E os filhos? E a família? E os amigos? Você acaba com o cidadão; rouba-lhe a integridade. É um crime o que nós estamos fazendo hoje.

Nós precisamos fazer leis, sim, mas leis para incentivar o cidadão a produzir.

Incentivar o cidadão a preservar o meio ambiente, a ser um homem probo. Não punir por punir, como está acontecendo hoje. Parece que nós estamos lidando com marginais, quando desce equipes de Polícia Federal, de Ministério do Trabalho, e algemam o cidadão, e ele não sabe nem por quê. Isso nós vimos, e todo dia nós estamos vendo isso.

Vamos agora para todos esses problemas juntos. O que está acontecendo hoje? Reserva de mercado? As nossas cooperativas não podem trabalhar com o FAT, Sr. Presidente. Nossas cooperativas têm o menor custo que existe. Nós estamos limitados no setor mais competitivo que existe, que é o cooperativismo brasileiro. Nós estamos limitados a ter que entrar na sanha arrecadatória de bancos.

Por quê? Porque o nosso sistema, que é o mais barato que tem, está vedado a poder atender o cidadão. E no cooperativismo, nós sabemos que 80% são pequenos.

E aí, nós vamos ver o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Ministério é obrigado a desenvolver as regiões por meio do Orçamento. O Ministério é obrigado a fiscalizar empresas de sementes, frigoríficos, exportações, importações. Obrigado. Tem que ter gente lá. O Ministério é obrigado a pesquisar, porque sem pesquisa nada anda. Cada Estado brasileiro tem as suas empresas de pesquisa, e os Secretários de Agricultura não têm dinheiro para poder mobilizá-las, para que façam o trabalho que precisa ser feito em cada região.

Nós precisamos ainda, por via da CONAB, fazer política de preços mínimos.

Não é possível acontecer o que ocorreu com o trigo este ano. Foi um crime o que fizeram com o produtor de trigo. Incentivaram, e, depois, não honraram o preço mínimo. Por quê? Porque não tem dinheiro.

Aí, nós vamos para os problemas sanitários. O Brasil se arvora quando vão lá para fora os Ministros todos. Voltam dizendo o seguinte: “*O Brasil agora está dominando o mundo. Nós somos o maior exportador*”.

de frango do mundo”. Mas não é por acaso, porque o Ministério da Agricultura tem de ter dinheiro para poder conter gripes aviárias, para conter aftosas, para poder conter todos esses tipos de doenças, porque nós temos Estados vizinhos que não se preocupam com isso. Isso é responsabilidade do Ministério da Agricultura.

Nós não temos seguro agrícola. Nós conseguimos destinar aqui dinheiro para o seguro agrícola. E cadê o nosso seguro agrícola? Não tem dinheiro para o seguro agrícola. O seguro agrícola não é o sojicultor quem precisa. Quem precisa do seguro agrícola é o coitadinho que está plantando fumo e feijão. É esse que está precisando do seguro agrícola. E nós tiramos o dinheiro para poder fazer algum tipo de política que nós não sabemos qual é.

Sem querer me estender, eu quero aqui, Sr. Presidente, fazer uma proposta: que o movimento tenha um nome só: “Pelo Amor de Deus nos Deixem Trabalhar!” (*Palmas.*) É só isso o que queremos. Deixem-nos trabalhar. Não fiquem com as cascas de banana e com o bode na sala.

Eu gostaria também de dizer, Sr. Presidente, que quem manda nos juros do Brasil é o próprio Presidente da República. Baixe os juros do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES. Dê exemplo e não fique fazendo esse tipo de postura, na condição de Presidente da República, perante toda a nação brasileira, dizendo que o produtor ou o cidadão é preguiçoso em não buscar juros mais baixos. Dê o exemplo. Baixe os juros. Aí, nós vamos começar a acreditar em alguma coisa.

Quero apenas dar um recado ao Ministro da Agricultura. Ministro Roberto Rodrigues, sua história não pode ser maculada por ser Ministro neste Governo. (*Palmas.*)

Este Governo não o merece. Pegue o chapéu e venha conosco brigar por aquilo que V.Exa. brigou a vida inteira. Vamos mobilizar o nosso povo; vamos virar este País para que todos entendam o que representa o agronegócio brasileiro.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Agradeço ao Deputado Abelardo Lupion, membro titular desta Comissão em todos os seus mandatos, a liderança que exerce na bancada ruralista e as ações em plenário.

Tomo a liberdade de solicitar aos Parlamentares inscritos: Deputados Leandro Vilela e Orlando Desconsi, e ao Presidente da OCB, Sr. Márcio Lopes, que falaria por último, que pudéssemos conceder a palavra

ao Senador Jonas Pinheiro, que era o segundo orador inscrito e foi chamado à Presidência do Senado. (*Pausa.*)

Com o consentimento de todos, passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, referência da luta do setor de agropecuária na Câmara dos Deputados e hoje no Senado Federal.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, nosso companheiro Ronaldo Caiado, em nome de quem, cumprimento a todos que estão à Mesa, para efeito de economizar tempo.

O meu suplente, o Senador Gilberto Goellner, da Girassol, lembra por meio de bilhete que temos condições de abaixar o custo de produção dos produtos agrícolas.

Sr. Presidente, aprovamos no Senado Federal o projeto Blairo Maggi, que propõe o genérico para os defensivos agrícolas, e a matéria encontra-se na Câmara dos Deputados. Isso é muito importante, pois hoje em Mato Grosso temos muitos produtores ameaçados de cadeia, porque, no afã de produzir, eles foram ao Paraguai comprar defensivos por 25 reais o litro, enquanto no Brasil custam 120 reais o litro. Portanto, eles têm razão de terem ido lá. Isso existe porque não temos as condições de comercialização das moléculas de forma genérica para produzir o nosso defensivo.

O que eu gostaria de falar mesmo, prezado Presidente da CNA, companheiro Antônio Ernesto, é sobre preocupação que me trouxeram ontem e que transmiti hoje ao Ministério da Agricultura. Eu não sei se já foi tratado, durante essas 2 horas de ausência nossa do debate, do mercado de carne do Brasil.

Segundo informações, a comissão americana que veio discutir esse assunto no Brasil saiu daqui muito entristecida com o que viu. O Brasil não está fazendo o dever de casa e corre sério perigo e risco, em função disso, de sermos vetados de introdução da nossa carne nos Estados Unidos.

Ora, se isso ocorrer, evidentemente, vai acontecer com a Europa, com o Japão e com todos os outros países que comprem ou que são potencialmente compradores de carne no Brasil. Por quê? Porque não estamos fazendo o dever de casa. De que se trata? Nós não temos nas nossas unidades frigoríficas a quantidade e qualidade de técnicos suficientes e necessários para consolidar a nossa defesa sanitária.

Sr. Presidente, depende de autorização do Ministério do Planejamento a contratação de técnicos, seja veterinário, seja zootecnista, seja biólogo etc.,

para preencher essa necessidade de dever de casa do Governo brasileiro. Hoje, não temos mais os estranhos no Ministério do Planejamento. Está ali um colega nosso, que foi Presidente da Comissão de Orçamento até poucos dias, o nosso companheiro paranaense Paulo Bernardo. Portanto, o que gostaria de propor é o seguinte: vamos formar uma comissão e ir até o Ministro Paulo Bernardo, que conhece o assunto, a fim de solicitar-lhe que libere imediatamente a contratação desses profissionais. Há concursados em estoque no Ministério da Agricultura. O que se precisa é a liberação. São 100 ou 120 profissionais, o que preencheria a lacuna existente nos nossos frigoríficos.

Acredito que tudo já foi discutido. Quero apenas acrescentar esse assunto, se por acaso ainda não foi abordado. Estou fazendo isso como proposta, para que o Ministério do Planejamento ajude o Ministro da Agricultura, a fim de que S.Exa. não seja mais uma vez desmoralizado em função dessa pequena coisa, mas de alta relevância para o agronegócio brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiaido) – Obrigado, Senador Jonas Pinheiro. Sem dúvida alguma, a sugestão de V.Exa. não só será incluída no documento que está sendo elaborado, como também será tratada em audiência que solicitaremos aos Srs. Ministros. Temos também a proposta levantada por vários Parlamentares de audiência com o Sr. Presidente da República.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, Deputado Leandro Vilela, quero cumprimentar o Secretário de Agricultura do Estado do Pará, Francisco Eduardo e Oliveira Viter e também o Vice-Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura.

O Presidente do Fórum acaba de lembrar ao Presidente da Comissão de Agricultura que na próxima semana já inicia em todos os Estados a campanha de vacinação contra a febre aftosa. Até o momento não foi repassado nenhum centavo aos Secretários. A única notícia que nós, produtores rurais, recebemos foi a de que o cartel dos laboratórios aumentou em 20% o valor das vacinas.

Antigamente, alegavam que era o dólar que estava subindo. Agora, com o dólar abaixando, na alta e na baixa eles aumentam normalmente o preço das vacinas, o que ocorre exatamente nesse período. A grande discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal é exatamente sobre esse assunto. Qual o mecanismo, qual o instrumento que esta Casa poderá criar junto com o Governo Federal, logicamente, a fim de podermos atuar rapidamente e desmontarmos esses cartéis. Eles recebem subsídios do Governo, têm incentivos fiscais, vendem para o Governo, têm

tudo o tipo de benefícios e, no final, utilizam tudo isso para constituir verdadeiros cartéis e penalizar o setor produtivo primário.

Esperamos, sem dúvida alguma, chegar a uma conclusão mais rápida possível, porque as estruturas feitas, principalmente por aquilo que temos junto aos Ministérios da Justiça e da Fazenda, não são capazes de responder, dada a velocidade e a rapidez do nosso setor. Vacina-se no mês que vem. Se entrarmos no SDE contra uma queixa do cartel de laboratórios, vamos receber a resposta do CADE no ano que vem. E, aí, realmente o nosso rebanho já estará sem condições de manter as normas exigidas pela OIE.

Passo a palavra ao Deputado Leandro Vilela, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e toda a Mesa, dizendo que não vou nominar todos em função do adiantado da hora. Cumprimento também os colegas Parlamentares presentes, os produtores rurais, presidentes de sindicatos, presidentes de federações, Presidente da Federação do Estado de Goiás, Dr. Macel Caixeta e todos os produtores goianos que se fazem presentes, assíduos a todas as reuniões que a Comissão de Agricultura tem promovido. Hoje, o encontro é com a Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, com o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura e com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Esta audiência é de fundamental importância.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, a que ponto estamos chegando. Vejam só, chegamos ao ponto de pedir ao Governo que não atrapalhe, que deixe os nossos produtores rurais trabalharem. O Governo não está contribuindo, está atrapalhando esse setor, que tem caminhado com tantas dificuldades e produzindo grãos para matar a fome dos brasileiros, produzindo grãos para gerar o superávit das exportações, contribuindo com o País. O Governo sequer tem feito o dever de casa para contribuir com os nossos produtores. Muito nos entristece, quando percebemos o Presidente dar notar, como fez esta semana, dizendo que o povo brasileiro é quem não tira o traseiro do banco para fazer com que as coisas melhorem neste País. Muito pelo contrário, o Governo é que não tem contribuído para que o País possa seguir adiante, gerar desenvolvimento, emprego, riqueza que todos nós queremos.

Poderia, sim, o Governo começar a fazer por ele mesmo, como disse o Deputado Lupion, com os agentes financeiros públicos – Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES – reduzindo as taxas de juros. Temos no Brasil as maiores taxas de juros do mundo. Enquanto nos países emergentes a média é de 2%,

no Brasil, a média é de 13%. Temos a maior carga tributária do mundo. Não há país que desenvolva, não há país que gere emprego, não há país que cresça dessa forma.

Quem está pagando a conta são os produtores rurais, essa conta altíssima provocada pelo Governo. Agora, com tantas dificuldades, é necessário estar aqui cobrando do Governo ações como essa. Esta Comissão tem trabalhado, como tem trabalhado o Fórum, como têm trabalhado os produtores, juntamente conosco, como tem trabalhado a Comissão do Senado, insistindo muito com o Governo, mas infelizmente não temos tido a resposta que gostaríamos.

Daquela grande reunião, Sr. Presidente, promovida em Rio Verde, apenas um dos 10 itens foi atingido, que é o alongamento das dívidas. (*Palmas.*) Apenas um, vejam bem, assim mesmo a duras penas, com muitas cobranças, até mesmo porque os agentes financeiros privados estão dificultando em muito o alongamento das dívidas com os recursos que eles captaram junto ao Governo Federal.

Apenas um item foi atingido. Agora, as CPRs – Cédulas do Produtor Rural, muitas já vencidas, outras vencendo, e os preços dos produtos, das nossas *commodities*, ainda aquém do suficiente para o produtor quitar seus compromissos.

Portanto, é um problema, Sr. Presidente, que esta Comissão, que nós devemos levar ao Banco do Brasil, esse das CPRs vencidas e das que estão vencendo, porque senão nossos produtores mais uma vez vão ter de responder na Justiça, vão ser processados, condenados a pagar essas dívidas junto aos agentes financeiros.

De forma, Sr. Presidente, que eu não quero alongar-me, nem quero aqui ser repetitivo, pois todos os nossos colegas já discutiram sobre todas essas questões aqui nesta Casa, mas quero, aproveitando a oportunidade, ressaltar o trabalho do nosso Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, a sua insistência, a sua luta, na vontade de ver esse setor fazer muito mais do que tem feito pelo País. Dada a dificuldade que tem tido junto à equipe econômica, junto ao Governo de forma geral, nós da bancada ruralista, das Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado, os produtores rurais, esta Casa, todos temos o compromisso moral de dar sustentação a esse Ministro, que tem sido parceiro do setor, que é produtor e muito tem contribuído para o crescimento do setor.

Infelizmente, vemos aqui o insignificante orçamento do Ministério da Agricultura, um orçamento ridículo para um País cuja economia depende essencialmente desse setor. De forma, Sr. Presidente, que nos resta agora, juntamente com os nossos produtores, junta-

mente com a sociedade, mobilizarmo-nos. Acho que não temos outra alternativa. Não adianta irmos ao Presidente da República. Não adianta mais solicitarmos apoio à equipe econômica.

É hora de provocarmos uma grande mobilização nacional (*palmas*), juntamente com os nossos produtores, juntamente com os Parlamentares, envolvendo Deputados Estaduais, Vereadores, Prefeitos, Governadores, Senadores, para tentarmos dessa forma parar o Brasil e mostrar ao Presidente que precisamos, sim, urgentemente ser atendidos, precisamos que se faça algo por esse setor.

O reflexo será grande, maior do que já está sendo. Os Municípios, os Prefeitos já estão sentindo, os Governadores também. Portanto, tenho certeza de que temos condições de mobilizar todos, obter o respaldo de todos, com muita organização, e só pararmos essa mobilização quando formos atendidos pelo Governo. De forma que eu quero deixar registrado aqui, então, também o nosso apoio, como muitos colegas Parlamentares já deixaram, como o Fórum, como todos, como esta Casa tem registrado, para que possamos, juntos, trabalhar, e partir já, imediatamente, para a mobilização.

O Governo está, sim, sabendo disso. O Governo já foi avisado. Ele tem conhecimento da situação. Infelizmente não tem dado a resposta que aguardamos há muito tempo. De forma, Sr. Presidente, que é esse o posicionamento que devemos tomar junto ao Governo, para atender a um setor que sempre procurou contribuir e tem feito tudo para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado)

– Obrigado, Deputado Leandro Vilela, membro titular da Comissão de Agricultura.

Antes de passar a palavra ao Deputado Orlando Desconsi, quero informar ao nobre Senador Jonas Pinheiro, que fez referência ao PL nº 6.299 para regularizarmos a situação dos genéricos, que infelizmente esse projeto ainda está na Comissão de Meio Ambiente. De lá passará para a Comissão de Segurança, para a Comissão de Agricultura e para a de Constituição e Justiça, e é terminativa a decisão das Comissões, não havendo requerimento para votação em plenário.

Vamos pedir aos nossos pares que dêem urgência e preferência à votação do PL nº 6.299. Essa solicitação também consta no documento que está sendo elaborado na manhã de hoje para ser assinado por todos os Deputados e também pelos Presidentes do Fórum de Secretários, da OCB e da CNA, documento esse que levaremos ao Sr. Ministro e ao Sr. Presidente da República.

Passo a palavra ao Deputado Orlando Desconsi, pelo prazo de 5 minutos.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Já deve ter sido distribuído. Eu não sei se... Ah, desculpem. Já há Relator, é o Deputado Paulo Baltazar, que está com o projeto distribuído desde o dia 9 de março de 2005.

Quero comunicar aos presentes que, como se trata de um encontro, após ouvirmos os Parlamentares, vamos autorizar aqui, logicamente dentro de alguma limitação, que alguns inscritos falem, também pelo prazo de 5 minutos. O Vice-Presidente da ABI-MAQ, que está aqui presente, solicitou logo a seguir sua inscrição, como também o Secretário de Agricultura do Distrito Federal, o Deputado Pedro Passos. É lógico que isso será feito dentro de um entendimento, dado o avançado da hora; inclusive o Presidente da CNA está dizendo que a fome já bateu.

(Risos.)

Passo então a palavra ao Deputado Orlando Desconsi pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Sr. Presidente, autoridades da Mesa, Senador, colegas Parlamentares, cidadãos e cidadãs que acompanham este encontro, este debate, trago primeiro uma informação, recebida agora de manhã do nosso núcleo agrário da bancada federal do PT, onde estávamos com o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, sobre a preocupação apresentada aqui pelo Senador Jonas Pinheiro quanto à contratação dos técnicos para fiscalização da questão da sanidade: está autorizada pelo Ministério do Planejamento, a partir de hoje, a contratação de 100 técnicos. Portanto, é uma sinalização positiva, já de imediato, do Governo, sensível a essa preocupação; talvez – e muito provavelmente – esse número não seja suficiente, mas o Senador, quando expressou a preocupação, disse que em torno de 100, 120 seriam suficientes, pelo menos no primeiro momento.

Então, é uma notícia boa, positiva, mas estamos alerta, porque provavelmente, no meu entendimento, esse número não será suficiente, e entendemos que precisamos avançar mais. Mas quanto a esse aspecto provoço esta Comissão e esta Casa para que construamos, num debate com o Governo, que já está debatendo esse assunto, um sistema nacional de sanidade. Temos de construir para essa área um sistema semelhante ao que é o SUS. Hoje temos a fiscalização municipal, que só vale para o Município, e a fiscalização estadual, que só vale para o Estado. Precisamos integrar a fiscalização, municipal, estadual e nacional, e construir uma única lógica, para que possamos, com

isso, agilizar os processos, concentrar os esforços das 3 esferas da Federação e conseguir maior agilidade na obtenção de resultado, especialmente para a agropecuária, e com maior eficiência.

Quero trabalhar uma outra questão, em relação aos insumos. Votamos nesta

Casa, com a concordância e o aval do Governo do Presidente Lula, a isenção de insumos para agricultura. Eu pergunto: de que adiantou esse esforço? De um lado, o Governo abriu mão da carga tributária, deixou de receber recursos que poderiam ser importantes para atender às reivindicações do setor; de outro lado, quem se apropriou dessa isenção foram poucos grandes setores, não foi o agricultor, seja o assentado, seja o pequeno, seja o médio, seja o grande. O que vemos é que lá na ponta não chegou o esforço que fizemos nesta Casa. Portanto, eu, pelo menos, no debate de carga tributária, pensarei duas vezes antes de votar novamente qualquer isenção. Vou querer saber qual será a amarração lá na ponta para aquele produtor final ou inicial da cadeia produtiva, se ele, sim, será ou não beneficiado *(palmas)*, e então poderemos ser aliados nesse debate. De resto, a isenção é discurso, é falácia, e não vai atender efetivamente aquele lá na ponta, que quer produzir, e produzir com qualidade.

Então, temos esta absoluta convicção, e eu, que tenho sido um lutador, fico feliz ao ouvir muitos dos que me antecederam aqui, inclusive o Presidente, e eu já disse a S.Exa. esses dias que talvez, separando nossas diferenças de Situação e Oposição – e há diferenças ideológicas que nos separam em vários aspectos, aqui nos debates desta Casa –, tenhamos condições de construir pelo menos um entendimento que nos unifique, o que eu acho que terá um grande resultado, lá na ponta, para o agricultor, seja ele do tamanho que for. Precisamos fazer o debate identificando isso, fazendo uma radiografia completa do setor para ver quem efetivamente está ficando com o esforço que se faz em prol da agricultura, porque a cada ano vemos o aumento progressivo de recursos no conjunto do Ministério. Aqui estamos debatendo o contingenciamento, mas, se contabilizarmos, houve aumento do volume de recursos e de programas para o Ministério da Agricultura e o Ministério de Desenvolvimento Agrário, buscando atender melhor ao setor primário.

Assim também é no caso da Saúde, setor em que, da mesma forma, há esforço municipal, estadual e federal para ampliar os recursos, para que o cidadão que precisa do sistema tenha um melhor atendimento, mas algumas poucas grandes empresas forçaram – e muitos concordaram com isso – a essa lógica do Estado mínimo, que destruiu o papel fiscalizador do Estado, e hoje sentimos a deficiência da sua estrutura

para fiscalizar aqueles que defenderam a abertura para o livre mercado, sem nenhuma proteção dos pequenos e dos médios, a despeito de um conjunto de processos que estavam vindo, inclusive a ALCA, que já teria sido assinada pelo Governo anterior em janeiro deste ano e que efetivamente faria com que setores oligopolizados no plano internacional destruíssem nosso setor produtivo interno.

Estamos vivendo tudo isso, e sofrendo muito com o que eles têm feito. De um lado faz-se um esforço para alocar mais recursos; de outro lado, o esforço que é feito não chega aos produtores. Chega às mãos de poucos, de muito poucos. Acho que o esforço que temos de fazer é no sentido de identificar quem são esses e agir.

Talvez a maior mobilização que tenhamos de fazer seja quanto a essas grandes empresas de que não se sabe quem é o dono, que têm apenas um gerente e que recebem uma meta de aumentar em 20% ou 30% o faturamento que o antecessor na função conseguia obter; portanto, trabalham com meta, com resultado, e não têm sensibilidade nem estão preocupadas com a situação concreta do produtor. Como vimos, com toda a seca na Região Sul, nenhum gesto houve até agora dessa cadeia produtiva em direção aos produtores. Buscamos apoio do Governo e temos recebido; talvez não o apoio necessário, talvez não o suficiente, mas tivemos apoio do Governo. E onde está a sinalização desse setor, que ganhou muito, inclusive com o MODERFROTA, e que numa ponta desemprega o trabalhador e na outra saqueia o produtor, e não dá a sua contribuição para a redução do preço, para que efetivamente o produtor saia mais aliviado neste momento?

Sou da bancada do Governo, sou do Partido dos Trabalhadores, mas, com muito respeito, aprovamos o requerimento na sessão passada, há uma semana, para discutir esse assunto nesta Comissão, e o assunto que foi aprovado e pautado era a discussão do descontinenciamento do Ministério da Agricultura, e quanto a isso somos solidários, e para isso estamos juntos. Aqui foram apontados, porém, especialmente pela Oposição, um conjunto de temas, e inclusive alguns desses Deputados infelizmente não mais estão presentes. O Ministro do Desenvolvimento Agrário – nunca vi tanto Ministro vir a esta Casa, vir e debater os diversos assuntos – veio à Comissão da Amazônia para explicar os temas da região, e os Deputados não tiveram argumento para rebater os do Ministro. Então, é fácil fazer crítica quando o contraditório não se faz presente. Seria importante que pautássemos o assunto e trouxéssemos pessoas que têm a ver com ele para

que pudéssemos debater, e os viés, sejam quais forem, pudessem ser apresentados no debate.

Portanto, o debate de hoje com o qual concordamos e que aprovamos foi o do descontinenciamento do Ministério da Agricultura. Quanto a isso somos solidários, isso queremos apoiar. E quero dizer que não é este o único Governo que tem contingenciado recursos. No passado houve inúmeros contingenciamentos também. Parece até que nunca havia. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, das obras da consulta popular do Governo do Estado, apenas 30% estão sendo autorizadas. No ano passado apenas 35% foram realizadas.

Quanto à questão da aftosa, quero aqui fazer uma indagação, porque a reclamação que recebemos é a de que as pessoas que fazem a vacinação têm de ter ficha nos partidos da base de sustentação. Portanto... (Apupos.)

Eu respeito...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – A Presidência solicita silêncio. Está mantida a palavra ao Deputado Orlando Desconsi.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Eu respeito todas as pessoas e todas as opiniões. Para mim é valioso o aplauso e também é respeitosa a vaia. Não há problema algum. Estamos aqui, como Parlamentar, para ter a coragem de dizer o que pensamos e o que sentimos. Se outros puderam falar, como falaram aqui, sobre muitas coisas que não faziam parte do tema, também gostaria de dizer, para muitos que não estavam aqui na época, que na Comissão de Agricultura, no passado, quando o Rio Grande do Sul viveu o problema da aftosa, tentamos convidar o Ministro da Agricultura inúmeras vezes, com vários requerimentos, para discutir o tema junto com o Estado, e não conseguimos aprovar naquela Comissão um convite sequer para o Ministério da Agricultura à época, com toda a gravidade do problema.

Portanto, aqui há muito discurso que não passa de discurso, porque quando o Governo era seu a ação era bem diferente. E é importante que se registrem esses fatos, porque os senhores não têm a obrigação de saber, já que nem todos estavam aqui acompanhando os debates e os esforços que fizemos à época.

Temos toda a preocupação com a sanidade. É uma questão estratégica para o País. E queremos, sim, que não haja contingenciamento de recursos, para que esse setor possa dar a segurança necessária ao Brasil e aos produtores e não possamos ser atacados ou atingidos por qualquer país importador por deficiência nessa área. É importante dizer que vamos ser solidários e vamos defender esse tema aqui.

Portanto, fico por aqui, e concluo dizendo apenas que com rapidez nós construímos, como base do Governo, com a Oposição, coordenados pelo Ministério da Agricultura, um plano de reestruturação que ampliou de forma significativa a estrutura do Ministério. Ouvi aqui discursos no sentido de que o Presidente Lula não tem compromisso com a agricultura. Isso não é verdadeiro! Aprovamos essa reestruturação com agilidade, por consenso, e ela já está sendo implementada.

Mas, ao mesmo tempo que se aprova a ampliação da estrutura, que é importante para que o Ministério possa dar conta da sua demanda, a Oposição critica o Governo por estar gastando mais. Ora, o Governo precisa gastar mais para poder dar conta da demanda que lhe é atribuída, porque no passado destruiu-se o Estado brasileiro, que ficou carente de funcionários e tem necessidade de uma estrutura mais ágil e maior para dar conta da demanda que ao Governo é atribuída.

A contradição existe. Aqui, diz-se que o Governo não prioriza o setor, ignorando que houve ampliação da estrutura, e de forma significativa – e isso foi consenso. Não foi uma decisão só da base do Governo. Houve o apoio da Oposição. No entanto, lá na tribuna atacam o Governo dizendo que ele está ampliando os custos da máquina pública, e esse é o discurso que passam para fora.

Se querem o Estado mínimo, o Estado brasileiro não dará conta de atender à demanda, ao que é necessário, àquilo de que a agricultura brasileira necessita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado)

– Agradeço ao Deputado

Orlando Desconsi. Esclareço que no Requerimento nº 326/2005, aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, requer-se “a realização de encontro para discutir a situação orçamentária e financeira do Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – MAPA e a crise atual do setor agropecuário”. (Palmas.) (Apupos.) Ou seja, nós estamos fazendo aqui o debate de acordo com a inclusão feita no título.

Passo a palavra ao Vice-Presidente da ABIMAQ, Sr. Rubens Dias de Moraes, pelo prazo de 5 minutos, para expor aqui, aos agricultores e pecuaristas, a situação do aumento do preço das máquinas, e tentar sensibilizar o setor, e ao mesmo tempo registramos que somos sabedores de que esse segmento está disposto a lutar ao lado dos produtores rurais, apoiando a tentativa de instituímos um fundo para podermos renegociar nossas dívidas com os fornecedores, e talvez até – quem sabe? – eles participem com uma parcela significativa, para a equalização da taxa de juros.

Passo a palavra ao Vice-Presidente da ABIMAQ Rubens Dias de Moraes, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. RUBENS DIAS DE MORAIS – Prezado Presidente Ronaldo Caiado, demais autoridades do Congresso Nacional e outras autoridades do Legislativo e do Executivo, líderes agrícolas, vou tentar usar meus 5 minutos para manifestar-me de maneira rápida e eficiente. Na verdade, sinto-me um pouco humilde diante dos fatos e dos números apresentados, e jamais tentaria defender-me, mas apenas explicar, porque não me sinto acusado, podem ter certeza disso.

A ABIMAQ, que eu represento, tem 150 associados ligados ao segmento agrícola. O Rio Grande do Sul tem outros 200 associados ligados ao SIMERS. Para que os senhores tenham idéia, representamos todo o universo de fabricantes de implementos agrícolas. A grande questão é que a ANFAVEA libera tratores e colheitadeiras, enquanto a ABIMAQ e o SIMERS liberam implementos agrícolas tracionados pelos tratores, e nós representamos, se tanto, 16% do faturamento de todo o segmento de tratorização, colheitadeiras, implementos e máquinas agrícolas deste País; portanto, não valem nada, e se não valem nada não podemos influenciar, na cadeia, o aumento de custos da produção agrícola, como está sendo dito aqui.

Pertencemos, sim, com muito orgulho, com muita raça, ao segmento. As nossas indústrias são familiares, verdadeiramente brasileiras. Estamos sediados no interior de cada Estado, em cada cidade pequena, responsáveis pelo equilíbrio social e pela riqueza de cada comunidade, cuidando das nossas APAEs, das nossas creches, das nossas conferências e dos nossos asilos, participando da luta das Santas Casas e das dificuldades de cada Município, e espantamos quando os senhores nos dão todo esse poder. Eu queria ter toda essa capacidade de influenciar as altas de custos, certamente, mas jamais pretenderíamos, Sr. Deputado, saquear alguém, senão nem viria aqui; deveria estar preso, porque “saquear” é uma palavra muito pesada no universo brasileiro, mesmo desmoralizado por esse desrespeito a seres humanos que de fato produzem e trabalham.

Já disseram aqui: 10 anos atrás os produtores eram chamados de caloteiros; 12 anos atrás colocamos o *agrishow* no sistema financeiro do País, em relação ao agronegócio, durante a maior crise da história, para alavancar tecnologias, e no Brasil o setor chegou aonde está. Aonde chegou? A 30% do PIB! Quanto é isso? São R\$ 530 bilhões, em um PIB de R\$ 1,766 trilhão!

Gostaria, prezada platéia, de dizer o seguinte: o alvo não é o Rubinho, não é o Vice-Presidente da ABIMAQ, não é a ABIMAQ, não são os fabricantes de

máquinas e implementos agrícolas, que são responsáveis pelos 16%; o alvo está no Governo central. Se, quanto ao PIB, o setor responde por R\$ 530 bilhões de receitas para este País, é a locomotiva nacional, também responde pela maior carga tributária jamais conhecida na História brasileira: 36%! E o Governo, que é nosso sócio, não tem risco, não tem gestão, arrecada R\$ 190 bilhões, enquanto o nosso setor arrecada tão-somente R\$ 12,5 bilhões brutos! (*Palmas.*) Como é que vamos salvar os produtores agrícolas?

Quero dizer aos senhores que a verdadeira caneta do poder não está na ABIMAQ, não está na Jumil, não está com Rubens, com o Vice-Presidente. A caneta está no Congresso Nacional? Sim e não. O que está é a cartucheira.

Senado, Câmara dos Deputados, os Secretários de Agricultura de todos os Estados deste País, Prefeituras e Câmaras de Vereadores, se a sociedade não acordar e não atender aos apelos que estão sendo feitos por esta excelente Comissão de Agricultura e pela recém-criada Comissão de Agricultura do Senado Federal, iremos de mal a pior. Por quê? Estamos no mesmo barco! A agricultura grita que não há preço de *commodities*. O que estamos vivendo? As 7 pragas do Egito novamente: a ferrugem, a seca, o câmbio, a carga tributária, o que mais estamos vivendo? (*Palmas.*) As importações, as multinacionais vivendo e lucrando às custas da produção agrícola? E, já que se arrecadam R\$ 190 bilhões, não há sustentabilidade, não há recursos neste País para construir uma ponte para superarmos essa crise que está aí, latente, batendo às portas de todo o mundo?

Ora, de blablablá, os senhores têm razão, todos estão cheios e cansados, inclusive de política. Sou adepto do estilo de Ronaldo. O tamanho dos braços, o tamanho das mãos dele é também o tamanho da razão e do coração, para abraçar a causa. É também o caso de Sérgio Guerra, nosso Senador, com toda a Comissão agrícola. E não há quem não tenha de pagar a conta.

Até agora falei com a razão e com a boca; agora vou falar com o coração. Já demiti, de mil funcionários, 300. Quantos os senhores querem que eu demita mais?

Colegas meus, em cidades de 18 mil habitantes, já demitiram 600. Quantos os senhores querem que demitam mais? (*Palmas.*) No ano 2000, os empregos neste País, na nossa cadeia da ABIMAQ, eram 30 mil. Vieram a 45 mil, sim, senhor – os senhores têm razão –, graças ao MODERFROTA; sim, senhor, graças aos senhores, que aprovaram no Congresso Nacional toda a tramitação, fomos a 45 mil empregos. Agora vamos voltar a 30 mil novamente. Os 10 milhões de empregos

prometidos neste País não sei de onde sairão. Talvez dos Governos, porque até agora, pelas informações que tenho, foram contratados 160 mil novos empregados, da União aos Municípios, 8 mil só na PETROBRAS. Quem vai pagar essa conta?

Talvez seja eu, também, mas somos nós, toda a cadeia produtiva deste País. Atenção: este imenso barco chama-se Brasil, e todos nós estamos dentro dele. O sucesso ou o fracasso da cadeia do agronegócio, que gera 30% do PIB, é o sucesso ou o fracasso de todos nós. E quero apostar com os senhores: o Congresso tem a cartucheira da solução. Se os senhores não derem um tiro nessa palhaçada que se vê aí, adeus, barco! (*Palmas.*) Estamos vendo afundar a Nação, desmoralizados perante o exterior, desmoralizados perante a opinião pública, sem credibilidade. A isso não podemos assistir! (*Palmas.*)

Sr. Deputado Ronaldo Caiado, Presidente desta Comissão, é lamentável que tenhamos de chegar a isto, mas a democracia é maravilhosa, e cada um tem o direito de se manifestar na razão da sua própria razão os os á que ública mas a democ. Se falei com o coração, volto a falar com a razão. Vamos lutar. O Brasil merece. E essa cadeia de produtores não pode ficar desamparada. Se a ABIMAQ tiver que remar com as mãos, serei o primeiro a puxar o remo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Obrigado.

Quero dizer ao Dr. Rubens, Vice-Presidente da ABIMAQ, que as Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado têm consciência da sua importância neste momento da crise. Repito que a crise é boa parturiente. O que queremos é exatamente recuperar o produtor rural no plano nacional.

As estatísticas são frias. Alguns dias que demitem, outros dizem que a safra caiu 12,5 milhões de toneladas de grãos. Quero dizer que já caminhei pelo Brasil e já vi estatística pior: produtores atentando contra a própria vida por não terem condições de quitar suas dívidas.

Cabe exatamente a esta Casa sugerir, propor a criação de um órgão no âmbito do Executivo, uma agência que seja regulamentadora, que tenha regras claras, para que no momento do plantio, da safra e da comercialização o setor não seja aviltado, agredido por preços estratosféricos, impondo-se a ele 100% do repasse de tudo isso que vem em termos de lucro para os outros segmentos.

Não é aceitável que a pecuária passe também por essa situação calamitosa pela qual está passando. É por isso que esta audiência é aberta. Estamos aqui para ouvir todos os segmentos como ouvimos em

audiências públicas anteriores, dando oportunidade a todos os que foram convocados, mas o que queremos deixar claro é aquilo que está hoje no estudo feito no plano nacional: excluindo-se o produtor rural, a participação do agronegócio no PIB brasileiro teve um acréscimo de 2,7%, e produtor rural diminuiu sua participação em 1,7%. Ou seja, é claro o empobrecimento do setor rural, a falta de repasse do lucro ao setor produtivo primário. *(Palmas.)*

Com isso, vamos dar seguimento ao encontro entre as Comissões e o Fórum.

Passo a palavra ao Deputado Distrital e Secretário de Agricultura do Distrito Federal Pedro Passos, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. PEDRO PASSOS – Sr. Presidente, nosso saudoso e brilhante Presidente da UDR Deputado Ronaldo Caiado, em cuja pessoa cumprimento os demais membros da Mesa e autoridades, senhoras e senhores presentes, não vou alongarme.

Quero apenas registrar que comungo na palavra da maioria dos Deputados, que com muita propriedade retrataram as dificuldades por que passamos. Parabênizo também, por suas palavras, o Dr. Rubens, Vice-Presidente da ABIMAQ, que com muita sabedoria relatou a realidade por nós enfrentada.

Não quero ser repetitivo nem redundante ao falar da crise, da aberração em que vive o nosso setor rural. Sou um homem nascido e criado no meio rural, conheço por vivência própria as dificuldades do campo, e, estarrecido como nunca com a discriminação, o desprestígio e o desrespeito ao nosso meio, venho aqui, Sr. Presidente, em meu nome, como Secretário de Agricultura do Distrito Federal, e em nome do Governador do Distrito Federal Joaquim Domingos Roriz, também produtor rural, dizer a V.Exa. e aos demais membros desta Comissão e autoridades que a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal está à disposição de V.Exas., das autoridades e lideranças em todos os momentos e para tudo que se fizer necessário nesta batalha para que consigamos fazer com que o homem do campo e a agropecuária brasileira tenham o respeito que é necessário para que possamos levar este Brasil adiante.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Agradeço ao Secretário de Agricultura do Distrito Federal o apoio e o prestígio que tem dado a esta Comissão, em todos os eventos em que somos convidados para participar e para falar nas mais variadas solenidades, desde a abertura da Exposição Agropecuária, realizada aqui em Brasília, aos demais eventos promovidos no Distrito Federal.

Antes de passar a palavra ao Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia, Presidente da UDR, quero comunicar a todos os Parlamentares aqui, como lideranças, que acabamos de receber, por telefone, a confirmação do assessor do Ministro da Fazenda Antonio Palocci de que S.Exa. nos receberá hoje exatamente às 17h, no 3º andar do Palácio do Planalto. É importante que tenhamos a presença dos Senadores da Comissão de Agricultura, do Senador Jonas Pinheiro, dos Parlamentares, e também das lideranças que representam as federações, como a CNA, e o cooperativismo. Portanto, é fundamental que estejamos no Palácio do Planalto às 17h. Nossa comitiva deve ser composta de 5 a 7 membros. Não devemos ultrapassar esse número, até porque dificilmente teríamos condições de ser recebidos, já que S.Exa. está abrindo um horário para nos receber. Faremos então todo o relato do documento que está sendo elaborado. Espero poder passar a cópia do documento aos companheiros e lideranças que vieram de tão longe, para terem uma idéia de tudo aquilo que foi aqui discutido. Essa discussão foi sintetizada num documento, onde relacionamos as sugestões apresentadas por todos os que usaram a palavra.

Aproveito para informar também que tão logo saíamos da audiência com o Ministro Palocci repassaremos imediatamente para o *site* da Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara dos Deputados as informações ou mais algum dado que porventura recebamos ali, para atender a essa crise que se abate sobre o setor produtivo primário.

Passo a palavra então ao Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia, Presidente da UDR, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Prezado Presidente da Comissão de Agricultura Deputado Ronaldo Caiado, prezado Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, Secretário Duarte Nogueira, nosso conterrâneo, paulista – e para mim é uma imensa honra ter como nosso aliado o digníssimo Governador Geraldo Alckmin; quisera que ele estivesse conduzindo este País! Tenho certeza de que a situação seria muito diferente –, prezados Parlamentares, Senadores, colega Presidente da OCB, gostaria de salientar o sério problema da produtividade de grãos, incluindo a atual situação dos produtores de arroz.

Lamentavelmente, hoje o nosso Governo está importando arroz da Argentina e do Uruguai. Estou falando agora como produtor também. Estou lá com o arroz que colhi estocado, sem comprador. Não há comprador. Estamos nessa situação na Região Norte, Sr. Presidente, e por incrível que pareça – está aqui o Presidente da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso, Rogério Salles, — perdemos uma grande quantidade de soja por excesso de chuva na colheita.

Ninguém sabe melhor dessa situação do que o nosso Senador Jonas Pinheiro. Portanto, os problemas, como disseram alguns Parlamentares aqui, são generalizados, atingem todo o Brasil.

Gostaria de salientar, Sr. Presidente Deputado Ronaldo Caiado, V.Exa. que conduziu com tanta dignidade a entidade que hoje presido, que na Constituinte ficaram definidos os critérios de propriedade produtiva e conseqüentemente os índices de produção da propriedade. Gostaria de ressaltar que esse é o único setor empresarial deste País – porque a propriedade rural é uma empresa rural – de que se exige por lei um índice de 80% de produtividade. Gostaria de saber o que aconteceria se os companheiros aqui, se o Vice-Presidente da Associação Brasileira de Máquinas, por exemplo, na produção de suas máquinas, ocupasse apenas 79% da capacidade da sua empresa. Sua indústria seria considerada improdutiva e desapropriada? O fabricante de cimento, a indústria do Sr. Antônio Ermírio de Moraes seria considerada improdutiva e desapropriada se atingisse apenas 79% da capacidade produtiva? Se as fábricas de pneus Pirelli e Firestone registrassem apenas 79% de produtividade, também seriam desapropriadas? (*Palmas.*)

Então, isso é pura discriminação! É o único setor no Brasil em que se exige índice de produtividade de 80%! Repito: isso é discriminação. Portanto, quero parabenizar a iniciativa do Congresso Nacional, e espero que nossos amigos produtores rurais sigam o exemplo das Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado e também comecem a se mobilizar, inclusive cobrando da nossa bancada ruralista mais presença, mais apoio aos Presidentes das Comissões, ao Deputado Ronaldo Caiado, ao Senador Sérgio Guerra, porque não são meia dúzia de Deputados guerreiros, corajosos, patriotas, que vão mudar a problemática deste País.

Senhores, aproveito para fazer o seguinte comentário: qual é a intenção de um Governo que pretende transformar o setor produtivo em improdutivo? Será que esse Governo pretende nivelar o nosso setor por baixo, adequando-o às suas ideologias? Será que o Governo pretende fazer isso? Precisamos acordar para isso, Sr. Presidente! Será que o Governo quer nivelar todo o mundo por baixo? Não é possível um Governo querer transformar um setor produtivo em produtor improdutivo. Isso é um absurdo! É uma vergonha! É a desmoralização do País! É a desmoralização deste Governo! Este Governo vai morrer do próprio veneno. É meramente impossível admitir esse tipo de coisa.

Portanto, senhores, faço um apelo aos produtores e às lideranças que aqui estão presentes: vamos trazer combustível para que os Presidentes das Comissões e

do Fórum possam trabalhar e lutar, como sempre vêm fazendo, em nossa defesa.

E vamos fazer esse movimento, esse manifesto, como disse a Deputada Kátia Abreu, aqui em Brasília, pois se índio vem manifestar-se aqui e consegue o que quer, se sem-terra também vem manifestar-se aqui e consegue o que quer, as esposas de militares também, se vem todo o mundo vem manifestar-se aqui e todo o mundo consegue o que quer, então onde estão os produtores rurais, que não têm tempo, pois têm que ficar em seus Estados, produzindo? Precisamos perder um pouquinho do nosso tempo e vir aqui dar apoio aos Parlamentares.

E gostaria de passar uma novidade para os senhores. Conversando aqui com o Diretor da Sociedade Rural Brasileira, decidimos convocar uma reunião em São Paulo, convidando todas as lideranças de entidades, todas, para divulgarem aos seus associados os nomes daqueles Parlamentares omissos, daqueles que não colaboram com o desenvolvimento e a grandeza deste País que é a agropecuária brasileira.

Obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Muito obrigado. Já estamos nesta reunião há 4 horas e 30 minutos debatendo a crise na agricultura, como também o contingenciamento do orçamento do Ministério; portanto, quero agradecer a todos os convidados e às Sras. e aos Srs. Parlamentares a permanência aqui.

Passo a palavra ao Dr. Juraci, o último inscrito, pelo prazo de 5 minutos. Em seguida encerraremos os trabalhos. Lembro que às 17h teremos uma audiência com o Sr. Ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

O SR. JURACI MARTINS DE OLIVEIRA – Prezado Sr. Presidente, primeiro quero apresentar-se: meu nome é Juraci Martins de Oliveira. Venho de Rio Verde, Goiás, e sou Vice-Presidente da FAEG. Nosso ilustre Presidente é o Sr. Macel Caixeta.

Gostaríamos aqui, rapidamente – já que nos exigem uma determinada produtividade –, de questionar a produtividade dos assentamentos que o Governo tanto alardeia. (*Palmas.*)

Quanto à questão do Banco do Brasil, há poucos dias, tivemos uma reunião com o Superintendente do Banco do Brasil, na Federação da Agricultura de Goiás, em que ele foi categórico: *“Enquanto não pagarem as dívidas ao banco, não poderão quitar as dívidas com terceiros. Não me apareçam depois de vender a soja, porque vai ficar muito ruim para vocês”*. São essas as palavras do representante do Banco do Brasil.

Quanto à ANDEF, foi-nos dada a esperança de que seria concedido um prazo de parcelamento dos nossos débitos, mas isso não está acontecendo.

Voltando ao Banco do Brasil, dizem que estamos no mesmo barco. Vejo que a situação está tão grave que até o Presidente da ABIMAQ é aplaudido por nós, que sustentamos o setor do *agrobusiness* no Brasil. Caiado já nos proibiu de falar, porque, se é *agrobusiness*, como ele mesmo diz, só quem paga a conta é o elo primário da cadeia produtiva. Aceitamos essas palavras porque somos parceiros. Só que essa parceria os senhores sabem muito bem qual é, eles entram com a cara.

Para que se lance esse movimento, é necessário que não cometamos o mesmo erro do passado. Temos que trabalhar a mídia. Fomos extremamente prejudicados naquele movimento do “caminhãoço” porque a mídia e a sociedade urbana ficaram contra nós. Estávamos muito afoitos para lançar o movimento. O senhor disse que o movimento tem que amadurecer no momento propício. Eu acho que o momento é este, a partir de maio. Mas é necessário que a mídia, principalmente os formadores de opinião do País, estejam com a gente, porque, senão, vai ser muito difícil.

Queremos realmente que sejam nomeados todos os Deputados que nos ajudarem. Ouvi, em um comício lá em Acreúna, que as Comissões do Congresso não fariam nenhum trabalho antes de resolver o problema do agricultor. (*Palmas.*)

Desejo agora dirigir-me não aos políticos que aqui estão, que nos ajudam. O movimento político de Rio Verde foi um desserviço à questão agrícola do Brasil.

Aquele movimento, em que tivemos que brigar muito para ouvir as palavras de Caiado, apenas aqueceu o movimento. Por interferência nossa e do Macel, votamos, pelo menos na Federação da Agricultura de Goiás, no sentido da continuidade do movimento, como disse Caiado, com o apoio dos políticos, mas quem deve fazer o movimento, e se quiser, é o produtor rural.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Muito obrigado. Peço desculpas, houve uma falha da Presidência. Estava inscrito também o Secretário de Agricultura de Mato Grosso, Otaviano Pivetta, a quem agora passo a palavra.

O SR. OTAVIANO PIVETTA – Cumprimento o Sr. Presidente, os membros da Mesa, os representantes de Mato Grosso, de todos os Estados da Federação.

Nos últimos anos, demonstrou evolução excepcional o setor produtivo, contribuindo inquestionavelmente para esse extraordinário crescimento da produção agrícola e também para o equilíbrio e o melhoramento econômico do País.

Este ano estamos vivendo situação que pode ser considerada desastrosa, causada por alguns fatores identificados. Um deles é a epidemia de ferrugem

asiática, que chegou há 3 anos; a cada ano, tem exigido tratamento mais intensivo, com custo mais alto. Qualquer país que tem a agricultura como sustentáculo, como o Brasil, deveria considerar esse problema, porque realmente se trata de epidemia. É preciso cuidado em relação a defesa sanitária vegetal, defesa agropecuária.

Hoje estamos aqui para tratar do descontingenciamento de uma merreca que existe no Orçamento para tratar da defesa agropecuária. Somos detentores do

maior rebanho bovino do Brasil, um país que se projeta para ser um dos maiores fornecedores de proteína animal de qualidade para o mundo. Temos todas as condições para isso. No entanto, o nosso Governo, numa ação irresponsável, inoportuna, castra os poucos recursos que o País destina à defesa sanitária, que é o nosso calcanhar-de-aquiles e deverá ser no futuro o único entrave para o País se tornar o grande líder mundial em relação ao fornecimento de proteína animal. O Brasil tem essa vocação, e o nosso Governo, numa demonstração de muito pouca visão, retira os poucos recursos da defesa sanitária, muito provavelmente para destiná-los ao pagamento dos juros da dívida ou a algo menos importante.

Existem poucas coisas tão importantes neste País como preservar a saúde e a imagem do rebanho nacional. Então, deve ser uma exigência desta Comissão e do Congresso Nacional a reposição e o descontingenciamento desses recursos, para que se faça a defesa agropecuária no Brasil. Como falei, temos a vocação de produzir carne para o mundo, que pode fechar as portas para nós, se não fizermos bem esse dever de casa e cuidarmos da defesa sanitária. Além dessa epidemia que citei, existe uma que é causada pelo descaso governamental, a falta de investimentos na infra-estrutura. Nos últimos 20 anos, período em que Mato Grosso fez sua história e se transformou em líder brasileiro em produção de grãos, não recebemos nada de investimento em melhoria de estradas, em modal de transporte que possa aumentar a eficiência do escoamento da nossa produção. Apesar disso, nós nos transformamos numa ilha de prosperidade, isolada até mesmo do restante do território nacional.

As dificuldades para se escoar a produção da nossa região são as maiores possíveis. Temos o melhor produtor do mundo, da porteira para dentro. Nosso produtor tem, ano após ano, obtido produtividade cada vez maior – soja, algodão, arroz, feijão. No entanto, chegamos ao ponto de estarmos condenados a interromper as atividades. Um dos fatores que está forçando o produtor a pensar assim é o custo de escoamento da produção.

Considerando-se a região de Sorriso, tenho a dizer que estamos pagando hoje 80 dólares por tonelada para escoar nossa produção para o porto. Trata-se de uma combinação entre dólar baixo e custo alto do combustível, que já é um problema mundial. Mas não teríamos esse problema se tivéssemos recebido nos últimos anos algum investimento público na área de infra-estrutura. Isso não aconteceu. Como se sabe, é o Custo Brasil. Todo brasileiro sabe que o Governo

Central nada fez para melhorar a estrutura do País, para que o Brasil assumisse essa posição de país agrícola e conseguisse desenvolver-se como tal.

Precisamos, Sr. Presidente, bater na mesa de maneira definitiva, é preciso que o nosso Ministro da Agricultura, que foi tomado emprestado pelo Governo Federal, era o legítimo representante do setor até poucos dias, tome uma posição

definitiva sobre a situação que vive o agronegócio, a agricultura do País. Realmente não dá para ficar fazendo jogo de cena. Eu acho que ele é uma figura respeitada, tem crédito interno e externo, não só com os produtores, mas com o mercado, só que está servindo a um Governo que não está levando a sério a agricultura, não está levando a sério essa fonte de riqueza que tem sustentado e surpreendido a sociedade brasileira.

Esse fenômeno chamado agronegócio, que tem apenas 12 anos de idade, tem salvado a economia do País, sem ajuda do Governo, tem surpreendido a sociedade e os próprios Governos. O Ministro da Agricultura precisa ter posições fortes, definitivas e se colocar não a favor dos produtores, mas a favor da produção, porque estamos chegando a um ponto que, se não houver uma postura forte, determinada de um líder que representa o setor que está sustentando a economia nacional, o Governo que está aí achará que é um setor que pode agüentar brincadeira, pode agüentar os planos do Poder para uma reeleição e pode agüentar tapeação, como estamos agüentando desde os últimos movimentos realizados e dos anúncios que foram feitos. Na prática, nada foi consolidado.

Houve em Mato Grosso também episódios localizados. A seca que assolou a Região Sul alcançou cerca de 15 Municípios, quebrou 50%, 60% da produção. A legislação determina que a decretação de estado de emergência vai levar cerca de 90 dias até que se configure formalmente. O produtor precisa definir sua vida.

Temos de começar a pensar se vamos formar, planejar receita econômica para o próximo ano. O nosso produtor, realmente, está num beco sem saída. Precisamos ter do Governo Federal uma posição, é

necessário que nos leve a sério. Esse é o recado que Mato Grosso quer deixar neste encontro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado)

– Agradeço o pronunciamento ao Sr. Secretário Otaviano Pivetta, que já foi Prefeito por 2 vezes de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, e também é experiente produtor rural.

Agradeço ainda ao Dr. Rogério Salles, Presidente da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso – APROSOJA, a presença ontem, no evento da EMBRAPA, e hoje durante toda a sessão.

Concedo a palavra ao Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, Dr. Márcio Lopes.

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Muito obrigado, Presidente Ronaldo Caiado.

Em primeiro lugar, cumprimento V.Exa., mais uma vez, pela iniciativa de realizar esta reunião, de que participam as Comissões de Agricultura desta Casa e do Senado e o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura.

Cumprimento também o Secretário Duarte Nogueira, os Senadores da Comissão, como o Senador Jonas Pinheiro, essa grande bandeira da agricultura brasileira e do cooperativismo, pela realização desta reunião, que considero importantíssima.

Não vou salientar mais pontos, porque todos já foram muito bem abordados.

Eu gostaria de deixar muito clara a posição do cooperativismo brasileiro, das 7.319 cooperativas e dos seus 6 milhões de cooperados. Endossamos plenamente tudo o que foi declarado aqui, em especial a manifestação do Presidente do Rural Brasil, que é nosso líder, o Dr. Antônio Ernesto de Salvo, que coordena essa entidade que representa o setor primário neste País.

Endossamos plenamente o documento desta Comissão, Presidente Ronaldo Caiado, e fazemos absoluta questão de participar dessa empreitada que, estou certo, terá resultado. É preciso tomar atitudes, e este é o momento de fazer isso. Diversas atitudes foram relatadas aqui por todos os que se manifestaram. Temos atitudes a tomar.

Consulto o meu Presidente, meu amigo Deputado Ronaldo Caiado, e o meu amigo Senador Jonas Pinheiro se não é hora de estabelecermos algumas bandeiras até um pouco mais ousadas, para resolvermos, de uma vez por todas, essa briga orçamentária. Vivemos nesta Comissão, tenho a honra de ser sempre convidado pelos senhores, para buscar soluções e jogar sempre na defesa. Quantas vezes nos reunimos para tratar das questões tributárias, da Medida Provi-

sória nº 232? Os senhores nos auxiliaram muito. Todo dia estamos jogando na defesa.

Será que não é hora de propormos, agora, a pouco mais de 1 ano das eleições, algumas bandeiras muito claras para os nossos Parlamentares e para os nossos Executivos? Será que não é hora de propormos a reunificação do Ministério da Agricultura no Brasil, Deputado Ronaldo Caiado, de unificarmos as políticas agrícolas e não aceitarmos mais ser classificados neste País? Para a área florestal, o tratamento acontece em um Ministério; para a agricultura familiar, em outro Ministério; para a pesca, em outro Ministério. Será que não é hora de estabelecermos bandeiras claras. Será que não é hora de nós, que estamos sendo apartados como gado, definirmos as nossas bandeiras e exigirmos uma reunificação disso, a fim de se acabar de uma vez por todas com essa questão orçamentária, termos um único orçamento para a política agrícola no Brasil? Será que não é hora de levantarmos essa bandeira?

Deixo essa questão para ser analisada. Peço esse conselho aos meus amigos – Deputado Ronaldo Caiado e Senador Jonas Pinheiro –, porque acho que é hora de resolvermos isso, de uma vez por todas. As decisões e as posições aqui apresentadas são avaliadas totalmente pelo cooperativismo brasileiro.

É importantíssimo que paremos de fazer papel de menino com esse Governo.

Precisamos definir isso e preservar essa figura, este líder tão importante, que já nos ajudou tanto e ainda tem muito a nos ajudar, o Ministro Roberto Rodrigues.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Agradeço a sugestão do nosso Presidente da OCB.

Eu comentava há pouco com o Senador Jonas Pinheiro que realmente é inaceitável essa fragmentação no setor produtivo primário. Com isso, fazem um jogo de orçamento, beneficiando A em detrimento de B, criando o que eles querem, exatamente o conflito entre os segmentos do mesmo setor. Vamos trabalhar nesse sentido.

Concedo a palavra ao Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, para que faça suas considerações finais.

O SR. ANTÔNIO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, desejo tão-somente cumprimentar as Comissões de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura pelos trabalhos relativos a esta reunião conjunta. Agradeço a presença de tão representativos líderes de todos os setores que aqui se manifestaram.

Acho que há uma harmonia muito grande na defesa desse setor tão importante para o desenvolvimento do nosso País. Podemos experimentar, de maneira muito concreta, que a mobilização organizada, dentro de um regime democrático, promove rápidas ações em resposta ao trabalho que se propõe a fazer em defesa do País.

Vejam a manifestação do Deputado Orlando Desconsi. Anunciou que o Governo já concordava imediatamente em fazer a admissão dos técnicos fiscais do Ministério da Agricultura, para promover a fiscalização nos frigoríficos, nos abatedouros. Na sequência, foi comunicada pelo Presidente Ronaldo Caiado a anuência do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em receber em comitiva os representantes desta reunião, logo mais, às 17h.

Essa é a forma com que se constrói a agricultura, a pecuária, o meio rural, o agronegócio, seja qual for o nome que cada um queira dar. Representa a nossa luta, representa as nossas responsabilidades. Demos aqui uma lição de democracia, de organização, nesta reunião já consagrada como histórica, uma experiência que certamente deveremos repetir e usá-la como instrumento de fortalecimento.

Individualmente, podemos ter os nossos graus de representatividade, mas, unidos, sem dúvida alguma as respostas virão sempre muito mais rapidamente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Muito bem.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, para que faça suas considerações finais, em nome da Comissão de Agricultura do Senado Federal.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO – Companheiros da Mesa, amigos produtores, representantes, comentou-se sobre a divisão da nossa área de trabalho: no Ministério do Meio Ambiente, está a parte de fomento da área florestal; criou-se a pesca; criou-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Portanto, fomos divididos. Se isso é um mal, eu mencionaria o que fizemos agora no Senado Federal, nós dividimos para somar. A discussão sobre agricultura, pecuária, meio rural se dava na Comissão de Assuntos Econômicos. Lá os assuntos eram diversos, e agricultura, agronegócio nem sempre era tema prioritário. Eu diria até que tratávamos da agricultura nos porões da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Foi criada, então, a Comissão de Agricultura do Senado Federal. Não é muito grande, mas é composta de Senadores que, de uma forma ou de outra, estão ligados ao meio rural, ao agronegócio brasileiro, à pequena propriedade. Não importa, estamos lá para fazer

um trabalho que se soma ao que tradicionalmente a Comissão de Agricultura da Câmara já vem fazendo.

Dessa forma, queremos colocar à disposição dos produtores do Brasil, por meio de sua representação, queremos colocar à disposição dos Governos dos Estados, por intermédio de seus Secretários e demais órgãos, o nosso trabalho na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em favor de muitas outras ações semelhantes esta que estamos concluindo hoje nesta Comissão da Câmara dos Deputados.

Portanto, dividimos para somar, estamos integrando todos aqueles que, de uma forma ou outra, desejam também ajudar a resolver o problema do agronegócio brasileiro.

Essa a mensagem do Senado Federal, da Comissão de Agricultura, que estou a representar. Agradeço a todos os senhores. Quero agradecer particularmente ao Deputado Humberto Bosaipo, de Mato Grosso, que, na Assembléia Legislativa do Estado, vem fazendo um grande trabalho junto com outros Deputados Estaduais a favor do meio rural mato-grossense.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Nós que agradecemos. A cada um dos senhores, a cada uma das senhoras, muito obrigado, muito obrigado mesmo. São centenas de quilômetros que companheiros percorreram, muitos saíram de madrugada dos seus Municípios, líderes, presidentes de sindicato, de associação, de cooperativa, de federação, Vereadores, Prefeitos. Realmente deram vida, brilho a este primeiro encontro, que foi histórico, com resultados práticos. Refiro-me à possibilidade do descontingenciamento concernente ao orçamento do Ministério da Agricultura, mas também à oportunidade que teremos agora à tarde, na audiência com o Ministro da Fazenda.

Estamos assinando um manifesto que é a síntese de tudo o que foi discutido hoje, depois de 5 horas produtivas de reunião. Estamos acostumados a essa luta e temos conhecimento de que qualquer resultado junto a Governo é parto feito a fórceps, não é fácil, mas sabemos, sem dúvida nenhuma, exercer nossa posição de Parlamentares.

Vamos continuar nossa mobilização. É fundamental que os produtores nos mantenham informados sobre o que está ocorrendo na base, nos enviem documentos, informações, para podermos, aí sim, reativar ou articular nossa bancada na Câmara dos Deputados e também no Senado Federal.

Quero dizer aos Srs. Líderes que nossa responsabilidade é grande. Cada um com sua parcela e com sua função *(falha na gravação)* tecnocratas e até Ministros que nada sabem do setor viviam vangloriando-se

e aplaudindo a agropecuária brasileira, e agora, num momento de crise, viram as costas e dizem que o setor tem gordura suficiente para absorver essa perda na comercialização dos produtos.

(Palmas.)

Digo em alto e bom som que não temos gordura alguma. Sem dúvida, trabalhamos diuturnamente, sob o sol, queimando energia, e nunca tivemos tempo para aplicação de nosso dinheiro em títulos do Governo reajustados a 19,50% ao ano. Nunca fizemos agiotagem nem especulação. Por isso, quando não há remuneração digna em relação aos nossos produtos, isso acomete diretamente nossa poupança, penaliza o produtor rural, inviabiliza até mesmo a manutenção de sua família.

Agradeço aos Secretários de Estado; ao Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, Dr. Duarte Nogueira; ao Presidente da OCB, Dr. Márcio Lopes; ao Presidente da CNA, que aqui esteve, Antônio Ernesto; ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, Senador Sérgio Guerra, agora representado pelo Senador Jonas Pinheiro.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando os Parlamentares para participar de reunião na terça-feira, às 15h, a fim de que sejam apreciadas as matérias constantes da pauta da Comissão de Agricultura desta Casa.

Está encerrada a reunião. *(Palmas.)*

Ata da Oitava Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de maio de 2005.

Às nove horas e quarenta oito minutos do dia quatro de maio de dois mil e cinco, na Sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, Vice-Presidência do Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: **ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, GÉRSO CAMATA, JONAS PINHEIRO, PEDRO SIMON, OSMAR DIAS, HERÁCLITO FORTES, LEOMAR QUINTANILHA, AELTON FREITAS, VALDIR RAUPP, MAGUITO VILELA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, OSMAR DIAS, RODOLPHO TOURINHO, HÉLIO COSTA, DELCÍDIO AMARAL e JUVÊNCIO DA FONSECA**. O Senhor Presidente, Senador **Sérgio Guerra**, propõe a dispensa da leitura da Ata anterior, que é aprovada. A seguir, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, discutindo, inicialmente, com os Senadores presentes, sobre assuntos pertinentes à Comissão. Prosseguindo, o Senhor Presidente pro-

põe o adiamento do Item 01 da Pauta: **Requerimento Nº 12, de 2005 – CRA**, de autoria do Senador Aelton Freitas, que requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a finalidade de debater “o intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira”. **A votação do Requerimento é adiada.** O Senhor Presidente coloca, então, o Item 02, em discussão. Trata-se do **Requerimento Nº 13, de 2005 – CRA**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a debater os supermercados atuantes no país, dos pecuaristas e dos donos de frigoríficos. O Requerimento é encaminhado pelo autor, Senador Delcídio Amaral e discutido pelo Senador Jonas Pinheiro. Colocado em votação, **o Requerimento é aprovado.** Em seguida, o Item 03 é apreciado pela Comissão: **Projeto de Lei da Câmara Nº 31, de 2004 – Não Terminativo**, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público, de autoria do Deputado Osmar Serraglio. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra, passa a palavra ao Relator do Projeto, Senador Osmar Dias, que apresenta parecer **favorável, com uma emenda que apresenta.** A matéria é discutida pelos Senhores Senadores Ana Júlia Carepa, Flávio Arns, Jonas Pinheiro e Gerson Camata. Como resultado da votação **é concedida vista, pelo prazo de cinco dias, à Senadora Ana Júlia Carepa.** O Item 04: **Projeto de Lei da Câmara Nº 6, de 2003 – Não Terminativo**, que dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades, de autoria do Deputado Alberto Fraga **é retirado de pauta, a pedido do Relator, Senador Pedro Simon, para reexame.** O Senhor Presidente coloca em discussão o Item 05: **Projeto de Lei do Senado Nº 36, de 2003 – Decisão Terminativa**, que dispõe sobre a compra dos produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome, de autoria do Senador Delcídio Amaral. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra, concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Osmar Dias, **que solicita a retirada de pauta, para reexame**, após a discussão da matéria pelo Senador Gerson Camata. A seguir, é discutido o Item Único da Pauta Extra: **Requerimento nº 14, de 2005 – CRA**, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer seja solicitado ao Ministro da Defesa, Senhor José Alencar Gomes da Silva a permanência de tropas do Exército na região de Anapu no sentido de garantir a manutenção da ordem naquela região, bem como, dar respaldo à implementação das ações governamentais, especialmente nas áreas de reforma agrária, meio ambiente e segurança. Da mesma forma, seja solicitada ao Ministro da Justiça,

Márcio Thomaz Bastos a permanência da Polícia Federal, com o mesmo objetivo. O Requerimento é discutido pelos Senadores Gerson Camata e pela autora, Senadora Ana Júlia Carepa, e, colocado em votação, **aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Está aberta a reunião.

Enquanto aguardamos a presença de mais três Srs. Senadores para confirmarmos o **quorum**, trataremos de assuntos que não são necessariamente objeto de votação.

Em primeiro lugar, quero dar conhecimento a esta Comissão – já que alguns Parlamentares estavam presentes na reunião conjunta havida semana passada entre as Comissões de Agricultura do Senado e de Agricultura e Política Rural da Câmara, da qual participou também o Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura, inclusive o Senador Osmar Dias se pronunciou na oportunidade – que na Câmara Federal reuniram-se as principais lideranças do setor agrícola; no que concerne ao setor empresarial, reuniram-se as lideranças sindicais dos trabalhadores.

Dessa reunião, na qual se discutiu, principalmente, a questão do orçamento do Ministério da Agricultura e a falta de recurso para providências urgentes, decidiu-se entregar um documento ao Ministro da Fazenda, ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura. Ao fim desse mesmo dia, o Ministro Palocci se dispôs a receber as Comissões de Agricultura do Senado e a da Câmara e o Fórum dos Secretários de Agricultura.

Nessa audiência, que contou com a minha presença, a do Senador Jonas Pinheiro e a de vários Deputados Federais e de algumas lideranças do setor agrícola, o Ministro Palocci foi bastante explícito ao dizer, de maneira simples, que no primeiro trimestre deste ano houve um excesso de arrecadação, já comprovado, que desmente a teoria, sempre repetida, de que o Congresso inventa receitas – já não é assim nos últimos cinco anos –, mas há um excesso de arrecadação da ordem de R\$ 1,2 bilhão aproximadamente. Entretanto, que a Previdência, por outro lado, produziu um excesso de déficit de mais de R\$ 2 bilhões. Então, teoricamente, S. Ex^a não teria como baixar um decreto de descontingenciamento, porque, se houvesse medida lógica a ser adotada, seria a de ampliar o contingenciamento, e não de reduzi-lo.

Esse cenário é um pouco diferente do do ano passado, porque, no primeiro trimestre, segundo o próprio Ministro, houve um excesso de arrecadação capaz de atender demandas que começaram a se apresentar já num decreto de descontingenciamento, se não me engano, baixado após quatro meses do início do ano. S. Ex^a ouviu a reclamação e a palavra de muitos que estiveram lá, inclusive a do Senador Jonas, que foi bastante convincente. Talvez tenha sido o orador mais convincente dos que estavam lá. O Senador Jonas Pinheiro se referiu a uma dessas feiras e aos seus índices de venda, ou seja, mais ou menos 20% a 25% do que vendeu ano passado, uma dessas **agrishows**, citando um por um os itens comercializados.

Dessa pressão feita por vários setores, o Ministro se comprometeu com pelo menos uma solução: a de resolver o problema do financiamento do orçamento para a defesa sanitária animal e vegetal. Recursos que estavam limitados a mais ou menos R\$ 30 milhões seriam suplementados até o limite do programa. S. Ex^a não se comprometeu com outras questões levantadas, aliás, muito mais relevantes, de número mais significativos, mas disse que estava disposto a continuar a negociação e abriu espaço para que um conjunto discutisse o problema da dívida de refinanciamento de várias questões levantadas, que, na minha cabeça, são, financeiramente, muito mais importantes, como, por exemplo, aquela renegociação da dívida dos produtores do Nordeste. A informação que temos é a de que pode custar em torno de R\$ 500 a R\$ 800 milhões. Além do mais, há muitas dívidas e muitos pleitos de refinanciamento colocados, todos com custos e demanda financeira significativa. Penso que ficou claro uma provável crise do setor.

O Ministro da Fazenda foi bastante claro ao dizer que concordava com o que ouvia e aceitava os argumentos apresentados, não me pareceu fugir deles. Ratificamos a S. Ex^a o convite feito por esta Comissão de Agricultura por intermédio de um requerimento apresentado pelo Senador Osmar Dias. S. Ex^a disse que esta semana confirmaria se estaria aqui os próximos dias e que também precisava de algum tempo, porque tinha necessidade de se apropriar de questões que foram colocadas a ele já nessa reunião, na qual ele recebeu pelo menos uns quinze representantes do setor agrícola, entre parlamentares e não parlamentares.

Outro ponto é o seguinte: fizemos uma pequena abordagem sobre a questão de orçamento lá nessa reunião havida por todos, para algumas conclusões. Levantamos cinco anos: 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. O Congresso tem aumentado os orçamentos que vêm do Executivo em média em torno de 200 a 300 milhões de reais. Quero dizer que esse número é

extremamente modesto. Outros Ministérios como, por exemplo, Transportes, Cidades, Integração, Turismo, no ano passado, e outros Ministérios aumentam num volume muito maior do que esse as dotações que vêm do Executivo. Então, há espaço real para que as Comissões de Agricultura, atuando, e os parlamentares que têm preocupação com isso, atuando também, produzam resultados para a área do Ministério da Agricultura ou do Ministério da Reforma Agrária.

Na discussão sobre a questão de orçamento, que será concluída amanhã, estou participando dela, há uma proposta feita por nós que os relatores setoriais de todas as matérias sejam escolhidos no mês de março ou de abril. Quer dizer, quem vai fazer o relatório de agricultura desse ano tem a sua escolha feita este ano, e que essa escolha seja de alguém que tenha participação nas Comissões de Agricultura. Se é um Deputado o Relator, que ele tenha participação na Comissão de Agricultura da Câmara; se é um Senador o Relator, que ele tenha a participação na Comissão de Agricultura do Senado.

Trabalhando o ano todo o orçamento desta matéria, o relator poderá tomar conhecimento do assunto de forma muito mais construtiva, não só com a abordagem sobre a execução do ano anterior, que é necessária para que ele faça uma crítica sobre o que ele vai aprovar para o ano subsequente, mas também até na avaliação de demandas que vão surgindo e que, muitas vezes, não se apresentam na forma de emendas no tempo apertado em que se constrói o orçamento aqui.

Então, uma outra decisão, pelo menos o Presidente Fernando Bezerra aceitou, isso vai ser discutido amanhã com o Relator Ricardo, é que, primeiro, o relator da matéria e um comitê que vai ser criado de acompanhamento orçamentário apresente a cada dois meses às Comissões de Agricultura do Senado e da Câmara um inventário sobre a execução do orçamento. Que ele, a cada dois meses, venha a esta Comissão e preste contas sobre o andamento da execução do orçamento da União para o Ministério da Agricultura ou para o Ministério da Reforma Agrária, de forma que se vá desenvolvendo ao longo do ano aqui uma cultura e quando aprovarmos as emendas da Comissão de Agricultura, que o Relator pretendia reduzir para dois e que estamos pleiteando que continue em cinco, para que nós, ao final do ano, tenhamos capacidade de produzir emendas decentes, que tenham começo, meio e fim, que sejam discutidas ao longo de todo o ano e que seja o máximo de consenso entre parlamentares.

As emendas de Comissão estão extremamente enfraquecidas, ficaram enfraquecidas, porque elas não foram, na verdade, objeto de discussão nas Comissões e são, na verdade, programas gerais que são divididos,

de forma que tomou o apelido de “rachadinhas”, que não são defensáveis do ponto de vista de um processo de orçamento decente.

Então, o Relator seria escolhido agora, ele trabalharia ao longo do ano...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E as emendas de Bancada?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – As emendas de Bancada estão sendo discutidas, não é? Há uma proposta do Relator Ricardo Barros de reduzi-las a cinco.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou sincero: sou totalmente contrário. Eu, por exemplo, sou Senador há 22 anos, nunca apresentei uma emenda pessoal minha, sou contra. Mas sou totalmente favorável às emendas da Bancada, porque acho que os Deputados... E nós, no Rio Grande do Sul, nos reunimos, Deputados ou Senadores, mais o Governador, quer dizer, vem o Governador, diz o que ele quer, e a Bancada decide. Dessa forma, decidimos olhando para todo o Rio Grande do Sul. Isso é muito importante. Agora, uma emenda pessoal minha!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Também sou contrário. Estou defendendo a seguinte tese: de que as emendas de Bancada estadual não sejam apropriadas, como muitas estavam sendo. Por exemplo, alguém fazia uma emenda com o seguinte título: “Infra-Estrutura Urbana no Estado do Amazonas” – ou do Piauí ou de Pernambuco –, e depois dividia essa emenda entre os Parlamentares. Isso é indesejável, porque, na verdade, se trata de uma emenda individual disfarçada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não fizemos assim no Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – O fato é que o Congresso não deve renunciar ao seu direito de emendar. Não me parece sensato reduzirmos a capacidade de o Senado ou de a Câmara fazerem emendas.

Além do mais, vamos supor que o Estado do Rio Grande do Sul tenha 20 emendas e que elas tenham produzido 15 programas que estão em execução. Se as emendas forem reduzidas a cinco, como as 15 vão-se habilitar nas cinco? Quer dizer, obras vão ficar inacabadas? Vão ficar mais inacabadas do que muitas já estão?

Essa discussão da forma como está sendo feita está errada. Só pude entrar nessa discussão da semana passada para cá, porque eu estava doente. V. Ex^{as} sabem disso. Mas está marcada uma reunião para amanhã. Já consegui convencer o Presidente Fernando Bezerra. Vamos ter uma reunião que vai durar a manhã inteira para mudar isso.

É prioridade nossa, e faz sentido fortalecermos as emendas da Comissão. É preciso que elas sejam desenvolvidas ao longo do ano, que elas representem políticas públicas. A nossa idéia é que a Comissão do Senado sugira quatro emendas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O problema, vamos ser sinceros, é que não damos bola para as emendas de Comissão. De repente, num dia, marca-se uma reunião e vota-se no escuro. Mas do jeito que V. Ex^a está propondo, reunir a Comissão durante o ano, para analisar, discutir, defender e fazer propostas que tenham conteúdo, isso é nota dez. Mas do jeito que era, vou ser sincero, isso não tinha peso algum. O Parlamentar votava uma emenda sem saber o que era. Mas do jeito que o Presidente está propondo é diferente, porque a Comissão vai apresentar uma emenda técnica, precisa, que é o mais importante para o País. Não há o que discutir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – A proposta é que o relator da agricultura trabalhe com a Comissão de Agricultura o ano todo, para que ele tenha condições, ao final do ano, de dar um parecer decente sobre essas emendas.

Outro dado é que as propostas de emendas que fizemos, na Comissão de Agricultura do Senado, e que as propostas que a Comissão de Agricultura da Câmara também produzam sejam discutidas ao final, em conjunto, para que haja uma unidade do Congresso em torno dos programas considerados relevantes do ponto de vista de políticas públicas na área da agricultura.

Isso está em andamento. A contribuição que estamos dando é essa. Parte dela foi assistida pelo Senador Osmar, porque ocorreu na reunião das duas Comissões, e a outra eu espero ter condições de discuti-la na semana que vem, entre nós.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Queria falar de outra questão. Acho importante concluir essa questão das emendas. Gostaria que pudéssemos realmente fazer emendas que tivessem relação com o que está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Exatamente. Essa é a nossa preocupação e o nosso propósito.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Concorde com o Senador Pedro Simon e apresentei uma proposta na comissão que está analisando a questão do orçamento, no sentido de que pelo menos para o Senado acabe a apresentação de emendas individuais. Isso tem sido um problema e não uma solução. Sou a favor da extinção das emendas individuais e da participação nas emendas de bancadas, porque elas têm um significado para os Estados. As emendas individuais

passam a ser motivo de escândalo. Quem não participa dos escândalos acaba também sendo misturado nisso, para a opinião pública. Sou favorável a que se acabe com isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não, Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vamos ser objetivos. Para nós, Senadores, a emenda individual é horrível, porque o deputado tem a sua região, o seu município. Agora, nós, que emenda individual vamos fazer? Entre os vários motivos porque não apresentei, não vou mentir, um é esse: são 400 municípios. Vou dar para quem? Então, não dou para ninguém.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O Paraná tem 399 Municípios. Se atende 20, ficam os outros insatisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Estamos atuando nesse capítulo das emendas coletivas.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas eu queria também falar sobre uma outra questão, sobre esse documento que foi feito. Insisto: aquele requerimento que aprovamos aqui, convidando o Ministro Palocci para participar de uma reunião na Comissão, já está ficando atrasado. Sei que V. Ex^a já disse que o Ministro está se preparando para vir, mas, se se preparar por muito tempo, ele chegará aqui em meio a uma intensa crise que já começa a se criar no setor.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perdão, mas a informação que se tem é que ele está preparando dois técnicos para vir no lugar dele. Ele não viria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Eu falei com ele na reunião, e ele disse que poderia vir.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas os assessores dele não estão sabendo, pois estão se preparando para vir.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas os assessores vêm junto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – O líder Delcídio vai resolver isso.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Esperamos que isso aconteça na próxima semana, Senador Sérgio Guerra, porque senão vai ficar tarde.

A crise que V. Ex^a está dizendo que vai acontecer já está acontecendo. Ontem, recebi uma comissão de prefeitos desesperados com a situação que já se reflete nos Municípios em função da situação que está agredindo a agricultura.

Aquele parcelamento, por exemplo, de custeio, não está sendo praticado, porque o produtor rural preci-

sa guardar a produção para garantir o custeio, ele não pode vender. Então, quando parcela o custeio e adia o pagamento do custeio, prorroga a dívida, ele fica com o seu estoque também congelado, porque ele não pode dispor do seu estoque para pagar outras dívidas. De pouco adianta, portanto, essa medida de prorrogação do débito, já que o penhor agrícola sobre a safra faz com que ele tenha de guardar a produção para vender só quando for pagar o financiamento. Então, ele fica sem pagar, mas também fica sem receita. Essa é uma solução que precisa ser encontrada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Estou, no meu limite, fazendo o esforço que posso para que o Ministro compareça. Vou pedir ajuda do Líder Delcídio, do Líder Aloizio.

Quero dar um pouco de consistência, além da já apresentada pelo Senador Osmar, a essa questão da urgência. Não sou uma pessoa muito influenciável, me considero mais ou menos tranqüilo, mas comecei a ouvir com muita atenção o pronunciamento de muita gente nesse setor da agricultura. Sem exagero, a situação aponta para uma crise relevante. Estou convencido de que as causas são bastante óbvias: o dólar lá embaixo, preços reduzidos, seca, financiamento caro, insumos cada dia mais caros. Então, é impossível que um conjunto de notícias de variáveis negativas não somem um resultado negativo. Somarão um resultado negativo.

Segundo, a versão de que o setor acumulou gordura não me parece verdadeira, porque na cadeia ficou o principal e é da tradição do agricultor investir. Tanto mais recursos ele dispõe, mais capacidade de investimento ele pode ter, mais ele avança nesse aspecto, com vistas à modernização, à produtividade. O que realmente se comprovou depois.

Então, o endividamento é crescente, é alto, o endividamento é caro, todos sabemos que é assim no Brasil. Tenho muita preocupação, porque os meios que estão à disposição do Governo Federal para atenuar essa crise são extremamente modestos. Acho que o problema na sociedade econômica é muito mais forte do que a capacidade de enfrentar esse problema no Executivo. E vamos ter dificuldades grandes, nas quais devemos nos incluir.

O Líder Delcídio queria dar uma palavra neste momento?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só queria, Sr. Presidente, dizer que conversamos com o Ministro Palocci. Virão técnicos para assessorá-lo, mas ele me disse, textualmente, que virá aqui, já está ajustando a data para que tenhamos essa audiência pública, que é fundamental em função do momento que enfrentamos, um momento complicado. O

meu Estado tem uma cultura voltada ao agronegócio. Sentimos no dia-a-dia as dificuldades por que o setor está passando.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Eu acho que essas dificuldades já são mais do que óbvias. Nós podemos, na Comissão, começar a entrar no mérito do problema e contribuir.

Há dois requerimentos sobre a mesa, um deles ...

A SRª ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Senador, eu queria pedir a palavra. Diz respeito a um requerimento que estou formalizando, mas gostaria de fazer oralmente. Outra coisa, participei representando esta Comissão, na 3ª Reunião de Agricultura, Gado e Pesca do Parlamento Latino Americano que foi realizado no Panamá, no dia 14 de abril; e também do Floragro, que é o Fórum das Américas de todas as entidades, inclusive que atuam tecnicamente. Estava representada a nossa Embrapa nessa reunião que, aliás, é muito respeitada no mundo todo.

Queria só resumir muito rapidamente.

Estou entregando um relatório à Comissão do que foi discutido. Estava-se discutindo na verdade um marco, uma proposta de marco normativo de pesca, porque o Parlamento Latino-Americano não legisla para todos, mas indica. Então esse documento já estava pronto e ficou um prazo até 31 de julho, é importante dizer isso porque se alguém, a Comissão quiser fazer proposta para receber propostas de modificações nesse documento que já está na Comissão, pode ser incluído na reunião de outubro. Foram tirados três temas para serem tratados na próxima reunião: a discussão e votação do marco normativo da pesca, as ações a tomar acerca das negociações agropecuárias na reunião da OMC, a posição do Parlamento Latino-Americano, quer dizer, um tema muito importante. E o tratamento da problemática que chamam nova ruralidade, com ênfase para a agricultura familiar e a pobreza na zona rural.

Alguns parlamentares forma indicados para fazer relatórios que pudessem subsidiar a Comissão nessa discussão da próxima reunião, que será em outubro, na Costa Rica. Fui indicada pela Senadora do México para, junto com o Deputado Inácio Rutian, do Chile, para fazer o documento que fala da problemática da agricultura com ênfase para agricultura familiar e pobreza no campo, na zona rural. Fui indicada, vou fazer isso e vou entregar, mas é importante que todos tomem conhecimento. Foi importante a nossa participação, tanto que já fomos indicados. São temas que temos que discutir, como a agricultura familiar e a posição na OMC, são temas importantes para serem discutidos também.

Outra questão do requerimento, Senador, acho fundamental, estou pedindo o apoio desta Comissão para uma posição, uma solicitação para que possamos trazer ao Ministro da Defesa e ao Ministro da Justiça em relação a retirada das forças federais, Exército, Polícia Federal, principalmente do Exército, na região de Anapu.

Uma matéria publicada no jornal **O Liberal**, que está vindo do meu gabinete e que distribuirei aos Senadores dá conta de que esses ditos produtores rurais estão dispostos, assim que o Exército sair, a matar ou morrer para retomar as áreas. Temos uma preocupação grande.

Está começando agora uma regularização fundiária, mas eu quero propor que a Comissão de Agricultura se posicione solicitando ao Ministério da Defesa e da Justiça que o Exército não se retire da região, dado conta da audácia, da violência, dos autores da violência que não têm o menor pudor, inclusive de dizer publicamente na imprensa que estão dispostos a matar mesmo para manter as suas posses, mesmo que sejam ilegais e griladas. Queria o apoio dos membros da Comissão de Agricultura nesse sentido.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– A sugestão da Senadora é bastante importante, gostaria que a formalizasse para que pudéssemos dar prosseguimento à sua proposta.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O material está vindo do meu gabinete, mas eu queria colocar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Requeiro inicialmente a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Em discussão.

Aprovado.

Até agora, Líder e Senador Jonas Pinheiro, fiz alguns comentários aqui, enquanto o **quorum** não estava completo, sobre assuntos que têm a ver com a audiência que tivemos, na semana passada, com o Ministro da Agricultura. O Senador Jonas Pinheiro estava presente e falou, e eu fiz referência à fala de S. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Presidente fez questão de dizer que V. Exª foi o mais brilhante na reunião e o mais completo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– O mais convincente.

Dei notícia de tratativas que estávamos fazendo como membros de uma comissão que cuida do orçamento, para fortalecer o conceito das emendas de comissão, propondo que relatores setoriais sejam indicados no começo do ano, que sejam das comissões e que a cada dois meses dêem ciência às comissões

do acompanhamento da execução orçamentária. E que ao longo do ano se discuta a matéria, para que no final as comissões proponham as suas emendas de forma qualificada e decente.

Que essa articulação, no final, se faça em conjunto com a Comissão de Agricultura da Câmara, para a proposta para o orçamento seja do conhecimento da área agrícola do Congresso. Enfim, dei essa e outras notícias.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, em resposta à declaração que V. Ex^a fez, segundo informação do Senador Pedro Simon, quero dizer que minhas declarações nesses encontros são de alto crédito não porque estou falando, mas porque os fatos levam a entender dessa forma.

Falei sobre o Agrishow havido, este ano, na cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, bem como o Agrishow em Rio Verde, no Estado de Goiás, culminando agora com o Agrishow Cerrado, de Rondonópolis. Com certeza, vai acontecer também no Agrishow em Ribeirão Preto, na próxima semana.

Isso mostra o estado depreciativo em que está o agronegócio no Brasil. O de Rondonópolis foi claro. No ano passado eles comercializaram e concretizaram um negócio de R\$1,3 milhões. Este ano, os pedidos, Sr. Presidente, foram de R\$280 milhões.

Acabei de falar com o Banco do Brasil, e eles disseram que não estão consolidando nem 50% do que foi pedido. Quem pediu está cancelando o pedido com medo de fazer qualquer investimento, porque não tem condições.

Ainda contei que, no ano passado, em Rondonópolis soltaram 84 foguetes, que representaram a venda de 84 aviões. Este ano não chegaram a vender dez aviões. Venderam, no ano passado, 90 colheitadeiras; neste ano não venderam cinco.

Portanto, as declarações mais pesadas são da Jumil, na cidade de Batatais, que tem 1.000 empregados e está dispensando 300; a da Jato, na cidade de Pompéia, que tem 2.000 funcionários e está demitindo 700; e também de outra empresa de Matão, que tinha 2.000 funcionários e está demitindo 700. Então, isso é consequência, na área social, do desemprego causado pelo problema do agronegócio.

Esta Comissão da Agricultura e Reforma Agrária tem muito trabalho para formar a ponte de travessia do bom ano de 2004 para o ano de 2006, que espero seja bom. Portanto, é bom deixar dessa forma bem patente, porque é o momento que vivemos. Sr. Presidente, de dez ligações que recebo, nove querem saber o que estamos fazendo para ajudarmos a resolver o problema do agronegócio do Brasil.

O SR.?? – As palavras do Senador Jonas já ouvi várias vezes, muitas pela boca dele, outras vezes por outras pessoas, e são consistentes. Penso que, mesmo que não desenvolvamos aqui uma ação do tipo da que está se desenvolvendo na Câmara Federal, numa mobilização muito ampla, temos que, em vez de fazer isso, para não repetir, não repicar, fortalecer a mobilização que se faz lá e fazer um esforço de entrar no mérito aqui, o quanto antes. Porque me parece que há sinais muito claros e evidentes de crise que precisam ser focalizados, discutidos no Congresso para que ele tenha um papel nisso. Estou fazendo o esforço intelectual que posso fazer, não pude, nos últimos dez dias, me mobilizar fisicamente porque estive doente. Mas, enfim, acho de agora para frente temos que entrar nesse negócio com muita energia para cumprir o nosso papel de representantes populares e de senadores.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só quero acrescentar, porque o documento aqui é manifesto de apoio e recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Acho que temos produzir um também, que é a recomposição do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, até porque a Comissão é de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR.?? – Sem dúvida, Senadora, mas isso se justifica porque foi, na verdade, uma sessão conjunta de secretários da agricultura, com representantes do Fórum de Secretários da Agricultura, e nem todos são secretários de reforma agrária, da Comissão de Agricultura da Câmara, que teve esse enfoque em agricultura e que nós colaboramos. O assunto foi agricultura e nesse campo o documento reflete esse assunto.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Senadora Ana Júlia, queria fazer mais um esclarecimento. Estávamos naquele instante com uma grande preocupação...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Acho que temos que crescer, a nossa preocupação é essa e há mais outras também.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Só que para esse pedido está incluído também a área do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O que se queria era recompor o recurso da defesa sanitária animal e vegetal, porque o Governo tinha cortado 80%. E felizmente, Sr. Presidente, desse trabalho, o Ministério da Agricultura está recebendo, de hoje para amanhã, R\$40 milhões dos R\$98 milhões que solicitamos nesse documento. E os sem veterinários já estão autorizados a serem contratados para preencher os vazios que na área de inspeção dentro dos frigoríficos e empresas afins, que têm obrigação de ter a fiscalização sanitária.

O SR.? – Pois é. Acho que foi bom o esclarecimento do Senador Jonas, que estava na Comissão e participou das duas reuniões. Efetivamente, foi uma ação bem-sucedida, porque houve a mobilização, houve um documento, o Ministro ouviu todos e deu solução. Agora estou sabendo pelo Senador Jonas que está efetivando o pagamento de um programa que todos julgamos prioritário.

Mas eu tenho dois requerimento. O de nº12, de autoria do Senador Aelton Freitas, de audiência pública em reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Assuntos Econômica, acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira. Todos se lembram de que o Senador Aelton representou esta Comissão numa reunião feita da citricultura, na qual se denunciou de maneira contundente a concentração da propriedade agrícola na grande empresa de citricultura e uma redução do papel dos agricultores na produção independente para a Agricultura e para essa mesma denúncia. Essa denúncia me parece significativa, já tinha sido feita aqui antes, já tinha sido feita aqui antes, outras vezes, na Comissão de Assuntos Econômicos, e agora há uma proposta do Senador Aelton Freitas, de audiência, que envolve onze. Creio que é uma certa impropriedade com relação à quantidade de convocados. Isso não é operacional e não me parece efetivo.

Como o Senador Aelton Freitas não está presente, deixarei para votar o requerimento dele em sua presença, porque todos julgamos que não seria efetiva uma reunião com tantos convocados.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA – Penso que já previamente V. Exª poderia propor ao Senador que faça um enxugamento, uma redução do número de convocados, para tornar a proposta efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Faremos isso.

O segundo requerimento é do Senador Delcídio Amaral. Esse tem exatamente a necessidade alternativa. Em princípio já concordamos com ele, na vez anterior. Trata da convocação de representantes das grandes redes de supermercados, dos pecuaristas e dos frigoríficos para entrar no mérito da questão da cartelização do abate e da venda de carnes no Brasil. Parece-me que é uma discussão – pelo que ousou dizer – absolutamente consistente, mas seria o caso de o Senador completar as indicações das pessoas a serem convidadas. Penso que não devemos adiar essa discussão, porque já fomos solicitados a fazê-la por outras pessoas.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL – Sr. Presidente, defino rapidamente, em parceria com o Senador Jonas Pinheiro, porque penso que precisamos discutir o assunto rapidamente aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Consultaria a assessoria se podemos votar o requerimento sem definir as pessoas convocadas, mas com autorização para que o Senador Delcídio Amaral indique as pessoas a serem convidadas. Parece-me que é bastante sensato.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL – Sr. Presidente, essa questão da cartelização é muito importante e tem sido amplamente discutida. Levou os pecuaristas a muitas reuniões em vários Estados brasileiros, especialmente no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, em Goiás e em Rondônia. Trata-se de um fato preocupante que está acontecendo, e penso que essa audiência pública vai ter um papel muito importante, porque, eventualmente, podemos encaminhar uma solução, por meio de representantes, não só para os frigoríficos, os supermercados e os pecuaristas, mas para um grave problema que hoje a pecuária desses Estados tem efetivamente enfrentado.

Proponho-me a trabalhar com o Senador Jonas Pinheiro hoje para definir as pessoas que viriam a ser convidadas, para que façamos rapidamente essa audiência.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, houve uma reunião em São José do Rio Preto, em um hotel. Dessa reunião, saiu uma tabela com o preço da arroba do boi que seria pago pelo frigorífico. De qualquer maneira, isso ficou muito patente, e tenho até cópia desse documento. Foi isso que provocou essa idéia de cartelização dos frigoríficos para compra dos bois, que causou uma certa fúria entre os produtores.

Conversei com todos os frigoríficos, que são nossos amigos, e o Ministro da Agricultura convocou-os a virem a Brasília. Eles disseram ao Ministro que não entendiam como uma cartelização e estavam dispostos a rasgar aquilo ali, e o que eles pretendiam era valorizar quem produzisse o melhor tipo de carne. Mas os produtores não acreditam nisto.

Por outro lado, o preço da carne continua caindo. Ou seja, a carne chega na praça de São Paulo, ou nas principais praças do Estado de São Paulo, como referência, a R\$62,00 ou R\$63,00 a arroba. E está custando R\$52,00, no máximo R\$54,00. O preço da vaca, que já chegou a R\$48,00, hoje está a R\$40,00 ou R\$42,00, na praça de São Paulo. Imagine em Rondônia, Mato Grosso, Pará e Mato Grosso do Sul! A vaca cai para R\$38,00 a arroba, e está difícil encon-

trar comprador. Se o V. Ex^a conversar com os donos de frigoríficos, eles dirão: “Não podemos pagar mais porque nem temos condições de colocar a carne no mercado”. Isso, Sr. Presidente, foi o que nos causou preocupação em reunião realizada na Câmara dos Deputados, com as duas Comissões, e também no Palácio, com o Ministro Antonio Palocci, pois, naquele instante, havia o perigo de o Brasil perder o mercado internacional de carne porque o Governo não fazia o dever de casa. Felizmente, o Governo resolve fazer o dever de casa, e esperamos que, primeiramente, não percamos o mercado já conquistado e que avancemos nos mercados internacionais, já que essa parece ser a grande salvação do Brasil.

O Senador Delcídio Amaral propõe, também, convocar a parte do varejo e investigar por que a carne está cara para o brasileiro. É o comércio que ganha tanto? É o frigorífico que repassa tanto? O produtor mata muitos animais atualmente para sustentar a fazenda, e isso reflete negativamente na quantidade de produtos. Mas alguns entendem que têm que matar mesmo a fim de diminuir a quantidade de carne no Brasil, já que existem 192 milhões de cabeças sem colocação.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Guerra. PSDB – PE) – A Presidência coloca em votação o Requerimento do nobre Senador Delcídio Amaral para a convocação de representantes de frigoríficos, de produtores e de supermercados, que, logo a seguir, serão indicados pelo Senador Delcídio Amaral, ouvindo o Senador Jonas Pinheiro ou mais alguém que queira contribuir para uma imediata convocação de comparecimento à Comissão.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra o nobre Senador Pedro Simon, pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, estou sendo chamado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Quero apenas me antecipar e dizer que, com relação o Item nº 4, do qual sou o Relator, já entreguei o relatório, mas recebi uma comissão de cooperativas que possui um estudo muito mais amplo e debateu longamente comigo. Pretendo fazer um reestudo e, assim, na próxima reunião, eu traria um novo parecer com as explicações que me deram, porque dizem que já têm projetos bem mais avançados do que o que tramita na Casa. Peço, então,

a retirada da Ordem do Dia de hoje para podermos votar na próxima oportunidade.

Apenas lembro a V. Ex^a sobre o problema da viticultura. Daqui a pouco, toda as vinícolas irão quebrar porque compraram a uva deste ano – é uma uva fantástica, que produzirá uma safra espetacular em virtude da seca –, mas não vão poder pagar porque o vinho argentino e o europeu estão entrando pela metade do preço. É um absurdo o que está acontecendo.

Se não tivermos um pouco de pressa nisso, daqui a pouco...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Sim, Senador. Estamos marcando essa reunião – a proposta era para o dia 25 –, tentando antecipá-la, trabalhando para que seja feita antes do dia 25.

Consulto a Comissão sobre a retirada de pauta do projeto, PL nº 06, objeto de trabalho do Relator Pedro Simon, conforme sua solicitação.

Aprovado.

Item 3:

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamento de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Com a palavra o Relator, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, parece que este é o primeiro projeto que será relatado nesta Comissão. É uma honra para mim estar aqui para relatar o primeiro projeto que será votado.

O projeto é de autoria do Deputado Osmar Serraglio, do Paraná, que está propondo algo simples: pelo Estatuto da Terra é impossível se desmembrar, ou dividir, ou subdividir lotes que fiquem com extensão menor do que o módulo rural para aquela região. Todos sabem que o módulo rural é definido de acordo com as características agrônômicas, ecológicas e econômicas.

O que definiu o tamanho do módulo é a capacidade que tem aquela área de produzir o suficiente para o sustento de uma família. Isso varia, portanto, de região para região e até de microrregião para microrregião.

Ocorre que muitos assentamentos foram feitos no Brasil, e lá, no Paraná, temos um caso específico. São 405 vilas rurais, que foram construídas pelo ex-Governador, que têm hoje 15.609 famílias. Não é só o Paraná que enfrenta esse problema, mas estou citando o Paraná, porque é um exemplo concreto e que dá para entender o espírito do projeto.

O Governador anterior, Jaime Lerner, multiplicou o programa de habitação. Em vez de fazer um programa simples de habitação, ele fez um programa misto

de habitação e rural, as chamadas vilas rurais, com 5 mil metros quadrados cada lote.

O espírito desse assentamento é de que a família vai ali viver com a complementação da renda obtida fora, num trabalho que ela terá que desenvolver. Todos os trabalhadores que moram em vilas rurais têm emprego na cidade ou têm emprego no meio rural, mas, como tem 5 mil metros quadrados, a família pode plantar uma horta, criar pequenos animais. Há, inclusive, estruturas coletivas dentro dessas vilas rurais, que permitem uma distribuição também de renda.

Parece-me que há algo muito parecido com os *kibutz* de Israel. Como o ex-Governador Jaime Lerner tem a sua origem hebraica, ele então buscou essa idéia e implantou-a no Paraná. Só que os moradores dessas vilas rurais, são 15.609 famílias, não podem registrar esse lote como lote rural e estão agora sendo pressionados a pagar o Imposto Territorial Urbano, que é muito mais caro, o que inviabilizará o sentido do projeto. Praticamente o objetivo do projeto deixará de existir.

Mas não é só lá que existem as vilas rurais. Em outros Estados existem também assentamentos, agrovilas que foram feitas com lotes menores do que o módulo local. Essa é uma situação irregular, que está, vamos dizer assim, no limbo legal. Não há como esses produtores ou os moradores dessas vilas rurais, ou das agrovilas, ou de assentamentos que têm lotes menores do que o módulo, serem considerados produtores familiares.

Estamos permitindo que esses lotes possam ser registrados como lotes rurais, de acordo com o Estatuto da Terra, que está sofrendo, portanto, uma modificação. Dessa forma, esses moradores serão considerados agricultores familiares, para poderem inclusive ter acesso a financiamentos do Programa Nacional de Agricultura Familiar, para investirem em suas pequena ou micro propriedades, por exemplo, para instalar uma criação de pequenos animais.

Então, estou dando parecer favorável, mas estou corrigindo, com uma emenda de redação, o projeto original, porque nele há uma falha. Ele estabelece o seguinte: “Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo aos parcelamentos de imóveis rurais, em dimensão inferior a do módulo, fixada pelo órgão fundiário federal, quando promovidos pelo Poder Público em programas oficiais de apoio à atividade agrícola familiar...”. Aí vinha o erro: “... cujos beneficiários não sejam agricultores que possuam outro imóvel rural ou urbano”. Não. Sugiro que seja “... cujos beneficiários sejam agricultores que não possuam outro imóvel rural ou urbano”, porque, senão, eles poderão ser beneficiados indevidamente.

Queremos que esses moradores das vilas rurais, das agrovilas e desses lotes rurais em que foram assentados, programas de habitação mistos com agricultura familiar, sejam considerados agricultores familiares e possam legalmente registrar esses lotes, pagar o ITR, que tem, evidentemente, um custo menor do que o Imposto Territorial Urbano, e possam inclusive ter acesso a financiamentos.

Só no Paraná são 615 mil famílias, o que significa uma população em torno de 60 mil pessoas que serão beneficiadas.

Não estamos aqui elaborando uma lei inconstitucional ou que tenha qualquer problema em relação a sua constitucionalidade. Estamos propondo algo que caiba dentro da Constituição e que modifique o Estatuto da Terra no sentido de atualizá-lo. É claro que, quando o Estatuto da Terra foi criado, não se pensava nessa modalidade de produtor. Estamos agora modernizando-o por meio do projeto de autoria do Deputado Osmar Serraglio, ao quem ofereço voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– O Senador Osmar Dias concluiu favoravelmente ao projeto com a Emenda nº 1.

Em discussão o parecer favorável com a Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Osmar Dias.

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) –

Quero ponderar o seguinte: o módulo rural, conforme foi colocado, é diferenciado porque o Brasil é diferenciado de região para região e até de uma microrregião para outra. Então, realmente, ele deve ser diferenciado. Se já existe um respeito a essa especificidade e a essas diferenças Brasil afora, devemos considerar isso.

Segundo, não estou dizendo que essa é uma situação apenas do Paraná, ela existe em alguns locais. Então, qual é a preocupação que deveria constar nesse projeto, para que também não se passe a dividir os módulos rurais, que já são mínimos? Há uma proposta do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário no sentido de que se incluam entre os possíveis beneficiários aqueles cuja principal ocupação costuma ser sazonal, temporária e insuficiente para a manutenção do conjunto familiar. Nesse caso, não seriam todos os módulos rurais de todo o País. Realmente. Porque, quando se define um módulo rural – por exemplo, os módulos rurais do Rio Grande do Sul são diferentes dos módulos do Amazonas. No entanto, há uma legislação que limita sua utilização. Há mais de seis anos há uma legislação dispondo que na Amazônia só podem ser desmatados 20%. Os demais 80% devem ser utilizados. Então, a preocupação é a de não se dividir muito e causar situações que acabem tendo essa preocupação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois não, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senadora Ana Júlia, a preocupação de V. Ex^a é pertinente, mas o próprio projeto resolve sua preocupação quando trata apenas e tão-somente de lotes que foram objeto de desapropriação e programas de assentamento promovidos pelo Poder Público, em programas oficiais de apoio à atividade agrícola familiar. Assim, não haverá como os lotes serem subdivididos por arbitrariedade ou por decisão dos proprietários. Somente o Poder Público poderá fazê-lo.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sei disso, mas estou lhe dizendo que, mesmo assim, deve-se, por precaução, fazer isso. É o Poder Público que propõe. Sou de um Estado que tem a maior quantidade de assentamentos do Brasil. Só em uma das superintendências do Incra – são duas –, já existe a maior quantidade de assentamento do Brasil. Imaginem se somarmos as duas superintendências do Estado do Pará.

É uma precaução que não irá prejudicar o mérito do projeto. A preocupação tem que ficar registrada por conta das diferenças existentes no País.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, na verdade, não entendi a observação da Senadora Ana Júlia Carepa. Desculpe-me. Realmente, a proposta do projeto de lei vai de encontro àquilo que V. Ex^a pretende. Quer dizer, pode ter a dimensão que for, mas o parcelamento não pode ser inferior, não pode haver a iniciativa das pessoas em subdividir. Só oficialmente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mesmo porque, sendo o assentamento feito pelo Poder Público, estamos julgando que este já fez o cadastramento das famílias, levando em conta o que V. Ex^a falou: são pessoas que precisam, efetivamente, desses lotes. Não conheço nenhum programa de assentamento ou de vilas rurais, do Paraná ou de agrovila em outros Estados, que não leve em conta exatamente essa característica social. Ou seja, para se classificar alguém para estar num assentamento é porque esse alguém não tem outro lote – está escrito aqui que não pode ter outro lote – e precisa ser assentado ali.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E não pode subdividir.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – No próprio Estatuto da Terra, está escrito que não se pode subdividir. Estamos permitindo nos assentamentos públicos.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Flávio Arns, esclareço a V. Ex^a que minha preocupação é só a de acrescentar a esses beneficiários a possibilidade de o Poder Público fazer essa divisão, que sejam aqueles cuja principal ocupação costume ser sazonal, temporária, insuficiente. Ou seja, se é assim, que se possa fazer. É isso. Não está impedido, ao contrário, está só resguardando. Se a legislação esclarecer isso, aí, sim, a lei vai ao encontro daquilo que é o interesse.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Como Relator, explico que esse projeto apenas modifica um artigo do Estatuto da Terra. A definição de quem deve ou não ser assentado não cabe em uma lei que modifique um artigo do Estatuto da Terra. Está no próprio Estatuto da Terra ou incluído em cada programa de assentamento que se realiza no País. Esses cuidados para não se assentar quem não precisa estar no assentamento são tomados, dentro do Estatuto da Terra, na legislação inteira em vigor. Toda a legislação já permite que se classifique exatamente quem necessita ser assentado, e isso, aqui, estamos tratando especificamente, dentro da lei que já existe, que prevê o que a Senadora Ana Júlia Carepa está propondo.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, eu sei disso. Estou dizendo que o módulo rural tem uma razão em existir. Inclusive para que esses módulos sejam econômica e socialmente viáveis. Se impedir que o próprio Poder Público, qualquer que seja ele, passe a subdividir e a arriscar que esse módulo seja economicamente viável, tornando-o econômico e socialmente inviáveis, é que estou colocando isso, que isso não impede. Tem que ser uma condição específica, especial. Acho que se a lei for genérica, ela permite que, amanhã, sabe-se lá por que motivo, se possa fazer de forma indiscriminada essa subdivisão, e pode causar, a algumas regiões, que o módulo fique economicamente inviável. É essa a preocupação. Parece-me justa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Vamos, pela ordem, ouvir o Senador Jonas Pinheiro e depois concluir a discussão.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em se tratando de módulos, existem dois tipos de módulos: o fiscal e o rural. O tamanho do módulo fiscal varia conforme a região em que ele se localiza. Por exemplo, na região de Londrina, o tamanho do módulo fiscal são de 13 hectares; no Pantanal Mato-grossense, 110 hectares. Portanto, essa é a diferenciação do módulo fiscal.

Esse deve ser intocável, porque está de acordo com os valores da propriedade. Agora, existe, aqui, o módulo rural, sobre o qual o Senador Osmar Dias propôs essa mudança, aliás, trata-se de um grave problema que temos hoje no Brasil inteiro. Imagino que nas áreas de colonização que têm mais de 20 ou 30 anos, haja dificuldades em um pai fazer a partilha, repartir a herança daquele lote, porque o módulo rural não pode ser subdividido. Mas o módulo rural é o que comporta economicamente a manutenção de uma família. Então, o módulo rural tem o seu tamanho de acordo com a atividade. Por exemplo, para criar aves, o módulo pode ser até de metros; no entanto, para plantar arroz, são 30 hectares; para criar gado, pode ir até 60 hectares; para fazer reflorestamento, pode ir até 60 hectares. Em certos momentos, o módulo rural é até maior do que o módulo fiscal, dependendo do lugar onde esteja esse módulo. Portanto, compartilho com o Relatório do eminente Senador Osmar Dias, dentro do raciocínio de que o módulo rural é uma porção de terra que, de acordo com a atividade, pode ser subdividido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Com a palavra, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Primeiro, veja V. Ex^a como foi importante a instalação, Senador Sérgio Guerra, da Comissão que V. Ex^a preside. Esse é um debate que, talvez, poderia ser travado em uma Comissão sem grandes ligações com as questões agrícolas e, portanto, não nos traria tanta luz, como nos trouxeram o trabalho do Relator, as exposições do Senador Jonas Pinheiro e a da Senadora Ana Júlia Carepa.

Entendo que, no Brasil, tem umas coisas que precisamos, algum dia,... Tomei conhecimento da instalação de uma Comissão de Desburocratização, proposta pelo Governo Federal. No entanto, precisamos é de uma Comissão de Descentralização. De Brasília, as normas são estabelecidas para todos os Estados, que são distintos, como uma lei impositiva. Vejam o caso do Estado do Paraná em que não tem autonomia, em um determinado Município, pois se entende que, em uma área de 5 mil metros quadrados, em que uma parte da família trabalha na cidade ou na agricultura, não pode sobreviver bem com cinco mil metros, porque há uma lei federal que impede. Aquele agricultor deverá pagar Imposto Predial e Territorial Urbano, embora exerça uma atividade rural. Veja V. Ex^a como esses fatos são extremamente complicados.

Na Comissão de Educação, há o problema das rádios comunitárias – são seis mil. Rádio comunitária é problema do Estado, da Assembléia, do Município. A pessoa da comunidade pobre precisa reunir um monte

de papel e vir a Brasília para fazer sua reivindicação. Procura o Ministro, mas o sobrecarrega, assim como sobrecarrega a Comissão, por algo muito simples que seria muito melhor decidido no Município.

Esse negócio do módulo, por exemplo, também é fixado aqui. O Espírito Santo tem fronteira, ao norte, com a Bahia e com Minas. É interessantíssimo o que ocorre lá. O módulo rural da Bahia é um, mas metade de algumas fazendas fica na Bahia e outra metade, no Espírito Santo. O módulo da metade de lá é um; e o módulo da metade de cá é outro. Outras fazendas estão no três Estados; têm três módulos. Por quê? Porque alguém de Brasília resolveu dizer que é daquele jeito. Ora, se é a mesma região, no mesmo lugar, uma comissão tripartite de Minas, Espírito Santo e Bahia deveria decidir isso e não de Brasília.

Há algum tempo, no Governo passado, durante aquele problema do Peti, um prefeito me procurou aflito. De Brasília, mandaram dizer a ele que, em seu Município, havia 242 crianças exercendo o trabalho infantil. Ele procurou, forçou um pouco, encontrou 41 crianças e deu essa informação. Quando chegou aqui, disseram: “Não, senhor. O senhor não olhou direito. O senhor não conhece o seu Município”. Ele respondeu: “Eu conheço”. E disse ainda: “Se eu colocar gente que não está, depois eles vão me punir porque coloquei gente que não precisava. Mas se eu não colocar, vão dizer que sou relapso e que não estou querendo captar recursos.” Isso ocorreu, porque, em Brasília, um grande cientista resolveu dizer que conhece o Município melhor do que o prefeito, que não tinha 42, mas mais 280 crianças que ele tinha de colocar. Ele colocou 200, sem precisar, e toda hora me perguntava: “Se houver uma verificação, estou lascado. Mas eu tenho uma carta”. Falei: “Guarde a carta caso haja a verificação”. Esses fatos devem ser descentralizados, até porque uma regra como essa funciona melhor lá do que, às vezes, impondo-a daqui. Estamos lutando para mudar a lei a fim de que haja mais autonomia, porque quem conhece o Município, às vezes, sabe fazer melhor do que quem não o conhece e também porque um Município no Paraná, às vezes, é diferente de um do Pará ou de um do Espírito Santo ou de um da terra de V. Ex^a, o Estado de Pernambuco.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Consulto se há mais algum Senador que deseja discutir a matéria.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu

gostaria de saber se o Relator concorda com a minha proposta. Creio que essa questão não fere nada, porque, atualmente, da forma como está, basta...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Qual é a proposta Senadora?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Basta o Poder Público subdividir. O Poder Público pode fazê-lo, considerando simplesmente um agricultor que não tenha outra propriedade. No nosso entendimento, isso pode gerar um problema em relação a ser economicamente viável aquilo que já é do uso da família, porque o módulo já é dessa forma.

Estou propondo que também se estipule, como um dos critérios para poder ser subdividido, além daquele de não possuir outro imóvel rural ou urbano,... Que não possua, ou seja, não pode dividir, é isso? É isso que estabelece o **caput** do artigo? O **caput** do artigo é esse? Não pode ser subdividido, não é isso?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Exatamente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não pode ser subdividido para quem já possui outro imóvel. Além disso, também para aqueles cuja principal ocupação costuma ser sazonal, temporária e insuficiente para a manutenção do conjunto familiar. Inclusive, esse termo está na justificativa do próprio projeto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Para dizer se aceito ou não a sua proposta, preciso receber uma emenda. Qual é a emenda?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Posso pedir vista para fazer essa emenda.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não tenho nenhuma proposta de emenda.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu a estou propondo, mas peço vista para fazer a emenda e apresentá-la ao Relator. Se o Relator concordar, eu não preciso elaborar a emenda – ele assume a Proposta.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É que não estou entendendo a Proposta. Para isso, preciso receber uma emenda. Mas há o § 6º, que estabelece: “Nenhum imóvel rural, adquirido na forma do § 5º deste artigo, poderá ser desmembrado ou dividido.”

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Logicamente, para não ser mais ainda desmembrado. Seria um absurdo desmembrar novamente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Há duas alternativas, Sr. Presidente. Aqueles que estão nas agrovilas ou nas vilas rurais serão obrigados a pagar IPTU e não serão considerados produtores familiares, ou tornaremos possível, segundo o Estatuto da Terra, reconhecê-los como agricultores familiares para que eles não paguem o IPTU e paguem o ITR, podendo ter acesso, inclusive, a financiamento.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não somos contrários, Sr. Senador, mas não pode-

mos, em razão de uma situação específica, permitir uma generalização. É esse o cuidado que estou tendo ao expor a situação, porque esses trabalhadores, no caso do Paraná, como consta no projeto, são bóias-frias. É nesse sentido. São pessoas que têm, sim, uma ocupação sazonal. É o que se está acrescentando como critério.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Permite-me um aparte, Srª Senadora?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço, então, vista e faço uma sugestão ao Sr. Senador. Comprometo-me a, na próxima reunião, já ter uma proposta concreta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Entendo que, diante da solicitação de vista da Senadora Ana Júlia Carepa, o que se pode fazer é concedê-la. Ela apresentará ao Relator a sua emenda e a matéria voltará à nossa Comissão na próxima reunião.

Item 5:

Projeto de Lei do Senado, terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre compra de produtos alimentícios destinados a programas governamentais de distribuição de alimentos de combate à fome.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Osmar Dias.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Seria o quinto item?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Sim, Excelência.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, quando recebi esse projeto do Senador Delcídio Amaral, tinha certeza de que daria parecer favorável. Mas, pela conclusão do voto, é possível verificar que ele está prejudicado, porque a legislação já prevê o que está sendo proposto pelo referido Senador.

Não por outra razão, considerei prejudicado o projeto, embora seja extremamente importante. Mas, como eu disse, já está previsto na própria legislação em vigor. É só obedecer à legislação existente que já se dará prioridade ao que o Senador Delcídio Amaral está propondo.

O que ele propõe é simplesmente o seguinte:

“Os programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome darão preferência, em suas aquisições de gêneros alimentícios, aos produtos oriundos de unidades produtivas de caráter familiar ou de pequeno porte, localizadas na região onde os alimentos serão distribuídos”.

Farei uma leitura rápida para que seja mais bem compreendido o que estou dizendo.

O Projeto de Lei do Senado nº 36/2003, que dispõe sobre a compra de produtos alimentícios destina-

dos a programas governamentais e a distribuição de alimentos e combate à fome é de autoria do Senador Delcídio Amaral. O referido projeto, em seu art. 1º, determina que os programas governamentais ... – já li essa parte e passarei para a análise.

A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola em seu art. 31, determina que:

“O Poder Público formará, localizará adequadamente e manterá estoques reguladores estratégicos, visando garantir a compra do produtor na forma da lei, assegurar o abastecimento e regular o preço do mercado interno.

§ 1º os estoques reguladores devem contemplar prioritariamente os produtos básicos;

(...)

§ 3º os estoques reguladores devem ser adquiridos preferencialmente de organizações associativas de pequenos e médios produtores.

(...)

§5º a formação e a liberação desses estoques obedecerão a regras pautadas no princípio da menor interferência na livre comercialização privada, observando-se prazos, procedimentos preestabelecidos e de amplo conhecimento público, sem ferir a margem mínima do ganho real do produtor rural assentado em custos de produção atualizados e produtividades médias históricas.”

Fica, assim, determinado que, no abastecimento, na formação, localização e manutenção de estoques reguladores estratégicos, o Governo deve contemplar prioritariamente os produtos básicos, que devem ser adquiridos preferencialmente de organizações associativas de pequenos e médios produtores.

A Lei nº 9.077, de 10 de julho de 1995, autoriza o Poder Executivo a utilizar estoques públicos de alimento no combate à fome e à miséria. Em seu art. 1º, autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, **in natura** ou após beneficiamento, diretamente às populações carentes, objetivando o combate à fome e à miséria, bem como as populações atingidas por calamidades ou emergências, mediante proposta em conjunto do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, da Reforma Agrária e da Casa Civil da Presidência República.

Cabe observar que a Lei nº 8.666, conhecida como Lei de Licitações, também determina procedimentos a serem observados pelos órgãos governamentais quando da aquisição de produtos agrícolas.

A Lei nº 8.913, que dispunha sobre a municipalização da merenda escolar, foi revogada pela MP nº 2.178-36, de agosto de 2001, em vigor, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa de Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios voltados para o atendimento educacional e dá outras providências.

O art. 3º da mencionada medida provisória determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por instrumento legal próprio, no âmbito de suas respectivas jurisdições, um Conselho de Alimentação Escolar, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento.

No art. 6º, fica estabelecido que os cardápios do Programa de Alimentação Escolar, sob a responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios, serão elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade.

No mesmo artigo, seu parágrafo único determina que 70% dos recursos serão utilizados na aquisição dos produtos básicos, enquanto que o art. 7º reza que, na aquisição dos gêneros alimentícios, terão prioridade os produtos da região, visando à redução dos custos.

Do exposto, concluímos que já existe legislação federal tanto para o estabelecimento de critérios para a compra de alimentos destinada a programas sociais quanto para a formação de estoques reguladores estratégicos.

Assim, o projeto de lei em análise, embora não suscite objeções no que se refere à constitucionalidade e à juridicidade, seria prejudicado quanto ao mérito, pois teria seus objetivos plenamente atendidos pela legislação em vigor.

Ante o exposto, recomendo a prejudicialidade do PLS nº 36, de 2003, lamentando, em primeiro lugar, o fato de o projeto ser de autoria do Senador Delcídio Amaral, que, evidentemente, o elaborou com a melhor intenção, ou seja, priorizar aqueles que sofrem mais no campo, os agricultores familiares; e, em segundo, por tratar-se de um projeto realmente muito simpático. Contudo, como a legislação em vigor já contempla as propostas feitas no projeto, a matéria está prejudicada, segundo o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, discordo do Senador Osmar Dias, embora

seja o maior entendido em matéria de agricultura aqui no Senado e, portanto, respeito-o muito. No entanto, discordo de S. Ex^a.

Primeiramente, vou contar rapidamente uma história. Não vou falar por mais de um minuto. Há vinte anos, eu estava no interior do Espírito e um senhor tirava leite da vaca. Fui, então, ao curral, que ficava perto de uma escola rural. O senhor me disse que não entendia bem o nosso País, pois, às vezes, quando o vento virava, a professora reclamava que o cheiro das vacas atingia a escola. Ele acrescentou que o leite que tirava da vaca percorria 110 km, ia para Vitória, virava leite em pó e que o Governo o comprava por três vezes o valor pelo qual ele o vendia. Perguntava-se, então, por que o Governo não comprava o leite in natura, muito mais rico, de sua fazenda e o levava para a escola? Até hoje, ocorre esse problema.

No meu entendimento, há uma diferença entre o que diz a legislação citada aqui e o que pretende o Senador Delcídio Amaral. A lei diz que devem ser adquiridos preferencialmente de organizações associativas. Então, o comprador pode pensar: “Aqui não há uma organização associativa; tem pequenos agricultores, mas não tem uma organização”. Na lei, vale o que está escrito e ele vai comprar do grande fornecedor, que lhe interessa muito mais, por razões óbvias que não cabe aqui discutir.

O que diz o projeto: “Aos produtos de unidades produtivas de caráter familiar ou de pequeno porte...” – não é de associações – “...localizadas na região”... – isso é o importante – ... “onde os alimentos serão distribuídos” – localizadas ali, que produzem produtos que a população dali tem preferência para consumir: uma rapadura no Nordeste, um feijão no Sul ou no Sudeste ou um mate na região Sul.

O projeto de lei de autoria do Senador Delcídio Amaral poder-se-ia transformar em uma emenda na Lei 8.171, porque amplia e evita as desculpas daquele cidadão que vai dizer: “Não, aqui não tem associações de pequeno produtor e vou comprar da empresa”, porque a empresa tem aqueles *lobbies* e tal. Assim, seria muito interessante que o projeto de lei do Senador Delcídio Amaral fosse transformado em uma emenda para ampliar a Lei 8.171. Teríamos uma lei melhor, mais completa, mais explícita, mais explicativa, que não daria dúvida àquele que tentasse fugir daquilo que ela pretende.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Vou fazer uma coisa que nunca fiz no Senado: vou pedir para rever o

meu relatório, porque acredito que o Senador Delcídio Amaral está coberto de razão ao propor o projeto, e o Senador Gerson Camata foi no ponto. Houve um equívoco da parte do consultor que preparou o relatório e acabei também cometendo o mesmo equívoco.

Realmente, há uma grande diferença entre o projeto que está sendo proposto e aquilo que está na lei, porque o que o Senador Delcídio quer é individualizar, que o produtor familiar, a unidade produtiva, tenha preferência, e não a organização desses produtores, que muitas vezes não incluem todos os produtores familiares.

Quero-me desculpar por ter apresentado um relatório que não é coerente com aquilo que eu, primeiro, gostaria de ter apresentado e, segundo, com a própria legislação.

Peço, Sr. Presidente, autorização para retirar o relatório e reapresentá-lo na próxima reunião, pedindo desculpas ao autor do projeto, Senador Delcídio Amaral.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – O gesto do Relator, Sr. Presidente, é muito nobre.

Santo Agostinho dizia o seguinte **errare humanum est, perseverare autem diabolicum** – errar é humano, perseverar no erro é diabólico.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu só entendi a tradução, mas agradeço ao Senador Gerson Camata porque me alertou, e realmente é correto o que disse.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Essa discussão deve ser saudada pela qualidade e pela precisão. Estão de parabéns o autor do projeto, Senador Delcídio, o Sr. Relator, Senador Osmar Dias, e o Senador Gerson Camata, pela sua interferência construtiva e lúcida.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem. Somente gostaria de agradecer a consideração especial do meu querido Senador Osmar Dias, competente Senador do Paraná e, ao mesmo tempo, e com certeza, futuro Governador do Estado, com a torcida de todos nós.

Agradeço a ponderação, especialmente, a forma como o Senador Gerson Camata se posicionou: de uma maneira prática, simples e que, efetivamente, corresponde ao espírito que nos levou a apresentar esse projeto. Portanto, meu caro Senador Gerson Camata, também agradeço muito, mais uma vez, principalmente por ter a defesa partido de uma pessoa ilustre, séria e respeitada como V. Ex^a o é no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Eu queria ler um requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, que tem também a assinatura de outros

Senadores, submetendo-o à nossa Comissão, incluída em pauta durante esta reunião.

Nos termos regimentais, requeiro seja solicitada ao Ministro da Defesa, Sr. José Alencar Gomes da Silva, a permanência de tropas do Exército na região de Anapu, no sentido de garantir a manutenção da ordem naquela região bem como de dar respaldo à implementação das ações governamentais, especialmente nas áreas de reforma agrária, meio ambiente e segurança.

Da mesma forma, seja solicitado ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a permanência da Polícia Federal, com o mesmo objetivo.

Justificação. A tensão vivida na região de Anapu, que culminou na morte da missionária Dorothy Stang, é do conhecimento público, assim como a rápida ação do Governo de intensificar as ações de combate aos ilícitos cometidos naquela região, especialmente em relação à grilagem de terra, crimes ambientais, ameaças e mortes.

Entre as ações do Governo registram-se o envio de tropas do Exército, a intensificação da presença da Polícia Federal na região, bem como a criação de um escritório do Governo com o objetivo de fortalecer as ações do Governo na região.

O requerimento que ora apresento tão somente objetiva que esta Comissão faça gestões junto ao Governo para que se estenda a permanência das tropas do Exército e da Polícia Federal, no sentido de manter o apoio às ações já em andamento na região e de enfrentar novas ameaças que grileiros e madeireiros inescrupulosos vem fazendo ao anunciar um combate radical aos projetos de desenvolvimento sustentável defendidos pela missionária assassinada, inclusive com ameaça de novas mortes.

Segue, em anexo, matéria de jornal que ilustra tal situação.

Sala das comissões, 4 de maio de 2005.

Senadora Ana Júlia Carepa.

Em discussão o requerimento da Senadora.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, voto favoravelmente ao requerimento.

Mas vi, na televisão, durante 22 dias, a Polícia e o Exército procurando os mandantes e não conseguindo prendê-los. A Senadora Ana Júlia foi lá e os convenceu a se entregar em 24 horas. Assim, dando licença e permitindo que ela fique lá, podemos dispensar o Exército e a Polícia.

Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Há uma proposta alternativa do Senador Gerson Camata, que não foi aceita pela Comissão.

Em discussão o requerimento da Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já discuti isso. É apenas para enviar, fazer gestões. A matéria do jornal O Liberal é clara, e temos a informação de que o Exército estaria se desmobilizando na região. Ficamos extremamente preocupadas, já que falam aí que estão dispostos a matar ou a morrer.

Acho que é para garantir as ações, para que o Exército continue. Isso aí é apenas uma posição, é mais uma pressão. E agradeço inclusive aos meus pares, Senadoras e Senadores, que assinaram, que concordam. Acho que devemos fazer isso para garantir a paz no campo. É papel desta Comissão também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Em votação o requerimento da Senadora Ana Júlia.

Quem está de acordo permaneça como se encontra. (Pausa.)

Aprovado.

Eu queria apenas solicitar ao Senador Delcídio que, na medida em que disponha de tempo, organize aquele requerimento que trata da comercialização da carne, da relação dos convidados.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, já combinei com o Senador Jonas, vamos nos reunir agora à tarde para definir as pessoas que vão vir para a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Assim quero solicitar a contribuição de todos, especialmente daqueles dos Partidos da base do Governo, que colaborem com esta Comissão, para que possamos ter aqui o mais breve possível o Ministro da Fazenda, o que me parece urgente.

Quero dizer que a semana que vem vai ser ativa da perspectiva da agricultura e da reforma agrária, porque vão estar aqui os trabalhadores do Movimento dos Sem Terra. Devemos ter, na semana que vem, alguma das nossas audiências públicas marcadas. Vamos fazer um esforço para ajustar o tempo, o que tem sido uma grande dificuldade nossa: como conciliar a pauta da Comissão com as das diversas comissões.

Quero saudar a reunião de hoje, que foi bastante produtiva.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero dar início a uma preocupação para irmos pensando nela. É sobre o setor de borracha. Eu acompanho isso há muito tempo. O Governo tinha criado há algum tempo a chamada subvenção federal, que ajuda o trabalho do usineiro, aquele que beneficia a borracha para mandar para a indústria.

Com a retirada dessa subvenção, Sr. Presidente, deixamos o setor, principalmente o extrativismo nativo,

em sérias dificuldades, extremas dificuldades, e ainda gera uma grande oportunidade de trabalho, principalmente na floresta amazônica.

Quero iniciar esse debate e pedir a V. Ex^a que pudéssemos talvez ouvir alguma autoridade sobre o assunto – especialmente quem era da câmara setorial da época –, para que tratemos desse assunto, e o que se está prometendo para o desenho mundial no item borracha, tendo em vista que a Malásia e os países da Ásia estão saindo dessa economia e o Brasil pode ser novamente a grande vedete desse setor produtivo.

Queria abrir essa discussão junto a V. Ex^a e esta Comissão, para, no momento oportuno, tratarmos desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – A Comissão ouviu com atenção a palavra do Senador Sibá sobre matéria relevante e aguarda providências sobre as sugestões de S. Ex^a.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h13min.)

Ata da Nona Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de maio de 2005.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia onze de maio de dois mil e cinco, na Sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, Vice-Presidência do Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, GÉRSO CAMATA, JONAS PINHEIRO, PEDRO SIMON, OSMAR DIAS, HERÁCLITO FORTES, LEOMAR QUINTANILHA, MAGUITO VILELA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, RODOLPHO TOURINHO, DELCÍDIO AMARAL, AELTON FREITAS, DEMÓSTENES TORRES, SÉRGIO ZAMBIASI, PAULO PAIM, VALDIR RAUPP E GARIBALDI ALVES FILHO**. O Senhor Presidente, Senador **Sérgio Guerra**, propõe a dispensa da leitura da Ata anterior, que é aprovada. A presente reunião destina-se à Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 6/2005-CRA, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi. Com a presença do Coordenador de Tributação sobre Produto e Comércio Exterior da Secretaria da Receita Federal, Sr. Helder Silva Chaves; do Coordenador Geral de Vinhos e Bebidas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Ricardo da Cunha Cavalcanti Júnior; do Presidente do Instituto Brasileiro de Vinho – Ibravin, Sr. Carlos Raimundo Paviani; do Presidente da Cooperativa Vinícola Aurora, Sr. Hermes Zanetti, com a finalidade de encontrar solução para a dramá-

tica situação em que se encontra o setor vinícola, em razão da importação de vinhos a preços bem abaixo do praticado no comércio nacional, gerando concorrência desleal com os produtores de vinhos nacionais. Usaram da palavra para discutir, os convidados, bem como os senadores: Sérgio Guerra, Osmar Dias, Paulo Paim, Pedro Simon, Sergio Zambiasi, Ana Júlia Carepa, Aelton Freitas, Flávio Arns, Jonas Pinheiro, Gerson Camata, Delcídio Amaral e Heráclito Fortes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Há **quorum** regimental, declaro aberta a 9ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

Inicialmente, requeiro à Comissão dispensa de leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com o Requerimento de nº 6, de 2005, subscrito pelos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, com a finalidade de encontrar solução para a dramática situação em que se encontra o setor vinícola por conta da importação de vinhos a preços bem abaixo dos praticados no comércio nacional, gerando concorrência desleal com os produtores de vinho brasileiro.

Foram convidados o Secretário da Receita Federal, que designou o Sr. Helder Silva Chaves, coordenador de tributação sobre produto e comércio exterior; o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual designou o Sr. Ricardo da Cunha Cavalcanti Júnior, bem como o Sr. Carlos Raimundo Paviani, Presidente do Instituto Brasileiro do Vinho – Ibravin, e o Sr. Hermes Zanetti, Presidente da Cooperativa Vinícola Aurora.

Convido para a Mesa...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, apenas para dizer que o Dr. Zanetti é Presidente da Câmara Brasileira do Vinho.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – O Dr. Zanetti é também Presidente da Câmara Brasileira do Vinho.

Convido para fazer assento à Mesa o Coordenador de Tributação sobre Produto de Comércio Exterior, do Ministério da Fazenda, Dr. Ricardo Cavalcanti. Não, o Sr. Helder Silva Chaves, não é isso? (Pausa.)

O representante do Sr. Ministro Roberto Rodrigues, Dr. Ricardo da Cunha Cavalcanti Júnior. (Pausa.)

O Sr. Carlos Raimundo Paviani, Presidente do Instituto Brasileiro do Vinho. (Pausa.)

O Sr. Hermes Zanetti, Presidente da Cooperativa Vinícola Aurora. (Pausa.)

Antes de dar início a esta audiência, quero apenas fazer uma comunicação à Comissão sobre duas ações havidas na semana passada: uma audiência que tivemos, nós, como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado e o Deputado Federal Ronaldo Caiado, como Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, com os Ministros José Dirceu, Aldo Rebelo, Roberto Rodrigues, o Ministro Palocci, o Ministro Paulo Bernardo, na qual se discutiu a pauta de crise do setor agrícola. Essa pauta foi discutida por mais de duas horas. Participamos da discussão, levando o conteúdo de tudo o que discutimos e ouvimos até agora.

Relatou a sua pauta o Ministro da Fazenda, que pediu tempo. E reconheceu a urgência da pauta, a sua complexidade do ponto de vista do interesse nacional. E instado pelo Ministro José Dirceu, pediu algum tempo para dar as primeiras notícias.

Também para dizer que o Ministro Roberto Rodrigues está nos convidando para, na próxima quinta-feira, os Senadores da Comissão de Agricultura que assim o desejarem, e os Senadores de uma maneira geral, comparecerem à Agrishow, em Ribeirão Preto. Haverá um avião à disposição da Câmara e do Senado. E os coordenadores que estiverem dispostos a fazerem essa viagem sairão daqui na quinta pela manhã para voltarem na quinta à noite. É um avião de empresa privada, não sei de qual delas. Não é a Vasp também. Enfim, haverá um avião à disposição aqui do Congresso, para que estejamos lá representando o Congresso Nacional.

Queria chamar à Mesa o Senador Flávio Arns, que é Vice-Presidente da Comissão e dizer que temos muito prazer em fazer essa discussão aqui hoje, pela relevância do tema que, com certeza, precisa de sustentação política. Nós devemos ser coerentes em nossa atitude com relação aos produtores, no plural, e aos produtores nacionais, em particular. Nós sabemos da importância da produção do vinho para a economia de alguns Estados, para a questão do emprego e, de uma maneira especial, para o Rio Grande do Sul. O meu Estado de Pernambuco e o Nordeste já produzem vinho e uva. É muito importante que esta discussão seja feita e que suas conclusões tenham consequências. É preciso que nós nos articulemos para que ela gere consequências.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Maguito.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Antes de o primeiro orador iniciar sua fala, gostaria de fazer uma justificativa. Nós temos, hoje, três reuniões ao mesmo tempo: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde vou relatar a questão do orçamento impositivo; temos ainda as reuniões das Comissões de Educação e Agricultura.

Gostaria, até pelas minhas origens, de participar desta reunião. Infelizmente, vou ter que ir lá apresentar esse relatório. Mas quero dizer que concordo em gênero, número e grau com esta audiência. Já conversei com meu ex-colega de Câmara Federal, Hermes Zanetti.

Os produtores de uva e de vinho têm meu apoio integral.

Era essa a minha justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Temos uma ampla dificuldade nessa questão da pauta. Isso porque, com relação às audiências públicas, nós não arbitramos exatamente a hora em que elas devem ser realizadas. Nesta semana, as coisas se complicaram por conta da falta de presença, ontem, aqui no Senado. Se tivesse havido presença aqui, nós poderíamos ter feito algum ajuste de conduta para facilitar esta audiência. Mas tenho a certeza de que, no decorrer desta reunião, ela vai se confirmar e que o peso e o conteúdo do que vai ser dito aqui gerarão consequências que serão do interesse de todos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Eu queria apenas fazer um registro, com muita alegria, ou seja, a oportunidade de poder reencontrar aqui esta grande figura do ex-Parlamentar – Hermes Zanetti. Quero parabenizá-lo pela mudança de vida que teve. Nosso companheiro aqui era um guerrilheiro, um lutador, um inconformado. Hoje estamos vendo-o aqui exatamente com outro semblante. Daí por que não se dizer: não existe nada que um bom vinho não mude.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Dr. Hermes Zanetti.

O SR. HERMES ZANETTI – Obrigado Presidente, Senador Sérgio Guerra. Quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe esta oportunidade. Fico feliz de poder retornar ao Congresso Nacional, apesar da gozação do meu amigo, Senador Heráclito Fortes, a quem agradeço pelas referências. Agradeço também ao Senador Maguito, meu companheiro de futebol.

Eu queria, neste instante, dada a importância do tema, especialmente para o Rio Grande do Sul, que esse é um problema do Brasil. Nós estamos aqui para discutir um problema do Brasil e não para discutir um problema do Rio Grande. Evidentemente, vendo aqui os três Senadores do Rio Grande do Sul – Senador Simon, Senador Paim, Senador Zambiasi –, eu queria saudá-los pela iniciativa desse requerimento, desta audiência. Queria também dizer da minha alegria ao ver aqui dois militantes do Governo Federal: o Dr. Cavalcanti e o Dr. Hélder, com quem temos tido, ao longo de algum tempo, Presidente Sérgio Guerra, discutido os problemas que vamos, mais uma vez, colocar aqui. Mas tenho a certeza de que hoje, com o apoio do Congresso Nacional, com a boa vontade que já temos sentido, especialmente nos últimos dias, caminharemos para a solução desse problema.

Está aqui hoje também o representante do Sr. Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário, e outros líderes do setor. Conto aqui também com a representação do Ibravin, na pessoa do seu Presidente-Executivo, Carlos Paviani, com quem a Câmara Setorial, que eu represento aqui como Presidente, tem trabalhado em conjunto de forma muito eficaz.

Eu queria passar às mãos de V. Ex^a, Presidente, um conjunto de documentos que têm sido produzidos pela Câmara Setorial. Também queria passar o mesmo documento ao Dr. Ricardo Cavalcanti, por gentileza, que recebe aqui em nome do Secretário Hélder Silva, e eu gostaria de contar, por gentileza, com a ajuda, para que cada um dos nossos três Senadores pudesse receber cópia desses documentos. O Senador Simon está perguntando quantas vezes os que representam aqui o Governo receberam esse documento e eu respondo: várias vezes e pretendo historiar.

Presidente Sérgio Guerra, por iniciativa do Ministro Roberto Rodrigues, que tem sido um grande aliado nessa causa, foi criada a Câmara Setorial e, por designação do conjunto das lideranças do setor e também do Ministro Roberto Rodrigues, assumimos a Presidência em agosto de 2003. De lá a esta parte, Srs. Senadores, temos feito estudos, debates, trabalhos profundos, sempre procurando identificar o problema e indicar a solução. Em todo esse trabalho e em todo esse período, alguns episódios foram marcantes. Por exemplo: em setembro de 2003, remetemos um ofício à Receita Federal e um ofício à Polícia Federal, denunciando o problema do contrabando e pedindo providências. Mais adiante, mostraremos os números e o porquê dessa preocupação. Efetivamente, até hoje não temos tido uma resposta eficaz, nem resposta ao ofício que encaminhamos. Por outro lado, por indicação do Ministro Roberto Rodrigues e do Ministro Miguel

Rossetto, fomos recebidos pelo Ministério da Justiça, através do Secretário Executivo, Dr. Luiz, que é uma pessoa que, percebemos, entende muito dessa questão. Ficamos muito esperançosos. Ele nos pediu para preparar um dossiê. Passados uns 45 dias do pedido, entregamos a ele, no dia 30 de janeiro de 2005, um dossiê completo indicando, Sr. Presidente, nome, endereço, telefone, CPF, todos os dados de quem pratica o contrabando de vinhos no Brasil, o que é extremamente grave. Contamos, para isso, com a contribuição de lideranças do setor que conhecem o problema. Estamos todos indignados porque todos perdemos com isso, Sr. Presidente. Por outro lado, entregamos, no dia 27 de abril de 2004, ao Ministro Roberto Rodrigues, um ofício com 12 páginas, que V. Ex^a e os demais receberam, indicando todas as grandes questões e a indicação de solução de cada uma dessas questões. Depois, houve uma reunião, creio que no dia 20 de janeiro de 2005, por ocasião da Festa Nacional do Vinho, onde tivemos uma ampla reunião, na Embrapa de Bento Gonçalves, com o Ministro Roberto Rodrigues, o Ministro Miguel Rossetto, o Governador Rigotto, enfim, um conjunto de lideranças. O Ministro Roberto Rodrigues nos pediu que tomássemos aquele documento de 27 de abril e fizéssemos nele a separação por assunto, no sentido de que cada assunto poderia ser encaminhado a diferentes setores do Governo. Fizemos isso. Uns três ou quatro dias após esse pedido, já estávamos no Gabinete do Sr. Ministro, que nos recebeu prontamente e fez os encaminhamentos necessários. V. Ex^a está recebendo, os Srs. Senadores também, cópia desse conjunto de documentos pedindo essas providências. O Presidente Lula, Presidente Sérgio Guerra, esteve na Festa da Uva em fevereiro de 2004, e entregamos a ele essas demandas. Dele ouvimos, no discurso que fez na Festa da Uva, que podíamos já providenciar uma outra pauta de reivindicações, porque essa já estaria atendida e, em diferentes oportunidades em que estive com o Presidente Lula, posso lhe assegurar que sempre ele manifestou a vontade de ver resolvidos esses problemas, até por que compreende que as reivindicações que estamos fazendo são adequadas, sérias, corretas, justas e que têm toda a condição de serem atendidas pelo Governo. Alguns pontos evoluíram e pretendo depois colocar essa evolução. Estamos sentindo, para fazer justiça. Neste momento, um avanço expressivo tem-nos animado. Por exemplo, estamos aqui com o Ciro Lilla, ele que representa a Abrab, que é dos importadores de vinho. E eu cito isso para que V. Ex^a tenha a dimensão de que o setor como um todo, toda a cadeia produtiva, incluindo os exportadores, estamos de acordo com as reivindicações, porque todas elas são de bom-senso, estão corretas e por isso estamos

na expectativa de que hoje, nesta audiência pública principalmente, possamos ter o reforço necessário, inclusive o Poder Executivo ter o suporte necessário para que essas medidas possam ser adotadas.

Pediria licença, Presidente Senador Sérgio Guerra, para que pudéssemos ter um panorama geral, que o Carlos Paviani poderia nos apresentar, a medida em que depois da sua apresentação, eu pudesse retomar para então sim, em cada ponto, colocar os avanços que já obtivemos e estamos vendo aqui também o que chamamos especialmente a essa reunião, o Luiz Passarinho, especialista nessa área tributária, que oportunamente, seguramente em função dos debates, vamos necessitar também da sua ajuda e participação, ele que é da Anev.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Com a palavra o Sr. Carlos Paviani.

O SR. CARLOS PAVIANI – Bom-dia, Senador Sérgio Guerra, demais Senadores aqui presentes, particularmente Senadores Zambiasi, Paim e Simon, que foram em conjunto solicitar essa audiência. Também cumprimento o Dr. Ricardo Cavalcanti, do Ministério da Agricultura, Dr. Hélder da Secretaria da Receita Federal, Sr. Évelon do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ciro Lilla da Abrab e Luiz Passarinho da Anev, demais presentes.

A situação em que a vitivinicultura viveu nos últimos anos no Brasil pode-se dizer que foi um período bastante interessante de profusão de busca de novas áreas e novos plantios, crescendo, digamos assim, saindo do pólo tradicional que era o Rio Grande do Sul e se expandindo para diversos pólos em vários Estados brasileiros.

Essa apresentação que gostaríamos de fazer nesse sentido apresenta um pouco a produção, a comercialização, os estoques e a importação de vinhos. A produção, a comercialização e estoques no Brasil e a comercialização.

(Passar mais uma, por favor.)

Temos aqui uma informação que provém do cadastro vinícola do cadastro vitícola, na verdade, que é um instrumento e revisão, digamos assim, de que todos os anos se tenha a produção e comercialização de uvas e vinhos. Essa informação é específica do cadastro vitícola e trata especificamente onde esse cadastro está funcionando no Rio Grande do Sul. Esse sistema de cadastro é desenvolvido em parceria com a Embrapa, Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul e o Ibravin – Instituto Brasileiro do Vinho. Aí temos o dado que mostra o crescimento da produção no ano 2000, com 28 mil hectares para 33.800 hectares produzindo uvas para sucos e vinhos do Rio Grande do Sul. Então, o aumen-

to de 5 mil hectares nesse período de cinco anos, o que é um aumento bastante considerável para a produção brasileira.

(Adiante, por favor.)

Aqui temos um levantamento não tão preciso como esse do Rio Grande do Sul, mas mostra os demais Estados brasileiros com destaque, principalmente, para o Vale do São Francisco, Bahia e Pernambuco, com 500 hectares, e aí estamos falando apenas de uvas para produção de sucos, vinhos e para produção de vinhos, na verdade, para a industrialização. Depois temos o Estado de Minas Gerais com 300 hectares, Santa Catarina sendo que aqui são apenas as novas áreas, porque Santa Catarina tem na verdade, são áreas novas que surgiram nos últimos anos. Santa Catarina é hoje o segundo Estado produtor e que conta com cerca de cinco mil hectares desses 250 que estão citados aí. Essas são apenas as novas áreas que surgiram aí nos últimos anos.

(Pode passar, por favor.)

Nesse período, e fica muito claro porque estamos olhando desde 1989 até 2004, a importação de mudas de videiras, onde começa exatamente em 1998 o crescimento, chegando a 400 mil mudas anuais importadas, atingindo um pico de quase 1,6 milhões mudas em 2001.

Um milhão e meio de mudas pode-se estimar – para cada hectare são necessárias três mil mudas – dá em torno de, se tomar por base 2001, mais de 500 hectares de plantio de mudas de áreas de vinhedos que foram desenvolvidas nesse período, o que mostra um crescimento muito grande e uma leve desaceleração a partir de 2003 e 2004, que é uma tendência que segue em função até das questões comerciais, da dificuldade comercial, que isso vai acontecendo.

Isso significa não só novas áreas, mas o plantio de variedades em substituição de vinhedos para a obtenção de uvas e, conseqüentemente, de vinhos de qualidade. Então, penso que esse é um dado importante que mostra exatamente uma conversão da vitivinicultura no sentido de também buscar produzir uvas de qualidade para vinhos de qualidade.

Fizemos um levantamento com um grupo de 64 empresas e, por estimativa, então ampliamos esses investimentos para as demais somente no Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul temos cerca de 600 estabelecimentos produtores de sucos e vinhos – 600 estabelecimentos vinificadores. Nesse total, esses foram os recursos investidos nesse período em prédios, construções e instalações de enoturismo, em máquinas e equipamentos e tecnologia e também alguma coisa em viticultura que os estabelecimentos vinícolas fizeram nesse período, o que mostra então um avanço

e uma busca exatamente pela ampliação da produção de vinhos de qualidade no Brasil.

(Pode passar, por favor.)

Aqui mostra também os investimentos e financiamentos do setor público. Temos, na coluna maior, os valores financiados em empréstimos do Governo Federal, IGF, que, na verdade, que ali estão valores pequenos perto da necessidade. Se estimarmos, apenas no Rio Grande do Sul, uma safra como a que atingimos no ano passado, com 570 milhões de quilos de uva, a uva sendo comercializada a uma média de R\$0,40, demandaríamos R\$250 milhões para financiamentos. Contando que a regra do IGF seria de financiamento da metade apenas, teríamos R\$150 milhões de IGF. Temos, na verdade, um terço disponível apenas. Então, isso demonstra que ainda há necessidade de maior financiamento para a produção de uvas, para a comercialização de uvas para sucos e vinhos.

Também temos alguns investimentos no consórcio, no Projeto *Wines from Brazil*, que é o projeto de exportação de vinhos do Brasil, onde participam 16 empresas. Temos os investimentos feitos pela Embrapa para uva e vinho. E os investimentos feitos pelo Fundo Vites, que é um Fundo Estadual de Desenvolvimento da Viticultura do Estado do Rio Grande do Sul.

(Pode passar, por favor.)

Aqui temos um quadro que mostra a produção de vinhos. De acordo com a produção de uvas, então há essa produção de vinhos. Temos uma pequena queda em 2003, mas se estabelece uma média de 300 milhões por ano, sendo no azul os vinhos de mesa, o maior volume, vinhos de consumo corrente, vinhos mais econômicos; e no vermelho os vinhos finos. Mostra então um aumento de produção, principalmente se vamos observar mais tarde, dos vinhos finos que cresce numa proporção muito maior do que a de vinhos de mesa, que são os vinhos de maior valor agregado e aqueles que pretendemos e queremos, na verdade, preservar o mercado, que hoje sofre uma influência muito grande com os vinhos importados.

Numa perspectiva mais ampliada, temos desde 1991 até 2004, uma reta de tendência que nos mostra o crescimento da produção de vinhos do Rio Grande do Sul. E coloco esses dados que temos com maior precisão exatamente do Rio Grande do Sul em função dos cadastros de vitícola e vinícola, mas eles representam 92% a 95% da produção brasileira. Então, posso dizer que, na verdade, esse gráfico representa a produção nacional e mostra então uma tendência de crescimento da produção.

(Pode passar, por favor.)

Aqui temos uma lâmina que apresenta, digamos assim, a medida que cresce sua produção e sua

qualidade, tem participado de concursos internacionais, e são várias medalhas, de ouro, prata, bronze, ou diplomas, menções honrosas, que têm destacado o vinho brasileiro. É importante frisar, neste aspecto, que o espumante brasileiro, nos concursos internacionais, tem ficado atrás da França, que é produtora de champagne. Nesse particular, nesse produto que se destaca, que é o vinho espumante, o Brasil tem se destacado hoje é por produção de um produto de alta qualidade, que pode ganhar o mercado externo, que vem, na verdade, crescendo uma pequena taxa no mercado interno. Apenas para confirmar, digamos, o crescimento também como indicador do crescimento da qualidade dos vinhos do Brasil.

Aqui vemos a comercialização de vinhos. Nos anos de 2000 e 2002 atingimos cerca de 250 milhões. Vejam bem, anteriormente, tínhamos a média de produção em torno de 300 milhões de litros por ano, e uma comercialização que está praticamente estagnada, não chegando a 250 milhões de litros. Essa diferença de 50 milhões de litros, pelo menos, na média anual, é que se estabelece o crescimento de estoques, que vão acontecendo e que hoje preocupa e estabelece uma forte ameaça de crise no setor vitinícola brasileiro, principalmente o do Rio Grande do Sul.

Vemos aí a comercialização em vermelho, de vinhos de mesa, de consumo corrente, e no azul a comercialização de vinhos finos. Na medida em que esse gráfico mostra em relação ao anterior, na medida em que cresce a produção de vinhos finos, decresce a comercialização de vinhos finos, exatamente pela ampliação dos importados no Brasil, e pela não-regulamentação desse comércio de vinhos importados. Há que se também em consideração que no mundo inteiro, hoje, há grandes estoques de vinhos. Isso é importante. Há uma pressão grande, e o Brasil, mesmo com baixo consumo que tem em torno de 1,8 a 2 litros **per capita**/ano, é para os produtores de vinho da Europa, do Chile, da Argentina, Austrália, Canadá e Estados Unidos, principalmente, um país em que todos estão apostando e investindo no crescimento do potencial do consumo de vinhos no Brasil.

(Por favor, passar mais um.)

Aqui temos a curva de estoques de vinhos. Tínhamos um estoque médio em torno de 150 milhões de litros, que vai subindo, chegando no ano passado a 239/240 milhões de litros. Então, vejam bem que esses estoques, nos últimos anos, apresentam uma tendência de crescimento, e isso é extremamente prejudicial para produtores, produtores de uva principalmente, porque são os primeiros que sofrem quando há, na verdade, os grandes estoques. As vinícolas, dentro da safra, se ressentem e já não querem receber a produção,

conforme já recebiam em anos anteriores. O fato concreto é que, nesse ano, por exemplo, o preço mínimo tabelado em 42 centavos, como valor básico para a Uva Isabel, de 15º de açúcar, houve um movimento, por parte das vinícolas em negociar diretamente com os produtores, e não aceitando o tabelamento estabelecido pelo Governo Federal. Este tabelamento existe há mais de 20 anos. Este foi o primeiro ano em que houve uma forte divergência entre produtores de uva e de vinhos, proporcionando então um momento de crise quando mais de 100 vinícolas pararam durante a safra e foram negociar direto com os produtores, e estes, de certa forma, encurralados, tiveram que aceitar a negociação, e puderam entregar suas uvas às vinícolas por um preço menor do que aquele estabelecido pelo Governo. Acho que este é o primeiro ponto que mostra a consequência do crescimento dos estoques e dessa dificuldade comercial de mercado que ora está acontecendo.

(Adiante.)

Aqui vamos nos deter um pouco nas curvas de comercialização de vinhos finos nacionais e importados.

A curva em azul mostra o crescimento das importações de vinho e a curva em vermelho a comercialização de vinhos finos, que apresenta uma tendência para 2005, baseada nos anos anteriores, na comercialização e na entrada de vinhos, que já estão acontecendo em 2005, até os meses de janeiro, fevereiro e março. Então, aqui, se temos uma produção crescente e estoques crescentes, temos, por outro lado, a comercialização caindo para vinhos finos e as importações crescentes. Isso estabelece então que logo mais, diria que em um ano ou menos, teríamos possibilidade de fechamentos de estabelecimentos, viticultores cortando parreiras e voltando atrás o que até há alguns anos foi um período bastante interessante para a vitivinicultura.

(Passar mais um.)

Aqui o quadro mostra a importação em relação à Argentina. Se olhássemos mais atrás, veríamos que em 1996 eram 600 mil litros, em 2001 temos aqui 2,6 milhões de litros, passando para 2002, 3,8, dando um pulo de quase 60%, em 2003, para 5,8. E praticamente dobrando em 2004, para 11,2 milhões de litros. Mantida essa curva de tendência, vamos, em 2005, chegar a 21 milhões de litros. Esse número, embora esteja colocado aí, ele é praticamente impossível, porque temos certeza que o mercado não vai crescer nessa perspectiva que está aí, mas ele vai demonstrar assim mesmo um crescimento em relação a 2003, como já está acontecendo no primeiro trimestre deste ano.

Em relação a outros países, vemos inicialmente uma pequena queda, de 2001 para 2002, de 27 para 22, mas, a partir de 2002, também o crescimento das importações dos demais países. E aí temos o Chile como principal provedor de vinhos, a França, Itália, Portugal, na sequência, também como principais provedores de vinhos importados no Brasil.

E o que mais nos preocupa não é exatamente estar dividindo o mercado com os importados, porque acho que o consumidor deve ter a possibilidade de escolha sim, porém não podemos estabelecer que o crescimento das demais vitiviniculturas, que também têm grandes estoques e estão diminuindo seus preços venham para entrar nesse mercado brasileiro e, digamos assim, fazer desaparecer a produção vitivinícola do Brasil. Então, os números mostram aí que viemos de 31 milhões de litros em queda, todos os anos em queda, e a tendência do ano passado são 25 milhões de litros, e a tendência é chegarmos a 23 milhões de litros este ano.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Só para melhor compreender, primeiro cumprimentando o nosso Presidente, Senador Sérgio Guerra, pela acolhida que está dando aos nossos companheiros do Rio Grande do Sul, do Brasil, esse é um tema que interessa ao País. Tivemos uma reunião muito interessante e produtiva com o Ministro Furlan há poucos dias, penso que essa agora pode dar sequência a esse esclarecimento e essa caminhada que se faz em defesa do produto nacional. É só para esclarecer, Paviani, nessa tendência, que o Ibravin está colocando, os vinhos argentinos estão tecnicamente empatados com os vinhos nacionais. Isso é uma coisa que se tem que chamar a atenção. Esse é um aspecto que deve ser levado em conta, quer dizer nós, brasileiros, estamos salvando a produção nacional argentina. É um aspecto que deve ser levado em conta.

O SR. CARLOS PAVIANI – Senador Zambiasi, é importante levar em consideração que produzimos na faixa de quarenta, cinquenta milhões de vinhos finos, enquanto que a Argentina produz um milhão e meio de litros considerados vinhos finos. Embora, claro, eles possuam dentro dessa categoria vinhos de consumo corrente. E o mercado interno da Argentina, no ano passado, decresceu 11%. Ou seja, eles sobraram, no seu mercado, numa produção de um milhão e meio, sobraram cento e sessenta e cinco milhões de litros, o que é três vezes mais do que produzimos, somente a sobra deles. Então, é estratégia da Argentina, neste momento, estar no primeiro mercado mais forte ao seu lado, que é vizinho, que é o Brasil, exatamente para resolver o problema de consumo interno, que está

caindo, e buscando então colocar esse consumo, essa produção ao nível de Brasil.

(Passar mais um.)

Aqui, esse gráfico mostra um pouco, em verde, a produção e a comercialização de vinhos finos e vinhos espumantes brasileiros, e aqui somamos vinhos espumantes, em que diminui a fatia verde. Em amarelo, a fatia dos outros países e em vermelho a fatia da Argentina, do mercado da Argentina. Então, 2004 já somando e essa tendência que o Senador Sérgio Zambiasi colocava, exatamente de que vai se igualar nesse ano, se mantida essa situação como está. Hoje, um terço apenas do mercado de vinhos finos é provido pelos vinhos brasileiros, os dois terços restantes são providos por vinhos importados.

(Pode passar.)

Aqui temos, então, a mesma informação – apenas mostrando a curva de tendência onde nós temos, em amarelo, um crescimento dos vinhos de outros países, uma queda de comercialização dos vinhos espumantes brasileiros e um forte crescimento em relação à Argentina. É a mesma informação, apenas de forma diferente da anterior.

(Pode passar.)

Aqui, um gráfico que mostra uma situação, também, bastante preocupante porque à medida em que nós estamos configurando a produção brasileira, principalmente de vinhos finos, para espumantes e ela consegue ser uma produção de qualidade, no ano de 2004 mostra que os espumantes da Argentina vão, também, subindo e abocanhando o espaço. Este, então, é o gráfico das importações apenas da Argentina em 2001, 2002, 2003 e 2004 que é o tema que, hoje, mais preocupa os produtores de uvas e vinhos do Brasil e, exatamente neste particular de que os espumantes, também, estão crescendo, buscando um mercado que poderia ser um mercado potencial para o Brasil.

Aqui, é a mesma informação – apenas da Argentina – nos volumes de janeiro a março. Esses são os gráficos apenas do primeiro trimestre desses anos e aqui são dados reais, então, de 2002, 2003 e 2004 e já o do primeiro trimestre de 2005, mostrando um crescimento muito forte em relação a 2004. Essas informações são do Sistema Lince do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

(Pode passar mais um.)

E, aqui, são os preços médios praticados pelos vinhos importados no Brasil. A tendência do que está acontecendo em 2001, em que nós tínhamos da Argentina, por exemplo, um preço médio da caixa em US\$21 e em 2002 e 2003 com a caixa caindo para US\$15. Os preços médios da Argentina, então, estão em azul – os que têm uma queda maior – e, mesmo assim, há,

também, uma redução nos preços médios dos demais países, no geral, de importados, de US\$20 para US\$19 a caixa, o que configura, então, menos de US\$2 por garrafa de vinho sendo colocado no mercado brasileiro. Esses são preços FOB – são caixas de 9 litros – o que mostra, então, uma tendência clara de que os outros países, também, estão com estoques altos, buscando mercado, exatamente baixando os seus preços médios para poder competir e poder estar no mercado brasileiro. Essa é uma tendência que eu diria que não é apenas do Brasil em nível mundial e, portanto, há necessidade de que o Brasil proteja a sua produção de uvas e de vinhos como fazem os outros países. E apenas uma informação que estava lendo hoje, pela manhã: a França, neste ano, vai destilar 150 milhões de litros de vinho e a Espanha aprovou a destilação de 400 milhões de litros de vinho, exatamente para poder regular os seus estoques. Essa destilação será usada ou para combustível – álcool combustível – ou para álcool desinfetante, não utilizado para alimentação, que é um custo bastante elevado para tomar vinho e destilar para se produzir álcool. Na verdade, esses reguladores de mercado que a Espanha, a França, a Itália têm e, também, os países europeus, a vitivinicultura é muito importante para eles e também para nós. Por quê? Porque é uma atividade que, das atividades agrícolas que nós conhecemos, é, talvez, a atividade que mais gera emprego e renda, principalmente para os pequenos produtores e pequenas famílias em pequenas áreas. Se eu, por exemplo, pegar a região de Champagne, na França, nós temos lá 30 mil hectares. São cerca de 15 mil produtores de viticultores, ou seja, uma área média de 2 hectares por cada para cada viticultor, onde eles têm um belo valor agregado e podem viver, por assim dizer, com uma certa tranquilidade. Não há atividade agrícola que seja tão forte e que seja tão geradora de emprego e renda como a vitivinicultura. E é por isso, que ela, também, está crescendo no Brasil e é, hoje, plano de governo de vários Estados e é projeto de governo de vários Municípios que procuram incentivar, reduzindo impostos, etc., para estabelecer a produção de uvas, vinhos e sucos nos seus municípios e nos seus Estados.

A última informação mostra, assim, o resumo da balança comercial. Nós, em 1996 e 1997, tínhamos um bom volume de exportações – aqui, no caso, de vinhos finos, aqui, em verde. Em amarelo são as importações, e em vermelho é o déficit entre importação e exportação que temos de vinhos. Quer dizer, uma tendência crescente, cada vez maior, que preocupa muito. O que nos conforta um pouquinho, é que nos últimos 3 anos, 2003 e 2004, retomamos a nossa comercialização de vinhos de exportação. Hoje é um

grupo de 16 empresas que participam oficialmente de um projeto, apoiado pela Apex, do Ministério da Indústria e Comércio, que o Projeto Vinhos do Brasil, e hoje as perspectivas são boas, embora o volume de exportação ainda seja em torno de 1% do total da produção total de vinhos do Brasil. Essas seriam então, as informações em termo de mercado, produção, consumo e estoques de vinho.

Obrigado.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO (Fora do microfone.)

O SR. CARLOS PAVIANI – Não tenho, de memória, essa informação. Posso enviá-la depois.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Sr. Hermes Zanetti, V. S^a continua com a palavra.

O SR. HERMES ZANETTI – Muito obrigado Paviani, muito obrigado Presidente, Senador Sérgio Guerra.

Antes de prosseguir, eu queria fazer algumas observações sobre a apresentação que o Carlos Paviani nos fez. Vamos ter em conta que nos últimos 5 anos foram importadas 7 milhões e 500 mil mudas. Estou tentando só dar a síntese do número apresentado no gráfico. O Poder Público investiu 152 milhões de reais no setor. E só de 2001 a 2004 conquistou 690 premiações nos principais concursos internacionais. Faço essa síntese para dizer o seguinte: Temos produção, potencial de grande produção, potencial de mercado, qualidade, mão-de-obra especializada, tecnologia de elaboração, reconhecimento mundial pelos nossos produtos. O problema hoje está no mercado. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem a solução em casa. O Paviani acabou de dizer que a França e a Espanha estão queimando os excessos de vinho para fazer álcool combustível para seus automóveis. Com isso, subsídios para fazer essa operação. Mas também disse que na Argentina caiu o consumo no ano passado, em função da crise econômica do país, 11% que significam 165 milhões de litros. Só que a Argentina, em vez de queimar o seu estoque, ela o está derramando no Brasil, como uma de suas estratégias, fazendo o contrário do que o Brasil fez em outros tempos, quando houve a crise do café, naquela época, o Presidente Getúlio Vargas mandou jogar café no mar e queimou os estoques, para não comprometer o preço. Esses dados nos mostram que há excesso de estoque de vinho no mundo, mas que o Brasil é um dos poucos países, se agir de forma inteligente, pode resolver o seu problema interno facilmente. Vou repetir os dados, são só na Serra Gaúcha 16 mil famílias que dependem disto. Chamo a atenção para um ponto, essas famílias têm a sua renda anual na viticultura.

E o problema é que parreira não se erradica hoje pra replantar amanhã.

Srs. Senadores, se V. Ex^{as} decidissem entrar no ramo, que eu não aconselho nesse momento, pelo menos, mas se fizemos isso, qualquer um de nós pensar em fazer isso, produzir um vinho de boa qualidade, estará no mercado daqui a 10 anos. É uma atividade que precisa ser pensada numa perspectiva de médio e longo prazo. Permitir a extinção do setor de vinhos hoje, significa comprometer o futuro social daquelas famílias e a imagem do Brasil, que está conquistando o mercado externo, porque o vinho é um dos poucos produtos que tem nacionalidade. Tomem nota que o Paviani, há pouco dizia; vinho da África do Sul, vinho australiano, vinho francês, vinho alemão, enfim, dá-se a nacionalidade do vinho. O Brasil está conquistando nacionalidade e respeito internacional pelo seu produto. O apelo que fazemos aqui, nessa retomada da nossa exposição, é na direção que o Senador Sérgio Zambiasi acabou de colocar. Fizemos uma belíssima reunião no Ministério, com o Ministro Luiz Fernando Furlan, que foi designado pelo Presidente Lula para nos receber. E temos a expectativa concreta, Senador Sérgio Cabral, ou melhor, Senador Sérgio Guerra. Provavelmente, o Senador Sérgio Cabral não esteja aqui, mas quem sabe alguém diz a ele que nós, por um lapso, fizemos referência a ele e o queremos na luta junto com o Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Ele gosta de vinho.

O SR. HERMES ZANETTI – Ele gosta de vinho? Senador, já que ele é seu xará, chame-o para está luta.

Senador, estamos apostando nesta reunião de hoje, porque ela uniu o Rio Grande através de três Senadores de diferentes Partidos que, entendendo a gravidade do problema, pediram a convocação desta audiência pública. Apostamos que os dois representantes do Governo Federal que estão aqui possam ter o suporte de V. Ex^{as} para que, com a urgência necessária, sejam adotadas as medidas que estamos solicitando.

Srs. Senadores, o problema é que temos estoques de vinho excedentes por esse quadro que estamos vivendo. Só que estamos de novo na perspectiva de uma nova safra. Até o final do ano, vamos colher outra safra, e as pipas estão abarrotadas. Se não tomarmos decisão de imediato, com a urgência necessária para que o mercado dê condições de vazão a esse vinho estocado, não teremos, Senador Sérgio Guerra, a oportunidade de receber a próxima safra porque não há onde estocar.

Posso dar o requerimento e agora sim falar como Superintendente da Cooperativa Aurora: se alguma vez neste País alguém juntou água no vinho, na Aurora, neste ano, retiramos a água das caixas da água para estocar o vinho que recebemos dos nossos associados. É grave, e não há espaço. Os números mostram isso.

Precisamos de providências de quatro dimensões, das quais, enfim, espero falar brevemente. Pedimos ao Governo Federal que estabelecesse os PIQs, os padrões de identidade e qualidade, para bebidas alcoólicas mistas e coquetéis, e o Governo Federal nos atendeu.

Quero também destacar o que foi feito para não ficarmos destacando a parte negativa, as coisas que não foram feitas.

Pedimos o estabelecimento dos PIQs para as sangrias, e isso foi publicado no **Diário Oficial** não sei de ontem ou anteontem. Portanto, também fomos atendidos. Srs. Senadores, isso é importante porque, com a identidade do produto, pode-se inclusive exercer a fiscalização. Pedimos para normatizar produtos derivados da uva e do vinho pela lei e decreto de bebidas, e também fomos atendidos. Pedimos para classificar sangrias, coquetéis, bebidas alcoólicas mistas e vinho em nova categoria no IPI, com a alíquota de 60%. Isso não foi atendido, mas está baseado em um princípio, Senador Sérgio Guerra: queremos reduzir o IPI dos produtos puros, naturais e dar a oportunidade de a Secretaria da Receita Federal compensar com produtos que são, na verdade, menos úteis à saúde, que não têm a mesma propriedade, a mesma riqueza, e que são, portanto, menos genuínos. Ou seja, por um lado, estamos pedindo, mas, por outro, também oferecendo oportunidade da compensação.

Pedimos para aplicar selo de controle para sangrias, coquetéis e bebidas alcoólicas mistas. Presidente Sérgio Guerra, isso virou uma farra. Fiz um teste com o ex-Secretário Executivo do Ministério da Agricultura. Ele nos visitou, e coloquei dois garrafões em cima da mesa e perguntei-lhe o que era. Ele respondeu que era vinho. Eu disse-lhe que um era vinho e que custava R\$ 23,00 no mercado, e o outro era sangria e custava R\$ 7,00. A diferença é que um tem vinho legítimo de uva...

Peço que, depois, o Luiz tenha oportunidade de aprofundar um pouco o assunto com a amostra viva que ele traz aqui, como já percebi, nessa mesma linha. Mas o rótulo desse outro produto dizia o seguinte: Vinho Tinto Cave X – não vou dizer aqui para não... – Sangria. Ou seja, o rótulo estampava a mentira. A legislação em vigor proíbe isso. No entanto, está em grande quantidade no mercado.

Com a edição dos PIQs que o Ministério da Agricultura já fez, pensamos que se possam coibir esses abusos. Mas estamos pedindo à Receita Federal que mande colocar selo, o que facilita o controle. Queremos que sejam pagos os impostos para se estabelecer igualdade de condições e para que o Governo tenha condições de ter os recursos de forma equânime entre os que produzem.

Reduzir o IPI de espumante de 30% para 10%. Honestamente, espero que o Dr. Hélder possa anunciar tal atendimento aqui hoje. Estamos pedindo isso há muito tempo. Não há nada mais violento do que assistirmos, neste País, a uma discriminação contra um produto de excelência reconhecida no mundo inteiro. Estamos castigando a capacidade nacional.

Presidente Sérgio Guerra, isso é absolutamente incompreensível. Por quê? Porque o espumante ou champanhe é um vinho. O vinho tem um limite de 10% de IPI e o champanhe, 30%. A diferença é que o champanhe é um vinho que passa por uma segunda fermentação.

Já ouvimos a Receita Federal dizer que isso é por critério – não lembro bem o nome que eles dão, mas ele o dirá tecnicamente depois, quando anunciar o atendimento à solicitação, com certeza. Eles dão um nome que não aceitamos porque é um nome que se refere a outros tempos, quem sabe, à década de 50 – aliás, o ano de 50 não vale porque, naquele ano, o Brasil perdeu a Copa do Mundo –, mas a uma época em que se bebia champanhe a cada quatro anos para festejar a vitória do Brasil na Copa do Mundo. Hoje, nos hotéis, de manhã cedo, na hora do café da manhã, vê-se taça de champanhe. O champanhe hoje é um vinho apreciado nas refeições. Ele não tem mais aquele conceito de outros tempos que se teima em lhe dar. A evolução determina esse reconhecimento.

Não bastasse isso, Presidente Sérgio Guerra, queremos que o Governo do Brasil não castigue a excelência do produto que conseguimos construir e que é reconhecido no mundo inteiro.

O Presidente da Chandon, uma das grandes empresas de champanhe do mundo, disse, há poucos dias, em uma grande revista de circulação nacional, que o futuro do Brasil é o champanhe e que o Brasil é, reconhecidamente, o segundo país do mundo em qualidade do champanhe. E acrescentou um detalhe que fecha o assunto: o primeiro é a região de Champagne na França, que, em 2004, chegou ao teto de sua capacidade de produção de 400 milhões de litros. Ou seja, hoje, o Brasil é o primeiro país do mundo em possibilidade de produzir champanhe. Evidentemente, queremos que o Governo premie esse esforço e que não o continue castigando.

Aliás, o Ministro Furlan abriu a reunião em que estavam presentes os Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, dizendo que está conosco nessa luta e que irá nos ajudar nisso.

Venho agregar, por justiça, que o Presidente Lula está de acordo com isso não só naquela oportunidade de Caxias do Sul, como em Porto Alegre, quando estivemos com ele no aeroporto e ele nos disse: “Olha, mas isso já foi atendido”. Eu falei: “Não foi, Presidente”. Ele ligou para o Ministro Palocci e cobrou dele. O Ministro Palocci disse a ele: “Foi atendido”. Está bem. Daqui a pouco, chegou o Governador Rigotto e eu lhe disse: “Governador, o Presidente está dizendo que o Ministro Palocci disse a ele que o assunto está resolvido, mas não está”. O Governador disse: “Presidente, se o Zanetti, que está aqui no dia-a-dia, e se eu, que sou o Governador, não ouvimos que esteja resolvido, é porque não está resolvido”. Presidente Sérgio Guerra, o Presidente voltou a ligar ao Ministro Palocci, que disse: “Bom, então, vou ver isso com o Secretário da Receita Federal”. Nós não tivemos resposta até hoje e, por isso, estou realmente muito confiante em que tenhamos essa resposta hoje aqui.

Aí descobrimos o que havia acontecido, Presidente: o Presidente Lula havia editado um decreto – depois quero a oportunidade para o Luís Passarinho poder explicar isso –, pensando em nos atender. Só que o Brasil não é um país que tenha cultura de vinho, que tenha hábito de tratar com o assunto, e o decreto saiu errado. O que queremos é a reedição desse decreto, corrigindo, e estamos seguros de, como há uma manifestação de vontade formal do Presidente, agora ver isso atendido.

Reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos espumantes de acordo com as condições de mercado, de 10% para 5% – aqui há um decreto em vigor que autoriza o Governo, nas condições dadas de mercado, que são as condições já expostas aqui, de reduzir de 10% para 5% temporariamente o IPI do vinho.

Ampliar a fiscalização e controle da produção, distribuição e comercialização de uvas, vinhos e derivados – para que V. Ex^{as}, Srs. Senadores, tenham idéia, o setor está disposto a injetar recursos do setor para autofiscalizar-se. Está em andamento, e devemos estar assinando nos próximos dias com o Ministério da Agricultura, um convênio onde o setor vai participar do processo de fiscalização, para garantir a genuinidade do produto que elaboramos. Então, isso aqui imagino que seja o atestado definitivo da vontade que o setor tem de ver finalmente moralizado, adequado, respaldado um produto nacional, com respaldo, evidentemente, também do Governo. Nesse sentido também, por reco-

mendação do Ministro Luiz Fernando Furlan, estamos pedindo a oportunidade de estarmos numa reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para discutirmos também no âmbito dos Estados o problema do Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços (ICMS), que, em alguns Estados, é menos e em outros Estados às vezes atinge níveis realmente... Inviabilizar a presença desse produto no mercado.

Contrabando – a questão do contrabando, Presidente Sérgio Guerra, Srs. Senadores, é gravíssima. Por quê? Porque, como eu disse e referi *en passant* antes, é um crime contra o Brasil. E o contrabando tomou volumes absolutamente impensáveis. Posso dar o depoimento de que só da cidade de Puerto Iguazú, que é uma cidade na fronteira da Argentina com o Brasil, em Foz do Iguaçu, a estimativa que temos, com base em dados levantados naquela cidade por pessoas de nossa estrutura, é de 50 mil caixas de 12 garrafas por mês, só daquela cidade; ou seja, estamos falando de 7,2 milhões garrafas/ano em contrabando de uma cidade, quando se sabe que há toda uma fronteira Brasil com Paraguai, Brasil com Uruguai, Brasil com Argentina. Então, coibir o contrabando é um desafio para todos nós, para que possamos efetivamente ter a contribuição que o produto deve dar ao País, e uma das vias seguras e imediatas – porque só fazer a fiscalização e barrar essa violência para criarmos mercado para o produto que estamos elaborando e que o Paviani mostrou muito bem, que está em expansão no Brasil todo. Por isso é que se diz aqui que não estamos discutindo uma questão do Rio Grande, estamos discutindo uma questão do Brasil. Por isso mesmo, é que estão aqui também líderes do setor, que estão aqui do Estado de São Paulo.

Mudança do sistema de cobrança de imposto de importação da modalidade **ad valorem** para valor específico por embalagem – por decorrência também desses contatos com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com a MDIC do Ministro Luiz Fernando Furlan, teremos hoje à tarde uma reunião preparatória a uma reunião que teremos entre setor privado brasileiro e o Governo brasileiro, com o setor privado argentino e o Governo argentino, segunda e terça-feira, dia 16 e 17. Pretendemos que uma das alternativas que vamos levar ao setor argentino seja a de alterar o sistema de impostos, para que criemos um mercado efetivamente comum com o Mercosul e, a partir da proteção desse mercado Mercosul, criamos um imposto específico para os produtos que vêm de fora do Mercosul. Porque se vamos à Argentina e fizermos um acordo com eles de limitação, por exemplo, da presença dos vinhos argentinos no Brasil, no curto prazo, que é o que pretendemos, isso não ajudaria se

deixássemos as portas abertas para outros países, porque, por exemplo, da Alemanha também vem vinho de baixo preço.

Então, temos toda uma estratégia já discutida para tratarmos desse assunto com os argentinos. Ao contrário dessas querelas que andam na imprensa, ontem e hoje, vamos à Argentina com um ânimo de paz, de criarmos, efetivamente, condições de uma convivência dentro do Mercosul. Criarmos mercados com a participação deles e abriremos a possibilidade para a participação no mercado brasileiro daquele mercado que eles nos ajudarem a criar; o contrário do verdadeiro assalto que hoje fazem sobre o mercado que criamos.

Vamos enxergar bem, nós crescemos, produzimos com qualidade e tudo. Na hora em que tínhamos um mercado à disposição vem um terceiro e tomamos o mercado, o que é inaceitável. E a violência dos números, multiplicando de ano a ano, mostra exatamente isso.

O controle da importação da Argentina é o que estou falando. Pretendemos aprofundar essa discussão hoje, à tarde, com lideranças do setor junto com o governo, para que cheguemos, na segunda e terça-feira, na Argentina com uma proposta aceitável para eles e, evidentemente, aceitável para o Brasil, o que não ocorre nas condições atuais. Basicamente, reduzirmos os níveis de importação da Argentina aos números de 2003, ou seja, cerca de seis milhões de litros, e combinarmos com eles um processo que nos ajude a reter essa violência do contrabando, porque também não interessa a eles. E a criação de um mercado no Brasil que possa expandir, com o desenvolvimento potencial que tem, com a ajuda deles.

Em síntese, que nos ajude a expandir o mercado e eles vão participar dessa expansão, ao invés de chegarem aqui, empurrando-nos para fora do mercado.

Por fim, Sr. Presidente Sérgio Guerra, quero reforçar um pouco o ponto que o Paviani já tocou da questão dos EGFs. Pedimos 120 milhões de EGFs para facilitar a compra e o pagamento da safra da uva. O Governo tem dado valores muito inferiores a isso. E os bancos agregam uma questão séria. Eles abrem a possibilidade para repassar EGF – digamos que o limite seja 10 milhões -, com a condição de que se 5 milhões são em EFG a 8,75 e os 5 milhões são a juros livres de mercado.

Ora, para um produto que tem que dar ficar quatro, cinco anos estocado, imagine V. Ex^a o custo que tem para colocarmos esse produto no mercado, aí uma das diferenças com a Argentina. A Argentina, neste ano, está subsidiando a compra da uva. As fábricas de garrafa na Argentina são argentinas e não multi-

nacionais, como no Brasil – lá um depende do outro. O fabricante de garrafa, com quem eu me reuni há poucos dias na Argentina, disse-me que recebe empréstimos do governo a 3% ao ano para produzir as garrafas. Ele repassa esse prazo para os produtores de vinho, que têm portanto um ano de prazo, a 3%, para pagar as garrafas.

No Brasil os juros são praticamente 3% ao mês. Aí começam então as diferenças de entender por que uma garrafa de vinho argentino, um vinho Merlot, pode chegar no Brasil a R\$1,20. O custo mínimo de um vinho de mesa, portanto, (um vinho comum no Brasil), é de R\$3,76. Não conseguimos entregar esse vinho a um supermercado por menos desse valor. Por esse valor, um supermercado brasileiro pode comprar três garrafas de vinho argentino e ainda sobram R\$0,16.

Então, essa é a gravidade do quadro. O Paviani antes se referiu que num período algumas vinícolas se negaram a receber a uva. Depois voltaram atrás, receberam. O grande conflito que prevejo para o Rio Grande do Sul, que espero que o Governo Federal possa nos apoiar nesses quatro pontos para evitar esse conflito, Sr. Presidente.

Os produtores de uva entregaram a uva aos produtores de vinho; eles imaginam que o problema está resolvido, porque fizeram a entrega do seu produto, só que as cantinas de vinho não vendem uva, vendem vinho e para poder pagar a uva tem que vender o vinho. Então, o grande conflito vai se estabelecer em quê? Quem entregou a uva? Uma cantina vai querer receber da cantina o pagamento da uva que entregou. Só que quem recebeu a uva e transformou a uva em vinho, ao não conseguir vender o vinho, não consegue os recursos para pagar a uva a quem entregou a uva. Esse é um conflito que eu prevejo e gostaria muito que fosse bem entendido aqui, porque é uma questão grave que envolve, como já dissemos, 116 mil famílias, só na serra gaúcha e que eu creio que o poder público tem o dever nesse momento de dar o socorro que estamos pedindo. Se V. Ex^a permitir, Presidente Sérgio Guerra, gostaria que tivesse a oportunidade, no momento em que V. Ex^a achasse adequado, para complementar com informações. Luís Passarim e o Ciro Lila. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Eu gostaria de concordar que os dois fossem ouvidos, mas pedir uma certa brevidade por conta da nossa agenda ao longo deste final de manhã e no começo de nosso trabalho da tarde.

O SR. LUIZ PASSARINHO – Obrigado Ex^a. Sou Luiz Passarinho, sou da Anev, é uma associação de engarrafadores de vinho, que está sediada no Estado de São Paulo.

Bom-dia a todos e aos membros da Câmara. Eu gostaria de falar um pouco sobre tributação, que é um dos termos que vem nos afligindo. A questão do champanhe é a questão dos espumantes, quer dizer, como o Zanetti disse, houve um equívoco na publicação do decreto, mas isso em razão de que os produtos, da forma que são elaborados, têm diversas classificações na tabela de incidência de IPI. Então, foi pego um item da tabela da incidência de IPI, que foi os espumantes e ficou de fora o champanhe. Ele, por seu método que leva uma segunda fermentação, mas praticamente é o mesmo produto, ficou com o IPI mais elevado do que os demais espumantes. Isso eu acho que facilmente se corrige. E, também, nós tínhamos pedido uma redução do IPI de 30% para 10% e a Receita Federal nos atendeu em parte e colocou em 20%, então necessitaríamos, o setor, que essa tributação viesse a 10%. Isso é facilmente corrigido.

A outra questão é a questão das sangrias e coquetéis das missas que nós temos aí presentes no mercado. Hoje, qualquer produtor que efetivamente engarrafa vinho perdeu em torno de 30 a 40% do mercado para esses produtos que são produtos, na maioria das vezes, fraudados. Eu tenho aqui uma mostra, até gostaria de passar para a Mesa, para vocês verem o que é feito, para eu completar a minha fala. É de São Paulo, não trouxe nenhum gaúcho. Vocês verão aí, até trouxe o litro vazio, em razão do peso para trazer em viagem e tal. É um produto que tem, praticamente, a mesma embalagem e vocês perceberão aí que um é vermute e o outro é um coquetel, uma bebida mista. São iguais. Só têm uma grande diferença na tributação. Independente da empresa que está aí, da marca do produto, isso é corrente no mercado, não só em vermute, que é um derivado do vinho da uva, mas isso já se alastrou para as bebidas alcoólicas, para as batidas tipo menta, caipirinha, batida de amendoim, e vai por aí. Então, o que o pessoal faz? Como o coquetel é bebida mista na tabela de incidência de IPI prevê o IPI de 10%, e o vermute é o IPI de 30% e as demais bebidas alcoólicas é de 60%, o que eles fazem? Eles simplesmente mudam a denominação do produto, colocam uma mistura de 1%, quando muito, de um fermentado de maçã dentro, então não muda a característica do produto, se é que colocam. Pelo menos, no Ministério da Agricultura assim os registra, que a lei assim os permite e a tributação fica muito menor. Então, quem está querendo fazer as coisas direito no mercado, trabalhando de forma correta, acaba sendo penalizado por esse tipo de produto.

E mais. Nesse caso, tanto o vermute como as bebidas alcoólicas levam o selo de controle, o que evita, de certa forma, a sonegação de impostos. Entretanto,

as bebidas mistas e os coquetéis, projeto que V. Ex^{as} tem à frente, não levam o selo de controle. Portanto, essa é uma forma de sonegar e de colocar esses produtos no mercado de forma totalmente ilegal e sem pagar impostos.

Essa situação realmente tem afligido demais o nosso setor. Por isso, solicitamos um IPI de 60% equivalente às bebidas alcoólicas – isso é feito praticamente da mesma forma – e também a colocação do selo de controle, para que se coíba a sonegação de impostos e se faça um melhor controle dessas bebidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Agradeço a sua participação.

Concedo a palavra ao Sr. Ciro Lilla.

O SR. CIRO LILLA – Sr. Presidente, serei bastante breve. Quero apenas dizer que o setor está vivendo um momento histórico. Hoje, há uma compreensão de que o bom vinho importado e o vinho nacional não só não são inimigos, mas aliados e têm os mesmos interesses: o aumento do consumo do vinho e o combate ao contrabando, e o mesmo inimigo, que também é o mesmo, principalmente hoje em dia, é o vinho muito ordinário.

A média dos números acaba enganando. O que está havendo, na verdade, é uma invasão de vinho argentino, porque a importação de vinhos europeus caiu. Isso se deve, em parte, ao fato de que o Imposto de Importação que incide sobre os vinhos pelo sistema **ad valorem** pune o vinho de melhor qualidade que, além de não concorrer com o produto nacional, ajuda e cria mercado para o vinho nacional e beneficia justamente o vinho de baixo valor. É importante essa mudança no sistema de tributação, que já ocorreu em quase todo o mundo. Europa, Estados Unidos e Japão já usam o sistema de alíquota específico.

Em relação à Argentina, ao contrário do que acabou sendo publicado, não se pretende guerra. Vamos à Argentina imbuídos da convicção de que é possível mostrar aos argentinos que, com essa invasão, eles estão correndo um seriíssimo risco para a imagem do vinho argentino. Há quinze anos, 55% do vinho importado pelo Brasil era alemão e, hoje, o vinho alemão representa menos de 3%, porque houve o mesmo fenômeno: vinhos de baixa qualidade com preço muito baixo destruíram a imagem do vinho alemão. Creio que os argentinos vão entender que, em seu interesse, preservando a imagem do vinho argentino no longo prazo, é importante encontrar uma solução para o que está ocorrendo hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Passa a palavra ao Sr. Hélder Silva Chaves, Coor-

denador-Geral de Vinhos e Bebidas do Ministério da Agricultura.

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – Produção e comércio exterior. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Sr. Hélder, da Receita. Desculpe-me.

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – Ser coordenador de vinhos seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Melhor do que da Receita.

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Naturalmente, conhecemos as reivindicações do setor. Aliás, poucos setores, poucas associações de classe têm tido tanto acesso à Receita Federal quanto o setor de vinho.

A Receita tem atendido àquelas reivindicações do setor que considera razoáveis. Refiro-me, por exemplo, ao Decreto nº 4.859, de 14 de outubro de 2003. Nesse decreto, o champanhe estava enquadrado nas classes de L a R – a última letra foi de Z para Q. Essa letra é uma tecnicidade. Na verdade, essa tributação de bebidas é uma tributação com a alíquota **ad rem**, ou seja, com uma alíquota específica: tantas unidades de real por litro. Portanto, depende da letra que vai de A a Z. Por exemplo, a letra A pagaria R\$0,11 por unidade; a letra D, R\$0,18, e vai até a letra Z, que seria R\$13,88 por unidade.

O vinho comum também teve redução e o setor estava a reclamar desse fato e, ainda, da concorrência do *prosecco*, que poderia entrar no Brasil como se fosse frisanter.

Então, essa redação do decreto – “vinho de mesa fino, ou nobre, e especiais, produzidos com uvas viníferas, e incluídos os frisantes com gaseificação máxima de duas atmosferas e mínima de meia atmosfera e graduação alcoólica não superior a 13 graus Gay-Lussac” – foi uma reivindicação do setor. Está no decreto e faz parte do regulamento do imposto sobre produtos industrializados.

Quanto ao decreto a que se referia o Dr. Zanetti – e o Dr. Passarinho esclareceu o problema –, o setor pediu uma redução de 30% para 10% do IPI sobre os espumantes. Basicamente, na tabela de incidência do imposto, há dois tipos de espumantes: o champanhe e os outros. No pleito, falava-se nos espumantes. Entendeu a Receita Federal que, como champanhe realmente é produzido na região da França, não se teria que facilitar a situação desse produto, reduzindo o imposto em relação a outros espumantes – não para 10%, mas de 30% para 20%.

Estou entendendo que, na verdade, estamos reendossando uma série de pleitos que foram já expostos

na reunião no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ao Ministro Luiz Fernando Furlan, estando presente também o Sr. Ministro Miguel Rosseto. Eles são avalistas dessas reivindicações. Creio que o próprio Sr. Ministro Luiz Fernando Furlan, com relação a esse decreto, se comprometeria a falar com o Sr. Ministro Antonio Palocci. Então, essa questão é apenas relativa à nova redação do decreto, não havendo mais problemas.

Devemos verificar um assunto interessante. Evidentemente, há uma elasticidade por parte da Receita Federal e da administração tributária, conforme o princípio constitucional que rege o imposto. O art. 153 da Constituição Federal estabelece que o IPI é seletivo em razão da essencialidade. Ora, um refrigerador doméstico sofre um imposto de 20%; para um vinho nobre, pagam-se, no máximo, 10%. Na verdade, as alíquotas **ad rem** giram em torno de 5% a 8%, ou seja, no que diz respeito à tributação do imposto sobre produtos industrializados, entendemos que o vinho tem uma tributação favorecida.

É interessante perceber o sistema de alíquota **ad rem**. Na alíquota **ad valorem**, o percentual é calculado sobre o preço do produto. No caso de bebidas, a alíquota é **ad rem**, ou seja, há um imposto específico sobre a unidade do bem. No tocante ao vinho do Mercosul, especificamente ao da Argentina, essa alíquota **ad rem** até facilita a produção do vinho nacional, porque neutraliza qualquer efeito preço do vinho importado em virtude de pagar determinado montante em reais por unidade do produto. Se o vinho é tão barato, ele continua pagando aquele valor em reais por unidade, isto é, por garrafa. Estamos, então, na mesma posição da produção nacional.

Com relação ao possível descaminho e ao contrabando, infelizmente, não houve possibilidade de trazer esses dados, mas eles estarão aqui na próxima oportunidade. Recebi um telefonema há pouco, informando que, na verdade, não foi encaminhada ao Dr. Zanetti a resposta ao ofício, porque essa planilha está sendo preparada e não houve tempo para essa reunião de agora.

Mas, na realidade, o que estamos percebendo é que subiu brutalmente a importação de vinho argentino por vias legais. Isso está brutal no X Comex.

Então, nós, inclusive, andamos atrás e fomos verificar isso. Estamos falando em estimativa. Estima-se que, em Foz de Iguaçu... Estima-se isto. Estima-se aquilo. Mas, na verdade, a Receita Federal procurou verificar isso. E não foi confirmado, pelo menos nesse quantitativo. Evidentemente, é difícil controlar comércio-formiga. Mas, nessa escala, como se apregoa, a Receita Federal foi atrás, investigou, e não encontrou.

Então, o que existe na verdade é um comércio legal, sim, do produto argentino. Estamos diante não da tributação. Tanto é que a tributação é a mesma do vinho nacional. Não existe nenhuma vantagem comparativa em termos de tributação do vinho argentino com o vinho nacional. Portanto, queremos crer que não é aí que está o foco do problema. Realmente, estamos verificando que – repetimos – essa importação é legal e é basicamente sobre o preço do vinho argentino, que está substancialmente barato em relação ao nosso vinho. E estamos verificando, inclusive, que eles estão em nossos mercados. Não são mercados brasileiros. Verificamos há pouco que estamos também reduzindo a exportação do vinho brasileiro, apesar da quantidade de prêmios que tem tido o vinho nacional. Então, o fenômeno, na verdade, não é a tributação do IPI. Ressaltamos que o problema realmente é a questão do vinho argentino.

Relativamente ao vinho europeu, como é a tributação **ad rem** disso? Dentro do Mercosul, como não se paga imposto de importação, a tributação do IPI é exatamente a mesma do vinho nacional. Quando há algum acordo parcial basicamente no âmbito da Lade, em que há a preferência do Imposto de Importação, paga-se uma letra a mais na importação. Quanto ao vinho europeu, como não temos acordo de redução tarifária, pelo menos até agora, pagam-se duas letras a mais. Isso significa dizer que, se um vinho nacional, um vinho nobre, está enquadrado na classe E, o vinho importado da mesma qualidade paga dois letras a mais, a letra G. Estamos, inclusive, com isso vulneráveis eventualmente a uma reclamação da própria OMC.

Então, queremos crer que, de fato, que o problema do vinho não está na tributação sem prejuízo de, na verdade, arrumarmos uma coisa aqui, uma outra acolá realmente que esteja provocando algum problema que seja para sanar. De maneira nenhuma, a administração tributária quer reduzir – e gostamos muito do vinho. Então, o foco do problema está, sim, no preço do vinho argentino. Cremos que, quanto à solução proposta, que seria mais no âmbito da negociação com a Argentina, mais no âmbito do Governo com o pessoal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, no âmbito do comércio exterior, nós realmente fazemos no II alguma coisa semelhante ao que fazemos no IPI. Os senhores estão propondo alguma coisa **ad rem**: “Vamos pagar x, por causa da qualidade desse preço”, como os senhores estão propondo. Naturalmente, isso envolve negociação no âmbito do Mercosul, porque, de acordo com o Tratado, o que está negociado é que temos uma região aduaneira com alíquota de imposto de importação zero.

Então, senhores, a Receita Federal está disponível, de portas abertas para recebê-los, como sempre. Realmente, queremos crer que o problema não está na tributação do IPI, mas no preço do vinho argentino. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Com a palavra o Sr. Ricardo da Cunha.

O SR. RICARDO CUNHA CAVALCANTI JR.

– Muito obrigado Sr. Presidente Sérgio Guerra e, ao saudá-lo, saúdo todos os membros da Mesa, os demais Senadores presentes e outras autoridades.

Vou tratar algumas questões mais rápidas e mais superficiais porque se acompanhei bem a apresentação, parece-me que o Ministério da Agricultura tem cumprido bem o seu dever de casa em cima das demandas que foram feitas em relação aos padrões de identidade que foram pedidos que fossem elaborados e discutidos com o setor e, em um segundo momento, discutido com a câmara setorial que é onde estão envolvidos todos os segmentos representativos.

Discutimos, enfim, essa parte dos padrões tanto do coquetel quanto dos padrões da sangria com as alterações do decreto de bebidas em geral e também algumas adaptações na lei específica do vinho. Em relação a esses quesitos acredito que não é preciso mais cansar as pessoas em cima disso.

Eu queria tratar então do tema específico da nossa reunião que é a importação de bebidas com baixo preço. O Ministério da Agricultura, por força da Lei 7.678 que é de 1988, que é antiga, que precisa ser mudada, precisa ser atualizada. Isso está em pauta na Câmara Setorial, foi levantada essa importância de elaborarmos e contar com a simpatia que se tem dentro desta Casa a leis em relação ao segmento do vinho para que se agilize o processo de modernização dessa lei.

Essa lei diz, em seu art. 2º que todo vinho e derivado da uva e do vinho importado pelo Brasil, antes de ser posto ao comércio tem que ser analisado. O Ministério da Agricultura tem feito isso. De toda partida de vinho que entra no País é coletada amostra, encaminhada ao laboratório. Eu fiz um levantamento em 97 e o Governo Federal gasta em média cento e trinta e cinco dólares por amostra contando com reagentes de laboratório, custo de pessoal, transporte de amostra.

Se hoje uma determinada pessoa traz um vinho marca X e outro importador traz o mesmo vinho, do mesmo lote, mas com outra guia de importação é outra coleta que se faz por força de lei e outra análise que tem que ser feita nesse produto. Então, sai um custo muito grande para uma metodologia que não é a mais eficiente para controlarmos a qualidade de produto.

Não sei, talvez trabalhássemos com certificação em origem, alguma outra metodologia mais moderna e, aliás, tenho que sublinhar que é o único produto sob a égide do controle do Ministério da Agricultura que é amostrado cem por cento na entrada em importação. Não é feito isso com produtos de origem animal porque há um credenciamento prévio dos frigoríficos que exportam, das indústrias de pescado. Enfim, não é feito com bebidas em geral porque temos um decreto específico que trata de amostragem e estabelecemos um período de três meses. Então, de três em três meses não se tira mais amostra daquele produto, mas com o vinho é feito dessa maneira.

O mais surpreendente e, agora, estamos falando dessa metodologia, é que aproximadamente cem por cento desses produtos estão dentro dos padrões. Vou dar os números do ano passado: no Estado do Rio Grande do Sul tudo que entrou estava dentro do padrão de 100%, no Estado de São Paulo 98,6% estava dentro do padrão. Vemos que o Governo Federal, o nosso País está gastando dinheiro do contribuinte brasileiro para analisar produtos estrangeiros em detrimento e um controle mais efetivo que poderíamos estar fazendo com o produto nacional. Isso tudo por força de lei, da lei que temos que cumprir.

Essa lei precisaria, entendo em uma primeira análise, ser revista. Uma outra coisa interessante é quando se fala do contrabando. Havendo realmente o contrabando o Ministério da Agricultura não tem como controlar o contrabando e posso até fazer uma fiscalização em gôndolas de supermercado, em lojas que estão vendendo em atacado e varejo, analisando esse produtos e verificando se estão em conformidade com os padrões nacionais. Via de regra, Via de regra, com produto estrangeiro, notadamente com a área de vinho, não tenho tido problema de desatendimento dos padrões nacionais.

Uma coisa interessante foi a denúncia que, na última reunião da câmara setorial, um importador fez. Ele disse que, importando legalmente o produto, ele não tem conseguido vender, porque o mesmo produto que ele importa está vindo por contrabando, e o revendedor está comprando mais barato. Essa denúncia foi feita lá, está gravada nos anais da nossa reunião.

Agora se eu pego esse produto, o contrabandeado – sei lá se ele foi ou não foi contrabandeado, porque também não é minha especialidade o contrabando – ou o produto importado legalmente, ambos vão dar dentro do padrão, porque é o mesmo produto, produzido com o mesmo critério de qualidade.

Então, em relação à parte de importação, entendo que uma modernização da nossa legislação para o controle de qualidade poderia fazer talvez até o Gover-

no gastar menos com esse tipo de controle, que não é o mais eficiente hoje em dia, e utilizar esses recursos com outra coisa.

Um outro ponto interessante que foi abordado aqui, e aí eu vou fazer uma colocação em cima de uma frase que o meu amigo Luís Passarinho disse, foi que a sangria e os coquetéis são fraudados. Não. Não são fraudados. Eles estão dentro de um parâmetro, de um padrão, dentro de uma categoria de produtos diferente da do vinho. Eles podem até estar induzindo o consumidor a erro e a equívoco devido a problema de rotulagem.

Foi o que pudemos ver aqui com as duas amostras que você trouxe. Veja que você até descontou o conteúdo líquido, porque se estivesse fraudado teríamos que ver o conteúdo, teríamos que mandar para o laboratório, para que analisasse. Mas, pelo rótulo, sentimos que há indução ao erro. O consumidor fica confuso, sem saber como fazer aquela análise.

O Ministério da Agricultura tem registradas hoje, Sr. Presidente, cerca de 14 mil empresas, que representam quase 100 mil produtos. Estamos falando da área de bebidas. É quase impossível ter um olho atento a todos esses rótulos que estão no mercado. Temos recebido muitas denúncias. Temos apurado todas, na área de bebidas. O maior cartório do Ministério da Agricultura é a bebida.

Só para dar uma informação, Senador Pedro Simon, fez-se um levantamento, em 1988, sobre a cachaça – só para falar um pouco sobre a cachaça –, e descobriu-se que existem mais de 30 mil alambiques clandestinos. Para V. Ex^a ver. Estamos falando aqui de 14 mil estabelecimentos que produzem vinho... Aliás, na área do vinho, não há muita clandestinidade. Pelo menos não têm sido levantadas indústrias clandestinas, vinícolas clandestinas produzindo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Há mais alambiques clandestinos do que registrados.

O SR. RICARDO CUNHA CAVALCANTI JR. – Mais. Há mais clandestinos do que registrados. Agora, se se pegar a litragem registrada, deve dar 90% da litragem de cachaça do País. Os 10% são de micros mesmo, são de cachaça produzida dentro de uma propriedade rural que ninguém sabe onde está.

Enfim, diante desse contexto, precisamos e podemos colaborar. No problema das bebidas alcoólicas mistas e dos coquetéis, com uma nova legislação de rotulagem. Acho que estamos até trabalhando nisso, já tenho tido alguns contatos com o setor privado, para modificar, para melhorar nesse ponto. Em relação à importação, no que poderíamos melhorar? Poderíamos contar com a agilidade do Congresso Nacional, fazer nosso dever de casa, também, e encaminhar, o quanto

antes, uma nova lei de vinhos, na qual possamos tratar desses assuntos todos da maneira mais pragmática, mais realista no momento atual do País.

Ademais disso, eu tenho aqui a trazer a palavra do Ministro Roberto Rodrigues, que é a pessoa que estou representando, que é parceiro do segmento, que tem sempre passado a orientação de se tentar atender o segmento – não só o do vinho, mas, de maneira geral, as agroindústrias, com quem trabalho –, para tentar resolver os problemas.

Precisamos é que o setor que, a bem dizer, mais gera recursos, mais gera riquezas para o País, que é o agronegócio, tenha todas as facilidades, tenha todas as possibilidades de deslanchar tanto no contexto nacional como no internacional. E não é diferente no setor de vinho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – O Dr. Zanetti pede a este Presidente, solicita à Mesa alguns poucos minutos para prestar alguns esclarecimentos.

O SR. HERMES ZANETTI – Entendi o recado quando V. Ex^a disse “poucos minutos”. É para ser rápido.

Em relação ao contrabando, há poucos dias ouvi uma autoridade do Governo dizer que tinha rastreado todo o Nordeste e não tinha encontrado contrabando lá. Procurou no lugar errado. Sabemos que não existe produto de contrabando no Nordeste. Não é lá que está. Então se procurarmos onde não está, sabendo que não está, não vamos achar. Essa é a primeira observação em relação ao contrabando.

Foi dito aqui que não faz contrabando porque não paga Imposto de Importação. Está errado. Acontece que o vinho paga até 53% de impostos dentro do Brasil, e o vinho que entra de contrabando não paga imposto nenhum aqui dentro porque é vendido sem nota. É isso que precisamos entender, se não entendermos isso vamos falar o quê aqui? Essa é a questão. Se importei legalmente, vendo legalmente e pago imposto, se trouxe por contrabando, trouxe por baixo do pano não pago imposto, isso significa metade do preço do vinho.

Queria dizer à Receita Federal que se não entendermos isso não vamos entender nada e nunca vamos achar nada. Agora, o Dr. Hélder ouviu lá no Ministério da Indústria e Comércio um depoimento vivo, trouxe aquele importador exatamente para falar do assunto – e o Ciro Lilla está fazendo sinal porque quer dizer isso –, entregando um caminhão. Então não é verdade que não há contrabando.

E quero dizer que o contrabando, Presidente, é muito expressivo no País sim! E por isso estamos dis-

postos, quem sabe, a entregar uma cópia do dossiê que entregamos ao Ministério da Justiça, ao Ministro Furlan, quem sabe consigamos uma cópia para entregar para a Receita Federal. Lá tem nome, endereço, telefone, CPF, tudo! Só que a Receita Federal não nos respondeu o ofício que mandamos em setembro de 2003 até hoje.

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – Não havia naquela ocasião nenhuma especificação de contribuinte.

O SR. HERMES ZANETTI – Verdade. Achávamos que não era nosso compromisso dizer ao Governo quem está fazendo contrabando, estávamos denunciando que havia o contrabando, há a Receita Federal e há a Polícia Federal neste País para cuidar disso. Quando o Governo disse: digam que é. Fomos e dissemos quem, quanto faz, onde está, qual é o seu endereço e pedimos então as providências.

O segundo ponto, Presidente.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADFO – (fora do microfone)....

O SR. HERMES ZANETTI – Até hoje não, mas estamos realmente confiantes de que agora as providências serão tomadas. Estamos confiantes nisso, Senador.

Quando à questão...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (Fora do microfone.)

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Agora que eles vão dar, mas não tinham dado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (Fora do microfone.)

O SR. HERMES ZANETTI – Isso foi dia 30 de janeiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nessa altura já se mudaram de lá....

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Com nome e endereço já?

O SR. HERMES ZANETTI – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Num lugar não está mais, já desapareceu. Seis meses depois.

O SR. HERMES ZANETTI – Em relação à fiscalização. Tem razão o Dr. Ricardo Cavalcanti. É um problema sério, é um desafio grande. Por isso queremos ajudar, Presidente. Agora, precisamos que o Ministério também queira fazer, vamos estar junto para fazer, vamos ajudar.

O terceiro ponto, Presidente, gostaria de provocar o Dr. Hélder sobre o esquecimento, com certeza foi um esquecimento. O imposto é feito tendo como base o critério da essencialidade, se não me equivoco aqui no termo. Perguntaria que essencialidade tem a san-

gria, o coquetel, a bebida alcoólica mista para estarem sendo tratados como estão. Estamos oferecendo uma compensação, que é tratar diferentemente os produtos diferentes e tratar com rigor de Estado aquilo que é um desvio que está ocorrendo e que foi aqui muito bem explicado pelo Luís Passarinho.

Obrigado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Ouvimos depoimentos muito convincente hoje, vou dar duas palavras e passar a palavra aos Srs. Senadores que inclusive provocaram esta reunião de hoje.

Há uma imensa demanda sobre uma crise que pode ter contornos dramáticos, não apenas na vinicultura mas também em outras áreas da agricultura e da agroindústria brasileira. Nesse caso me parece bastante óbvio, um excesso de estoques, foi o que entendi bem, uma concorrência que, por razões argentinas, e aí concordo também com as ponderações da Receita, são desequilibradoras, por sinal uma produção brutal, não vou fazer como fizeram, e ouvi bem aqui, os espanhóis que queimaram, transformaram sua bebida em álcool, mas estão vendendo esse excedente de produção. O mercado de lá teve um declínio relevante, não somente nessa produção, mas em outras produções. E eles estão com uma capacidade enorme de entrar com esse produto por dentro do Brasil a preços que são desequilibradores para o mercado brasileiro.

Fica claro que essa é uma questão urgente, tem que ser tratada com imensa prioridade pelo papel que ela tem, pela relevância que ela tem, pelo emprego que ela gera, pela economia que ela produz e pela situação de fato, há estoques que já não podem crescer mais. Foi isso que entendi.

Penso que, nesse caso como em outros que estamos acompanhando aqui, percebo muita preocupação e muita solidariedade do Ministério da Agricultura – meu depoimento – e reconheço as dificuldades da área da Fazenda. Não são poucas, são muitas. Mas o papel do Congresso é interferir, pressionar de forma democrática e positiva para que as coisas se resolvam.

Dr. Hermes queria dar uma palavra.

Pois não. Dr. Hélder

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – O Dr. Zanetti, até mesmo pela oratória que lhe é peculiar, coloca muita emoção na coisa e nós ficamos “Pôxa, na verdade, estamos errando em alguma coisa. Não estamos fazendo o dever de casa, o que está havendo?” Depois ele vem aqui no ouvido e pede desculpas, que isso é natural. Aí, depois, ao pegar o microfone, ele...”

O SR. HERMES ZANETTI – Não. Isso, não posso deixar passar assim. O que eu disse a ele é que tenha em conta o conteúdo do que eu disse, que a veemência é característica minha. Desculpa, Sr. Presidente,

não posso deixar passar aqui como se eu tivesse dois papéis. Não é o meu estilo, e não foi isso que eu lhe disse. Eu não lhe pedi desculpas.

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – Eu falava da veemência naturalmente, da emoção.

Eu fiz questão registrar quando o Dr. Zanetti disse o seguinte: “Estima-se que somente em Puerto Iguazú se tenha 50 mil caixas por dia, ou melhor, por mês.” Estima-se... Naturalmente a Receita Federal trabalha com dados; o senhor tem que mandar os dados com consistência e não uma estimativa. A Receita recebe diariamente dezenas, centenas de denúncias, principalmente do concorrente. O senhor acaba de dizer “quero meu vinho a 5%, mas quero 60% do meu concorrente” Entendeu? Que é a sangria perfeita. O senhor estava dizendo em outras palavras isso. O que, na verdade, com relação à sangria nós temos... Porque é o seguinte: o senhor, então, quando fala, vamos falar de vinho. Ou seja, eu quero redução porque eu produzo e para o concorrente, quero que se dane. Na verdade, não é assim que pode visualizar a Receita Federal. A Receita Federal tem que agir diante dos princípios legais.

Na verdade, o que existe com a sangria, o que existe com a batida e outros problemas é de outra natureza. Na verdade, esses produtos alcoólicos, classificados em 2208 estão tributados com 60% com alíquota de **ad valorem** que alíquota está pedindo. O que existe... Estou falando de produtos que são objeto de silo. Então temos os produtos do 2206 e do 2205, onde estão o Vermut e os fermentados, que não são vinhos, de maçã, por exemplo, que existe, na verdade, um problema de identificação do próprio produto. Tem produto que está intitulado sangria – permita-me fazer uma observação, talvez fosse interessante ao Ministério da Agricultura observar isso. Está registrado como sangria no Ministério da Agricultura e o teor alcoólico não está compatível com a legislação de sangria. Há casos, inclusive, que nós temos que desclassificar o produto para posição 2208, onde a alíquota **ad valorem** é de 60%. Está inclusive sujeito a selos.

O problema, na verdade, é de identificação do produto. Nós temos antes de majorar, veja bem, principalmente se aumentarmos para 30, para 60, 70, estou aumentando o quê? Eu preciso saber o que estou tributando na verdade. Estamos, nesse caso, diante de identificação do produto, de classificação fiscal de mercadoria. Antes de pensar em tributar, tenho que pensar o seguinte: nós podemos, o Ministério da Agricultura pode registrar um produto como sangria, quando ele tem, na verdade, na sua composição química, no seu teor alcoólico, uma composição que está incompatível com a legislação? Não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Vou ser obrigado a tomar uma decisão que considero sensata para o andamento dos trabalhos. Os Senadores vão fazer perguntas aos integrantes da Mesa. Com certeza, esclarecimentos que não foram dados até agora vão ser solicitados. Já tivemos uma compreensão geral do problema que foi apresentado aqui. Não é um problema de simples solução, é um problema fiscal, de relações comerciais, regulatório, de fiscalização e até de contrabando. São muitas as variáveis. Devemos tomar conhecimento delas, mas a forma desse conhecimento ser claro para o Congresso Nacional será por meio das perguntas que os Senadores farão a esta Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, essa matéria vem há um longo tempo, há um longo período e não se consegue chegar a um entendimento.

Convém, primeiro, fazermos um esclarecimento que é muito importante. Houve uma transformação muito grande na produção do vinho brasileiro. Até uns tempos atrás, o vinho brasileiro não era de boa qualidade. Ele não tinha credibilidade, não tinha tecnologia. O melhor vinho que tínhamos era o Granja União, mas não conseguíamos ter tradição. Entretanto, houve uma transformação muito grande e muito profunda nesse setor. Em primeiro lugar, houve a qualificação das uvas, a produção de uvas viníferas. Além disso, não somente técnicos nossos foram se especializar na Europa, mas técnicos da Europa vieram aqui, instalaram-se aqui. Hoje, não é por nada que são mais de cem títulos que os vinhos gaúchos ganharam na Europa – menções, inclusive nas produções; não somente concursos de vinhos, mas concursos dos melhores vinhos. Entre os melhores vinhos, os vinhos gaúchos tiraram os primeiros lugares.

Então, há uma nova realidade. Entretanto, ainda não conseguimos vender essa nova realidade nem para o povo brasileiro, nem para a nossa gente. A grande imprensa nacional tem “um chique” de vinho estrangeiro, de vinho francês, da champanhe não sei de quê. Então, não se encontra, a não ser de vez em quando, uma publicação nacional, com credibilidade, valorizando os nossos vinhos. Até pouco tempo atrás, não se conseguia que o Itamaraty vendesse o vinho nacional. Ontem, por exemplo, todo mundo comentou que foi um sucesso geral, que foi uma unanimidade com relação à qualidade do vinho gaúcho que foi servido no banquete para trinta delegações estrangeiras.

Essa nova realidade não está tendo a devida compreensão, a devida cobertura. O Governo não está fazendo aquilo que é uma distinção que deve ser feita.

Uma coisa é a sangria, outra coisa é o tal de vermute, as coisas que são as mesmas coisas que estão aí; outra coisa que merece o cuidado especial é essa classe de vinhos. O nosso espumante está sendo reconhecido internacionalmente como tendo uma qualidade especial superior. Na Europa, eles reconhecem que o vinho espumante brasileiro tem uma característica, uma classe especial que eles não têm. Então, isso tinha de ter a boa vontade por parte do Ministério da Agricultura e por parte da Receita.

Entendo – e V. Ex^a se referiu a isto – que vivemos um momento delicado com a Argentina. Eu não gostaria nem de falar, mas, na verdade, o Mercosul foi feito, é importante, é fundamental, é bom para todo mundo, mas ele é muito melhor para a Argentina que para o Brasil. A Argentina tem um mercado de 180 milhões e nós temos um mercado quatro vezes menor. Quando criamos o Mercosul – lá se vai tanto tempo –, primeiro, eu participei da criação como Secretário da Agricultura do Governo Sarney. No ano seguinte, participei como Governador do Rio Grande do Sul e, pela importância do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina e com o Uruguai, fui convidado e participei de todas as reuniões que iniciaram o Mercosul.

Então, sabemos que a Argentina é delicada, que ela tem um sentido meio belicoso com relação ao Brasil. Contudo, não é o Rio Grande do Sul que vai pagar essa conta. Eles estão importando geladeira ou que for na Argentina de São Paulo e, na hora, quem está pagando a conta é o Rio Grande do Sul. Nós produzimos trigo, a Argentina produz trigo; nós produzimos arroz, a Argentina produz arroz; nós produzimos soja, a Argentina produz soja; nós produzimos frutas, a Argentina produz frutas; nós produzimos carne, a Argentina produz carne; nós produzimos vinho e a Argentina produz vinho.

Então, é uma conta muito cara a que está sendo feita. Alguma coisa tem de ser feita. São Paulo produz café, a Argentina não produz café; São Paulo produz banana, a Argentina não produz banana; São Paulo produz tecido, a Argentina não produz tecido; São Paulo produz um milhão de produtos industriais que a Argentina não produz.

Essa, portanto, é uma questão que está ficando muito séria para nós do Rio Grande do Sul. Fronteira, a parte do Rio Grande do Sul, que era a mais rica – Uruguiana, Livramento, Alegrete, Bajé – está um fracasso. As cidades estão em um decadência de dar pena. O Rio Grande do Sul nasceu ali. São cidades onde, no início, toda a formação dos jovens... eles iam estudar na França, na Europa. São pessoas que hoje, são cidades que estão em tremenda decadência.

De um lado, no problema da carne não nos dão garantia; quanto ao trigo, por exemplo, está certo que o trigo argentino era – porque até nem é tanto – mais barato do que o nosso. Hoje, graças à tecnologia, graças à Embrapa é igual ao argentino. Mas não se produz, importamos seis ou sete milhões de toneladas de trigo para que a balança de pagamentos ficar mais ou menos sustentável. Então, o Rio Grande do Sul não pode produzir.

É dentro desse contexto que queremos colocar o problema do vinho. O vinho do Rio Grande do Sul é de primeira qualidade. Esse é um problema novo, que o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda têm de entender que esse é um fato novo.

O vinho é um produto nobre e importante no plano internacional, e é importante para nós que o vinho brasileiro tenha essa condição e essa credibilidade. Foi dito aqui pelo Zanetti, e ele o disse muito bem, que há uma diferença. Quanto ao trigo, por exemplo, nesse ano vão plantar apenas três milhões de toneladas. Paramos de plantar nesse ano, no ano que vem plantamos. Ficamos três anos sem plantar, no ano seguinte plantamos. É o que está acontecendo conosco. O arroz está aí. Daqui a pouco temos de plantar metade do arroz porque importaram não sei quanto do produto.

Contudo, o vinho não é assim. Ou você produz ou não produz. A gente tem de entender isso. Não está no negócio. Em primeiro lugar, são necessários uns dez anos para o produtor plantar e ganhar credibilidade. Nós já temos essa credibilidade, mas não conseguimos fazê-la valer em nosso País, quanto mais no estrangeiro.

Por outro lado, a situação é dramática. Esse ano foi uma desgraça para o Rio Grande do Sul. A seca nos arruinou. Visualmente, a única coisa que deu bem foi a uva. A uva é a melhor dos últimos 50 anos. Será uma safra de vinhos espetacular, porque exatamente o que atormentou o resto, ou seja, a falta de chuva, para a uva foi uma maravilha.

Então, estão em véspera de ter a melhor safra, mas eles não terão dinheiro para pagar... Agora, está na hora de pagar porque já receberam... e eles ainda não venderam nada. Quer dizer, a situação é dramática. Não é uma situação do Ministério da Agricultura ou da Fazenda. Não é que o Ministro já pensou ou vai pensar.

É uma situação séria e urgente. Volto a repetir: não é justo que façamos um negócio que levou tanto tempo para chegar no topo – e, modéstia à parte, o vinho brasileiro está no topo da qualidade – e a essa altura se dar uma paulada para cair tudo e se começar não sei quando.

Com todo o respeito, creio que o Ministério da Fazenda deveria dar atribuições, da a cobertura necessária. Há vários setores. Vamos discutir o trigo, o arroz, a soja, o vinho. Se não dermos condições de saída a nossos produtores eles vão quebrar, as empresas vão quebrar. Não só a Aurora, que é grande. As outras, já começaram com gabarito, como a Casa Valduga, Miolo, começaram bem. Nós temos algumas coisas interessantes no Rio Grande do Sul, um empresário de primeira grandeza, que é de Caxias. É o maior fabricante de carrocerias. Ele está produzindo vinho, vai entrar na produção de vinhos. É algo positivo.

Não sei como era antes, mas o Governo do PT é complicado. Fala, discute, analisa, vai ver, mas não há solução. Sempre disse, com todo o respeito, que considero dois Ministros sensacionais: o Ministro da Exportação e o Ministro da Agricultura. O Ministro da Agricultura está tendo problemas em sua administração, na não sei de que tipo. O Ministro Furlan já mostrou. Nosso Ministro da Fazenda não está tendo o devido entendimento da questão.

Recebo V. Ex^{as} e os representantes com o maior respeito, com a maior admiração. Nosso convite tinha sido feito aos Ministros. O Ministro não veio. Se o Ministro não viesse o convite deveria ser feito ao homem da Receita, que também não veio. V. Ex^a mandou o senhor, por quem tenho o maior respeito. Já o conheço porque é sempre o senhor que vai, que vem. O Ministro reuniu todo mundo, foi uma belíssima reunião, uma reunião de alto gabarito. O Ministro Furlan ficou lá quatro horas sentado, suspendeu tudo e ficou lá. O Ministro da Fazenda e o Ministro da Agricultura mandaram V. S^{as}. Os senhores ficaram lá. O medo que tenho é o de que o senhor ainda não tenha falado com o Ministro da Fazenda e de que o senhor ainda não tenha falado com o Ministro da Agricultura. Quer dizer, nós estamos aqui mas o negócio não anda.

Creio que V. Ex^a, como Presidente da Comissão, e os Senadores do Rio Grande do Sul, têm autoridade para marcar uma audiência com o Ministro da Fazenda e dizer: quero (inaudível) quero uma resposta. Seja sim ou não quero uma resposta. Creio que V. Ex^a deveria fazê-lo. É algo que vale a pena ser feito. Com todo o respeito. Creio que está na hora de S. Ex^a falar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)
– É claro.

Quero....

(Trecho inaudível.)

....confirmou que esta semana estabeleceria a data de vir até aqui para conversar conosco sobre o objetivo da convocação que lhe foi feita. É um objeto amplo no qual poderemos inserir, de forma concreta, a questão dos vinhos.

Com relação ao Ministro da Agricultura, creio que S. Ex^a está absolutamente disponível para comparecer e discutir conosco.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na figura do nosso Senador, cumprimento, então, toda a Mesa, cumprimento a todos, pela exposição. É uma pena que o Senador Pedro Simon saiu, mas esse governo não é composto só pelo PT. Esse governo é composto por uma política ampla, onde está, inclusive, o PMDB. Então não dá para pensar que o PT governa sozinho. Se isso fosse verdade, não havia lá ministros de praticamente todos os partidos. Só não fazem parte dele o PSDB e o PFL. Com todo o respeito ao nosso Senador Simon, porque, senão, precisamos almoçar juntos, hoje, nós três!

Segundo, gostaria de dizer que os problemas do vinho, do trigo e do arroz não são problemas só do Governo do Lula. É como se eu chegasse, agora, ao Rio Grande do Sul e pensasse que todos os problemas de lá surgiram depois que o Rigotto assumiu. Sabemos que são problemas históricos da cadeia produtiva, que estamos aqui para debater, aprofundar.

A questão dos Ministros. Olhe, dizer que a audiência que fez o Ministro Furlan, convocando todos os Ministros correspondentes às respectivas áreas, ou seus representantes, não foi excelente é uma injustiça com o governo. Não, foi a participação dos Ministros nesse debate. É esse aspecto que foi colocado aqui pelo meu colega e amigo Senador Pedro Simon.

Os que estão aqui representam muito bem, sim, as pastas correspondentes. É claro que tínhamos que avançar muito mais, mas, quando falei com o meu amigo Zanetti, ex-Deputado Federal, e tenho a liberdade de chamá-lo assim, já me falou que, a partir daquela audiência, avançamos. E estamos avançando! Sou daqueles, meu Senador, otimistas, diria até que por princípio, porque sempre digo que o pessimista é um derrotado por antecipação. Está sempre derrotado, porque sempre acredita que nada vai dar certo. Estamos avançando, vamos avançar muito mais, as perguntas que vou fazer aqui são objetivas, claras! Não tenho dúvida alguma da qualidade do vinho do Brasil nem do momento a que chegamos. É claro que estou preocupado. Àquela mesma reunião que tive com o Pedro Simon, e estava lá também o Sérgio Zambiasi, os vereadores que sentaram conosco ali para conversar, que estão fazendo uma grande comissão de vereadores, estavam preocupados com a situação de quebradeira, de desemprego, de miséria, que vai envolver milhares e milhares de famílias e que, de fato, exige uma posição mais rápida de todos que estamos envolvidos.

Gostaria de fazer, de maneira bem objetiva, algumas perguntas:

Uma das reivindicações do setor vitivinícola é a falta de fiscalização nas fronteiras, e ouço isso todos os dias. E aí estendo: não é só a questão do vinho, é também do arroz, principalmente do arroz, pois estão lá os produtores agora trancando a fronteira e não deixando o arroz entrar, dizendo que está entrando de forma indevida.

Então a pergunta, em relação ao vinho, é a seguinte: quais as estratégias da Receita Federal para inibir o ingresso clandestino de vinhos no Brasil? Se existe já um estudo, já que essa é uma denúncia que ouvimos quase todos os dias nas reuniões de que participamos.

Uma outra pergunta: a alíquota de importação, de 27% sobre o vinho, conforme passou aqui à assessoria, só vale para os países que integram o Mercosul, correto?

Esclareça, então, Zanetti.

O SR. HERMES ZANETTI – Perdão! Para os países do Mercosul, não há, só apenas para terceiros países! Não há Imposto de Importação para os países do Mercosul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas é isso mesmo! A alíquota de importação de 27% sobre o vinho só vale para os países que não integram o Mercosul. Isso tem aumentando consideravelmente a importação, em resumo, do vinho da Argentina.

A pergunta que vai é a seguinte, em relação ao que chega às prateleiras com preço inferior do vinho nacional: Pode ser uma saída reduzir a alíquota do vinho nacional, do nosso vinho? Faça a pergunta à Receita Federal.

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – São questões distintas porque em questão de importação não incide sobre o produto nacional. E também não incide sobre os produtos de Mercosul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas uma das reivindicações que tenho aqui é que é a alta tributação do vinho nacional.

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – O que nós podemos fazer em decreto, nós podemos sim, por intermédio do Poder Executivo, reduzir até zero, e a **(inaudível)** percentuais a alíquota do IPI. Mas na verdade isso não aumentar a vantagem comparativa do vinho nacional, porque naturalmente eu tenho que tributar da mesma forma o vinho nacional e o importado na mesma alíquota.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos ver se a outra pergunta complementa.

Existem estudos realizados sobre a carga tributária do Brasil em relação aos demais países que integram no Mercosul? É uma pergunta.

Qual a possibilidade de mantermos um valor de tributação semelhante aos demais países de forma a tornarmos o nosso vinho competitivo? Existe estudo neste sentido?

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – De um modo geral, a tributação do vinho nacional e de bebidas também acompanham essa alíquota **ad rem**.

Nós temos em especial um setor que está representado aqui presente, que tem pleiteado à Receita Federal, no caso do vinho que nós temos, um caso específico que acima de US\$ 50,00, a importação é com alíquota **ad valorem**, não é com a alíquota **ad rem**.

Excetuando esse caso que realmente representa um diferencial grande na tributação, nós temos uma tributação mais ou menos equivalente. O vinho nacional não é um produto, volto a insistir, tratado pelo IPI, de modo a ter uma tributação muito elevada, como disse, nós estamos entre 5 e 7%. Esse caso quando nós temos uma alíquota **ad valorem** é que é um problema, porque nós temos o seguinte: US\$ 50 hoje equivalem em torno, mais ou menos, de R\$ 130,00 e alguma coisa. Então, você tem uma alíquota de 10%. Perfeito, então, dá R\$ 13,00 que está na última letra que realmente é tributação da letra “z”, 13,88. Mas quando você tem um vinho que custa US\$ 100,00 a garrafa, se estabiliza se for uma alíquota **ad rem**, se estabiliza aí, ou seja, o que poderia pagar o máximo seria 13,38, perdão. Então, na verdade, para evitar esse limite, você tem um vínculo, volto a insistir, cumprindo o princípio da essencialidade, não em função da seletividade nós temos que tributar esse vinho de forma **ad valorem**.

Então, nós temos um vinho de US\$ 200,00, US\$ 100,00 a garrafa, como **(inaudível)** desse valor, aí sim nós temos uma tributação mais elevada do que um concorrente. Tanto é que é um **(Inaudível)** e que a Receita Federal está estudando.

Gostaria de agregar que naqueles pontos colocados aqui, que são pontos concretos com dados, a Receita já se comprometeu a fazer isto. Volto a insistir no caso do decreto dos frisantes. A Receita Federal já se comprometeu a também reduzir a alíquota dos espumantes, tipo champagne. Isso está claro. Acho que isto já ficou claro desde a reunião com o Ministro Furlan.

No que diz respeito ao contrabando, a Receita Federal está sempre agindo, aliás eu acho que os senhores nunca viram uma ação tão contundente, contra contrabando como está fazendo ultimamente a Receita Federal, inclusive com desgaste políticos tremendos.

Veja o problema que tivemos a nível diplomático com o Paraguai. Então, não verdade, não se pode neste momento dizer de forma nenhuma que a Receita Federal está sendo omissa. Jamais!

Então, se os senhores tiverem uma denúncia contundente, pode estar havendo isso ali a Receita Federal vai estar presente. Agora o que não podemos dizer é ficar no “estima-se isso, estima-se aquilo”. E aí por onde vou começar? Volto a repetir que o documento que foi entregue à Receita Federal, há cerca de dois anos, não continha qualquer referência a qualquer tipo de contribuinte, sequer o setor. Dizia-se vagamente do “contrabando formiga”.

Precisamos de algo mais consistente. Mesmo assim a Receita Federal foi atrás e verificou que o acréscimo não estava por aí, mas estava realmente no preço do vinho argentino. Esse documento que o Dr. Zanetti citou, com endereço e CPF, não foi destinado ao Ministério da Fazenda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Zanetti, só para concluir, pelo que me disse o representante da Receita Federal, não entra vinho, via contrabando. Você diz que não é bem assim. Então, se não entra pela via legal, como explicar uma diferença tão grande do vinho argentino com o vinho nacional?

O SR. HERMES ZANETTI – Sr. Presidente, posso responder?

Eu queria aproveitar a sua pergunta para me referir a dois pontos que foram colocados aqui e que ficaram pendentes.

Primeiro, eu vim aqui com o ânimo de encontrar representantes do Governo que queiram fazer conosco aquilo que é necessário que o Brasil faça, porque todos somos brasileiros. E vim com o ânimo da reunião feita com o Ministro Furlan, que foi excelente. Destaquei isso desde o início aqui e mantenho, reafirmo.

Quero destacar, Presidente Sérgio Guerra, que realmente sentimos que, a partir daquela reunião, onde o Ministro Furlan foi designado pelo Presidente Lula para representá-lo, as coisas começaram a andar. Feita essa referência, a expectativa é de que possamos encontrar, construir, aqui caminhos comuns. Esse é o nosso objetivo.

Recebo com muita surpresa uma agressão de sermos acusados de que queremos aqui baixar o IPI do vinho e aumentar o vinho dos concorrentes. Essa é a maior prova daquilo que eu dizia, que o Brasil, realmente não tem tradição de vinho e não entende de vinho, porque querer comparar vinho com sangrias, com bebida alcoólica mista e com cocktail? Gente, se não entendermos essa diferença não temos condições de corrigir os problemas sérios que estamos tendo.

Então, reafirmo que o nosso ânimo é de encontrar caminhos de construção, partindo da verdade e do respeito. Segundo ponto, respondendo ao meu iminente amigo, colega de luta, como líder classista e hoje iminente Senador da República, pelo Rio Grande do Sul, Paulo Paim, eu não sabia que nós tivéssemos que mandar o nosso pessoal contar as caixas que entram no Brasil, mas apesar disso nós fizemos isso. Quando não mandamos à Receita Federal foi porque ela não nos respeitou. Um ofício que demora dois anos para se responder que recebeu? Vou contar algumas coisas aqui, Sr. Presidente, que o respeito à grandiosidade desta reunião merece. Nós chegamos a um ponto que, como a Receita Federal tinha sempre representante e nunca medida nenhuma foi tomada, sequer o ofício foi respondido, nós nos reunimos com a liderança dos policiais da Polícia Federal e o pessoal que se reuniu com eles saiu com lenço na mão, Presidente, ficaram com pena, porque passaram a reunião toda ouvindo sobre a falta de condições que eles tinham de fazer o que pedíamos que fosse feito.

Pois bem, vou contar como estimamos, é essa a palavra, porque não considero que o setor tenha a obrigação de fazer mais do que já fez.

Não mandamos para a Receita Federal o dossiê, porque ela nunca se mexeu para fazer aquilo que pedimos. A medida em que relatamos isso ao Ministro Roberto Rodrigues e ao Ministro Miguel Rossetto, os Ministros fizeram o aviso ministerial ao Ministro da Justiça, pedindo ao Ministro da Justiça, porque é da sua competência, por se tratar da Polícia Federal, que agisse coibindo o contrabando.

A primeira reunião, em 15 de dezembro, Presidente Sérgio Guerra, o Secretário Executivo do Ministério da Justiça nos pediu: Façam um dossiê. Não era nosso papel. Venho de combate à ditadura militar, e, naquela época, entendíamos que era dedo-duro quem fizesse um papel desse fora da sua competência. Pois fizemos, não no sentido político, mas no sentido de salvaguardar um importante setor da economia nacional. E fizemos sim um dossiê. O nosso pessoal, Sr. Presidente Sérgio Guerra, gastou Natal, Ano Novo, não teve esses feriados porque ficou trabalhando para levantar isso. Pegamos os vendedores da Aurora e mandamos lá nas cidades. No caso de Puerto Iguazú, o nosso Diretor Comercial chegou a ir lá para dentro das lojas. Evidentemente, Dr. Hélder, sem ser identificado, porque corria risco de vida. E levantou os dados dentro das lojas. E o nome dessas lojas está naquele dossiê, entregue ao Ministro da Justiça. Estou contando aqui, Sr. Presidente, em homenagem à reunião, esperava ser poupado disso. Porque o setor é suficientemente responsável para quando colocar os dados, imaginar

que do outro lado haverá alguém receptivo a entender que a seriedade do momento exige que se entenda aqueles dados como verdadeiros. Então, Dr. Hélder, naquele dossiê, e o senhor duas vezes se referiu desrespeitosamente, como sendo uma acusação leviana. Foi o que o senhor quis dizer quando disse, “estima-se”. Estimamos com base em dados. Os senhores não estão encontrando, e reafirmo, contrabando existe. Gostaria muito, Sr. Presidente, que o Dr. Ciro Lilla, que é da Associação dos Importadores, desse o relato dele aqui a esse respeito, para que, quem sabe, a Receita, ouvindo então quem importa, quem sabe se importa com o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Consultaria ao Senador Paulo Paim se ele gostaria de ouvir também o esclarecimento do Dr. Ciro neste instante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. CIRO LILLA – Bom, tenho uma posição mais conciliadora talvez nesse aspecto. Na verdade quando foi feito o primeiro relatório sobre esse assunto para a Receita, falava-se realmente em “Operação Formiga”, e lembro-me bem disso e penso que a explicação para todo esse desentendimento vem disso, esse problema é recente, ele começou com o problema de uma “Operação Formiga”: É o desempregado com uma moto, vinha no porta-mala de um automóvel. E foi assim que começou. E quando isso começou a preocupar, então foi feito aquele relatório e passado à Receita. Então é verdade que a, digamos, pouco mais de um ano atrás, o problema tinha uma proporção muito menor e era basicamente um problema da “Operação Formiga”. Recentemente, talvez por volta do segundo semestre do ano passado, o problema adquiriu uma grande proporção. Então, a gente tem uma informação, não tem dados, mas tem uma informação comercial, que vem dos vendedores, quem vem dos representantes etc., e são inúmeros exemplos, que o mercado de vinhos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e começando talvez a chegar no interior, mas principalmente Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, está havendo uma atuação muito forte do contrabando. Então não é mais o que era, realmente era uma “Operação Formiga”. As informações que temos hoje é que isso se tornou uma operação em larga escala, e por isso acho que é preciso fazer alguma coisa a respeito.

Só queria aproveitar a oportunidade e dizer ao amigo, Dr. Hélder, que, realmente, o IPI o setor concorda, o IPI é um imposto muito inteligente na questão do vinho. E ele é uma proteção mesmo, a única talvez que exista hoje em dia em relação ao vinho argentino.

A única coisa que o setor pede em relação ao IPI é que seja eliminada radicalmente a discriminação, digamos, contra o vinho espumante, especialmente porque se ele é o melhor produto brasileiro, a gente entende que ele deve ser beneficiado e não penalizado.

E, finalmente, que esse imposto inteligente, que é o IPI, o mesmo sistema fosse aplicado no Imposto de Importação. Porque, veja bem, hoje o problema é a Argentina. E realmente o Imposto de Importação, sendo fixo ou não, não afeta o vinho argentino. Aí é uma discussão política. Mas temos que ficar atentos porque sempre está aberta a possibilidade de uma invasão também de vinhos europeus muito baratos, porque há um excesso muito grande. Aí sim, com uma alíquota específica, a indústria nacional ficaria protegida desse problema. E falo como importador, protegida, sem prejuízo dos outros países. A única coisa que se deve fazer, e esse é o grande acordo que existe hoje entre importadores e produtores, é que é bom para o País, que venham vinhos de maior valor. Daí o nosso pleito em relação aos vinhos maiores de US\$50, pois são vinhos que criam o mercado, trazem a cultura pro vinho. E a grande solução, digamos para a proteção do vinho nacional, sem problemas com os outros países, seria a adoção do Imposto de Importação Fixo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Pergunto ao Senador Paim se dá por encerrada a sua intervenção.

Ouçó o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Obrigado Presidente Sérgio Guerra.

Mais uma vez, cumprimentando a sua sensibilidade em acolher a nossa solicitação, minha, do Paim, do Simon, para que pudéssemos ter essa produtiva audiência pública, com a presença dos nossos representantes, Dr. Zanetti, que hoje preside a Câmara Setorial da Vitivinicultura; Dr. Carlos Paviani, do Ibravin e sem a procuração, Dr. Ricardo e Dr. Hélder, para justificar a presença deles aqui, eu entendo que, nesse momento, talvez, efetivamente, praticamente, os resultados mais práticos seja a sua presença que pode nos ajudar. Os senhores têm a memória dessas últimas reuniões. Se os Ministros estivessem aqui hoje, provavelmente, seria assim: e daí Dr. Hélder, e daí Dr. Ricardo, o que que foi discutido? Entendo, realmente, a presença dos senhores aqui, nesse sentido, pela memória das últimas reuniões, e, que, seguramente, irão relatar os respectivos Ministros, o Secretário da Receita, os temas aqui debatidos. Eu estava observando, Zanetti, da última reunião com o Furlan foram colocadas algumas correspondências, uma ao Ministro Furlan e outra ao Ministro Roberto Rodrigues, uma tratando da fixação

das quotas para produtos procedentes da Argentina. Eu não sei se o Acordo Mercosul permite essa possibilidade. É possível que a gente possa estabelecer essas quotas? É possível colocar. Pergunto para a Receita, porque, acredito que é de lá que vem esta possibilidade de negociação, eu não sei.

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – Bom, em princípio, dentro do que está instalado, em termos de legislação, isso não é permitido.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)
– Não é permitido?

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – Nada impede, se houver um consenso.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)
– É bom lembrar que os argentinos estão nos impondo quotas em muitas coisas, como em geladeiras, calçados, etc

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – Sabemos o problema que estamos hoje enfrentando com relação à Argentina no que diz respeito a isso, não é?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)
– Mas há um momento que tem que deixar de ser brasileiro bonzinho. Porque, do lado de lá tem muita canelada, e do lado de cá só: vamos com calma, porque o homem é assim mesmo.

O SR. HÉLDER SILVA CHAVES – Este assunto estaria mais afeto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, no campo da Camex.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)
– O que o representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário pede autorização para dar alguns esclarecimentos sobre essa questão das quotas. Seria conveniente ouvi-lo.

O SR. HERO ALMEIDA – Sou do Ministério do Desenvolvimento Agrário e eu gostaria de aproveitar a oportunidade para informar. Toda questão que é colocada pelo setor, temos possibilidade e a determinação do Ministro Rossetto de acompanhar o setor. Tenho tido muitas e muitas reuniões tanto em Brasília como no Rio Grande do Sul. Temos identidade com os diagnósticos e com as soluções apontadas, por uma questão que eu não vou me deter e tomar tempo dos senhores, mas que entendemos muito importante no nosso Ministério. É um produto que gera muito emprego e, em especial, é uma cadeia de agregação de valor. O Brasil é conhecido por um grande produtor agrícola, mas como um produtor de **commodity**. Esse é um mercado, um setor que podemos agregar valor, temos agregado valor, e, portanto, é estratégico para o país. Entendemos que as questões tributárias e políticas e os demais instrumentos têm que estar vinculados para fazer com o setor seja impulsionado. Respondendo mais objetivamente o questionamento

do Senador Zambiasi, as questões de quotas estão previstas dentro do Acordo do Mercosul com uma possibilidade de acordo entre partes, isto é, quando um determinado setor fica prejudicado pela importação, é provocada uma reunião, que é isso que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior brasileiro provocou com a Argentina e nós lá estaremos nos dias 16 e 17, na próxima segunda e terça-feira, sentados com o setor privado e entre Governos, na busca de acordo de quotas. O acordo de quotas, então, não é estabelecido unilateralmente por um dos países mas, sim, é ele é fruto de um acordo, que dentro do Acordo do Mercosul é chamado de Acordo Voluntário Entre Partes, isto é, os produtores de vinho argentino e os produtores de vinho brasileiros vão acordar quotas que, daí, são referendadas pelos respectivos Governos dentro do Acordo do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Acho realmente importante a presença do representante do Ministro Rosseto, que nos traz essa informação positiva, que achei importante colocar, porque se não nós acabamos chovendo no molhado. Fazem-se reivindicações que acabam sendo rebatidas, ali, em outras reuniões, com outros representantes. Esse documento, então, tem alta valia. A Câmara Setorial tirou a proposta, aqui, na sua última reunião – é o motivo da minha pergunta.

E a segunda é que eu entendo que o nosso problema não é só com os importados. Nós temos problemas internos que, seguramente, se nós tomarmos decisões e atitudes, nós começamos a amenizar a questão. Foi debatido e colocado aqui, mas eu quero questionar, novamente, aqui, o Ministério da Agricultura exatamente sobre esta questão das sangrias, bebidas (inaudível) e coquetéis. Eu vejo que se houvesse uma atitude severa, imediata e vertical com relação a esse problema, nós já estaríamos minimizando em muito a questão da produção do vinho propriamente dito. Acho que esta questão seja, talvez, paralela com a Receita – que seria a exigência do selo – mas, ao mesmo tempo, esta situação de concorrência desleal, induzindo e continuando no erro, mostrada aqui, e é onde eu acho que o Ministério da Agricultura tem uma enorme responsabilidade e, talvez, uma dura decisão junto, inclusive, aos meios de fiscalização e até de ação policial, porque se estão induzindo ao erro, eu acho que tem que se colocar a polícia nessa história. Não é possível! Porque quando se induz ao erro, nós também estamos criando uma questão de saúde pública. É uma questão de saúde pública, porque o sujeito que comprar um coquetel com todas essas misturas

aí, achando que está comprando uma garrafa de vinho, ele está sendo induzido a beber algo que pode muito prejudicial à sua saúde.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Com a palavra o Sr. Ricardo.

O SR. RICARDO DA CUNHA CAVALCANTI JR.

– Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de tratar, exatamente, da questão levantada pelo Senador Sérgio Zambiasi, eu só quero fazer, aqui, um pequeno adendo – em que o colega da Receita me falou que teria registrado no Ministério – que existe registrado no Ministério – sangrias que desatendem aos padrões em termos de graduação alcoólica. Eu gostaria – porque nós estamos no mesmo barco, no mesmo Estado – que o colega me informasse isto porque não é do meu conhecimento. Para cada registro de produto, nós abrimos um processo e isto é analisado, a sua composição, o rótulo, enfim, tudo é olhado e avaliado. Agora, pode ser – eu não vou dizer que não existe de maneira nenhuma. Pode ter tido uma falha humana mas, por gentileza, comunique para gente que será muito bem recebido por esse tipo de situação.

O SR. HERO ALMEIDA – Nós entramos em contato, sim, sobre o assunto, com o Ministério da Agricultura. A Receita Federal, inclusive, emitiu um Ato Declaratório sobre o assunto, classificando a sangria – o Dr. Passarinho pode confirmar esse Ato – hora no 22-06, hora no 22-08, dependendo do teor de álcool, perfeito? Justamente a Receita Federal necessitou sair com esse Ato em função desse problema. Então, na verdade, numa você tem 60% de alíquota **ad valorem** e na outra você tem 10.

O SR. RICARDO DA CUNHA CAVALCANTI JR.

– Tem dois pibs para a sangria? Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Pode esclarecer, Dr. Passarinho.

O SR. LUIZ PASSARINHO – O que ocorre é o seguinte: como o Ministério da Agricultura concedia registro nas diversas delegacias, essas diversas delegacias tiveram uma interpretação errônea na questão da sangria. Então, a sangria verdadeira permite a adição de outra bebida alcoólica e, no caso, Vodka – o pessoal normalmente usa porque tem alto teor – para alcoolizar a sangria. O que o pessoal fazia era alcoolizar com álcool etílico potável, não utilizado em bebidas alcoólicas. Daí o Ato, acho que declaratório ou interpretativo nº 1, se não me engano, do ano passado, dizendo que a sangria que tinham outras bebidas alcoólicas se classificava no 220840, que paga IPI de 60% e as sangrias que continham álcool, que aliás é uma sangria que não é verdadeira – aí é que eu digo que existem produtos... a fraude não é tanto no produto, Dr. Ricardo, como o senhor mencionou, mas existe a

fraude que se busca... a fraude fiscal – aí se classifica no produto como 2206, e aí paga, um produto que não é verdadeiro, um imposto de 10%!

E assim aconteceu não só na sangria, como aconteceu nos vermouths e aconteceu nos demais produtos e por isso nós precisaríamos regularização, porque eu tenho certeza de que a hora que se classificar esse produto sangria, bebidas mistas e coquetéis num IPI de 60% e se coloque o selo de controle no produto esse produto desaparece no mercado. Desaparece por quê? Porque ele é simplesmente usado como fraude para não pagar imposto. Esse é o problema que está surgindo.

O SR. RICARDO DA CUNHA CAVALCANTI JR.

– Realmente eu entendi agora que não tem nada a ver com fraude em relação à legislação de bebidas, mas parte de manipulação de produto no sentido de, talvez, conseguir alguma vantagem fiscal.

Em relação à outra questão – permita-me, Senador, antes de dar a resposta propriamente dita fazer essas duas colocações...

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Veja que nós acabamos de esclarecer um tema extremamente importante que talvez, se não houvesse esta oportunidade deste encontro ainda seria motivo de bate-boca lá fora.

O SR. RICARDO DA CUNHA CAVALCANTI JR. – Um outro ponto aqui... mais uma questão, até de colocação, quando o Senador Simon, que colocou muito bem algumas coisas, falando do Governo do PT, eu quero dizer que não sou ligado a nenhum Partido político, sou funcionário de carreira do Ministério da Agricultura. Estou nessa área já há mais de vinte anos. Enfim, não tenho ligação política nenhuma. Estou trabalhando da melhor maneira possível com o PT, com o PFL, com o PC, com qualquer P desses aí. Não tem problema nenhum.

A despeito do homo ou o político de Aristóteles, eu sou um animal pouco político até, partidário, pelo menos.

Agora, em relação à sangria, como o senhor falou, em relação a como o Ministério pode controlar, veja só, já começa a surtir...a sangria e a bebida alcoólica mista, porque eu acho que a sangria talvez nem seja o problema principal. O padrão agora acho que mais ou menos resolve isso tudo. O problema maior é a bebida alcoólica mista. Com a publicação do padrão da bebida alcoólica mista, que deu um prazo de cento e oitenta dias para as pessoas se adaptarem – porque já existe o produto no mercado, está certo? – já existe esse produto no mercado e já existem também grupos de interesse defendendo esse pessoal. Inclusive recebi a visita lá no meu gabinete de Parlamentares que

estavam reunindo grupos de pessoas que produziam bebidas alcoólicas mistas, levando abaixo-assinado inclusive de vários produtores do Rio Grande do Sul que também estavam produzindo bebidas alcoólicas mistas, que tinham em sua composição 40, 30% de vinho e não necessariamente 1% que o nosso amigo Passarinho mencionou aqui. Enfim, efetivamente estavam comprando também vinho... tá certo que o setor... está muito bem passada a mensagem... o setor não tem interesse nesse produto, o setor do vinho, e a voz do setor do vinho está na Câmara Setorial do Vinho ante o Ministério da Agricultura porque estão representados ali todos os segmentos.

Mas, efetivamente, tava acontecendo isso. E você sabe o que é que está acontecendo agora só com a perspectiva dessa legislação, que foi publicada e vai entrar em vigor. Então, dentro de cento e oitenta dias, o produtor não vai mais poder pôr no mercado esse produto com essas características.

Eu tenho recebido em média quarenta pedidos por semana de registro de bebidas alcoólicas mistas substituindo esse 1%, 15%, 30%, 40% de vinho por fermentado de cana. Então, fazendo uma bebida alcoólica mista com fermentado de cana usando o açaí, que realça a cor, corante bordô, alguma outra bebida, vende num garrafão, que eu não posso proibir. Isso é uma bebida, é legal, são características de produtos potáveis e que não vai fazer mal nenhum ao consumidor. Ele quer vender dentro de um garrafão... é um direito que ele tem vender dentro de um garrafão. Então, essas bebidas é que vão estar substituindo esse percentual pode ter sido pequeno, pode ter sido um pouco maior, menor de vinho e vão estar num comércio competindo de fato nesse mesmo nicho. Por isso que tenho insistido na Câmara Setorial e, mais uma vez, aqui nesta audiência pública, eu gostaria de reiterar que o problema maior dessas bebidas passa por rotulagem.

Temos que ter uma medida para evitar a rotulagem, evitar aquele desenho ali, que foi muito bem mostrado pelo Passarinho, porque, veja bem, quando você dá uma olhada na nova instrução normativa da sangria, que foi publicada agora, você fala: não se pode usar expressão típica do vinho em sangria. A sangria é de vinho tinto. Não pode. Terá que ser só sangria. Se der uma olhada nessa rotulagem, onde tem escrito tinto, a pessoa põe uma outra palavrinha, mas o rótulo em si é parecido. Não precisa pôr a palavra tinto. Se você põe uns desenhos, algo que induza, realmente... É complicado você saber como se faz isso.

Voltando à questão da sangria e deixando bebida alcoólica mista, que é uma bebida legalizada, foi publicada o padrão, tem mais de 50% de vinho, con-

forme a lei de vinho estabelece, não posso evitar que esse rótulo tenha um cacho de uva, tenha um barril de vinho, porque aquilo efetivamente é feito de vinho. Também isso causa problema de competição com o consumidor do vinho de garrafão. A Aurora deve sofrer isso bastante, porque acho que é o líder do mercado, com o vinho Sangue de Boi.

Enfim, de fato, esses números que o Dr. Zanetti passou aqui são verdadeiros. Eu mesmo vi nos supermercados por R\$ 9,00 essas bebidas sendo vendidas e o consumidor desavisado pensa que aquilo é vinho.

Creio, Senador Zambiasi, que temos que aprofundar e, mais uma vez, convoco o setor privado, porque acho que somos parceiros, o Ministério da Agricultura é parceiro do setor privado também nesse segmento; convoco o setor privado para me ajudar a redigir um ato normativo que torne mais claro e tire esse quê de subjetividade, porque rotulagem é algo que tem uma tremenda subjetividade. As pessoas que não conhecem muito esse tema, às vezes ficam pensando: puxa vida, por que está falando em subjetividade? É claro. Isso é assim. Não é não. Estou falando porque trabalho há mais de 20 anos com isso. É muito subjetivo.

Então, é para ver se conseguimos tirar esse quê de subjetividade e tornar mais claro para o consumidor e para que o segmento não sofra essas consequências que tem sofrido.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Sr. Presidente, só para completar, quero agradecer as respostas. Acho que estamos avançando, Zanetti. Lembro que a câmara setorial é do ano passado. Os meus primeiros movimentos foram em 2003. Não sei o vinho servido ontem na cúpula árabe sul-americana, mas espero que tenha sido gaúcho ou o brasileiro, pelo menos, como também o vinho.

Quero aproveitar aqui, publicamente, para deixar o meu reconhecimento às iniciativas do Zanetti, do Paviani e do setor. O vinho como o leite e como o fumo são uma das poucas cadeias que reúnem o pequeno produtor, que tem pelo menos uma certa proteção desde o sítio, as pequenas propriedades, até o consumidor.

Acho que são das poucas cadeias produtivas cujos elos são mais ou menos enquadrados. O trabalho que o setor vem fazendo e que, aos poucos, começa colocar o nosso produto no mercado com competitividade – não sei se o Paviani já lhe passou, Presidente Sérgio Guerra, um convite para estar no circuito de degustação hoje, mas quero estender esse convite. Teremos aqui, hoje à noite, na Academia de Tênis, Salão Urano, o II Circuito de Degustação de Vinhos do Brasil, porque é aquela história: o Sul é o maior produtor, mas

os vinhos são brasileiros. Tem que entender que tem em Pernambuco e, portanto, é importante que formadores de opinião, como um Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, estejam presentes num evento como este, que envolve todos os vinhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Depois dá a notícia de uma certa limitação.

Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a encerrou sua palavra?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– O Dr. Zanetti gostaria de dar algum esclarecimento? Dr. Paviani?

O SR. CARLOS PAVIANI – Sr. Presidente, vou ser breve. Acho que é de desconhecimento até da Receita Federal que esses produtos que o Luís Passarinho apresentou aqui estão utilizando-se de subterfúgios que aparecem idênticos aos consumidores, mas têm tributação diferentes e são produtos diferentes.

Não sei se o Dr. Hélder conhecia esse tipo de produto, mas creio que cabe, quem sabe, a partir desta audiência pública, demandar uma reunião específica. E a minha proposta concreta nesse sentido é de participem o Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento e setores produtivos para dirimir as dúvidas e nivelar as diferenças de interpretação da legislação.

Com relação ao segundo ponto, aos vinhos espumantes – tipo champagne e aos outros espumantes –, a Secretaria da Receita Federal reduziu de 30% para 20% o IPI de outros espumantes, mas sobre todos os espumantes da Argentina que entraram no Brasil incidiu essa mesma alíquota. Os espumantes nacionais continuam pagando 30%, e os argentinos, 20% de IPI.

Acho que há um problema legal, um problema de interpretação da legislação que está favorecendo os produtos importados. Parece-me que há uma concepção errada – permita-me Dr. Hélder – entre o disposto na Lei nº 7.678 e no Decreto nº 99.066, que regulamenta a produção de vinhos e de espumantes no Brasil, e a interpretação que a Receita faz dessa legislação, embora a competência da interpretação conceitual do produto seja do Ministério da Agricultura. Creio que é preciso haver essa aproximação entre o que determina o decreto e o que dispõe a lei, que está fundamentada com base no Ministério da Agricultura e como a Receita interpreta isso.

O terceiro ponto que quero colocar é a questão dos concorrentes. Não estamos pleiteando a redução do imposto para os vinhos e o aumento do imposto para os concorrentes, até porque muito das empresas que produzem sangrias utilizando subterfúgios vão ao

mercado nesse sentido porque a lei assim o permite. Se a legislação é permissiva, há produtores que fazem isso. Contudo, estamos aqui como membro da Câmara Setorial da qual fazem parte todas as associações possíveis e imaginárias que formam a cadeia vitivinícola brasileira, de todos os estados brasileiros. Assim, se há interesses de outras empresas que não fazem parte dessa cadeia produtiva e não estão, portanto, representadas, certamente serão interesses únicos e exclusivos de alguma empresa que tenha interesse de se manter no mercado através de um produto que engana o consumidor. Nesse sentido, o (inaudível) é fundamental.

Em relação ao último ponto, farei referência aos sucos. Por exemplo, os sucos naturais ou tropicais não têm IPI, são 0% de IPI, o que é correto. O néctar e a bebida, seja de uva ou laranja, que contém de 30 a 50% dos sucos e adição de água e açúcar têm 5% de IPI. Esse é o exemplo que queremos buscar. Na medida em que tenho um vinho que é 100% vinho, tenho um imposto menor; quando o vinho é sangria, coquetel, bebida mista ou o que for chamar, que tenha apenas 50% desse produto, terá uma tributação, no mínimo, em dobro. Estamos propondo que seja de 60%, igual ao das bebidas alcoólicas. Se não for de 50%, que seja de 60% ou que seja possível modificar a tributação nesse sentido. Usarei o mesmo exemplo: os sucos naturais e tropicais têm 0% de IPI; os sucos néctar, que são misturados com água e açúcar, têm 5% de IPI. É dentro do princípio de quanto mais genuíno e maior matéria-prima mais emprego vai gerar na cadeia produtiva menor será a tributação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se me permitir, quero cumprimentar a intervenção do Paviani, que foi muito feliz. Além de estarmos aqui, a TV transmite para o todo o Brasil.

Comentava com o Senador Pedro Simon e com o Senador Sérgio Zambiasi – não iria comentar, mas o Paviani esclareceu – que a impressão que ficou da palestra. O meu amigo Zanetti, se me permitir, disse que o vinho da Argentina chega aqui a R\$ 1,30, a R\$ 1,50, e o vinho brasileiro sai a R\$ 3,50. Se não há contrabando e também não há problemas nos tributos para encontrarmos um caminho de entendimento, está dando a impressão de que não estamos sabendo operar, vender e colocar bem o nosso vinho.

Contudo, com a explicação do Paviani ficou claro onde está o furo da bala. Por isso, a importância dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Dr. Zanetti.

O SR. HERMES ZANETTI – Agradeço, Sr. Presidente.

Senador Paulo Paim, também deixei claro que a Argentina não exporta ao Brasil ganhando dinheiro. O raciocínio da Argentina é não perder tudo. Se, com isso, liquidar o setor de vinho do Brasil, amanhã, o Brasil estará pagando o preço do vinho que não tem. Esse é o raciocínio deles. Por isso, digo que, nos termos atuais, a atitude da Argentina é criminosa como setor no Brasil e criminosa com o Brasil. Todos sabemos, por um princípio capitalista, que, depois que se mata um concorrente, quando se fica sozinho no mercado, irá cobrar o preço daquilo que não cobrou na hora. Essa é a questão de fundo. Essa é a questão que está por trás disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS) – Mas quem está subsidiando para que o produtor argentino possa fazer isso? Ele não vai produzir e vai perder.

O SR. HERMES ZANETTI – Eu já disse aqui: no Brasil, pagamos juros de praticamente 3% ao mês, e eles pagam juros de 3% ao ano. O Governo argentino subsidia o preço da uva, enquanto, no Brasil, isso não ocorre. É um conjunto de fatores que leva a isso. De novo, esse vinho argentino aparece no mercado, por contrabando – reafirmo – de grande vulto, sem pagar nenhum imposto. Só por aí, em torno de 50% do preço, já se abate.

Sr. Presidente Sérgio Guerra, pergunto qual é o lucro do Brasil e do povo brasileiro, deixando essa verdadeira invasão de vinhos argentinos por contrabando sem nenhuma contribuição ao processo de construção deste País. Eventualmente, quem consome pensa que está ganhando, mas está endossando uma atitude criminosa contra o seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Encerro esta reunião, dizendo que, pessoalmente, fiquei bastante impressionado com o que ouvi. Elogio a atitude da Bancada do Rio Grande do Sul madura e consistente, que dá essas lições aos brasileiros, pois tem muitas razões da história e do presente para isso.

Esta é uma questão urgente. Repito a palavra principal do Senador Pedro Simon: urgência. Ela tem de ter solução. Já há muito amadurecimento na discussão. Mesmo o fato de aqui se ter apresentado certa discordância é saudável porque exercitará uma solução equilibrada.

Como Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, devemos interferir nisso. Veremos a melhor maneira para podermos trabalhar porque, rigorosamente, é um assunto de grande relevância para o presente e

para o futuro, que foi muito bem colocado na reunião de hoje.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 10 minutos.)

Ata da Décima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de maio de 2005.

Às dez horas e quarenta oito minutos do dia dezoito de maio de dois mil e cinco, na Sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, Vice-Presidência do Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, OSMAR DIAS, HERÁCLITO FORTES, RODOLPHO TOURINHO, DELCÍDIO AMARAL, AELTON FREITAS, LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, RAMEZ TEBET, REGINALDO DUARTE, SERYS SLHESSARENKO e ROMEUTUMA**. O Senhor Senador Valdir Raupp apresenta licença autorizada, requerendo o seu afastamento dos trabalhos desta Casa, nesta data, em virtude de missão política, no exercício da atividade parlamentar, no Estado de Rondônia. O Senhor Presidente, Senador **Sérgio Guerra**, propõe a dispensa da leitura da Ata anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra, coloca em discussão, extra-pauta, o **Requerimento Nº 15/2005-CRA**, de autoria do Senador Osmar Dias, que requer a realização da Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a fim de discutir a situação dos produtores rurais que estão sendo desapropriados de suas terras para criação de oito Unidades de Conservação Ambiental sem terem sido ouvidos na forma da legislação pertinente. Solicita ainda que sejam convidados a Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente, o Presidente do Ibama e representantes das Federações da Agricultura dos Estados do Paraná e Santa Catarina. O Requerimento é discutido inicialmente pelo autor, Senador Osmar Dias, e, logo após, pelos Senadores Sibá Machado e Delcídio Amaral. **O Requerimento é aprovado. O Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 11/2005-CRA, **com a presença do Sr. João Pedro Gouveia Vieira Filho, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom); do Sr. Antonio de Pádua Rodrigues, Diretor Técnico da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica); do Sr. Renato Augusto**

Pontes Cunha, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sind açúcar-PE); do Sr. Roberto Holanda, Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Alcool (Alco); do Sr. Luiz Custódio Cota Martins, Presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado de Minas Gerais (Siamig) e do Sr. Dietmar Schupp, Diretor de Distribuição do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), a fim de discutir o regime tributário do setor, em especial, a incidência do PIS/PASEP e da COFINS na comercialização na cadeia do açúcar e do álcool. Foram apresentados dois requerimentos. Usaram da palavra durante a reunião, os Senhores Senadores: Sérgio Guerra, Osmar Dias, Sibá Machado, Aelton Freitas e Reginaldo Duarte. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Há quorum regimental. Declaro aberta a 10ª reunião extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Inicialmente, requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o setor sucroalcooleiro para tratar da incidência do PIS-Pasep e da Cofins na comercialização na cadeia do açúcar e do álcool.

Antes de iniciar nossos trabalhos, gostaria de apreciar requerimento do Senador Osmar Dias.

“Nos termos do disposto no art. 58 da Constituição Federal e 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a fim de discutir a situação de produtores rurais que estão sendo desapropriados de suas terras para a criação de oito unidades de conservação ambiental sem terem sido ouvidos nos termos da legislação pertinente.

Requeremos ainda sejam convidados a Srª Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente, e o Presidente do Ibama e representantes da Federação da Agricultura dos Estados do Paraná e Santa Catarina.”

Passo a palavra ao Senador Osmar Dias para os seus esclarecimentos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, apresentei esse requerimento em função da intranquilidade e da insegurança que estão vivendo os produtores rurais do Paraná.

Desde já, quero afirmar que sou a favor da criação das unidades de conservação. Elas são necessárias para se preservar um patrimônio natural que o Paraná tem, já que esses parques ou unidades de conservação vão preservar duas espécies de árvores que estão em extinção no meu Estado e no País: a Peroba e a Araucária.

Esses parques que o Ibama está propondo criar vão somar uma área de 96 mil hectares, incluindo áreas produtivas que estão, hoje, gerando cerca de 30 mil empregos. Verifiquei o mapa de forma detalhada e notei que dá para criar as unidades de conservação, reduzindo cerca de 15% a 20% da área proposta, sem prejudicar a economia regional, sem prejudicar os produtores ali instalados. Mas o mais grave é que a legislação prevê, antes de se criar qualquer unidade de transformação, a necessidade de as pessoas envolvidas nessas áreas serem ouvidas em audiências públicas.

As audiências públicas são necessárias e é uma exigência legal. Não se pode desapropriar, não se pode deslocar essas pessoas que estão vivendo lá há dezenas de anos sem uma discussão prévia, sem verificar os detalhes dessa desapropriação. Primeiro, há que se ver se as áreas que hoje estão conservadas poderão ser contadas como áreas de preservação legal e reserva legal dos proprietários que estão sendo desapropriados. Na verdade, eles se sentem punidos por terem preservado aquelas matas. Eles se sentem penalizados por haver promovido a conservação e a preservação do meio ambiente em suas propriedades.

Os dois lados se dizem corretos, se consideram com a razão. Mas não houve – é a reclamação dos produtores da região – uma discussão prévia. Tentei falar ontem pelo telefone com a Ministra Marina Silva, mas não tive êxito nas minhas tentativas.

Por isso, estou agora apresentando este requerimento não para impedir a criação das unidades de conservação, porque inclusive já me pronunciei, inclusive, no plenário do Senado, a favor das unidades de conservação. Mas estou propondo que se adie a assinatura do decreto, que está marcada para o dia 27 deste mês, o que significa que esse decreto poderá ser assinado já na próxima semana, para que tenhamos tempo de debater este assunto.

O Senador Flávio Arns me disse ontem que vai apresentar o mesmo requerimento à Comissão de Meio Ambiente do Senado. Estou propondo que a Comissão de Agricultura possa promover uma audiência públi-

ca com a participação da Senadora e Ministra Marina Silva, do Presidente do Ibama e de representantes de federações da agricultura dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, que são os Estados onde haverá a criação de novas unidades de conservação.

Para finalizar, Sr Presidente, ao pedir a aprovação deste requerimento, quero reafirmar que sou a favor da criação das unidades de conservação, mas após um debate com as comunidades locais para que sejam definidos os critérios dessa desapropriação e como elas poderão ser indenizadas do prejuízo que sofrerão.

Peço a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Em votação, o requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr

Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr

Presidente, antes de submeter a matéria à votação, cheguei um pouco atrasado e não ouvi a exposição do Senador Osmar Dias, mas quero acreditar que se trata de uma área com mata nativa, onde há a ocorrência araucárias no Estado do Paraná.

Fui procurado semana passada por pessoas dessa área, que me apresentaram duas questões. Uma delas a respeito exatamente de como uma pessoa que durante tanto tempo preservou a área – e o entorno delas não existe mais, mostraram-se as imagens de satélite. Ele conseguiu garantir a vegetação. São proprietários dessa área há mais de 40 anos. Sentiram-se prejudicados no sentido de que, por estarem preservando a área, ao invés de receberam um prêmio receberam uma espécie de punição.

O que lhes pedi? Que escrevessem em um papel suas reclamações. Principalmente sobre dois pontos:

se concordariam, de fato, em conceder a área para o parque;

sobre a compensação que estão reclamando, ou seja, o preço. Parece-me que está sendo calculado sobre terra nua, e não sobre uma área rica em biodiversidade. É interessante. Pedi, então, que encaminhassem à Ministra e ao Presidente do Ibama essa argumentação. Pedi que mandassem uma cópia dessa mesma argumentação para nós.

Eu estou disposto a participar da conversa. Creio que o requerimento veio em boa hora. Poderemos fazer essa conversa aqui. Outras áreas – baseada no que é a vegetação de Mata Atlântica, já que o IBGE estendeu o que era apenas litorâneo para outras regiões – poderão viver uma situação parecida, não só no Paraná, mas em outros Estados.

Quero encerrar dizendo que ao visitar Itaipu, o parque nacional, vi que há um trabalho de associação entre o Governo Federal e uma empresa. Quando se associam a coisa anda bem. Vi lá um empresário que aplicou R\$13 milhões. Hoje, o parque traz rentabilidade ao Governo e paga, inclusive, *royalties*, uma espécie de compensação financeira para o Ibama que não é pequena. Vim com uma boa impressão do Paraná. É muito boa mesmo a iniciativa. Poderemos conversar sobre isso. Coloco-me à disposição do Senador Osmar Dias e desta Comissão para ajudar nesse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Alguém mais deseja encaminhar?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Pois não, Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Aproveito a presença do Senador Delcídio Amaral, Líder do PT, pois aqui há uma preliminar. Essa audiência pública só terá justificativa para ser realizada se o decreto não tiver sido assinado. Proponho que discutamos no Senado, já que a Câmara entrou com um requerimento. Os Deputados vão debater o assunto lá. Teríamos que obter do Presidente e da Ministra Marina Silva uma garantia de que o decreto não será assinado no dia 27, para dar tempo de realizarmos audiência pública na Comissão de Agricultura do Senado.

É importante a criação das unidades de conservação para preservar a biodiversidade daquela região do Paraná, mas é importante que aqueles proprietários sintam-se compensados por terem preservado até hoje e por entregarem ao Estado a natureza preservada, como lá se encontra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia adiar a votação do requerimento? Vou tentar falar com a Ministra agora. S. Ex^a acaba de sair do hospital. Não sei como está. Não conversei com S. Ex^a sobre isso. Estava convalescendo durante duas ou três semanas com um problema que não é muito pequeno. Gostaria de consultá-la sobre sua disposição. Na sequência dessa conversa, poderíamos votar tranqüilamente, sem nenhuma problema. Pode ser assim?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Entendo ser pertinente a ponderação do Senador Sibá Machado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, creio que a ponderação é importante e que é legítima a posição do Senador Osmar Dias. No entanto, fazendo de comum acordo, conversando com a Ministra Marina Silva, não há dúvida de que

essa é a melhor solução. Efetivamente, é uma posição pró-ativa com relação a esse assunto, que é de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Vou adiar momentaneamente a votação do requerimento do Senador Osmar Dias, enquanto esses contatos com a Ministra Marina Silva são feitos. Inclusive, S. Ex^a foi convocada para audiência conjunta nossa, sobre outra matéria, cuja presença já confirmou, mas não para agora, e sim para alguns dias depois. Com absoluta boa vontade, é bom que se diga! S. Ex^a já confirmou uma vez, já é a segunda vez, visto que passou uns dias doentes e, pelo que sei, voltou a trabalhar.

Gostaria de chamar à mesa convidados desta Comissão e do Senador Aelton, o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), Dr. João Pedro Gouveia Vieira Filho; o diretor técnico da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), Dr. Antônio Pádua Rodrigues; o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco, Dr. Renato Augusto Pontes Cunha; o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alcool (Alco), Dr. Roberto Holanda, e o presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado de Minas Gerais (Siamig), Sr. Luiz Custódio Cotta Martins. Esses convites são feitos de acordo com o Requerimento nº11, de 2005, de autoria do Senador Aelton Freitas.

Inicialmente, passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Aelton, para as palavras iniciais.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Senador Sérgio Guerra, Srs. Senadores, ilustres convidados, como profissional da área, com orgulho, juntamente com o Senador Osmar Dias e com os nobres edis desta Casa, é com muita satisfação que participamos desta Comissão e temos muita esperança no trabalho e no benefício que a Comissão de Agricultura trará ao agronegócio brasileiro da maneira como está sendo conduzido pelo nosso Presidente.

Tentarei ser breve na introdução, Sr. Presidente. Fiz um requerimento sugerindo a esta Comissão de Agricultura a criação da Subcomissão Temporária de Políticas Sucroalcooleira, no âmbito desta Comissão, com a duração de um ano, destinada a analisar os problemas e as perspectivas do setor sucroalcooleiro no Brasil, bem como avaliar e acompanhar a política nacional de apoio aos segmentos envolvidos na cadeia produtiva.

Sabemos que tanto o etanol quanto o biodiesel têm ganhado grande evidência no mundo. Os Estados Unidos, por exemplo, aprovaram, na década passada, uma lei que passou a exigir a adição de oxigenados

renováveis à gasolina dos veículos automotores. Na Europa e em outros países, essa tendência também tem seguido de igual forma e teor.

Considerando a grande vantagem comparativa brasileira no setor agrícola, a tecnologia relativamente simples, com a possibilidade do uso de vários tipos de matérias-primas e poucas restrições ambientais, entendemos que o País deve incentivar a produção de combustíveis alternativos, como é o caso do álcool e do etanol, renováveis e não-poluentes, e, dessa forma, aproveitar a sua vocação agrícola e o espaço internacional para se consolidar como referência mundial na produção e na exportação de todos os tipos de álcool.

Poderia fazer importantes contribuições para o debate sobre o tema, entre outros estímulos fiscais e apoio institucional de infra-estrutura para exportação e formação de estoques e de forma de financiamento para o setor.

O Congresso Nacional aprovou, em dezembro de 2003, e o Presidente da República sancionou, a Lei nº 10.833, que, em seu art. 91, dispõe, e peço permissão para ler o artigo:

Serão reduzidas a zero as alíquotas de contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda do álcool etílico hidratado carburante realizada por distribuidor e revendedor varejista, desde que atendidas as condições estabelecidas pelo Poder Executivo.

Trata-se de um antigo pleito dos segmentos envolvidos na cadeia produtiva do álcool, desde o produtor da matéria-prima até o posto revendedor de combustíveis, tendo em vista a existência de empresas distribuidoras inescrupulosas que utilizam o expediente da sonegação daqueles tributos para obter vantagens competitivas ilegais ou abusivas, gerando enormes prejuízos para aqueles que matem em dia as suas obrigações fiscais.

Como todos sabemos, além disso, a Câmara setorial da cadeia do álcool e do açúcar, órgão do Ministério da Agricultura encarregado de apresentar proposição de políticas públicas para o setor tem um entendimento de que o álcool hidratado deve ter uma tributação diferenciada, por ser um combustível limpo e renovável que gera emprego e fixa o homem no campo, tendo portanto elevado potencial de inclusão social.

Desse modo e tendo em vista que o Governo Federal já teve 15 meses para editar o decreto e ainda não o fez, entendemos ser importante ouvir o setor privado e conhecer as consequências dessa grave omissão do nosso Governo.

Como Senador do Bloco de apoio do Governo e tendo ao nosso lado o nosso companheiro Senador

Delcídio Amaral, Líder do Governo nesta Casa, acho muito oportuno esta discussão no âmbito da Comissão de Agricultura, neste momento, com todos os representantes do setor e dos sindicatos sucroalcooleiro do País, e em especial o meu conterrâneo Luiz Custódio, que cujo nome agradeço a todos. Parabenizo o Senador Sérgio Guerra, mais uma vez, pela maneira como vem conduzindo esta Comissão e tenho certeza do benefício e dos bons resultados que o nosso trabalho trará ao agronegócio e ao setor em especial.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Bem, quero dar duas notícias. A primeira é que, neste instante, na sala 19, participamos, como Presidente da Comissão Agricultura, de uma reunião entre fornecedores de insumos e produtores rurais, de iniciativa da Comissão de Agricultura do Senado e da Câmara com o nosso apoio.

Havia uma reunião marcada no meu gabinete, mas não havia espaço físico para que essa reunião fosse feita lá e está sendo realizada ali na sala 19, no momento em que fornecedores e agricultores do Brasil procuram se entender em face de dificuldades crescentes que podem incidir sobre a agricultura brasileira se essa renegociação ou não se der ou se der por taxa de juros que comprometam de maneira nuclear o sistema de produção agrícola no Brasil. A reunião está lá, e está sendo muito bem sucedida.

Depois quero dizer que o assunto da reunião de hoje nós conhecemos há algum tempo, era importante que houvesse uma reflexão sobre ela entre nós. A iniciativa do Senador Aelton foi bem acolhida porque prioritária e urgente. E acho que, ouvidos os que têm aqui e comentários a fazer sobre a matéria e de fato capacidade de falar sobre ela, nós estaremos em condições, como comissão, de atuar na direção de contribuirmos com a solução de problemas, que é fundamental, seja do ponto de vista fiscal, seja do ponto de vista agrícola, seja do ponto de vista até do funcionamento geral da economia brasileira, em um País que precisa urgentemente de uma interferência mais concreta, mais qualificada, mais incisiva sobre sonegação fiscal de um lado e sobre combustível de má qualidade de outro lado. Isso que compromete amplamente o conceito do País e é inaceitável do ponto de vista da população.

Eu passo a palavra ao nosso primeiro convidado, o Dr. João Pedro Gouveia Vieira Filho, Presidente do Sindicom.

O SR. JOÃO PEDRO GOUVEIA VIEIRA FILHO

– Sr. Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, Srs. Senadores, meus colegas de Mesa, para o Sindicom é uma grande honra estar aqui presente nesta ocasião

para expor o que está ocorrendo com o mercado de álcool hidratado em termos, como foi mencionado, de sonegação e adulteração e fazer um rápido comentário sobre medidas que já foram adotada pelo Executivo e pelo Legislativo para coibir a adulteração e sonegação dos combustíveis em geral.

Inicialmente, gostaria de apresentar o que é o Sindicom, que talvez poucos dos Srs. Senadores já conhecem. É uma entidade que foi fundada em 1941. Os associados principais são Castrol, Esso, FL Brasil, Ipiranga, BR, Shell, Repsol Ypf e Texaco.

Os objetivos principais do Sindicom é defender uma competição livre e equilibrada no mercado, eficiência e qualidade nos seus produtos e isonomia na aplicação das regras que regem a atividade.

Em relação à sonegação e à adulteração de produtos, muito já se fez, e o Sindicom tem trabalhado em parceria com o Congresso Nacional e com o Executivo. Listamos aqui três ou quatro medidas já tomadas que muito inibiram a sonegação e a adulteração de produtos.

A primeira foi a criação da Cide em substituição à PPE. A segunda foi o PIS/Cofins, coincidência monofásica do produtor/importador e a alíquota específica, isso no caso da gasolina e do diesel. E o ICMS com incidência monofásica, que já foi implementado, eu diria, há uns dez anos. Temos hoje apenas uma exceção que é um regime especial no Rio de Janeiro em que a responsabilidade pela arrecadação do ICMS pode ser feita pelas distribuidoras, por decisão do Governo local. Entendemos que isso é uma vulnerabilidade, que tem levado ainda a alguma sonegação do ICMS nesses Estados; no Rio de Janeiro, com reflexos para os Estados vizinhos.

Outra medida é a famosa reforma tributária. Caso aprovada pelo Congresso Nacional a unificação das alíquotas de ICMS de combustíveis, nós entendemos que isso, definitivamente, irá acabar com a sonegação do ICMS.

Junto ao Judiciário, nós conseguimos ser assistentes da União nas ações que contestam os tributos federais. Com isso, dá-se mais agilidade e mais conhecimento do problema aos juízes. E temos promovido seminários e congressos visando divulgar informações sobre a atividade do setor, que tem suas peculiaridades e tem tido bons frutos.

A elevada informalidade na comercialização do álcool hidratado e anidro tem levado a uma sonegação de, aproximadamente, um bilhão de reais.

Quanto a argumentação da lei, que já foi mencionada há pouco tempo, faz mais de um ano e meio que a lei foi aprovada por esta Casa, nós entendemos que representa um estímulo do Governo Federal o

combustível renovável e o elevado interesse social. Colabora para tirar da clandestinidade parcela expressiva do comércio ilegal do álcool, que entendemos representa hoje um terço da comercialização do álcool. Contribui para o saneamento do mercado de gasolina, eliminando a venda casada do álcool sonegado ou gasolina adulterada. O que eles fazem é comprar a gasolina normal e vender mais barato porque conseguem o álcool adulterado ou sonegado e aumentam a arrecadação dos tributos em geral, da Cide, do Pis, do Cofins e do ICMS ao legalizar o mercado de combustível como um todo.

Os senhores têm conhecimento de que a carga tributária dos combustíveis no Brasil hoje está em torno de 52%. Daí a importância dessa arrecadação tanto para os Governos estaduais como para o Governo federal. E o ICMS nos maiores Estados, como São Paulo e Rio, tem representado em torno de 25% a 30% da arrecadação do ICMS global dos Estados.

Daqui para frente, se o Sr. Presidente, me permitir, eu chamaria o Diretor Dietmar para expor em detalhes como se dá a sonegação desses montantes e como é dividido o mercado.

Só queria frisar, concluindo o que já foi mencionado aqui, a importância de termos esse decreto regulamentando essa lei já aprovada por esta Casa há mais de um ano e meio.

O SR. DIETMAR SCHUPP – Bom dia aos senhores, complementando a apresentação do Dr. João Pedro Vieira Filho, eu gostaria de mencionar aqui: o mercado total de combustíveis no Brasil movimenta 78 bilhões de litros por ano. O carro-chefe dessa movimentação, evidentemente, é o diesel, com mais de 50%; temos a gasolina, com praticamente 30%; e o álcool hidratado – que é o foco desta nossa apresentação – representa 5,5%. O faturamento total do setor, em 2004, atingiu a R\$132 bilhões, sendo que os tributos colaboram com 46% desse todo.

Próximo gráfico, por favor.

Apenas para ilustração, os R\$46 bilhões são compostos de Cide (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico), com R\$8 bilhões, pelo PIS (Programa de Integração Social) e pelo Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) com 12, pelo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) com 26. Desse total, nós temos o PIS e Cofins, na distribuidora – que é o foco dessa apresentação –, representando cerca de R\$250 milhões por ano, em termos de arrecadação potencial.

Próximo, por favor.

Esse quadro aqui é bastante ilustrativo. Ele mostra como funciona hoje a tributação federal. Como V. Ex^{as} podem notar nas duas primeiras colunas, a gasolina

e o diesel já têm o dever de casa concluído, ou seja, toda a tributação, seja da Cide como do PIS e Cofins, estão totalmente concentrados na refinaria, isto é, basicamente, estão protegidos pela arrecadação feita, praticamente 100%, através da Petrobrás.

Já a terceira coluna, que é o caso específico do álcool hidratado, nós vemos que existem 8,20%, que é justamente o assunto desta nossa apresentação, que ainda estão sendo recolhidos e cobrados através das distribuidoras. Isso representa cerca de 10 centavos por litro, aproximadamente.

Próximo, por favor.

O que aconteceu nos últimos anos especificamente com relação ao álcool? V. Ex^{as} podem notar que essa parte em branco da primeira coluna que diz respeito ao álcool anidro tem uma tributação de 3,65% de PIS e Cofins no produtor e tem alíquota zero com relação à parte que é da distribuição e da revenda, que foi totalmente, como V. Ex^{as} podem perceber, transferida para a gasolina A. Com relação ao álcool anidro, o que aconteceu? A tributação da revenda passou para a distribuidora, que fez com que a alíquota da distribuidora se situasse em 8,20%. É proposital esse vermelho aqui, porque um dos grandes problemas do Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes) atualmente é justamente essa parte da alíquota de 8,20% na distribuidora.

Próximo, por favor.

Um diagnóstico da situação atual diz o seguinte: nós temos elevados e crescentes níveis de informalidade, de fraude, de sonegação generalizada, de crescente poder do crime organizado e de uma forte sensação de impunidade no nosso setor. Temos uma baixa – e cada vez pior – qualidade dos combustíveis, leia-se principalmente da gasolina e do álcool. Temos um aumento forte da concorrência desleal com fuga de investimentos e redução de produtividade.

Só para V. Ex^{as} terem uma idéia, as margens da distribuidora situam-se em aproximadamente 2 a 3 centavos por litro, enquanto o PIS e Cofins do álcool hidratado é de 10 centavos por litro. Então V. Ex^{as} podem ver por que o Sindicom das distribuidoras que recolhem seus tributos tem uma preocupação muito grande com relação a esse assunto.

Próximo, por favor.

Esse quadro mostra como está a situação agora, em 2004, do volume que é movimentado com relação ao álcool hidratado. A parte em verde: o Sindicom tem uma participação de 35% no mercado. Só para V. Ex^{as} terem uma idéia, na gasolina, a participação no mercado do Sindicom é de 78%. Outras distribuidoras que também reportam seus volumes para a ANP (Agência Nacional de Petróleo) têm uma participação equivalente

à do Sindicom, com 36%, e 29% é o mercado clandestino. O que quer dizer mercado clandestino? É o álcool que saiu dos produtores de álcool e não foi reportado pelas distribuidoras à ANP. Conseqüentemente, isso nós consideramos o álcool clandestino, que certamente tem sonegação muito acentuada de tributos.

Próximo, por favor.

Quais são os efeitos dessas distorções que foram apontadas até agora? Primeiramente, a competição fica inviabilizada, os investimentos desestimulados, os consumidores com problema nos seus motores, o Estado, com sérios problemas de sonegação de tributos; as cidades, com aumento da poluição atmosférica em função de produtos fora das especificações; os produtores, com perda de competitividade; as distribuidoras, com concorrência desleal; e a mesma coisa acontecendo com os postos revendedores.

Apenas para ilustração, eu gostaria de dar um exemplo que deu certo. Esse exemplo foi o que o Estado de São Paulo implementou em dezembro de 2003, quando reduziu o ICMS do álcool hidratado de 25% para 12%. Esse foi um trabalho conjunto, feito entre produtores, Sindicom e revenda, quando conseguimos convencer o Estado de que ele deveria reduzir a alíquota de ICMS de 25% para 12% e que não haveria perda de arrecadação.

Segundo informações do Governador de São Paulo, essa redução de 25% para 12% trouxe um aumento de arrecadação de ICMS de 7%. O que aconteceu? As distribuidoras do Sindicom, que tinham uma participação muito pequena em São Paulo, tiveram um aumento, de 2003 para 2004, de 131% nas suas vendas em função da melhora de competitividade. As demais distribuidoras a que reporta a MP tiveram um aumento de 51%, e o mercado clandestino, que era, na sua maior parte, comercializado em São Paulo, desabou, tendo uma queda de 31%.

Os senhores podem dizer que ainda existe uma parcela significativa na linha vermelha. Sim, mas grande parte disso não é decorrente do ICMS do álcool hidratado, e sim em função do PIS e do Cofins, que ainda incidem na distribuidora.

Esse quadro mostra a quantas andam as alíquotas de ICMS atualmente no Brasil. Temos São Paulo, que reduziu a alíquota para 12%, e os demais Estados, que têm alíquotas que variam de 17% a 31%, como é o caso do Estado do Pará.

Em 2002, foi criada, no âmbito do Ministério da Agricultura, a Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool, no qual o Sindicom é responsável por um grupo especial chamado “álcool e tributos”, que concluiu que a tributação do álcool hidratado deve ser diferenciada: “Consideramos que o álcool hidratado é um produto de

forte interesse social, gera emprego e renda e fixa o homem no campo, é um combustível de fonte de energia renovável, é um produto menos poluente e contribui para a balança de pagamentos do Brasil.”

O que diz a Lei nº 10.833? O Congresso Nacional aprovou, em dezembro de 2003, a Lei nº 10.833, que zera o PIS e Cofins na distribuidora. O que diz o seu art. 91? Diz que “serão reduzidas a zero as alíquotas da contribuição para PIS e Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda do álcool hidratado carburante realizado por distribuidor ou revendedor varejista, desde que atendidas as condições estabelecidas pelo Poder Executivo”.

O parágrafo único diz: “A redução dessas alíquotas referidas no *caput* somente será aplicada a partir do mês subsequente ao da edição do decreto que restabeleça as condições requeridas”. Qual é a situação atual? Faz 15 meses que a Casa aprovou a redução da alíquota a zero, e ainda não temos os efeitos desejados porque ainda falta a publicação desse decreto.

Uma das dúvidas que sempre surgiu é sobre os impactos da redução do PIS e Cofins nas distribuidoras. Primeiro, no âmbito do produtor, como não haverá nenhuma mudança na carga tributária, permanecendo a alíquota que já vigora hoje, de 3,65, não teremos nenhum impacto; no âmbito das distribuidoras, temos dois efeitos: as distribuidoras que pagam os seus impostos terão um efeito de R\$0,10 por litro e as distribuidoras que não pagam, cerca de 50% do todo, não terão nenhum efeito justamente por não pagar esse imposto. Em nível de revenda, continuará a haver competição e, certamente, o repasse dessa redução de preço das distribuidoras que pagam impostos para o consumidor final.

Aqui quero mostrar para aos senhores como funciona. A primeira coluna é um número teórico de formação de preços, partindo do preço publicado na Esalq pelos produtores de álcool, alguma coisa em torno de R\$0,75, conforme dados de dezembro, depois temos uma margem muito pequena da distribuidora em verde, tem a margem da revenda, que é o outro verde, onde 30 mil postos competem, e depois vêm as partes onde há os maiores complicadores, que são o ICMS e também o PIS e o Cofins.

Os senhores podem notar que temos aqui, no PIS e no Cofins, os 3,65% do produtor e os 8,20% da distribuidora.

Com a publicação do decreto, essa parte em vermelho terá a redução, permanecendo só a alíquota de 3,65%, e teremos um pequeno impacto no ICMS porque o PIS e Cofins é base de cálculo do ICMS.

Agora, se vocês notarem, nesta mesma época em que este preço foi formado, coletamos as pesquisas pu-

blicadas a cada semana pela ANP e concluímos que o preço que estava sendo vendido o álcool em São Paulo na bomba, naquela oportunidade, é muito próximo ao preço sem a incidência do PIS e Cofins. Isso quer dizer que toda a diferença entre 1,32% e 1,25% é o ICMS e o PIS e o Cofins, sonegados, o que traz todos aqueles problemas que mostramos anteriormente.

Próximo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Tanto o Senador Delcídio Amaral quanto eu estamos com problema. Gostaríamos de permanecer aqui, dado o interesse e a importância da audiência, só que temos uma reunião do Colégio de Líderes, que começou às 11 horas. Dessa forma, não podemos estar em dois lugares. Assim, teremos que ir para a reunião de lá. Mas esse é o problema. Se não houver uma combinação das comissões com o Presidente do Senado, tenho sido impossibilitado de participar das reuniões das comissões porque ocorrem exatamente no momento em que se reúne o Colégio de Líderes. Estou aqui registrando essa reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Há um requerimento do Senador Osmar, já foi encaminhado e poderá ser votado daqui a pouco.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – O senhor pode continuar com a palavra.

O SR. DIETMAR SCHUPP – Só para finalizar. Os impactos da publicação desse decreto, a nota técnica da Secretaria da Receita Federal e da SEAE demonstraram que não deverá haver perda de arrecadação de tributos federais e um substancial aumento de ICMS decorrente dos seguintes fatores:

1) Atualmente existe uma incontrolável sonegação de tributos na comercialização de álcool hidratado;

2) Haverá substancial queda na informalidade, nas fraudes, na sonegação de tributos que compensarão com sobras a perda de arrecadação de ICMS do PIS e Cofins na distribuidora;

3) Essa afirmativa baseia-se no exemplo da redução de ICMS do álcool hidratado mostrado anteriormente;

4) Haverá um aumento na arrecadação da Cide e do PIS e Cofins, do ICMS e do ICMS da gasolina, porque hoje em dia existe venda casada de gasolina com álcool feita por distribuidora para postos revendedores.

E, por fim, haverá um substancial aumento na arrecadação do ICMS do álcool hidratado. Estima-se que esse aumento do ICMS situa-se na faixa de R\$300 milhões por ano.

Quem ganha com esse decreto? No nosso entendimento, quem ganha com o decreto é a sociedade, pagando menos impostos, adquirindo um produto mais barato, garantia de adquirir um produto de melhor qualidade, seja da gasolina, seja do álcool, e reduz fortemente o poder da máfia dos combustíveis, que é muito forte nessa área. No âmbito do Governo Federal, mostra a sociedade que houve uma redução da tributação sem abrir mão da arrecadação. Dois: haverá um aumento na renda e no emprego, no campo, eliminou o último foco ainda existente que permite a sonegação no nível federal e é um passo decisivo para o tão almejado crescimento sustentado.

Em termos de governos estaduais e municipais, haverá um substancial aumento na arrecadação de ICMS, e para os produtores, distribuidores e postos revendedores haverá uma redução significativa das fraudes e da sonegação.

Receios que, na opinião do Sindicom, não se justificam:

1) Não haverá redução da tributação dos produtores; o álcool hidratado continuará com a mesma tributação que tem hoje, que é igual ao do álcool anidro com alíquota de 3,65% de PIS e Cofins;

2) Não haverá perda de arrecadação de tributos federais, conforme já mostrado anteriormente;

3) Redução nos preços incentivará veículos *flex fuel*. Não haverá redução significativa nos preços dos álcoois devido à elevada sonegação;

4) Os veículos *flex fuel* reduzirão o consumo de gasolina. Foi feito um estudo dentro da Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool que diz que os veículos *flex fuel* têm uma participação pequena na frota total de veículos. Estima-se que atualmente 35% dos novos veículos são *flex fuel*. Mas nunca devemos esquecer que esses são veículos novos; e que veículos novos representam cerca de 9% ao ano, quando vêm carros novos para compor a frota atual de veículos leves. Se estamos falando 9%, 35% de 9%, ou seja, 3% a cada ano é o aumento da participação dos veículos *flex fuel* no total.

Esse mesmo estudo também diz que não deverá haver redução de consumo de gasolina de 2005 até 2010, em função da entrada dos veículos *flex fuel*.

Por fim, o que esperamos do Governo? Primeiro, que o Governo Federal cumpra a lei e publique o decreto, regulamentando o art. 91 da Lei nº 10.833, zerando PIS e Cofins incidentes na distribuidora. A publicação desse decreto, na nossa visão, será um passo definitivo para reduzir o poder do crime organizado no País, e a sociedade poderá usufruir de todos os seus benefícios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Dr. Antonio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da Única.

O SR. ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar o Senador Aelton Freitas pela iniciativa e de cumprimentar o Senador Sérgio Guerra; e, em nome dele, todos os demais Senadores.

Por que os produtores estão engajados nesse processo? Estamos juntos com o Sindicom desde o primeiro momento.

Os senhores estão assistindo a uma volta do ex-Programa do Alcool. Na verdade, o Programa do Alcool acabou há muito tempo, e ressurgiu a partir de 2000. Em função do quê? Em função da estabilidade dos preços no mercado, principalmente no Estado de São Paulo, onde o álcool ficou em uma paridade de preço ao redor de 50% do preço da gasolina até o presente momento.

Isso motivou a indústria automobilística a retirar dos seus arquivos, dos seus armários, uma tecnologia, que é a do carro bi-combustível, em que ele roda a álcool e roda a gasolina. E fez com que voltasse a esse *boom*, a essa expansão da produção que voltamos a assistir.

Já estamos assistindo a quase 40% das vendas do carro *flex* no mercado interno. A indústria automobilística já reviu o estudo feito pela câmara setorial, estimando que este ano as vendas vão se situar ao redor de 50%. No ano que vem, a expectativa é a de que vá a 75%, e que, em 2010, 90% da frota já seja vendida na condição do carro *flex*.

Se analisarmos a relação de preço nos vários Estados brasileiros, apenas 10% desses Estados estão com os preços não competitivos em relação à gasolina. Ou seja, o álcool tem de se situar em um patamar de 70%, no máximo, em relação ao preço da gasolina, senão provavelmente esses consumidores farão a opção de rodar com a gasolina, e não com o álcool.

A maior preocupação do produtor, além da questão do preço, na tributação, é a qualidade do produtor. Quer dizer, temos dois produtos desse álcool. O álcool primeiro tem uma especificação no momento em sai das usinas. Ele sai dentro dos padrões estabelecidos pela ANP, que daria uma segurança à indústria automobilística, daria uma segurança ao consumidor, no sentido de que esses carros poderiam rodar com a maior tranquilidade sem nenhum efeito.

Ao mesmo tempo, o setor investe na promoção do álcool em nível mundial. Tem-se a imagem de que a qualidade do produto não é boa: não é boa para o País, não é boa para o consumidor e não é boa para

o produtor. Então, o efeito maior para o produtor, mais do que a sonegação, é a qualidade do produto, porque podemos levar para o mundo, levar para esse consumidor, podemos inviabilizar esse carro *flex* pela qualidade do combustível. E isso não é admissível.

Então, estamos apoiando essa medida. O produtor a aceita, desde que não haja uma mudança da carga tributária, que a Receita Federal não retire da distribuidora e venha colocar esses 8,2% para o produtor.

Estamos juntos nesse sentido e apoiamos esse processo. Queremos que o álcool que sai das usinas seja o mesmo álcool encontrado nos tanques de combustíveis e nos postos de revenda para os consumidores.

Então, essa é a posição dos produtores de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Passo a ouvir o Dr. Renato Augusto Pontes Cunha, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool, de Pernambuco.

O SR. RENATO AUGUSTO PONTES CUNHA

– Bom-dia a todos. Eu queria agradecer ao Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool, instituição que tem 64 anos. Gostaria de agradecer ao Presidente, Senador Sérgio Guerra, e aos demais Senadores; aos colegas aqui presentes; ao Sindicom; ao Presidente do Sindicato de Alagoas, nosso companheiro. Estrategicamente, defendemos a indústria sucroalcooleira, geradora de 350 mil empregos no Nordeste. Agradeço ao Presidente da Alcool, Dr. Alberto Holanda, e aos demais componentes da Mesa. E gostaria de traçar um pouco um esboço da questão sucroalcooleira nacional antes de hipotecar uma solidariedade à proposição do Sindicom, embora obviamente com algumas ressalvas.

Inicialmente, nós somos a favor de um novo conceito, uma nova grade fiscal neste País, uma grade ecológica, onde a questão ecológica tenha alguma valoração, como ocorrem nos países de primeiro mundo, na Alemanha, na Dinamarca. Aqui é o único local do Planeta onde os produtos que decorrem do extrativismo natural ou fóssil têm uma diferença fiscal de competitividade melhor do que os produtos naturais.

Hoje nós falamos em açúcar e álcool, mas falamos em agroenergia. Esta Comissão é uma Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O próprio Ministério da Agricultura – e eu congratulo os seus dois representantes aqui presentes – recentemente passou por uma inovação da criação de uma Diretoria de Agroenergia. A própria Agência Nacional do Petróleo, que aqui se faz presente, tem consciência de que esse conceito de distribuição, de *down stream*, no Brasil

passa um pouco pela valoração dos combustíveis limpos, energéticos.

Eu gostaria de enfatizar que essa questão do canal final de distribuição do etanol ou da gasolina é uma questão de fidelização por parte do Sindicom. Os produtores de álcool, que representam mais de um milhão de empregos diretos no País são um elo da cadeia que não se comunica diretamente com o consumidor. Ao contrário, por meio do álcool anidro, por exemplo, nós detemos 25% dos prêmios de ICMS, por exemplo, que o Sindicom recebe.

É importante que esta Comissão tenha consciência de que os produtores de açúcar e álcool deste País, quando se vende gasolina, quando é recolhido o ICMS da gasolina, 25%, um quarto desse valor é fruto da contribuição que nós estamos dando, emprestando ao País, à sociedade, o que, aliás, é nossa obrigação.

Nós somos a favor dessa redução, ou imunidade, ou isenção exatamente se ocorrer em nível da cadeia produtiva e não ocorrer uma compensação ou um efeito ressaca em cima do produtor. É importante que se saiba que o produtor nacional, notadamente o produtor do agronegócio, quando opta pelo lucro presumido paga 3,65%, sem aproveitamento dos créditos de PIS e Cofins. Quando opta pelo lucro real, paga 9,25% abatendo-se os créditos. Então, realmente, nós, os geradores de emprego deste País, temos uma sobrecarga fiscal.

Eu acho que o setor produtivo tem um papel preponderante na geração de empregos pela sua própria atividade-fim um pouco superior ao setor do comércio, da distribuição, do varejo. Então não é justo nem seria correto que essa desoneração seja na ponta final, apesar de ser benéfica. Nós hipotecamos solidariedade porque trará o mercado para um nível de legalidade maior, sem dúvida alguma. Concordamos com o Sindicom. Na medida em que se desonera a ponta final, há um incentivo ao consumo mais ordenado. No entanto, é importante frisar que seria interessante que nesse art.91 houvesse até uma ressalva, se fosse o caso de a Comissão poder fazê-la, dizendo que o Governo Federal, ou o Ministério da Fazenda, não procedesse intempestivamente *a posteriori* a alguma alteração que viesse a compensar em cima do produtor essa ausência de tributação ou essa pseudo-renúncia, que é assim que considero. Essa é a nossa posição. Nós hipotecamos, concordamos, mas ficamos extremamente desconfiados de que haja um certo sofisma, não por parte do Sindicom, mas que possa haver um aproveitamento por parte do Governo Federal para imputar essa compensação em cima do produtor.

Essa é a posição do Sindicato da Indústria do Açúcar em Pernambuco, Estado onde as raízes da cana-de-açúcar se iniciaram no País.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Queria, neste instante, agradecer a presença de representantes do Ministério da Agricultura, do Dr. Carlos Orlando Henrique, da ANP, e também do Dr. Alfredo Vilela Cortês, Diretor-Executivo da Associação dos Produtores Independentes de Açúcar e Alcool do Estado de Alagoas.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Dr. Roberto Holanda, Presidente da Alco.

O SR. ROBERTO HOLANDA – Bom dia, Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senadores, companheiros de Mesa, senhoras e senhores. Testemunhamos, hoje, a construção de um novo paradigma no mundo, no que se refere ao uso de combustíveis.

Nesse contexto, o Brasil tornou-se um exemplo já em vias de ser copiado em muitos países e prepara-se para poder aproveitar um relevante potencial de emprego e de renda. Aprendemos a usar o álcool como aditivo e substituto à gasolina. Aprendemos a fazê-lo barato, a ponto de competir com o combustível derivado do petróleo, ainda que o preço do barril volte a impensáveis US\$35,0.

Desde 1999, um passado recente, o álcool ingressou na economia de mercado, passando, de um produto tutelado e subsidiado, a caminhar com as próprias pernas. Nesse período, o setor virou crise de oferta, de demanda, de abastecimento, enfrentou problemas climáticos e aprendeu com todas essas situações. Aprendemos a nos organizar setorialmente, a buscar soluções em conjunto com os Governos, a buscar novos mercados, divulgando nosso exemplo para o mundo.

No momento, vivemos numa encruzilhada da maior importância. A expectativa para o mercado interno é crescente. Basta ver a evolução da participação dos automóveis *flex fuel* no mercado. As exportações de álcool triplicaram de 2004 para 2005.

Há, no entanto, que se ter cuidado com esse cenário. Em lugar de euforia, que venha o cuidado de se promover um desenvolvimento sustentado, à prova de crises. O mercado interno de álcool carburante representa ainda cerca de 75% da nossa produção. É dentro do nosso País que devemos procurar as soluções para o crescimento sustentado do nosso setor.

A publicação do decreto que regulamentará a Lei nº 10.883 é um dos passos que precisa ser tomado nesse sentido. Será uma demonstração de medida estruturadora que inibirá a sonegação, beneficiará os elos da cadeia do álcool e, não menos importante,

barateará o produto para o consumidor final. Será um importante passo para o almejado contexto de criação de empregos de baixo custo de geração e aumento de arrecadação de impostos, além de divisas e renda do País.

Obrigado. Essa é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Dr. Luiz Custódio Cotta Martins, Presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado de Minas Gerais.

O SR. LUIZ CUSTÓDIO COTTA MARTINS – Sr. Presidente, Dr. Sérgio Guerra, gostaria de me congratular com o meu conterrâneo Senador Aelton Freitas pela oportunidade do seu requerimento a fim de tratarmos desse assunto de suma importância. Cumprimento os Senadores, os companheiros de Mesa, os representantes da ANP e do Ministério da Agricultura, nossos colegas Presidentes de sindicatos das diversas regiões deste País.

Fui antecedido por pessoas que já clarearam e colocaram para os senhores mais ou menos a opinião dos produtores principalmente. Venho aqui também reforçar, em nome do Estado de Minas Gerais, o pleito, que foi um pleito até da Câmara Setorial de uma proposta que me partiu do Sindicom, tendo em vista a regulamentação do Decreto que prevê na Lei nº 10.883/2003, que dá mais de um ano e meio para se regulamentar.

Então, da nossa parte está o apoio para que se regulamente, mas, fazendo uma ressalva que, na regulamentação que compete ao Governo estabelecer o início e as condições, que não se aproveite para passar ao produtor essa alíquota que está hoje na distribuidora. Para nós é importante a caída dessa alíquota, tendo em vista que lutamos para ter sempre um diferencial entre o álcool, que é um combustível renovável, ambiental, e a gasolina, que é um combustível fóssil. Então, todos os Senhores sabem que o Brasil foi um dos primeiros e hoje um dos grandes produtores de álcool e o maior produtor de biomassa do mundo. E todos sabem que, agora, com o Protocolo de Kyoto, cada vez mais vai se utilizar o álcool mundialmente, principalmente naqueles países signatários do Protocolo de Kyoto.

E gostaria de colocar aqui então, já que o tema também é a parte tributária, que o problema mais sério do momento, que está hoje se discutindo na Reforma Tributária é o diferencial de alíquota entre os biocombustíveis e os combustíveis fósseis. E a emenda que está hoje na Reforma Tributária diz que os biocombustíveis não poderão ter uma alíquota maior do que a menor alíquota de um combustível fóssil. Quer dizer, não é justo que o combustível renovável tenha uma alíquota superior a um combustível fóssil.

Então, essa emenda está para ser discutida, e provavelmente deverá retornar ao Senado. Gostaria do apoio dos Senadores na manutenção disso, para podermos ter essa diferença. O problema que estamos sentindo é que os Estados hoje, com o problema das suas dívidas que têm com o Governo Federal, separando certa receita para pagar mensalmente o Governo Federal, ele cada vez mais usa de receitas e principalmente sobre combustíveis. E isso está ocorrendo nos Estados em que, por exemplo, têm uma alíquota da gasolina de 25%, uma alíquota de álcool de 25%, e uma alíquota de diesel e de gás de 12%. Não tem cabimento você ter uma alíquota de gás e de diesel de 12% e ter um produto renovável de 25%.

Então, acho que com essa Reforma Tributária vamos tentar equacionar esse problema. O outro tema que depois gostaria que essa Comissão do Senado pudesse tratar é o problema da matriz energética. Como estamos hoje? Estamos hoje tendo o gás em preferência ao álcool. Se os Senhores analisarem, pegarem um veículo que anda 50.000km durante o ano, à gás, e 50.000km, à álcool, você vai perceber que a cada mudança de um carro à álcool adaptado para gás são 100 empregos a menos. De um produto gás, que a maior parte vem da Bolívia – e os Senhores estão acompanhando essa crise que está na Bolívia – e que o Governo incentivou principalmente taxistas a fazerem adaptação para gás, que usou e gastou R\$4.000,00 e agora não vai ter gás para abastecer. Ou seja, um incentivo que foi dado ao combustível, e agora o Governo não vai ter o gás para abastecer. Não é que sejamos contra o gás. Eu acho que o gás tem que ser dirigido para o transporte coletivo de massa, ele tem que ser usado nos ônibus, nos caminhões, nas indústrias, mas não para substituir um produto genuinamente nacional e que traz investimento. Se o problema hoje é emprego e renda, o que o gás, que vem de fora, dá de emprego num estado? Quais são os investimentos que o gás está dando?

Então, temos que ver essa matriz energética, analisando o Brasil. Para isso, gostaria de lembrar aos Senadores que atentem para esse problema da matriz energética e ajudar nessa reforma tributária, para que o álcool, produto genuinamente brasileiro que temos aqui, não tenha tributação maior do que um combustível fóssil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Passo a palavra ao Dr. Alfredo, que representa os produtores de álcool e açúcar de Alagoas, que, presente a esta Comissão, deseja dar uma palavra. Acho que será muito bem recebida por todos nós.

O SR. ALFREDO VILELA CORTÊS – Senador Sérgio Guerra, cumprimento V. Ex^a e, por seu intermédio, os demais Senadores e parlamentares aqui presentes, assim como os integrantes da mesa deste painel de que estamos participando.

Em nome da Socal, entidade a que pertencemos, agradecemos esta oportunidade.

Alagoas é o segundo maior produtor brasileiro de álcool, açúcar e cana; no Nordeste somos o primeiro. Não me vou ater aos temas enfocados aqui porque todos os companheiros já o enfocaram de maneira muito hábil e feliz.

Tenho uma posição confortável para tratar do assunto álcool, porque a minha formação básica é ser engenheiro de petróleo. Trabalhei em petróleo na Petrobras durante muitos anos e, em razão de acidente com meus familiares, fui obrigado a deixar a estatal e voltar à atividade no meu estado, onde me liguei a uma atividade que já vinha do meu bisavô, senhor de engenho, e do meu avô, usineiro, e continuo até hoje.

Também sou conservacionista e acho o álcool a solução mais sensata e factível que há no campo dos combustíveis. Isso que o Dr. Luiz Custódio acaba de falar é, de forma patente, importantíssima. Não se pode admitir essa disparidade em termos de taxaço tributária diferenciada entre o combustível renovável e o combustível fóssil.

O que vemos hoje? Que um país que tem uma demanda de combustível fóssil tão grande, como os Estados Unidos, está fortemente apoiando o desenvolvimento do etanol naquele país. Esta semana li a notícia de que o estado de Nebraska ampliou a adição de álcool à gasolina, passou para 20%, está ampliando seu parque industrial. Seguramente este ano, com as novas indústrias que estão sendo implantadas naquele país, eles podem até ultrapassar o volume de álcool que estamos produzindo aqui.

Mas, se projetarmos para o futuro, não existe país com condições especiais como o nosso em termos de tecnologia, áreas para expansão e sem necessidade de apelar para outra fonte de energia que não a energia renovável do álcool.

O Brasil está dando um exemplo impressionante.

Por último, com o advento do carro *flex fuel*, acho que temos essa oportunidade ímpar de alavancar a nossa atividade de produção do álcool que é uma atividade que cria o maior número de empregos, mais do que a atividade de petróleo. Se balancearmos, confrontarmos uma atividade com a outra, vamos ver que, num País que precisa a cada ano gerar novos empregos, nenhuma outra atividade oferece mais oportunidade

de criação de empregos do que a atividade da agroindústria da cana-de-açúcar.

Eu, em princípio, tenho a mesma posição dos demais companheiros: apóio essa possibilidade de alteração do PIS/Cofins, desde que não se venha adicionar à carga tributária extorsiva que já temos hoje na nossa atividade.

Agradeço a oportunidade e espero que o País se sensibilize para dar um tratamento diferenciado, notadamente ao álcool combustível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Quero dizer que ouvimos com muita atenção a palavra de todos os que se pronunciaram aqui até agora e, nos últimos dois meses, pelo menos eu, tenho pessoalmente me envolvido na discussão do tema agrícola brasileiro como responsabilidade desta Comissão e da função que tenho nela.

Sei do peso, da relevância e da importância para a agricultura e para o País do setor sucroalcooleiro. Sou de um Estado também produtor de cana e entendo que há uma imensa desconsideração sobre o papel desse sistema de produção no conjunto do poder, por assim dizer.

Do ponto de vista concreto, objetivo, há uma colocação feita aqui sobre evasão fiscal e qualidade de combustíveis. É evidente que, se desejarmos ter uma expansão, um produto de qualidade, temos condição de desenvolver uma indústria e uma cadeia cada vez mais larga, cada vez mais intensa, cada vez mais economicamente saudável. É preciso, então, que se tome providências urgentes. É possível trabalhar com uma hipótese dessa, um decreto, na verdade, com 18 meses de aprovado e não publicado, aguardando por publicação? É claro que é preciso haver também uma ação de conjunto para que um lado não desequilibre o outro, para que não se venha cobrar ali o que teoricamente se poderia imaginar que se ia perder numa providência desse tipo. Mas a informação é que não haverá perda.

Temos um projeto em andamento, liderado pelo Senador Aelton Freitas, para organizar uma subcomissão para cuidar desse setor da forma mais ampla e dedicada possível. Alguns Senadores aqui têm aplicação nessa matéria; dois deles estão viajando, em viagem internacional, mas eles, além do Senador Aelton Freitas e de outros Senadores aqui, têm foco nesse assunto. Penso que podemos criar uma subcomissão ativa que possa dar resultados.

Quero dizer que, do ponto de vista geral, há um problema de vocalização do setor agrícola. Não é que não existam lideranças no setor agrícola, há um conjunto de lideranças bastante forte, mas também há

uma grande dispersão. Tenho visto isso todos os dias nos vários assuntos que surgem a esta Comissão e à Comissão de Agricultura da Câmara, com a qual trabalhamos de maneira articulada. Mas há uma crise, não exatamente no açúcar nem no álcool, mas em outras áreas de produção, e essa crise precisa ser enfrentada. Para que ela seja de forma objetivamente encarada, é preciso que haja unidade de pensamento, unidade de ação, e vamos contribuir sempre nessa linha. Por isso é importante que estejam aqui hoje pessoas que representam parcela saudável da distribuição e pessoas que representam a produção propriamente dita de açúcar e de álcool, com vistas a que, na verdade, a pauta seja uma só. Quanto mais coincidentes sejam as pautas, maior capacidade de atuar.

Venho de uma reunião na semana passada. Fui com o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara numa reunião, convocada pelo Ministro José Dirceu em nome do Presidente, com os principais Ministros do Governo para tratar da questão agrícola no geral, presentes o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, o Ministro da Coordenação Política, Ministro da Agricultura – que é um amigo da agricultura –, enfim, não me lembro, mas havia mais algum Ministro, e o Ministro Antônio Palocci, eu disse.

Após ampla discussão de uma pauta levada pelo Ministro da Agricultura, tudo que conseguimos ouvir do Ministro da Fazenda foi que, se fosse possível prosseguir com a Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, aprovar a Medida Provisória nº 242, e tomar providências com relação aos gastos em saúde feitos por outros Ministérios e não pelo Ministério da Saúde, que deveriam ser encarados como despesas com saúde também para que fossem satisfeitas as compulsoriedades de investimento na área da saúde, haveria chance de a agricultura começar a ser atendida. Tenho muito respeito e muita simpatia pelo Ministro da Fazenda, mas é evidente que a resposta que nos foi dada não é uma resposta satisfatória. É impossível que parlamentares possam pautar a Oposição para uma demanda de um único setor, por mais relevante que seja esse setor.

Fato concreto é que não há reconhecimento, quero ser sensato e justo, não apenas neste Governo, para o papel que representam os que estão aqui hoje e os que se mobilizam pelo Brasil inteiro, do ponto de vista da economia: na renda, no emprego, nas exportações e, principalmente, nas potencialidades. Um setor como esse possui uma potencialidade enorme, com grande capacidade de se desenvolver. A capacidade técnica já começa a ser reconhecida lá fora. Podemos ser exportadores de *know-how*, além de exportadores de álcool que já somos. Existem condições enormes,

do ponto de vista do álcool, da agricultura, desde que articulado com a distribuição de combustíveis, que pagam imposto, que distribuem produto de qualidade em um país moderno, um país organizado, um país que se dê respeito.

A Comissão vai atuar muito nessa área. Esta é a primeira tomada de conhecimento de uma matéria emergente e urgente, mas vamos dar desdobramento à proposta do Senador Aelton Freitas, vamos estruturar uma subcomissão, cuidar muito da questão do açúcar e do álcool, que é importantíssima do ponto de vista do emprego, e das perspectivas de emprego ainda mais.

Passo a palavra ao Senador Aelton Freitas, para mais algum comentário ou interpelação que julgue conveniente.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, cumprimento a todos que fizeram uso da palavra, que explanaram muito bem seu ponto de vista. Chegamos num denominador comum. Ou seja, onde ocorre perda com a sanção dessa lei? Apenas nos sonegadores. Não haverá qualquer prejuízo, não haverá qualquer pacto econômico.

Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a pela atenção que tem dispensado às nossas propostas e ao nosso trabalho, e gostaria de parabenizá-lo pela maneira com que vem conduzindo a Comissão. Agradeço aos nobres convidados pela gentileza e atenção que tiveram com nosso convite. Tanto este Senador quanto esta Comissão, presidida pelo nobre Senador Sérgio Guerra, estamos à inteira disposição para tratar de todos os problemas, principalmente do nosso segmento.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que estamos aqui para tratar do segmento do álcool e do açúcar, mas teremos que rever com muita atenção a situação da renegociação das dívidas dos produtores rurais neste ano.

Sendo da região do Triângulo Mineiro, que sofre perdas significativas, principalmente no que tange à produção de grãos, estamos trabalhando pela renegociação e pelo estudo, caso a caso, de cada produtor. Mas, infelizmente, o tempo é curto em função de tanto esforço e trabalho. Apresentamos o Triângulo Mineiro ao Banco do Brasil, que é o principal banco de fomento naquela região, no que tange à produção, e, infelizmente, temos obtido êxito em um Município e no Município vizinho não, com a prorrogação de uma situação em dívidas que vencem ao mesmo tempo, da mesma forma e com o mesmo tipo de atividade.

Cito um exemplo: concentramos esforços no Município de Frutal, no Triângulo Mineiro. A Superintendência Estadual do Banco do Brasil foi até o Município, constatou as perdas e acertou com os produtores.

Temos que ir, neste final de semana, ao Município de Conceição das Alagoas. Ora, o município vizinho, com a mesma situação climática, com a mesma condição, com a mesma tecnologia. Por que temos que concentrar tanto esforço, caso a caso? Por que não o Governo já estipular uma forma, junto ao Ministério da Agricultura, para que, naquela região, para aquele perfil, para aquela atividade, para aquela cultura, fique feito e decretado dessa forma, o que não está sendo diferente em todos os segmentos?

Termino minhas palavras, dizendo que há um ano e meio esta Casa e a Câmara dos Deputados, o Congresso, aprovou essa lei que simplesmente extingue o sonegador do sistema sem trazer perda alguma aos cofres públicos. Por que não respeitar o trabalho do Legislativo? Somos do Bloco de apoio, repito, mas a crítica é sempre construtiva. O verdadeiro amigo é aquele que avisa, e não o que surpreende. É essa a nossa meta, esse o nosso trabalho, esse o nosso desejo.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Senador Sérgio Guerra, senhores expositores, sinto-me muito à vontade em uma discussão como essa.

O Proálcool foi criado pelo meu conterrâneo César Cals de Oliveira, uma das primeiras pessoas a pensar sobre o desenvolvimento do álcool no País, no sentido de que se subsidiassem os combustíveis. César Cals lutou muito por isso. Depois de sua saída, o álcool sofreu um interregno, e só nesses últimos anos, depois que o petróleo teve grande elevação nos seus custos – devido às crises por que tem passado o Oriente Médio, onde se produz a maior quantidade de barris de petróleo no mundo –, está-se reavivando o Proálcool.

Lamento profundamente não termos tido aqui um representante do Governo Federal, do Ministério da Agricultura ou do Ministério da Economia para que presenciasse essa discussão e os argumentos que os senhores apresentaram, que são válidos. Acredito que esta Comissão terá força e juntará mais forças para pedir ao Presidente da República imediatamente que essa lei seja publicada e entre logo em vigor.

Agradeço aos senhores expositores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Antes de passar a palavra ao Dr. Renato, que pretende fazer mais um comentário, quero dizer que, na próxima semana, deverá haver aqui uma audiência pública com o Ministro Antônio Palocci. Combinaremos com o Senador Aelton Freitas, autor do requerimento, que aqui se faça um documento, uma proposta concreta da Comissão sobre essa questão para ser apresentada ao Ministro da Fazenda. A Receita também será con-

vidada a participar da reunião. Penso que será positivo que já tenhamos passado pela discussão de hoje para a conversa que teremos com o Ministro Palocci nos próximos dias.

Concedo a palavra ao Dr. Renato.

O SR. RENATO AUGUSTO PONTES CUNHA

– Agradeço a todos os Senadores e ao Senador mineiro. Foi um privilégio para nós todos participar.

Gostaria de dizer que esta Subcomissão pode ter um papel histórico relevante, até porque, vejam os senhores, o Presidente da República está em viagem para a Coreia, para o Japão, e efetivamente Sua Excelência tem sido um vendedor, um mercador do etanol. Ocorre que precisamos trabalhar – como disse o Senador Sérgio Guerra – com bastante pertinência a questão da qualidade do fluxo contínuo de abastecimento.

Quero apenas acrescentar uma informação: o Nordeste brasileiro tem uma época de safra distinta e absolutamente complementar àquela do centro-sul. O Nordeste representa 15% ou 16% no volume nacional de produção. Observem que, se há uma época de safra complementar, está-se tornando anual a questão do suprimento. Isso pode ser vendido para o mundo, acabando-se essa celeuma, aniquilando de uma vez por todas essa fragilidade do fluxo contínuo de fornecimento brasileiro de etanol, se existirem políticas de compensação regional, políticas de fomento à agricultura da cana-de-açúcar no Nordeste. Esse é um caso.

Outros aspectos precisam ser estudados nesta Subcomissão. Por exemplo, temos grande apreço e muito respeito pela Agência Nacional do Petróleo, mas o próprio nome a define como uma agência nacional do petróleo, e não como uma agência nacional dos combustíveis. Eles realmente se interessam, ajudam e são extremamente diligentes com a questão do etanol. No entanto, era importante que o etanol ocupasse um maior espaço na matriz energética do País, participando de uma grade de combustíveis mais limpos que fossem assim valorizados. Não é apenas a questão do etanol, é a questão da energia eólica, é a questão da biomassa. Vejam o exemplo do Proinfa, o nível do valor econômico da energia de biomassa é abaixo das energias convencionais, o valor financeiro. E por que se uma energia, a nossa, é uma energia elaborada pelo homem, que requer investimentos e a outra é achada naturalmente através do extrativismo?

São certos conceitos que precisamos tentar avançar nesta subcomissão e acho que será muito importante para esse arranjo produtivo consolidado que existe no nosso segmento. O Sindicom, por exemplo, capitaneia arranjo produtivo, o etanol está dando certo no Brasil e deu certo porque existe um arranjo produtivo. Essa é a verdade, com elos de cadeia, pois uma

andorinha só não faria verão. A partir do momento em que há uma cadeia produtiva, um arranjo produtivo consolidado, passamos a ter um setor forte e pujante, defendendo os interesses do País, fazendo circular riqueza e renda no País. Obrigado.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr.

Presidente, Senador Sérgio Guerra, quero, em tempo, agradecer a ênfase que V. Ex^a deu e a oportunidade da criação dessa subcomissão do álcool e açúcar sugerida por nós nesta Casa e reiterar as palavras do Dr. Roberto Holanda, que deixou bem claro que, primeiramente, temos que trabalhar o mercado interno, pois há uma possibilidade enorme de crescimento, mas já com os olhos voltados, até pela visita do nosso Presidente ao Japão e com o Protocolo de Kyoto, já temos conhecimento de que o Japão, inserindo apenas 3% de álcool na sua gasolina, dá uma possibilidade de produção de mais 20 usinas de 2 milhões de litros no nosso País, ou 40 unidades de 1 milhão de litro, o que vem gerar muito emprego e renda e agregar valor na produção rural.

Então, além de trabalharmos todo o mercado interno, o nicho está abrindo oportunidade, o quanto se faz importante de fato a compreensão e a boa vontade de V. Ex^a na criação desta subcomissão, para tratar de um assunto que é muito relevante e um mercado que promete muito para os próximos anos ao nosso país, ao nosso segmento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– O Dr. Carlos Holanda Henriques, da ANP, gostaria de dar uma palavra.

O SR. CARLOS HOLANDA HENRIQUES – Sr.

Presidente, bom dia a todos, gostaria de parabenizá-lo e cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos e ao Senador Aelton Freitas pela iniciativa.

Gostaria de dividir a fala em duas partes. A primeira com relação à questão que foi proposta pelo Sindicom e apoiada pelos demais participantes. A ANP, hoje, entre os problemas que afligem mais pesadamente, tem três fortes: o corte drástico e até dramático do nosso orçamento, estimado inicialmente em 180 milhões, depois reduzidos para 70 milhões, depois do contingenciamento; e o que é mais grave ainda, a execução financeira do orçamento contingenciado é outro problema. Até hoje acho que recebemos alguma coisa em torno de 3 milhões para um orçamento inicial de 180 milhões e contingenciados para 70 milhões.

O segundo problema, seriíssimo, é a falta de contundência da legislação que trata das penalidades e a morosidade que decorre dos processos administrativos. Então, por que estou citando esses dois fatos para chegar na questão proposta pelo Sindicom? Porque

eles estão inter-relacionados, quer dizer, se nós não temos recursos para efetivar ações de fiscalização, se nós não temos uma lei de penalidades, a Lei nº 9847, se não me engano, que seja mais contundente, geramos um sentimento de impunidade tremendo e a máfia dos combustíveis que foi tão falada aqui prospera com uma velocidade e profundidade tremendas.

O terceiro ponto que também se inter-relaciona com esses dois diz respeito à questão tributária. Como é óbvio, a ANP não é uma casa tributária, estamos um pouco mais a jusante, nos importamos com as conturbações ao ambiente concorrência causadas por uma brecha na legislação tributária, por desarmonias na legislação tributária, por lacunas na legislação tributária e por falta de isonomia.

No momento em que essa edição do decreto, já previsto na Lei nº 10.833, no seu art. 91, vem diminuir essa lacuna na questão tributária, vem tornar mais isonômica a matéria, teremos, conseqüentemente, menores conturbações no ambiente concorrencial, daí o apoio técnico da ANP a essa proposta.

Em segundo lugar, para o meu amigo Renato Cunha, a Lei nº 11.097, bem recente, é de novembro de 2003, que tratou do biodiesel, modificou a lei do petróleo, a 9847, de 1997, e nos deu, até que enfim, atribuições mais fortes na área dos biocombustíveis. Até o próprio nome da agência, o que é um detalhe de menos importância, foi mudado. Hoje, é Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Estamos nos aparelhando, obviamente respeitando a parte que cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para olhar de forma mais aguda para a questão do álcool.

Muito obrigado.

O SR. (orador não identificado) – Eu queria saber do senhor se já há algum efeito prático de alguma diretriz da nova ANP com relação ao etanol, se existe alguma diretoria específica para álcool, se, internamente, o organograma contempla alguma coisa de etanol. Só para informação.

O SR. CARLOS HOLANDA HENRIQUES – O primeiro passo que demos foi tentar baixar um ato, obviamente com a participação do setor – estivemos, recentemente, com o Dr. Pádua e com Eduardo Carvalho em São Paulo -, que nos dê mais segurança nos dados de comercialização do álcool. A nossa preocupação é essa, por um lado, e também de não superpor demandas ao setor, que já tem de informar Receita Estadual, Receita Federal e a própria ANP. Então, atentando bem para esse detalhe, ou seja, o de não criar mais um encargo para o setor, estamos tentando, num primeiro momento, coletar de forma mais eficiente esses dados relativos à comercialização do álcool combustível. Por

esses dias deveremos colocar em consulta pública um ato que nos vem dar essa segurança.

Em segundo lugar, estamos tentando aglutinar a parte do álcool que está tratada com a qualidade, que é de especificações, com a área de abastecimento e, certamente, teremos um setor que vai tratar exclusivamente de biocombustíveis. Estou falando de biodiesel e álcool combustível.

Brevemente, V. Ex^{as} terão, em consulta pública, o primeiro ato já reflexo da mudança trazida à Lei do Petróleo pela Lei nº 11.097, que é um ato que nos dará mais segurança nesses dados de álcool.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Bem, eu gostaria de agradecer a presença de todos.

Dada a urgência, vou ouvir a Comissão e aprovar requerimento anteriormente já discutido aqui, do Senador Osmar Dias, que trata da convocação da Ministra Marina Silva, que concordou com a solicitação de comparecimento à Comissão antes da assinatura do decreto relacionado ao Paraná e a outros Estados do Sul. Ela virá aqui, provavelmente, na semana que vem – foi o que o Senador Sibá Machado nos mandou avisar.

Então, se não há objeção, vou considerar aprovado o requerimento já discutido. (Pausa)

Agradeço a presença de todos os convidados e quero dizer que foi uma reunião bastante objetiva, com apresentação do discurso bastante adequada, segura, consistente, precisa, e que a Comissão de Agricultura vai dar desdobramento a esta reunião de hoje e atuar no interesse de uma solução que entendamos correta para todos.

Agradeço a presença de todos e considero encerrada a reunião de hoje.

(Levanta-se a reunião às 12h02min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Terceira Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezesete de março do ano de dois mil e cinco, às dez horas.

Às dez horas do dia dezesete de março do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **SERGIO ZAMBIASI, JEFFERSON PÉRES, MOZARILDO CAVALCANTI, ROBERTO SATURNINO, MARCELO CRI-**

VELLA, HÉLIO COSTA, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO AZEREDO, JOÃO BATISTA MOTTA, PEDRO SIMON, ROMEU TUMA, HERÁCLITO FORTES, MÃO SANTA E RODOLPHO TOURINHO. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Presente o Senador **AUGUSTO BOTELHO**, não-membro da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente considera adiados os itens: **Item 01** – Mensagem (SF) Nº 191, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor LÚCIO PIRES DE AMORIM, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Lesoto”; **Item 02** – Mensagem (SF) Nº 192, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor LÚCIO PIRES DE AMORIM, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de embaixador do Brasil junto à República de Botsuana”; e **Item 03** – Mensagem (SF) Nº 04, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor FREDERICO CEZAR DE ARAUJO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu”. O Senhor Presidente passa ao **Item 04** – Requerimento (SF) Nº 97, de 2005, de autoria do Senador **VALMIR AMARAL**, que “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e solidariedade do Senado Federal aos Presidentes dos países atingidos pelo maremoto em 26 de dezembro de 2004”. Aprovado. **Item 05** – Requerimento (SF) Nº 14, de 2005, de autoria do Senador **HÉLIO COSTA** e outros Senadores, que “Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, após manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que o Senado Federal dirija um apelo às lideranças políticas iraquianas, de governo de oposição, solicitando manifestação de apoio à libertação do engenheiro JOÃO JOSÉ VASCONCELOS JÚNIOR, seqüestrado no Iraque, em 19 de janeiro de 2005”. O Senhor Presidente passa a pa-

lavra ao Senhor Senador **PEDRO SIMON** para leitura de seu parecer favorável. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO e JEFFERSON PÉRES**. Aprovado. **Item 06** – Requerimento (SF) nº 1.601, de 2004, de autoria do Senador **MARCELO CRIVELLA**, que “Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente Laurent Gbagbo pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004”. É designado como relator “Ad Hoc” o Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**. O Senhor Presidente faz nova proposição referente ao Requerimento, sendo postas em discussão as duas proposições. Fazem uso da palavra os Senadores **ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO e JOÃO BATISTA MOTTA**. É aprovado o Requerimento nos termos da proposição do Senador **CRISTOVAM BUARQUE**. **Item 07** – Projeto de Lei do Senado Nº 162, de 2004 – Complementar, de autoria do Senador **AUGUSTO BOTELHO**, que “Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação”. O Senador **JEFFERSON PÉRES**, relator do Projeto, faz a leitura do seu parecer favorável. Fazem uso da palavra os Senadores **ROMEU TUMA e AUGUSTO BOTELHO**. Aprovado. **Item 08** – Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2004, de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, que “Altera o parágrafo único do art. 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir a cessão aos órgãos de segurança pública das armas entregues na forma dos arts. 31 e 32 da referida lei”. O Senhor Senador **JEFFERSON PÉRES**, relator do Projeto, faz a leitura do seu parecer contrário. Faz uso da palavra o Senhor Senador **ROMEU TUMA**. Aprovado parecer contrário. **Item 09** – Requerimento nº 02, de 2005 – CRE, de autoria do Senador **ÁLVARO DIAS**, que “Requer, nos termos dos artigos 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de Audiência Pública destinada a ouvir, na qualidade de convidado, o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, senhor Paulo Skaf, para que possamos debater as propostas da entidade concernentes ao reconhecimento, pelo governo brasileiro, da China como economia de mercado, cujos reflexos sobre as exportações brasileiras podem representar prejuízos incommensuráveis”. O Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO** propõe a votação deste item em conjunto com o **Item 10** – Requerimento nº 05, de 2005 – CRE, de autoria do Senador **FLEXA RIBEIRO**, que “Requer nos termos regimentais que, juntamente com o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, senhor Paulo Skaf, seja também convidado o presidente da

CNI, Exm^o Deputado Federal ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO, para Audiência Pública que debaterá as “propostas da entidade concernentes ao reconhecimento, pelo governo brasileiro, da China como economia de mercado” e suas possíveis consequências nas exportações brasileiras”. Os Senhores Senadores **MÃO SANTA, JEFFERSON PÉRES, AUGUSTO BOTELHO e HÉLIO COSTA** fazem o uso da palavra. Aprovados. **Extra-Pauta – Item 01** – Requerimento Nº 06, de 2005 – CRE, de autoria do Senador CRISTOVAM BUARQUE, que “Requer, nos termos regimentais que, juntamente com o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, Sr. Paulo Skaf, sejam também convidados o Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Clodoaldo Hugueney e o Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sr. Ivan Ramalho, para Audiência Pública que debaterá as ‘propostas da entidade concernentes ao reconhecimento, pelo governo brasileiro, da China como economia de mercado’ e suas possíveis consequências nas exportações brasileiras”. Retirado de pauta. **Extra-Pauta – Item 02** – Requerimento Nº 07, de 2005, de autoria do Senador ROBERTO SATURNINO, que “Requer, nos termos regimentais que, juntamente com o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, Sr. Paulo Skaf, e do presidente da CNI, Deputado Armando de Queiroz Monteiro Neto, sejam também convidados o Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Clodoaldo Hugueney e o Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sr. Ivan Ramalho, para audiência pública que debaterá as ‘propostas da entidade concernentes ao reconhecimento, pelo governo brasileiro, da China como economia de mercado’ e suas possíveis consequências nas exportações brasileiras”. Fazem uso da palavra os Senadores **ROBERTO SATURNINO, JEFFERSON PÉRES e FLEXA RIBEIRO**. Aprovado. **Extra-Pauta – Item 03** – Requerimento Nº 08, de 2005 – CRE, que “Com amparo no Art. 58, § 2º, ii e v, da Constituição Federal, combinado com os Arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para analisar e discutir a diáspora brasileira. Deverão ser convidados: um representante da Divisão de Assistência Consular aos Brasileiros no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores; um representante do Ministério da Justiça; Glória Peres, escritora e roteirista da novela América; e Teresa Sales, professora livre-docente

do Departamento de Sociologia da Unicamp e editora da Revista Brasileira de Estudos da População. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **HÉLIO COSTA, EDUARDO AZEREDO, JEFFERSON PÉRES e AUGUSTO BOTELHO**. Aprovado. **Extra-Pauta – Item 05** – Requerimento Nº 10, de 2005 – CRE, de autoria do Senador MÃO SANTA, que “requer nos termos do artigo 74 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão temporária externa, composta de 03 Senadores, com o objetivo de acompanhar e analisar as dificuldades enfrentadas pelo regime democrático da Bolívia e eventuais consequências no cumprimento do contrato de suprimento de gás para o Brasil”. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **MÃO SANTA, ROBERTO SATURNINO, JEFFERSON PÉRES, FLEXA RIBEIRO e RODOLPHO TOURINHO**. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Havendo numero regimental, declaro abertos os trabalhos. (*Fora do microfone. Inaudível.*) com presença, que são três itens, e passar diretamente ao **Item 4 – Requerimento nº 97, de 2005**, de autoria do Senador Valmir Amaral. S. Ex^a propõe voto de pesar e solidariedade do Senado Federal aos Presidentes dos países atingidos pelo maremoto ocorrido em 26 de dezembro de 2004.

Em votação. (Pausa.)

Há alguma opinião ou posição em contrário? (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

O segundo Requerimento, **Item 5 – Requerimento nº 14, de 2005**, de autoria do Senador Hélio Costa e outros Srs. Senadores, requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, após manifestação desta Comissão, que o Senado dirija um apelo às lideranças políticas iraquianas – de governo e oposição –, solicitando apoio à libertação do engenheiro, nosso compatriota, João José Vasconcellos Júnior, que foi seqüestrado naquele país em 19 de janeiro de 2005.

O Senador Pedro Simon é o Relator. Analisaremos este requerimento, cujo parecer será muito rápido.

Trata-se de solicitação de apoio das autoridades iraquianas à libertação do engenheiro brasileiro João José.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O parecer é totalmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – O parecer do Senador Pedro Simon à proposta do Senador Hélio Costa e outros Srs. Senadores é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas registrar a aflição que permanece em Minas Gerais, meu Estado, especialmente na cidade de Juiz de Fora, em relação a esse episódio. Continuamos sem uma notícia mais clara para que possamos encontrar a solução. Evidentemente a esperança permanece, e esforços têm sido feitos pelos Governos. Entretanto, é necessária essa manifestação do Senado no sentido de manter acesa a chama da luta pelo esclarecimento do fato e pela volta do engenheiro brasileiro, seqüestrado no Iraque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Não havendo quem peça a palavra para discutir...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Desculpe-me, Sr. Presidente, mas gostaria de saber o que se está discutindo, pois estava conversando.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Trata-se de proposta do Senador Hélio Costa e outros Srs. Senadores para que o Senado apresente um apelo às lideranças iraquianas, a fim de que se realizem esforços necessários à libertação do brasileiro, o engenheiro João José Vasconcellos Júnior.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Está encerrada a discussão.

Aprovado o requerimento.

Passo ao **Item 6 – Requerimento nº 1.601, de 2004**, do Senador Marcelo Crivella, que pede um voto de solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente, Laurent Gbagbo, pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004.

Indicarei, como Relator **ad hoc**, o Senador Flexa Ribeiro.

O Relator do próximo item é o Senador Jefferson Péres.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, passo ao relatório.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina, nos termos regimentais, o Reque-

ramento nº 1.601, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, por meio do qual se requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aprovada moção de apoio e solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente, Laurent Gbagbo, em virtude dos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004.

Análise.

A República da Costa do Marfim é situada no oeste da África. Tem uma superfície de 322.462 Km², que representa 1% do continente africano, o equivalente ao Estado do Maranhão ou de Goiás. Delimitada ao sul pelo Oceano Atlântico, tem fronteiras a oeste com a Libéria e a República de Guiné; ao norte, com Mali e Burkina Faso; a leste, com Gana.

A população marfinense é estimada em 15,8 milhões de habitantes, o que representa uma densidade populacional de 47 habitantes por quilômetro quadrado. A taxa de crescimento demográfico anual é de 3,9%.

Trata-se de um país jovem, com quase de 50% de habitantes menores de 15 anos. Apesar de a urbanização estar em processo rápido, 60% dos marfinenses ainda moram na área rural, Abidjan, Capital econômica e que possui cerca de 2,7 milhões de habitantes. Em Bouaké, segundo pólo econômico, há 740 mil habitantes. Em Yamoussoukro, Capital política desde 23 de março de 1983, existem 140 mil habitantes.

No quadro político, a antiga colônia francesa tornou-se independente em 1960. Nas duas décadas após a independência, a Costa do Marfim conheceu uma prosperidade que lhe permitiu alcançar o terceiro lugar entre as economias africanas subsaarianas. A taxa de crescimento atual da economia no período de 1960 a 1977 foi de 7,7%, tendo-se baseado essencialmente no setor agrícola – sobretudo café, cacau, algodão, abacaxi, banana – e florestal.

Esse desenvolvimento, entretanto, sustentado pelas exportações de matérias primas agrícolas, mostrou-se amplamente dependente da evolução dos preços no mercado mundial e da situação da economia internacional. A queda prolongada dos preços das matérias primas desde 1978 afundou o País numa recessão durável e numa séria crise financeira.

A Costa do Marfim encontra-se hoje em fase de transição e de reorientação, caracterizada pela liberalização da economia e privatização das empresas públicas. O Governo engajou-se em política de investimentos, que atinge atualmente 16,4% do PIB, dos quais 10% provenientes do setor privado.

A economia da Costa do Marfim ainda tem forte viés agrícola. Em 1960, o setor representava 90% do PIB e empregava 80% da população. Hoje, corresponde a 33% do PIB, 66% da receita das exportações e

dois terços dos empregos. Só o café e o cacau constituem 17% do PIB, mais da metade do valor total das exportações. O País é o primeiro produtor e exportador mundial para o cacau e o quarto de café. No entanto, a extrema dependência dessas culturas aos preços internacionais fez com que o Governo incentivasse o desenvolvimento de novas atividades.

O sistema bancário marfinense é um dos mais desenvolvidos da África. O País pertence à Zona do Franco, institucionalizada pela União Monetária Oeste Africana. Os sete Estados-membros – Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Niger, Senegal e Togo – entregaram a emissão da moeda, o Franco CFA, e as suas políticas monetárias a uma instituição, o Banco Central dos Estados da África do Oeste, cuja sede fica em Dakar, Senegal.

Há alguns anos em estado de conflito intestino, em outubro de 2004, a crise no País foi agravada com o rompimento da trégua de 18 meses entre o Governo e os rebeldes. Em seis de novembro, uma base de força de paz das Nações Unidas comandada pela França foi atacada. A República Francesa respondeu ao ataque, destruindo a Força Aérea marfinense. A tensão agravou-se com as manifestações contrárias à população de cerca de 14 mil franceses no País.

Parece-nos de grande importância que a situação do País volte à normalidade. Livre do conflito interno, a Costa do Marfim poderá desenvolver-se e continuar a consolidação do Estado nacional.

Voto. Considerando oportuna e conveniente a manifestação de simpatia desta Casa à democracia na Costa do Marfim e ao restabelecimento da paz naquele País, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.601/2004, em que se propõe moção de apoio e solidariedade ao povo marfinense e ao seu Presidente.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Antes de conceder a palavra a quem de direito, esclareço, Senador Flexa Ribeiro, que tenho comigo um requerimento feito com base numa sugestão do Governo no sentido de que aprovar essa proposta do Senador Marcelo Crivella significaria optarmos por um dos lados em conflito. Hoje, as próprias Nações Unidas já fizeram duas declarações a fim de solicitar um entendimento.

Eu mesmo assinarei o referido requerimento que me chegou e que diz:

A justificativa para que não seja aprovado seria a Costa do Marfim – um país atualmente em grave conflito entre as forças que apóiam o Presidente, que têm domínio na Região Centro-Sul – e o grupo Force Nouvelle, que domina a Região Norte.

Apesar do acordo feito em 2003, que determinava o imediato cessar-fogo, as forças em conflito continuaram e continuam as hostilidades. A decisão do Presidente de bombardear a base aérea que abrigava os capacetes azuis, os quais tinham sido enviados para ajudar na solução, criou mais um problema.

Saliente-se que o Conselho de Segurança emitiu recentemente duas resoluções que conclamam todas as nações a dar apoio a uma saída negociada, e não a apoiar um dos lados. Por conseguinte, não parece adequado que o Senado Federal manifeste solidariedade a uma das partes envolvidas na crise, no caso, o Presidente Laurent Gbagbo, como aparentemente intenta o requerimento do ilustre Senador Marcelo Crivella.

Assim sendo, vimos propor o presente requerimento, que pede a manifestação de apoio aos acordos de cessar-fogo e às resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em discussão as duas proposições: a iniciada pelo Senador Marcelo Crivella, de prestar solidariedade a um dos lados; e a proposta que submeto à apreciação a pedido de autoridades governamentais, no sentido de que evitemos tomar posição de um dos lados e apoiemos as Nações Unidas.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, manifesto-me favoravelmente às explicações de V. Ex^a, que, na política internacional, são mais objetivas e mais favoráveis ao Brasil, mesmo que sinta vontade de manifestar-me a favor de uma das partes. No entanto, fico com sua proposta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Concordo também, Sr. Presidente, inteiramente com a aprovação do requerimento de V. Ex^a, porque é mais prudente, mais inteligente e mais importante para o posicionamento do Brasil perante as comunidades estrangeiras. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Algum outro Senador deseja pronunciar-se?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Da mesma maneira, manifesto-me favoravelmente à proposta de V. Ex^a, tendo em vista inclusive a questão de a ONU estar envolvida. É uma manifestação de apoio à posição adotada pela ONU. Portanto, é realmente mais prudente que acompanhemos a posição da Organização das Nações Unidas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Algum outro Senador deseja pronunciar-se?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela mesma razão exposta aqui pelos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Alguém se manifesta a favor da proposta anterior? (Pausa.)

Está aprovado nesses termos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – **Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004 – Complementar**, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. Autor: Senador Augusto Botelho.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, Relator.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – De acordo com o projeto de autoria do ilustre Senador Augusto Botelho, as autoridades policiais e militares poderão atuar nas áreas de conservação, na forma do disposto no art. 2º, incisos I e III, tendo, dentro de suas atividades, a liberdade de trânsito e acesso por qualquer via para a realização de deslocamentos, estacionamentos, patrulhamentos, policiamentos e demais operações relacionadas à segurança e integridade do território nacional, garantia da lei e da ordem.

2. Instalação e manutenção de unidades militares e policiais de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação, bem como das vias de acesso e demais medidas de infra-estrutura e logística necessárias;

3. implantação de programas e projetos de controle, ocupação e proteção da fronteira.

Sr. Presidente, farei uma leitura salteada para economia de tempo.

ANÁLISE

Parece-nos de grande relevância que se regule a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação e, em especial, na faixa de fronteira.

Convém salientar que as unidades de conservação em faixas de fronteiras são indispensáveis à segurança nacional. Portanto, é fundamental que tenhamos essas áreas resguardadas, e a atuação das Forças Armadas e da Polícia, que é essencial para a segurança e defesa do nosso território.

Vemos o projeto em tela como de grande relevância aos interesses nacionais. Concordamos com o fato de que a referida regulamentação, atualmente objeto de um decreto, é urgente e necessária.

Enfim, Sr. Presidente, mesmo os chamados paraísos ecológicos, principalmente os situados em área de fronteira, são parte integrante do território nacional, estão sob a soberania do nosso País. É óbvio, por isso, que as Forças Armadas e a Polícia Federal poderão neles atuar sempre que necessário. Este é o sentido do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, gostaria de me manifestar porque o assunto diz respeito a uma atividade que exerci praticamente a vida toda.

O Senador Jefferson Péres, conhecedor da região amazônica, sabe da importância da presença e atuação das Forças Armadas em conjunto com a Polícia Federal.

Chamo a atenção para o fato de que vamos completar vinte anos de projeto Calha Norte, período ao longo do qual foram sendo criados os pelotões de fronteira. Lá há barracões destinados à ocupação por parte dos ministérios envolvidos nesse projeto, mas não têm ocupação, ninguém os ocupa. A Polícia Federal, a Funai e outros órgãos que tenham interesse de proteção da fronteira e o seu desenvolvimento econômico... É vital que o Exército dê apoio à Polícia Federal em operações especiais, não é uma presença permanente.

Trata-se de um projeto, de uma autorização ou de uma recomendação, Senador Jefferson Péres? É uma lei complementar?

O SR. JEFFERSON PÉRES. (PDT-AM) – É uma lei complementar, é imperativo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela tem de ser aprovada e regulamentada com urgência. Fala-se muito no emprego de forças armadas no setor urbano, mas tenho minhas dúvidas sobre a eficácia disso. Nas regiões de fronteira, porém, esse grupo de tarefa é importantíssimo. Estou, a propósito, preparando um discurso para a comemoração dos vinte anos do projeto Calha Norte; nele, faço referência a isso.

Sou inteiramente favorável à iniciativa e cumprimento o Senador Jefferson Péres pelo brilhante relatório que fez a respeito do assunto.

O SR. JEFFERSON PÉRES. (PDT-AM) – Imagine, Senador Romeu Tuma, se as Forças Armadas e a Polícia Federal ficassem impedidas de entrar nessas áreas: teríamos ali o paraíso dos narcotraficantes e de todo tipo de indesejáveis.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi muito difícil o estabelecimento de um pelotão mais ao norte do Amapá, na fronteira: houve intervenção direta de autoridades em função de se tratar de área em que vivia comunidade indígena, área que não podia ser ocupada pelo Exército. Foi necessária uma intervenção judicial para que isso pudesse realmente acontecer, mas acabou prevalecendo o bom senso, e o pelotão foi construído.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Alguém mais deseja falar?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sou o autor do projeto. Posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Pode. Aliás, deve.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O que me levou a fazer esse projeto foi a situação de Pacaraima, um município localizado no mais extremo norte do Brasil, perto do monte Caburaí. Levamos três anos para conseguir fazer uma unidade militar lá. A Funai e o Ministério Público sempre dificultavam as coisas; quando começavam alguma coisa, sempre surgiam dificuldades.

Em Roosevelt, se a Polícia Federal tivesse autoridade para entrar, talvez não tivesse morrido tanta gente. Assim que soube que estavam matando pessoas por lá, busquei informações junto ao chefe da Polícia Militar em Porto Velho, e ele me disse que não obteve autorização da Funai. A Funai disse que havia dado autorização... E ficou naquela história: um disse que deu e, o outro, que não deu, passaram vários dias e morreram vinte e quatro pessoas, que saibamos.

O meu Estado tem quase sessenta por cento de área de preservação e área indígena. Se a Polícia Federal não puder entrar nessas áreas... O Exército tinha de pedir autorização da Funai para entrar em área indígena, o que é uma aberração. As ONGs fazem força para não entrar...

Outro lugar em que não podemos passar é na nossa estrada, a BR-174, que une Boa Vista a Manaus. Ela é fechada na parte do Amazonas, na parte de Roraima, todos os dias, das seis da tarde às seis da manhã. Estamos lutando na Justiça para tentar abrir a estrada.

Há coisas que acontecem nesse País que nos deixam chateados. O Brasil é ou não é dos brasileiros? Nós é que temos que mandar na nossa terra. Quando falamos em internacionalização da Amazônia, o pessoal fica achando que a gente está vendo fantasma, mas no meu Estado as coisas estão andando mais. Esperamos que essa lei seja aprovada e a coloquemos logo em prática. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Alguém mais quer se pronunciar?

Os que votam contrariamente ao parecer do Senador Jefferson Péres, que se manifestem. (Pausa.)

Não havendo manifestação, está aprovado o projeto do Senador Augusto Botelho.

Passo ao Item nº 8.

Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2004, que altera o parágrafo único do art. 32, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir a cessão, aos órgãos de segurança pública, das armas entregues na forma dos arts. 31 e 32 da mesma lei.

Ou seja, os órgãos de segurança receberiam as armas que a própria lei leva a serem recolhidas.

O Relator também é o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PERES. (PDT-AM) – Este projeto é um pouco mais polêmico, Sr. Presidente.

Registre-se que não se percebem vícios de constitucionalidade no texto do projeto. A matéria está adstrita ao campo de competência privativa da União.

Todavia, quanto à juridicidade, deve-se observar que a alteração pretendida pelo projeto tornará incoerente a sistemática estabelecida pela Lei nº 10.826, ou seja, a Lei do Desarmamento.

O que propõe o autor do projeto, Sr. Presidente?

Na hipótese prevista neste artigo e no 31, as armas recebidas, após a elaboração de laudo pericial, serão encaminhadas, em 48 horas, ao comando do Exército, que decidirá fundamentadamente sobre sua destinação, admitida a cessão, aos órgãos de segurança pública, das armas em boas condições de funcionamento.

Ou seja, o Exército poderá destiná-las ao próprio Exército, ou às polícias.

Continuo a análise. Segundo o Estatuto do Desarmamento, as armas de fogo apreendidas, ou seja, tomadas de assaltantes e de criminosos, quando não mais interessarem à persecução penal, e ainda aquelas apreendidas ou encontradas que não constituam prova em inquérito policial, são destinadas, da mesma forma, à destruição.

Note-se que a proposição em tela trata apenas das armas de fogo entregues espontaneamente, sem alterar a destinação das armas apreendidas.

Dessa forma, passariam a coexistir dois sistemas normativos diferentes, um para as armas apreendidas, outro para as recebidas. É de se perguntar, então, se as razões que levaram ao reaproveitamento das armas recebidas não seriam válidas também para as apreendidas.

Do nosso ponto de vista, não se justifica esse tratamento diferenciado. É uma opinião pessoal. Seria ilógico, a meu ver, permitir-se o reaproveitamento das armas de fogo recebidas e, ao mesmo tempo, vedar essa destinação para as armas apreendidas. A lei, hoje um sistema coerente, passaria a não mais sê-lo.

No mérito, a proposta parece destoar do espírito original do estatuto. Com a alteração pretendida, a lei não estaria mais promovendo o desarmamento, mas apenas manifestando a proposta de compra de armas pelo Estado.

No limite, o número de armas em circulação manter-se-ia inalterado em caso de reaproveitamento total. Na sistemática que se quer implementar, provavelmente o cidadão não se sinta estimulado a entregar

sua arma de fogo, pois sabedor de que ela poderá ser utilizada pela polícia.

A destruição tem até um sentido simbólico de que a arma é uma coisa ruim.

Diante do exposto, em que pese o elevado espírito que motivou todos, somos pela rejeição, mas entendendo que possa haver opiniões divergentes, e não faço disso nenhum cavalo de batalha.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Eu creio que o Senador Jefferson Péres começou muito bem quando ele disse que é polêmico o assunto, que merece um debate.

Submeto a proposta dele, de rejeição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu poderia usar da palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – É claro, Senador Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu tenho a impressão de que o Senador Jefferson Perés coloca com muita clareza a situação da duplicidade de comportamento. Dificilmente, quem entrega a sua arma não a quer destruída. Porque, se há uma doação de arma, portanto, uma entrega voluntária, o Estado tem o direito de repassá-la, porque ele já pagou por ela. O Estado compra para destruí-la. O Estado tem a responsabilidade de bem armar sua polícia – V. Ex^a foi governador e sabe disso.

Agora, começa a perder razão o projeto de desarmamento com as devoluções das armas. Não vou entrar no mérito do desarmamento, porque haverá um plebiscito no dia 2 de outubro, se não me engano. Então, é outro assunto que tem que ser discutido.

Mas concordo com o Relator da matéria em relação ao reaproveitamento de armas devolvidas, apesar de ter sido policial por muitos anos e achar necessário se ter armas em condições de enfrentar a marginalidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Algum outro comentário?

Não havendo ninguém que queira discutir, que conteste o parecer do Senador, fica aprovada a rejeição do projeto.

Passo agora ao **Item 9**

Requerimento feito pelos Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, que, nos termos do art. 90, item 2, o Regimento Interno, propõe audiência pública destinada a ouvir, na qualidade de convidado, o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, o Sr. Paulo Skaf, com a finalidade de debatermos as propostas da entidade concernentes ao reconhecimento, pelo Governo brasileiro, da China como economia de mercado. Os reflexos desse reconhecimento sobre as

exportações brasileiras podem representar prejuízos incommensuráveis.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, por uma questão de ordem, gostaria de propor que votássemos o Requerimento nº 9 em conjunto com o Requerimento nº 10, que trata do mesmo assunto, apenas agrega o convite ao Presidente da CNI.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Correto. Vamos votar os Requerimentos nºs 9 e 10, até porque a presença deles pode ser simultânea.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O requerimento visa a que possamos ouvir o Presidente da CNI, Deputado Armando Monteiro, e o Presidente da FIESP, Sr. Paulo Skaf, a respeito da intenção do Governo brasileiro de considerar a China como integrante da economia de mercado.

Ainda hoje, no Bom Dia Brasil, assim como na imprensa, foi divulgada a matéria de que a própria China está muito preocupada em não gerar um tumulto na comercialização da economia globalizada em função da produção facilitada pelas leis daquele país. Então, o próprio governo chinês sobre-taxou em centavos de dólar a produção da indústria têxtil em função da exportação que fez para os Estados Unidos de milhões de peças. Essa matéria, se não engano, diz que o valor dessa sobre-taxa de centavos de dólar – se não me falha a memória, dez centavos de dólar por peça ou algo menor do que isso – traria uma receita para a China maior do que a exportação brasileira por inteiro. Só essa sobre-taxa na exportação para os Estados Unidos da indústria de peças de vestuário. Também o incremento que houve da exportação para o Brasil da indústria têxtil.

Então, ninguém pode negar a evolução que está havendo no comércio da China em relação ao resto do mundo, tanto na importação de produtos, principalmente de matérias-primas, quanto na importação de produtos industrializados, pela facilitação, e essa matéria do “Bom Dia Brasil” dizia isso, promovida pelas leis e encargos trabalhistas lá colocados.

Então, acho da maior importância ouvirmos os representantes das indústrias brasileiras aqui, na Comissão de Relações Exteriores do Senado, para que possam nos orientar sobre a intenção do Governo brasileiro de considerar a China como integrante da economia de mercado em relação ao nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – O Senador Mão Santa pediu a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PFL – PI) – Primeiro, V. Ex^a é um nome, hoje, muito grande nesse País. Isso é bom para nós que estamos liderando. Mas queríamos

primeiro lhe dar uma colaboração. Horário, V. Ex^a que é professor, ficaria com aquele pensamento de Einstein, em seu livro Maturidade: educação é aquilo que fica depois que se esquece de tudo que aprendeu na escola, disciplina, estudo, pensamento, ordem... Realmente exige da Presidência da Casa...

Há poucos instantes, estávamos ali, e o Dr. Saturnino Braga, fazendo um dos pronunciamentos mais importantes, e ninguém melhor do que S. Ex^a para falar sobre Banco Central. S. Ex^a teve uma vida cheia de êxito no BNDES, e lá o plenário estava vazio, tínhamos que estar aqui e lá. Então, lembraria a V. Ex^a, dos muitos livros que já leu, a Bíblia, o apóstolo Paulo que disse: “Isto eu faço”. Só pode fazer uma coisa. Como podemos estar aqui e lá? Advirto a Presidência da Casa que não temos essa ambigüidade. Queria isto: freqüentar, colaborar, como o professor Saturnino estava lá e aqui e agora veio correndo.

Dois, agora o lado bom, queria prestar uma homenagem a V. Ex^a, de louvor mesmo. Senador Jefferson Péres, ouvi muitos discursos esses dias, sobre ditadura, 21 anos, democracia 20 anos, mas o mais lúcido de todos – e eu falei também nesses dias – foi o de V. Ex^a, com as suas preocupações em relação à democracia. Sou médico, e médico dá valor à etiologia, à causa, e a democracia surgiu quando o povo insatisfeito, às ruas, e os governos totalitários, e o grito: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Caíram todos os reis. Liberdade, igualdade e fraternidade, e V. Ex^a nos advertia de que a Bolívia está com mais anos, e conseguiu, mas o povo está decepcionado. Então, é uma grande verdade que só um estadista como V. Ex^a...

O primeiro item foi por isso, gostaria de estar mais freqüentemente na Comissão que V. Ex^a dirige, porque é egoísmo meu, porque nós aprendemos. V. Ex^a é o mestre. Mas queria sugerir, já que o Senado, e antevejo que V. Ex^a vai engrandecê-lo com sua presença, deveria ter uma comissão da Casa para ir ao país amigo, que antecipou a democracia ao nosso, mas cuja democracia já está em perigo, porque não tem a igualdade e fraternidade, para que com isso possamos ajudar e também trazer exemplos do que erraram para o nosso País não errar.

Essas são as nossas palavras.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Gostaria de agradecer ao Senador Mão Santa a referência ao discurso, e dizer que, se V. Ex^a tem vontade de vir aqui mais vezes, nós temos mais vontade ainda de que V. Ex^a venha aqui, já que engrandece esta Comissão ao falar.

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, parece-me oportuno o requerimento do Senador Alvaro Dias. É isso que estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Não, não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Já foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Não, esse será mais adiante. Ah, não. Há outro do Senador Alvaro Dias, desculpe. V. Ex^a tem razão, Senador Jefferson Péres, desculpe.

Estamos discutindo os requerimentos dos Senadores Flexa Ribeiro e Hélio Costa sobre a convocação.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – É sobre o mesmo assunto.

Sr. Presidente, a China deixou de ser uma economia de planejamento central rígido. É claro, abriu as portas para a iniciativa privada, para capitais estrangeiros, está longe de ser uma economia socialista hoje, mas também de ser uma economia de mercado. É uma economia toda rigidamente dirigida, controlada pelo Estado, burocratizada, sem liberdade sindical; os custos dela são baixíssimos.

O Brasil parece ter cometido um erro. O Governo brasileiro, com o propósito de agradar a China, uniu-se a ela numa congregação, numa aliança informal, para ter um maior peso no cenário internacional. Esse propósito político é respeitável, mas acredito que ele cometeu um erro – muita gente boa concorda comigo –, ao reconhecê-la como economia de mercado, coisa que os Estados Unidos e a União Européia não fizeram, porque a China não é uma economia de mercado. Isso terá conseqüências, quando quisermos defender-nos com a prática de *dumping*.

Agora mesmo, Sr. Presidente, acredito que vamos perder todo o mercado internacional da indústria têxtil. Acabou o acordo internacional de têxteis, que mantinha os preços mais ou menos estabilizados. Agora, será concorrência mesmo; os preços já caíram 15% no mercado internacional, Senador Flexa Ribeiro, e a China vai tomar conta dele. E não poderemos fazer quase nada, Sr. Presidente.

Portanto, devemos ouvir não apenas a Fiesp, mas também a Federação de outros Estados, do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Distrito Federal. Trata-se de um debate muito oportuno, que se faz necessário, porque é preocupante como somos lenientes com a China e com outros países.

A China, na verdade, em vez de um grande parceiro econômico para o Brasil, talvez se torne o nosso algoz em muitos produtos; com uma economia muito parecida do ponto de vista industrial – o setor industrial

de ambos os países é muito parecido na estrutura –, não vamos poder competir com ela em muitos deles, com certeza.

Estou até preocupado com a indústria de eletrônicos em Manaus, Senador Eduardo Azeredo. Apesar das isenções fiscais, não sei se ela agüenta o embate com a China.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – O Senador Augusto Botelho pediu a palavra?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Não havendo mais manifestação...

Senador Hélio Costa, V. Ex^a quer falar sobre esse assunto?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador Presidente, certamente gostaria de me manifestar a respeito, até com as mesmas preocupações que o Senador Jefferson Péres apresenta. Quer dizer, de certo modo, estamos fazendo o reconhecimento de uma estrutura poderosíssima no comércio internacional, que tem de ser muito bem avaliada, porque, caso contrário, poderemos ter uma dificuldade muito grande para lidar com o que estamos aprovando, com o que estamos dando, que é esse reconhecimento da China como economia de mercado. Isso não é apenas uma frase; isso quer dizer que ela obterá todos os benefícios que o Brasil teria de dar a seus melhores parceiros econômicos. Então, não há de ser, evidentemente, apenas o resultado de uma pressão feita há cerca de um ano, quando ela embargou os carregamentos de soja brasileiros; quando impôs condições à soja brasileira, embora não as tenha imposto a outros exportadores, como os Estados Unidos; quando baixou determinações que certamente prejudicaram todo o agronegócio brasileiro, colocando em perigo a exportação de um dos principais produtos brasileiros no mercado internacional.

E qual foi a resposta do Governo brasileiro? Ele foi lá, sentou com as autoridades chinesas e voltou com esta proposta. Na realidade, o que aconteceu? Deram uma pancada no Governo, que a aceitou em vez de conversar.

Considero isso da maior importância. Por mais que entendamos que a China é uma economia de mercado que, no momento, assombra o mundo com sua capacidade de produção – temos, sim, como fazer dela um grande parceiro econômico –, não podemos esquecer os verdadeiros parceiros econômicos que nos dão garantia de mercado em ambos os lados, tanto na Comunidade Européia quanto nos Estados Unidos.

Devemos analisar, muito detalhadamente, esse certificado que se propõe a dar a China com esse documento. Esse documento é perigoso. O Senador Jefferson Péres disse corretamente: ele coloca em perigo a sobrevivência de alguns setores importantes, notadamente o setor de informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, estou de pleno acordo com os requerimentos dos itens 9 e 10, para a convocação desses líderes empresariais brasileiros. Entretanto, penso que a posição tomada pelo Governo brasileiro tem razões situadas na esfera da sua política externa, motivo pelo qual penso que deveríamos ouvir não apenas os líderes empresariais que representam interesses legítimos, mas também a entidade que presidiu a formação da decisão governamental, que é o Ministério das Relações Exteriores. Isso está no Requerimento nº 6, constante do item 1 extrapauta, com a convocação também de representantes aqui nomeados do Ministério das Relações Exteriores. Precisamos ouvir as razões de natureza estritamente econômica, mas também as razões ligadas à esfera da política externa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – O próximo item da pauta é uma proposta que fiz nesse sentido. Eu ia passar a presidência ao Senador Eduardo Azeredo para que eu pudesse defendê-la. Entretanto, já que o Senador Roberto Saturnino a apresentou, eu não preciso voltar a apresentá-la. Eu somente queria dizer que, na minha proposta, apresento dois nomes: o nome do Embaixador Clodoaldo Hugueney e o nome do Sr. Ivan Ramalho, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Assim, ao invés de trazermos apenas os representantes do setor empresarial, que são de fato aqueles que devem vir, devemos também trazer, para fazer o contraditório, esses dois representantes do Governo.

Consulto os Senadores sobre o que pensam dessa idéia do Senador Roberto Saturnino.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, concordo inteiramente em incorporar ao debate o Ministério do Desenvolvimento e o Itamaraty, embora tenha minhas dúvidas se o Itamaraty tem voz ativa nisso. Um Governo que tem um assessor especial para assuntos de política externa – o Governo não tem assessor especial nem para educação nem para saúde, mas tem para o Ministério do Exterior –, quando o Ministro-Chefe da Casa Civil é quem se encontra com a Sr^a Condolezza Rice, tenho minhas dúvidas se o Itamaraty é mesmo o interlocutor válido. Enfim, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, no seu requerimento, faço minhas as palavras do Senador Jefferson Péres. Também concordo. Pelo que estou entendendo, seria uma sessão conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já provocaríamos um debate. Entretanto, no seu requerimento, V. Ex^a fez referência somente ao Presidente da Fiesp, não fez referência ao Presidente da CNI, Deputado Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Da maneira como estou propondo, retiro meu requerimento e ficam os dois que estão aprovados e mais esses dois.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador Roberto Saturnino...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – S. Ex^a faria a proposta de incorporar esses dois nomes.

Foi uma falha eu não ter colocado o nome do meu conterrâneo, o Deputado Armando Monteiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, vou solicitar...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – É sobre outro assunto ou é ainda esse mesmo assunto?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Eu pensei que V. Ex^a ia já encerrar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Primeiro, quero saber se esta aprovado o requerimento. (Pausa.)

Está aprovado, então, esse requerimento.

Passo a palavra ao Senador Hélio Costa, que tem um requerimento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Exatamente, Sr. Presidente. Eu gostaria de apresentar a V. Ex^a um requerimento para ser colocado em votação, na pauta extra de hoje, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requerendo a realização de uma audiência pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para analisar e discutir a diáspora brasileira.

Deverão ser convidados a expor sobre o assunto – são apenas sugestões que podem ser acolhidas, partindo das Sr^{as} e Srs Senadores – um represen-

te da Divisão de Assistência Consular aos Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, um representante do Ministério da Justiça. Eu sugeriria, particularmente, a escritora e roteirista da novela América, Glória Perez; a Sr^a Tereza Sales, Professora Livre Docente do Departamento de Sociologia da Unicamp e Editora da Revista Brasileira de Estudos de População e, evidentemente, todos os outros nomes que possam surgir da discussão dessa proposta que tem uma justificativa: o Brasil já foi uma Nação de grande tradição no acolhimento de imigrantes. De 1820 a 1980, Sr. Presidente, nosso País recebeu cerca de 1.765.000 imigrantes portugueses, 1.650.000 italianos, 720.000 espanhóis, 295.000 alemães, 245.000 japoneses e, no auge do processo migratório, no ano de 1900, os imigrantes estrangeiros chegaram a representar 7,3% da população residente no Brasil.

Hoje, os estrangeiros residentes no Brasil representam apenas 0,6% da população. Lamentavelmente, o processo se inverteu e, a partir de 1980, nós passamos a viver no Brasil intenso processo emigratório. Com efeito, o Brasil está perdendo a sua força de trabalho, os seus jovens de talento para diversos países, com destaque evidentemente para os Estados Unidos da América. Muitos deles, na verdade, saem para o sonho americano e acabam presos, como aconteceu na madrugada de quarta-feira, quando 40 brasileiros, ontem pela manhã, foram presos em uma pequena cidade do Estado de Connecticut, nos Estados Unidos.

Hoje, em que pese essa diáspora brasileira, nada indica que as forças propulsoras desse processo migratório venham a enfraquecer-se, sem que as autoridades brasileiras tomem providências imediatas, no sentido de conter esse drama social que leva os brasileiros a se aventurarem em busca de uma vida melhor, que parece ser impossível em seu próprio País.

Essa audiência pública irá permitir a discussão aberta do problema e, por meio das suas conclusões, o Governo poderá encontrar a solução definitiva para conter o processo migratório, que acarreta enorme prejuízo social e cultural ao nosso País.

Esse requerimento, na realidade, é fruto principalmente da observação do ilustre Presidente Cristovam Buarque, que tem discutido esse assunto permanentemente comigo. Entendemos, então, de fazer esse requerimento embasados em suas observações, na sua preocupação, que é também a nossa, das Sr^{as} e Srs Senadores, com respeito a esses brasileiros.

Mais ainda, Sr. Presidente, tenho hoje números assustadores com relação à emigração, à saída de jovens brasileiros para o exterior. Em 2003, Sr. Presidente, foram presos nos Estados Unidos 4.000 brasileiros, que foram deportados. Em 2004, foram presos 8.000

brasileiros. Em um ano, houve 100% de aumento. Até agora, em 2005, no período de janeiro, fevereiro e março – ainda não entramos em abril – 20 mil brasileiros já foram presos. Então, Sr. Presidente, essa diáspora, essa saída de brasileiros chega a me preocupar seriamente. Estamos perdendo os nossos jovens.

Agora, sobretudo, faço esse requerimento porque é o meu Estado, Minas Gerais, o que mais sofre. É o Estado do Senador Eduardo Azeredo. É o Estado de Minas Gerais que, na realidade, e infelizmente, está contribuindo mais para a saída desses jovens. Setenta por cento desses brasileiros nos Estados Unidos, no Japão, na Europa ou em qualquer lugar do mundo são do Estado de Minas Gerais.

Por outro lado, são responsáveis pelo envio para o Brasil anualmente de 5 bilhões de dólares, que entram na economia nacional, dos quais 3 bilhões entram oficialmente e cerca de 2 bilhões, extra-oficialmente, através de doleiros, de remessas de dinheiro. São 5 bilhões.

Na medida em que o Governo americano começou, há cerca de um mês, a fechar as casas de câmbio – e na realidade elas existem no País inteiro, mas não têm o apoio de uma instituição bancária como um banco legalizado. Toda casa de câmbio que não está amparada por um banco oficial está sendo fechada, por determinação do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, em razão do dinheiro que supostamente entra no País para financiar o terrorismo. Por essa razão, os brasileiros começam a ter dificuldades para mandar o dinheiro para o Brasil. Até isso tem que ser discutido. Precisamos encontrar um caminho, uma fórmula de fazer com que os brasileiros possam mandar o seu dinheiro para cá. É importante esse dinheiro chegar aqui.

Algumas cidades, notadamente em Minas Gerais, como Governador Valadares, Ipatinga, Coronel Fabriciano, vivem muito em função dos recursos que chegam do exterior. São bilhões de dólares que chegam todos os anos. Creio ser da maior propriedade, Sr. Presidente, com sua inteligência, sua capacidade, com os Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão e que representam o que há de melhor no Senado, termos a oportunidade de fazer uma belíssima discussão sobre a diáspora brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – O Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo, pediu a palavra.

Depois, concederei a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, semana passada, a Comissão aprovou

um requerimento de minha autoria, um pedido de informações ao Ministério das Relações Exteriores exatamente sobre esse incremento de problemas com brasileiros que emigram. Refiro-me não só à questão da prisão, mas muita gente tem morrido nessa busca por sonhos.

Um dos pontos fundamentais é, sem dúvida alguma, esclarecer à opinião pública brasileira de que não é tão simples assim chegar aos Estados Unidos e de que não se trata de um sonho maravilhoso ou de um eldorado. Há uma necessidade urgente de esclarecimento.

Na reunião da semana passada, o Senador Romeu Tuma comentou que a nova novela que entrará no ar abordará a questão. Mas não podemos deixar por conta da novela. Temos que nos preocupar com a existência de um esclarecimento oficial sobre os riscos que existem nessa entrada ilegal, especialmente nos Estados Unidos.

O requerimento já foi aprovado. Falta o Itamaraty nos informar. No próprio requerimento mencionei que posteriormente poderíamos avançar para que houvesse uma audiência pública.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Concedeme V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Claro.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Ex^a tocou num assunto extremamente importante. Seu requerimento é fundamental para a discussão do processo. Imagine, por exemplo, o que vai ocorrer com relação à saída de jovens brasileiros para os Estados Unidos vis-à-vis resultado da novela. Se o resultado da novela mostrar um herói bem-sucedido, milionário nos Estados Unidos, voltando ao Brasil, V. Ex^{as} imaginem o que ocorrerá na fronteira dos Estados Unidos com o México! Evidentemente, se o ator voltar preso, teremos outro resultado, será outra a situação. Estamos vivendo a verossimilhança, quer dizer, é a ficção tornando-se realidade. Depende do resultado da novela o que vai ocorrer com os jovens brasileiros na fronteira dos Estados Unidos com o México. É muito apropriado o seu requerimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pelo que parece, a novela vai mostrar heróis, sim. Pelas primeiras informações, ele vai enriquecer indo para os Estados Unidos, e o risco é muito grande. Vimos, pela novela que acabou agora, que, na semana seguinte, alguém vestiu roupas brancas e furtou um bebê. Por mais que se fale que a imprensa não tem culpa, que só retrata a realidade, não é bem assim. Ela retrata, mas ao mesmo tempo insufla, influencia bastante. Daí a insistência de que seja uma campa-

nhá oficial de esclarecimento sobre os riscos que os brasileiros correm.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Evidentemente, existe uma maneira lógica, inteligente, de resolver essa questão da diáspora brasileira, Sr. Presidente Cristovam Buarque e Vice-Presidente Eduardo Azeredo.

Tivemos a oportunidade de conversar, ano passado, longamente com as autoridades americanas. Fui à embaixada americana juntamente com o Senador Marcelo Crivella e com o Deputado João Magno, que me acompanharam naquela missão aos Estados Unidos para trazer os mil brasileiros que estavam presos. Existe uma solução. Precisamos criar uma estrutura e preparar, principalmente no leste mineiro – envolvendo as cidades de Governador Valadares, Ipatinga e Coronel Fabriciano –, a mão-de-obra não especializada, que é a mão-de-obra utilizada nos Estados Unidos. Quem cruza a fronteira faz qualquer coisa, vai lavar pratos e carros, vai escovar o chão. É preciso preparar essa mão-de-obra para o que se chama visto de trabalho temporário nos Estados Unidos, que permite uma estada de três anos, com a obrigação de voltar.

Digo a V. Ex^a com toda a sinceridade que, com a experiência de ter vivido dezoito anos no exterior, grande parte deles nos Estados Unidos, nunca encontrei um brasileiro que vá a algum lugar no mundo para ficar. Vai, para voltar. Vai, fica três anos e quer voltar para o Brasil. Então a solução é preparar essa mão-de-obra temporária, para que vá e volte para o Brasil. Esse é um entendimento a ser feito no âmbito governamental e congressional. Ou seja, vamos conversar com as autoridades americanas sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Eu não estive aqui, Senador Eduardo Azeredo, na semana passada, como V. Ex^a sabe, porque presidiu e reunião e talvez, por isso, não soube da proposta de V. Ex^a. Entusiasmei-me com a proposta do Senador Hélio Costa, que, creio, seja complementar à de V. Ex^a. Essas informações servirão de base à discussão de para onde vai essa tragédia ou essa maravilha, que é a diáspora. E fiquei muito satisfeito, porque une relações exteriores e defesa nacional. A consequência dela pode ser trágica para a nossa defesa nacional ou pode ser boa pelo fluxo de divisas.

Passo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, não vou, aqui, discutir novela da Globo. Com certeza, a novela da Globo é uma consequência. Está sendo abordada pela Glória Perez, porque o tema é atual. É claro que se tornará mais atual ainda depois da novela. Creio que o receio do Senador Hélio Costa quanto à novela não se justifica, não! Certamen-

te, a autora vai ser muito realista, vai mostrar que, em alguns casos, são muito bem-sucedidos nos Estados Unidos; em outros, não! Para uns é o paraíso; para outros, o inferno!

Aliás, Sr. Presidente, por falar nisso, no tempo em que havia socialismo no mundo – hoje resta Cuba como resíduo anacrônica –, alguém disse, com muito espírito, o seguinte: Na visão de algumas pessoas, os Estados Unidos eram o inferno capitalista; e, do outro lado, havia o paraíso socialista. E aí, Senador Eduardo Azeredo, os Estados Unidos têm que erguer barreira para evitar que pessoas entrem no inferno. No paraíso, tinha que se erguer barreira para evitar que as pessoas fugissem de lá. Curiosíssimo isso! (Risos.)

Desculpem, foi só....

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Precisava saber quais eram os demônios e os anjos!

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – É claro, Sr. Presidente! E me desculpe, porque, quando digo isso, deixo algumas pessoas à beira de ataque de nervos. Mas o que posso fazer?

É claro que o problema está aqui dentro. Os Estados Unidos são um País soberano, têm que se defender, aplicar as leis do país e evitar que entrem. Lá, o máximo que podemos fazer e devemos é acompanhar para saber se os presos estão sendo bem tratados, se as leis estão sendo aplicadas ou se estão sendo discriminados. Mas o problema é aqui. Temos que tomar medidas para reduzir essa diáspora.

Assim sendo, o debate é muito oportuno. Louvo, portanto, o Senador Hélio Costa pelo requerimento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Mais uma observação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Sim!

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Existe também, Senador Jefferson Péres, uma situação que precisamos discutir aqui na Comissão e que se torna fundamental para a solução da diáspora brasileira. Trata-se do acordo de vistos que temos com a República do México. Há cerca de 3 anos, foi firmado o acordo de não-exigência de vistos para cidadãos brasileiros irem ao México, e evidentemente a contrapartida é de os cidadãos mexicanos virem ao Brasil. E, por essa razão, e exclusivamente por essa razão, fica muito mais fácil a entrada de um jovem brasileiro em território mexicano, a condução dele até a fronteira e o empurrão pelo Rio Grande para ver se passa para o outro lado.

Não precisamos cortar plenamente o acordo. Podemos dizer que o acordo permanece para determinadas situações: funcionários públicos trabalhando, homens e mulheres de negócio que vão de um país

para o outro. Mas, o simples visto de turista, este, sim, tem que ser revisto entre o Brasil e o México, pelo menos temporariamente. Só com essa ação, cortaríamos em 80% o fluxo de saída de jovens do País. Lamento dizer isso, porque o povo mexicano é nosso amigo, temos excelentes relações comerciais, culturais, econômicas, em todos os sentidos com o Governo mexicano. Mas, lamentavelmente, essa figura lastimável do coiteiro no do território mexicano é que está facilitando esse transporte ilegal e ilícito do jovem brasileiro para o território mexicano e, de lá, o salto na fronteira até o território americano.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de discordar desse visto assim discriminatório no País. Não podemos começar a fazer leis que discriminem as pessoas. Não entendo de direito internacional, mas creio que temos que encontrar uma solução sem fazer essa discriminação: fulano tem visto para essa classe aqui; para outra classe, não há visto normal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Vamos deixar para discutir isso no dia da audiência.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Desculpe-me a colocação, Senador, mas o visto discriminado já existe em vários países. Por exemplo, se você visitar a Europa do leste e for à República Tcheca, a antiga Iugoslávia etc, sendo funcionário público ou estando em missão ou tendo um passaporte vermelho, você não precisa de visto; se você for visitar a República Tcheca como turista, você tem que ter visto; se você for à Hungria, você tem que ter visto; se estiver a serviço público, você não precisa de visto.

Então isso já existe.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Senador, proponho que a gente deixe para debater isso na diáspora. Entretanto, eu gostaria de consultar o Senador Helio Costa se S. Ex^a gostaria, na lista de nomes que apresentou, de incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores e um do Ministério da Defesa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – O de Relações Exteriores já está incluído, Senador; agora, do Ministério da Defesa, certamente, atendendo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Seria interessante. Está bem!

Não havendo mais nenhuma manifestação, pergunto: se alguém discorda que se manifeste. (Pausa.)

Todos aprovaram a proposta do nobre Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, em reunião passada, foi aprovado um requerimento de minha autoria requerendo a realização de uma audiência pública para debater o tema “Internacionalização da Amazônia: risco real ou temor infundado.”

E propus que participassem os Ministérios do Exterior e da Defesa, bem como um representante da Academia Amazônica, que é o Professor Armando Mendes.

Foi aprovado o requerimento, mas, posteriormente, V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, em conversa comigo, consultou-me se eu faria alguma objeção para incluir outro nome, também do mundo acadêmico, mas não amazônico, o Sr. Clovis Brigadão.

E eu estou lhe comunicando, para constar em ata, que não tenho objeção nenhuma e concordo plenamente com a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Antes de encerrar a reunião, há um requerimento do Senador Mão Santa, que talvez S. Ex^a o tenha feito de passagem, mas quero saber se S. Ex^a gostaria de ratificar e depois submetê-lo por escrito.

O requerimento é no sentido, Srs. Senadores, de que seja designada uma comissão de Senadores – pequena, obviamente, imagino – para ir à Bolívia e saber por que lá a democracia entrou em crise, até para precavermos de riscos no futuro no Brasil.

O Senador Mão Santa tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Faço o requerimento oralmente e depois o formalizo por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Está certo. Alguém deseja se pronunciar?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, só para corroborar e dar inteiro apoio. O Senador Mão Santa tem toda razão. O país vizinho está conflagrado e com aparência de ingovernabilidade. Temos todo o interesse em aprofundar as informações sobre o que se passa lá.

De forma que eu secundo a proposta do Senador Mão Santa.

O SR. (Orador não identificado) – Da mesma forma, Sr. Presidente, eu apoio a proposta do Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, além de razões políticas que temos para nos preocupar com o vizinho, há também as razões econômicas.

A Petrobras é uma das empresas estrangeiras que pode ser seriamente afetada por essa Lei dos Royalties e até ter que se retirar da Bolívia.

Então, temos até o dever de acompanhar e saber o que está acontecendo lá.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Se todos estão de acordo, aprovo com uma condição: que o Senador Mão Santa faça parte da Comissão, não apenas porque S. Ex^a foi o autor do requerimento, mas porque, como médico, pode nos atender naquela altura de La Paz.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, eu estava ausente da reunião da Comissão que aprovou o requerimento do Senador Jefferson Péres sobre a audiência pública da questão da internacionalização da Amazônia.

Solidarizo-me com o Senador Jefferson Péres sobre a solicitação da audiência e ressalto que o momento que S. Ex^a fez essa solicitação é oportuno. Esta audiência é da maior importância para que se discuta essa questão da Amazônia, da cobiça internacional, que é real, sobre 60% do território nacional.

Parabenizo o Senador Jefferson Péres por essa preocupação, que é também de todos os amazônidas e deve ser de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Informo que essa audiência está marcada para o dia 07 de abril.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, desculpe-me, eu queria ter me manifestado um pouco antes sobre essa questão da Bolívia, mas estava ocupado assinando a ata. Quero enfatizar, além do que já disse o Senador Jefferson Peres, a importância da região em relação ao fornecimento de gás natural para o Brasil.

Hoje, devemos estar importando da Bolívia cerca de 20 milhões de metros cúbicos diários de gás. Quando esse gás foi comprado, a rigor, o mercado não existia. Daí ter sido criado o mercado de termelétrica que, além de atender à crise de energia, que viesse também dar mercado para aquele gás que havia sido comprado.

Entendo que essa relação entre o Brasil e Bolívia é muito importante em razão desse fornecimento que já existe hoje. O único comprador do gás da Bolívia é o Brasil, praticamente. Para a Argentina, creio que já não vai nada. O gás não é uma commodity. O gás não pode ser vendido para quem se queira. O fato de se transportá-lo e reduzi-lo para ser transportado outra vez de navio e outra vez fazê-lo chegar ao Mercado

é um processo, além de muito custoso, muito difícil. Essa dependência, hoje, da Bolívia ao Brasil é muito maior do que pensamos. E a dependência do Brasil à Bolívia, em relação a essa questão, vez que temos imensas reservas de gás que não foram, na época própria, exploradas – e temos aí um tempo para frente, talvez de oito ou seis anos para que isso possa ser feito – é muito grande, tão grande quanto a da Bolívia em relação a nós.

Então, o problema, no meu entendimento, é muito maior do que o que se apresenta, mesmo porque essa crise democrática ocorre hoje na Bolívia por causa do gás. Ela ocorre devido às vendas de gás, em que o que se pretende é taxar muito mais o gás, tornando o preço, que já é extremamente alto e em dólar, muito maior.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Permite-me, V. Ex^a, um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sim.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – A proposta do Líder Cocalero Evo Morales, que está causando todo esse tumulto, é para elevar esses *royalties*, de 18% para 50%. As empresas estrangeiras multinacionais já comunicaram que talvez se retirem de lá. Mas se a Petrobras se retirar causaria um grande problema...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – As empresas estrangeiras hoje, Senador Jefferson Peres, são a Petrobras; a Shell tem reservas lá; a Eron tinha, não sei o que aconteceu com as reservas dela, mas, basicamente, se quisermos raciocinar de uma forma pragmática, as grandes empresas estrangeiras são uma só: a Petrobras.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – A Petrobras não pode, simplesmente, se retirar de lá...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Não, não pode. Mesmo porque, hoje, são consumidos no mercado nacional 20 milhões de metros cúbicos diários de gás. Então, o problema é muito maior do que estamos avaliando. É um problema extremamente importante.

Aliás, essa já era uma crítica minha anterior, quando estávamos entrando em um processo de dependência quase exclusiva de um só fornecedor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Creio que está ocorrendo sessão do Plenário e muitos de nós quer se dirigir ao plenário.

Indago ao Senador Hélio Costa, que solicitou a palavra, se S. Ex^a quer insistir nesse debate ou se deixaremos para depois dessa viagem. (Pausa.)

Antes de concluir, quero dar uma informação aos membros da Comissão, sem que a debatamos aqui, senão não vamos conseguir encerrar.

Informo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, presido também a Comissão de Fiscalização dos Serviços de Inteligência do Governo brasileiro. São os Presidentes desta Comissão no Senado, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, os representantes da maioria e da minoria lá, na Câmara dos Deputados, e da maioria e da minoria aqui.

E hoje, às 14h30min, nesta sala, faremos uma reunião para discutir essa matéria da **Veja** sobre a hipotética contribuição das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) ao Partido dos Trabalhadores.

A reunião será às 14h30min e não será secreta – então, será aberta a todos. Pelo menos a apresentação do General Félix e do Diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) serão abertas inclusive para a Imprensa. Isso eu decidi, mas quero dizer que o Governo foi absolutamente solidário com esta decisão de abrir o debate.

Não quero discutir esse tema aqui, senão não terminaremos a reunião, mas às 14h30min, portanto, estão todos convidados, Senadores e Deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h49min.)

Ata da Quarta Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada do dia trinta e um de março do ano de dois mil e cinco, às dez horas.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta e um de março do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador CRISTOVAM BUARQUE, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO BATISTA MOTTA, JEFFERSON PÉRES, ROMEU TUMA, MARCO MACIEL, MARCELO CRIVELLA, HÉLIO COSTA, SERGIO ZAMBIASI, EDUARDO SUPLICY, MÃO SANTA, PEDRO SIMON, ROBERTO SATURNINO, EDUARDO AZEREDO, MOZARILDO CAVALCANTI, RODOLPHO TOURINHO, FLÁVIO ARNS e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reu-

nição anterior que é dada como aprovada. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **ROMEU TUMA e JEFFERSON PÉRES**. **Item 01** – Mensagem (SF) nº 191, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Lesoto”. O Senhor Presidente designa como relator “Ad Hoc” o Senador **ROMEU TUMA**. **Item 02** – Mensagem (SF) nº 192, de 2004, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana”. O Senhor Presidente designa como relator “Ad Hoc” o Senador **ROMEU TUMA**. **Item 03** – Mensagem (SF) Nº 04, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Frederico Cezar de Araújo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à comunidade da Austrália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu”. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **ROMEU TUMA, JEFFERSON PÉRES, PEDRO SIMON**, que faz a leitura de seu relatório, e **EDUARDO SUPLICY**. **Item 05** – Requerimento Nº 12, de 2005 – CRE, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Com fundamento no disposto no art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 400 do Regimento Interno do Senado Federal, requer ao Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seja feito convite ao Exmo^o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores para que compareça a essa Comissão, a fim de prestar esclarecimento sobre a atuação das tropas brasileiras enviadas ao Haiti diante das denúncias que estão sendo formuladas pela Universidade de Harvard”. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **PEDRO SIMON, ROMEU TUMA e EDUARDO SUPLICY**. Sobrestado. **Extra-Pauta** – **Item 01** – Requerimento Nº 13, de 2005 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Requer nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o renomado economista JEFFREY SACHS,

representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que vem coordenando o grupo encarregado da execução dos Objetivos do Milênio, para que compareça a essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, com o objetivo de fazer uma exposição sobre o andamento internacional e brasileiro das Metas do Milênio, conforme aprovadas pelas Nações Unidas em setembro de 2000.”. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **PEDRO SIMON, ROMEU TUMA e EDUARDO SUPLICY**. Aprovado. **Extra-Pauta – Item 02** – Requerimento Nº 14, de 2005 – CRE, de autoria dos Senadores Álvaro Dias e Eduardo Suplicy, que “Requer, nos termos dos arts. 90, incisos II e V, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, de Audiência Pública na cidade de Foz do Iguaçu, em caráter de urgência, para ouvir o depoimento do Embaixador do Brasil no Paraguai, Walter Pecly Moreira; do Governador do Departamento de Alto Paraná, Gustavo Pedrozo; bem como de representantes dos trabalhadores e comerciantes brasileiros que mantêm atividades naquele país, para debater o agravamento da situação dos brasileiros residentes no Paraná e que trabalham em Ciudad Del Este. Deverão ser ouvidos também os Senhores Harry Daijô, Engenheiro César Jure Yunis, Presidente da Câmara Paraguaya de Exportadores de Cereales, Engenheiro Agrícola, Hector Cristaldo, Presidente da Coordinación Agrícola del Paraguay, Representantes do Senado Paraguai”. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **ROMEU TUMA, EDUARDO SUPLICY, JEFFERSON PÉRES, HÉLIO COSTA e FLÁVIO ARNS**. Aprovado. **Extra-Pauta – Item 03** – Requerimento Nº 15, de 2005 – CRE, de autoria do Senador Jefferson Peres, que “Requer nos termos do artigo 222, do regimento interno do Senado Federal seja encaminhada moção ao Presidente da República da Indonésia, o Senhor SUSILO BAMBANG, em apoio à iniciativa do Governo brasileiro, no sentido de que seja comutada a pena capital imposta ao nacional MARCOS ARCHER MOREIRA CARDOSO pela prisão”. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES e EDUARDO SUPLICY**. Aprovado. **Item 04** – Requerimento Nº 11, de 2005 – CRE, de autoria do Senador Hélio Costa, que “Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações sobre quais as ações efetivas e as providências tomadas pelo governo brasileiro, no sentido de garantir a proteção e a assistência de cerca de 50 imigrantes brasileiros detidos no estado norte-americano de Connecticut, em 17 de março de 2005”. Faz uso da palavra o Senhor Senador **HÉLIO**

COSTA. Aprovado. O Senhor Presidente anuncia a lista dos Senhores Senadores que desejam compor a Bancada do Milênio. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, HÉLIO COSTA, EDUARDO AZEREDO e PEDRO SIMON**. O Senhor Presidente solicita que atuem como escrutinadores os Senhores Senadores Mão Santa, Pedro Simon e Flexa Ribeiro. São aprovadas, por unanimidade, as indicações. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a Quarta Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior com a ressalva de um ponto que, se não conseguirmos resolver por outros meios, precisará ser esclarecido – há uma diferença entre a ata e a decisão tomada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex.ª poderia nos dizer qual é a diferença?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Posso. Vamos começar logo por isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu acho que é melhor. Concordaremos com a decisão de V. Ex.ª, mas é bom que tomemos conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Na sessão anterior chegou um requerimento do Senador Marcelo Crivella relativo à posição brasileira a respeito da guerra civil na Costa do Marfim.

Segundo a proposta do Senador Marcelo Crivella, o Governo brasileiro deveria tomar uma posição a favor do presidente da República da Costa do Marfim. Discutimos o assunto e chegamos à conclusão de que, em vez de tomarmos uma posição de apoio a um dos lados, seria melhor manifestar o nosso apoio às Nações Unidas na procura de um entendimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi aprovada essa tese por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Acontece, porém, que houve uma confusão, e passaram a constar da ata as duas propostas como se aprovadas tivessem sido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É preciso fazer uma retificação e retirar a outra.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Estamos discutindo qual é a forma mais...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu acho que seria mais correto só o que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Sim, mas a partir de uma decisão da Comissão?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pode-se fazer um adendo (fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Faremos isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A proposta que foi feita é apenas um...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – O que estamos fazendo aqui é uma correção à ata.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Perfeito, para que dela conste o que realmente foi decidido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Fica corrigido e registrado o apoio à proposta de o Governo brasileiro sugerir e apoiar as Nações Unidas na procura de um entendimento pacífico sem escolher nenhum lado. Está aprovada essa posição.

Temos um pequeno problema, porque a matéria já está na Ordem do Dia, mas isso veremos como resolver.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pode-se fazer um comunicado à Mesa acerca da retificação do texto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – E eu liguei para o Senador Marcelo Crivella para explicar exatamente o que ocorreu.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É uma questão de ordem pessoal de V. Ex.^a com ele, mas houve decisão unânime.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Ele vai entender.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não se deve esquecer de fazer a comunicação antes da abertura da sessão. Se bem que não vai haver votação alguma, já que, na reunião de ontem sobre o projeto do biodiesel, não se chegou a um acordo e, portanto, deve continuar trancada a pauta.

Desculpe-me interromper V. Ex.^a para fazer esses esclarecimentos, mas julguei ser meu dever fazê-lo, já que participei da reunião. Até a hora de ir embora, todos os líderes haviam concordado que era preciso esperar que se alcançasse um acordo mais claro sobre o negócio de impostos a respeito do biodiesel. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Agradeço, Senador.

Coloco em discussão o **Item 01**, a Mensagem nº 191 de 2004, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido do Lesoto.

Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro, que é o relator da mensagem, para ler o seu relatório. (Pausa)

S. Ex.^a está ausente. Sugiro que o Senador Romeu Tuma seja o relator **ad hoc**.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Encaminhamento do Sr. Presidente da República, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido do Lesoto.

Acredito, Sr. Presidente, que todos os dados estão nas mãos dos Srs. Senadores, o que dispensaria a leitura. Além disso, a matéria foi bem apreciada pelo Senador João Ribeiro, preenchendo todos os requisitos, e está em condição de ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Alguém quer fazer algum comentário? (Pausa)

Peço ao Senador Romeu Tuma que continue como **ad hoc** para o **Item 02**, Mensagem Nº 192, de 2005, relacionada com a nomeação do mesmo Embaixador Lúcio Pires de Amorim para, cumulativamente, ocupar o cargo de Embaixador na República de Botsuana.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É mais uma acumulação do Ministro Lúcio Pires de Amorim para ser representante do Brasil na República de Botsuana.

Preencheu todos os requisitos necessários, o que o coloca em condições de ser votado também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Algum comentário? As urnas estão abertas.

Item 03, Mensagem Nº 04, de 2005. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Frederico Cezar de Araújo, Ministro de Primeira Classe da carreira diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vanuatu é no...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – ...Oceano Pacífico.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, Relator da mensagem, para fazer o seu relatório.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou totalmente favorável, Sr. Presidente. Sinceramente, eu não conhecia Vanuatu, não sabia da sua existência, estou sabendo agora.

Sou inteiramente favorável. O embaixador, pela qualidade, principalmente, de estar ali ao lado, na Austrália, tem todas as condições de preencher a representação do Brasil na República de Vanuatu.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Algum comentário? (Pausa.)

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, desta vez até temos aqui um mapa indicando onde está Vanuatu. Foi exatamente em razão de nem sempre nós, Senadores, sabermos tão profundamente a respeito do globo que providenciei o mapa-múndi, para quem quiser identificar exatamente onde fica Vanuatu.

Vou mostrar onde fica, para que ninguém tenha dúvida, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria bom que a Secretaria da Comissão, toda reunião, assinasse com uma bolinha vermelha o país para o qual está sendo sabatinado o candidato.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Acho que o Senador indicar é melhor do que colocar a bolinha.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Espero que o Senador José Jorge não pergunte, nas suas consultas, quem as pessoas gostariam de mandar, como Embaixador, para Vanuatu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Cristovam, pode estar certo de que a Austrália é um dos lugares com melhor qualidade de vida no mundo, e certamente Vanuatu deve ser um lugar, junto às ilhas Fiji, dos mais bonitos, e, portanto, dos mais agradáveis para se visitar, salvo quando chega o tsunami.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Não tenho a menor dúvida de que deve ser tão agradável que, além de ir, podemos ficar tranquilos que a pessoa não vai querer voltar mais.

As urnas estão abertas e, em vez de suspender a reunião para a votação, continuo com a agenda e, no final, faremos o escrutínio.

Item 04:

Requerimento nº 11, de 2005. Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre quais as providências efetivas e quais as ações tomadas pelo Governo brasileiro, no sentido de garantir a proteção e assistência de cerca de 50 imigrantes brasileiros detidos no Estado norte-americano de Connecticut, em 17 de março de 2005.

É um requerimento de autoria do Senador Hélio Costa, que não está presente, mas que espero que volte porque há outro requerimento também de V. Exª.

Passamos para o **Item 05**, Requerimento nº 12, de autoria do Senador Pedro Simon, que requer convocação do Sr. Ministro das Relações Exteriores para esclarecimento sobre a atuação das tropas brasileiras no Haiti.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, para justificar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, sinceramente não sei se ainda há motivo para convocarmos o Ministro, pois a imprensa já deu o assunto mais ou menos como encerrado. A verdade é que houve uma declaração de autoridades americanas muito desabonadora do comportamento de determinados integrantes das tropas brasileiras no Haiti.

Fiquei preocupado, não nego. Mas, agora, não sei se estaremos somando em cima de uma notícia que não vi repetição.

Aconselho não votarmos o requerimento. V. Exª poderia telefonar para o Ministro para que S. Exª dissesse o que achava ou não, ou seja, desse as informações. Tenho medo de, depois que o assunto já encerrou, trazer o Ministro aqui e colocar na manchete um assunto já que saiu de manchete.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª me permite um aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Claro, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho que o Senador Pedro Simon tem toda a razão. Ontem, estive no QG e pedi o telefone do General Hélio, que é o Comandante das Forças do Haiti, para ligar para ele e saber realmente o que acontece – ele é meu amigo. Não temos que alargar a discussão. O Itamaraty é que deve tomar alguma providência. Não era essa a idéia de V. Exª, Senador, que o Itamaraty providencie e nos mande uma informação mais correta?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É isso aí. Se convocarmos o Ministro, vamos dar um realce enorme e não é essa a minha intenção. Minha intenção é colaborar. Como o assunto desapareceu do notici-

ário, penso que V. Ex^a, sendo Presidente, falaria com o Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Há algum outro comentário sobre o assunto?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

Quero lembrar, a propósito do requerimento do Senador Pedro Simon, que, em dezembro, o Ministro Celso Amorim compareceu nesta Comissão, pela sexta vez em dois anos. S. Ex^a compareceu três vezes em 2003, três vezes em 2004, e o assunto do Haiti foi a principal finalidade da presença de S. Ex^a da última vez, quando manifestamos a preocupação com eventuais desvios de procedimento.

Estou de acordo com a sugestão do Senador Pedro Simon, que o requerimento seja encaminhado a S. Ex^a, para quem sabe, S. Ex^a responder por escrito...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, não. Nem isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nem isso. Tudo bem.

Formulo a seguinte sugestão: pelo que conheço do Ministro Celso Amorim e da sua disposição de vir aqui, S. Ex^a estará neste semestre com a disposição de comparecer aqui para tratar dos diversos temas de relações exteriores no Brasil. Então, a Comissão poderá, com o próprio Ministro, examinar a melhor hora para S. Ex^a fazer mais uma vez o balanço do desenvolvimento de todos os problemas, sejam os relacionados à ALCA, à OMC, ao Mercosul, à União Européia ou ao Haiti. E daí perguntaríamos alguns detalhes a mais sobre como está a evolução e o preparo do Governo brasileiro para contribuir para a realização das eleições no Haiti, porque o que sabemos é que está programada para o final deste ano a eleição em duas etapas. E acredito que até será conveniente aguardarmos um pouco mais para termos a informação do preparo e a mostrar (...) como está ajudando o Haiti na realização dessas eleições, que todos desejamos sejam bem sucedidas para o propósito da democratização do País, da missão de paz.

Então, poderíamos, em princípio, considerar que o requerimento do Senador Pedro Simon será atendido na primeira visita que certamente o Ministro nos fará neste semestre. Com certeza, o Presidente Cristovam Buarque poderá verificar com o Ministro Celso Amorim qual a melhor oportunidade ao longo do semestre para S. Ex^a vir, o que fará com toda a certeza.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Algum outro comentário?

Queria, primeiro, dizer da satisfação de ver o Senador Pedro Simon preocupado com o assunto e

com a compreensão de entender que já não justifica chamar o Ministro, até para não vulgarizarmos a presença de S. Ex^a aqui. Entretanto, queria sugerir algo diferente. Poderíamos solicitar, se a Comissão estiver de acordo, que o Ministério nos mantenha informados permanentemente do que está acontecendo no Haiti, para não sermos amanhã surpreendidos. Não precisa ser um relatório escrito, mas há um assessor, o Embaixador Pedro, do Ministério das Relações Exteriores aqui, que nos procure – ou a mim –, porque a existência de tropas brasileiras no exterior é tão importante, tão grave, que nós, desta Comissão, não podemos ser surpreendidos por informações por meio dos jornais. Então, temos que estar informados.

Na conversa que terei em função da sugestão do Senador Pedro Simon, vou pedir, se a Comissão estiver de acordo, que periodicamente ou envie alguém aqui ou nos mande informações

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há um assessor parlamentar do Itamaraty que deve buscar informações que interessam a esta Comissão permanente e transmiti-las.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – O Embaixador Pedro, que é o assessor que assiste às nossas reuniões, não está, mas a Ministra Gladis, está aqui presente, está anotando todas nossas solicitações, e ligarei para o Ministro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Requerimento nº 12, de 2005, requer a... Está sobrestado para uma conversa do Presidente da Comissão com o Ministro, com as mudanças nos termos discutidos aqui, de ficarmos sempre bem informados sobre o que acontece e com a proposta do Senador Suplicy.

Item 01, Extra-Pauta, Requerimento nº 13. Apresentei este requerimento, e não sei se poderei defendê-lo como Presidente ou se tenho que passar a Presidência para fazê-lo.

Simbolicamente passo a Presidência.

Requer, nos termos do art. 93, item II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública com o renomado economista Jeffrey Sachs, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que vem coordenando o grupo encarregado da execução dos objetivos do milênio, para que compareça a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com o objetivo de fazer uma exposição sobre o andamento internacional e o andamento brasileiro das metas do milênio, conforme aprovadas pelas Nações Unidas em setembro de 2000.

Ele não é exatamente representante do PNUD, aliás, ele não é o representante, mas sim o encarregado pelas Nações Unidas de elaborar e acompanhar a luta contra a pobreza no mundo. Jeffrey Sachs é um economista muito reconhecido internacionalmente, durante muito tempo esteve do lado mais radical no início do neoliberalismo na Bolívia, na Rússia, evoluiu do ponto de vista social, até se transformar num dos que propõem programas de luta contra a pobreza. Ele vai estar aqui nos dias 28 e 29 e se dispôs a estar conosco para fazer uma exposição sobre o andamento das metas do milênio no mundo inteiro e da posição brasileira.

Achei que era uma grande oportunidade para nós, para transmitir ao público informações. Então, trouxe este requerimento, que submetemos à discussão dos Srs. Senadores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, vou ser muito sincero: aprovo com louvor o requerimento de V. Ex^a. Penso que hoje, com esse requerimento, estamos vivendo um momento novo nesta Comissão. Tenho insistido muito, embora não tenha feito nada de prático, em que a nossa Comissão é muito tímida. Não me refiro à Comissão de Relações Exteriores dos Estados Unidos, que é tremendamente importante porque todos os problemas internacionais, do mundo inteiro, passam por lá, já que eles são uma superpotência. Mas, em outros Estados, como na Argentina, onde estive como convidado, quando se discutiu o Mercosul, a comissão de relações exteriores realmente tem peso significativo, participa da orientação, das decisões do país em nível internacional. No Brasil, nem a da Câmara, nem a do Senado; estamos aqui para homologar. Nós homologamos tudo. Houve um caso que não podíamos ter homologado: o Embaixador do Brasil foi indicado pelo próprio Fernando Henrique para o Chile, e o Senador José Serra, numa atitude bonita, argumentou que ele, quando fazia parte da Embaixada do Chile...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Negou passaporte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS) – ...negou passaporte, teve atitudes tremendamente negativas com os brasileiros que estavam exilados naquele momento. Ele, que era amigo íntimo do Presidente, aconselhava que não se desse. E a Comissão não fez nada. Então, penso que não poderíamos começar de uma maneira melhor, mais correta, mais objetiva, mais positiva do que com a proposta de V. Ex^a. Realmente, se for estabelecido, para o milênio, o objetivo com relação à pobreza, se o Brasil assinou, se houve uma expectativa... Foi, aliás, a única coisa positiva que houve de concreto desde que começou o terceiro milênio, por-

que o resto só foi notícia ruim. É muito importante que convidemos esse homem para vir aqui. Vindo aqui, ele irá ao Itamaraty e falará com o Presidente Lula. Nós discutiremos com ele e com as autoridades brasileiras. Quer dizer, será diferente, depois da vinda dele, a maneira como o Brasil está encarando essa questão.

Penso que esse é um exemplo – e V. Ex^a começou da melhor maneira – do que esta Comissão pode e deve fazer fora da sua rotina, que é votar indicação de Embaixador. Isso é importante, claro – pelo amor de Deus, é da maior importância –, mas não devemos ficar por aí.

Considero muito importante, muito significativa a reunião que V. Ex^a vai convocar quando ele vier aqui. Talvez a realizemos até no próprio plenário, para que venha mais gente. Podemos convidar Ministro de Estado, a representação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional* da Câmara dos Deputados, as representações brasileiras que tratam desse assunto, para dinamizar essa matéria.

Felicitó V. Ex^a, que está tomando uma atitude sensacional. Meus cumprimentos. Vejo que, apesar de a Esquerda no Brasil estar vivendo horas difíceis – e V. Ex^a é um exemplo que está aqui, com a Esquerda mutilada –, a parte esquerda do cérebro está funcionando muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Já que não consigo ser um Mão Santa, quero ver se consigo ser uma mão sã. Por isso, tive que fazer uma cirurgia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, nada a acrescentar ao que foi falado pelo Senador Pedro Simon ou sobre a própria essência do requerimento de V. Ex^a, mas pediria a V. Ex^a que determine à Secretaria da Comissão que nos envie o conjunto dos oito macroobjetivos que estão sendo discutidos, para que os estudemos antecipadamente, para um questionamento mais claro ao convidado.

Sugiro que V. Ex^a inclua entre os convidados indicados pelo Senador Pedro Simon o representante do PNUD no Brasil, com quem temos uma relação bastante forte em vários segmentos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Tudo isso está sendo feito em combinação com o representante do PNUD. O Dr. Carlos Lopes está a par de tudo isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Algum outro Senador deseja falar?

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – Sr. Presidente, quero também manifestar minha concordância e aplaudir a iniciativa. Temos de ter nesses oito

pontos uma verdadeira lista de obrigações que os países devem perseguir. O Brasil, como signatário, precisa acompanhar, e é muito bom que possamos ouvir (...) em relação a esse assunto e ver em que ponto está o Brasil em cada um desses itens que levam à busca da erradicação da pobreza no mundo.

Portanto, meu voto é favorável.

Cumprimento V. Ex^a pela apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Cristovam Buarque, também aprovo inteiramente a iniciativa de V. Ex^a. O Professor Jeffrey Sachs, da Universidade de Columbia, acaba de publicar um livro que, no mês passado, foi objeto de capa da revista **Time**, em que ele expõe a respeito das diversas formas de combater a fome e a pobreza absoluta no mundo. Ele teve uma experiência com profundidade, sobretudo em alguns dos países mais pobres da África. Ali, da mesma maneira que o Professor Muhammad Yunus* fez, convivendo e dialogando com a população mais necessitada, acabou desenvolvendo um raciocínio e proposições bastante interessantes, que merecem ser conhecidas mais de perto por nós.

No semestre passado, V. Ex^a formulou um convite aos diversos Senadores que desejassem partilhar do grupo que acompanharia em que medida o Brasil e o mundo estariam alcançando as metas do milênio, segundo a proposição da ONU. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para saber se V. Ex^a pode nos informar quais os Senadores que abraçaram a sua iniciativa. Quem sabe assim, V. Ex^a possa abrir para todos os demais que ainda não o fizeram. Considero muito interessante essa iniciativa.

Gostaria de saber se V. Ex^a já entrou em contato com o Professor Jeffrey Sachs sobre a possibilidade de ele estar, de fato, presente no Brasil, neste semestre.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Já. Combinamos o dia 28 para isso. Ele ficará aqui nos dias 28 e 29.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Mostrarei a V. Ex^a e aos colegas da Comissão o livro do Professor Jeffrey Sachs que acaba de sair. O nome do livro é “*The End of Poverty*” e o prefácio é de Bono, que estava presente em Davos, quando foi discutido esse assunto. Por acaso, eu tinha encomendado esse livro pela Internet, e ele acabou de chegar. Então, vou socializá-lo entre meus colegas, antes mesmo que eu o abra.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Sem outros comentários, está aprovado o requerimento.

Item 02, Extra-Pauta, Requerimento nº 14, nos termos dos arts. 90, incisos II e V, e 93, do Regimento Interno do Senado Federal.

O requerimento é dos Senadores Alvaro Dias e Eduardo Suplicy.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esse requerimento do Senador Alvaro Dias trata do problema na Tríplice Fronteira?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Sim. O Senador Alvaro Dias não está presente, mas o Senador Eduardo Suplicy está. Então, colocarei o requerimento em discussão.

O requerimento solicita que façamos uma audiência pública, na cidade de Foz do Iguaçu, em caráter de urgência, para ouvir o depoimento do Embaixador do Brasil no Paraguai, Valter Pecly Moreira, do Governador do Departamento de Alto Paraná, Gustavo Pedrozo, bem como de representantes dos trabalhadores e comerciantes brasileiros que mantêm atividade naquele país, para debatermos o agravamento da situação dos brasileiros residentes no Paraná e que trabalham em Ciudad Del Este.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para justificar o seu requerimento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Cristovam Buarque, ainda ontem, a Rede Globo, no Jornal da Globo, mostrou uma reportagem a respeito do dilema em que estão vivendo inúmeros brasileiros, que, residindo em Foz do Iguaçu, ao passarem para o Paraguai, onde muitos trabalham, às vezes têm tido dificuldades.

Nós sabemos que um dos principais objetivos do Mercosul é de estarmos criando um verdadeiro mercado comum, de tal maneira que possa haver maior liberdade de circulação dos bens e serviços do capital, mas também dos seres humanos. Nós devemos ter como objetivo a possibilidade de os seres humanos, homens e mulheres no Brasil, no Uruguai, no Paraguai, na Argentina, na América do Sul – e possivelmente nas três Américas, em uma perspectiva que deveremos estar pensando o quanto antes... Se for para haver integração, se o Governo dos Estados Unidos tanto quer que façamos a integração das Américas, temos que pensar na liberdade de movimento, sobretudo do principal, que são os seres humanos, quando essas pessoas puderem estar escolhendo onde estudar, trabalhar e viver...

Temos observado, pela experiência da União Européia, que isso não se deu de um dia para o outro, mas ao longo dos últimos 60 anos. Depois do pós-guerra, ali houve a Comunidade do Carvão e do Aço, depois o Mercado Comum Europeu. Depois, progressivamente a instituição de mecanismos e mecanismos como o

Parlamento Europeu, a instituição do Euro. Progressivamente, também se permitiu a liberdade de movimento das pessoas.

O interessante, Sr. Presidente, é que quando há 30 ou 40 anos não se permitia essa liberdade, havia muitos portugueses, iugoslavos, gregos, espanhóis que iam trabalhar, por exemplo, na Itália, França, ou mesmo na Suíça, e Alemanha, onde as oportunidades de empregos eram mais elevadas. E isso ocorreu por muitos anos, mesmo com a dificuldade de documentação e tudo.

Acontece que com o tempo essa dificuldade foi sendo superada com os acordos que permitiram, e hoje permitem, a escolha para qualquer português, grego ou espanhol, se desejarem estar trabalhando em outros países sem dificuldades. Eles passam de uma fronteira para outra sem precisar mostrar outro documento que não a sua carteira de identidade. Não precisam nem mais o visto ou o passaporte.

Pois bem, hoje estamos avançando nessa questão. Tanto é que, entre os países do Mercosul, já não se precisa mais mostrar o passaporte. Nós podemos ir à Argentina, Paraguai ou Uruguai só com a carteira de identidade.

Mas, nesses dias, vimos que no Paraguai houve em decorrência de inúmeros problemas, relacionados ao contrabando de mercadorias para lá e para cá. Acabou havendo uma reação do governo do Paraguai no sentido de expulsar mil ou 10 mil brasileiros que lá estariam. Essa reportagem de ontem do jornal da Globo mostrou um certo contraste, porque enquanto em Foz do Iguaçu começou a haver uma grande fiscalização e dificuldade de se ir de um lado para outro, do outro lado da fronteira, mais acima, em Ponta Porã, há total liberdade de brasileiros irem a lojas no Paraguai, basta atravessar a avenida. Lá eles trabalham e sem grande dificuldade.

Os próprios policiais que, na fronteira entre o Paraguai e o Uruguai, em Foz do Iguaçu, estavam exigindo tanta documentação e oferecendo tantas dificuldades, em Ponta Porã, até indicavam o endereço.

Nós teremos, Sr. Presidente, uma visita muito importante. Às 9h30min, estará visitando o Senado Federal o Presidente Tabaré Vazquez. Acho que todos nós Senadores – sobretudo os desta Comissão – estaremos junto ao Presidente Renan Calheiros. Quero sugerir que S. Ex^a seja recebido em plenário. Assim, poderemos saudar o novo Presidente do Uruguai. Há uma perspectiva, por suas palavras – inclusive em seu discurso de posse –, de que esteja fortalecendo o Mercosul, sua integração, em um sentido completo. Falo de uma integração para valer, inclusive da integração de seres humanos.

Vi o requerimento do Senador Alvaro Dias. Hoje, como Presidente da CPMI da Terra, S. Ex^a está no Paraguai. Subscrevi o requerimento porque entendo ser muito interessante que esta Comissão faça uma audiência pública em Foz do Iguaçu para conhecer de perto o problema e, juntamente com as autoridades do Paraguai, pensar a forma mais construtiva como resolver o problema.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senador Eduardo Suplicy está falando do lado humanístico, com o qual concordamos. Existem alguns pormenores que temos que analisar sob o aspecto jurídico, sob o aspecto dos imigrantes. Não é novidade a apresentação da cédula de identidade para entrar em países do Mercosul (Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil). É um convênio que deve ter mais de cinquenta anos. Não há exigência de passaporte. O que se discute lá não é a passagem, mas o trabalho que, em tese, é considerado clandestino pela ilegalidade da permanência do brasileiro. Os Paraguaio, do lado brasileiro, poderão sofrer as mesmas consequências. Depende do país a decisão de aceitar ou não o imigrante como permanente. Talvez, essa reunião seja importante para discutirmos o tema. Essa ida e vinda não é proibida. Estão sendo expulsos, provavelmente, pela queda violenta da comercialização. A própria bancada do congresso paraguaio fixou alguns impostos em Foz de Iguaçu, na região de Ciudad del Este*, do antigo Porto Stroessner. Fizemos várias operações conjuntas em razão da passagem de drogas, de armas etc. Por que Foz do Iguaçu? É o mais visível. A concentração de imigrantes e de visitantes é muito grande. A imprensa tem uma cobertura maior naquela região. Ponta Porã, para mim, é o pior lugar de venda de armas. As lojas vendem e entregam onde se quer. Temos que ter uma vigilância mais efetiva.

Creio que a própria Receita deveria ter uma maior participação para cobrar o imposto sobre o que se passa de lá para cá e evitar essa dificuldade. Dizem que a franquia é de US\$150. O restante é apreendido. O sujeito que comprar US\$1 mil, US\$2 mil, poderá ir diretamente e pagar o imposto correspondente. Se não quiser pagar, realmente a mercadoria será apreendida. Mas é preciso que dêem a oportunidade de pagar, principalmente ao visitante que quer comprar uma televisão etc. Ele chega, compra, e a recebe no hotel. Tem que haver um conluio entre policiais e fiscais que trabalham na ponte para poderem passar as mercadorias.

Atualmente, a desmoralização por pirataria ficou violenta contra o Paraguai. Estão fazendo um patrulhamento absurdo do lado paraguaio para apreensão de cigarros e outros produtos que, internacionalmente,

são mais combatidos. Talvez essa reunião seja bastante importante. Precisamos fazer uma consulta à Receita Federal sobre se há alguma saída legal para podermos continuar o comércio legalizado, e não o contrabando e a fabricação de produtos copiados. Porque há que haver um acordo entre os dois países. Não adianta querermos fiscalizar de um lado só, porque, se o outro lado não colaborar e se houver esse conflito permanente, nunca se vai acabar com a pirataria e com o contrabando. Há que haver uma parceria dos dois lados, estabelecendo um **modus operandi** mais claro, para facilitar.

Do lado brasileiro, o comércio de fronteira também sofreu muito porque a própria Receita fechou. Fazia-se toda exportação de qualquer lugar do País em trânsito para o Paraguai, saindo de Foz e sem pagar imposto. Era considerado exportação, e quem vendia realmente era o comércio. O pessoal do Paraná deve saber melhor do que eu. Mas participei de operações e tenho o conhecimento legal do que ocorria.

Fala-se dos comerciantes brasileiros. É importante que eles estejam presentes, principalmente o pessoal da associação comercial, que tem uma amargura muito grande, porque a queda do lado brasileiro também foi muito grave e muito alta. O desemprego está gerando consequências dos dois lados.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de fazer uma observação porque V. Ex^a citou que esse comércio tem 50 anos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É uma média. Não tenho o número exato.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de me informar melhor e até perguntei à assessoria, porque, na minha lembrança, na verdade, isso ocorreu depois da criação do Mercosul. É algo recente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, não. Não vou apostar com V. Ex^a porque seria indelicado. Mas esse convênio é muito antigo, desde que eu estava na Polícia Federal, muito antes da criação do Mercosul. O Mercosul estimulou, mas o acordo internacional de exportação de produtos paraguaios pelo Porto do Paraná – operação com a qual o Governador Requião tem criado algumas dificuldades, por razões que não me compete discutir – permite que o Paraguai receba as importações que faz por portos brasileiros, sem fiscalização. Trata-se de convênio muito antigo. Vou consultar a legislação pertinente, porque não há

relação com o Mercosul. O Mercosul deve ter estimulado o comércio.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Não, V. Ex^a não compreendeu bem. Lembro-me de que, desde a criação do Mercosul, aprovamos um acordo que permite que os cidadãos possam ir para lá e para cá apenas com a carteira de identidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas isso já era normal.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Vou pedir à nossa assessoria para trazer a legislação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não é esta a discussão que quero fazer.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Senador Romeu Tuma, mais recentemente ampliamos esses acordos. Aprovamos nesta Casa, em legislatura recente, a extensão desse tipo de procedimento a outros países, como o Chile, o Peru e o Equador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Vamos ter tempo para discutir este tema, inclusive na audiência, que, imagino, deve ser aprovada.

Estão inscritos o Senador Jefferson Péres, o Senador Hélio Costa e o Senador Flávio Arns para falarem sobre este assunto e sobre outros mais.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, creio que seria bom, conveniente e necessário que esta Comissão não se limitasse a essa audiência em Foz do Iguaçu, mas começasse a realizar audiências públicas, ou até seminários, para discutir o processo de integração. Sou muito cético em relação à possibilidade de integração econômica de países com abissais diferenças de desenvolvimento econômico.

A União Européia só foi possível porque a Alemanha, a França e a Inglaterra fizeram investimentos colossais em Portugal, na Grécia e em outros países, para corrigir o desequilíbrio.

O Senador Eduardo Suplicy mencionou que a integração só interessaria à integração das Américas se fosse completa. Creio que só seja possível uma integração de primeiro grau, ou seja, uma área de livre comércio. Se já é difícil uma de segundo grau, que é a união aduaneira, imaginem um mercado comum. Seria impossível. Não seria difícil, não; seria impossível. Mercado comum sul-americano entre Brasil e Paraguai é uma ficção.

Senador Eduardo Suplicy, como será se a Alca resolver se tornar mercado comum? Pensar que os Estados Unidos algum dia vão permitir a livre circulação de pessoas... Senador Eduardo Suplicy, se isso ocorresse, o México e a América Central ficariam vazios, porque

50 milhões de latinos iriam para os Estados Unidos. E digo mais: se o George W. Bush for sucedido por um êmulo de São Francisco de Assis, nem esse abriria a fronteira dos Estados Unidos para 50 milhões de latino-americanos. É completa falta de realismo pensar que isso acontecerá algum dia, meu Deus!

O mercado comum entre Brasil e Paraguai... Vamos deixar de meias palavras em respeito ao Paraguai. É um País que só manda para cá pirataria, contrabando. E só esse é um tipo de comércio que interessa ao Paraguai. O Senador Romeu Tuma tem razão: se as relações comerciais se restringir ao comércio legal, vira uma insignificância. Mas o Paraguai quer que o Brasil continue permitindo isso. E, quando a Receita Federal aperta um pouco, ele retalia os imigrantes brasileiros.

Qual é o tipo de integração que podemos ter com o Paraguai? Interessa ao Brasil a integração? Em nome de um objetivo estratégico maior, sim, da integração do continente, tudo bem. Mas será realista isso? É uma discussão que precisa ser aprofundada. Eu não quero ser dono da verdade, mas há problema muito sério nesse processo de integração e suposto mercado comum.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Senador, estamos discutindo aqui o requerimento dos Senadores Eduardo Suplicy e Alvaro Dias. Considero o tema trazido pelo Senador Jefferson Péres tão importante, talvez o mais fundamental da nossa dívida externa. Assim, valeria a pena termos uma proposta de S. Ex^a, um requerimento sobre as integrações brasileiras; alguns vão dizer até a desintegração brasileira dentro de um mundo global. Vamos fazer uma audiência sobre isso, trazendo, como sempre, ministros da área ou pessoas que eles indiquem e personalidade brasileiras estudiosas do assunto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, não vou aprofundar o debate. Apenas quero dizer, com todo o respeito ao Senador Jefferson Peres, que acredito, sim, que não está tão distante o dia em que diremos ao Presidente George W. Bush e aos seus sucessores – pode até aparecer algum São Francisco pela frente se os americanos assim o elegerem.

Mas constitui um absurdo os Estados Unidos terem aplaudido tanto a queda do muro de Berlim e recomendado, como George W. Bush o fez, ao Governo de Israel não construir o muro da Cisjordânia ano passado e, ao final, terem construído um muro ao sul do País, nos anos 90. Aquilo lá é uma aberração, que não combina com os ideais de democracia...

Então, ...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Senador Eduardo Suplicy, eu não queria manter esse debate. Senador, eu...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Eu acredito – e vou aqui dialogar muitas vezes com o Senador Jefferson Peres – no objetivo de livre circulação dos seres humanos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Então, vamos marcar uma reunião só para isso. Os outros Senadores querem...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Eduardo Suplicy, só há uma pequena diferença. O muro americano é para impedir que entrem no território dele. O muro de Berlim foi para impedir que os alemães fugissem da Alemanha Oriental. Há uma diferença. Se V. Ex^a não percebe essa diferença...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Claro que percebo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Vamos deixar para outro momento, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Mas eu sou contra um e o outro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Eu acho até que não há essa diferença.

O SR. JEFFERSON PERES (PDT – AM) – O Brasil não deve criar barreiras à entrada de imigrantes. Então, vamos derrubar todas as barreiras. Que entrem bolivianos, paraguaios. Aliás, há 45 mil peruanos em Manaus, a metade...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Srs. Senadores, tem muita gente reclamando que o Presidente do Senado corta, por determinação da Mesa, não dele próprio, o som quando estamos falando e passamos do tempo. De repente, vamos justificar isso.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu sempre me sensibilizo na medida em que o assunto trata da vida e das dificuldades dos brasileiros no exterior. Passei grande parte da minha vida viajando ou vivendo no exterior e sinto diariamente um pouquinho desse drama, por meio dos inúmeros e-mails ou correios eletrônicos, telegramas, cartas, telefonemas que recebo sobre esta situação. Mas a verdade é que, de repente, o brasileiro virou “saco-de-pancadas” no exterior.

Ontem fiquei horrorizado ao ver, no mesmo programa a que assistiu o Senador Eduardo Suplicy, no **Jornal da Globo**, à noite, a polícia paraguaia com cavalos em cima dos brasileiros. Isso é um absurdo.

Concordo plenamente com o Senador Jefferson Péres. Alguém tem de dizer aos brasileiros que estão

acompanhando esta reunião da Comissão de Relações Exteriores que a verdade nua e crua é que esse comércio só existe por causa do Brasil. Oitenta por cento do comércio – lojas grandes ou pequenas – nessas cidades fronteiriças só existe por causa dos brasileiros que vão lá comprar. Agora vão reclamar porque são os brasileiros que estão nas lojas vendendo? Eles estão tomando o lugar de quem? Não estão tomando o lugar de ninguém. Se os brasileiros não fossem lá comprar, não haveria emprego.

Então, temos de tratar isso de forma muito realista, muito objetiva, muito clara. Temos de pedir ao Ministério das Relações Exteriores que diga alguma coisa. O Ministério não pode permanecer sem dizer nada. Então, jogam cavalos em cima de brasileiros numa cidade fronteira com o Paraguai, e o que diz o Ministro, que deve estar viajando para a Europa? Eu quero alguma palavra do Ministério das Relações Exteriores protestando contra o absurdo de se jogar cavalos em cima dos brasileiros que estão lá.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – O Ministro já voltou.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Caso contrário, nós teremos, sim, de implantar uma fiscalização, como disseram os Senadores Romeu Tuma e Jefferson Peres, no meio daquela ponte e taxar em 300% qualquer coisa que se compre no Paraguai. Acabou o comércio. Não há mais nada a comprar do outro lado com 300% de imposto sobre a aquisição. É muito importante discutir isso.

Por essa razão, vejo que estamos no caminho certo ao fazer essa audiência pública lá, em primeiro lugar, mas também aqui, Senador Eduardo Suplicy. Não basta um grupo de Senadores se dirigir a Foz do Iguaçu, a Ciudad del Este, para fazer essa audiência pública. Depois nós temos que repeti-la aqui, na Comissão de Relações Exteriores, para que todos possam participar e, de certo modo, entender esse problema e ajudar a resolvê-lo. É a minha posição.

Tenho inúmeras outras observações a fazer em relação aos brasileiros no exterior, mas vou aproveitar para fazê-las na apresentação do meu requerimento, que segue essa discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Logo em seguida, procederemos à apreciação do requerimento de V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – De minha parte também quero endossar o argumento de que é muito importante essa audiência pública em Foz do Iguaçu, na sequência, talvez, não em termos de repetir, mas de trazer as conclusões, os encaminhamentos

para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A situação dos brasileiros no exterior preocupa a todos nós e, particularmente, a esta Comissão.

Então, temos um caso concreto de situação difícil, quando os brasileiros estão sendo acuados. Também há toda essa questão do comércio a que se referiu o Senador Hélio Costa. É claro que existe uma situação de paz, que, como disse o Senador Jefferson Péres, também tem de ser discutida.

Nesse sentido quero endossar... Considero o assunto importante inclusive para o Estado do Paraná, de onde venho. A Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, a Prefeitura e a Associação Comercial já estão discutindo o assunto. Gostaria apenas de solicitar o acréscimo ao requerimento apresentado pelo Senador Alvaro Dias, com a participação do Senador Eduardo Suplicy, da participação da Prefeitura de Foz do Iguaçu, que também tem muito a oferecer ao debate dessa situação, da Câmara de Vereadores, da Associação Comercial, como V. Ex^a já mencionou, e até do Governo do Paraná, que também está atuando na região da fronteira, além dos órgãos federais.

Após esse encontro, esse diálogo, que vai acontecer em Foz do Iguaçu, nós decidiremos nesta Comissão que tipo de encaminhamento dar aos resultados obtidos e se realizaremos outra audiência pública. Penso que essa iniciativa local significa um prestígio. A presença da Comissão, do Congresso, do Executivo, com o Embaixador, e do Executivo municipal e estadual também.

Então, sou totalmente favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Não havendo nenhum outro inscrito, submeto a matéria à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecerão sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Só quero lembrar que no dia 12 de maio realizaremos a audiência pública convocada pelo Senador Hélio Costa para discutir a diáspora brasileira: por que o Brasil se transformou num País de emigrantes e não de imigrantes, o que eles sofrem lá fora e quais são as desvantagens e as vantagens disso. Será dia 12 de maio, com representantes dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, e estamos convidando duas personalidades que estão envolvidas no assunto.

Quero colocar em votação, em primeiro lugar, um requerimento do Senador Jefferson Péres – peço perdão ao Senador Hélio Costa, porque o Senador Jefferson Péres terá que sair –, Item 03, Extra-Pauta, Requerimento Nº 15, de 2005 –CRE, no sentido de que seja encaminhada moção ao Presidente da República da Indonésia, Sr. Susilo Bambang Yudhoyono, em

apoio à iniciativa do Governo Brasileiro para que seja comutada a pena capital imposta ao brasileiro Marcos Archer Cardoso Moreira pela pena de prisão.

Em discussão, o requerimento.

Peço ao Senador Jefferson Péres que faça sua defesa.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que prescinde de justificativa. Há dois brasileiros condenados à morte na Indonésia, um dos quais em primeira instância, ainda dependendo de recurso, mas esse Marcos Archer Cardoso Moreira já em sentença transitada em julgado, a depender da clemência do Presidente da República, já solicitada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não preciso convencer os Senadores da necessidade de reforçarmos esse pedido.

Aliás, hoje li, chocado, Sr. Presidente, num dos jornais, já não sei qual, que esta semana um Deputado apresentou uma moção na Câmara de apoio, de regozijo pela condenação à morte desse brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Algum Senador quer se pronunciar?

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apóio integralmente a proposição do Senador Jefferson Péres e avalio que é consistente com aquilo que a Constituinte brasileira, em 1988, aprovou, no sentido de que não deva ser aplicada no Brasil a pena de morte. Portanto, para todo e qualquer brasileiro, deveremos sempre adotar posições como a que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, teve a iniciativa de solicitar ao Governo da Indonésia. E ainda que, pelas próprias entrevistas dos dois que foram presos e condenados naquele país, eles tenham confessado que estavam portando drogas e descumprindo a legislação da Indonésia, de qualquer maneira, eles têm responsabilidade sobre seus atos e estão respondendo pelos mesmos. Mas a pena de morte não se coaduna com a lei brasileira e com o que pensamos.

Quero ressaltar que a Anistia Internacional tem procurado persuadir todos os países que ainda praticam a pena de morte de que ela não tem contribuído para diminuir a criminalidade em cada um dos países onde ainda é praticada. A União Européia já não tem a pena de morte em nenhum de seus países. Ainda ela existe em países como a China, Cuba, os Estados Unidos mesmo, a Indonésia e alguns países africanos, mas estou perfeitamente de acordo com a proposição de que deveríamos terminar com a pena de morte, seguindo sempre a recomendação que um dos personagens de Thomas More, em **Utopia**, observou, de que

muito mais eficaz do que infligir esses castigos horripilantes a quem não tem outra alternativa senão, primeiro, tornar-se um ladrão para depois ser transformado em cadáver e assegurar a sobrevivência das pessoas.

Claro que o caso do surfista que estava levando a cocaína na tábua, ou o tipo de droga que estava na prancha de surf, não é propriamente aplicado ao caso, mas que a pena de morte não constitui um meio eficaz de diminuir a criminalidade tem sido demonstrado muito bem pela própria Anistia Internacional.

Então, estou de pleno acordo com o Senador Jefferson Péres. Fico preocupado e quero aqui, com toda assertividade, sim, e respeito ao Deputado Jair Bolsonaro, dizer a ele que de maneira alguma estou de acordo com a sua moção de aplauso pela aplicação da pena de morte, porque isso não se coaduna com os brasileiros e nem com o espírito das Forças Armadas do Brasil. Transmito isso com todo o respeito ao Deputado Jair Bolsonaro, que foi quem teve a iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Algum outro pronunciamento? As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem favoráveis ao requerimento do Senador Jefferson Péres queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em primeiro lugar, quero felicitá-lo, porque acho que está correto, não por ele ser brasileiro, não pelo crime, e sim pela pena de morte sobretudo. Gostaria de dizer que, ao ler a notícia nos jornais de que o Presidente Lula havia pedido que a pena fosse comutada, porque aqui não tem pena de morte, sinceramente pensei na hora: e se o Presidente da Indonésia dissesse que achava que tinha pena de morte para crianças indígenas que moram no Brasil? Claro que ele não vai dizer isso, até por razões de Estado, mas eu me lembrei de que nós temos na Constituição algo tão forte contra a pena de morte, e ainda estamos vendo crianças indígenas morrendo. E aqui ao lado há uma audiência sobre esse assunto.

Passo a palavra ao Senador Hélio Costa para apresentar o requerimento que solicita ao Ministro das Relações Exteriores informações sobre as providências e ações efetivas tomadas pelo Governo brasileiro no sentido de garantir proteção e assistência aos cerca de cinquenta imigrantes brasileiros detidos no Estado Norte-americano de Connecticut.

Os senhores devem observar que o problema da emigração brasileira está-se tornando permanente e em escala mundial.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Lamentavelmente, Sr. Presidente, o brasileiro virou realmente saco-de-pancadas no exterior. Nós, que sempre abrimos as nossas portas a todas as nacionalidades – e o

Brasil tem talvez a maior população de japoneses fora do Japão, uma das maiores populações de italianos, sou inclusive neto de um deles –, lamentavelmente, estamos vivendo um momento em que o brasileiro é praticamente impedido de entrar. E se entra em qualquer país, imediatamente é chamado a prestar informações sobre o motivo de estar ali, de que maneira chegou ali, até mesmo aqueles que sempre tiveram as suas fronteiras abertas, escancaradas para o Brasil, como a Inglaterra, França e outros países.

O meu requerimento se deu na semana passada, Sr. Presidente, exatamente porque o que aconteceu nos Estados Unidos, na cidade de Hartford, no Estado de Connecticut, é um pouquinho diferente do que acontece quase todos os dias nas cidades fronteiriças com o México, às margens do Rio Grande, porque Hartford é uma cidade no interior de um estado mediterrâneo, ou seja, um estado que não faz fronteira com nenhum país. Então, de repente, aquilo não é uma situação de fronteira; é uma situação em que brasileiros têm uma certa preferência pela região. Existe uma pequena cidade de aproximadamente 35 a 40 mil habitantes que se chama Danbury, na mesma região, que tem uma grande população de brasileiros. Há uma reclamação generalizada nos Estados Unidos não só contra brasileiros, mas contra mexicanos, contra latino-americanos de modo geral, que estão praticamente impedindo os americanos mais velhos a terem acesso a médicos e serviços de saúde em todas as principais cidades americanas, porque os imigrantes ilegais estão fazendo filas enormes nesses serviços de saúde, que são gratuitos, diga-se de passagem. Mas o fato é que o que aconteceu em Connecticut*, na cidade de Hartford*, foi a prisão, pela polícia de imigração, de cinquenta brasileiros que trabalhavam em um supermercado, certamente pela denúncia de alguém.

Estou fazendo aqui um requerimento para saber do Ministério das Relações Exteriores o que aconteceu. Quero saber se o Consulado de Nova Iorque se interessou, se o Consulado em Boston mandou alguém para lá, se a Embaixada do Brasil em Washington se manifestou. Quero saber o que aconteceu com eles, como estão sendo tratados, de que maneira estão recebendo apoio, principalmente jurídico, para fazer a sua defesa, porque muitos são casados com americanas ou já têm filhos americanos, o que lhes dá, de certa forma, o direito de permanecer no país. Essas coisas todas precisam ser vistas à luz do Direito. Não é simplesmente chegar, prender e levar. Essa arrogância, que, inclusive, se manifesta aqui nos consulados americanos, a maneira como tratam os brasileiros que vão pedir um visto, o absurdo de se cobrar uma taxa de cem dólares, que não é devolvida se o visto não for

concedido, isso tudo me leva a ter uma sensação de quase repugnância, Sr. Presidente, pela maneira como tratam esse brasileiro no exterior, que por um motivo ou por outro tem que ir ou quer ir aos Estados Unidos, como eles também vêm ao nosso País.

Fico mais preocupado ainda, e para isto uso esse requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores, que peço aos Srs. Senadores que aprovelem, porque amanhã, dia 1º de abril, começa uma verdadeira caçada de tiro ao alvo a brasileiros nas fronteiras dos Estados Unidos e México. A partir de amanhã, uma organização chamada *Minute Man*(??) estará nos Estados do Texas e do Arizona com uma verdadeira milícia, com aviões, com americanos que gostam de brincar de soldadinhos nos finais de semana, todos vestidinhos como soldados, com rifles M16, porque lá se compra uma bazuca na esquina sem problema nenhum, para brincar de tiro ao alvo com o brasileiro que cruza fronteira.

Isto está na *internet* em cinco *sites*. Até ontem haviam conseguido quarenta aviões para fazer essa patrulha aérea em cima da fronteira e mais de mil candidatos dispostos a fazer a fiscalização da fronteira com arma de fogo, com rifles M16, conforme estou dizendo.

Então, era para a embaixada brasileira já ter se deslocado correndo para a região, para o cônsul em Houston ter feito a mesma coisa, em Los Angeles ter feito a mesma coisa, porque isso não pode virar uma situação incontrolável. O que vimos no Paraguai é, na verdade, repercussão, Senador Eduardo Suplicy, do que já está acontecendo nos Estados Unidos por antecipação. Então, se vão fazer isso lá, vamos fazer no Paraguai, vamos fazer na Bolívia, em todo canto. Graças a Deus, o jogo do Brasil e Uruguai terminou em 1 a 1, porque, de outra forma, poderíamos ter uma invasão dos dois lados a qualquer momento.

Fico muito preocupado com o que está acontecendo. Acho que hoje temos, talvez, mais de duzentos mil brasileiros na região nordeste dos Estados Unidos, que é essa a que me refiro, partindo do Estado de New Jersey, até a fronteira com o Canadá. Esses brasileiros ficam sem orientação sobre o que fazer, como proceder, porque, na medida em que algumas leis foram aplicadas depois do 11 de setembro, depois dos ataques terroristas, quando se retirou do brasileiro não-permanente o direito de ter carteira de motorista no país, o direito de ter qualquer documento americano que possa identificá-lo, o brasileiro em qualquer situação inusitada, não necessariamente irregular, poderá ser preso. Se ele estiver a 10 quilômetros por hora, esbarrar no carro da frente, e a polícia for chamada, ele será preso. Se ele for ao supermercado e, no caixa,

disser que esqueceu seu cheque e que irá em casa buscá-lo, deixando a compra ali, ele poderá ser preso. Ele agora poderá ser preso por qualquer razão.

Vejo que o Ministério das Relações Exteriores tem que se manifestar rapidamente nesse sentido. Usarei a prisão desses cinquenta brasileiros na cidade de Hartford, em Connecticut, para motivar o nosso departamento no Ministério das Relações Exteriores, nossos Ministros, nossos cônsules, a tomarem as devidas providências.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Alguém deseja fazer algum comentário?

Em votação o requerimento do Senador Hélio Costa.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Peço aos Srs. Senadores que saem para não se esquecerem de votar.

Preciso de três Senadores para ser escrutinadores.

Respondo ao Senador Suplicy que aqui está a lista dos que assinaram para fazer parte da Bancada do Milênio. Somos onze Senadores e doze Deputados. Vou ler a lista: Senadores Eduardo Suplicy, Eduardo Azeredo, Romero Jucá – então, é menos um Senador agora –; as Senadoras Patrícia Saboya e Lúcia Vânia; Senadores Sibá Machado; Paulo Paim; Sérgio Zambiasi; Efraim Morais e Mozarildo Cavalcanti.

A lista está aberta, para que outros Senadores se inscrevam, para serem membros dessa Comissão, que tem o apoio das Nações Unidas. O Secretário-Geral chegou a receber o Senador Eduardo Suplicy, como membro dessa Comissão. Ficam inscritos ainda os Senadores Pedro Simon, Rodolpho Tourinho, Flexa Ribeiro e Flávio Arns.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Senador Hélio Costa já está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Já.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E o Senador Mão Santa?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu queria fazer apenas um pequeno adendo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Sim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ao meu requerimento, que foi aprovado por V. Ex^a e pelo Plenário. É só para fazer um apelo, inclusive, para que V. Ex^a encaminhe ao Presidente do Senado e do Congresso Nacional o requerimento que fizemos, pedindo

a instalação de uma CPMI da Imigração Ilegal, está dependendo da reunião do Congresso Nacional. Havia a previsão de uma reunião no dia 29. Essa reunião não ocorreu. Não temos hoje sequer a informação de quando o Congresso vai se reunir novamente.

Então, peço a V. Ex^a, como Presidente da Comissão, que indagasse da Presidência do Congresso, quando teremos a próxima reunião do Congresso Nacional, para que possamos fazer a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Está bem. Peço aos Senadores Mão Santa, Pedro Simon e Flexa Ribeiro para serem os escrutinadores depois que todos tiverem votado.

Quero, já concluindo, lembrar que há um projeto de reforma da Constituição que eu apresentei há algum tempo e que visa exatamente criar representação no Congresso Nacional para os brasileiros que moram no exterior. Atualmente, temos os Senadores Eduardo Azeredo, Hélio Costa e Marcelo Crivella, que, de certa maneira, representam os brasileiros no exterior aqui sempre quando há algum problema. Mas nos países que têm muitos imigrantes eles têm representações dos imigrantes no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. Na França, existe até no Senado.

Está tramitando uma PEC para que se crie esse grupo constituinte de eleitores no exterior. Há pouco, vi propaganda, no Rio de Janeiro, de um candidato a Deputado para a Assembléia Nacional de Portugal, um brasileiro que foi, depois, eleito, creio.

Penso que está na hora de o Brasil pensar nisso, e não deixar esse trabalho apenas nas costas dos Senadores Hélio Costa, Eduardo Azeredo e Marcelo Crivella. O Senador Eduardo Suplicy muitas vezes também se manifestou sobre isso. É preciso que eles tenham os seus representantes aqui e lutem pelos de Connecticut, de Ciudad del Este, e pelos outros.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Na verdade, seria na Câmara, não?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Eu apenas abri a possibilidade na Câmara, sem dizer quantos, como serão eleitos, nada disso, pois penso que seria um projeto de lei mais complicado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na verdade, Senador, é uma pena que não se tenha pensado nisso antes. Cumprimento V. Ex^a pela idéia. A Itália já tem isso, lá está no Parlamento os representantes daqueles italianos que vivem no exterior. Vários países já estão pensando nesse sentido. O próprio Parlamento europeu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E não precisa nem ser italiano. Basta ter cidadania italiana, ou seja, ser brasileiro com cidadania italiana.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É verdade, Senador. Então, acho que temos de dar, sim, um espaço, no Parlamento, a esses brasileiros, porque eles hoje representam um grande investimento para o Brasil.

Eu faço uma defesa intransigente dos brasileiros no exterior. Primeiramente, porque fui um deles. Eu participei do drama desses brasileiros durante muitos anos. Acompanhei algumas situações absolutamente lamentáveis. Vejo também o sucesso de muitos deles que vão para o exterior.

Então, é com muita honra que me intitulo sempre um defensor dos nossos companheiros brasileiros que estão no exterior. Mas é bom que eles possam ter essa participação. V. Ex^a teve uma idéia excepcionalmente inteligente.

Eu gostaria, inclusive, que retirássemos dos arquivos – um dos nossos Senadores evidentemente está segurando um relatório há muitos meses – o voto do brasileiro no exterior. Eu ainda não vejo por que não podemos fazer com que eles possam votar em todas as instâncias, desde vereador e prefeito, na sua terra, a governador e senador.

A proposta que foi apresentada aqui para que o brasileiro no exterior pudesse votar, estendendo isso ao governador do Estado, é muito modesta, é tímida. Na realidade, hoje, com a Internet, os brasileiros que estão no exterior podem votar até na associação de bairro da sua cidade. Quer dizer, é algo tão simples, tão facilmente colocado em condições de votar que não sei por que razão estamos aguardando tanto uma solução nesse sentido.

É um assunto que precisa e deve ser colocado em pauta porque esses brasileiros, Senador Rodolpho Tourinho, hoje representam um investimento anual de US\$5 bilhões no Brasil todos os anos. Acho que a remessa de lucro desses brasileiros para o Brasil é tão importante quanto o investimento de qualquer multinacional feito durante um ano no nosso País.

Hoje a América Latina recebe somente dos Estados Unidos, Senador, R\$40 bilhões por ano. Todos os países da América Latina são recipientes de remessas dos seus nacionais vivendo nos Estados Unidos. E o Brasil é um deles. O Brasil talvez seja, depois do México – o País recebe em torno de US\$25 bilhões todos os anos –, o segundo colocado.

Então, temos que respeitar esses brasileiros e dar a eles total e absoluta cidadania, mesmo morando do exterior.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente Cristovam Buarque, quero dizer a V. Ex^a que tão logo vi e tomei conhecimento desse projeto de V.

Ex^a eu me manifestei. E na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverei ser o Relator desse projeto, que realmente é de muita importância.

Com relação às pessoas que estão fora votarem aqui, no Brasil, o projeto teve imediatamente o meu relatório. O Senador a que o Senador Hélio Costa se refere sou eu, mas, longe de mim, nunca fui de segurar projeto nenhum. Pelo contrário. Basta olhar as estatísticas para ver que sempre sou muito ágil nos meus relatórios. O que acontece é que o Senador Hélio Costa apresentou um projeto estendendo até vereador. Então, pedi um requerimento, um ofício ao Tribunal Superior Eleitoral para que o referido órgão se manifestasse sobre esta proposta ampla – em vez de se ter o voto como a Senadora Ideli propõe, e que já tem o meu parecer favorável – para senadores e governadores. Então, estamos apenas aguardando a manifestação do TSE.

Não é o Senador Eduardo Azeredo que está segurando. Em absoluto. Não é essa a minha forma de conduzir.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Senador, imagine que eu evidentemente tenho algo a comentar.

Primeiro que eu não me referi a Senador “a” ou “b”. Refiro-me, evidentemente, a algum Senador. O autor do projeto é a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu sou o Relator. Senador, V. Ex^a falou “o Relator”. O Relator sou eu.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Ex^a foi o Relator, devolveu, fez uma pergunta ao TSE. Deveria ter perguntado aos seus colegas Senadores e aos Deputados Federais. Acho que quem deve fazer a lei eleitoral não é a Justiça; quem faz a lei eleitoral é o Congresso.

Evidentemente que, na próxima vez que discutirmos o processo eleitoral, devemos incluir os brasileiros no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – O Senador Azeredo deu a explicação dele do papel do Relator. Vou dar por encerrada logo depois dos três escrutinadores.

Peço que os Senadores Pedro Simon, Mão Santa e Flexa Ribeiro fizessem... Ah, falta o Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Foram aprovados os três novos embaixadores cumulativamente, por unanimidade dos votos dos Senadores presentes – 13 votos.

Dou por encerrada esta sessão.

(Levanta-se a reunião às 12h05min.)

Ata da Sétima Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia cinco de maio do ano de dois mil e cinco, às dez horas.

Às dez horas do dia cinco de maio do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **VALDIR RAUPP**, **JEFFERSON PÉRES**, **FLEXA RIBEIRO**, **GERSON CAMATA**, **SERGIO ZAMBIASI**, **ROMEU TUMA**, **MARCO MACIEL**, **PEDRO SIMON**, **ROBERTO SATURNINO**, **RODOLPHO TOURINHO**, **EDUARDO SUPLICY**, **EDUARDO AZEREDO**, **HÉLIO COSTA**, **MÃO SANTA**, **JOSÉ JORGE**, **HERÁCLITO FORTES**, **SERYS SLHESSARENKO**, **NEY SUASSUNA** e **JOÃO BATISTA MOTTA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparecem também o Senador **DELCÍDIO AMARAL** e a Senadora **IDELI SALVATTI**, não-membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente procede à apreciação da pauta. Item 01 – Mensagem (SF) nº 92, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora **LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suazilândia”. O Senhor Presidente passa a palavra ao relator, o Senhor Senador **GERSON CAMATA**, que faz a leitura do relatório deste item e do Item 03 – Mensagem (SF) nº 95, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora **LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República de Madagascar”. Item 02 – Mensagem (SF) nº 93, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **JOSÉ VIEGAS FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha,

exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senhor Senador **MARCO MACIEL**, para fazer a leitura do relatório. Em seguida o Senhor Presidente abre a votação para as Mensagens, dando continuidade à pauta. Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 127, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “aprova o texto do acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, celebrado em Brasília, em 8 de Novembro de 2000.” O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, o Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, para fazer a leitura do parecer favorável, que é dado como aprovado. A Senhora Senadora **IDELI SALVATTI** e o Senhor Senador **HÉLIO COSTA** fazem o uso da palavra. O Senhor Presidente passa a Presidência ao Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**. Em seguida os Senhores senadores **EDUARDO SUPLICY**, **JEFFERSON PÉRES** e **GERSON CAMATA** fazem o uso da palavra. Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 129, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Para o Desenvolvimento das Utilizações Pacíficas da Energia Nuclear, celebrado em 25 de Outubro de 2002, em Paris”. O Senhor Presidente passa a palavra ao relator Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, para fazer a leitura do seu parecer favorável. O Senhor Senador **ROMEU TUMA** faz uso da palavra. Aprovado. O Senador **CRISTOVAM BUARQUE** retoma a presidência, que segue para o Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 130, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia, em Brasília, em 12 de Dezembro de 2001”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, o Senador **MÃO SANTA**, para fazer a leitura do parecer favorável. Aprovado. O Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 131 de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo de transporte rodoviário internacional de passageiros e cargas entre os governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003, o Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 132, de 2005, de autoria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “aprova o texto da Convenção Internacional para supressão do fi-

nanciamento do terrorismo, adotada pela assembléia geral das Nações Unidas, em 9 de dezembro de 1999, e assinada pelo Brasil em 10 de novembro de 2001, e o texto da declaração entregue à secretaria-geral das Nações Unidas por ocasião da assinatura da referida convenção” e o Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, sobre cooperação em assuntos relativos a defesa, celebrado em Cape Town, em 4 de junho de 2003” são retirados da pauta. O Senhor Presidente passa para o Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 134, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo, Por Troca de Notas, de Vistos Gratuitos aos Estudantes e Docentes, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, celebrado em Buenos Aires, em 14 de Agosto de 2001”. O Senhor Presidente passa a palavra ao relator Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, para fazer a leitura do seu parecer favorável. Os Senhores Senadores **EDUARDO SUPPLY, ROMEU TUMA, PEDRO SIMON, HÉLIO COSTA, JOSÉ JORGE, ROBERTO SATURNINO, MÃO SANTA E SÉRGIO ZAMBIA-SI** fazem o uso da palavra. Aprovado. Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 135, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Eslovaca sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bratislava, em 12 de Novembro de 2003”. O Senhor Presidente passa a palavra ao relator Senador **EDUARDO AZEREDO**, para fazer a leitura do seu parecer favorável. Aprovado. O Presidente passa para a Extra-Pauta – Item 07, – Requerimento nº 22, de 2005 – CRE, de autoria da Senadora **SERYS SLHESARENKO**, que “Requer nos Termos do Art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 135, de 2005, que “Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Eslovaca sobre a isenção parcial de vistos, celebrado em Bratislava, em 12 de Novembro de 2003”. A Senadora **SERYS SLHESARENKO** faz o uso da palavra. Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 136, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia sobre Assistência Judiciária Mútua em matéria penal, celebrado em Brasília, em

13 de Dezembro de 2002”. O Senhor Presidente passa a palavra ao relator Senador **ROMEU TUMA**, para fazer a leitura do seu parecer favorável. Aprovado. O Senhor Presidente retorna ao item 08 que havia sido retirado de pauta no início da reunião. Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 132, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “aprova o texto da Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 9 de Dezembro de 1999, e assinada pelo Brasil em 10 de Novembro de 2001, e o texto da Declaração entregue à Secretaria-Geral das Nações Unidas por ocasião da assinatura da referida Convenção”. O Senador **ROMEU TUMA** faz a leitura de seu parecer favorável. O Senador **EDUARDO AZEREDO** faz o uso da palavra. Aprovado. Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 137, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia para Cooperação nos usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Seul, em 18 de Janeiro de 2001”. O Senhor Presidente designa como relator “Ad Hoc”, o Senador **EDUARDO SUPPLY**, para fazer a leitura do parecer favorável que é Aprovado. Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 138, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, adotada pela Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas, em outubro de 2003”. O Senhor Presidente passa a palavra ao relator Senador **ROBERTO SATURNINO**, para fazer a leitura do seu parecer favorável. O Senador **ROMEU TUMA** pede a palavra. Aprovado. O Presidente passa para a Extra-Pauta – Item 08, Requerimento nº 23, de 2005 – CRE, de autoria do Senador **ROBERTO SATURNINO**, que “requer nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 138, de 2005, que “Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas contra a corrupção, adotada pela Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas, em Outubro de 2003”. O Senador **ROBERTO SATURNINO** faz o uso da palavra. Aprovado. O Senhor Presidente passa à apreciação da Extra-Pauta – Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 128 de 2005 – CRE, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Segundo Protocolo Relativo à Convenção de Haia, de 1954, para a Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, celebrado em Haia, em 26 de Março de 1999”. O Senhor

Presidente passa a palavra ao relator Senador **EDUARDO SUPPLY**, para fazer a leitura do seu parecer favorável que é aprovado. Extra – Pauta – Item 02 – Requerimento nº 17, de 2005 – CRE, de autoria do Senador **EDUARDO AZEREDO**, que “Nos termos do Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as seguintes informações quanto a Convenção das Nações Unidas Sobre os Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias: 1 – os países do Mercosul que são signatários da Convenção das Nações Unidas Sobre os Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias “CISG”; 2 – os motivos que levaram a não assinatura da referida convenção caso o Brasil não seja um dos signatários; 3 – a situação do estudo eventualmente em andamento, no sentido da adesão do Brasil à “CISG”; 4 – os outros órgãos envolvidos no estudo do assunto e de como está sendo conduzida esta matéria relevante por parte do governo brasileiro”. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO**, para justificar o seu requerimento. Os Senadores **ROBERTO SATURNINO**, **ROMEU TUMA**, **EDUARDO SUPPLY** e **HÉLIO COSTA** fazem o uso da palavra. O Requerimento é aprovado. Extra – Pauta – Item 03 – Requerimento nº 18, de 2005 – CRE, de autoria do Senador **HÉLIO COSTA**, que “Nos termos do Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, as seguintes informações: 1 – Se o Brasil cobra dos cidadãos americanos pelos vistos solicitados, restando a taxa pelos não concedidos; 2 – Qual o valor da taxa paga por nacionais norte americanos ao governo brasileiro para a concessão de vistos; 3 – Se as Embaixadas e Consulados brasileiros podem devolver o valor pago no caso dos vistos recusados, observada a devida reciprocidade pelo governo dos Estados Unidos da América.” O Senhor Senador **HÉLIO COSTA** faz o uso da palavra para justificar o seu requerimento. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **ROMEU TUMA** e **EDUARDO SUPPLY**. Aprovado. Extra-Pauta – Item 04 – Requerimento nº 19, de 2005 – CRE, de autoria do Senador **PEDRO SIMON**, que “Nos termos dos Incisos II e V do Art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a discutir o Impacto que a Realidade Social da Pobreza, o Quadro de Exclusão Social e de Desigualdades Sociais e Regio-

nais Podem Provocar Sobre a Defesa Nacional”. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **PEDRO SIMON** para justificar o seu requerimento. Aprovado. Extra-Pauta – Item 05 – Requerimento nº 20, de 2005 – CRE, de autoria do Senador **ROMEU TUMA**, que “Nos termos dos Incisos II e V do Art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a discutir o Impacto da Crise das Grandes Cidades Brasileiras Sobre a Defesa Nacional”. O Presidente passa a palavra ao Senador **ROMEU TUMA**. Aprovado. O Senhor Presidente convida o Senador **EDUARDO SUPPLY** para que seja o escrutinador das Mensagens. O Senhor Presidente comunica que os Embaixadores foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Bom-dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a sétima reunião ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam a dispensa queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos agora à apreciação da pauta.

Item nº 1:

Mensagem de nº 92, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sr^a Leda Lúcia Martins Camargo, Ministra de 1ª Classe da Carreira de Diplomata, do cargo permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suazilândia.

A relatoria é do Senador Gerson Camata, a quem concedo a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, a ilustre Embaixadora Leda Lúcia Martins Camargo está sendo indicada também para, cumulativamente, exercer a Embaixada em Madagascar. De modo que eu poderia relatar

os dois em um voto só. Não há óbice algum, apenas acrescentaria uma embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Eu lhe agradeço bastante.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, a primeira indicação é feita pelo Senhor Presidente da República para que a ilustre Embaixadora brasileira Leda Lúcia Martins Camargo exerça, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Moçambique... Aliás, Sr. Presidente, ontem tive uma notícia muito interessante: a Companhia Vale do Rio Doce, associada com um grupo chinês, comprou a maior mina de carvão da África situada em Moçambique.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Devo dizer que a Embaixadora Leda teve um papel muito positivo nessas negociações. Como nosso Embaixadora deu todo o apoio.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Que beleza!

Então merece, além de ser designada para esses dois novos países, uma nota de elogio, encorajamento e apreço por parte da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Está anotado e farei chegar até a Embaixadora.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – São muito bem acolhidos os brasileiros em Moçambique.

Trata-se de uma Embaixadora que porta muitas condecorações; já foi Conselheira do Brasil em Santiago, em Roma, em Bruxelas e atualmente exerce a Embaixada do Brasil em Moçambique.

Há apreciações sobre Moçambique, que são geográficas e históricas e a seguir então ela é indicada também para, cumulativamente com a Embaixada de Moçambique, exercer o cargo de Embaixadora junto à Ilha de Madagascar.

Os dois pareceres são favoráveis.

Solicito aos Srs. Senadores que votem favoravelmente, para estender a ação diplomática do Brasil a esses dois importantes países africanos, a Ilha de Madagascar e o Reino da Suazilândia.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – A palavra está franqueada aos Srs. Senadores que queiram fazer algum comentário. (Pausa)

Fica aberta a urna para a votação no momento oportuno.

Item nº 2:

Mensagem nº 93, de 2005, submete à apreciação do Senado Federal a indicação pelo Presidente da República do Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira

Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra.

A relatoria é do Senador Rodolpho Tourinho, que esteve aqui, mas se ausentou. Peço que o relator **ad hoc** seja o Senador Marco Maciel, quase conterrâneo e correligionário direto do Senador Rodolpho Tourinho e um grande entusiasta dos assuntos de Relações Exteriores.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Somos de Estados vizinhos. E no caso do Presidente, modéstia à parte, nascidos em Pernambuco.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cabe a mim, como Relator **ad hoc**, relatar favoravelmente a indicação do Embaixador José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, exercer também o de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra.

A proposição, como determina a Constituição, foi de autoria do Senhor Presidente da República. O Embaixador José Viegas Filho é reconhecidamente um diplomata habilitado a exercer a função, tanto que brevemente estará exercendo as funções de Embaixador do Brasil junto à Espanha.

Sem querer me alongar em considerações, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Informo que a urna está aberta. As Sr^{as} e Srs. Senadores poderão votar no momento oportuno.

Passo à votação do Item nº 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 127, de 2005, cujo Relator é o Senador José Jorge, que não está presente. Peço ao Senador Roberto Saturnino que seja Relator **ad hoc** deste projeto, que diz respeito ao texto do acordo de cooperação cultural e educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria.

Senador Roberto Saturnino, peço a V. Ex^a o favor de relatar.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 413, de 2001, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa do Brasil.

ral da Nigéria, assinado em Brasília em 8 de novembro de 2000.

Trata-se de um acordo genérico entre Brasil e Nigéria que visa a, basicamente, fortalecer as relações culturais e educacionais entre os dois países, por meio do intercâmbio de conhecimentos em programas e políticas correlatas dos dois países e da criação de mecanismos institucionais necessários a essa cooperação.

O acordo estabelece os princípios gerais pelos quais os organismos competentes das duas Repúblicas adotarão medidas conjuntas de fomento e estímulo ao setor, assim como regras relativas ao direito autoral, entrada e saída de pessoas, proibição de tráfico de obras e objetos de relevância cultural e artística e encorajamento ao turismo recíproco.

O acordo se materializará quando se desdobrar em programas e iniciativas concretas negociadas caso a caso, obedecendo ao espírito de cooperação do acordo.

As partes contratantes incentivarão a tradução e a publicação de relevantes obras literárias e artísticas, bem como o intercâmbio de opiniões e materiais informativos relativos a antiguidades, história natural, arte e também de livros, jornais e periódicos.

O acordo inclui o esporte entre os campos em que se buscará desenvolver as atividades de cooperação, mediante o estímulo a contatos entre organizações desportivas, visando tanto ao desenvolvimento do esporte em geral quanto à organização de competições amistosas. Contempla também a cooperação e o intercâmbio nos diversos meios de comunicação de massa, nomeadamente a televisão, o rádio, o cinema e a imprensa.

A Nigéria é atualmente, como se sabe, o país mais populoso da África, contando com 120 milhões de habitantes e é, provavelmente, o país do continente africano com o qual o Brasil mantém as mais intensas relações econômicas e comerciais. Recorde-se que, em um passado relativamente recente, acordos de cooperação possibilitaram a execução de obras de engenharia, por empresas brasileiras, em território nigeriano e também que o Brasil foi comprador de petróleo da Nigéria, principal produto de exportação daquele país, correspondendo a 90% de sua pauta exportadora.

Assim, com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, conclui o Relator, o Senador José Jorge, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2005, parecer este com o qual estou de inteiro acordo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Submeto a qualquer discussão.

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo, porque sou o Relator do próximo item.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Com prazer, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, queria pedir a atenção e a generosidade dos membros da Comissão de Relações Exteriores, porque não sou membro desta Comissão, pois estou com um projeto de minha autoria tramitando aqui, nesta Comissão, há um bom tempo. É o projeto que visa estender o direito de voto aos brasileiros residentes no exterior para Presidente da República e também para Governadores de Estado e Senadores da República.

Este projeto teve uma solicitação do Senador Hélio Costa para a inclusão de todos os casos eletivos, o que acabou provocando um debate, porque a tentativa de incluir todos os cargos eletivos já foi rejeitada na Câmara e, portanto, já temos um histórico nesse sentido.

Por conta do debate feito, em agosto do ano passado foi feita uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral para ver, inclusive, a viabilidade dos problemas técnico-operacionais para a realização do pleito envolvendo todos os cargos eletivos. O Tribunal Superior Eleitoral não respondeu essa consulta. Agora, em abril, foi reiterado o pedido.

Queria fazer um apelo à Comissão, ao Presidente e aos membros no seguinte sentido: se o Tribunal Superior Eleitoral não responder a consulta até a metade do mês de maio – porque aí vamos estar completando quase um ano de aguardo da posição – que pudéssemos retornar o projeto à pauta, até porque este assunto, dada a situação que estamos vivenciando, com uma novela em âmbito nacional tratando do assunto, seria muito importante que pudéssemos apreciar.

Assim, gostaria de fazer este apelo: se não houver a resposta efetiva do Tribunal Superior Eleitoral até o dia 15 de maio, que, na reunião seguinte, a Comissão de Relações Exteriores possa pautar o projeto e possamos deliberar sobre o assunto.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de insistir, na esteira do que disse a Senadora Ideli Salvatti, no retorno do projeto para discussão na Comissão de Relações Exteriores, uma vez que o fato de a Câmara ter rejeitado proposta semelhante no passado, não inviabiliza a sugestão que fizemos em emenda, diga-se de passagem, para que todos os brasileiros no exterior tenham o seu direito sagrado de votar. Isso porque quando foi votado na Câmara, no passado, estávamos num tempo diferente, hoje estamos vivendo o momento da Internet, hoje se vota no que quer, como quer e do jeito que quer. Quer dizer, não faz diferença morar no Japão, na China ou nos Estados Unidos, ter acesso imediato, em segundos, a uma página que vai me dizer quem é o candidato a prefeito da minha cidade, se quero votar até no vereador.

Assim, o fato de a Câmara ter, no passado, rejeitado uma proposta semelhante, não quer dizer que o Senado não possa apreciar novamente uma sugestão nesse sentido.

Em segundo lugar, a proposta que faz a Senadora Ideli Salvatti, no sentido de que esperemos mais um tempo para que o Tribunal se manifeste, na verdade, isso é uma cortesia que está sendo feita ao Tribunal. Não temos que perguntar a ninguém, o Congresso está aqui para fazer as leis eleitorais. O Congresso diz o que quer, como quer, faz a lei e o Tribunal aceita, e ponto final. Não temos sequer que perguntar. É uma cortesia que se está fazendo de perguntar o que acha o Tribunal sobre a proposta de os cidadãos, no exterior, terem o seu sagrado direito constitucional, que não é retirado de nenhum lugar da Constituição, porque vivo no exterior, de poder votar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Agradeço à Senadora Ideli Salvatti e quero dizer que vou, pessoalmente, ligar ao Presidente do TSE.

Agradeço o encaminhamento sugerido pelo Senador Hélio Costa e informo que vamos colocar em pauta ainda dentro deste mês.

Se ele me disser que precisará de mais dois ou três dias, em junho, para fazer o parecer, faremos a cortesia de esperar, senão vamos trazer à votação. Agradeço, Senadora Ideli Salvatti.

Passo a Presidência ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Senadora Ideli Salvatti é muito precisa no prazo: vamos dar um prazo até 15 de maio, isto é, semana que vem. É só para observar que V. Ex^a é precisa em questão de prazo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Permita-me V. Ex^a fazer uma comunicação. Estava marcada uma sessão do Congresso Nacional, às 11 horas, que, lamentavelmente, foi cancelada, acaba de me informar o Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional, por mais uma desorganização, vamos dizer assim, do Presidente da Câmara dos Deputados. Na verdade, a reunião do Congresso Nacional foi marcada juntamente com a Câmara dos Deputados para às 11 horas, quando seria feita a leitura do requerimento pedindo a instalação da CPMI da Imigração Ilegal. Infelizmente, minutos atrás, informou-me o Senador Renan Calheiros que o Presidente Severino Cavalcanti acaba de lhe informar que, inadvertidamente, programou uma reunião da Câmara dos Deputados para às 11 horas e que, conseqüentemente, não pode ser realizada a reunião do Congresso Nacional, que ficou adiada e marcada para o meio-dia de terça-feira da próxima semana, até para que o Presidente Severino tenha condições de remarcar a união da Câmara com o Senado e fazermos a reunião do Congresso Nacional na terça-feira.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Isso é vexatório.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É vexatório, é lamentável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, permita-me também, fazer uma breve observação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, sou testemunha do absoluto interesse do Presidente Renan Calheiros em ouvir o Presidente da Câmara dos Deputados para marcar o horário da sessão, na qual será promulgada a Emenda à Constituição referente às ilhas costeiras. Durante toda esta semana, o Presidente Renan Calheiros me dizia que era necessário que o Presidente da Câmara consentisse com o horário e iria consultá-lo. Propusemos, então, que a sessão fosse realizada na quinta-feira da semana passada. O Presidente da Câmara disse que não podia e marcou – o Presidente da Câmara – para a terça-feira, às 11 horas. Foi ele que marcou. E veja V. Ex^a o prejuízo: vereadores de Vitória, líderes da luta contra os terrenos de marinha, os laudêmios, vieram de Vitória, hoje, para participar da sessão solene de promulgação da emenda, quer dizer, perderam a viagem por causa

da desorganização patente por parte do Presidente da Câmara. É lamentável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Bom, dando seguimento à pauta, vamos passar para o **Item 5**, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº129, de 2005, que aprova o texto do acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o desenvolvimento das utilizações pacíficas da energia nuclear, celebrado em outubro de 2002, em Paris.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/ PT – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um acordo da maior importância que o Governo submete a esta Comissão, inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da mensagem formulada por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O acordo submeteu-se também ao exame das Comissões de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e Constituição, Justiça e de Redação.

Cuida-se de um acordo bilateral Brasil-França, firmado para instituir um novo regime de utilização da energia nuclear, já inspirado na nova face da diplomacia brasileira, após a ratificação do tratado de não proliferação nuclear da aceitação de salvaguardas e após a criação do regime nuclear Brasil-Argentina. Esse caráter do acordo está bem resumido na exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a mensagem e que está à disposição de V. Ex^{as}.

Leio apenas um pequeno pedaço para mostrar a seriedade:

O acordo insere-se no marco da cooperação tecnológica entre o Brasil e a França e visa dinamizar a pesquisa e o desenvolvimento conjunto em ampla gama de aplicações da energia nuclear nos campos da medicina, agronomia, biologia, indústria, ciências da terra e geração de eletricidade. Prevê trabalhos conjuntos nos setores de segurança radiológica, proteção ao meio ambiente, gestão de rejeitos e combustível nuclear. O tratado, em análise, reveste-se de características de acordo-quadro. Portanto, suas condições de implementação serão definidas, caso a caso, por contratos e protocolos específicos, garantindo-se sempre a segurança e a confidencialidade dos dados técnicos das informações transferidas. Fica assegurado que os materiais nucleares ou não, equipamentos, instalações e tecnologias transferidos no âmbito do acordo serão utilizados unicamente para fins pacíficos e não explosivos. Todos os materiais nucleares mantidos ou transferidos do Brasil, assim como geração sucessiva de

materiais nucleares ou obtidos como sub-produtos estarão submetidos ao controle da Agência Internacional de Energia Atômica e da Agência Brasileira – Argentina de contabilidade e controle de materiais nucleares. Reciprocamente, o material similar do lado francês estará submetido ao sistema de salvaguarda aplicado pela Comunidade Européia de Energia Atômica.

Com esse acordo, o Brasil reitera a sua posição, estatuída constitucionalmente, de defesa intransigente do uso pacífico da energia nuclear, explicitada, ademais, em todas as manifestações políticas, representativas da vontade do povo brasileiro. O acordo, além da consecução de suas metas técnicas, é uma demonstração dessa intenção, o que serve, inclusive, para pacificar a inserção do Brasil na diplomacia nuclear. O nosso País assinou em ratificação todos os tratados importantes de não proliferação nuclear, destacando-se entre esses o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares; o Acordo Quadripartite, que estabelece regime de salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica, e o Acordo Bilateral com a Argentina, de uso exclusivamente pacífico de energia nuclear.

Em resumo, o presente acordo soma-se às demais iniciativas correlatas para confirmar junto à comunidade internacional a vocação pacifista dos programas nucleares brasileiros, ao mesmo tempo em que colabora para o progresso do uso da energia nuclear para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira nos campos da saúde, da produção de energia e na preservação do meio ambiente.

Portanto, Sr. Presidente, é com base no exposto e considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, além de estar adequado em termos constitucionais e regimentais, que concluo este parecer, opinando pela sua aprovação nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Em discussão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador Romeu Tuma, para encaminhar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Apenas queria cumprimentar o Senador Cristovam Buarque. Até porque, ontem, acompanhei pelo noticiário de televisão a discussão que se está realizando na ONU sobre o uso da energia nuclear, onde ficou patente a necessidade da proibição e da destruição das armas de destruição em massa com a energia nuclear, mas a liberdade dos países em usá-las para fins pacíficos, principalmente na área médica, na área que possa trazer mais conforto à população. Acredito que V. Ex^a, em seu relatório, retrata perfeitamente o que é a opi-

não do Brasil nessa discussão, acompanhado de vários outros países.

Portanto, queria cumprimentá-lo e pedir o voto a favor do relatório de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Devolvo a Presidência da reunião para o Senador Cristovam Buarque, para a continuidade da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passa-se ao Item nº 6, Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 130, de 2005, cujo Relator é o Senador Rodolpho Tourinho, que esteve presente, mas, no momento, não está. Vou pedir que o Senador Mão Santa faça o relatório **ad hoc**.

Trata-se de acordo de cooperação na área de turismo, celebrado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia. Esse acordo foi firmado em dezembro de 2001, aqui em Brasília, e está à espera da nossa discussão. Essa é a razão pela qual, com tanto tempo de atraso para a discussão – quase quatro anos –, chega à pauta no dia de hoje.

Peço, então, ao Senador Mão Santa que seja Relator **ad hoc** desse acordo de cooperação na área de turismo Brasil/Rússia.

Com a palavra, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Serei o Relator, em substituição ao Senador Rodolpho Tourinho. Relatório.

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o projeto de decreto legislativo que aprova o acordo de cooperação na área de turismo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, firmado em Brasília, em 12 de dezembro de 2001.

Em cumprimento do disposto no art. 49, I, concorrente com o art. 84, VIII, da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados, por intermédio da Mensagem do Poder Executivo nº 140, de 2002, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Turismo e Desporto, de Constituição, Justiça e Redação e das Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em seguida foi encaminhado a esta Casa.

Acompanha a proposição, além da mensagem do Senhor Presidente da República ao Congresso, de motivos do Sr. Ministro de Relações Exteriores.

O acordo possui dez artigos, os quais, conforme bem sumariza a exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, abordam pontos como a cooperação na área de turismo, mediante a simplificação de formalidades administrativas e alfandegárias; o incentivo à colaboração entre órgãos oficiais de turismo, bem como suas respectivas entidades do setor privado; o apoio ao intercâmbio de estatísticas e outras informações na área do turismo e de suas respectivas autoridades turísticas, inclusive sob atos normativos, recursos turísticos e hospedagem; a correspondente facilitação de condições para o estabelecimento e operação de órgãos oficiais de turismo nos respectivos territórios.

O acordo tem por princípio o desenvolvimento de direitos e vantagens mútuas; contempla ainda a cooperação governamental. E, entre as ações privadas turísticas, brasileiras e russas, para orientar as políticas de incentivo ao turismo mútuo, o acordo impõe que as partes estimularão e apoiarão a troca de estatísticas e outras informações na área do turismo, como atos normativos, que visam a regular o setor e proteger ou conservar recursos naturais ou culturais de atrações artísticas e dados sobre recursos turísticos de seu país e sobre hotéis e instalações de hospedagem de turista, bem como materiais informativos e publicitários.

Essas informações devem ser devidamente divulgadas entre os cidadãos de cada país, pelas representações oficiais de turismo, cuja instalação no território estrangeiro as partes deverão estimular.

Outra vertente da cooperação é o aperfeiçoamento de recursos humanos na área de turismo, consignado no art. 6º:

“A cooperação bilateral deverá ser coordenada com as ações da Organização Mundial do Turismo. O acordo entrará em vigor na data da última das notificações, que deverão ser formuladas por escrito, na qual uma das partes informa à outra da conclusão de formalidades internas necessárias para a sua entrada em vigor.”

Análise. Desde 1982, a então Câmara de Comércio e Turismo Brasil/União República Socialista Soviética tem desenvolvido trabalho no sentido de promover o comércio e o turismo entre esses países. Hoje a parceria é denominada Brasil/Rússia.

No projeto é evidente a conveniência e a oportunidade. O turismo gera lucro, não apenas para o comércio diretamente envolvido nas atividades de lazer. Em largo prazo, o estreitamento das relações brasileiras leva a que os países passem a conhecer melhor o potencial comercial de cada um e a desbravar novos nichos e novos produtos para o comércio bilateral.

O acordo não se limita a eliminar as barreiras burocráticas para o turista, mas procura qualificar o turismo bilateral, estimulando a troca de informações e a cooperação para o aperfeiçoamento de recursos humanos. Além disso, procura evitar o turismo predatório em países ecológicos e históricos, assuntos de interesse para ambos os países.

O turismo representa 10% do PIB mundial. No entanto, no Brasil, país de notório potencial, esse setor restringe-se a 4% do PIB nacional. Além dos investimentos governamentais e da melhoria da infra-estrutura turística, é preciso incentivar acordos como esse, cujo propósito é o de facilitar ao consumidor, desejo de conhecer a geografia humana, a cultura e o modo de vida dos países signatários, o planejamento de sua viagem, precavendo-se sobre riscos inerentes de roteiro, e com isso atrair a atenção de potenciais turistas, conferindo maior credibilidade e confiança à capacidade dos países em proteger e receber os viajantes.

Voto. Por tudo quanto explicitado, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Sobre esse assunto ainda, Senador?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não, sobre outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Não seria melhor tentarmos avançar um pouco na pauta?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Quero apenas justificar a observação que fiz aqui há poucos minutos.

Fui chamado ao gabinete do Presidente Renan Calheiros, que acabou de acertar com o Vice-Presidente da Câmara, Deputado José Thomaz Nonô, uma reunião do Congresso Nacional para as 15 horas de hoje, para a leitura do requerimento que solicita a abertura da CPMI da Imigração Ilegal e, ao mesmo tempo, para a aprovação da Medida Provisória das Ilhas Oceânicas, envolvendo diretamente Florianópolis e Vitória.

Então, o que havia sido originalmente marcado para às 11 horas de hoje foi adiado para terça-feira da semana que vem. Informa-me o Presidente do Con-

gresso Nacional, Senador Renan Calheiros, que será hoje, às 15 horas, no Plenário do Senado. A sessão do Senado será encerrada naquele momento e convocada a reunião do Congresso Nacional para as 15 horas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Muito bem. Agradeço a informação.

O Item nº 7 é retirado da pauta a pedido do Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Passo a discutir o Item nº 8, que aprova a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada essa convenção pela Assembléia das Nações Unidas em 09/12/99, e assinada pelo Brasil em 10/12/01. O Relator é o Senador Romeu Tuma, que está ao lado. Pergunto se quer vir fazer a apresentação agora ou passo para o Item nº 9, e voltamos depois para o Item nº 8.

O Item nº 9, também a pedido do Relator, o Senador Marcelo Crivella, está retirado de pauta. É um acordo que visa à cooperação entre Brasil e África do Sul em assuntos de defesa.

O Item nº 10, cujo Relator é o Senador Eduardo Azeredo, aprova o texto do acordo por troca de notas e de vistos gratuitos aos estudantes e docentes entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, para ler o seu parecer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de ato internacional celebrado do marco do processo de integração regional de natureza complementar a acordos previamente existentes, fundamentados nos tratados institutivos do Mercosul.

Visa a facilitar a presença de cidadãos provenientes dos países signatários do Tratado de Assunção em espaço jurisdicional dos demais parceiros, com a concessão multilateral de gratuidade dos vistos dentro de limites estipulados no âmbito do próprio acordo. Medida de total adequação ao que intenta a adequação regional, de resto tutelada pelo art. 4º da Constituição Federal, que apregoa a vocação regionalismo latino-americano da República Federativa do Brasil.

O presente acordo é de todo conveniente.

Trata-se, portanto, de um acordo, só lembrando que isenta os vistos para os cidadãos provenientes dos países signatários deste tratado e fortalece evidentemente o Mercosul para estudantes e docentes.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria, a propósito deste acordo muito positivo que foi celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina, mas, sobretudo, em função do pronunciamento que V. Ex^a fez ontem da tribuna do Senado, de aproveitar para sugerir possa a proposição de V. Ex^a, visando ao melhor entendimento possível entre o Brasil e a Argentina, ser objeto de consideração e acredito que esta é uma boa oportunidade. V. Ex^a, ontem, anunciou que fará hoje uma viagem à Argentina para lançar o livro em espanhol. Cumprimento a V. Ex^a e sugiro até que diga o nome do livro para que possamos aqui conhecer o livro. Não sei se V. Ex^a tem um exemplar. Poderia mostrá-lo para o conhecimento nosso. Não sei quantos Senadores aqui publicam em espanhol. O Senador José Sarney, por exemplo, tem livros em outras línguas, mas cumprimento V. Ex^a por está publicando o seu livro em espanhol, na Argentina, mas V. Ex^a anunciou ontem que estaria fazendo uma visita ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado argentino e que fazia a sugestão de o Presidente Renan Calheiros convidar o Presidente do Senado argentino para conosco dialogar a respeito da necessidade de estarmos nos aproximando, integrando e superando as dificuldades que, por vezes, ocorrem.

V. Ex^a, ontem, bem salientou que às vezes palavras ríspidas, digamos, que eventualmente sejam utilizadas de repente se transformam em outras coisas mais graves. E antes que isso ocorra é melhor estarmos nos aproximando de pessoas que por todas as razões têm motivos de ter uma relação fraterna conosco. Podemos até ter rivalidades, como no futebol, isso é mais do que natural, mas precisamos de fato procurar a melhor integração possível com os argentinos.

Então, sugeriria que, ao lado do item 10 e concomitante à aprovação do item 10, também examinemos e possamos dar o respaldo à iniciativa de V. Ex^a, para estarmos nos aproximando da Argentina. Então, sugiro que votemos os dois itens concomitantemente, ou um relacionado ao outro. É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Vou submeter juntos, aceito a ponderação do Senador, mas não misturados. Então, coloco primeiro em votação o relatório do Senador Eduardo Azeredo, sobre vistos entre Brasil e Argentina para estudantes.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo nenhuma manifestação em contrário, considero aprovado.

E coloco em votação a sugestão do Senador Eduardo Suplicy. De fato, estou indo, hoje à noite, à Argentina para lançar dois livros, o título é “Cortina de Ouro” e o outro “Admirável Mundo Atual”, agradeço a publicidade que o Senador Eduardo Suplicy está propiciando. Entrei em contato com o nosso embaixador e perguntei se poderia fazer uma visita ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e ele teve a delicadeza de suspender a viagem dele à província, como fazemos aqui, não eu, que sou de Brasília, mas os outros Senadores, ele suspendeu para me receber amanhã cedo. Se esta comissão estiver de acordo, eu o convidaria para vir aqui fazer uma explanação para nós, como veio o Jean, Presidente da comissão. E eu levaria ao nosso Presidente, ao Senador Renan Calheiros, para saber se ele me autoriza fazer o convite ao presidente.

Então, ponho em discussão se a comissão aprova. Para o Presidente do Senado, porque eu não posso fazer sem a autorização do Presidente Renan Calheiros.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Ao Presidente do Senado já com a aprovação e a autorização do Plenário desta comissão. É a decisão da comissão, que o Senador Eduardo Suplicy fez.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Que a iniciativa tenha o respaldo da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Convidaríamos o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e, em nome do Presidente Renan Calheiros, se ele autorizar, por sugestão da comissão, convidaria o Presidente do Senado para falar no nosso Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, felicito V. Ex^a pelo lançamento dos seus dois livros em Buenos Aires. E acho muito oportuna a idéia, primeiro de V. Ex^a fazer a visita ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e depois convidá-lo para vir aqui. Mas penso que, na primeira parte, na sua visita ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, seria interessante fazer sentir que esta comissão e nós, Senadores, em primeiro lugar, o que é óbvio, temos o maior carinho, o maior respeito pela Argentina, pelo Mercosul e pelo relacionamento do Brasil com a Argentina. Em segundo lugar, que estamos olhando com preocupação essas notas e essas contra-notas, esse ambiente delicado. V. Ex^a vai ter uma reunião particular com ele, é uma reunião pessoal, não é nem aberta...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Junto com o Embaixador do Brasil, ele estará presente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, mostrar a nossa preocupação com essa série de notícias que estão saindo, de encontros e desencontros. Aachamos que, no que for possível, inclusive as duas comissões podem dialogar e podem ajudar, no sentido de encontrar as soluções. Temos o maior interesse em aprofundar esse relacionamento. Quero dizer aqui, na comissão, que sempre vi, desde o início do governo Lula e faço questão de salientar a minha admiração muito grande pelo nosso chanceler e pela política ...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador, um momento por favor.

Atenção, a palavra está com o Senador Pedro Simon.

Peço a atenção de V. Ex^{as}.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A situação está ficando um pouco delicada. Repito que sempre fiz as melhores referências e que tenho as melhores referências – trata-se de amigo pessoal por quem tenho o maior carinho – do nosso Ministro das Relações Exteriores. S. Ex^a está tendo um grande desempenho, mas só quem não conhece – e S. Ex^a deve conhecer – o início do relacionamento entre Brasil e Argentina para criarem o Mercosul não entende que há que se ter um carinho muito especial no tratamento com a Argentina.

Lembro que, no início, quando houve a reunião, eu era Ministro da Agricultura e fui convidado pelas questões da agricultura e por eu ser do Rio Grande do Sul. O Presidente José Sarney fez uma reunião com alguns Ministros – o Olavo Setúbal, o Ministro da Fazenda e eu – para debatermos o que deveria ser o ponto importante da nova República: o novo relacionamento com a Argentina. A partir disso, lançou-se a primeira idéia do Mercosul, e todos foram unânimes com o fato de se começar um novo relacionamento com a Argentina.

Quando começou, não levaram isso adiante. Analisamos que era tão delicado conversar com a Argentina – o Presidente Alfonsín era uma pessoa muito introvertida, e o Chanceler Caputo, mais do que introvertido, era muito fechado – e fizemos a primeira reunião no Uruguai com o Presidente Sanguinetti e com o atual Presidente do Banco Interamericano, o então do Chanceler do Uruguai – espanhol naturalizado uruguaio. Eles fizeram a ligação. Isto é interessante: eles fizeram a ligação, eles fizeram o meio campo entre o José Sarney e o Presidente argentino. O nosso Chanceler Olavo Setúbal não tinha bem a fisionomia de um chanceler, mas de banqueiro.

Aliás, é uma coisa interessante de ser analisada. Eu estava lá quando o Dr. Tancredo Neves recebeu um grupo paulista de empresários que veio lhe pe-

dir a Pasta da Fazenda para o Sr. Olavo Setúbal. Ele ouviu, ouviu e, quando terminou, disse: “Não sei se posso atender totalmente, mas atenderei em parte”. Quando saiu, ele disse: “Nomeio o Setúbal para o Itamaraty. Para a Fazenda, não nomeio paulista nenhum. Paulista não nomeio para a Fazenda”. O Fernando Henrique pensava em ser chanceler e perdeu a vaga para o Setúbal.

O Uruguai fez esse relacionamento, e, com o tempo, as relações e o intercâmbio do Presidente José Sarney, que é uma pessoa realmente muito simpática, venceram aquela timidez do Presidente Sanguinetti, e terminou ocorrendo um belo relacionamento, e as relações foram adiante.

Mas vou ser muito sincero: não tenho nenhuma crítica ao Itamaraty. Só acho que o Itamaraty fez muita coisa.

Vi uma charge muito boa em que o Presidente do Uruguai dizia: “Se tem vaga para o Conselho da ONU, o Brasil quer; se tem uma vaga para o Conselho da OMC, o Brasil quer; se tem uma vaga para Papa, o Brasil também quer”.

O Brasil está aparecendo muito. Agora, é até capaz de o Presidente da Argentina vir, porque parece que a maioria dos Presidentes árabes não vêm. Penso que ele vem para ver que os outros não vieram.

O problema do Equador é normal, mas ele achou que era um problema que deveria ser resolvido na OEA. Houve a intimidade com a Venezuela e toda aquela coisa. Deveríamos ter um pouco mais de carinho com a Argentina. Com toda a sinceridade, acho que o Brasil não custava nada ter... Porque a notícia que saiu ontem – que já não é mais manchete, mas é uma das coisas que V. Ex^a deve ver –, que é a coisa mais importante que tem, são as manchetes de jornais de ontem falando que a Argentina pensaria em fazer um acordo bilateral com os Estados Unidos, a exemplo do México e do Chile.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Imagine, Senador Pedro Simon, que o que V. Ex^a está falando é rigorosamente a história do que aconteceu há cerca de duas semanas. O Brasil tinha um candidato à Presidência da OMC, o Embaixador Seixas Corrêa, não acertou devidamente com a Argentina, que se posicionou contrária à indicação do representante brasileiro, e perdemos a oportunidade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas aí é pior. Continuo o que estava dizendo. A Argentina apoiou

o uruguaio, e nós devíamos ter votado no uruguaio, que é do Mercosul, e fomos votar no mexicano.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, no francês. Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não devíamos ter passado recibo e ter votado no uruguaio, que é do Mercosul, e votamos num mexicano.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu permito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

Na realidade, quando a candidatura do Embaixador Seixas Corrêa foi lançada, já havia essa candidatura de um ex-Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, se não me engano, e já era uma candidatura praticamente consolidada. Quer dizer, na realidade, o Brasil não só lançou a candidatura atrasada no tempo, mas sem a devida articulação com os demais companheiros do Mercosul. Tanto foi assim que o Brasil foi eliminado. O Embaixador Seixas Corrêa, que, diga-se de passagem, era um dos principais embaixadores brasileiros e bastante conceituado, representante do Brasil na OMC, foi, na realidade, derrotado na primeira rodada. Havia um outro candidato, eram quatro, e foi na primeira rodada exatamente porque não havia nenhuma articulação. Foi algo estapafúrdio, que expôs o Embaixador Seixas Corrêa, por um lado, e que colocou o Brasil em choque com os demais companheiros do Mercosul, por outro lado.

A Argentina não poderia votar no Brasil, porque já havia essa articulação do Mercosul para um candidato do Uruguai. Isso foi o que aconteceu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se já havia uma candidatura do Uruguai, o normal do brasileiro era votar no candidato uruguaio. Em primeiro lugar, não apresentar candidato, porque teve que retirar e, em segundo lugar, não votar no México, mas votar no Uruguai, que é aqui do lado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Não, não votou, ainda não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na França?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O outro é da França, é o representante do Mercado Comum Europeu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pior ainda, então.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador Simon, peço que conclua a sua fala. O Senador Eduardo Azeredo está aguardando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Creio que essa sua ida à Argentina podia se prolongar um pouco mais. Não é que V. Ex^a vá fazer o mesmo que o Chefe da Casa Civil, pois não vamos criar um quarto Ministro das Relações Exteriores e ainda mais confusão do que já existe. Pelo amor de Deus, não é isso que estou propondo. Mas acho que uma conversa de V. Ex^a com o Embaixador argentino, com o Presidente da Comissão para convidá-lo a vir ao Rio Grande, amenizaria e esfriaria as coisas. Penso que já seria um bom caminho para começar essa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador, tomarei todo o cuidado para ir como Senador, porque, se eu for como quarto Ministro, posso ser destituído por telefone quando estiver lá.

Senador Pedro Simon, agradeço a V. Ex^a pelas palavras, porque acho que está precisando desse nosso discurso para acalmar a situação. Enquanto fica na mídia, está bem. Quando passa para os discursos políticos, o conflito se acirra. E, se chegar ao povo, aí ninguém segura mais, pelo antagonismo entre os dois países.

Quero passar, em primeiro lugar, a palavra para o Senador Eduardo Azeredo; o Senador José Jorge está inscrito.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, o Senador Pedro Simon já disse o que eu estava pretendendo falar, que é exatamente sobre essa contradição da política externa brasileira. Parece que o Governo está muito entusiasmado, entusiasmado em excesso, além de ter várias pessoas falando sobre o mesmo assunto, como agora o Ministro José Dirceu também fala sobre as questões internacionais, o que acaba levando a uma situação que gera um ciúme natural dos nossos parceiros, especialmente os do Mercosul.

É evidente que o Brasil, pelas próprias particularidades geográficas, de população, de importância econômica, deve sempre tentar ter a sua palavra como muito relevante. Mas existe um excesso, eu diria até mesmo um entusiasmo pelo fato de o Presidente poder ser ouvido em âmbito nacional, o que mostra a necessidade de mais cautela.

A relação com a Argentina já foi muito difícil. Durante muito tempo o Brasil teve as costas voltadas para Argentina e não se relacionava com esse país, que tem sido o primeiro ou segundo emissor de turistas para o Brasil. Por isso, não podemos, de maneira alguma, esquecer esse ponto de vista importante. Além do mais, a balança comercial é francamente favorável ao Brasil atualmente. Não há por que deixarmos que a relação se estremeça. Temos de buscar apaziguar o relacionamento importante entre o Brasil e a Argentina,

porque é muito importante, e custou-nos a conquista dessa relação mais próxima.

Eu diria que o Embaixador Azambuja teve um importante papel nessa ação, mas as notícias últimas nos preocupam. A possibilidade de que essa divergência chegue à população é real. Se começar a haver boicote da população Argentina aos produtos brasileiros, é evidente que isso trará um prejuízo muito grande ao País.

Sr. Presidente, a minha palavra é no sentido de que é muito correta a proposição do Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a tem todas as condições de fazer esse papel, não como Ministro, mas como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, demonstrando o interesse do Brasil em intensificar as relações com a Argentina para sermos, aí sim, parceiros mais fortes e não ficarmos disputando a hegemonia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Concederei a palavra ao próximo orador inscrito. Antes, porém, lembro que, por provocação do Senador Eduardo Suplicy – aliás muito positiva –, a pauta está sendo muito desviada. Temos uma longa pauta, além de pontos extrapauta. Estão inscritos os Senadores José Jorge, Roberto Saturnino, Mão Santa e Romeu Tuma.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – O assunto justifica ouvirmos todos os Senadores, ainda que de forma breve. Acredito que vale a pena e fico feliz que estejam inscritos.

Com a palavra, o Senador José Jorge.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero apenas lembrar que o Senador Pedro Simon, em seu amor pelo Rio Grande, disse que era para convidá-lo para que viesse ao Rio Grande. Na realidade, convidá-lo para que viesse ao Brasil, a Brasília.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O Rio Grande é Brasil também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para citar o seguinte fato: na realidade, com exceção da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Plenário nunca discutiu política externa brasileira porque o Congresso sempre confiou no Itamaraty. Sempre se confiou no Ministério das Relações Exteriores porque é uma instituição extremamente profissionalizada, os embaixadores são escolhidos por critérios técnicos e são pessoas experientes em quem confiamos.

Mas agora, Sr. Presidente, está começando uma grande confusão na política externa brasileira que está começando a trazer grandes preocupações não só ao Congresso, mas em toda a sociedade brasileira. Em primeiro lugar, por sua própria forma de organização administrativa. O Presidente Lula, em vez de nomear uma só pessoa para cuidar da política externa brasileira – no caso, o Ministério das Relações Exteriores –, nomeou duas: o Ministro Celso Amorim, por um lado, e um assessor especial – ou qualquer coisa assim – chamado Marco Aurélio Garcia. Então cada um puxa o bonde para o seu lado, o que gera alguma confusão. E, por último, começou a atuar na política externa, o Ministro José Dirceu.

A confusão aumentou mais ainda porque o Ministro José Dirceu, na realidade, nunca se revelou um Ministro muito habilidoso nem para fazer a política interna. Pelo contrário, as maiores confusões do Governo em que Lula se meteu até agora – veja-se o caso Waldomiro, por exemplo – foram causadas pelo Ministro José Dirceu. Todo o esvaziamento da função de articulador político do Ministro Aldo Rebelo ocorre exatamente porque o Ministro José Dirceu quer continuar fazendo a política de integração com o Congresso. S. Ex^a parece que preside mais de 50 grupos de trabalho, já que os projetos são enviados à Casa Civil e ali são arquivados por esses grupos de trabalho. O Ministro José Dirceu não tem o preparo para ser uma espécie de outro Ministro das Relações Exteriores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a está enganado. São nomeados grupos de trabalho que estão estudando com profundidade os assuntos e, por isso, leva tempo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É verdade. Pode ser isso.

Infelizmente, na maioria das vezes quando os projetos chegam aqui, mesmo vindo desses grupos de trabalho, chegam muito maus.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que, por um lado, o Ministro não se revelou competente para ser um auxiliar da política de relações exteriores do Brasil e, por outro lado, também não se revelou habilidoso. Esta é mais uma confusão: enviamos o Ministro da Casa Civil à Venezuela para tentar fazer um acordo entre Chavez e Bush. Vamos e convenhamos: é demais!

Devemos acompanhar a situação mais de perto e fazermos um apelo ao Presidente Lula para que a política de relações exteriores do Brasil fique a cargo do Itamaraty. Se ele não confia no Ministro Celso Amorim, coloque o Ministro Marco Aurélio Garcia para ser Ministro das Relações Exteriores, mas ponha somente um Ministro. Mande o Ministro José Dirceu cuidar dos assuntos internos. Assim, creio que estaremos fazendo

uma política mais racional. Não está acontecendo somente esse caso da OMC ou só a briga com a Argentina. Eu poderia citar dez casos, mas, em homenagem ao tempo e a V. Ex^a, não vou citá-los.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino e, depois, aos Senadores Mão Santa e Romeu Tuma.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Felicito o Senador Eduardo Suplicy mais uma vez por ter, enfim, aproveitado o ensejo da discussão do acordo relativo aos estudantes para levantar essa questão, que é fundamental.

No relacionamento do Brasil com o exterior, a relação com a Argentina tem um caráter especial e efetivamente prioritário. Daí a necessidade que todos estamos sentindo de dizer algo sobre essa questão, que nos preocupou a todos nesses últimos dias.

Nós, que somos representantes do Governo Lula, temos de reconhecer que pode ter havido erros na condução da política externa, como no caso, por exemplo, da OMC, que tem estimulado um pouco essa reação do Presidente Kirchner. Se houve erros, essa preocupação com a Argentina servirá de oportunidade para revisão de eventuais erros.

A relação com a Argentina é marcada por séculos de rivalidade e até momentos de inimizade e de confronto bélico mesmo. Cursei o CPOR há pouco mais de 50 anos. No meu tempo de CPOR, a hipótese de guerra era com a Argentina. Estudávamos as relações e os diversos cenários de um confronto bélico com a Argentina. Esse tipo de tradição não se muda, senão por meio de gerações.

Essa integração que todos achamos primordial para os interesses do Brasil e da América do Sul, em geral, aprofunda-se não só com a insistência, com o tempo e, enfim, com a afirmação dessa necessidade, mas também com o intercâmbio cultural.

Razão pela qual entendo que o acordo referente à gratuidade para os estudantes é muito importante. O Governo brasileiro e o argentino deviam buscar meios de ativar e intensificar o intercâmbio de estudantes. É por esse processo que se aprofunda o espírito de integração, que tem de presidir nossa relação com o vizinho irmão, a Argentina.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, sei que V. Ex^a está preocupado, mas é o responsável. Quero ressaltar que essa discussão pode ser de extraordinária importância para a Comissão de

Relações Exteriores e para nós, no relacionamento com a Argentina. Recomendo aos colegas Senadores que leiam um artigo muito relevante: “Argentina e Brasil”, do professor Paulo Nogueira Batista Júnior hoje, que relembra um fato muito relevante, que se refere à visão do Presidente General Charles de Gaulle, quando percebeu que o futuro da Europa estaria muito relacionado à possibilidade de uma boa relação entre dois países muito rivais, a França e a Alemanha, que já tinham tido duas guerras, a primeira, a segunda e uma terceira. Ele até salienta que como o General Charles de Gaulle tinha, em verdade, uma grande admiração pelos alemães, em que pesem todas as irregularidades, que ele compreendeu que o futuro da Europa estaria inevitavelmente relacionado a se ter uma boa relação com os alemães. Graças a essa visão é que surgiram os passos que hoje levam ao sucesso da União Européia e a essa integração tão positiva.

Por outro lado, ele faz uma pergunta: “A quem interessa instigar a rivalidade entre o Brasil e a Argentina?” E até salienta que o Embaixador dos Estados Unidos disse que o Brasil, que é o líder natural da América do Sul e da América Latina, é um grande líder. Será que é bom para nós estarmos enfatizando que nós é que somos os líderes? Ele até faz a sugestão de que será muito melhor que tenhamos uma posição de parceria, de companheiros, de não dizermos nós que somos os líderes. Temos que ser mais parceiros. Inclusive, dado o grande aumento do comércio e do turismo que tem havido entre nós nesses tempos recentes, está havendo um certo desequilíbrio, porque estamos vendendo mais para Argentina do que eles comprando, mas eles também estão aumentando muito. É superimportante que venhamos a ter uma relação de maior parceria, de igualdade, de não estarmos nos impondo. Vamos sempre procurar ouvi-los. A iniciativa de V. Ex^a está nessa direção e no espírito do que V. Ex^a está falando, Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Obrigado, Senador.

Senador Saturnino, para concluir.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Vou concluir, acrescentando apenas que estou inteiramente de acordo com essa visão expressa repetidamente pelo Senador Eduardo Suplicy. Quando o Presidente Néstor Kirchner, na sua intervenção, se referiu às assimetrias existentes, temos que reconhecer que elas existem, sim. O Brasil está numa posição de superioridade em relação à produtividade da sua indústria, do seu parque produtivo de um modo geral, embora no setor agrícola a Argentina nos supere em muitas coisas. Essa posição de assimetria que freqüentemente é invocada por nós em qualquer relacionamento, por

exemplo, com os países ricos, com os Estados Unidos ou com a Europa, a posição de assimetria requer daquela nação que tem superioridade em termos de produtividade econômica uma certa generosidade, uma certa compreensão da assimetria na hora de fazer concessões um pouco maiores pelo país que detém a superioridade nessa assimetria.

Então, no relacionamento com a Argentina, é importante que o Brasil tenha consciência de que há sim assimetrias – embora não tão grandes como entre Brasil e Estados Unidos – e que para superá-las é necessário uma certa dose de generosidade no relacionamento, de vez que queremos que a Argentina seja efetivamente um país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Sr^{as} e Srs. Senadores, quero chamar a atenção para o fato de que, como observamos, o extra-pauta, em geral, é muito mais interessante do que a pauta, que termina sendo burocrática e administrativa. Temos ainda muitos itens extra-pauta e por isso temos que cumprir uma longa pauta. Peço que haja uma maior concisão.

Passo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Professor Cristovam, não é o extra-pauta que é interessante, mas V. Ex^a. Quero dizer que é muito oportuno isso. Senador Hélio Costa, se vasculharmos a vida de Rui Barbosa veremos que o maior destaque dele foi como Senador, fazendo essas relações exteriores não por decreto. Houve participação dele também nesses acordos em Buenos Aires, e V. Ex^a significa isso. V. Ex^a é universidade, é cidadão do mundo e demonstra aquela certeza de que, no *to be or not to be*, o *to be* é mais do que o *to have*. O ser é mais do que o ter.

Recentemente, estive três vezes em Buenos Aires, cidade que admiro muito, porque, quando estudante de medicina, no início dos anos 60, comprava livros de medicina na livreria El Ateneo. Estive recentemente lá e quero agradecer a V. Ex^a, que me pediu que o representasse. Sei que ninguém tem a capacidade de representá-lo, mas V. Ex^a pediu e eu fui ao Ministerio de Salud y Medio Ambiente de la Nación, de 5 a 8 de abril. Participamos desse encontro de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil, Mitos e Verdades, *Convenio Marco para el Control del Tabaco*. Tive facilidade pela minha profissão de médico, mas oportuna é a presença de V. Ex^a.

Primeiro temos que render homenagem. Senador Hélio Costa, na minha definição – e falo para o povo entender –, Buenos Aires é a Paris nossa. Há uma Paris em que a nossa moeda vale.

Eu presidia a sessão no dia em que o presidente uruguaio nos visitava, e o Pedro Simon o saudou. Eu

também fui a Montevideú. Nunca se descreveu com tanta propriedade um país pequeno geograficamente e em população, mas de grande cultura. Foram as palavras de Pedro Simon, homenageando o Presidente do Uruguai. A ida de S. Ex^a foi muito importante.

Cito um fato, porque um quadro vale por dez mil palavras. Às 4 horas, eu e Adalgisa estávamos comprando livros nas livrarias abertas – não era uma não, mas sim dezenas –, em que tive o prazer, com esse espírito nacionalista, de ver autores como Paulo Coelho, um fenômeno, o nosso velho Jorge Amado e Lair Ribeiro. E logo veremos lá os livros do Professor Cristovam Buarque.

Agora, a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Trouxe um regalo para V. Ex^a, uma *corbata* argentina, para que V. Ex^a se lembre de meu nome, porque farei todo o esforço para representá-lo em outras oportunidades, desde que não seja no Iraque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque) – Senador, depois deste presente, estou impedido de indicá-lo para representar-me em qualquer lugar, porque parece interesse próprio.

Insisto na necessidade de levarmos adiante a pauta.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Só senti uma rivalidade, Sr. Presidente, entre Brasil e Argentina: se Maradona era melhor do que Pelé. No mais, é um povo *hermano*.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Lamento que esta reunião não esteja sendo transmitida ao vivo para a Argentina. Falo com franqueza. Não estou brincando.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a pode levar cópia da fita.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Podemos enviar, ainda hoje, a transcrição para a imprensa argentina. Seria uma bela demonstração do Senado.

Ainda falarão os Senadores Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi. Peço que sejam breves, pois há muita coisa a fazer. E os que pretendem sair por alguma obrigação não se esqueçam de votar em nosso Embaixador e em nossa Embaixadora.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Temos uma boa testemunha neste plenário, o Embaixador Pedro Carneiro de Mendonça, que acompanha de perto a realização desta reunião extrapauta, e deverá levar, sem dúvida, ao Ministro Celso Amorim, a visão apresentada desde o início pelo Senador Pedro Simon, que conhece bem a relação, por morar no Rio Grande do Sul.

O problema do Embaixador Seixas Corrêa, que conheço há muitos anos, é que foi exposto a uma posição negativa pelo fato de o Brasil provavelmente não

ter conduzido bem essa parte da OMC. Abrimos duas brechas, Senador Pedro Simon. Não foi somente com a Argentina, mas também com o Uruguai, que se posicionou de forma contrária, favorável à candidatura já apresentada pela Argentina. E acabamos perdendo para o representante da Comunidade Européia.

O Senador Roberto Saturnino abordou bem essa relação. Quando fiz o CPUR, na década de 50, e havia os planejamentos logísticos, o inimigo era a Argentina. Toda a estrutura militar forte estava localizada no Rio Grande do Sul, Senador Pedro Simon, e toda a infra-estrutura em batalhões de fronteira, como Uruguiana.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tenho que apartear-lo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que não seja de protesto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E foi durante todo esse tempo, quando o inimigo era a Argentina, que o Rio Grande do Sul foi proibido de crescer, de ter energia, de ter fábrica. A bitola no Rio Grande do Sul era estreita, porque na Argentina e no Brasil era larga. Então, o Rio Grande do Sul tinha de ficar morto, porque a Argentina podia invadi-lo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Ministro plenipotenciário foi designado por esta Casa para nos representar, e tem poder de decisão, não tem? Não é como o Ministro José Dirceu, que não foi Ministro plenipotenciário, mas Ministro *ad hoc*. Portanto, não tem poder de decisão. V. Ex^a vai como Ministro plenipotenciário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Plenipotenciário para convidar o Presidente. Nada mais!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para decidir se o convite vai valer. Quando eu era chefe da Polícia Federal, havia uma relação profundamente amiga da Polícia Federal com a Argentina, principalmente a Germanderia. Tenho uma tristeza muito grande, Senador Pedro Simon. A uma reunião em Uruguiana, em que se discutia a participação no crime organizado de fronteira, compareceram os nove generais-chefe da Polícia argentina. Um deles ficou comigo. Fizeram até um bolo bonito com a bandeira do Brasil. Discutiu-se amistosamente, recebi uma comenda e os oito que voltaram para Buenos Aires morreram em um acidente de avião. Tenho uma tristeza imensa dessa lembrança. Após uma reunião alegre, positiva, demonstrando a qualidade do relacionamento do Brasil com a Argentina, perderam-se os oito elementos que chefiavam toda a Polícia argentina. É uma triste memória, ficando, sem dúvida, a saudade de um relacionamento muito forte com a Argentina.

Toda essa infra-estrutura militar, Senador Roberto Saturnino, foi transferida para o Norte, para a Amazônia. Foram retirados os pelotões do Rio Grande do Sul, que não representava perigo nenhum pela grande amizade que se criava no relacionamento com a Argentina e não podemos perder isso. Acho que é importante para o País manter essa estabilidade do Mercosul.

Invoco o testemunho do Senador Eduardo Azeredo, que presidiu uma Comissão que a Comissão de Relações Exteriores designou para discutir o problema do Paraguai, que tem afligido principalmente os brasiguaios e outros problemas sérios que estão sendo discutidos com o Parlamento paraguaio, que se fez representar em Foz do Iguaçu. Espero que, em uma próxima reunião, o Senador Eduardo Azeredo, como Presidente, possa relatar o que realmente aconteceu e as portas que se abriram.

V. Ex^a vai repetir na Argentina, provavelmente, marcando uma discussão mais ampla com o Parlamento argentino não só o convite ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e o Presidente do Parlamento argentino, mas uma discussão aberta com outros membros desta Casa.

Pergunto, Sr. Presidente, se posso levantar uma questão de ordem, aproveitando o tema que já foi citado pelo Senador Pedro Simon de que a CRE possa manifestar o apoio à reunião da Cúpula dos países árabes e latino-americanos, que se realizará na próxima semana.

Acho importante ficar muito claro que não há, em absoluto, nada contra Israel, nem contra os Estados Unidos. Pelo contrário, é uma reunião que fará uma união pela paz, busca-se a paz e nunca que se declare qualquer prejuízo a um desses países que estão em beligerância naquela região do mundo. Queremos realmente a paz.

Gostaria, V. Ex^a foi favorável, aliás a idéia nasceu da cabeça brilhante de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Voltaremos a esse assunto, então.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, insistindo mais uma vez que, como bom radialista, fale rápido e grosso.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Acho que não há necessidade de falar grosso, mas vou tentar sintetizar ao máximo a minha manifestação até porque vem ao encontro de suas propostas.

Hoje faz uma semana que, pela generosidade dos colegas da Casa, fui levado ao posto de Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, e agora entendo a razão do meu querido mestre Simon de generosamente me oferecer a presidência e ficar na vice. Estou convocado para estar hoje à noite em

Montevideu para participar da reunião de instalação do Parlamento Mercosul, que, acredito, em momentos como este mostra como seria interessante estar esse Parlamento vibrando, funcionando.

Se me permitir, Presidente Cristovam Buarque, vou levar o seu discurso de ontem em plenário e quero lê-lo amanhã para que, em público, em Montevideu, para que todos os Parlamentares do Paraguai, do Uruguai, da Argentina e do Brasil reunidos recebam como mensagem do Congresso Nacional a manifestação de V. Ex^a, dizendo que o Presidente desta Comissão, adotada também pela Comissão do Mercosul como um desagravo, uma resposta a essa crise fabricada.

Nós, gaúchos, especialmente, o Senador Pedro Simon citou a experiência dele como um dos mentores do Mercosul e como Governador daquele Estado, como Ministro, como Senador e como Parlamentar. Temos muitos contenciosos. Hoje mesmo, temos o problema do vinho, o problema do arroz, mas essas questões estão sendo discutidas nos canais competentes, nos nossos Ministérios, o Governo, o Itamaraty. Aliás, louvo aqui a rápida, simpática e mais uma vez carismática manifestação do Presidente Lula, que foi a campo para dizer que esses problemas se resolvem no campo de futebol, pegando a seleção do Mercosul e o queixo de poder nomear o treinador.

De maneira que entendo que a simpática manifestação do Presidente Lula ontem foi também muito importante nesse distencionamento do problema criado. O Itamaraty agiu com muita competência também. Quero deixar aqui este registro e dizer que a Comissão do Mercosul está associada e quero deixar lá um convite para que a próxima reunião aconteça aqui e, de repente, possamos fazer uma reunião conjunta da Comissão do Mercosul com a Comissão de Relações Exteriores, para dar uma demonstração de que nós precisamos estar unidos.

O Suplicy manifestou-se aqui sobre a leitura do Paulo Nogueira Batista Jr., que li também pela manhã, e o exemplo histórico citado pelo Professor Paulo deve ser referido sim: dois países europeus que ainda curavam suas feridas entenderam que, para superar seus problemas, deveriam unir suas forças. Não é diferente aqui no Mercosul, aqui na América do Sul, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me uma sugestão: ao ir para Buenos Aires, Sr. Presidente, V. Ex^a possa ler o livro de Tomás Eloy Martínez, *O Cantor de Tango*, e procure lá saber a respeito desse cantor extraordinário, que tinha uma voz tão bonita que era melhor ainda do que a de Carlos Gardel. É um romance muito interessante, e V.

Ex^a vai apreciar e conhecer mais ainda Buenos Aires por meio desse bonito livro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Muito obrigado pela sugestão. Eu quero agradecer ao Senador Zambiasi...

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Estou achando, Sr. Presidente, que o nosso problema com a Argentina tem, sim, um pouquinho de inveja e de ciúme. Os argentinos gostariam imensamente de adotar as praias catarinenses, e nós gostaríamos imensamente de adotar Buenos Aires. Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador, vamos encerrar então esta discussão.

Só quero dizer ao Senador Zambiasi que agradeço a ele, fico feliz que leia o discurso, até porque com sotaque gaúcho ele vai ficar mais compreensível para eles do que no meu pernambucanês.

Bem, creio que encerramos este assunto. Não se justifica votar ou não votar. Acho que ficou compreendida a decisão de convidar o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, que é um ex-Presidente da República, ainda que por poucos momentos, naquela fase de transição.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com o apoio unânime da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Volto à pauta, Item nº 11, cujo Relator é o Senador Eduardo Azeredo.

Eu pediria a S. Ex^a que, ao ler o relatório, lesse a parte mais sintética possível, para que a Comissão possa já tomar posição. Trata-se do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Eslovaca.

Quanto à sugestão do Senador Tuma, vou colocá-la em discussão quando ele fizer a leitura de dois relatórios, dos Itens – creio – nºs 12 e 13. Aí discutiremos o caso do encontro países latino-americanos e países árabes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu só pergunto sobre o Item nº 8, que era meu, se V. Ex^a já tinha dado...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Eu tinha retirado da pauta, não?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Ah não. É que V. Ex^a estava no telefone. Volto já, e junto com o Item nº 8 tem mais um seu, V. Ex^a relata os dois e mais aquele seu requerimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, trata-se, como já colocado, de um acordo para isentar parcialmente de vistos o Brasil e a República Eslovaca. A República Eslovaca foi admitida na União Européia recentemente.

O meu voto é favorável, no sentido de ampliar a relação entre o Brasil e a Eslováquia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Antes de passar ao Item nº 8, do Senador Romeu Tuma, passo logo ao Item nº 12, que também é do Senador Tuma.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, um instante, para uma questão de ordem.

Peço a palavra para apresentar um requerimento, Sr. Presidente.

Requeiro nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2005, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Eslovaca sobre a isenção parcial de vistos celebrada em Bratislava em 12 de novembro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Não havendo ninguém que se pronuncie contrariamente, dou-o por aprovado.

Passo ao Item nº 12, do Senador Romeu Tuma; depois voltarei ao item 8, também de autoria de S. Ex^{as}.

O item 12 diz respeito ao acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, sobre assistência judiciária mútua em matéria penal.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o relatório já se encontra sobre a mesa dos Srs. relatores e dos Srs. Senadores e Senadoras, e acreditamos que todo e qualquer acordo no sentido de combate ao crime deverá ser aprovado. Portanto, somos favoráveis à aprovação do Decreto Legislativo nº 136, originário desse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Alguém se manifesta?

Não havendo quem peça a palavra, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Peço ao Senador Romeu Tuma que relate também o Item 8 e depois o Item 13, que creio também ser de S. Ex^{as}.

O item 8 aprova o texto da convenção internacional para a supressão do financiamento do terrorismo, que foi adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1999 e assinada pelo Brasil em 2001.

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vou-me permitir apenas ler a informação da exposição de motivos, que diz que a convenção vincula-se à estratégia adotada pelo Governo brasileiro de combate ao crime organizado internacional, especialmente o terrorismo e o financiamento direto ou indireto de terroristas e suas organizações. O documento complementa a rede de instrumentos já existentes, ratificados pelo Brasil para prevenção, repressão e eliminação do terrorismo internacional sob todas as formas. Foi examinado por outros órgãos do Governo, portanto, aqui estão todos os dados necessários ao conhecimento dos Srs. Senadores e Senadoras.

Somos favoráveis à aprovação desse convênio já estabelecido pela declaração entregue à Secretaria Geral das Nações Unidas, durante a assinatura dessa convenção. Portanto, somo favoráveis, Sr. Presidente, à aprovação do Decreto Legislativo nº 132.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Alguém deseja pronunciar-se?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, relativamente à questão do terrorismo, gostaria de levantar um assunto que, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tive a preocupação de levar – acompanhado da Sr^a Cibele Carranza, que trabalha no Senado com o Senador Alberto Silva, e de sua filha, Júlia – um apelo ao Presidente Álvaro Uribe, quando o Presidente Lula o recebia no Itamaraty, em fevereiro de 2003, para que pudesse haver notícias do Sr. Ramiro Carranza, pai da brasileira Júlia, seqüestrado pelas Farcs em 2001.

Naquela ocasião, o Presidente Álvaro Uribe, ao lado do Presidente Lula, chamou o General Teodoro Campo para que desse toda a atenção ao caso.

Na semana passada, em 1º de maio, no jornal **El Tiempo**, o irmão de Ramiro Carranza, Juan Carranza, dá notícia de que teria havido a informação de que o Sr. Ramiro Carranza estaria morto. Mas não há, até o presente momento, qualquer informação sobre se efetivamente ele está morto e onde está o seu corpo. Diz o Sr. Juan Carranza que, lembrando esse encontro

que acabo de mencionar, o Sr. Teodoro Campo, por solicitação e até por atenção àquele apelo, recebeu os familiares, o próprio Sr. Juan Carranza, que assim descreve o encontro havido: “Ele nos recebeu com todos os assessores, abriu a porta de sua elegante oficina na direção geral da polícia e perguntou a mim e a Maria Mercedes: “O que sabem de Ramiro? Ao que respondemos: “General, se a polícia não sabe, então, a quem vamos acudir para verificar a sorte do nosso irmão? Então, não há razão para esse entrevista!” Daí o **Tempo** pergunta: “Quer dizer que, entre a guerrilha e o Estado, Ramiro está sendo levado pela mão de Deus?” E responde Juan Ramiro: “A torpeza do Estado colombiano está em proporção direta com a torpeza da guerrilha; ambos têm cometido erros garrafais que não se entendem e não se admitem. O único que posso dizer-te é que, sendo torpes ambos, se for um pouquinho menos torpe a guerrilha, há muito tempo estaríamos chorando nossos lágrimas em Miami.”

Sr. Presidente, aproveitando essa oportunidade – e a Sr. Cibeles Carranza está ouvindo aqui, no gabinete do Senador Alberto Silva, com quem trabalha –, seria importante que pudessem a Comissão e V. Ex^a, como seu Presidente, fazer um apelo novamente junto às autoridades da Colômbia, a quem possa colaborar, para que a Sr^a Júlia seja informada do paradeiro do seu pai, se possível vivo; senão, pelo menos que possa saber o que aconteceu e onde está o corpo do Sr. Ramiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Aceito a função. Conversarei primeiro com as nossas autoridades do Poder Executivo e farei isso.

Volto ainda para definir a aprovação do acordo do Brasil com a Coreia em assistência judiciária.

Aproveito para colocar em discussão o tema que o Senador Tuma nos apresentou durante a sua fala. A Comissão de Relações Exteriores manifesta, em sua reunião de 5 de maio de 2005, seu apoio à Cúpula dos Países Árabes e Latino-americanos que se realizará na próxima semana em Brasília.

Ou seja, a proposta do Senador Tuma é o que nos Estados Unidos chamam de bipartidarismo; no nosso caso, suprapartidarismo.

Coloco em votação e, caso seja aprovada, a manifestação será enviada ao Itamaraty, obviamente por meio do Presidente Renan Calheiros.

Alguém quer se manifestar?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero aqui manifestar nosso apoio e o faço não somente na qualidade de membro desta Comissão como também como Presidente Nacional do PSDB.

O nosso partido vê essa questão exatamente pelo seu ângulo de estreitamento das relações, pela valorização da presença dos árabes no Brasil e pela defesa permanente da paz.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – É claro que fica lembrada a preocupação do Senador Tuma de deixar claro que essa reunião nada tem a ver contra o Estado de Israel nem contra a força que os Estados Unidos têm.

Alguém mais quer se pronunciar?

Senador Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu queria só testemunhar a visão de V. Ex^a quando conversamos sobre o assunto. Não posso ser o dono da idéia, porque V. Ex^a manifestou com ênfase a importância dessa posição nossa. Falei com o Senador Eduardo Siqueira, falei também com o Presidente do PSDB, com vários com que tive oportunidade de conversar, foram bastante simpáticos à idéia. E vi aqui com simpatia o meu patrício Pedro Simon logo fazer um sinal de positivo, porque a idéia surgiu, porque S. Ex^a, melhor do que eu, conhece as aflições do povo que lá vive.

Queremos a paz e buscá-la a qualquer preço, de qualquer forma, respeitando Israel, respeitando os palestinos, que sofrem terrivelmente com toda a situação e que se encontre um caminho.

Acredito que essa reunião, promovida pelo Presidente Lula e com a coordenação do Itamaraty, tem uma repercussão internacional bastante intensa, bastante forte e devemos realmente nos aliar a essa idéia de integração.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Fico orgulhoso em ver essa manifestação suprapartidária como brasileiro, não como Presidente da Comissão.

Do mesmo jeito, aproveito para fazer um cumprimento ao Senador Eduardo Azeredo, como Presidente do PSDB, e dizer que fico feliz quando vejo o nosso Ministro Palocci reconhecer que deveria ter votado pela responsabilidade fiscal há cinco anos. Isso mostra uma convergência que estamos tendo no Brasil, mantida, obviamente, à força da Oposição, porque sem ela a democracia não funciona.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Faço minhas as palavras do Senador, e também voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Se todos estão de acordo, fiquem como estão. (Pausa)

Aprovado.

Será encaminhada a informação.

Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 137, de 2005, que “aprova o texto do acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia para cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001”.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer: o noticiário internacional terminou de dar a informação de que o Embaixador uruguaio afirmou que o Governo brasileiro vai votar em um representante uruguaio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Foi o que li no jornal, hoje. Eu fiquei em dúvida quando foi falado aqui no francês, mas hoje li que seria o uruguaio.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Saiu a manifestação de que o Brasil vai votar no representante uruguaio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Está bem.

Ponho em votação o item 13. O Relator é o Senador José Jorge, que não está presente, mas, antes de sair, pediu-me que escolhesse um Relator **ad hoc**.

Peço ao Senador Eduardo Suplicy que leia o parecer preparado pelo Senador José Jorge sobre o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia para cooperação no usos pacíficos da energia nuclear, pedindo que seja lida a sua parte mais substancial, até porque todos os Senadores têm o relatório, na íntegra, nas suas pastas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Trata-se do acordo entre o Governo do Brasil e da República da Coréia para cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear, que foi celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001.

Apesar da contínua adoção de políticas anti-nucleares por parte de países como Alemanha, Suécia, Bélgica e Holanda, em razão dos altos custos para construção, implementação e manutenção dos reatores atuais, com o retorno econômico a longo prazo, do desaquecimento dos investimentos no setor em função de problemas ligados à geração e ao estoque de rejeitos nucleares e do preconceito gerado por essa fonte de energia, percebe-se a retomada do interesse pela implementação de projetos nucleares de natureza pacífica e civil.

No ano de 2000, 10 países chegaram a se reunir, entre eles o Brasil e a Coréia do Sul, com vistas a lançar projeto de pesquisa em reatores nucleares de

quarta geração, tecnologia que seria implementada somente a partir de 2030.

O grupo, chamado Fórum Internacional da Quarta Geração, pretende idealizar e concretizar planos de reatores que gerarão a eletricidade e o hidrogênio que poderá ser utilizado em veículos automotores que poderão dessalinizar a água marinha. O grupo estuda formas para reciclar metais resultantes da reação nuclear, reinserindo-os no reator como combustível.

O acordo é favorável à persecução desse e de outros objetivos de cooperação na área do uso pacífico da energia nuclear, dispõe de boa metodologia para a entabulação da cooperação e demonstra ser oportuno e conveniente ao Brasil, cujo atual Governo tem adotado política externa favorável à ampliação do conhecimento da tecnologia nesse setor.

Assim, segundo o relatório do Senador José Jorge, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 137.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Algum pronunciamento? (Pausa.)

Não havendo, ponho o projeto em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

O Item 14 é de relatoria do Senador Roberto Saturnino, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, adotado pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em outubro de 2003.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT - RJ) – Sr. Presidente, trata-se de uma matéria de grande importância e visibilidade, de exigência da opinião pública brasileira. Vou fazer uma leitura bastante abreviada do meu relatório, que é extenso.

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 138, que aprova o texto da Convenção Internacional Contra a Corrupção, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em outubro de 2003.

A referida convenção foi firmada por chefes de delegação de 120 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas e elaborada com ativa participação do Brasil.

A convenção foi idealizada para adotar o sistema internacional de um arcabouço institucional, destinado a possibilitar iniciativas articuladas internacionalmente para combate à corrupção.

O ato internacional em tela está dividido em oito capítulos, perfazendo, ao todo, 71 artigos. O Capítulo I descreve as finalidades da Convenção. O Capítulo

II, as políticas e práticas de prevenção à corrupção. O Capítulo III versa sobre a apenação e aplicação de leis nos casos de suborno de funcionários públicos nacionais, de funcionários públicos estrangeiros, de funcionários de organizações internacionais etc. O Capítulo IV dispõe sobre a cooperação internacional, compreendendo extradição, traslado de pessoas condenadas a cumprir pena, assistência jurídica recíproca etc. O Capítulo XV versa sobre disposições pertinentes à recuperação de ativos. Extremamente importante, Sr. Presidente.

O art. 70, que é o penúltimo, estabelece as regras para a denúncia da presente Convenção nos casos em que elenca.

Na análise que fiz do protocolo em causa digo que é marcante a recente tendência entre as organizações internacionais à adoção de instrumentos de combate ao crime organizado internacional e à corrupção, tendo em vista que ambos estão estreitamente vinculados entre si e que representam grave ameaça à segurança e à estabilidade das sociedades e de suas instituições. O crime organizado e a corrupção enfraquecem as instituições e os valores da democracia, da ética e da justiça.

Tendo em vista que a corrupção já se converteu em fenômeno transnacional, requer mecanismos de cooperação internacional para o seu combate, que a referida Convenção tem por objeto. Nesse contexto, a Convenção em pauta prevê não apenas a colaboração entre Estados, mas também a participação de grupos das sociedades civis respectivas dos países que assinam a convenção, de Organizações Não-Governamentais e de organizações comunitárias.

Por todo o exposto no parecer, voto favoravelmente à aprovação do Decreto Legislativo nº 138, de 2005, que aprova o texto da Convenção Internacional Contra a Corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – A palavra está franqueada. (Pausa.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Tem a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Cumprimento o Senador Roberto Saturnino para dizer que vem em boa hora a confirmação dessa Convenção internacional.

Sabemos que o conceito acerca das informações sobre desvio de dinheiro, corrupção e lavagem de dinheiro mudou muito após o 11 de setembro. Vários países passaram a ter uma participação mais ativa na troca de informações.

Verificamos, na CPMI do Banestado – e o Senador Pedro Simon é testemunha – inclusive como foi feito o encerramento dela, que foi de forma muito triste e angustiosa para esta Casa, pois não houve sequer a votação do relatório contra o relatório apresentado. Assim, hoje, com essa troca de informações, a Coaf e o Banco Central poderão ter a possibilidade de bloquear os bens conseguidos de forma ilícita no exterior. Então, temos de aprovar essa Convenção com louvor.

Cumprimento V. Ex^a por ter colocado o tema em pauta e ao Senador Roberto Saturnino pelo brilhante relatório.

Quero dizer que já tenho em mão cópia da Convenção – são 71 artigos –, à qual irei ler com atenção, pois a Convenção será importante, principalmente para a Polícia Federal – entidade que já dirige – como atividade permanente de combate ao crime organizado e à corrupção.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Alguma outra manifestação? (Pausa.)

Não havendo, encerro as manifestações.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Sobre o assunto anterior? Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sim.

Tendo em vista a importância dessa Convenção, e já havido decorrido o prazo de mais de dois anos, requeiro urgência para a aprovação desse acordo internacional.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Está aceito o requerimento de V. Ex^a.

Bem, concluímos a pauta e entramos na extra-pauta, que, como eu disse, às vezes é a parte mais interessante.

O item nº 01, cujo Relator é o Senador Eduardo Suplicy, aprova o texto do II Protocolo relativo à Convenção de Haia, de 54, para proteção de bens culturais em caso de conflito armado, celebrado em Haia, em 26 de maio de 99.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, lembrando da leitura mais concisa que for possível para avançarmos, logo depois, para o item nº 02, cujo Relator será o Senador Eduardo Azeredo.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Sim, Senador Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Poderíamos ler o voto e, se alguém tiver alguma dúvida, consultaria o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – É verdade. Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a pode, se estiver de acordo, ler apenas o voto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Em todos os itens, se tivermos dúvidas, poderíamos consultar o Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o meu voto é favorável para que aproveemos o texto do II Protocolo da Convenção de Haia, de 1954, para proteção de bens culturais em caso de conflito armado.

Sr. Presidente, o objetivo é o de que, no momento em que porventura houver conflitos, haja a proteção de todos os bens culturais existentes no País. Algo que reflete muito a experiência nos conflitos armados ocorridos durante a Segunda Grande Guerra Mundial, para se estar prevenindo e protegendo bens culturais.

É preciso que inclusive o Brasil venha a definir quais são os bens culturais que precisam ser protegidos na hipótese – que espero nunca aconteça – de conflito armado destruindo quaisquer tipos de bens em território brasileiro ou em outro.

O nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Há algum pronunciamento a respeito? (Pausa.) Não havendo, ponho em votação. Os que estiverem a favor queiram permanecer sentados (Pausa)

Item nº 02.

Relator Senador Eduardo Azeredo. Trata-se de requerimento para que sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as seguintes informações sobre a convenção das Nações Unidas sobre os contratos de compra e venda internacional de mercadorias:

1 – Os países do Mercosul que são signatários da Convenção das Nações Unidas sobre os contratos de compra e venda internacional de mercadorias;

2 – Os motivos que levaram à não assinatura da referida convenção;

3 – A situação do estudo eventualmente em andamento;

4 – Os outros órgãos envolvidos no estudo.

Passo a palavra aos Senador Eduardo Azeredo, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou gastar um pouco

mais de tempo. Tivemos a realização da conferência da Uncitral, que vem a ser a Convenção das Nações Unidas para o Direito de Comércio Internacional, realizado em março. Nessa conferência ficou patente que a ausência do Brasil foi notada.

Essa norma internacional é subscrita e adotada por 65 países, entre os quais se encontram os principais parceiros comerciais do Brasil, países membros e associados do Mercosul, a quase totalidade dos países europeus e todos os países da América do Norte.

O peso do Brasil é grande no comércio internacional, mas nosso País ainda não subscreveu essa Convenção nem há notícia de que esteja em vias de fazê-lo. Essa ausência tem sido causa de curiosidade pelos especialistas em Direito Internacional.

Esse isolamento do Brasil em relação a essa convenção internacional além de ocasionar dificuldades nos contratos celebrados entre partes domiciliadas no Brasil e seus parceiros comerciais em outros países signatários da CISG é percebido como sinal de resistência do Brasil à comunhão de normas jurídicas internacionais.

É realmente favorável a opinião dos docentes de Direito de Comércio Internacional sobre esse instrumento de uniformização legislativa internacional, pouco conhecida no Brasil exatamente por não ser adotada no País, apesar de algumas faculdades de Direito já estudá-lo.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria até que o próprio Itamaraty pudesse nos dar informações adicionais. Estou dirigindo requerimento ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, exatamente por se tratar de questões ligadas a mercadorias. A convenção trata de contatos de compra e venda internacional de mercadorias. Se 65 países do mundo subscrevem essa convenção, que já existe há 25 anos, gostaria de saber por que o Brasil ainda não a subscreveu, uma convenção que é de direito internacional. O renomado professor Eduardo Gleber, da PUC de Minas, representante do Brasil em Haia, indicado pelo Presidente Lula, pôde participar dessa convenção. S. S^a manifesta sua estranheza. Trago-a aos senhores membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Trata-se de requerimento de informação. Não é nem mesmo de convocação ou convite. Então, creio que deveria ser até automático. Não deveria nem vir para a Comissão. Qualquer Senador deve ter o direito de requerer toda informação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Gostaria de fazer um consulta. O que é compra e venda internacional de mercadorias? Do que trata, juridicamente, essa instituição mencionada por V. Ex^a?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Na verdade, é o comércio mesmo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O comércio em geral?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É uma convenção internacional de direito sobre a questão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há conflito com a OMC?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não há conflito. É complementar à OMC.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Gostaria que, depois, o Presidente pudesse nos fornecer esse acordo internacional, essa convenção. Gostaria de tê-la. É importante. Quando vamos fazer palestras nas faculdades de Direito, perguntam-nos muito sobre direito internacional, por pertencermos a esta Comissão. Agradeço a V. Ex^a e votarei a favor.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quis trazê-la para a Comissão por estranhar a ausência do Brasil nesta convenção.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está correto, ainda mais pelo tempo que ela existe e pelo número de países que já são signatários.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não creio que seja o caso de uma audiência pública ou coisa parecida. Creio que é melhor obtermos, primeiramente, as informações prestadas por nossos ministérios.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Perfeito.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Creio que tanto o requerimento do Senador Eduardo Azeredo quanto o item seguinte, o requerimento do Senador Hélio Costa, não carecem de votação. São requerimentos de informação a ministros de Estados, apresentados em cumprimento ao estabelecido na Constituição. Não requerem votação. É um direito dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Eu acho que é um direito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Normalmente, a Mesa decide encaminhar ou não. Às vezes, a comissão vem para subsidiar o pedido.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Quando a Mesa requer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Mesa determina. Quando despacha para uma comissão é porque tem dúvida se deve ou não encaminhar. Estou falando porque estive na Mesa. Cada membro da Mesa é Relator de um requerimento. Às vezes, temos dúvida sobre encaminhar ou não. Então, a Mesa despacha para a comissão temática, para que dê sua decisão e seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Na verdade, há uma conveniência nisso, porque a gente fica sabendo, fica informado, mas a Mesa não deveria precisar fazer essa consulta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nesse caso, não vejo razão alguma.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É claro que é direito do Senador. Pondero que, por vezes, esses requerimentos são de tal relevância que passar pela nossa reflexão e ter o respaldo da comissão fazem o requerimento ganhar importância.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – É verdade. Tem razão. O requerimento deixa de ser do Senador e passa a ser da comissão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Essa é a razão pela qual estou há duas horas e meia aguardando para reforçar o meu pedido, o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Coloco em votação o requerimento do Senador Eduardo Azeredo.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Passo ao item seguinte da pauta, que é de autoria do Senador Hélio Costa. Trata-se de um requerimento ao Ministro das Relações Exteriores, solicitando três informações que deixo para que S. Ex^a, em sua apresentação, leia para que não tenhamos de repetir.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, li pela manhã em dois jornais importantes, **O Globo** e **Folha de S. Paulo**, que o México está prestes a cancelar o acordo de vistos unilateral que firmou com o Brasil no ano passado. É um acordo por meio do qual o México não exige mais visto de brasileiros que vão aos Estados Unidos.

Na verdade, cheguei a fazer pronunciamentos aqui nesta Comissão e na Comissão de Educação, dizendo da conveniência, sim, de se rever esse acordo, para que possamos conter o fluxo de brasileiros que tentam entrar ilegalmente nos Estados Unidos. Mas o que não podemos aceitar, definitivamente, é que os Estados Unidos pressionem o México a cancelar um acordo unilateralmente firmado com o Brasil, porque,

na verdade, já chegamos a citar aqui, em algumas oportunidades, que as autoridades americanas têm insinuado que seria importante que o Brasil cancelasse esse acordo de vistos. Hoje, vejo pelos jornais que essas coisas já estão acontecendo. E por que faço essas observações anteriores? Porque farei um requerimento ao Itamaraty pedindo que informe se os cidadãos americanos que pedem visto para o Brasil e têm o visto negado, se o Governo brasileiro pode devolver o dinheiro. E por que faço essa solicitação? Pelo seguinte, porque hoje, o Brasil tem uma renda mensal, Senador Saturnino, de US\$2,2 milhões, nos Estados Unidos, emitindo vistos para os cidadãos americanos. Na verdade, são US\$700 mil mesmo, no Consulado de Los Angeles; em Houston, aproximadamente, em números redondos, US\$400 mil; em Miami, US\$350 mil; em Nova York, chegam a US\$700 mil por mês; em Washington, em torno de US\$400 mil. São US\$2,2 milhões por mês.

O que acontece no Brasil? No Brasil, o cidadão brasileiro vai ao Consulado americano e faz um pedido de visto. Se tem o visto negado, o Governo americano fica com o dinheiro dele. São US\$100 cada vez que faz um pedido de visto, e não devolvem o dinheiro!

Creio que o Brasil deva exigir a reciprocidade: devolver aos Estados Unidos o dinheiro dos cidadãos que têm os seus vistos negados e exigir aqui que o Governo americano devolva o dinheiro dos cidadãos brasileiros que têm os vistos negados. Por quê? Porque estão negando de 85 a 90% dos pedidos de vistos de cidadãos brasileiros para visitar os Estados Unidos. Há algumas semanas, Senador, Sr. Presidente, chegaram a 90% os pedidos negados pela Embaixada americana! Sempre fica um bom dinheiro. E, se tiver que fazer, semana que vem, outro pedido, tem que entrar novamente com US\$100.

Esses acordos internacionais são feitos na base da reciprocidade. Tudo o que o Brasil permite os Estados Unidos também têm que permitir, e vice-versa. Ora, se estamos cobrando pelos vistos lá, e evidentemente que o Brasil não tem o menor interesse em não cobrar pelos vistos, porque é uma renda mensal de US\$2,2 milhões, seria inteligente que, pelo menos, o dinheiro do visto recusado fosse devolvido, até porque imagino que vão recusar um visto por mês, no máximo. Agora, aqui, não! Aqui, são 80% dos pedidos de visto recusados pelo Governo americano, e fica certamente o brasileiro subvencionando esse serviço no Departamento de Estado americano.

Essa é a razão pela qual penso que seja tão importante, nesse caso, Sr. Presidente, esse requerimento ao Ministro das Relações Exteriores, perguntando, primeiro, evidentemente, qual é a taxa cobrada

nos Estados Unidos, em torno de US\$80, por visto, aproximadamente, e se podemos fazer isto: devolver o dinheiro daquilo que não foi concedido e exigir a reciprocidade aqui.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, já que estamos falando dos problemas de imigração, gostaria de reforçar aos interessados na questão que acompanhem, na reunião do Congresso Nacional que foi remarcada para hoje, às 15 horas, pelo Presidente Renan Calheiros, a leitura do requerimento que vai pedir aos Srs. Líderes que indiquem os representantes dos Partidos na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que vai apurar as causas da imigração ilegal.

Vale dizer, Sr. Presidente, que, agora, estamos com um outro problema já relacionado a esse, que é o fato de os Estados Unidos já estarem, na verdade, pedindo ao Governo mexicano que segurem os brasileiros no México, onde são mandados para uma prisão, nas proximidades da Cidade do México, que se chama La Estapalaca, que é um verdadeiro martírio! Já estou sendo informado de que há crianças de seis meses, brasileiras, junto com as mães de 20 anos, diga-se de passagem! Essa prisão é um pouquinho pior que as prisões brasileiras, que o Senador Romeu Tuma conhece muito bem! Então imaginem uma criança de seis meses, conforme estamos sendo informados...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Apenas um minuto, Senador. Lamentavelmente, essa situação está se agravando porque, em 2003, tivemos quatro mil prisões nos EUA; em 2004, oito mil; em janeiro, fevereiro e março, foi para dez mil; e, só no mês de abril – estamos com uma informação recentíssima do repórter Fabiano Maisonnave, da **Folha de S.Paulo** –, segundo informações das autoridades americanas, foram presos 4.802 brasileiros. Só no mês de abril. Então, dá uma média de 160 prisões de brasileiros por dia na fronteira entre Brasil e EUA. Essa é a razão da nossa CPMI.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me, Senador, mas li com muita amargura essa matéria. Tenho muito interesse porque já fui Diretor da Divisão de Estrangeiros. Quanto ao visto – está aqui o Embaixador que é testemunha –, a prerrogativa é do país que o concede: dá ou não dá. Não há intervenção internacional em seus acordos que o obriguem a dar para determinadas atividades. Então, é uma discussão difícil. O jornal publicou matéria dizendo que quase quadruplicou o número de prisões.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Aumentou dez vezes...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, o que me preocupa é se há uma maior vigilância ou se o fluxo de brasileiros está aumentando. Por que está aumentando a saída de clandestinos daqui para buscar um mundo que eles não sabem nem o que vão encontrar? Está aí a novela para apresentar esse problema.

Senador Hélio Costa, V. Ex^a tem acompanhado isso, há mais de um ano eu o ouço discutir sobre o problema dessas prisões, sobre o tratamento rigoroso demais que é dado justamente para desestimular o retorno. Mas temos de saber por que este fluxo vem aumentando. Temos que entrar em um aspecto social aqui, Senador Roberto Saturnino e saber por que isso está acontecendo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na verdade, é um problema universal. Estou aqui com uma informação que vem de uma reunião que teve lugar, semana passada, na cidade de Alicante, na Espanha, onde esteve presente a Organização Internacional de Imigrações, com a sigla OIM. E ela fez uma declaração de que o tráfico de pessoas representa hoje a terceira maior economia ilegal do mundo, atrás só da venda ilegal de armas e do narcotráfico. Essa movimentação ilegal de cinco milhões de pessoas entre fronteiras, por ano, está gerando uma economia ilegal de US\$10 trilhões.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a verifica que Portugal tem dificultado a entrada de brasileiros porque ele passa a ser responsável pela imigração clandestina, se o imigrante for para outro país. O país de entrada passa a ser o responsável perante a Comunidade Européia. Por isso, estão criando obstáculo sério à imigração ilegal.

Então, acho que a gente poderia tratar disso com mais...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador Roberto Saturnino, descobriu agora que estávamos errados. De fato é importante que esses requerimentos venham para a Comissão, porque divulgamos pela televisão fatos que eu não tinha conhecimento, como essa apropriação, atrevo-me a dizer, indevida de dinheiro para pedir vistos que são negados.

Quero lembrar que, na próxima semana, vamos ter aqui uma audiência pública sobre a diáspora brasileira. Aqui virão um representante do Ministério das Relações Exteriores, uma do Ministério da Justiça, uma intelectual que trabalha com isso, e eu convidei a Gloria Perez, autora da novela, para transmitir a experiência dela. E enviei quatro perguntas. Primeira, por que o Brasil, de um País de imigrantes, virou um País de emigrantes. O que fizemos para que isso acontecesse. Segunda, em que países passamos mais dificuldades na hora

de imigrar, tanto para entrar quanto para ficar. Terceira, quais as vantagens que podem advir ao Brasil, como os dólares. E, quarta, quais as desvantagens, não só pelo constrangimento de compatriota, mas também por um potencial produtivo que está indo embora.

A próxima quinta-feira será dedicada a isso. Gostaria muito de ter um bom número de Senadores presentes e que pudéssemos transmitir ao Brasil, porque às vezes penso que a novela América pode incentivar mais pessoas, embora alguns digam que desincentiva.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu acho que não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Eu até, ao iniciar a minha fala, me referi à leitura que fiz esta manhã dos jornais **O Globo** e **Folha de S. Paulo** sobre a decisão do México de cancelar, unilateralmente, o acordo de vistos entre Brasil e México.

Na verdade, queria insistir no fato de que isto aqui pode também ser reflexo da decisão do Brasil de votar contra o candidato do México à Presidência da Organização dos Estados Americanos. Não tenho a menor dúvida. Também existe essa implicação. Por quê? Porque, se formos pegar os números, hoje, dos imigrantes ilegais nos Estados Unidos, por ano, a polícia de fronteira americana prende 215 mil latino-americanos tentando entrar nos Estados Unidos.

O Brasil representa, com todos esses números assustadores aqui, que cresceram dessa forma, cerca de 3% a 4% dos imigrantes ilegais que entram pela fronteira México/Estados Unidos.

Então, não há motivo, na realidade, para o México se antecipar a uma decisão, até tentei falar hoje pela manhã com a Embaixadora Cecília Soto, antes de o Governo brasileiro pedir, como foi sugerido aqui nesta Comissão e na Comissão de Educação, que se faça uma revisão do tratado, mas tem que partir do Brasil ou do México para o Ministério das Relações Exteriores. Não pode é partir de Washington.

Washington não pode dizer para o México o que o México tem que fazer com o Brasil. O Ministério das Relações Exteriores tem que entrar em contato, imediatamente, com o Ministério das Relações Exteriores do México para resolver esse assunto, que é entre México e Brasil, e não pode sofrer a grosseira interferência do Governo americano.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só para acrescentar à idéia de V. Ex^a de convidar as pessoas que V. Ex^a relacionou, lembro-me do problema dos dekassegus, quando eu estava na Polícia Federal. A imigração japonesa dos descendentes era legal, só que eles chegavam lá, havia muitas empresas de fachada que os contratavam. Eles chegavam sem emprego, sem nada, e não tinham sequer assistência médica. Era terrível a

situação deles. Fizemos várias reuniões com os órgãos do Japão, que vieram ao Brasil para equacionar um acordo, e obtivemos resultados bastante positivos. E essa renda que vem hoje do Japão para os familiares dos que vivem lá é muito grande para o Brasil.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Hoje, na verdade, Sr. Presidente, se me permite acrescentar mais esses dados, nós temos números confiáveis, em parte produzidos pela pesquisa de institutos confiáveis, e outros pelo Banco do Brasil, indicando que cerca de US\$5,8 bilhões são enviados anualmente pelos brasileiros no exterior. Notadamente, pelos brasileiros no Japão, onde temos trezentos mil brasileiros trabalhando e enviando dinheiro para o Brasil. Nos Estados Unidos, são em torno de 2,8 milhões brasileiros enviando, mensalmente, dinheiro para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Em Tóquio, há dois jornais de grande circulação em português e uma televisão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar e apoiar a iniciativa do Senador Hélio Costa e lembrar, mais uma vez, que inclusive a Comissão Parlamentar Mista que vai examinar a imigração ilegal constitui, ao lado dessas diversas iniciativas, algo muito importante.

Avalio que essa decuplicação do número de brasileiros presos na fronteira dos Estados Unidos com o México significa algo que vai levar à necessidade, cada vez maior, de propormos aos Estados Unidos da América para acabarmos com essas dificuldades de as pessoas poderem circular entre os nossos países.

Se estamos facilitando, ainda hoje aprovamos o acordo para que estudantes e professores brasileiros e argentinos possam, sem qualquer dificuldade, atravessar a fronteira dos nossos países, por que não facilitarmos mais e mais o ingresso de brasileiros também nos Estados Unidos da América e fazermos das três Américas um território por onde possam todos circular?

Vamos caminhar numa direção muito diferente daquela que ocorreu em séculos passados.

Ontem, Sr. Presidente, tive a oportunidade de ver uma coisa tão bela: Gilberto Gil, em eu *show*, que hoje novamente se realizará no Teatro Nacional – recomendo aos Senadores –, fez uma poesia, juntamente com o Capinam, e uma música sobre a Lua de Gorée, recordando os tempos em que, de lá do Senegal, pessoas eram forçadas a vir ao Brasil, aos Estados Unidos, ao Haiti, para se tornarem escravos.

Permita-me só dizer um verso:

“A lua que se eleva sobre a Ilha de Gorée é a mesma Lua que por todo o mundo se eleva. Mas a Lua de Gorée tem uma cor profunda, que não existe em nenhuma outra parte do mundo, é a Lua dos escravos, a Lua da sua dor. Mas a pele que se encontra sobre os corpos de Gorée é a mesma pele que cobre todos os homens do mundo. Mas a pele dos escravos tem uma dor profunda, que não existe em toda outra parte entre os homens do mundo. É a pele dos escravos, uma bandeira da liberdade.”

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Coloco em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento do Senador Hélio Costa.

São apenas mais dois requerimentos, que considero bem curtos, e o do Senador Roberto Saturnino, que pediu urgência em enviar ao Plenário aquele projeto. Então, peço que fiquem até o final, até porque precisamos de uma junta para apurar os votos dos Embaixadores.

O Requerimento nº 19 é do Senador Pedro Simon. S. Ex^a requer a realização de uma audiência pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a discutir o impacto que a realidade social da pobreza, do quadro de exclusão social e desigualdades sociais e regionais podem provocar sobre a defesa nacional.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a quer justificar? V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É muito simples, Sr. Presidente: creio que, dentro das iniciativas que V. Ex^a colocou já em primeiro lugar – e fizemos a belíssima pauta extra na reunião...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Não sei se o som está ligado, Senador; acho que não. (Pausa.)

Agora, sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Creio que o exemplo que V. Ex^a deu, o convite ao representante, que aqui esteve, e a análise que se fez naquela oportunidade são o início para o trabalho que nos cabe como Comissão de Segurança, à margem do executado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Mas muita gente acha que Comissão de Segurança significa Forças Armadas e coisa que o valha. Acho que o impacto que a realidade social da pobreza e o quadro da exclusão social e de desigualdades sociais e regionais podem provocar sobre a defesa nacional seria um tema da maior seriedade, da maior importância, do maior significado.

Esta Comissão – que não é uma CPI e que, com todo o respeito, não é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou a Comissão de Assuntos Econômicos, em que se dividem Governo e Oposição e não se consegue, mesmo querendo, travar um debate neutro – é um dos poucos lugares no Senado Federal onde há clima – aliás, talvez, muito pela presença de V. Ex^a na Presidência – para debatermos essa matéria e talvez iniciarmos outro tipo de atividade na Casa, em que não apenas pegaremos dados – como os últimos números que saíram com relação às cidades que cresceram e diminuíram –, mas faremos uma análise e tomaremos conhecimento daquilo que está acontecendo. Acho que o primeiro é um dos bons itens que poderíamos discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Quero dizer que me alegro, porque isso resgata um assunto que diz respeito a esta Comissão e que costumamos esquecer: a defesa nacional. Até a sigla aqui é CRE: a defesa nacional talvez seja um setor em que possamos influir mais do que o de relações exteriores.

Então, ponho em discussão o requerimento do Senador Pedro Simon que se for aceito nós discutiremos os nomes para convidados do Ministério da Defesa e outras personalidades para discutirmos qual o impacto que a pobreza, a desigualdade, tanto regional como social, provocam fazendo o Brasil um país menos seguro.

Não havendo quem queira se pronunciar, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecerão sentados. (Pausa)

Aprovado.

O segundo requerimento vai na mesma linha do requerimento do Senador Pedro Simon e é do Senador Romeu Tuma.

Ele requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão destinada a discutir o impacto da crise das grandes cidades brasileiras sobre a defesa nacional.

Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desconhecia o requerimento do Senador Pedro Simon mas é conseqüente. O Senador Pedro Simon levanta um problema sério, que é o impacto da pobreza e estou alargando para mostrar as crises em decorrência de todo esse problema.

Então, seria conjunto e não vejo nenhuma razão para ser duas reuniões diferenciadas e poderíamos casá-las e assim discutirmos os dois assuntos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – MG) – Com todo o respeito, acho que deviam ser separados, por-

que o de V. Ex^a é muito importante e é o problema das grandes cidades em si e outro é a miséria num contexto geral...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...tem sentido muito de perto, principalmente nas regiões macroeconômicas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Tem uma característica especial: a tragédia das grandes cidades brasileiras.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era em homenagem a V. Ex^a que estou dando mais importância ao seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados.

Tenho uma consulta a fazer. A primeira é no sentido de aprovar a proposta do Senador Roberto Saturnino no sentido de dar urgência ao assunto de Haia.

Aprovado.

O Itamaraty está preocupado com uma certa demora na aprovação de alguns Embaixadores e eu defendendo que façamos um esforço no sentido de ouvirmos três Embaixadores em uma só audiência, no dia 19. Não quero tomar essa decisão sozinho. Os Srs. Senadores estão de acordo que ouçamos três Senadores. Pediria que fossem rápidos na defesa. Então, dia 19 faremos a sabatina em três Embaixadores.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...por conta do Relator e os elogios guardamos para falar pessoalmente com o Embaixador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco PT – SP) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Para encerrar a sessão, passo-lhe a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco PT – SP) – Há pouco mencionei o caso do Sr. Ramiro e Cibele Carranza, que era casada com ele e é mãe da Júlia. Mais uma vez, quero renovar o apelo e informar que o jornalista Fábio Panunzio, que esteve na Colômbia e fez reportagem sobre as FARC's pode cooperar para saber a respeito de Ramiro Carranza. Quero aqui fazer publicamente um apelo ao Fábio Panunzio, que é a esperança da Júlia e da Sr^a Cibele.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Vou conversar com ela. Vou votar, não posso encerrar ainda, mas pediria aos Senadores Hélio Costa e Eduardo Suplicy que procedessem à apuração dos votos.

(Procede-se a apuração dos votos)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Dou por aprovada a nomeação dos Embaixadores que foram discutidos aqui.

Encerro esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 42 minutos.)

Ata da Oitava Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia doze de maio do ano de dois mil e cinco, às dez horas.

Às dez horas do dia doze de Maio do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, presidente da comissão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, PEDRO SIMON, EDUARDO SUPPLY, JOÃO BATISTA MOTTA, SERYS SLHESSARENKO, HÉLIO COSTA, MARCO MACIEL, MARCELO CRIVELLA, GERSON CAMATA, ROBERTO SATURNINO, VALDIR RAUPP, HERÁCLITO FORTES, MÃO SANTA, RODOLPHO TOURINHO, NEY SUASSUNA, JOSÉ JORGE e ARTHUR VIRGÍLIO**. Deixam de comparecer os demais membros da comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente procede à apreciação da pauta, de Item único: **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de “analisar e discutir a diáspora brasileira, com relação ao constante retrocesso no quantitativo de estrangeiros residentes no Brasil, bem como da perda de jovens talentos brasileiros em intenso processo emigratório para o mercado de trabalho estrangeiro” – objeto do Requerimento N° 08, de 2005 – CRE, de autoria do Senhor Senador **HÉLIO COSTA**, aprovado em 17 de Março de 2005, com a presença: do Senhor ministro **MANOEL GOMES PEREIRA**, Diretor-Geral do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, designado pelo Ministério das Relações Exteriores; da Senhora **CLAÚDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS**, Secretária Nacional de Justiça, designada pelo Ministério da Justiça; e da Senhora **TERESA SALES**, Professora Livre-Docente do Departamento de Sociologia da Unicamp e Editora da Revista Brasileira de Estudos de População. O Senhor Presidente passa a palavra para o Ministro **MANOEL GOMES PEREIRA**. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **ROMEU TUMA e EDUARDO SUPPLY**. O Senhor Presidente passa a palavra para a Senhora **CLAÚDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS**. O Senhor

Senador **HERÁCLITO FORTES** faz o uso da palavra. Em seguida o Senhor Presidente passa a palavra para a Senhora **TERESA SALES** e fazem o uso da palavra os Senhores Senadores **HÉLIO COSTA, MINISTRO MANOEL GOMES PEREIRA, EDUARDO SUPPLY, HERÁCLITO FORTES, NEY SUASSUNA, MARCELO CRIVELLA, JOÃO BATISTA MOTTA e ARTHUR VIRGÍLIO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos, lavrando eu, **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Bom-dia a cada a todos!

Havendo número regimental na lista de assinaturas, está aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Sendo dispensada a leitura, passo à apreciação da pauta, que tem um único item, a ser analisado durante toda a manhã até a hora em que for preciso. Trata-se de uma audiência pública destinada a discutir o tema da Diáspora Brasileira, que foi objeto de um requerimento do Senador Hélio Costa.

O Senador Hélio Costa fez o requerimento, levando em conta o que colocamos na carta aos convidados. São pelo menos três preocupações que temos hoje no Brasil. A primeira é tentar descobrir por que um País de imigrantes transforma-se em um País de emigrantes. Onde é que erramos, porque, em vez de atrair a esperança do mundo, estamos exportando esperança de brasileiros? O que aconteceu nesses últimos anos ou nessas últimas décadas no Brasil?

A segunda é saber quais são os sofrimentos, as dificuldades, as vantagens e os benefícios que os nossos compatriotas têm lá fora. Além disso, se pudermos saber, onde é que eles passam mais ou menos dificuldades e aonde eles levam mais ou menos vantagens.

A terceira é saber quais são as vantagens e as desvantagens para o Brasil. Uma vantagem é, por exemplo, a remessa de dólares, que, sem dúvida alguma, existe – e alguns países do mundo sobrevivem graças a isso. Uma desvantagem é estarmos perdendo jovens, em geral; promissores, em geral; empreendedores, em geral – senão, não se animam à aventura de sair; com as desvantagens de perdermos esses quadros que poderão fazer falta ao Brasil.

Hoje, estão aqui três pessoas das quatro que foram convidadas. O Ministro Manoel Gomes Pereira, que é Diretor-Geral do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior; a Dr^a Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça; e a Prof^a Teresa Sales, que é livre docente do Departamento de Sociologia da Unicamp e editora da Revista Brasileira de Estudos de População. Tínhamos convidado também a escritora Glória Perez, pelo fato de ser autora, escritora e dramaturga da novela “América”. Ela pediu mil desculpas, disse que vai estar atenta ao resultado desta reunião, mas não pôde vir diante do trabalho, que é fazer uma novela como essa. É uma pena para nós, mas entendemos perfeitamente as dificuldades do momento.

Passarei a palavra, para iniciar a reunião, ao Ministro Manoel Gomes Pereira, seguido pela Dr^a Claudia Chagas e, finalmente, pela Prof^a Teresa Sales. Depois disso, abrirei a palavra aos Srs. Senadores.

Lembro que vamos, dentro da inovação feita recentemente, receber perguntas do público, tanto por *e-mail* como pelo nosso telefone do cidadão.

Então, passo a palavra ao Diretor Manoel Gomes Pereira, sem limitar, de saída, o seu tempo, mas, obviamente, se acharmos que está demorando a ponto de atrapalhar o tempo dos outros, farei um aviso.

Tem a palavra o Ministro.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou procurar me limitar também para não prejudicar os demais expositores e as perguntas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, é um prazer estar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater este tema, que hoje é um dos mais importantes de que vem tratando o Itamaraty. Como eu já se disse, uma das tarefas mais nobres da competência do Itamaraty é cuidar das comunidades brasileiras no exterior.

Procurei seguir um pouco o roteiro apresentado pelo Senador Hélio Costa, sete pontos, que acho que assim fica mais fácil para expor, sem prejuízo de que depois nas perguntas possamos ampliar uma coisa ou outra.

O tema é: qual é o número de brasileiros vivendo hoje como imigrantes no mundo?

Eu tenho um ano e meio de Diretoria de Departamento e já ouvi números que variam entre 2,3 milhões e 3 milhões de brasileiros no exterior. Não temos um número preciso e isso porque grande parte dos nossos emigrantes são pessoas que vivem em situação migratória irregular no exterior.

Nós temos uma idéia de que entre 2,8 e 3 milhões de brasileiros no exterior, teremos em torno de 1,3 milhão nos Estados Unidos, 450 mil no Paraguai

– lá são basicamente brasileiros que depois do fechamento do Lago de Itaipu arrendaram ou compraram terras do outro lado da fronteira. São cerca de 70 mil em Portugal e 40 mil no Suriname.

O único país em que temos realmente um número certo é o Japão. Lá em junho de 2005 nós tínhamos 286.557 brasileiros. E por que temos esse número...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É 2004 e já chegou a 2005?

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Perdão, dezembro de 2004, Senador. Desculpe. Junho está à frente.

São 286.557 brasileiros vivendo no Japão. E temos a certeza desse número é porque para o Japão só viajam pessoas com contrato de trabalho assinado. Não há, portanto, brasileiros em situação irregular no Japão.

O segundo ponto é: por que o Brasil se transformou de País de imigração em País de emigração?

O Brasil foi um País e imigração até o final dos anos 60. A última vaga migratória conhecida foi oriunda do Japão. Em 67 e 68 ainda havia japoneses entrando.

A nossa diáspora efetivamente começou com a crise da dívida externa. Foi a crise deflagrada pela moratória mexicana em setembro de 82. A partir daí, nós tivemos anos em que a economia brasileira cresceu pouco, não cresceu ou até regrediu. Isso levou mais brasileiros a buscarem o exterior.

Como o Presidente Senador Cristovam Buarque disse, são aqueles brasileiros empreendedores, que querem de alguma forma vencer na vida, buscando oportunidades ainda que elas não estejam no Brasil.

Durante os anos 80 e princípio dos anos 90, ainda tivemos facilidades para imigração. Nos Estados Unidos, a última anistia geral foi dada no Governo Reagan, em 1986.

Nós ainda tivemos entradas facilitadas na antiga Comunidade Econômica Européia. Os senhores ainda se lembrarão dos brasileiros que não eram aprovados em vestibular no Brasil podiam fazer vestibular em Portugal e depois prosseguir por lá. De maneira que isso tudo, de uma certa forma, estimulou a nossa emigração.

Evidentemente, essas facilidades acabaram. Portugal entrou na Comunidade Européia em 1986. Logo depois, foi assinado o Tratado de Sheng, que é uma verdadeira barreira à entrada de estrangeiros extracomunitários.

Os Estados Unidos também se fecharam. Agora se fala que o Presidente Bush poderá conceder anistia parcial, anistia para as pessoas trabalharem, mas sempre uma anistia que vale por dois ou três anos.

Não se fala mais em anistia geral, como demos aqui em 98 ou que o Reagan concedeu em 86.

Em conclusão, nós temos uma parte da nossa população imigrando por razões econômicas. Por razões econômicas, não só, Presidente, por falta de trabalho. Muitas vezes, há o interesse em melhoria de vida. Eu sei que um faxineiro nos Estados Unidos ou na Europa ganha muito mais do que um comerciário aqui.

Então, a pessoa busca um trabalho onde ela possa melhorar. Ela chega como faxineira, como garçom e vai subindo. Há toda uma escala social e acaba abrindo seu próprio negócio. De qualquer maneira, posso admitir que, hoje, nossa emigração para o exterior tem, principalmente, origem econômica. Não temos problemas raciais que nos façam emigrar, problemas religiosos, políticos ou militares. O fundo é, basicamente, econômico. Sendo de fundo econômico, nossa emigração dirige-se a três áreas principais: América do Norte, Europa Ocidental e Japão.

O terceiro ponto é sobre as dificuldades enfrentadas pelos brasileiros que emigram, tanto no processo de migração, quanto na vida no exterior.

Tenho a impressão de que, no processo de migração propriamente dito, a dificuldade maior está no alto risco de os nossos compatriotas, que emigram de forma irregular, acabarem caindo nas mãos de redes que lucram, que ganham, com o tráfico ilícito de emigrantes ou de seres humanos. Extinguimos as duas modalidades.

O tráfico ilícito de emigrantes é isso mesmo: é o tráfico ilícito de pessoas que emigram de um país para o outro. No tráfico de seres humanos, estamos tratando de emigração para prostituição e adoção de crianças de forma irregular. Fazemos uma distinção que é a da Convenção de Palermo, assinada em 2000, que possui protocolos adicionais, trata do crime organizado transnacional e de diferentes modalidade de crime, inclusive o tráfico de emigrantes e de seres humanos.

No caso da emigração para os Estados Unidos, temos algumas informações e chamo o testemunho do Senador Marcelo Crivella e do Senador Hélio Costa. Em viagem para os Estados Unidos, tivemos informações sobre os preços que as pessoas saídas do Brasil têm pago para chegar aos Estados Unidos, como comprometem a si a às suas famílias, e, ainda que não cheguem, são devedoras desses coiotes, desses intermediários criminosos.

O problema ligado a esse preço é que, muitas vezes, as pessoas não têm nenhuma proteção, são abandonadas no meio do caminho. Tivemos casos – o Senador Marcelo Crivella e eu – em que o coioite disse: “Atravesse a fronteira e ande mais vinte minutos que você vai encontrar uma casa.” Na casa, estava uma

patrulha da polícia de fronteira e as pessoas, então, eram presas dez ou vinte minutos depois de cruzarem a fronteira norte-americana.

No caso da emigração para a Europa, o problema não é tanto o tráfico de emigrantes – aí, estamos falando em atravessar o mar -, mas muito o tráfico para fins de prostituição. Hoje, temos redes que protegem a prostituição e levam brasileiras para a prostituição em Portugal e na Espanha. Esse é um tema que deixarei para a Dr^a Cláudia Chagas falar, porque ela tem cuidado disso no Ministério da Justiça.

Essas duas dificuldades são as maiores, no que se refere à emigração.

Sob o ponto de vista da estada, sabemos que grande parte dos emigrantes brasileiros são pessoas de reduzido nível cultural. Então, têm dificuldades para se adaptar à língua, aos costumes, à nova vida que estão buscando. Digo isso com a absoluta certeza de que o brasileiro que sai, o emigrante, é um forte, pois vai procurar enfrentar um mundo desconhecido porque quer melhorar. É um pouco como o sertanejo, que é, antes de tudo, um forte. Creio que o migrante é, antes de tudo, um forte. Não é qualquer pessoa que pode ser migrante hoje. É preciso que tenha consciência de que pode melhorar, queira e saia, ainda que não conheça a língua e os costumes.

Há um problema particularmente importante no Japão: os nossos dekasségus são todos brasileiros com feições orientais. Estive, agora, em uma Comissão de Cooperação Consular no Japão e a queixa dos brasileiros lá, dos dekasségus, é esta: “Nós nos parecemos com os japoneses. Então eles esperam que falemos japonês e que nos comportemos como japoneses. Ora, somos brasileiros há duas ou três gerações. Viemos de famílias que são completamente adaptadas ao Brasil e falamos um japonês, às vezes, muito rudimentar, ou nada. Então, isso é um choque cultural muito grande para os brasileiros lá.”

Outro ponto que o Senador Hélio Costa levantou, o quarto, é: “Quais os países em que os brasileiros enfrentam mais dificuldades?”

Esse é um ponto que, a meu ver, varia de país para país. No caso do Japão, já mencionei que é o problema de adaptação à cultura e à língua japonesa. Nos Estados Unidos, onde, na chegada, muitas vezes, o brasileiro é amparado por amigos e parentes, o problema normalmente é de outra natureza: quando a economia vai mal, a vigilância policial aumenta. Tivemos relatos, no ano passado, pouco antes da eleição presidencial, de que os brasileiros se recusavam a sair de casa em Boston, com medo de serem presos, porque havia aumentado a vigilância policial, então

poderiam ter problema com a própria polícia e serem, posteriormente, deportados.

O Paraguai apresenta outro problema. Como lhes disse, grande parte dos brasileiros foi ao Paraguai em razão de haver comprado ou de haver arrendado terras, depois do fechamento do Lago de Itaipu. O crescimento brasileiro tem criado problemas. Tivemos, ano passado, relatos de invasões de propriedades de brasileiros, de mortes de brasileiros, e, agora, mais recentemente, os paraguaios aprovaram uma lei de faixa de fronteira, parece-me que são 50 quilômetros, para a Argentina, a Bolívia e o Brasil. Não se sabe como essa lei vai funcionar, se vai retroagir ou não. Esperamos que não retroaja.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela proíbe a venda de propriedades na área de fronteira, para estrangeiros. Então, os brasileiros que lá estão, se amanhã desejarem aumentar sua área de produção ou passar para os filhos, não poderão, terão que vender para um paraguaio a preço bem aquém do valor exato.

Desculpe-me, mas é porque discutimos esse assunto numa comissão, lá no Paraguai, por ordem do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Desejo lembrar aos Senadores que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, então para não se esquecerem de ligar o microfone, ao falarem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço desculpas a V. Ex^a por ter interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Eu que peço desculpas por não ter avisado antes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque estivemos, semana passada, lá, com uma Comissão de Senadores, por determinação do nosso Presidente, que vislumbrou essa situação difícil dos brasilgaios, como são chamados. E o próprio Senado do Paraguai esteve também com 4 ou 5 representantes. E ficou acertada uma nova reunião, em Assunção, onde talvez seria interessante que o senhor nos acompanhasse, assim que o Presidente decidir a data e tudo, para discutir esses dois pontos, principalmente o problema da Ponte da Amizade, da fronteira, dos sacoleiros e dos brasileiros que plantam e que, hoje, levam o Paraguai ao 4º lugar na exportação de grãos.

Então, essa é uma situação delicada, que foi muito discutida, com uma presença enorme na audiência pública. Penso que, quando o Presidente determinar, seria interessante que o senhor fosse conosco. O Embaixador nos acompanhou, conhece bem o problema também.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Com prazer, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mais uma vez, desculpe-me, pela interrupção.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Agradeço ao Senador Romeu Tuma.

Só gostaria de mencionar um último caso, que é o caso das Guianas.

A maior parte dos brasileiros que se dirigem à Guiana ex-inglesa, ao Suriname, e à Guiana Francesa são garimpeiros. Então, lá temos três problemas: temos conflitos entre os habitantes daqueles países e os garimpeiros brasileiros; temos problema de depredação do meio ambiente. Há uma acusação séria de que os garimpeiros brasileiros usam mercúrio, que é um metal pesado e danoso ao meio ambiente, para refinar o ouro e o jogam no rio; e o fato também de que, na Guiana Francesa, ao menos, todo metal encontrado tem que ser vendido ao Estado. O garimpeiro não quer vender ao Estado, porque, evidentemente, vai encontrar preço melhor fora.

Outro ponto mencionado foi: “Que vantagens e desvantagens tem o Brasil com esse processo de emigração?”

Creio que o Senador Cristovam Buarque já nos tenha adiantado essa parte. E penso, como V. Ex^a, Senador, penso que a maior vantagem são as remessas feitas ao Brasil por estes emigrantes.

Hoje temos uma idéia muito aproximada de que o Brasil recebe cerca de US\$6 bilhões por ano de remessa de emigrantes. US\$3 bilhões são reconhecidos pelo Banco Central; os outros US\$3 bilhões, supostamente, vêm por mão própria e por mãos de amigos.

As duas maiores fontes de remessa que temos reconhecidas são os Estados Unidos, cerca de US\$1,8 bilhão ou US\$1,9 bilhão e – pasmem, senhores – o Japão, que tem de 7 a 8 vezes menos brasileiros do que os Estados Unidos, manda cerca de US\$2,2 bilhões para o Brasil. Por que isso? O dekassegui trabalha 12, 14, 15 horas por dia, seis dias por semana e vive de forma extremamente frugal. Ao passo que nos Estados Unidos muitos brasileiros, principalmente aqueles que já estão com a situação regularizada, já não pretendem sair, já começaram a aprender a língua, os seus filhos já estão matriculados em escolas locais; no Japão, esse fenômeno ainda não está acontecendo com essa intensidade. Então, temos recebido mais recursos do Japão.

Os Srs. Senadores podem imaginar o que é para um País, cronicamente carente de capital, receber US\$6 bilhões em um ano, que não rendem juros, não aumentam a dívida externa, entram na economia tranquilamente.

Participei, no ano passado, de um seminário do BID no Rio de Janeiro que mostrava o *boom* que teve

nos anos 70 e 80 a cidade de Governador Valadares com os recursos de emigrantes; quer dizer: construção civil, prédios, lojas. E isso deve acontecer em outras regiões do País.

A maior desvantagem, o Senador Cristovam Buarque mencionou, acredito que seja a perda de cidadãos brasileiros para o exterior. S. Ex^a mencionou que estamos perdendo cidadãos industriais, empreendedores, são esses realmente que vão, Senador, porque a pessoa que não tem iniciativa dificilmente será emigrante.

Estamos perdendo talvez alguns dos bons cidadãos que, apesar de terem nível cultural restrito, são pessoas empreendedoras, é o brasileiro empreendedor.

Então, imagino que uma solução que poderíamos ter aí é realmente estimular formas para que essas pessoas continuem no Brasil, muitas vezes ajudando o seu empreendedorismo – nós sabemos que há programas para isso, que podem estimular essa atuação do Governo.

Um outro problema, e esse é um pouco longo: Que apoio é oferecido pelo Governo brasileiro aos nossos emigrantes?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O senhor me permite?

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho que será importante se o senhor puder só informar, no ponto anterior, como se estima. O senhor falou US\$6 bilhões, US\$3 bilhões que se sabe porque a remessa é legal, e os outros US\$3 bilhões? Como chegam? Há um método para se estimar este valor?

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Não, realmente não conheço. No ano passado, nesse seminário do BID, tivemos informações – funcionários do próprio Banco Central comentando – que se estima que 50% das remessas de emigrantes venham por mão própria, por mãos de parentes e amigos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem escritórios especializados lá que fazem essa movimentação paralela à oficial. Eles têm escritório, funcionam dentro do Japão; talvez dekasségus que tomaram esta posição de arrecadar o dinheiro e trazer para as famílias, cobrando uma taxa.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Exatamente. Nos Estados Unidos também tem isso.

Senador, isso é importante porque uma das razões desse seminário organizado pelo BID era exatamente a preocupação com a redução das tarifas sobre remessas.

O senhor sabe que as tarifas hoje prejudicam em muito as remessas. Vamos dizer que eu remeta US\$100, pago US\$20; se remeto US\$200, pago US\$ 20. E o emigrante muitas vezes não pode remeter muito mais do que isso mensalmente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A novela nos mostrou isso.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Eles remetem – parece-me – quatorze ou quinze vezes por ano, mas remetem pouco a pouco.

A grande preocupação do seminário do BID era trazer, com a redução das remessas que os Estados Unidos estão fazendo para outros países, todos esses envios para os canais oficiais, para que não fiquem as empresas, inclusive as irregulares, mexendo com esse dinheiro, transportando-o de um lado para outro, às vezes, até em prejuízo do próprio cidadão. Porque uma empresa, que não seja regular, não tem compromisso com os seus clientes. De repente, ela pode sumir com aquele dinheiro, que representa uma parte substancial das economias que esse cidadão está fazendo fora do Brasil.

Passaria agora, com a sua licença, Senador Eduardo Suplicy, para o apoio oferecido pelo Governo brasileiro aos nossos emigrantes.

Temos, hoje, no Ministério, um departamento das comunidades brasileiras no exterior e, dentro desse departamento, uma divisão de assistência consular, que se dedica especificamente às comunidades e à assistência consular aos brasileiros no exterior. Quando falo em assistência consular, falo do brasileiro que foi ao exterior a turismo, perdeu o seu passaporte, ou foi assaltado, que recorre a nós. Quando falo em assistência às comunidades, refiro-me à assistência a pessoas que estão residindo de forma permanente, seja regular ou irregularmente, nesses países.

O Ministério tem, hoje, 145 postos no exterior, o que chamamos de rede diplomática e consular, para dar apoio no exterior. Estamos ampliando essa rede. No ano de 2004/2005, reabrimos Consulados-Gerais em Genebra, para atender aos brasileiros – são cerca de 35 mil brasileiros – que vivem na parte oeste da Suíça, e que, sem esse Consulado, teriam que viajar até Zurique; teriam que atravessar o país para ir a Zurique tomar providências consulares. Atlanta, como os senhores sabem, está com instalação suspensa, por causa de negociações com os Estados Unidos. Abriamos também um Consulado-Geral em Beirute, porque é importante, tendo em vista o número de brasileiros que temos no Líbano, tanto na região de Beirute quanto no interior, no Vale do Behah, além da Embaixada. Vamos separar o consulado da embaixada. O Consulado, em Iquitos, é muito importante. Já houve

um Vice-Consulado lá, em Iquitos, que está sobre o rio Solimões, quase na fronteira do Brasil. Portanto, é uma área de muito trânsito de brasileiros e de peruanos. Então, a reinstalação de um Consulado ajuda a controlar esses fluxos.

Finalmente, o Vice-Consulado em Porto Ayacucho, na Venezuela, que foi reaberto, porque temos um grande número de garimpeiros em situação regular ou irregular no sul da Venezuela com a finalidade de proteger os brasileiros nessa região.

Temos outras formas de apoio. O caso, por exemplo, dos Conselhos- Cidadãos, que praticamente todos os nossos Consulados têm. Naqueles Consulados em que a comunidade brasileira é grande, líderes são eleitos pela comunidade, e um funcionário do Consulado, geralmente, serve de caminho, de elo de ligação das reivindicações, das necessidades e das sugestões da comunidade e do próprio Consulado.

Algumas dessas iniciativas de Conselhos-Cidadãos acabaram sendo adotadas de forma global. Cito uma apenas: a distribuição de livros em português, tanto de caráter escolar, quanto recreativos, pelas bibliotecas de centros brasileiros na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Essa idéia é originária dos Conselhos-Cidadãos no Japão que, exatamente pela dificuldade de comunicação, nos pediam livros brasileiros para poder distribuir para os Consulados.

Outro problema que apoiamos, sentido basicamente no Japão, é a diferença curricular entre as escolas brasileira e a japonesa.

Há cerca de 18 a 20 vinte escolas brasileiras no Japão, homologadas pelo Ministério da Cultura. Essas escolas podem preparar os alunos, eles fazem um supletivo e podem, eventualmente, continuar o estudo nas universidades brasileiras. Se os filhos dos dekasségus preferirem, eles podem estudar na escola japonesa, e aí nós estamos procurando, pouco a pouco, oferecer, há Estados que estão começando a oferecer professores brasileiros de língua japonesa para ir trabalhar nessas escolas japonesas, de maneira que os alunos brasileiros possam ter esse apoio, professores de língua e cultura japonesa. Basicamente isso.

Nós também fazemos – isso é uma coisa muito interessante – os consulados itinerantes. No México eles têm o mesmo sistema, um pouco mais avançado porque o México tem 18 milhões de emigrantes nos Estados Unidos. Os consulados itinerantes são feitos nos finais de semana com funcionários do próprio Consulado para atender a regiões onde existe número grande de brasileiros, mas que estão suficientemente afastadas da sede consular para que as pessoas não se sintam desestimuladas, perdem um dia de trabalho, dois dias de trabalho. Então, o Consulado vai

numa semana, recolhe documentos, emolumentos, quer passaporte, quer uma procuração, e dali a um mês volta ali e distribui o passaporte, a documentação para essas pessoas.

Uma outra assistência nossa – essa é muito importante – é a assistência a presos brasileiros. O aumento da comunidade brasileira no exterior tem gerado, evidentemente e infelizmente, o aumento de prisões de brasileiros no exterior. Nós damos assistência a esses brasileiros, visitas regulares. Ano passado, quando eu estive em Portugal, os cônsules em Lisboa e no Porto me pediram que liberasse recursos para comprar agasalhos e cobertores – eu fui em dezembro – para que eles não sentissem frio, era inverno na Europa. Normalmente já levamos *kits* de higiene, escova de dente, pente, aparelho de barba e revistas e jornais para esses presos brasileiros, mas em certos casos nós temos que dar cuidados adicionais.

Quando em caso de desvalimento desses presos ou quando a Defensoria Pública não existe no país em que eles estão ou eles não têm, por serem estrangeiros, acesso à Defensoria Pública, facilitamos que esses presos tenham acesso aos nossos advogados. Praticamente em todos os Consulados hoje nós temos advogados contratados, e eles podem, com aconselhamento, se for o caso, ir ao julgamento, à audiência desses presos brasileiros para acompanhar um pouco isso.

Estamos também com um projeto. Como V. Ex^{as} sabem, nos Estados Unidos o indocumentado é um não-cidadão. O indocumentado, o irregular não pode tirar carteira de identidade e de motorista, não pode abrir contas, não tira cartão de crédito. É, virtualmente, um ser não-existente. Então nós começamos, ano passado, um projeto-piloto de matrícula consular no Consulado em Chicago. São cartões com índices, com níveis de segurança bastante altos. É um programa que copiamos do México, e digo isso sem nenhuma vergonha, porque o México tem muito mais experiência consular do que eu, não é desdouro para nós examinar os programas deles e, no que for possível, copiarmos ou aperfeiçoarmos. Estamos fazendo, então, esse programa de matrícula consular em Chicago, e por que em Chicago? Porque vários Condados na área de Chicago admitem que os indocumentados, de posse de uma carteira de matrícula consular, possam abrir contas bancárias e possam tirar carteira de motorista. Então, facilita a vida deles e facilita as remessas. Uma vez que esse programa tenha sucesso lá, nós, então, vamos procurar, na medida das nossas possibilidades orçamentárias, expandir o programa pelos nossos sete outros postos nos Estados Unidos.

V. Ex^{as} sabem que os Consulados ainda são, além de cartórios – nós damos certidões, nós damos procurações – os cartórios são hoje braços do Ministério da Defesa para efeito de alistamento militar; braço da Receita Federal, para efeito de expedição de CPF; e da Justiça Eleitoral, para expedição de títulos eleitorais, e as eleições são feitas, normalmente, nos próprios Consulados – eu mesmo fiz duas em 1994, tanto primeiro quanto segundo turno, em que foi eleito o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu estava em Sidney nessa época e organizei as duas eleições lá.

Há ainda o último ponto, que considero importante, Senador, a questão da regularização migratória. Existe um grande número de brasileiros em situação irregular pelo mundo afora.

Em julho de 2003, durante a visita do Presidente Lula a Portugal, nós conseguimos assinar o primeiro acordo de regularização migratória com Portugal. Nessa época, estávamos regularizando cerca de 30 mil brasileiros que tinham chegado a Portugal até a data da assinatura do acordo: 11 de julho. Esses brasileiros se regularizariam com base em contratos de trabalho que eles tinham, ainda que emigrantes regulares.

Nós expandimos esse sistema de acordos de regularização migratória. Já assinamos com o Suriname. Estamos esperando a aprovação. O Suriname está demorando porque haverá eleições lá, no dia 25 de maio. Acredito que depois das eleições, nós conseguiremos regularizar.

Estamos regularizando também com a Guiana. Na Guiana há dois ou três mil brasileiros. Mas existem entre cinco mil e oito mil imigrantes guianenses no Brasil. Então, o processo favorece mais a eles do que a nós. Muito obrigado, Senador. Eu vou parar por aqui. Depois, com as perguntas, posso dar mais outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Bem, deixarei as perguntas para o final. Solicito, se possível, uma redução do tempo.

Eu passo a palavra a Dr. Claudia Chagas.

A SR^a CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, primeiro, gostaria de agradecer o convite. Eu venho aqui representando o Ministério da Justiça, colaborando no possível com a discussão de um tema tão importante que tem preocupado muito o Brasil, que é a questão da emigração.

Eu gostaria, em complementação ao que já foi dito pelo Ministro Manoel Gomes Pereira, de focar mais a minha apresentação na questão do tráfico de seres humanos, um problema muito grave que também tem preocupado imensamente o Governo brasileiro.

A Organização das Nações Unidas há muito vem colocando esse tema na sua pauta e dizendo que o tráfico de seres humanos no mundo movimentava bilhões de dólares atualmente. Esse é um crime relacionado com organizações criminosas, praticado por redes criminosas, sobre o qual muito pouco se falava no Brasil. O Código Penal Brasileiro já previa, no art. 231, o crime de tráfico de mulheres para fins de prostituição.

Depois que o Brasil ratificou a Convenção de Palermo e os seus protocolos adicionais, houve já uma mudança legislativa. Esse crime então passou a incluir o tráfico de seres humanos de um modo geral. Com essa preocupação, foi celebrado um acordo entre o Ministério da Justiça e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes para estudar e começar a tomar as primeiras providências com relação a esse crime de tráfico de seres humanos. Procurou-se focar, inicialmente, no tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Isso é o que chama mais a atenção no caso do Brasil: ser um país que fornece ao mundo mulheres para fins de exploração sexual.

Esse convênio celebrado com as Nações Unidas incluía quatro fases específicas. A primeira é um diagnóstico; a segunda é uma capacitação de agentes do Estado; a terceira é um banco de dados e a quarta é uma campanha. Por que começamos com o diagnóstico? Para constatar o que realmente parecia muito claro: era um crime que permanecia invisível no País. Apesar de sabermos que um número grande de mulheres brasileiras estava sendo traficada para o exterior, no sistema de justiça criminal não se sentia isso, pelo número de inquéritos, de processos e de condenações. Ao contrário. Essa pesquisa foi feita inicialmente em quatro Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Goiás. Constatou-se que, de acordo com o sistema de justiça criminal, esse crime praticamente não acontecia, o que não correspondia à realidade dos fatos. A verdade era muito diferente. Mas, então, por que isso acontece com as mulheres brasileiras e a sociedade, o Estado, a polícia não sabem? Ninguém vem trabalhando com isso. Então, partimos para estudar esse fenômeno e começar a trabalhar nisso.

Foram feitas, inicialmente, em três desses Estados – falta apenas o Rio de Janeiro –, oficinas e cursos de capacitação que incluem policiais, promotores, juízes, advogados, membros da sociedade civil, enfim, pessoas que estão relacionadas com esse crime. O que verificamos? Que também havia muito preconceito por parte dos agentes do Estado, principalmente com relação ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A maioria das pessoas, inclusive agentes do Estado, de alguma forma, consentiam com esse tipo de situação

e achavam que era uma opção da mulher ir para outro país a fim de ser explorada sexualmente.

Nessas pesquisas, nós identificamos duas situações bem diferentes no Brasil. Uma é daquela mulher, principalmente no interior de Goiás, que realmente sonha com um mundo melhor, em viver num país onde terá um maior poder aquisitivo, onde vai ganhar dinheiro para enviar à família, sustentar o pai, a mãe, os filhos e acredita, então, nessa proposta de emprego. Normalmente vai iludida achando que será garçone-te, babá ou vai trabalhar num motel e, ao chegar ali, é vítima de uma organização criminosa, permanece em cárcere privado, fica sem seus documentos, não fala a língua, perde completamente o contato com a sua origem. Esse é um grupo de mulheres.

O outro grupo de mulheres que vem sendo vítima do tráfico são as prostitutas, principalmente no Nordeste, em Fortaleza. São mulheres profissionais do sexo que imaginam que poderão ser prostitutas na Espanha, em Portugal, na Itália e estar muito melhor remuneradas, juntar dinheiro e mandar para a família. Ao chegarem ali também se encontram na mesma situação, em cárcere privado. Isso foi uma das constatações.

Então, passamos a lidar com esse público de maneira diferenciada. Foi feita uma campanha de sensibilização, nesses Estados, nos aeroportos, por meio de rádio, no interior, buscando sensibilizar essa vítima e a família dela com um discurso muito compreensível de que não existe o sonho da Cinderela e não se deve acreditar numa oferta muito boa de trabalho no exterior, porque isso pode acontecer. E se tentou mostrar para as pessoas experiências negativas que outras mulheres viveram. Enfim, deu-se publicidade a esse tipo de crime.

A Polícia Federal também vem trabalhando, no momento de emitir os passaportes nesses quatro Estados, com panfletos e filipetas dentro dos passaportes, para indicar o que pode acontecer e principalmente orientar. Se sabendo de tudo e apesar disso, a pessoa vai para o exterior, a quem ela pode recorrer? A pessoa como cidadã brasileira, no exterior, numa situação como essa, o que pode fazer? Quais os direitos? Onde é o Consulado? Enfim, há tentativa de orientar essas pessoas.

Esse projeto continua em execução e uma última fase que está sendo feita agora é um banco de dados. Outro fato que surpreende é que não existia no Brasil números sobre isso. Na verdade, não sabemos, não temos certeza e não podemos afirmar quantas brasileiras foram traficadas para o exterior; quantas voltaram; o que aconteceu; quantas condenações nós temos hoje no Brasil. Mas eu acredito que esse projeto, que

é piloto, já conseguiu dar uma boa visibilidade para o tema. Então, nós estamos atuando tanto na prevenção quanto na repressão.

No caso da repressão, a Polícia Federal vem desenvolvendo, por meio da Divisão de Direitos Humanos, uma série de investigações dessas redes criminosas. Recentemente mesmo, há um mês, uma rede que trabalhava em Goiás, em Anápolis, mais especificamente, foi descoberta, já foram feitas prisões, numa operação conjunta, inclusive, com policiais na Espanha e em Portugal.

Então, essa cooperação jurídica é essencial para isso. O Ministério da Justiça tem celebrado, cada vez mais, um número de acordos de cooperação jurídica em matéria penal, justamente para facilitar essa troca de provas, essa troca de elementos, de ouvir pessoas, documentos. Os adidos policiais desses países destinatários têm colaborado muito também nessas investigações. Estamos tentando fazer um trabalho em conjunto.

Agora, existem outros fenômenos interessantes que vale a pena destacar. Por exemplo, a mulher brasileira traficada tem um perfil bastante diferente da mulher do leste europeu. Normalmente, a mulher do leste europeu é solteira, jovem, que vai para outros países da Europa. A mulher brasileira; normalmente, deixa filhos no Brasil. Ela é mãe solteira; essas crianças já foram abandonadas pelo pai, o que cria um drama paralelo. Juntamente com a questão da exploração sexual, do tráfico de seres humanos, há ainda aqui um certo número de crianças abandonadas, muitas delas até ficando com aliciadores, parentes distantes, irmãos ainda menores de idade. Enfim, essas pessoas que vão perdem, muitas vezes, perdem completamente o contato com as suas origens e com os seus filhos.

Um outro trabalho que está sendo feito, que também nos vai ajudar a compreender esse fenômeno, é uma pesquisa em São Paulo, no aeroporto de Guarulhos. Essa pesquisa já foi iniciada com todas as pessoas deportadas que estão chegando a Guarulhos, não só as vítimas de tráfico, mas todas as deportadas, de um modo geral, ou inadmitidas quando chegaram a outros países.

Isso vai nos ajudar a conhecer melhor o perfil dessas pessoas. Quer dizer, quem é o brasileiro que está deixando o País e por que está deixando? A Polícia Federal já vem constatando que a maioria dos deportados chega em Guarulhos, embora já exista um número considerável de deportados que estão chegando em Belém, no Rio de Janeiro e em Fortaleza.

A idéia é, com esses dados, Brasil ser capaz de criar alguns centros de referência, porque é muito comum essas pessoas chegarem, retornarem e tentarem

novamente, mesmo as que foram espontaneamente. O mais comum é pensar: “Bem, tenho um primo que foi bem-sucedido, dei azar e vou tentar novamente.”

Então, tem sido muito grande esse número de repetições. Assim, a idéia é ter um centro de referência que ajude um pouco a orientar essas pessoas e, no que se refere à vítima de tráfico principalmente, um centro de referência com caráter multidisciplinar que possa reintegrar essa pessoa. Dificilmente, a pessoa, que foi traficada, saiu e sofreu todo aquele tipo de violência, vai, na volta, ter facilidade de retomar a vida, de conseguir um emprego. Enfim, a idéia é que se dê um tratamento multidisciplinar e que seja um ponto de apoio a diversas políticas públicas com relação a essa pessoa e a sua família.

Uma outra questão importante é a sensibilização da sociedade. O que se verifica é que há uma convivência, senão um estímulo. Os pais de famílias pobres pensam assim: “A minha filha conseguiu uma chance, vai morar no exterior, vai ganhar em dólar, vai ganhar em euro.” Então, na verdade, enquanto não se criar essa consciência de que essa aventura pode terminar numa morte, em muito sofrimento, no desaparecimento de uma pessoa, fica difícil.

Na área de prevenção, é muito importante que se dê publicidade a isso. A mídia tem dado um certo apoio. Aí veio essa questão da novela; há críticas de um lado e de outro. É bom o incentivo, ou não? É ruim? Enfim, o Ministério da Justiça tem até procurado utilizar a televisão, como, por exemplo, a aplicação das penas alternativas. Quer dizer, como explicar isso melhor, como demonstrar que, para alguns casos, é muito melhor aplicar uma pena alternativa do que enviar a pessoa para a prisão.

Nesse trabalho, também chegamos a utilizar programas de televisão, novelas, enfim, criando um personagem que pudesse ser submetido a esse tipo de situação a fim de dar maior visibilidade à questão. No caso do tráfico de mulheres, também estamos tentando uma aproximação com a autora da novela a fim de que mostre também esse lado. Devemos aproveitar que o tema está sendo discutido, e dar maior visibilidade.

Outra questão importante também – o Ministério das Relações Exteriores está sempre conversando conosco – diz respeito à preparação do pessoal consular. Ou seja, de que modo podemos produzir material de referência a fim de que os funcionários dos consulados recebam essa pessoa como vítima, e não como aventureira, como uma pessoa que foi tentar a vida no exterior e não foi bem sucedida. Acredito que esse tipo de tratamento pode ajudar a diminuir a reincidência.

No que se refere à repressão, também, a Polícia Federal está se aperfeiçoando. Diversas investigações

estão em curso, de maneira mais moderna e mais técnica, ou seja, acompanhando as organizações criminosas por longo tempo, evitando prender o primeiro aliciador antes de se chegar à organização. Na maioria dos casos, existe um financiamento externo. A organização está fora do País, mas os aliciadores ou intermediários são brasileiros, estão aqui.

Algumas operações foram bem sucedidas, e outras virão, com certeza. De acordo com o Ministro Manoel Gomes Pereira, estamos também trabalhando muito nos acordos de regularização migratória. É importante considerarmos acordos de regularização migratória também aqui no Brasil, que conta atualmente com um número enorme de bolivianos em situação de semi-escavidão, em São Paulo. Existe todo um trabalho de investigação na área, tentando coibir esse tipo de atitude. Já propusemos à Bolívia a negociação de um acordo para a regularização desses bolivianos vivem no Brasil. O Brasil também está fazendo acordos com Portugal, Suriname e Guiana a fim de regularizar a situação de brasileiros que vivem nesses países. Temos a tradição de ser um país de imigração, que sempre recebeu muito bem seus imigrantes, e temos condições de cobrar que nossos cidadãos também recebam um tratamento digno, lembrando que o cidadão deportado, inadmitido ou traficado não cometeu crime algum. Ele foi preso e devolvido ao Brasil por estar em situação migratória irregular, e não pode ser tratado como criminoso. O Ministério da Justiça se empenha nesse sentido.

Também os acordos de cooperação jurídica em matéria civil têm sido uma preocupação nossa, em especial com relação aos japoneses, os dekkasséguis, pois existe um número enorme de brasileiros que emigraram para o Japão e deixaram aqui filhos e mulheres em situações de pensão alimentícia pendentes que temos tido muita dificuldade em ajudar a resolver. Acredito que o acordo de cooperação em matéria civil que pretendemos propor ao Japão também terá um significado muito grande para essa comunidade brasileira no exterior.

Penso que os motivos dessa emigração brasileira são muitos, não se pode falar de um motivo isolado. Existe um processo de exclusão social. E vou citar um artigo da jornalista Marina Oliveira, que faz uma análise muito interessante sobre o tema. Existe a questão de gênero, da desigualdade entre as nações, de pessoas de países pobres querendo migrar para países ricos. O discurso de direitos humanos é um discurso do mundo moderno. A jornalista salienta bem isso no artigo quando diz que, atualmente, qualquer país é considerado desenvolvido e civilizado na medida em que ratificou tratados de direitos humanos que contenham todos

esses discursos. Mas, na prática, vemos a existência de pessoas escravizadas, traficadas e pessoas que vêm consumindo esse serviço, essa exploração, países desenvolvidos, países... Isso demonstra que o discurso dos direitos humanos é para alguns grupos e não para todos. Muitas pessoas ainda não são reconhecidas como merecedoras dos mesmos direitos de todos. Há uma licença para explorar determinados grupos de pessoas. Esse é um questionamento que fica.

Fiz somente um breve e específico relato sobre o tráfico. Coloco-me à disposição para responder qualquer pergunta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, para não perder o gancho da Dr^a Cláudia, se fosse possível, gostaria que ela falasse mais um pouco sobre o tráfico de crianças, que ficou um pouco vago. Não sei se diminuiu o tráfico e quero até crer que tenha diminuído.

Minha curiosidade é por experiência. Sou de um Estado pobre em que era chocante chegar ao aeroporto, em determinados horários, e ver a quantidade de atravessadores ou dos próprios supostos pais embarcando para Fortaleza, Recife, às vezes, Rio de Janeiro, levando essas crianças para a Europa. Ultimamente, confesso que, pelo que percebemos, pelo menos, tem diminuído.

Seria interessante que a Dr^a Cláudia Chagas nos desse mais alguns esclarecimentos sobre isso.

A SR^a CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS

– Foi feita uma pesquisa muito importante chamada Pestraf, assim como outros trabalhos, que têm demonstrado um pouco que o tráfico de crianças ainda existe, mas que hoje é mais interno do que internacional.

Nosso Estatuto da Criança e do Adolescente é muito exigente. Temos uma lei forte. Tirar uma criança do País hoje, por via aérea, é muito complicado. Isso implica a falsificação de uma série de documentos e riscos maiores.

O tráfico de mulheres adultas é feito pelos aeroportos de maneira constante. Já o tráfico de crianças segue uma rota diferente: é mais interno de Estado para Estado ou, muitas vezes, pela fronteira territorial, o que também dificulta muito as estatísticas e a repressão.

Acredito que o tráfico ainda existe. Mas o Estatuto da Criança e do Adolescente, nesse ponto, tem colaborado muito para essa diminuição. Existe uma postura muito rígida das autoridades nos aeroportos e rodoviárias com relação às crianças.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Antes de passar a palavra à Professora Teresa, lembro aos que nos assistem pela televisão

que podem fazer perguntas pelo 0800-612211 ou pelo e-mail: alosenado.senado.gov.br.

Concedo a palavra à Professora Teresa Sales.

A SR^a TERESA SALES – Sr. Presidente desta Comissão, antes de tudo, agradeço o convite. Para nós, que estamos trabalhando na Academia, é uma oportunidade muito apreciada para apresentarmos o que pesquisamos e estudamos tanto no fórum daqueles que foram pesquisados – o que tenho feito com certa constância entre os meus pesquisados, sobretudo na região dos Estados Unidos –, como para os poderes públicos, que podem tomar alguma medida concreta.

Sem maiores delongas, à maneira como fez o Ministro Manoel, seguirei as questões, que considero muito interessantes. Naturalmente, como o tempo é reduzido, falarei um pouco sobre cada uma delas, mas ficará de fora um monte de coisa. No final, no debate, poderemos esclarecer o que não ficou devidamente explicado agora.

A primeira questão foi: qual o número de brasileiros vivendo hoje como imigrantes no mundo? O Ministro Manoel já fez um apanhado sobre isso, mas eu gostaria só de afirmar que, de fato, como ele disse, com exceção do Japão, temos um amontoado de imprecisões. Na verdade, não sabemos quantos brasileiros existem hoje pelo mundo por uma série de razões.

Infelizmente, o censo americano de 2000, em relação aos Estados Unidos, que se propunha a averiguar mais de perto essa questão, mais uma vez falhou, porque os brasileiros, primeiro, a questão não foi de uma acuidade muito grande; segundo, os brasileiros, pela situação de irregularidade, ainda resistem em responder ao censo.

Então, na verdade, não temos o número de brasileiros no exterior.

A segunda questão é muito instigante, porque o Brasil se transformou de país de imigração em país de emigração.

O final da fala da Dr^a Cláudia já dá para vermos que não é bem assim, o Brasil não deixou de ser um país de imigração, continua sendo, só que uma imigração de natureza diferente. Temos hoje, sobretudo os nossos vizinhos latino-americanos que aportam principalmente em São Paulo, e esse é um problema, sem dúvida, grave principalmente para o Ministério da Justiça, essa questão que nós vivemos da anistia lá nós também vivemos aqui dentro para os que chegam, mas também temos uma imigração recente de coreanos, enfim, o Brasil continua sendo um país de imigração, embora com um número mais reduzido.

Mas, sem dúvida, o fator novo, a grande novidade é o Brasil se transformar em um país de emigração. Por que isso? Acho que se relacionarmos com a épo-

ca que começou isso, teremos, sem dúvida, um pouco mais de clareza, se não total, pelo menos parcial. Quer dizer, quando a emigração brasileira realmente vira um fluxo assim configurado e não mais uma viagem esporádica de algumas pessoas é em meados dos anos 80, a década de 80 é quando se configura essa questão para o Brasil.

Como nós sabemos é uma década de muita dificuldade econômica para o País, índices inflacionários absurdos e eu diria que têm fatores políticos também. Eu analiso isso no meu livro, em alguns artigos, porque, veja bem, em meados de 1980 tivemos a redemocratização e tivemos períodos de vários planos econômicos que apontaram com possibilidade de resolver tais problemas econômicos, talvez o mais importante deles tenha sido o plano cruzado, e foi interessante, porque quando fizemos uma pesquisa que realmente tinha condições, porque fizemos duas pesquisas basicamente, aliás, mais de duas, porque depois fizemos recentemente também na região de Criciúma, em Maringá. Mas há tempos atrás, em 1997, fizemos, depois de ter realizado uma longa pesquisa de campo nos Estados Unidos, durante seis meses, nos anos de 1995 e 1997, fizemos um estudo mais acurado, com todo o rigor estatístico numa área de origem que é a mais importante, sem dúvida, continua sendo aqui no Brasil, que é a região de Governador Valadares, em Minas Gerais. E nós constatamos ali que os anos de maior emigração de brasileiros foram os três anos da década de 80. No caso específico de Governador Valadares: 1987, 1988, 1989. Nós até nomeamos esse período de triênio da desilusão, porque exatamente nesse período tivemos três planos econômicos e três desilusões subseqüentes nos planos econômicos. E logo depois disso tivemos o Governo Collor de Mello, que foi outro banho de desilusão para os brasileiros, não é? Sem esquecer que o foi o primeiro Presidente eleito de forma direta.

Então, na verdade, esses períodos, tanto de dificuldade econômica como de desilusões de planos econômicos que não deram certo estiveram muito próximos desse início da migração de forma mais significativa para fora do País.

Evidentemente, poderíamos dizer e depois? Depois as redes se encarregaram de fazer a segunda parte da história, porque, depois de estabelecida uma rede de migração, a tendência é que essa migração se multiplique e, no caso do Brasil, ela não apenas se multiplicou em número de pessoas, mas ela se multiplicou em número de Estados, que são hoje áreas de origem da migração do Brasil para fora. Evidentemente, pelos dados que temos de pesquisa, Minas Gerais continua

sendo o carro-chefe, mas hoje a migração se estende para praticamente todos os Estados brasileiros.

Recentemente, fizemos uma pesquisa sobre a segunda geração de imigrantes e tivemos a ocasião, junto com o Consulado brasileiro – esse é o último artigo, que acabou de sair do forno, um artigo meu de co-autoria com uma pessoa que está presente aqui, a Márcia Loureiro, que, na época, tinha um cargo no Consulado brasileiro, em Boston – e, nesse trabalho, que foi um trabalho de pesquisa com dados de lá, inclusive do serviço de saúde americano, nós pudemos constatar que crianças nascidas no Estado da Massachusetts tinham mães provenientes de todos os Estados brasileiros, claro que com predominância de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, mas eram de todos os Estados brasileiros.

Vou passar para as outras questões. Desculpem-me, mas vou interrompendo os assuntos sem concluí-los, porque a agenda é muito longa e eu gostaria de abordar todos os pontos, mesmo que eu não conclua definitivamente nenhum.

E assim nos tornamos um País de emigração, e eu gostaria só de dizer que acho que isso não tem mais volta. Lá nós vamos ficar: no Japão, nos Estados Unidos etc; alguns voltam, mas a maioria vai ficar lá.

Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos brasileiros que emigram tanto no processo de emigração quanto na vida no Exterior? Eu comecei essa pesquisa em 1990 com as primeiras entrevistas, quando morei nos Estados Unidos para fazer um pós-doutorado, mas nessa época não fui para estudar esse assunto. Mas o assunto era tão candente, havia tanto brasileiro na rua, em Boston, que voltei para o Brasil com um projeto embaixo do braço e com as primeiras entrevistas feitas. Fiquei indo de tempos em tempos, algumas vezes, a maioria das vezes, com recurso para pesquisa e a última pesquisa mais sistemática foi vinculada à **Harvard University**, em Boston, em 2000 – àquela altura, já não financiada pelo Governo brasileiro, mas pela própria universidade de lá –, e, nessa ocasião, para estudar a segunda geração.

Pois bem, hoje, participo de uma rede muito interessante de pessoas que são atuantes na comunidade, estudiosos e atuantes na comunidade de brasileiros nos Estados Unidos. E eu tive o cuidado de mandar essas perguntas para essa rede que se comunica via *Internet*. Recebi não muitas sugestões, mas de três pessoas, aliás uma atuação muito destacada entre os brasileiros lá. Recebi alguns comentários que são interessantes porque são comentários mais atuais do que à época em que fiz pesquisa. É interessante porque eles levantam, por exemplo, como dificuldade, a questão da própria assistência consular, que tem tido

naquela região de Boston – e sou testemunha – uma atuação muito dinâmica, muito efetiva. Mas o Ministro Manoel não se refere a essa questão – achei interessante –, mas os brasileiros reclamam disso, que há poucos funcionários.

Os Consulados sempre reclamam que realmente têm pouca verba, têm poucos funcionários necessários para aquela quantidade de brasileiros que cresce a cada dia lá fora. Então, na verdade, essa é uma dificuldade. Outras dificuldades são variáveis conforme o país. Penso que, por exemplo, no Japão, uma questão muito séria é a questão da educação da segunda geração, talvez seja a questão mais séria naquele país. Digo isso não por pesquisa minha diretamente, mas pela Unicamp, que sem dúvida é a Universidade que tem o núcleo mais forte de estudo nessa direção. Alguns são orientandos meus e alguns deles já trabalham com essa questão há algum tempo, bem como colegas, como a Lili Kauamura, que morou no Japão muito tempo e, sem dúvida, verificou que a questão das crianças no Japão é um problema seriíssimo. São crianças que talvez sejam mais abandonadas do que em qualquer outro lugar, porque, por exemplo, nos Estados Unidos as crianças têm alguns problemas, mas, pelo menos, têm a escola garantida. Todas as crianças, ou diria quase todas, é quase universal, migrantes brasileiros, legais ou ilegais, todos estão na escola. Isso dá uma certa tranquilidade.

Os problemas também são diferenciais. Por exemplo, no caso da migração do Brasil para os Estados Unidos, um dos problemas é a entrada. Do pouco que sabemos – a imprensa anda divulgando bastante – depois do 11 de setembro, a dificuldade de entrar naquele país se tornou maior e a migração, feita pelo México, cresceu. Houve inclusive uma discussão, que a imprensa levantou na semana passada, sobretudo a **Folha de S. Paulo**, se a novela tem ou não a ver com isso, mas o fato é que, de março para cá, decuplicou o número de entradas, de apreensões de brasileiros no lado do México e dos Estados Unidos. Não temos certeza se o Governo dos Estados Unidos de repente resolveu endurecer ou se realmente aumentou muito o número. Podemos cogitar, mas não temos certeza de nada.

Já entrei nessa questão dos países nos quais os brasileiros enfrentam mais dificuldades.

Vantagens e desvantagens que o Brasil tem com esse processo de emigração:

Penso que as vantagens foram levantadas pelos que me antecederam. Trata-se da vantagem da remessa. Particularmente, penso que essa remessa tem alguns problemas que diria que são até sérios, porque é uma remessa que tem sido muito pouco di-

recionada para atividades produtivas. Direciona-se, sobretudo, para a compra da casa própria, um velho sonho de todo brasileiro.

Tenho uma experiência de pesquisa que chamamos, na minha área, de observação participante, ou seja, vivi, durante seis meses, com aqueles brasileiros, não apenas fazia entrevista, ia para todas as atividades, fiz amizades, conversei com eles, e depois, quando publiquei o livro, fui lançar lá entre eles, em português e, mais tarde, em inglês. Enfim, acontece, muito freqüentemente, do brasileiro mandar uma remessa, a família aplicar em determinada finalidade e aquilo é desviado do que ele queria originalmente. Ou acontece uma outra coisa: ele junta dinheiro, principalmente no início da migração, para voltar para o Brasil. Quando volta, tenta estabelecer um negócio próprio, que é outro sonho muito comum, querer ter um negócio próprio. Um bancário, um professor, vai para lá e não quer ser mais empregado de ninguém, quer ter seu próprio negócio. Só que ele foi bancário a vida toda e resolve montar um negócio, seja ele qual for, sem a experiência necessária e acontece, muito freqüentemente, desse negócio não dar certo e o dinheiro foi embora. O que esse ex-migrante faz? Volta a se tornar migrante. Ele retorna. O que percebi é que esse retorno, em geral, é o marco da migração deixar de se ser temporária e tornar-se definitiva. Esse é um processo muito comum, muito visível, não só na minha pesquisa, mas em várias outras. Acontece muito freqüentemente com os dekkasséguis, que têm uma facilidade muito maior de retornar. A distância do Japão para o Brasil é muito grande, contudo, é intensa a migração, que podíamos até chamar de itinerante, porque eles vão e voltam com mais freqüência, porque sabem que terão o visto de entrada na volta. Para os que vão para os Estados Unidos e para a Europa, isso é mais complicado. Eles vão, mas, se voltarem em situação ilegal, sabem que para entrar novamente será muito mais difícil. Já com os descendentes de japoneses, isso já não se coloca como problema. Então, acontece muito freqüentemente os dekkasséguis voltarem para o Brasil para montar seu negócio, o negócio não dar certo, e eles retornarem para o Japão. Esse ciclo, às vezes, se repete por mais de uma vez.

Estava falando isso em decorrência da questão das remessas, que seria uma possível vantagem. Desvantagens são muitas. Estamos exportando a nossa juventude que o Brasil formou e com a qual gastou dinheiro. Isto é, gastou com escolas públicas, com aprendizado em escolas especializadas, com aprendizado na profissão, e essas pessoas vão para fora, e o que foi investido aqui vai ser aproveitado alhures,

em outros países. Essa eu acho que talvez seja a principal desvantagem.

Uma outra questão mais candente, relacionada aos Estados Unidos, que conheço mais de perto, mostra um país com uma política migratória cíclica. Trata-se de uma contradição, porque, hoje em dia, não se dispensa mais, naquele país, a mão-de-obra imigrante, que faz o trabalho que o nativo já não faz. É uma mão-de-obra que faz parte, é um ingrediente decisivo para a economia daquele país. Contudo, a sociedade mais abrangente, de vez em quando, resolve que esse imigrante não é interessante para o país, que está consumindo recursos daquele país, em termos de escola, saúde, etc. Com relação a isso, recentemente vimos que a questão da fronteira, sobretudo depois do 11 de setembro de 2001, teve políticas específicas de um reforço muito grande, até com poderes privados; ou seja, pessoas que, numa posição voluntária, estão indo para a fronteira, supostamente para ajudar a polícia de fronteira.

Assim sendo, – refiro-me, neste momento, aos Estados Unidos –, com uma política de idas e vindas, esse imigrante sofre na pele um medo, um pânico de ser preso, sobretudo na entrada da fronteira.

No meu livro **Brasileiros Longe de Casa** – a pesquisa foi feita em 1995, e o livro foi publicado em 1999 –, há um capítulo chamado “Legitimidade da Condição Clandestina”, em que falo alguma coisa que já não dá para sustentar tanto hoje, pois a situação da migração atualmente é extremamente dinâmica. Dizia que, lá, o migrante legal e ilegal não tinha grande diferença, pois todos estavam conseguindo trabalhar. A grande dificuldade era na hora da entrada, aí sim era um momento de tensão, ou na hora do primeiro emprego, em que às vezes ele dizia um nome falso do **social security** para o patrão – inventava o número do noivado, do casamento, sei lá o que, e compunha nove números. Quando aquele número não existia em outro registro, ele ficava, dali por diante, como um trabalhador com uma identidade falsa e assim trabalhava. E as próprias igrejas diziam que, se ele não cometesse nenhuma infração de trânsito, que é o mais comum o brasileiro cometer lá – pensa que está no Brasil, sai correndo, é preso por uma infração no trânsito e se descobre que ele é ilegal –, se não saísse fora dos eixos, iria viver nos Estados Unidos o resto de sua vida. Contudo, depois de 11 de setembro de 2001, já não é essa a situação. A situação piorou bastante e, no que diz respeito a essa questão, já não é tão sustentável o que eu defendia ali.

Agora que cheguei ao item “d”: Quais os países onde os brasileiros enfrentam maiores dificuldades? Creio que isso já foi respondido, mas diria que de-

pende do aspecto. No geral, penso que, apesar da situação de legalidade, o Japão ainda é o caso mais difícil, mas, sem dúvida, entrar na Europa e nos Estados Unidos é mais difícil – para entrar no Japão a dificuldade é nenhuma.

Finalmente, as duas últimas questões, que são muito interessantes: saber que tipo de apoio é oferecido pelo Governo brasileiro e que medidas recomenda para dar mais apoio aos brasileiros. O Ministro Manoel fez uma explanação bastante minuciosa desse apoio que é dado pelo Consulado. Acho que, de fato, é um apoio importante dessas duas vertentes inovadoras do consulado: ter um consulado itinerante e ter o Conselho de Cidadão. Assisti isso de perto e considero um apoio importante, mas penso que a comunidade cresceu, se diversificou e se organizou muito. Aqui estou me referindo especificamente aos Estados Unidos que, nesse aspecto, é o que conheço melhor. A comunidade está demandando mais do que isso, ela quer mais consulados, quer mais pessoal nos consulados, e a reclamação do corpo consular é sempre que não tem recursos.

Tem uma pessoa dessa rede a que me referi anteriormente, a quem mandei as sete questões esperando sugestões, que diz: “Puxa vida, se fazemos uma remessa tão grande para o Brasil, é de se esperar que houvesse uma contraparte”. Evidentemente que aí há uma troca de canais, porque a remessa é particular e a assistência é oficial, do Governo brasileiro. Uma coisa não conjumina com a outra. De qualquer maneira, é uma questão importante.

Agora, tem outro tipo de apoio que foi levantado aqui. Por exemplo, uma das pessoas que respondeu a minha questão, pela *Internet*, disse que há um projeto no Senado, do qual eu não tinha conhecimento, que visa ampliar o direito de voto dos migrantes brasileiros. Atualmente o direito de voto é para Presidente. Essa pessoa me disse – e isso foi levantado por outras questões quando estive lá recentemente – que a comunidade quer que esse direito de voto seja estendido a outros cargos. Aliás o Brasil foi pioneiro...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Foi, exatamente, uma proposta que fizemos aqui na Comissão há cerca de quatro semanas.

A SRª TERESA SALES – O Brasil foi pioneiro, porque o México, por exemplo, que tem uma migração bastante antiga, só conseguiu o direito ao voto depois de nós. O Brasil, logo que começou a haver a imigração para o exterior, concedeu o direito de voto.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – (Intervenção fora do microfone.)

A SRª TERESA SALES – Ainda não?

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Não. Eles estavam perguntando como é que funcionávamos. Há uma discussão séria para definir se vão pôr só para Presidente, se vão estender para Senadores. Eles ainda têm muita dúvida.

A SR^a TERESA SALES – Desculpe. É que tenho uma colega mexicana que estuda especificamente a questão do voto no estrangeiro, com relação a todos os países, inclusive o México. Ela me mandou um e-mail recentemente... Creio que aqui foi aprovado em alguma instância, não sei. Na mensagem ela disse que era um avanço e tal. Mas nisso nós já havíamos sido pioneiros, no sentido de que é permitido votar para Presidente – e sentimos que a comunidade se mobiliza muito para isso. Estão olhando de perto essa tramitação da discussão no Senado.

Outra demanda que há aqui é realmente uma orientação nos investimentos. Penso que essa é uma questão importantíssima, porque se o montante de remessa é esse que sabemos, o Brasil teria muito a lucrar se tivesse uma política mais consistente de orientação específica para investimento desse recurso, que em geral vai, como lhes disse antes, para a casa própria, para um negócio que freqüentemente dá com os burros n'água. Portanto, seria muito interessante que realmente houvesse uma orientação, uma preocupação explícita quanto a isso.

Muito obrigada, estou disponível para outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Agradeço a professora Teresa e quero lembrar que a audiência está sendo transmitida e as pessoas podem fazer perguntas por meio do 0800612211 ou por meio do endereço alosenado.senado.gov.br.

Tenho sete Senadores inscritos, o que mostra o interesse pelo assunto. Vou pedir aos Senadores que sejam o mais conciso possível. Não sei se cada um pergunta e todos respondem ou se fazemos por bloco. Qual a sugestão dos Senadores?

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Todos perguntam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Todos perguntam. Abro a palavra, primeiramente, ao Senador que convocou essa audiência, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Presidente Cristovam Buarque.

Devo salientar, Sr. Presidente, que o que estamos fazendo aqui hoje é a antecipação de um trabalho em profundidade que será feito pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que foi autorizada pelo Congresso Nacional, na semana passada, com a leitura de requerimento apresentado no Plenário do

Congresso e que já tem as indicações dos Líderes partidários e, possivelmente, na próxima semana já faz a sua primeira reunião para indicação do seu Presidente e do seu relator. É exatamente por intermédio desta CPMI que pretendemos entrar a fundo em todas estas questões, notadamente as questões legais que estão relacionadas com a criminalidade envolvida neste procedimento de migração e emigração de pessoas saindo e entrando no Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me sugerir que esta seria considerada uma sessão oficial da própria CPMI e assim conste dos anais da CPMI, dada a relevância do que se está aqui discutindo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Teríamos o maior prazer, Senador Suplicy. Evidentemente que a Comissão ainda será instalada e, sendo instalada, faremos inúmeras reuniões aqui, junto com a Comissão de Relações Exteriores, na Presidência do Senador Cristovam Buarque.

Acompanhei detalhadamente as exposições do Embaixador Manoel Gomes Pereira, da Secretária Nacional, Cláudia Chagas, e da professora Teresa Sales. O Embaixador Manoel Gomes Pereira tem o prazer de dizer que eu e o Senador Marcelo Crivella compartilhamos do seu trabalho excepcional durante a viagem que fizemos, como missão parlamentar, em janeiro do ano passado, para trazermos quase que um total de mil brasileiros de volta, que estavam presos nas prisões americanas especializadas em receber os imigrantes ilegais. Evidentemente que sentimos que por mais que o Embaixador tenha feito, e ele conhece esse problema em profundidade, ainda há muita coisa a ser feita, Senador Cristovam. Inclusive anotei aqui algumas observações feitas pelo Embaixador Manoel e queria entrar um pouquinho, em profundidade, na questão da assistência ao brasileiro no exterior, notadamente ao brasileiro que está preso, porque na nossa viagem, o Senador Crivella e eu sentimos, o próprio Embaixador Manoel deve ter sentido a mesma coisa, que na região sul dos Estados Unidos, especificamente onde há uma grande concentração de prisioneiros brasileiros nessas penitenciárias especiais, em Houston, onde estávamos, havia apenas uma funcionária encarregada de atender aos telefonemas de 700 brasileiros que ligavam, insistentemente, a cada minuto. Essa moça estava ficando louca, porque não tinha a menor condição de atender à demanda dos brasileiros que estavam presos e que, por uma razão ou por outra, tinham de fazer uma pergunta à autoridade consular.

É importante ressaltar isso, Embaixador, porque eu fiz umas contas rápidas durante essa viagem que fizemos aos Estados Unidos e cheguei à conclusão

de que o Ministério das Relações Exteriores arrecada, mensalmente, com a cobrança de vistos de americanos, que custam entre US\$80 e US\$100, algo em torno de US\$2,4 milhões por mês. Quer dizer, nós estamos falando dos Consulados de Houston, de Los Angeles, de Miami, da própria Embaixada, Nova York. Há Consulados que faturam US\$700 mil por mês através da concessão de vistos para os americanos. Assim, são quase US\$30 milhões ao ano só com a arrecadação dos vistos que são concedidos aos cidadãos americanos.

É absolutamente inaceitável que não exista uma política para quando um brasileiro morre no exterior. O Senador Crivella é testemunha disso, porque muitas vezes ele e eu tivemos de interferir para arranjar condições de transferir o corpo de um brasileiro para o Brasil. Não há nenhuma previsão por parte do Ministério das Relações Exteriores ou do Ministério da Justiça com relação a isso. Ou seja, morreu, acabou, ninguém quer ver. Às vezes são pessoas simples, são pessoas modestas, mas são pessoas que estão contribuindo com esses US\$6 bilhões que são mandados anualmente para o Brasil. Esses brasileiros têm de ser respeitados pela importância econômica que têm para o Brasil. Esses brasileiros que estão no exterior são muito mais importantes do que muitas multinacionais que vêm para o Brasil e não fazem investimentos da ordem de US\$6 bilhões, definitivamente.

Nós temos, Sr. Presidente, de levar em consideração essas coisas. Aliás, eu perguntaria ao Embaixador se existe alguma possibilidade, dentro do Itamaraty, de resolvermos essa questão dos brasileiros que morrem no exterior.

Em segundo lugar – dirijo-me ao Embaixador Manoel e à Secretária Cláudia Chagas –, eu vou me referir à questão de que hoje, lamentavelmente, a migração internacional está sendo tratada mais como um ameaça, mais como problema de segurança pública do que um problema de relações exteriores.

Tenho aqui uma informação que me foi passada pelo apoio do Governo segundo a qual a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Internacional, a Convenção de Palermo de 2000 e seus protocolos adicionais sobre o tráfico de migrantes e tráfico de seres humanos foram ratificados respectivamente por 60, 40 e 45 países e já entraram em vigor. Enquanto isso, a Convenção Internacional sobre Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, que é de 1990 e defende os direitos humanos dos migrantes, daqueles que vão para o exterior, entrou em vigor em 1º de julho de 2003, foi ratificada apenas por 22 países e adivinhem quem não ratificou? O Brasil. Lamentavelmente, não damos a menor importância a esses US\$6 bilhões

que são mandados anualmente pelos brasileiros que trabalham, como disse a Professora Tereza Sales*, fazendo o serviço que eles, americanos, não querem fazer, que eles, ingleses, não querem fazer; ou seja, lavar privadas, lavar o chão, carregar saco nas costas, coisas assim. É um dinheiro sofrido, é um dinheiro penado, é um dinheiro duro de ganhar. Evidentemente, temos de dar atenção a esses brasileiros.

A professora acabou de citar o exemplo típico do voto. Meus amigos, estamos vivendo a era da eletrônica. Eu sento no meu computador e falo com o mundo inteiro, tenho notícias instantâneas do mundo inteiro. E ainda houve uma discussão nesta Comissão sobre se o brasileiro que está no exterior tem ou não o direito de votar em todos os níveis. Ele tem direito de votar em tudo, até para Vereador da sua cidade. Não há por que não votar, Senador, no entanto ficamos aqui discutindo o sexo dos anjos, por que ele deve ter, se deve ser só para Presidente, se deve ser só para Governador. Quer dizer, os interesses vão-se multiplicando. Agora, os Governadores também querem, e é evidente que nós, Senadores, também queremos. Mas queremos que eles tenham o direito constitucional de votar em tudo. Então, isso tem de ser feito.

Pergunto ao Embaixador Manoel e à Professora Cláudia: como vamos resolver essa situação? O Brasil pode assinar esse documento? O Brasil deve trabalhar no sentido de reconhecer esses direitos? Como vamos fazer? Por meio do Ministério das Relações Exteriores? Do Ministério da Justiça? Evidentemente, acho que podemos trabalhar nos dois.

Ao mesmo tempo, queria fazer uma pergunta rápida à Secretária Cláudia Chagas. Falei, ontem, com o Embaixador do Brasil no México, que me disse – desculpem-me meu estado febril, gripal – que já há, Senador Cristovam Buarque, cerca de 180 a 200 brasileiros presos nas prisões da cidade do México, próximas a ela, por razões de imigração. Ora, com toda a atenção que sei que é dada pela Embaixada do Brasil no México a esses brasileiros que estão lá – o Embaixador Araújo Castro é uma das figuras mais competentes do nosso quadro de Embaixadores –, fico extremamente preocupado, porque uma cadeia no México não é a mesma coisa de uma cadeia nos Estados Unidos. Fomos lá e vimos. Na realidade, os brasileiros são mantidos de uma forma humana, correta, nos Estados Unidos, mas não sei como ficam no México. Temos de ter essa preocupação. A pergunta que quero fazer é a seguinte: prendeu por quê? Entrar no território americano sem visto é considerado invasão territorial; quem entra é preso. Agora, prender brasileiro no México, porque ameaçou entrar em território americano... Ora, infringiu que lei? Gostaria de saber, hones-

tamente, qual é a razão da prisão. Por que prendeu? Porque estavam pretendendo cometer um crime pela Constituição americana? O México prevê isso? Quer dizer, se eu encontrar qualquer pessoa no parque de Chapultepec, conversar, e ela me disser que vai entrar sorrateiramente no Brasil, eu a prendo? Só de saber que ela está pensando em entrar sorrateiramente? Como é isso? Isso me parece meio estranho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É a autoridade mexicana que está prendendo?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É a autoridade mexicana que está prendendo.

Professora Tereza, sei que é especialista, li todos os seus artigos; a senhora tem uma literatura completa sobre os brasileiros no exterior. Talvez seja o trabalho mais completo, o mais bem-feito. Acho que a senhora tinha de voltar a fazer uma nova pesquisa; já houve tanta mudança depois de 2001, que a senhora tinha de atualizar sua pesquisa, pois seu trabalho é absolutamente perfeito. Perguntaria, aproveitando sua experiência, sobre a recusa persistente, que faz hoje a Embaixada americana no Brasil, o Consulado americano no Brasil, de vistos ao cidadão brasileiro. Hoje, 80% ou mais dos pedidos de visto que são apresentados à Embaixada americana são negados, mas de uma forma que passo a relatar.

Recebi uma carta, Senador Cristovam Buarque, que não posso deixar de ler, de uma pessoa em Minas Gerais, que hoje é do Centro de Pesquisas da Comissão Nacional de Energia Nuclear e é Presidente da Associação dos Servidores em Minas Gerais; tem uma mãe com 82 anos, esteve nos Estados Unidos há três anos e quer retornar, para visitar, mais uma vez, uma sobrinha legal no país, que está com idade avançada e precisa de companhia. E a funcionária do Consulado americano lhe diz: não está na hora de a senhora visitar o meu país. Isso é um absurdo, um desrespeito! Isso é uma falta de consideração, uma grosseria, uma arrogância! Que coisa horrorosa! Afinal de contas, somos ou não amigos? Quer dizer, em todas essas questões do terrorismo, os brasileiros foram os primeiros a se manifestarem contra, a se posicionarem a favor de uma enérgica situação de combate, e agora somos penalizados, Senador Romeu Tuma?

Veja só: o Brasil não é o número um na América Latina. O número um em tentativas de entrada ilegal nos Estados Unidos são os mexicanos. São 251 mil por ano, 251 mil casos por ano, mais do que o Brasil ainda são os equatorianos. Estão na frente dos brasileiros e por que essa coisa com o Brasil? O que fizemos? Queria até fazer uma proposta: vamos trocar 100 mil brasileiros entrando nos Estados Unidos para cada banco autorizado a trabalhar no Brasil. E eles ainda

saem ganhando muito, ainda vão ter realmente uma vantagem fantástica. Aí é que temos de entender esse relacionamento entre os países, entre as pessoas.

Senador Cristovam, parabéns, primeiro pela sua extraordinária competência em fazer este encontro de hoje, este assunto que na verdade vem da sua cabeça, da diáspora brasileira, a preocupação que temos de ter com a saída dos nossos jovens. Estamos perdendo os nossos talentos nas melhores idades, estamos perdendo as criaturas extraordinárias, falo isso porque o leste de Minas é o maior contribuinte nessa diáspora. E estamos todos preocupados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Bem, vou usar da prerrogativa da Presidência para antecipar a fala do Senador Heráclito Fortes, que tem um compromisso e precisa sair. Penso que é importante ouvirmos a sua opinião, depois o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em primeiro lugar, agradeço a gentileza do Senador Suplicy, aliás é a sua grife ser gentil nesta Casa, de forma que fica aqui meu agradecimento.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero parabenizar a idéia da Comissão de ter aqui esse debate, atual, esse assunto veio de maneira forte após a novela da Globo, até confesso que no começo pensei que seria uma coisa desarrumada, mas a medida em que a trama vai passando, pelo menos em relação a essa questão, a novelista vai trazendo um problema que, com seus erros e acertos, vai trazer uma lição muito grande a nós.

Também gostaria de parabenizar a Professora Tereza Sales. Pela primeira vez vejo um trabalho acadêmico com substância, com circunstância, com os pingos nos “is”, para mim foi a coisa mais importante nesse estudo, nesse trabalho. A migração tanto interna quanto externa tem sempre alguém que lidera seu começo. Cito um exemplo que me deixa até muito feliz, os melhores garçons do Brasil estão em São Paulo e são piauienses. Como começou?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Concorrem com os paraibanos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – São auxiliares que trabalham muito bem, os piauienses. Nessa matéria não, os paraibanos são donos de colégios, são professores, tudo, mas os piauienses, o Sindicato dos Garçons de São Paulo é dos piauienses. Voltando ao assunto, como começou? Na década de 60, numa região, na cidade de Pedro Segundo foi o primeiro, ao final do ano voltou a Teresina, levou os irmãos e começou a construir a casa do pai. No segundo ano, a casa estava pronta, porque aí já tinha ajuda dos irmãos, um chama o outro, o outro traz o outro.

E, hoje, 60, 70% dos garçons que trabalham em São Paulo são do Piauí, e tudo começou desse exemplo. E aí já não é mais da cidade de Pedro Segundo, há Domingos Mourão, Piripiri e toda a região.

O Estado do nosso querido Senador Hélio Costa, Nova Iorque, motoristas: chegou o primeiro, salvo engano Paulino com o cunhado, não é isso? Montam lá seu negócio e, ao final do segundo ano, veio outro e outro. Depois de algum tempo, as revistas começam a noticiar o milionário Paulino com a frota de táxi. Não é isso? O Senador Hélio Costa, inclusive, disse que foi o primeiro que deu emprego a ele. Mas se você chegar hoje a Nova Iorque é impressionante a quantidade de motoristas, não só em atividade particular, como em táxis, e assim por diante.

Vou contar uma história aqui, procurando não caracterizar. Isso vale à para a Professora – Helena, desculpe, isso em decorrência da amizade que tenho com a irmã – Cláudia Chagas, abordando a questão da prostituição infantil.

Tem um Estado do Nordeste em que tinha uma moça de cor, que foi posta fora de sua casa pelo pai, porque, homem muito conservador, a moça havia se perdido, como se diz lá na história. E ela foi sobreviver no Rio de Janeiro. Teve a sorte de, num momento, encontrar um suíço, que se apaixonou por ela e essa moça foi morar na Suíça. É um grande empresário. Essa moça – hoje tem uns 15 anos desse fato – levou irmã, prima e todas se casaram com suíços. Montou-se o conceito na região onde eles moram, porque precisam ter a noção do que foi esse casamento. Essa moça chega na terra dela, uma vez ou outra, no avião particular do marido – o marido gosta de pilotar. Então, essas coisas acontecem, mas há sempre um motivo indutor para esse tipo de fato.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ela não se perdeu, mas ganhou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É evidente, no conceito do pai. E como é a história, depois perdoo o pai, hoje o ajuda. São essas histórias que acontecem.

É uma coisa interessante, a senhora já deve ter visto isso, há sempre um fato, Presidente Cristovam, que faz com que os outros sigam. Isso serve para o bom exemplo e serve para o mau exemplo.

Se formos analisar o problema dessa migração, principalmente para os Estados Unidos, penso que o primeiro motivo é a aventura. O segundo motivo é a questão do preconceito. No Brasil, alguns serviços, principalmente que o jovem não tem coragem de fazer por vergonha da família, por isso ou por aquilo, sai da fronteira e faz. Aliás, até a novela mostra isso: limpa chão, faz qualquer coisa, é engraxate, evidentemente

com aquele sonho de fazer o seu pé-de-meia e voltar um dia.

Mas o que penso e quero parabenizar também o Itamaraty, é esse trabalho conjunto no sentido não de controlar, porque é impraticável se controlar. Num País com as fronteiras que temos não há quem controle saída. Hoje, temos aqui uma possibilidade de saída para o exterior, e lá no Norte e no Nordeste funciona muito, que é a travessia da Guiana. Quando se atravessa a Guiana tem voo doméstico saindo da Francesa e da Holandesa, sendo três, quatro vezes por semana, sei lá.

Então, não se controla. Agora, pelo menos a partir do momento em que há essa preocupação, é feita essa estatística – sou de Estado pobre -, a quantidade, Dr^a Cláudia, que recebemos de apelo de família desesperada porque o filho foi embora, está preso ou desaparecido, é uma coisa realmente gritante.

Quero dizer que quero fazer até justiça com relação até às próprios Estados das nações exteriores nos últimos anos, de dois para cá, de quatro, não sei precisamente. Evoluiu muito nessa questão de ter informação precisa. Hoje se faz uma pergunta, telefona, para atender ao desespero.

Recentemente, na semana passada, vivi um caso que, com 24 horas, estava recebendo informação. Quero dar o testemunho de que, realmente, está havendo essa preocupação, sendo um trabalho que é difícil de ser ver em qualquer governo. É um trabalho conjunto de dois órgãos que têm as suas funções distintas, mas que se unem nessa questão.

Essa questão é muito grave, mas, infelizmente, de difícil solução. Temos casos daqueles casamentos que são feitos de arranque, que a pessoa quer ficar nos Estados Unidos, arruma um casamento que não é casamento, mas arruma. Isso acontece.

Eram essas as considerações que queria fazer, menos pergunta, queria apenas dar um testemunho à Professora Teresa por esse trabalho, que deve ter sido um trabalho muito árduo. E quero me congratular com os dois representantes do Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores, que estão aqui dando esses depoimentos, que penso da maior importância para esta Casa e, acima de tudo, para a Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, quero cumprimentar a iniciativa do Senador Hélio Costa, tanto de promover esta audiência, com todo o respaldo de V. Ex^a, bem como pela iniciativa da CPMI sobre os problemas de migração. Quero até transmitir ao Sena-

dor Hélio Costa que expressei ao meu Líder, Delcídio Amaral, que quero participar, e cumprimento o Ministro Manoel Gomes Pereira, a senhora Cláudia Chagas e a professora Teresa Sales pela contribuição que estão dando. Gostaria de ouvir a reação do senhor e das senhoras relativamente a um ponto que estou cada vez mais persuadido, que é para onde devemos chegar. Inclusive estou transmitindo ao Senador Hélio Costa que resolvi participar da sua CPMI, pois quero defender o ponto de vista segundo o qual o Brasil deve propor que haja liberdade de movimento dos seres humanos nas Américas, ou seja, se os Estados Unidos da América, pelo seu Governo, têm insistido que tenhamos a necessidade de formar a Área de Livre Comércio das Américas, se o Governo e o povo dos Estados Unidos desejarem, de fato, uma integração econômica com os demais países das Américas, então que esta seja do ponto de vista não apenas do capital, da liberdade de bens e serviços serem movimentados através das fronteiras sem barreiras, mas, sobretudo o que é o mais importante: o ser humano.

Gostaria, inclusive, de recordar alguns fatos, porque se os Estados Unidos querem tanto pregar a liberdade, a democracia, se os Estados Unidos têm uma tradição de serem conhecidos pela defesa da liberdade, se já no século XIX, ao final, receberam da França um presente tão bonito que simboliza a entrada dos Estados Unidos em Manhattan, que é a Estátua da Liberdade, então aquilo significava que as pessoas podiam sair de suas terras, na Europa e em outros países do mundo, para fazer a América, para ali terem a liberdade de movimentos e inclusive de aproveitar o **homestead act(?)**, que previa a oportunidade daqueles que gostariam de estar cultivando a terra e de poderem até ter acesso a ela. E muitos vinham de longe, perseguidos ora por motivos religiosos, ora políticos, ou por motivação econômica. Vinham da França, da Irlanda, enfim, de todos os países do mundo.

Se os Estados Unidos tanto aplaudiram a queda do Muro de Berlim, em 1989, se, ainda no ano passado, o Presidente George Walker Bush recomendou ao Governo de Israel que não construísse o muro que separa Israel da Cisjordânia, não há sentido em terem os Estados Unidos construído aquele muro ao sul da fronteira com o México e com todo o resto da América Latina.

Mencionaram os expositores, creio que a senhora Teresa Sales, que, depois do 11 de setembro, houve dificuldade crescente. Em recente estada nos Estados Unidos, ouvi que, de fato, até as universidades norte-americanas, os hospitais norte-americanos, têm se queixado, porque houve uma redução nas aplicações e no número de pessoas que antes procuravam as

universidades e os hospitais, brasileiros que, dada a dificuldade crescente registrada pelo Senador Hélio Costa, de se obter visto e de entrar, mesmo quando se têm todos os documentos em ordem. Eu, que viajei aos Estados Unidos na adolescência e depois estudei lá, percebo que hoje se demora muito mais para passar no serviço de imigração e para fazer a revista de bagagem, do que em qualquer outro aeroporto do mundo. E ali há dificuldades crescentes. Por outro lado, eles querem muito dialogar conosco sobre a integração das Américas. Um exemplo de integração interessante que existe e que muitas lições nos têm dado é o da União Européia, ao longo do período, sobretudo após a Segunda Grande Guerra Mundial, primeiro com a Comunidade do Carvão e do Aço, depois com o Mercado Comum Europeu, com a área de livre comércio mais ao norte da Europa, progressivamente, com a formação do Parlamento da União Européia, com mais e mais países ingressando, muitos ou quase todos o fazendo, por meio de decisões de referendo popular. Houve a criação do Euro, mas o aspecto mais importante é que se, há trinta ou quarenta anos, aos portugueses, gregos e espanhóis não se permitia morar nos países mais desenvolvidos da Europa – e mesmo assim muitos iam –, hoje há liberdade de movimento dos seres humanos – os Estados Unidos devem observar isso –, porque a integração se deu de uma forma mais interessante. Hoje há liberdade de ir e vir, de escolher onde viver, estudar, trabalhar, morar, e, mesmo assim, os portugueses, os espanhóis e os gregos já não vão tanto aos países mais desenvolvidos, porque seus países tiveram um crescimento e se aproximaram deles do ponto de vista das oportunidades de trabalho, emprego e renda. Isso faz com que muitos permaneçam em seus países: “fico por aqui mesmo e passeio por lá, quando der”. E, quando o fazem, com extraordinária facilidade, passam pelos portões da alfândega. Cidadãos da Europa podem passar praticamente com um mínimo de burocracia, de apresentação de documentos; às vezes, até passam direto.

Do ponto de vista do que ocorre na América do Sul, no Mercosul, inclusive quanto a esses aspectos dos bolivianos e de outros, gostaria de saber algo. Nos dois anos em que presidi a Comissão, estive atento: mais e mais, temos firmado acordos com os países sul-americanos – primeiro com os do Mercosul, depois com o Chile, o Peru, o Equador e acredito que com todos – e facilitado a circulação. Penso que poderemos circular, primeiro, sem a necessidade de visto, segundo, só com a Carteira de Identidade e, terceiro, gradualmente chegaremos àquilo que existe na Europa. Gostaria que o Governo brasileiro, em encontros com o Mercosul, cada vez mais, apresentasse isso como um objetivo

e começasse a dizer ao Governo dos Estados Unidos da América: Quer integrar para valer, então vamos incluir os seres humanos. O Congresso norte-americano, inclusive, aprovou a **Trade Promotion Authority**, lei sobre a qual penso que o Ministro Manoel pode dizer-nos algo – quem sabe, S. Ex^a conhece bem isso. Li parte deste **Trade Promotion Authority** onde diz que o Governo norte-americano não pode tratar das questões de migração nesses acordos. Mas nós, Governo brasileiro, temos que ter a preocupação de tratar, sim, e de dizer que vamos chegar a esse objetivo.

Tenho a convicção de que a liberdade de movimento dos seres humanos – primeiro, na América do Sul – deve ser o objetivo mais próximo. O fortalecimento do Mercosul e da comunidade das nações sul-americanas também tem esse objetivo. Como os três depoentes estão estudando esse fato, eles poderiam nos falar de como avaliam esse objetivo sobre o qual deveremos nos debruçar e se mais e mais Senadoras e Senadores devem ter essa perspectiva como um bom objetivo, porque ele está se tornando cada vez mais importante. Acredito muito nisso, não tenho preocupação alguma com o fato de a novela “América” estar, eventualmente, estimulando pessoas a irem para os Estados Unidos. Assim, eles ficam sabendo: querem integração com o Brasil, então vamos abrir essa fronteira, vamos ter a possibilidade de os americanos das três Américas escolherem aonde querem ir. E alguns têm esta preocupação: “Ah, mas daí vai todo o mundo para os Estados Unidos.” Eu acho que não. Eu quero demonstrar a eles que, na medida em que os direitos se tornarem mais homogêneos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Permita-me V. Ex^a um pequeno aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas completar a frase.

Tenho a convicção de que também deve ser um objetivo nosso tornar mais homogêneos os direitos sociais e trabalhistas, de tal maneira que as oportunidades de emprego, renda e trabalho, com o tempo, vão se tornar mais homogêneas do Alasca à Patagônia – é direito de todos estarem partilhando da riqueza das três Américas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Muito bem, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ouço, agora, o aparte do Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, como V. Ex^a, acredito que nem todos irão para os Estados Unidos, porque quem vai chega lá e sente que não pertence àquela Nação. Pertencer a uma região, a um povo é entender todas as nuances da sua cultura. Por exemplo, um amigo acabou de chegar da

Espanha. No avião, ele estava com a família, pediu para trocar a posição e o rapaz disse: “Pois não”. Ele falou com a mulher: “Veja só. É uma coisa tão simples e o cara não quis fazer.” Quer dizer, é entender que “pois não” é sim e “pois sim” é não, isso é pertencer. Pertencer é conhecer a culinária, o espírito, a linguagem corporal. Quem vai – eu já morei em dois países estrangeiros devido a negócios – por mais que faça força, nunca pertence ao local. Nós pertencemos ao País onde nos criamos. Por isso, não tenho medo de que todo mundo vá: se for, volta, sabendo que aqui talvez seja o último paraíso existente neste mundo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passo a palavra ao Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou concluir, após o aparte. O importante, nobre Senador Ney Suassuna, é a pessoa ter a liberdade de chegar e conhecer, como fez o Senador Hélio Costa. Acho muito interessante porque, se os Estados Unidos têm um amigo de fato aqui é o Senador Hélio Costa, que, de todos nós, por ter vivido tanto tempo lá, conhece e fala sempre com um estado de simpatia pelos Estados Unidos. Então, quando S. Ex^a faz uma crítica tão veemente, como há pouco, sobre barreiras que lá ocorrem, fala – os americanos sabem – como um amigo dos Estados Unidos. Mas acho muito importante sua atitude de se expressar com sinceridade e fazer o que S. Ex^a fez: foi para lá e viveu por algum tempo. Poderia ter escolhido viver lá, mas teve a liberdade de escolher estar aqui, vivendo entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passo a palavra ao Senador, lembrando que na última reunião o Senador Hélio Costa fez uma acusação ainda mais grave ao serviço consular americano, que precisamos apurar, Ministro: que eles não devolvem o dinheiro daquelas pessoas...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Dos vistos não concedidos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – ... dos vistos não concedidos. Isso é extremamente grave e nós devemos procurar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Parece que a gente faz o mesmo lá, hein? Nós fazemos o mesmo lá.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Nós fazemos o mesmo lá.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Fazemos o mesmo lá.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – A proposta é que nós não façamos o mesmo. Nós devolvemos 1% dos vistos; eles devolvem 80%.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Só se for muito rápido, senão só vai ter tempo depois para responder... Depois.

Vou passar para o Senador João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Presidente, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar V. Ex^a, assim como o nobre Senador Hélio Costa, pela realização dessa audiência e queria voltar aos relatos do Dr. Manoel, da Secretária Cláudia e da Professora Teresa.

Diante do relato deles, nós chegamos ao óbvio, àquilo que já sabemos: há uma grande tragédia nisso tudo. Há uma parafernália envolvendo esse problema, que resulta numa despesa também catastrófica para o nosso País em todos os sentidos.

Eu queria frisar – sou obrigado – um relato que ouvi do Senador Crivella na CCJ. Ele me colocou para chorar quando contou que, trazendo um preso dos Estados Unidos para o Brasil, este dizia, entre milhares de coisas, que ele era fruto de uma propaganda enganosa que começou em seu lar, na sua casa, passou para seus professores e, finalmente, para as autoridades brasileiras, quando pregam que a solução para o cidadão é estudar, é a educação. Ele se formou na Fundação Getúlio Vargas em Economia. Antes, tinha feito Economia em São Paulo. Depois da primeira formação que teve na faculdade, ele não conseguiu emprego durante dois anos; depois do curso complementar ou pós-graduação, continuou desempregado e foi para os Estados Unidos. Chegou lá e ficou preso. Naquela oportunidade, voltou para o Brasil chorando, imaginando encontrar dois filhinhos passando necessidade e ele sequer sem roupa para vestir e sapato para calçar. Não adiantou nada o estudo que ele fez no Brasil. Foi lavar prato e nem lavar prato conseguiu, porque foi detido pelas autoridades americanas.

Eu queria também lembrar uma reportagem que a **Globo** mostrou noutro dia, em que um grupo de brasileiros, querendo atravessar do México para os Estados Unidos, teve uma integrante picada por uma cobra. Precisaram da autorização do seu noivo, atiraram, mataram a moça e continuaram a viagem.

Isso, depois, foi mostrado de maneira semelhante na novela, tão bem elaborada, tão bem escrita pela Glória Peres, que está mostrando ao Brasil que não devemos sair do nosso País. É um absurdo, é um crime o brasileiro tentar a vida em outro lugar. Nós temos que ficar aqui e praticar uma política capaz de resolver o nosso problema interno.

Eu queria também me reportar às alegações que foram feitas e por que isso, por que acontece isso com o brasileiro. “Falta de crescimento no Brasil, talvez” – alegou o nosso Professor Manoel; falta de ajuda a

empreendedores brasileiros que querem trabalhar, que querem produzir aqui. Eu queria acrescentar mais: vi, há três dias, outra reportagem da **Globo**, no **Bom Dia Brasil**, onde o cidadão foi ao banco, pegou dinheiro emprestado, plantou grãos e não foi muito bem; plantou no segundo ano, a seca veio e acabou tudo. A reportagem mostrava suas filhinhas, lindas, com oito, 10 anos de idade, chorando por falta de comida e perguntando: “Por que não temos direito de possuir as mesmas coisas que as outras crianças possuem?” E depois – mostrou, ainda, a reportagem –, o cidadão, indignado, frente à câmera da **Globo**, frente ao Brasil quase todo, fazia um juramento: “Jamais plantarei um grão neste País.” Por quê? Porque não há garantia de preço. Quando se começa a plantar, custa R\$50,00; no dia em que vai vender, está custando R\$20,00. Ele apenas contabiliza prejuízos, quando a chuva não mata por alagamento ou quando o sol não mata pela queimadura.

E o pior, Sr. Presidente, é que a gente chega ao extremo de constatar que o nosso Governo – não é o Governo do Presidente Lula, mas todos os Governos de determinado tempo para cá – não consegue copiar aquilo que aconteceu em outros países. Quem não se lembra das dificuldades por que a Itália passou na época de Aldo Moro? Mata Aldo Moro ou não mata Aldo Moro? E, finalmente, assassinaram o Presidente da Itália. A inflação, naquela época, era de 80%.

E o que os países mais antigos e experientes nos mostraram logo a seguir? Passaram a remunerar bem a produção. O leite passou a ter valor, o arroz passou a ter valor, houve uma capilarização da riqueza: um apartamento pequeno é alugado pelo equivalente a R\$3.500,00, um bife custa o equivalente a R\$200,00, mas o salário é de R\$9 mil. O cidadão pode, com o seu salário, comprar o bife caro, morar em um apartamento e pagar a prestação do seu carro.

E o que vemos no Brasil? O Governo insiste em pagar salários miseráveis – salário mínimo de R\$200,00, de R\$300,00 – e, com isso, sufoca a produção nacional, os produtores de arroz, de leite e de feijão. Eles só têm o direito de contabilizar prejuízos e, com isso, fazemos o nivelamento por baixo, enquanto lá se faz o nivelamento por cima.

Sem contar que o BNDES financia grandes empresas estrangeiras para montar grandes **shoppings** e supermercados, matando o pequeno empresário brasileiro. Quando nasce uma grande empresa estrangeira, detectamos que nasceu ali alguém que passa a ser um atravessador cruel que compra, por migalha, o leite do brasileiro, engarrafa-o e o vende dez vezes mais caro para o consumidor brasileiro. Por que o BNDES financia empresas para funcionar no Brasil como

atravessadoras, como os grandes supermercados e os grandes **shoppings**?

Sr. Presidente, a Professora Tereza disse que não sabe se há vantagens ou desvantagens quanto à emigração, e o Senador Hélio Costa falou da importância econômica dos brasileiros que enviam dinheiro para cá. Quero deixar bem claro que a minha posição é a de que não há nenhuma vantagem.

O que quero dizer aqui nesta manhã, Sr. Presidente, é que é uma desgraça nacional o cidadão colocar o filho no mundo e ele ter que ir sobreviver seja nos Estados Unidos, no Japão ou onde quer que seja. Deixo claro que, se eu soubesse que tinha de colocar um filho no mundo para sobreviver em um país estrangeiro, eu teria feito vasectomia aos quinze de anos.

Era isso que queria dizer, e não quero fazer nenhuma pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Bem curto, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Quero propor ao Senador João Batista Motta a seguinte reflexão: imagine se meu tataravô fosse ter a mesma atitude quando se soubesse que Francesco Matarazzo, em 1881, sairia da Itália. A sua saída da Itália provocou uma história de progresso, hoje pesquisada pelo historiador Ronaldo Costa Couto, de progresso para um número muito grande de pessoas no Brasil e na Itália. Isso resultou em progresso mútuo, em cooperação muito forte ao longo de tempos. Então, é só para não ser tão drástico assim. Há ocasiões em que o Direito... E ele veio, porque avaliou que, no Brasil, seria bem-sucedido; um amigo dele, que tinha estado aqui, disse-lhe: “Lá você terá sucesso”. E ele acabou efetivamente tendo. O fato de as pessoas, às vezes, livremente decidirem morar em outro lugar pode resultar em repercussões positivas para todos os lados. Então, é só para não precisar ser tão drástico assim, a ponto de dizer que realizaria uma vasectomia. É só para dar um exemplo, porque fiquei assustado com sua atitude um tanto drástica.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Eu, Presidente, sinto uma satisfação imensa pelo aparte do Senador Eduardo Suplicy, porque o que S. Ex^a falou é uma realidade pura. Mas não fui exagerado. Senador Eduardo Suplicy, no meu Espírito Santo, há várias comunidades estrangeiras: italianos, alemães, e por aí fora. Quando os italianos quiseram vir para cá, quando os alemães vieram para cá, nós os recebemos de braços abertos. Nós os abraçamos e os transformamos em nossos irmãos; temos orgulho e um respeito muito grande por eles. No entanto, o bra-

sileiro nos Estados Unidos é tratado como cachorro, e não podemos admitir isso. Devemos ter a política ou de merecer o respeito deles, ou de conscientizar os brasileiros a ficarem em nosso País e não irem lavar prato nem privada para nenhum estrangeiro. É só isso que queria acrescentar.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Concedo um aparte – que também pediria que fosse bem curto, bem rápido – ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Vou fazer um convite ao Senador João Batista Motta, para almoçar comigo, junto com o Senador Eduardo Suplicy. Poderemos, então, conversar sobre essa história.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Pago pelo Conde Matarazzo, não é?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quem vai pagar, Senador?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Por uma razão: não podemos confundir uma política de imigração como a que existe hoje nos Estados Unidos, muito pautada no dia 11 de setembro de 2001, com o que acontece no mundo inteiro. Vejam V. Ex^{as}: qualquer brasileiro está livre para entrar em praticamente todos os países europeus. Vai-se para a Inglaterra, para a França, para a Espanha, para qualquer lugar do mundo, e não existe isso, Senador; é uma coisa muito especial. Depois que Marco Polo saiu da Itália, foi parar na China e voltou, contando aquelas histórias todas, não há jeito de segurar o ser humano no lugar onde nasceu; no mínimo, ele sai. E sai para passear, para viver.

Eu, por exemplo, com a experiência que tenho de Estados Unidos, porque morei 18 anos lá, nunca encontrei, Senador Cristovam Buarque, um brasileiro que me dissesse que foi para os Estados Unidos para ficar e lá morrer, nunca! Sempre foi para voltar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Todos voltaram?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Sempre foi por necessidade, porque nosso País nunca apresentou uma solução para que esse brasileiro pudesse viver no País, ter emprego, produzir, Senador. O problema é nosso, não é dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma, que está inscrito. Quero dizer que, independentemente, Senador João Batista Motta, das diferenças em relação à sua fala, acho que, com a ênfase que deu à defesa de que ninguém precisa sair, V. Ex^a transmitiu

o seu recado, mesmo que possamos discordar sobre o radicalismo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou com V. Ex^a nesse aspecto da análise da palavra do Senador João Batista Motta. Parece-me que o fulcro desta discussão era a diáspora, por que os brasileiros estão saindo, e não por que estão sendo mal recebidos no exterior. Parece-me que essa era a inteligência desta reunião. A nossa angústia é saber que brasileiros são barrados lá fora, porque aqui, não tendo mais perspectivas, buscam esperança em outro país.

O Brasil já foi esperança, Senador Hélio Costa. Na época de 1900 – a história é minha, da minha família, sou filho de imigrantes –, deixaram o Oriente em fuga do domínio otomano por serem cristãos. Aqui vieram para tentar a vida e consolidaram sua trajetória, porque o Brasil ofereceu condições à época em que de lá vieram. O nome da minha mãe é América, pela esperança que ela representava nessa viagem. Aqui ela nasceu e foi batizada com o nome de América, porque seus pais encontraram a realização da perspectiva de viver em liberdade e participar daquilo que eles queriam, que era continuar como cristãos e não serem cuspidos na cara, poderem andar no meio da rua e não serem impedidos de trabalhar e progredir. Tinham dinheiro e tinham capacidade.

O representante do Ministério de Relações Exteriores, Dr. Manoel, disse: nada os afasta daqui – não há problema religioso –, a não ser a expectativa de não ter trabalho, o desemprego. Eu tenho um filho que morou 3 anos nos Estados Unidos para se especializar em atividade médica. Ele foi convidado, Sr. Presidente, para ser parte de uma universidade americana como professor na área de Neurologia. Ele disse: “Não, minha vida está no Brasil, vou voltar para lá”. Por quê? Porque esse desejo não se afasta de ninguém, só ficam definitivamente em outro país quando não têm mais perspectiva de volta.

Estamos discutindo uma coisa diferente. O problema de entrar e sair para passear é uma coisa, mas ir para trabalhar é outra coisa. Temos aqui no Brasil – sabe a senhora como Secretária Nacional – que na época em que eu era Diretor da Polícia Federal, fizemos várias operações para a clandestinidade de determinados países, como a China, a Coréia e a Bolívia, que exploravam o ser humano aqui dentro, Senador. Traziam grandes grupos clandestinamente, com comprometimento por portas do aeroporto, grandes levadas, foragidos, que vinham para cá tentar a sorte e ficavam escravos dos próprios patrícios. Ainda se encontra isso aqui.

Essa analogia que fazemos é a de que é difícil para um país onde a dificuldade econômica fecha as

portas para os nascidos aqui, que estão desempregados, impedir que seja oferecido para outro. Secretário, está faltando um membro para discutir, o representante do Ministério do Trabalho, que tem que analisar se pode dar um visto permanente ou não para uma profissão que aqui tenha concorrência, que nega. O visto de entrada para passeio é uma coisa, o visto de entrada para estabilizar um clandestino é o direito de cada país, ele faz a sua legislação. Então, os acordos internacionais é que abrem uma certa facilidade. É difícil criticarmos.

Outro dia, o filho de um rapaz de origem japonesa teve negado o visto para o Japão. Como de kasségui, com contrato preestabelecido e trabalho, e foi negado o visto. Liguei para a Embaixada, fiz uma carta pessoal. Eles disseram que em 6 meses ele poderá ser reanalisado, mas há alguns impedimentos de ordem mais administrativo-legal do que propriamente de impedir o cidadão de entrar lá.

O americano faz uma análise da perspectiva de a pessoa ter condições de voltar ou de querer voltar para cá, por compromisso de família e trabalho. Uma pessoa de idade avançada, que é o caso da senhora de 86 anos, se não tiver vinculação forte aqui, é impedida de entrar. Não é só pelo 11 de setembro, doutora. Aumentou fortemente o impedimento da concessão de visto americano. Não estou a favor, não estou defendendo, mas o medo que tomou conta dos americanos é impressionante. Quando se chega a um aeroporto americano mandam tirar o sapato, em voo doméstico. Não é só para o brasileiro ou para o mexicano, mas para o americano também. Não tem distinção, por causa do medo que eles têm de que possa haver um atentado a qualquer instante. Vimos ontem, ou anteontem, que um pequeno avião entrou no espaço aéreo da Casa Branca e causou horror lá. E foi um erro do piloto que ia para uma exibição aeronáutica, errou o caminho – provavelmente regulou mal seu radar – e passou. Mas esse pavor traz uma série de situações difíceis.

Se pegarmos um pedaço de cada depoimento aqui, formamos um mosaico do que realmente a imigração tem surgido. Devemos falar também que a chegada do estrangeiro aqui tem os mesmos problemas.

Agora, a exploração sexual de jovens que estão indo para o exterior, nós, da Polícia Federal, sempre agimos por denúncia ou por suspeita nos aeroportos, porque é difícil controlar, doutora, muito difícil o controle. É que a pessoa já vai orientada a dificultar a fiscalização. Ela vai como turista ou como qualquer outra coisa e não faz referência que vai ser contratada para trabalhar como garçom ou qualquer coisa e vai se prostituir.

Realmente, é necessário haver acordos bilaterais de trabalho conjunto das polícias, porque isso é um combate que não é do estrangeiro, é do crime organizado. Temos que trabalhar em cima daquilo que é o crime organizado. Esses coiotes que o Senador Hélio Costa e o Senador Crivella levantaram aqui com conhecimento de causa, porque lá foram e ouviram cada um dos depoentes, esses, sim, o americano tem que combater com rigor. E o México hoje, assustado, quer criar o visto de entrada de brasileiros – sempre tivemos a liberdade de ir lá e entrar – e, sob pressão, não quer mais que haja esta facilidade de entrada no seu território, impedindo-os de passar a fronteira.

Estivemos agora no Paraguai e lá há esse acordo internacional dos cinco países, que é quase centenário, não é Embaixador? A carteira de identidade, não é coisa nova, já foi criado há muito tempo. Pode ser que o Senador Hélio Costa tenha razão para estender isto para os outros países da América do Sul. Mas hoje vimos, na primeira crise que houve no Paraguai, quem está sendo dispensado e impedido de entrar? A mão-de-obra brasileira, porque ela, praticamente, essa carteira de identidade é para circular, para passear, para fazer compras, mas não para trabalhar. Tem agora a carteira do fronteiro que tem que ser reconhecida nesse Acordo do Mercosul. Então trabalha num lugar ou no outro, com reconhecimento e pagamento, principalmente, da Previdência, porque a assistência à saúde não existe.

Quem vai para os Estados Unidos tem um sofrimento tremendo, porque o clandestino lá não tem assistência social alguma. A Senhora deve ter analisado isso, acredito que conheça mais profundamente que eu. Tive um mal-estar lá, Presidente, e fui ao pronto-socorro; fiquei das três da manhã até às sete da noite do outro dia e estão mandando conta de US\$9 mil. Tomei duas injeções e fiquei sob observação. Estou me recusando, estou discutindo, porque considero um abuso. Cheguei aqui e estava com uma pneumonia dupla, que eu posso ter pegado lá no hospital. E não tenho dúvida. Fui atendido pelo Consulado de Nova Iorque maravilhosamente bem. O cônsul é uma pessoa excepcional, determinou um componente do seu consulado ir lá ficar comigo, me dar assistência. E está com meu filho que era médico e trabalhou no hospital vizinho. Então imagine o clandestino ali, como ele faz se tiver um mal-estar.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Tenho dados recentíssimos do próprio Governo americano do

quanto os ilegais que vivem nos Estados Unidos contribuem anualmente com a Previdência americana. No ano passado chegou a US\$50 bilhões. Ou seja, eles contribuem; trabalhou, tem que pagar, mas não tem o direito de usar absolutamente nenhum privilégio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque quem os contrata, mesmo sabendo que são clandestinos, faz o desconto; e não pode ser usado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Chega a 50 bi.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O mosaico que V. Ex^a trouxe, com a manifestação de cada um, merece todos os parabéns. Cada um de nós sabe um fragmento da história.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Senador, eu pedi um aparte, e ele me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Por favor.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Finalizando, quero dizer que não estamos discutindo, neste momento, o direito de ir e vir. Estamos discutindo um problema nacional, que posso resumir em algumas palavras que ouvi do Senador Gerson Camata: que lamentava não ter mais um sobrinho no Brasil; todos se formaram e todos foram para o estrangeiro. Estamos formando técnicos em nossas universidades e mandando técnico de qualidade lavar privada, lavar prato. É esse assunto que estamos discutindo nesta Comissão. O direito de ir e vir não importa. Se entra de sapato, se entra descalço, se deixa entrar ou se não deixa, se vai passear ou se vai trabalhar, não interessa. Estamos detectando aquilo que já se sabe há muito tempo: o brasileiro não está tendo a oportunidade de viver em seu País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Não é o direito. É a necessidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É a desesperança.

Quero agradecer e cumprimentar os expositores e V. Ex^a, pela iniciativa. Tive a felicidade de ganhar um livro, mas não quis aceitá-lo sem o autógrafo da autora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – O Senador Marcelo Crivella é o último orador inscrito, mas foi um dos primeiros a se interessar por esse assunto, ao lado do Senador Hélio Costa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, V. Ex^a está dirigindo esta reunião como um príncipe. Aliás, V. Ex^a tem nome de príncipe: Ricardo Cristovam Cavalcanti Buarque. É nome de príncipe.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É de rei.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Quero cumprimentar o Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Príncipe nordestino.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Príncipe do Brasil. Aliás, o Senador Romeu Tuma revelou, hoje, ser monarquista, porque S. Ex^a nos chamou de súditos do Brasil. Sr. Presidente, V. Ex^a já tem um cabo eleitoral para a sua campanha.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu sempre quis que tivesse Monarquia no Brasil para eu ser algo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Emir, sultão.

Quero parabenizar todos. Temos, aqui, a universidade, setores do Governo e esse herói, Manoel Gomes Pereira – anotem esse nome –, pertencente ao grande quadro do Itamaraty. Excepcional companheiro. Foi comigo e com o Senador Hélio Costa aos Estados Unidos e, na hipótese de ficar dois dias, ficou uma semana. Mal tínhamos roupa para trocar, mas ele demonstrou um esforço tremendo. O pessoal do Itamaraty é brilhante na defesa dos brasileiros.

Quero oferecer uma meditação rápida, citando um exemplo da Bíblia. No começo da humanidade, houve uma migração muito interessante, a de José do Egito, vendido pelos irmãos e acolhido no Egito, na casa de um sujeito chamado Potifar. Ali, José enfrentou toda a saga do imigrante, que não conhece a língua, que começa a trabalhar lavando privada ou seja o que for – como se diz a título de paradigma – e que também sofreu assédio sexual, porque a mulher de Potifar se encantou por ele. Entretanto, José não se achava no direito de trair o sujeito que lhe estendeu a mão e negou. A mulher ficou enciumadíssima. Aliás, os franceses têm um ditado que diz: “*Cherchez la femme*”. *Cherchez la femme* nas grandes tragédias da História, com todo o respeito às nossas debatedoras.

A verdade é que José não aceitou o assédio e ficou preso por 13 anos. Aos 30 anos, o sonho se realizou e ele se tornou o segundo homem do Egito. Seus irmãos e seu pai passavam fome na Palestina e foram ao Egito. O povo de Israel, os hebreus, cresceu muito, mas começou a sofrer a perseguição política, étnica e religiosa. Essa imigração de José originou, talvez, a mais famosa imigração do povo hebreu, saindo do Egito em busca da Terra Prometida.

Falei de quatro temas que considero o arquétipo de todos os movimentos migratórios que ocorreram ao longo da História. As pessoas migram porque são vendidas pelos irmãos, como ocorreu no caso que V. Ex^a citou do aeroporto. Há o caso clássico dos escravos – 12 milhões de negros saíram da África vendidos

pelos irmãos e vieram ao Brasil. E quanto brasileiros, hoje, sobretudo mulheres e crianças, são vendidos ou cooptados ou traficados por esses quatro motivos que identifiquei – abastecimento de rede de prostituição internacional, exploração sexual infantil, tráfico de órgãos, trabalho escravo ou narcotráfico. Podemos, inclusive, incluir a adoção. Os bolivianos e os peruanos vêm para cá, trazidos pelos irmãos, que os vendem. É um tráfico terrível. Razões econômicas levaram o pai e os irmãos de Jacó a irem para o Egito.

É o que disse brilhantemente o nosso Senador: as políticas neoliberais adotadas nos países da periferia são uma catástrofe, porque vivemos com taxas de desemprego enormes. A política neoliberal na Europa é remediada, porque existe um Estado de bem-estar social, ou seja, as pessoas, de modo geral, nascem ricas, têm saúde, educação e lazer. Aqui, não. Não agüentamos as políticas neoliberais que estão aí.

Falta dinheiro para a educação. Não podemos fazer esse superávit. Não podemos estabelecer taxas de inflação que não alcançaremos. Como pode haver uma inflação de 5% se desindexamos os salários, mas deixamos indexados os preços públicos? Em sua terra, Senador Cristovam Buarque, há tarifas de energia que estão subindo 40%. É um absurdo. Adotamos uma taxa que não alcançaremos e, por causa dela, tornamos os juros altos, o que compromete todo o orçamento do Governo. Então, sem sombra de dúvida, as razões econômicas existem.

O terceiro item sobre o qual falarei rapidamente é a perseguição religiosa. Aproveito para denunciar que budistas são perseguidos no Tibet e, agora, no Sudão – vivem na África há dez anos. Não agüento ler as notícias que vêm do Sudão, de onde cinco milhões de sudaneses foram expulsos. Saíram andando, vestidos de farrapos, por aquelas estradas empoeiradas e ardidas no calor do centro da África, no coração daquele continente. E foram para onde? Ali para o lado: para Uganda, para a Tanzânia ou para Malawi, países que já não suportam sequer sustentar o próprio povo. Dois milhões foram trucidados, cinco milhões numa limpeza étnica, como a da Bósnia e a perseguição dos judeus na Europa. A perseguição religiosa, étnica e política é um absurdo e continua acontecendo mesmo neste século.

Finalmente, falarei sobre a idéia da terra prometida, que é instrumento de manutenção de poder das potências hegemônicas, sobretudo a França em relação às colônias, a Alemanha em relação ao Leste da Europa e à Europa Central, a Inglaterra em relação ao *Commonwealth*– 51 países e suas ex-colônias – e os Estados Unidos em relação à América Latina, que é a sua área geográfica de influência. Existe, sim, esse

brain drain denunciado aqui, que tanto magoa o nosso Senador do Espírito Santo, é o fascínio da terra prometida que, por meio da mídia dos cinemas, dos filmes e dos livros, se lança em nosso País.

A contratação de professores convidados, convênios com pesquisadores e a concessão de bolsas de estudos acabam levando para outros países inúmeras pessoas que nos custaram caro e nos são caras. Nem todos, mas uma grande maioria – é natural que esse fato ocorra – desenvolverá uma certa simpatia por um outro modo de ver o mundo, por uma outra maneira de interpretar as questões internacionais e futuramente servirão de apoio a esses países hegemônicos na solução das questões internacionais. Sabemos – o Ministro Manoel Gomes também tem conhecimento – que os órgãos internacionais são instrumentos de manipulação para perpetuar o poderio dessa turma.

Sr. Presidente, ditas essas palavras, falarei de quatro projetos importantíssimos que tramitam nesta Comissão para os quais peço a atenção de V. Ex^a. O Senador Hélio Costa propôs que os estrangeiros tenham o direito político de votar. Nada mais justo. V. Ex^a, Sr. Presidente, propôs algo fundamental, que diz respeito ao direito de os brasileiros que estão fora do País poderem eleger-se deputados a fim de representar a comunidade, fazendo conosco esse intercâmbio tão importante.

Tenho duas proposições para as quais peço atenção. Uma delas é referente à poupança do emigrante empreendedor. Ora, se eles mandam US\$5 bilhões para cá, é claro que há US\$500 bilhões depositados em bancos estrangeiros. Por que não manter esses valores em bancos nacionais? Por que não criarmos um programa para que esse dinheiro fique aqui, no Brasil, ou em bancos brasileiros no exterior, em moeda forte, e que possam ter a garantia do nosso Governo de que, quando voltarem, terão três vezes de financiamento, de acordo com o saldo médio que mantiverem na conta? Poupança do imigrante empreendedor! Vamos organizar para, quando voltarem, terem acesso a uma vida melhor, porque todos, como disse o Senador Hélio Costa, querem voltar.

Por último, há um projeto que já tramita há dois anos – poderia ser um projeto desta Comissão. Por que não estabelecemos que parte da taxa recolhida no Banco Central seja obrigatoriamente destinada aos Consulados no exterior? São remetidos para cá pelos brasileiros e fica uma taxa. O Banco Central cobra uma taxa pelo envio desse dinheiro, que alguns dizem que é alta – até concordo. Esse dinheiro teria que voltar em apoio aos brasileiros que está lá fora.

Sr. Presidente essa foi a minha contribuição.

Quero novamente parabenizar V. Ex^a. Este é um tema extraordinário.

Vou mergulhar fundo nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Senador Hélio Costa. A preocupação de S. Ex^a, como representante do Estado de Minas Gerais, é fundamental. Se temos essa vocação no Vale do Aço, de as pessoas quererem ir morar no exterior, tudo bem! Isso é natural. Mas que não sejam forçadas por nenhuma dessas quatro causas, nem vendidas pelos irmãos, nem que sejam iludidas por uma terra prometida, por razões econômicas ou fugindo de perseguição religiosa ou étnica. Que seja pelo desejo de concretizar um sonho.

Fui, como missionário, para a África. Passei lá dez anos feliz da vida, enfrentando todas as dificuldades. Fui porque quis. Fui com a minha família. Mas obrigado, Senador João Batista Motta, pelo Espírito Santo, V. Ex^a tem toda a razão: é duro, é doloroso!

Vimos os nossos irmãos chorando naquelas prisões. Pedi a uns senhores que dessem um depoimento para **TV Record**. Um deles disse: “Meu filho, quero dizer para você que vim para cá para pagar a tua faculdade. Mas seu pai está velho. Não consegui atravessar aquele deserto. Fui preso. Estou aqui há 60 dias. Meu filho, fracassei mais uma vez!” Isso arrebenta o coração da gente. É o que precisamos evitar, Senador. Tenho esse depoimento gravado por um senhor de 60 anos na televisão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Agradeço-lhe, Senador.

Quero dizer que uma audiência como esta é para que depoimentos deste tipo sejam feitos, como esses dos senhores, para que a televisão transmita, e o Senado preste esse papel de debater a idéia para a qual nem todos despertaram.

Eu havia dito que V. Ex^a seria o último a falar, mas não posso negar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que, além disso, é diplomata, ainda que os discursos dele nem sempre passem essa impressão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas é que há hora de fazer a paz, hora de declarar a guerra!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Muito bem!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas hoje é dia de paz, de procurarmos a melhor resposta, Senador Hélio Costa, Sr. Presidente e senhoras e senhores convidados tão ilustres, para uma questão que, para mim, tem de ser analisada sob o prisma político, social, sob o prisma econômico – não estou estabelecendo ordem, não estou hierarquizando –, sob o prisma humano, sob o prisma psicossocial.

Eu, muito jovem, passei um período nos Estados Unidos. Digo-o porque dificilmente eu teria ocasião de repetir a experiência. Convivi muito de perto com muita gente que estava lá como imigrante ilegal e vi coisas constrangedoras.

Eu via a **go-go girl** que era tratado como um animal pelos leão-de-chácara dos estabelecimentos. Vi um casal que não se gostava mais, mas não podia deixar de estar juntos, porque não haveria condição de sobrevivência cada um de **per si**. Vi um rapaz de Minas Gerais, de Governador Valadares, Luciano, que mantinha um carro de que não necessitava no inverno, mas, se porventura ele não tivesse onde morar no inverno, em Nova Iorque, teria o carro como último recurso, Senador Crivella, como último abrigo.

Vejo então que, do ponto de vista econômico, aqui se abordou com muita competência – vim acompanhando do gabinete o que era possível, estava em uma reunião de Bancada – o fato de que eles contribuem para com o Brasil. No meu país ideal ele preveria o Brasil recebendo o imigrante, como em algum momento foi, sem ter sido jamais o país ideal, recebendo o braço imigrante para impulsionar o desenvolvimento.

Grande parte do nosso desenvolvimento se deve a portugueses, se deve a italianos. Não quero aqui homenagear a escravidão, portanto, entendo que naquele momento meu arquiadversário, que é o Presidente Lula, agiu corretamente ao pedir desculpas pela escravidão em África, porque se é verdade que não foi um brasileiro, até por que o brasileiro era a fusão de tudo isso, de todas as raças que para cá vieram, eu diria que a economia brasileira se beneficiou do braço escravo e isso justifica o pedido de desculpas, isso sim.

Vejo então que, do ponto de vista econômico, temos que pensar, no longo prazo, na forma de o Brasil virar um país importador de imigrantes e jamais exportador de mão-de-obra tão forte, capaz de gerar bilhões de dólares por ano, imaginem se as condições ideais estivessem postas aqui – isso não é culpa deste Governo, nem daquele, nem daquele outro. Tem mil razões para arrolarmos, e isso daria um seminário inteiro, mas imaginem se essa capacidade criadora toda fosse posta disposição do País e criando riquezas aqui dentro.

Do ponto de vista político e do ponto de vista psicossocial, temos um drama: a nossa auto-estima vai para o chão. O Brasil, eu vi, a minha geração viu Portugal passando a fronteira para o outro lado, para o Primeiro Mundo, a Espanha fazendo a mesma coisa, estudamos o Japão dando o seu pulo, estamos vendo a Coreia fazer a mesma coisa e nós, por quaisquer amarras, quando nos deparamos com a aduana americana, percebemos como o Brasil tem sido um

país capaz de ver postergado o seu destino histórico por tanto tempo.

A gente percebe hoje um tratamento que é desumano ou dispensado a brasileiro como se fosse gente de segunda classe, como se fosse gente de somenos importância, e o orgulho brasileiro exige que todos nos unamos para que, primeiro, seja dada a curto prazo uma unidade lá e, segundo, para que essa situação se reverta idealmente na transposição dessas pessoas para criarem empregos, criarem riquezas, criarem economias aqui.

Finalmente, Presidente Cristovam Buarque, entendendo que a Comissão é mesmo o lugar para debatermos soluções, o Plenário é para se disputarem as posições políticas, mas as Comissões são feitas para discutirmos soluções. Comunico que já indiquei, Senador Hélio Costa, os nomes do PSDB para comporem a Comissão Mista presidida por V. Ex^a sobre a imigração, mas considero de enorme valia estarmos aqui discutindo isso, considero de enorme valia estarmos preocupados com um tema que mostra que, com sensibilidade, nem sempre longe da vista, está longe do coração.

Conheço a vida dos dekasségus. Não é brincadeira. Fazem um pé-de-meia. Conheço pessoas no interior meu Estado, e lá há pessoas com traços orientais na sua conformação fisionômica que viraram dekasségus porque precisavam daquela mão-de-obra em algum momento do **boom** japonês – hoje não é mais assim – e como eles têm o olhinho puxado, puxa para lá. E sabemos como chegavam aqueles dólares suados, aqueles dólares sofridos e como aquelas pessoas gravavam, ralavam, trabalhavam muito duramente para conseguir um lugar ao sol, enfrentando necessários preconceitos, que não livram nem jogadores de futebol tão conhecidos e tão paparicados pelo mundo inteiro, mas, de repente, esbarram na figura do racismo, e vemos um outro tipo de preconceito, que não deixa de ser um outro tipo de racismo. Já não é mais o da cor – é branco ou é assim –, mas é o racismo do tipo que diz: Você é de uma raça inferior, por isso é que você, no meu país, lava banheiro; eu sou de uma raça superior, por isso é que eu não lavo banheiro. Ou seja, quando a minha economia está ruim e alguém meu precisa lavar banheiro, persigo você de maneira animalesca. E quando a minha economia está boa e eu preciso de alguém para lavar o banheiro, aí é você; é você que vai lavar o banheiro para mim. Não sou eu que vou lavar o banheiro, é você que vai lavar o banheiro, você brasileiro, você chileno – o chileno nem tanto –, você uruguaio, você paraguaio, você boliviano.

E temos que atacar estas duas frentes: um país que consiga crescer a altas taxas, de maneira sustentável, ao longo de 10 anos, de 12 anos, para dar

um salto, e um país que seja capaz de tomar atitudes muito pontuais, como tem sido a preocupação do Senador Hélio Costa, como tem sido a preocupação do Senador Crivella. Muito pontuais, dizendo assim: Tem problema com um brasileiro, esse problema é nosso; tem problema com um nacional nosso, o problema é nosso.

Não importa que aquele problema único seja um problema pouco grandioso aos olhos de alguns. É um problema que se junta aos demais microproblemas. Ele é um grande problema. E temos essa coisa de 150 mil... Qual é o número de imigrantes para os Estados Unidos, hoje? Vi no jornal **O Globo**.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Um milhão e trezentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É o que temos lá? Muito bem.

E vou dizer aos senhores. Eu me deparei com uma questão, pouco tempo atrás, depois tive a companhia do Senador Jefferson Péres. Recebi muitos *e-mails* com críticas. Não me arrependo nem um pouco. As atitudes devem ser tomadas, e as críticas são livres para serem feitas. Mas um conterrâneo meu, amazonense, foi preso por tráfico de drogas. Ele queria passar para as Ilhas Bali e estava na Indonésia. Foi preso. Depois, em seguida, um outro repetiu a mesma estupidez, e foi preso com a mesma coisa, uma asa delta com droga dentro. Foram condenados à morte.

Eu me senti na obrigação, como Parlamentar do Amazonas – mas eu faria a mesma coisa se tivesse sido instado por qualquer outro Estado a fazer o mesmo gesto –, e pedi, basicamente, que a diplomacia brasileira atuasse. E ela atuou. E fui ao Embaixador da Indonésia e disse a ele que não estava pedindo pena menor nem pena maior, nem estava passando a mão na cabeça de alguém que cometeu um crime que, para mim, é hediondo, sim, que é traficar drogas, mas estava pedindo que, sendo ele brasileiro, e não havendo pena de morte aqui, em nome das relações Brasil-Indonésia, que não o condenassem à morte. Aí recebi *e-mails* de algumas pessoas. Enfim, não conseguimos agradar mesmo a todos, e considero que quando agradamos a todos, alguma coisa está errada. E diziam: Não me admiro muito de o senhor estar defendendo um traficante. Eu não estava defendendo traficante nenhum, estava defendendo o direito de ele viver, ainda que na prisão perpétua, ou o que fosse.

Muito bem, depois, o Senador Jefferson Péres foi no mesmo sentido. Conhecemos a família. É uma família muito decente. E é um sofrimento muito grande. A mãe está em pandarecos, está em frangalhos. Mas aquilo me parecia um claro compromisso do meu mandato parlamentar. Ou seja, era um brasileiro. Uma

instância. Era um amazonense. Era uma outra instância. Estou aqui para representar o Brasil, estou aqui para representar o Amazonas. E alguém que resvalou para o mais baixo desvão da vida. Resvalou. Por isso a diplomacia se omite? Permite um tratamento desumano a ele na prisão? Por isso a diplomacia concorda com aquela história da pena de morte? Uma das formas é o fuzilamento – ele foi condenado ao fuzilamento. A outra é enterrar até o pescoço e um elefante amestrado pisar na cabeça – é algo parecido com isso.

Então, temos a obrigação de iniciar, com esse Governo, sem mexer nos costumes de ninguém, um debate em defesa de uma vida brasileira. Nós, que nos mexemos, no Governo passado e neste Governo, por aquela moça nigeriana que foi estuprada por um tio, e, porque engravidou do estupro do tio – não aconteceu nada ao tio –, ela, por ter a sua condição de mulher tão rebaixada num país que vive, infelizmente, um outro estágio político – o nosso já não é o ideal nesse campo –, teve a sua condenação à morte indicada pelo Governo. O Governo brasileiro de antes e o de hoje se mexeram, outros Governos se mexeram e ONGs, democratas do mundo inteiro e, ao fim, vi no **Fantástico** que ela foi não só liberada como vive uma vida sem constrangimentos hoje.

Em outras palavras, percebo que há essa questão de direitos humanos, que é fundamental. Tentei falar de política, de orgulho nacional, mas essa questão de direitos humanos é fundamental. Sabemos que, no macro, só sustentaremos os direitos humanos no Brasil, para valer, se tivermos desenvolvimento econômico ou distribuição de riqueza. Esse é um objetivo de todos, nos digladiamos aqui tentando mostrar qual é a melhor forma de se chegar a isso. Penso que é assim, o Presidente Lula pensa que é assado. Acredito que ele não duvide da minha boa-fé e nem eu quero duvidar da boa-fé dele. Digo apenas que temos também que olhar muito essa questão do micro, e por isso louvo o Presidente Cristovam Buarque pela sua iniciativa, está sendo brilhante a sua gestão, como foi brilhante a do nosso Senador Eduardo Suplicy, foi muito atenta a sua gestão, bem como iniciativas como as que tenho visto, propostas pelo Senador Marcelo Crivella e pelo Senador Hélio Costa, que diziam que temos a ver com o drama de um e temos todos, nitidamente, a ver com o drama de centenas de milhares.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer a ninguém, queria apenas congratular-me com o que ouvi no gabinete e com o que ouvi aqui na sessão.

Parabéns e obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Senador Arthur Virgílio, ao mesmo tempo em que agradeço, penso que o senhor tocou em um

ponto que justificaria fazermos uma audiência dessa Comissão.

O senhor lembrou que o Brasil, nos anos 70, era o país mais promissor entre todos os países do terceiro mundo, e lembrou que hoje estamos atrás da Espanha, Portugal, Grécia e Irlanda, que deram um salto. Na Ásia, Cingapura, Malásia e Coréia do Sul deram um salto. O México está dando um salto também. O senhor poderia, se quisesse – eu gostaria e ficaria muito feliz – fazer um requerimento para fazermos uma audiência a fim de se perguntar por que o Brasil ficou para trás.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Presidente, seria feito com as duas Comissões, a de Assuntos Econômicos e a nossa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Melhor ainda. Vamos fazer isso. O que levou o Brasil, que era o mais promissor, a ficar para trás? Se o Senador quiser, penso que seria uma boa idéia que o senhor trouxe para cá, com essa sua visão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Agradeço. Apesar da hora, penso que, por uma questão até de delicadeza e respeito àqueles que nos fizeram perguntas, vou lê-las rapidamente e passo para cada um de vocês. Vou escolher, Senador Hélio Costa, a cidade que tem mais de uma pergunta. Tinha que ser, obviamente, Governador Valadares. As outras, cada uma tem uma.

Uma pergunta do Adezílio Martins da Silva à professora Teresa. Ele pergunta se a senhora encontrou, fora do Brasil, imigrantes brasileiros em boas posições, como dirigentes de empresas, da mesma maneira que os americanos aqui dirigem grandes empresas.

O Douvair pergunta, sem dizer exatamente a quem, se tem conhecimento de quantas pessoas foram mortas ao atravessarem a fronteira do México com os Estados Unidos. Não sei o número, mas, recentemente, trouxe matéria sobre isso e mostrou que foram dez vezes mais, nos quase últimos 40 anos do Muro de Berlim.

José Menezes pergunta à secretária Cláudia Chagas por que os direitos dos brasileiros não são respeitados no exterior. “Pergunto isso porque todas as vezes que recorro ao Consulado brasileiro em qualquer país no exterior, o Consulado não presta o devido atendimento”.

A pergunta do Lourival: “Os imigrantes que saem do Brasil vão em busca de melhores salários”? Na linha do Senador Arthur Virgílio, para que não ocorra essa saída, é necessário aumentar os salários e a

quantidade de empregos no Brasil, ou seja, o crescimento econômico.

Do Elton da Silva Velasco, à professora Teresa Sales: “Quais são os procedimentos legais para entrar nos Estados Unidos para trabalhar e quais são as barreiras impostas”?

O Jorge Eduardo Couto, à professora Teresa também: “Qual a visão do imigrante em relação ao pagamento da dívida externa? Eles acham justo?”

O Emilson Nunes pergunta à Cláudia Chagas: “Pelo desenrolar da audiência entende-se que o brasileiro tem o direito de entrar ilegalmente nos Estados Unidos e que, se descoberto, não será punido pelas leis brasileiras. Entretanto, sabemos que não ocorre assim. Existe alguma campanha no Ministério, esclarecendo que também é ilegal no Brasil ir como emigrante ilegal para os Estados Unidos? Essa é a pergunta. Confesso que não eu sabia que havia uma lei no Brasil que impedia.

Tem uma pergunta do Alcir: Existe alguma previsão de aumento de saída de brasileiros para o exterior nos próximos anos? Essa é uma boa pergunta. Imaginamos que haverá aumento ou que não haverá aumento, independentemente da novela, obviamente. É uma boa pergunta a do Alcir: quais são as previsões que temos?

Para a Cláudia: Como está a situação dos filhos de brasileiros que nascem no exterior?

Uma outra: Os brasileiros presos por serem imigrantes ilegais recebem algum apoio do Governo brasileiro?

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Não há distinção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Não há distinção.

Quantos brasileiros moram e trabalham no exterior? Já vimos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, a questão do brasileiro que nasce no exterior está rodando no Senado há dez anos. Ela precisa ser resolvida. Desde a Constituinte de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – É verdade.

Há uma pergunta sobre se existe rigor com relação aos estrangeiros que se instalam ilegalmente no Brasil, especialmente os que fazem atividades de drogas e de prostituição.

Para concluir, para não dizer que ficaram algumas de fora, por respeito a cada um que assistiu e que fez perguntas: Por que o Brasil não cria soluções para impedir a entrada desordenada de estrangeiros? Manifesto minha indignação com a ocupação de postos de trabalho por estrangeiros aqui, no Brasil, uma

vez que os brasileiros recebem tratamento desumano no exterior.

Luciano José Rocha Rodrigues: Os brasileiros que vão ao exterior a trabalhar vão com o objetivo de conseguir melhores oportunidades e obter realização pessoal, de mudar de vida. Isso pode significar a frustração desses brasileiros com a situação econômica e política do Brasil? É dentro da linha do exemplo que o Senador nos citou, lembrando, como bispo que é, que tudo isso estava previsto na Bíblia, nas quatro razões.

Chegou mais uma: Eu gostaria de saber como fica a situação das mulheres que viajam para o exterior para se prostituir? – é a maneira como é dito.

Essas são as perguntas. Temos muito pouco tempo, pois, daqui a pouco, são duas horas. Sei que elas justificariam muito mais tempo, mas peço que, no tempo mais curto possível, respondam a essas perguntas, que lhes foram dirigidas.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Então, vamos à pergunta que V. Ex^a me passou – já tem uma semelhante. A pergunta é do Sr. Marco Antonio Viana, sem indicação de cidade: “O senhor considera adequado o atendimento que é prestado pelos consulados a brasileiros em situação ilegal? O senhor não acha que os consulados deveriam priorizar esse tipo de prestação de serviço ao invés de eventos culturais e receptivos às autoridades e a brasileiros ilustres?”

Dados os meios humanos e materiais que temos, os Consulados brasileiros no exterior têm feito até algo mais que normalmente faríamos.

A assistência consular não é dada apenas a brasileiros que estejam em situação migratória irregular no exterior. Não distinguimos entre brasileiros em situação migratória regular, irregular, homem, mulher, criança, branco, preto, amarelo. Não fazemos distinção: é cidadão brasileiro e será atendido.

Com os cidadãos brasileiros em situação irregular, há um programa de visitas a prisões. O Senador Hélio Costa chegou a mencionar que, no Consulado-Geral em Houston, há uma pessoa atendendo, por telefone, a setecentos presos. Confesso que não sei se isso é feito em turno ou não. Quanto aos setecentos presos, tenho impressão de que varia muito, pois há uma grande volatilidade nos centros de detenção que acolhem brasileiros no Texas. O nosso Consulado em Houston, por meio de seus funcionários, faz visitas regulares aos centros de detenção norte-americanos e nós ainda temos também Cônsules Honorários que podem fazer essas visitas e que funcionam um pouco como antenas avançadas dos Consulados em áreas de maior dificuldade.

Eu continuaria agora com as perguntas dos Srs. Senadores. Foi a única pergunta que o senhor me passou.

O Senador mencionou a questão de US\$2,4 milhões por mês recolhidos na questão de vistos – são dados americanos. Eu confesso, Senador, que não tenho esse valor. Agora, pela Lei Orçamentária, esse dinheiro entra como orçamento do Ministério.

A renda consular, o dinheiro recolhido a título de emolumento consular, não se separa dos outros dinheiros colocados no Orçamento para o Ministério. De maneira que uma proposta como a de V. Ex^a teria provavelmente de passar pelo Congresso para ser modificada a Lei Orçamentária.

O SR PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na verdade, vai para o caixa único do Governo todo o dinheiro arrecadado no exterior. Não é destinado apenas a um trabalho no local onde é arrecadado.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – O traslado de corpos é algo que nos preocupa muito. No primeiro semestre do ano passado, fizemos um levantamento em nossos postos no exterior sobre o traslado de corpos.

O único país que conseguimos identificar que faz o traslado dos corpos de seus nacionais é o México. E isso desde que esses corpos venham dos Estados Unidos. É bem verdade que em 98% ou 99% dos emigrantes mexicanos vão para os Estados Unidos. Ou seja, o traslado não põe dificuldades logísticas nem financeiras muito elevadas.

Este ano, no dia 17 de março, chefiar a delegação brasileira que foi ao México para a primeira reunião de cooperação consular. Nós fizemos indagações sobre essa questão.

Eles nos apresentaram três respostas:

1. Sim, fazemos traslados de corpos desde que dos Estados Unidos e que as famílias não tenham condição de fazê-lo.

2. O traslado de corpos abriu uma “caixa de Pandora”, porque as empresas funerárias norte-americanas, ao saberem que o Governo mexicano estava pagando o traslado, aumentou absurdamente o preço do traslado – e olha que o traslado dos Estados Unidos para o México é feito geralmente por via terrestre.

3. Nós procuramos incutir no mexicano a necessidade de se fazer o traslado não de corpos, mas de cinzas. É evidentemente muito mais fácil e é 63% mais barato.

Os mexicanos têm um problema sério em relação a isso porque majoritariamente são católicos, e o católico dificilmente aceita o traslado...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Mas o católico sabe, pois está na Bíblia, que “do pó viemos e ao pó voltaremos”.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Claro que sabe. Mas eu tive esse exemplo em minha casa, há alguns anos, em Madri. De maneira, que entendi bem o problema.

Aqui nós teríamos que fazer algum tipo de publicidade disso antes de aplicarmos a regra.

O Senador falou a respeito da Estação Migratória de Iztapalapa, que é a única estação migratória existente no México, para onde são levados os brasileiros.

Eu apenas queria fazer um comentário antes disso. Os brasileiros, assim como outros latino-americanos, são presos no México porque cometem um crime chamado de transmigração. O crime de transmigração é o crime que ocorre quando um cidadão estrangeiro ultrapassa o território de um segundo para chegar a um terceiro país.

Então, o crime de transmigração nunca é punido com prisão na cidade do México. Eles consideram deportados. Pelo crime de transmigração o sujeito é preso no interior do México. Eu tenho aqui alguns Estados mencionados em um telegrama, e são basicamente Estados localizados na Fronteira com os Estados Unidos: Tamaulipas, Nueva Leon, Sonora, Baja Califórnia, de onde provém o maior grupo de estrangeiros que são levados à Estação de Iztapalapas.

Quando estive no México, vi 35 brasileiros presos, aguardando deportação. O tempo, Senador, em que eles permanecem em Iztapalapa é inferior ao tempo nos Estados Unidos.

Até 12 anos, os filhos não são separados das mães. E há pavilhões masculinos, femininos e para crianças maiores de 18 anos, em determinado momento, a família pode reunir-se. Evidentemente, as instalações são inferiores porque se trata de um país em desenvolvimento. Há toda uma limitação desse tipo. Pelo que escutamos de nossos colegas do Ministério da Justiça, consideram o tratamento *iztapalapa* razoavelmente humano.

O Senador Heráclito Fortes mencionou. Faço muita questão de dizer que queremos, cada vez mais, ser muito rápidos e precisos nas informações que o Legislativo nos pede. Tenho tido muita preocupação com isso. Sei que, muitas vezes, trata-se de um brasileiro desvalido. Quando ocorre o pedido de um Deputado ou de um Senador corro com ele. Realmente é o que faço. A nossa divisão de assistência consular, atualmente, trabalha assim.

O Senador Eduardo Suplicy fez uma porção de observações interessantes. Em primeiro lugar, falou sobre a abertura das Américas – se posso dizer assim

– à circulação de pessoas. Já temos, Senador, como V. Ex^a sabe, alguns acordos que facilitam, mas ainda não em nível de União Européia, dentro do Mercosul. Alguns acordos permitem que a residência seja obtida em prazos relativamente menores. Temos os acordos de carteira de fronteira, que permitem que estrangeiros de um país trabalhem ou estudem no outro deste que morem até “x” quilômetros da fronteira. Temos em alguns países (Argentina e no Uruguai); estamos pensando em fazer na Bolívia. Em toda a fronteira viva do Brasil com o Mercosul isso tem sido feito.

Uma outra coisa que nos tem facilitado a circulação são os acordos sobre os quais o Senador Romeu Tuma falou, aqueles que permitem passar a fronteira com a carteira de identidade. Temos com todos os países do Mercosul. No ano passado, em fevereiro, assinamos com o Peru. Esse acordo está no Congresso para a aprovação. Se tivermos com o Peru – que atualmente é um Estado associado do Mercosul –, teremos com todos os países do Mercosul.

V. Ex^a mencionou a questão dos hospitais e das universidades, da dificuldade de atendimento. Senador, o SUS é um dos poucos casos de universalização da saúde no mundo, como V. Ex^a bem sabe. O SUS atende a brasileiros e estrangeiros, indiferentemente. Não há limitação. As limitações são as próprias limitações do SUS, mas não porque o cliente vá até lá e não possa ser atendido.

Li um telegrama, semana passada, vindo de Washington, dizendo que o problema nos Estados Unidos está-se agravando muito em matéria de atendimento hospitalar e de escolas. Os hospitais, escolas e universidades que recebem fundos do Governo são obrigados a declarar o *status* migratório do candidato ao tratamento. Se não for cidadão em situação regular, não pode ser tratado, não pode estudar. É algo complicado.

O Senador Hélio Costa falou sobre a questão do valor de vistos não devolvidos. O Brasil, efetivamente, cobra US\$100 pelo visto de turista. Se o interessado não receber o visto, o valor não é devolvido. Não é devolvido porque consideramos esses US\$100 não como emolumento consular, mas, como os Estados Unidos consideram, taxa de processamento. Para chegar à negação do visto, tive que processá-lo. Pessoas leram, viram a documentação e a examinaram. Então, quando não devolvo os US\$100 é porque foram gastos no processamento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Embaixador, por favor. É uma questão de interpretação. Evidentemente, se temos um corpo consular, dentro de uma Embaixada, de um Consulado, que tem por obrigação analisar os pedidos de visto, não pode existir

taxa de processamento. Isso é o que os americanos dizem: que há uma taxa de processamento. Por essa razão, negam 80% dos vistos que são solicitados e ficam com os recursos.

Estou sugerindo – e se necessário faremos um requerimento – é que se tenha reciprocidade nesse sentido. Ou seja, o Brasil passa a devolver 1% ou menos dos vistos que nega. Os Estados Unidos, pela reciprocidade de um acordo consular, certamente terá que devolver também.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Obrigado, Senador.

Creio que possamos examinar isso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Essa idéia é genial, mas duvido que aceitem.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Temos um decreto de 1978, que é o Decreto nº 82.307, pelo qual o Governo brasileiro é obrigado a se pautar pela reciprocidade em matéria de política de vistos. Se não tiver a chance de receber a devolução daqueles 80% dos vistos devolvidos, não o devolverá. A taxa de processamento, como V. Ex^a sabe, dificilmente será devolvida, porque fica no Departamento de Estado, não vai para o Tesouro, porque é considerado trabalho de Departamento de Estado. Então, não é devolvida pelo Governo americano.

O Senador Romeu Tuma falou em combate a coites e a **polleros**. Temos feito isso. As nossas polícias têm procurado coordenar-se. Temos proposto acordo para combater o tráfico de imigrantes e de seres humanos – e consta um com o México. Esse é um acordo que vige muito especialmente para a polícia. São acordos de troca de informações, de capacitação, e alguém me lembrou, penso que foi a Dr^a Cláudia Chagas, de troca de estatísticas. Esse é um acordo muito importante.

Na reunião que tive com os mexicanos, chegaram a mencionar que isso seria uma boa alternativa a qualquer idéia, porque, segundo eles, não há denúncia do acordo de vistos. Isso permitiria um certo controle dos criminosos lá e aqui. O que se tem notado é que as quadrilhas funcionam nos três países: Estados Unidos, México e Brasil.

O Senador Crivella também comentou pontos muito importantes, entre eles, por nos conhecermos, a questão da poupança do imigrante empreendedor. Isto, Senador – e já lhe disse mais de uma vez – é muito importante: o imigrante poder, a partir da sua poupança, retirar dinheiro para abrir um negócio ou construir a sua casa. Ouvi falar até que o Sebrae está preparando imigrantes para a volta ao Brasil. Já há programa no Japão, por que, então, não o estender

aos Estados Unidos ou à Europa? Creio que isso seja muito importante.

Mais importante do que isso é que parte das tarifas bancárias seja transferida ao Itamaraty para assistência. E digo a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, que o dinheiro da assistência consular nunca é demais e se paga muito, porque é sempre uma caridade e um bem que podemos fazer a cidadãos brasileiros.

O Senador Arthur Virgílio também fez observações muito interessantes, inclusive sobre o caso Marco Archer, o primeiro rapaz que foi condenado na Indonésia por droga. Esse é um caso que temos acompanhado diuturnamente.

Muito obrigado, Senador, e me desculpe a demora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – Df) – Obrigado ao senhor. P tempo utilizado foi necessário!

Passo a palavra à Dr^a Cláudia Chagas

A SR^a CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS

– Vou tentar ser breve, fazendo algumas considerações que possam abranger os comentários e as perguntas já feitas. Algumas perguntas se referem a direitos dos brasileiros respeitados no exterior ou à possibilidade de os brasileiros que saíram ilegalmente serem punidos no Brasil.

Vou começar por este ponto. O brasileiro que sai pode ser deportado, uma vez descoberto no território do país para onde foi ou pode não ser aceito no próprio aeroporto. Essa é uma situação comum, hoje, inclusive debatemos muito a situação dos Estados Unidos, mas isso se vem ampliando também na Europa. Com a União Européia, houve uma barreira maior à imigração, e isso tem sido percebido muito em Portugal, onde diariamente um número de pessoas é devolvido e não aceito no próprio aeroporto. E, com essa possibilidade, com esse fluxo grande de mulheres brasileiras exploradas, em Portugal e Espanha, Portugal, hoje, tem sido muito mais rigoroso nessa seleção no próprio aeroporto. Recentemente até com a presença do Ministro Manoel, tivemos uma reunião com a autoridade portuguesa responsável pela questão dos estrangeiros e estamos debatendo uma maneira de agilizar esse acordo migratório que existe entre o Brasil e Portugal, dando assim aos brasileiros que já residem lá uma condição mais digna e uma condição de permanecerem e de trabalharem legalmente. Existem ainda alguns empecilhos, mas este acordo ainda está já solucionando a situação de muitas pessoas, assim como foi feito o acordo com o Suriname, que vai beneficiar uma série de brasileiros, pessoas humildes, pessoas de baixa renda, a maior parte deles ou são garimpeiros ou são prostitutas, mas se encontravam

em uma situação extremamente desfavorável pela sua situação irregular no País.

E assim nós temos nos esforçado ao máximo, o Ministério das Relações Exteriores para dar um bom atendimento consular, é lógico que ainda é inferir ao que eles mesmos desejavam por falta de pessoal e de recursos, isso tem que ser melhorado com certeza, assim como o nosso trabalho aqui no Brasil tem que ser melhorado no aspecto da prevenção da informação à sociedade o que pode acontecer com essas pessoas quando vão lá. Eu recebi uma pergunta que fala que como fica a situação das mulheres que viajam para o exterior para se prostituírem. Essas mulheres costumam ter muita dificuldade de retornar, dificuldade porque vão ter os seus passaportes retidos, só têm a passagem de ida, não têm comunicação com a sua família. Enfim, elas têm também muito medo de depor quando elas finalmente chegam ao Brasil e são recebidas no Brasil como deportadas, elas são entrevistadas, mas a maior parte delas desaparecem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Dr. Cláudia, possa fazer uma observação rápida.

Eu encontrei em Portugal uma moça que foi levada para lá para ser modelo. O sujeito falou. Espera você vai ser fotografada. Foi passando os dias quando venceu a passagem dela. Ele disse, olha não tem esse emprego é só atendente da boite. Mas o que ela me deixou classificada foi o seguinte: Eu fiquei em um mato sem cachorro. Porque a passagem da Varig que tem é sete dias de validade, ou quando é comprado sete dias, às vezes 15, o menor prazo para ficar, quando vence a companhia não aceita.

Quer dizer, seria possível que a senhora prestasse a atenção nesse foco e quando a propaganda que as empresas fazem de publicidade para o turista vir ao Brasil mostrando aquelas mulheres do carnaval, seminuas, teria como a senhora olhar esses dois aspectos, porque em Portugal a mulher que chega desacompanhada, **a priori**, é prostituta.

A SRª CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS

– Isso tem sido objeto da nossa preocupação. Existe, inclusive, uma comissão interministerial que cuida do problema da exploração sexual, inicialmente voltada para a exploração sexual de crianças e adolescentes, mas que se expandiu para a questão do tráfico, que envolve mulheres adultas já, e principalmente do turismo sexual. Então o Ministério do Turismo está muito empenhado em passar isso nos aviões, nos aeroportos, nas agências de turismo. Está muito empenhado em mostrar que o estrangeiro no país é muito bem-vindo sim, mas não para o turismo sexual. E que o Brasil tem que vender lá fora a imagem das suas belezas naturais, é um país que tem uma diversidade imensa,

e não necessariamente a imagem da mulher brasileira como tem sido vendido. É muito comum no exterior, nas agências, nas revistas, o que se vê são mulheres de biquíni, em locais maravilhosos, mas, em primeiro plano estão as fotos das mulheres, que são vendidas como mercadoria. Há essa preocupação muito grande, o turismo sexual gera muito dinheiro. Há uma convivência das sociedades locais, geralmente nas grandes capitais do Nordeste, no Rio de Janeiro também, estimulando mesmo a vinda dessas pessoas, colaborando com esse tipo de atividade, porque isso gera renda. Há uma necessidade de demonstrar que isso gera renda, mas é crime. Não é um dinheiro bom que está entrando ali, junto entra uma organização criminosa, entra o narcotráfico, entra muita coisa. E a dignidade de uma cidadã brasileira que está ali, em jogo. Existe esse esforço grande de melhorar a situação dos brasileiros que estão no exterior e também de prevenir. Agora, não há como impedir a saída de brasileiros maior de idade. A pessoa sabe o que está fazendo, não existem meios de que deixar o país não é crime. É importante prestar esclarecimentos, informações.

Em função do que dito pelo Senador Hélio Costa, não conheço exatamente a situação dos brasileiros hoje, presos no México, mas, comprometo-me a buscar essas informações o mais rápido possível, para saber em que situação eles se encontram.

O Brasil é um país que foi construído com a imigração, com a mão-de-obra de estrangeiros, que sempre foram muito bem recebidos. O brasileiro não tem aquela visão de que o estrangeiro é um intruso, de que está aqui roubando o espaço dele. Pelo contrário, sempre tivemos aquele sentimento de que estão somando.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Gostaria de fazer uma observação. Vivi muitos anos no exterior, embora nunca tenha passado mais de quarenta dias longe do Brasil; passei dezoito anos, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, e cunhei uma frase que vale a pena ser repetida no momento em que V. Exª faz esse comentário. Na próxima encarnação, se é que o Senador Crivella me garante que há reencarnação, quero ser cavalo na Inglaterra, cachorro em Nova Iorque ou estrangeiro no Brasil, porque aí serei tratado com dignidade, com absoluta dignidade.

A SRª CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS

– É verdade. Daí a nossa indignação, quando vemos o brasileiro sofrendo no exterior, porque o deportado, o inadmitido é um ilegal sob o ponto de vista da imigração, mas não é um bandido, não cometeu nenhum crime; ele é, como já foi dito, uma pessoa que não encontrou oportunidade no Brasil e que sonha em ter uma vida melhor. Quer dizer, o desejo de quase todos

eles é melhorar e voltar. Então, é uma coisa que nos atinge e nos incomoda muito.

Hoje vivemos um mundo completamente diferente da época da imigração para o Brasil; não só os Estados Unidos, como a Europa estão fechando-se à imigração. Então, cada vez as dificuldades são maiores. Por isso, vimos esforçando-nos muito em fazer acordos bilaterais.

Uma coisa interessante de salientar é que quase não se ouve falar em brasileiros residentes no exterior envolvidos em crime. A comunidade brasileira no exterior é considerada muito pacífica. É muito raro, eventualmente acontece, lógico, mas não é a regra. Normalmente, são pessoas que estão lá para trabalhar, ganhar dinheiro e não têm outro tipo de conduta.

Então, acho que o que todos nós desejamos, a sociedade e o Governo, por meio de suas políticas públicas, é fazer com que os outros países enxerguem que o discurso dos direitos humanos tem de ser para todos; não pode ser só para os nacionais daqueles países, só para os privilegiados, mas também para os estrangeiros, para os desfavorecidos. O discurso dos direitos humanos pressupõe igualdade entre todas as pessoas. Nesse sentido, estamos trabalhando. Tenho a impressão de que abordei quase tudo.

O Senador Romeu Tuma falou também sobre a dificuldade de controlar a saída da exploração sexual, e é realmente o que acontece. Às vezes o policial federal no aeroporto até percebe que parece uma situação de tráfico, mas a moça indagada diz que está indo de livre e espontânea vontade. Então, a idéia é trabalhar no sentido de prender as redes, as organizações criminosas e evitar esse fluxo; é trabalhar muito também, como temos feito, na lavagem de dinheiro, quer dizer, tirando a capacidade financeira dessas organizações de continuarem reproduzindo esse crime.

Basicamente, são esses os comentários, em razão do adiantado da hora.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Dr^a Cláudia, desculpe-me, mas, por exemplo, imagine um americano de 50 anos de idade, acompanhado de uma brasileira de 14, 16, 17 ou 18 anos, morena e que não tem parentesco. Ela, ao ser abordada, diz: estou indo lá, para visitar, passear e tal. A Polícia Federal não detém?

A SR^a CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS – Olha, se essa pessoa é menor de idade, com certeza, a Polícia detém, aí fica mais fácil. Nosso maior problema tem sido o de que essas quadrilhas, já sabendo disso, vêm trabalhando muito mais com moças maiores de 18 anos, que têm a liberdade de ir e vir, que têm seu passaporte regular e não-falsificado. Nesse caso, é complicado deter.

Há pouco tempo, houve uma investigação dos Direitos Humanos da Polícia Federal, que parou um avião em São Paulo e conseguiu fazê-lo voltar. Ele já estava na pista, a Polícia deu um flagrante e prendeu ali a aliciadora e duas moças que estavam indo. As moças foram liberadas, eram vítimas, mas prenderam a aliciadora. Mas por quê? Porque isso era o ponto final de uma longa investigação que já demonstrava haver certeza de que aquela pessoa era aliciadora, existia uma rede. Portanto, eles esperavam realmente ela entrar no avião e tentar retirar essas moças do País para prendê-la. E isso tem acontecido, penso que a polícia está se aperfeiçoando e o sistema de justiça também, para enfrentar essa modalidade de crime. É um crime transnacional, que depende da colaboração de outros países e estamos nos aproximando muito, principalmente Portugal e Espanha, para tentar fazer o mesmo trabalho aqui e lá.

Tenho sido muito procurada por Embaixadas de países tidos como destinatários, como a Suécia e a Inglaterra, que estão considerando também uma obrigação deles, como países destinatários, colaborar nesse trabalho, porque não adianta só tentarmos impedir de sair, temos que ter colaboração para poder punir e, como todo crime transnacional, ele acontece parte aqui, parte lá. Portanto, só a cooperação jurídica mesmo é que pode nos auxiliar a obter essas condenações, a realmente reprimir esse crime.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Passo a palavra à professora Teresa Sales, que encerra essa audiência.

A SR^a TERESA SALES – Foram muitas questões colocadas e queria primeiro me reportar aos ouvintes do programa, rapidamente.

Considere interessante a pergunta se encontrei, lá fora, entre em meus entrevistados, alguém que estaria em condições, como empregado de uma grande empresa.

Gostaria aqui de dar um depoimento. Com relação aos brasileiros, lá fora, sempre abordamos o lado mais sombrio. Quando comecei essa pesquisa e ainda não tinha recursos para viajar para os Estados Unidos, fiz um levantamento minucioso da imprensa brasileira e da imprensa americana, do pouco que saía na imprensa, na região em que eu estudava na época, que era a região do Estado de Massachussets. Ironicamente, na imprensa brasileira, três quartos das notícias eram sempre com teor negativo. Na imprensa americana, grande parte das notícias era com teor positivo, por um aspecto que a Cláudia acabou de falar. O brasileiro, lá fora, está trabalhando e conseguiu formar uma imagem de povo trabalhador. Num dos municípios em que estudei, da região metropolitana de Boston,

Kefremean(?), aconteceu um fato muito interessante que contribuiu para essa imagem. O centro da cidade era tomado por drogas e prostituição e os brasileiros, colaborando com o programa da prefeitura local, resuscitaram esse centro da cidade fazendo daqueles imóveis lojas de comércio, e hoje aquele comércio do centro da cidade é majoritariamente de brasileiros bem sucedidos. Alguns muito bem sucedidos, com seu negócio próprio. Lembro que perguntava a alguns deles: “Por que não montam esse negócio no Brasil”? Eles respondiam: “Lá a burocracia é muito grande e aqui é muito fácil se montar um negócio”. Alguns têm vontade de trazer essa experiência para cá e eu gostaria de que, no Brasil, fosse mais fácil se montar um negócio, que não houvesse tanto imposto. Mas existem experiências bem sucedidas e penso que isso também é importante se conhecer, sobretudo por um aspecto que vou levantar agora. Penso que não adianta ter ilusão de uma melhora na situação brasileira, porque realisticamente sabemos que não isso não pode ser do dia para a noite, de que se trará esses brasileiros todos, porque hoje em dia já existe a chamada segunda geração e, em breve, existirá a terceira.

O Senador Eduardo Suplicy fez uma observação muito interessante: os italianos, os alemães, os próprios japoneses, os espanhóis, os portugueses e vários imigrantes que vieram para cá, na passagem do século XIX para o século XX, não vieram para cá numa situação maravilhosa, ao contrário, muitos trabalharam duro, basta lembrarmos os que foram para a colheita do café, logo após a escravidão. Enfim, primeira geração é trabalho duro, não tem povo que tenha passado por alguma coisa muito facilmente, a não ser os que vão profissionalmente, convidados por aquele país, mas, para os que vão como trabalhadores, a situação é de trabalho duro. Acontece que temos que olhar em perspectiva e ver a experiência histórica, e a experiência histórica mostra que essa migração não tem mais retorno, ela foi para ficar, nos vários países em que existiu. Portanto, o que o governo brasileiro tem que fazer é pegar um pouco a experiência de quem já tem imigração há muito tempo, como bem disse aqui o Ministro Manoel, que não temos vergonha de dizer que copiamos o México. Claro! E devemos copiar todas as boas experiências, a fim de darmos uma assistência aos brasileiros que estão lá fora, que são cidadãos brasileiros tanto quanto os que estão aqui. Portanto, creio ser essa a questão que deve ser abordada nesta audiência, assim como na continuidade dos trabalhos da Comissão. Esse é o recado final que queria dar, pois já passa das duas horas e todos devem estar impacientes para sair.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– E a fome não é uma boa conselheira?

A SRª TERESA SALES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – SP) – Professora, gostaria de fazer uma pergunta simples e, se puder, com a sua experiência, gostaria que a senhora respondesse. Creio que há muita gente curiosa a esse respeito: trata-se de sua opinião sobre a novela América. A senhora pensa que ela reflete bem a realidade? Ela vai incentivar ou desestimular a emigração? Qual a sua opinião? Se quiser, dê. Se não, tem todo o direito de não falar.

A SRª TERESA SALES – Eu já dei a minha opinião à imprensa, então, não tem por que não dá-la aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – SP) – Eu sei. Por isso estou lhe perguntando.

A SRª TERESA SALES – E causou grande polêmica. No dia seguinte, estava a **Rede Globo** contra mim. Imaginem! Quem sou eu? Pobre Quixote brigando com a **Globo**! Enfim, penso que os dados são inquestionáveis, já que foi a própria **Folha de S. Paulo** que fez uma pesquisa bem-feita mostrando que, de março para cá, foi estrondoso o aumento das prisões de migrantes clandestinos tentando passar pela fronteira do México. Claro que não podemos afirmar categoricamente que a causa tenha sido a novela; não podemos admitir que os funcionários da fronteira, em função de terem ficado sabendo que agora existe uma novela chamada América, tenham recebido a instrução do comando de prestar mais atenção e prender mais brasileiros que estivessem atravessando a fronteira. Acho pouco plausível isso, mas, enfim, é possível. O mais provável é que uma novela, como é a novela das nove da **Globo**, de grande audiência, com o seu poder de influenciar as pessoas, tenha determinado o comportamento dos emigrantes.

Sabemos que existe, na sociedade brasileira, uma propensão a migrar. Hoje basta uma crise familiar – não precisa ser só crise econômica –, basta o marido brigar com a mulher, e, no outro dia, um pode estar indo para os Estados Unidos, porque já tem a rede formada. Isto é importantíssimo: já existe a rede e os aliciadores que emprestam dinheiro. Portanto, há todo um canal que facilita essa migração e, às vezes, com bastante agilidade.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Professora...

A SRª TERESA SALES – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É importante notar também o seguinte. Além de levar em consideração o impacto que a novela traz na migração de brasileiros, é importante notar que, até o 11 de se-

tembro de 2001, não havia uma política tão insistente de impedir a passagem de brasileiros ou de quem quer que fosse pela fronteira do México. Inclusive, os números que eu tenho mostram que o número de prisões por semana era de aproximadamente 80 a 90, o que quer dizer que milhares passavam. Discordo um pouquinho desse número de um milhão e trezentos mil brasileiros nos Estados Unidos, porque, do jeito que eu vejo, possivelmente podem estar lá mais de dois milhões.

Passavam, normalmente, muitas pessoas pela fronteira. O que está acontecendo agora é que não estão passando. Possivelmente, temos até o mesmo número de pessoas tentando passar pela fronteira, só que agora 80% estão sendo presas, enquanto no passado conseguiam vencer o Rio Grande e passar para o outro lado. Talvez essa observação deva ser levada em consideração.

A SRª TERESA SALES – É interessante, Senador, e eu diria que as duas coisas estão acopladas. A política de fronteira até antecede o 11 de setembro, foi estabelecida no começo do Governo Bush para aumentar o controle das migrações. Claro que o 11 de setembro acirrou esse controle, mas acirrou também aquilo que vimos aqui sobre a questão do visto. A questão do visto, junto com o fato de que, a partir de 2000, o México passou a não exigir mais visto, como exigia antes, são fatos que estão muito correlacionados.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Então pergunto a senhora se o fato de os Estados Unidos não estarem mais dando o visto a 80% dos candidatos também pode provocar a ida para aquele país. É evidente que, se não conseguem ir com o visto, tentam ir sem ele.

A SRª TERESA SALES – Claro. A experiência que tive nas várias entrevistas que fiz é que o meio privilegiado pelos brasileiros, embora sempre tenha existido a fronteira com o México, era entrar com visto de turista. É a maneira mais interessante de ir, pois depois de seis meses o visto extrapola e você continua como imigrante ilegal.

Mas, voltando à questão, penso que a novela teve aspectos positivos no sentido de que mostrou uma realidade que estava embaixo do tapete. Em relação ao conteúdo, infelizmente não tenho tido condição, por outros compromissos, de acompanhar como gostaria. Mas, pelo que tenho visto, apresenta aspectos que são muito fidedignos ao que acontece e outros que são fantasiosos, como qualquer novela. No frigar dos ovos, penso que levantou uma questão para toda a sociedade, todos estão discutindo, mas, por outro lado, penso que também teve um efeito indireto.

É como ocorre, às vezes, com algumas políticas do Governo. Às vezes, é feita uma política com um determinado objetivo e ela descamba em outro. Na questão de migração de população internamente ao País observamos muito isso. É feita determinada política para a agricultura e ela resulta numa migração. Creio que a novela teve um efeito indireto parecido, queiram ou não a **Rede Globo** e Glória Perez, ou seja, a novela terminou, tudo indica, incentivando um maior fluxo de migração para os Estados Unidos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Professora Tereza Sales, a senhora avalia que pode haver um efeito positivo de conscientização do problema, inclusive com respeito ao objetivo de caminharmos na direção de não haver mais essas barreiras, de poder haver a integração de fato, do ponto de vista dos seres humanos, conforme expus?

A SRª TERESA SALES – Sim, sem dúvida, penso que existe esse aspecto também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – No momento em que dou a reunião por encerrada, gostaria de lembrar aos membros da Comissão que, no próximo dia 19, teremos sabatina de três embaixadores. Sei que isso é pouco usual, mas é para ver se conseguimos concluir tudo. Serão a Embaixadora Vera Pedrosa, que vai para a França, a Embaixadora Kátia, que vai para o Senegal, e o Embaixador Luiz Augusto, que sai do México, de que falamos tanto, e vai para o Peru. Na semana seguinte, faremos a audiência pública sobre o problema do acordo com a China.

Está encerrada a reunião e agradeço muito aos três convidados que vieram até aqui.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 04 minutos.)

Ata da Décima Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dois de junho do ano de dois mil e cinco, às dez horas.

Às dez horas do dia primeiro de Junho do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **ÁLVARO DIAS, JEFFERSON PÉRES, JOÃO BATISTA MOTTA, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPLICY, SER-**

GIO ZAMBIASI, FLEXA RIBEIRO, ROMEU TUMA, PEDRO SIMON, EDUARDO AZEREDO, ROBERTO SATURNINO, HÉLIO COSTA, MARCO MACIEL, MOZARILDO CAVALCANTI, JOSÉ AGRIPINO, JOSÉ JORGE e VALDIR RAUPP. Deixam de comparecer os demais membros da comissão. Comparece também o Senador **LEONEL PAVAN**, não-membro da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senador **JEFFERSON PÉRES** faz solicitação de inversão de pauta. O Senhor Presidente procede à apreciação, com inversão de ordem da pauta, indo para a Extra-pauta – Item 2: Requerimento Nº 25, de 2005 – CRE, de autoria do Senador **JEFFERSON PÉRES**, que “Requer, nos termos do art. 90, combinado com o artigo 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convocados para prestarem esclarecimentos, no âmbito dessa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Ministra do Meio Ambiente, senhora **MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA**, e o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, **Dr. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS**, acerca do continuado avanço da devastação da floresta amazônica”. O Senador **JEFFERSON PÉRES** faz uso da palavra. O requerimento é aprovado. Item 3: Requerimento Nº 26, de 2005 – CRE, de autoria do Senador **JEFFERSON PÉRES**, que “requer, nos termos do art. 90, combinado com o artigo 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para exporem, debaterem e prestarem esclarecimentos, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Ministro da Justiça, **Dr. MÁRCIO THOMAZ BASTOS**, o Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal – DPF, **Dr. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA**, o Ministro da Fazenda, **Dr. ANTÔNIO PALOCCI**, o Secretário da Receita Federal, **Dr. JORGE ANTÔNIO DEHER RACHID**, e o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador **CELSO LUIZ NUNES AMORIM**, acerca do continuado contrabando na fronteira do Brasil com a República do Paraguai”. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, EDUARDO AZEREDO, HÉLIO COSTA e ROBERTO SATURNINO**. O Presidente retorna à ordem da pauta, Item 1: Mensagem (SF) Nº 112, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor **RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador

do Brasil junto à Ucrânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Quirguiz”. O Senhor Presidente passa a palavra para o Senador **JOÃO BATISTA MOTTA** para fazer a leitura do seu relatório. Item 02: Mensagem (SF) Nº 130, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia”. O Senhor Presidente passa a palavra para o Senador **ROBERTO SATURNINO** para fazer a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao Embaixador **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**, para fazer sua exposição de motivos. Item 03: Mensagem (SF) Nº 140, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **LUIZ FERNANDO GOUVEA DE ATHAYDE**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago”. O Senhor Presidente passa a palavra para o Senador **JOSÉ AGRIPINO** para fazer a leitura do seu relatório. Em seguida, o presidente passa a palavra ao Embaixador **LUIZ FERNANDO GOUVEA DE ATHAYDE** para fazer sua exposição de motivos. O Senhor Presidente, então, torna a reunião secreta. Reaberta a sessão, o Senhor Presidente informa a aprovação dos Embaixadores por unanimidade. O Senhor Presidente declara adiado a Extra-pauta – Item 1: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 133, de 2005, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Há número regimental e diverso dos Srs. Senadores que já deram presença estão participando, simultaneamente, em outras comissões e avisaram que estarão aqui em breve.

Quero lembrar aos Srs. Senadores e Embaixadores que estamos vivendo um momento – quase sempre é assim – mas às vezes, vem um pouco mais de grande intensidade dos trabalhos na Casa e, quanto mais rápido pudermos concluir esta reunião, mais eficiente ela será, tanto no que se refere às apresentações dos Senadores como também na leitura dos pa-

receres, para que a gente possa fazer a votação com o quorum, antes que os Srs. Senadores comecem a sair para outras tarefas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, apresentei dois requerimentos que, suponho, não sejam polêmicos e pediria a V. Ex^a, se não houver objeção, que os coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Antes?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Antes, porque eu próprio não poderei permanecer aqui mais do que uma hora, talvez não esteja presente na hora de votar o requerimento. Se não houver inconveniente, pediria que fossem votados logo, a não ser que haja objeção, aí, sim, ou seja, a não ser que alguém se oponha ao requerimento, aí precisaríamos de um **quorum** maior para discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – A única objeção é que tenho vontade de segurar para ver se seguro sua presença aqui, por importante que ela é.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Farei o possível para adiar o meu compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Colocarei em votação e depois fica esse apelo.

Antes, deixe-me ler a praxe inicial para ficar nas Atas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10^a Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Pelo visto, está dispensada.

Passa-se à apreciação da extra pauta, indo direto ao Item 2 do Requerimento nº 25 de 2005-CRE, que requer, nos termos do art. 90, combinado com o art. 93, II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, para exporem, debaterem e prestarem esclarecimentos no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia desta Comissão, a Ministra do Meio Ambiente a Sr^a. Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima e também o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Dr. Marcos Luiz Barroso Barros, acerca do continuado avanço da devastação da Floresta Amazônica.

É o requerimento de autoria do Senador Jefferson Péres, a quem passo a palavra para justificar esse convite.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Creio que até dispensaria justificativas, pois temos na frente do Ministério do Meio Ambiente uma colega nossa da maior respeitabilidade, altamente comprometida com a causa ambiental.

Se no ano passado, ainda assim ocorreu o segundo maior desmatamento da história da Amazônia, desde que há registro, não é culpa da Ministra, mas quais são os obstáculos, quais são os empecilhos? O que impede o Governo que tem no Ministério do Meio Ambiente a pessoa **woman in the right place** e, ainda assim, não consegue conter esse escandaloso desmatamento? Gostaríamos de ouvir a Ministra e debater com ela isso, bem como o Presidente do Ibama que, por sinal, é da região, é amazonense, meu conterrâneo e também comprometido com a causa ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Algum Senador quer se pronunciar sobre o assunto?

Pessoalmente, acho que a Ministra e colega Senadora terá o maior prazer em vir aqui e fazer essa exposição.

Está aprovado o convite.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, lhe pediria, tanto nesse caso, como no outro, de pedir aos Ministros convidados, estou convidando, que não procurem protelar isso, para não me obrigar a convocá-los. A praxe é essa, primeiro convidar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Tenho certeza que se houver dificuldade, será mais da nossa agenda, das reuniões, do que da Ministra.

Coloco o requerimento em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.).

Então, não havendo manifestação, está aprovada.

O item nº 03 da extrapauta o Requerimento nº 26 de 2005-CRE requer, nos termos do art. 90, combinado com o art. 93, Inc. II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, um convite para exporem, debaterem e prestarem esclarecimentos, no âmbito desta Comissão, o Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, o Diretor da Polícia Federal, Dr. Paulo Fernando Costa, o Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Palocci, o Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Antônio Rachid, e o Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Celso Amorim, para debaterem acerca do continuado contrabando na fronteira do Brasil com a República do Paraguai.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o contrabando vindo principalmente do Paraguai, infelizmente é a triste realidade, não é discriminação em relação ao país vizinho, é verdade, soma alguns bilhões de dólares por ano, bilhões, são as estimativas da própria Receita Federal, com enorme prejuízo, obviamente, para a indústria e o comércio brasileiros, uma concorrência extremamente desleal. Inclusive, nesse meio, vem produtos pirateados e outros.

Bom, recentemente, quando o Brasil começou a criar obstáculos maiores na Ponte da Amizade, as autoridades paraguaias, esta é a triste verdade, retaliaram, pressionando os brasileiros, os chamados “brasiguaios”, que vivem no Paraguai. Diante disso, o Governo brasileiro firmou com o Paraguai, isso faz talvez menos de dois meses, um acordo: aumentou a quota de importação para o País quase dobrou em termos de dólares, em compensação, as autoridades paraguaias tomariam providências eficazes do seu lado. E, ontem, o **Jornal Nacional** demonstrou aquele escândalo, Sr. Presidente, o contrabando passando, os contrabandistas acumulando mercadoria diante da repartição do Ministério da Fazenda paraguaio, com os guardas paraguaios voltando às costas, virando acinotosamente as costas para os contrabandistas, enfim, eles não estão cumprindo o acordo. E um delegado da Polícia Federal, ouvido diante das câmeras da **TV Globo**, disse exatamente isso com todas as letras: “as autoridades paraguaias não estão restando o contrabando”.

Eu quero ouvir esses Ministros e essas outras autoridades para saber as razões pelas quais o Brasil não age, com mais energia, quanto a esse fato altamente danoso para a nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Eu passo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acrescentando a tudo o que disse o ilustre Senador Jefferson Péres, ainda um detalhe que precisa ser levado em consideração: o Brasil não tem, segundo informações da Polícia Federal, nenhum local considerado centro de refino de cocaína. Se nós não refinamos cocaína, como é que o Brasil consome 10 toneladas de cocaína por ano? Evidente que ela está passando pela fronteira, já entra refinada. Então, alguma coisa tem que ser feita sim, além de todas essas irregularidades que existem na relação comercial Brasil/Paraguai, e o Brasil tentando sempre contemporizar, até mesmo quando, às vezes,

de certo modo, agredido pela intervenção do governo paraguaio, no que diz respeito aos brasileiros que vão cruzar a fronteira e trabalhar do outro lado, como se nós não tivéssemos centenas de paraguaios que cruzam a fronteira para trabalhar do lado de cá. E tem esta questão das drogas que precisa ser vista de uma forma clara, objetiva, direta e realmente com a intenção de resolver o problema porque se faz vista grossa, como mostrou o Senador Jefferson Péres, com contrabando de primeira, segunda e terceira categorias, imagine o que não fazem com a droga ao passar de um país para outro numa fronteira como Brasil e Paraguai.

Assim, vejo que há necessidade de se fazer realmente, através dessa audiência pública, aquilo que, de forma muito objetiva, o Senador Jefferson Peres propõe. Isso porque aqui estão os nomes daqueles que realmente são responsáveis por tudo isso e que podem resolver a questão do contrabando e a questão da entrada de drogas ilegais no Brasil. Acho que através dessa audiência pública nós vamos poder esclarecer muito esses dois problemas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, a propósito, recebi uma correspondência do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Paraguai. Ele esteve aqui conosco, V. Ex^a se lembra bem disso. Depois houve aquela audiência em Foz do Iguaçu. Naquela audiência ficou acertada a constituição de uma comissão de três Senadores ou Deputados do Brasil e do Paraguai para que se dê continuidade aos entendimentos relativos à parte legal. Ele está exatamente pedindo que esta Comissão se pronuncie a respeito dessa continuidade dos entendimentos que foram feitos lá na audiência de Foz do Iguaçu.

Nos dias 17 e 18 deste mês serão realizadas as reuniões do Parlamento do Mercosul, da Comissão do Mercosul, em Assunção. No dia 20, a reunião dos Presidentes dos países do Mercosul. Talvez fosse uma oportunidade para a Comissão estudar estas datas – 17 e 18 – em conjunto com a Comissão do Mercosul, e também a do dia 20, dos Presidentes dos Países-Membros do Mercosul, todas elas em Assunção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Senador Jefferson, o requerimento evidentemente tem razões muito fortes. É nosso dever tomar informações, investigar realmente, saber das razões dessa corrente de contrabando que, ao que tudo indica, é extremamente volumosa.

Eu quero ponderar ao Senador Jefferson que, em primeiro lugar, quando convidamos um Ministro, em geral vem um Ministro só. Isso porque dois Ministros,

três Ministros... Quando se convida uma autoridade do gabarito de um Ministro ele se dispõe a passar o tempo que for necessário aqui, a responder tudo. Mas se já tiver outro Ministro, um terceiro Ministro já fica... Quer dizer, eu não acho que seja adequado esse procedimento. Talvez duas reuniões. Trazer um Ministro e uma autoridade subordinada a ele, um dos dois ficará calado. Em geral, fala o Ministro. A autoridade presta apenas uma ou outra informação.

Assim, eu não quero me colocar contra o requerimento. Gostaria de pedir um tempo ao Senador Jefferson para ver se encontramos uma formulação que seja mais adequada aos costumes da Casa. Ou seja, quando se convida um Ministro, em geral, é ele a presença dominante.

Essa é a minha ponderação. Ademais, existe a questão do Mercosul, existem os aspectos delicados com o Paraguai, que é um país vizinho e também sócio do Mercosul.

Por tudo isso, apelaria para o Senador Jefferson no sentido de que deixe essa questão para a próxima reunião, a fim de que possamos encontrar uma formulação adequada.

Repito, a preocupação de S. Ex^a é inteiramente justa e oportuna. O problema é muito grave, mas a forma de abordar a questão da presença das autoridades aqui é que poderíamos discutir um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – V. Ex^a quer falar?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Quero.

Três coisas: em primeiro lugar, estou convocando as três áreas envolvidas – Relações Exteriores, Fazenda e Polícia. Nenhuma objeção a que venham em datas diferentes, não necessariamente os três no mesmo dia. Nada contra, Senador Saturnino. Em segundo lugar, podemos até suprimir o nome das autoridades menores, subordinadas, porque os Ministros virão com os assessores que quiserem. O Ministro faz a exposição e se socorre às vezes com o assessor. Suprimiríamos do requerimento às autoridades subalternas e deixaríamos em datas diferentes, se for o caso. Concorde, mas porque V. Ex^a não tem objeção a que venham os três Ministros. Modifico o requerimento nesses termos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Gostaria de perguntar, Senadores Jefferson e Saturnino, primeiro para não adiar, já aprovar agora. E, segundo, acho que o Senador tem razão. Estamos com muita gente e misturando subalternos. Por que não começarmos convocando os dois subalternos? Se não estivermos satisfeitos...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não podemos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Não podemos, regimentalmente? Consulte agora e me disseram que era possível.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Nós convocamos o Ministro, que eu saiba. Podemos convidar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Convidaria. Se não nos satisfizemos com o que eles disserem, convidamos os Ministros.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Porque, geralmente, quando os Ministros vêm aqui eles trazem os auxiliares, com os quais se socorrem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Mas os Ministros têm uma carga tão carregada, sobretudo o Ministro Celso Amorim, que viaja tanto, como é a obrigação dele, que termina ficando difícil, adiando. Se a gente pudesse ouvir os dois subalternos, o Diretor da Polícia Federal e o Diretor da Receita Federal...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Sim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Eu, lamentavelmente, discordo. Acho que devemos ficar no texto do Senador Jefferson Péres, chamar o Ministro aqui. Se ele não puder vir, ele vai mandar um assessor dele, porque senão vamos incorrer no que está acontecendo em outras Comissões. Chama-se um Ministro e ele não vem, leva dois meses para marcar uma audiência. Então, é evidente que devemos ficar dentro do texto, chamamos o Ministro, ou então vamos criar um precedente. Toda vez que chamarmos um Ministro ele vai querer mandar um assessor. Entendo que o assunto é tão sério, exige tanto a presença dos Ministros aqui que o Senador Jefferson, ao invés de convocar um, convocou três. Por essa razão, fico com o texto do Senador Jefferson, com os reparos feitos pelo Senador Roberto Saturnino.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, ouço Parlamentares se queixarem de que às vezes telefonam para os Ministros e eles não retornam. É bom que eles venham aqui, assim eles deixam de retornar os telefonemas, eles sabem que têm de vir ao Congresso Nacional sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Submeto à votação. No caso, seria 1 a 1, Senador Jefferson Péres. E qual seria a ordem? No requerimento está Márcio Thomaz Bastos, depois Antonio Palocci e Celso Amorim. Então, submeto à votação. Não havendo nenhuma manifestação em

contrário, está aprovado. Vamos fazer os convites aos Srs. Ministros.

Passo agora à apreciação da pauta, na ordem em que estava, do Item 1, mensagem (SF) nº 112, de 2005 que é a apreciação do Senado da indicação do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ucrânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Kirghízia.

Passo a palavra ao Senador João Batista, lembrando que devemos procurar sintetizar ao máximo o parecer para podermos avançar rápido.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Ministros. O Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil junto a Ucrânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República da Kirghízia.

A Constituição Federal, no seu art. 52, IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente, e deliberar por voto secreto sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Queria acrescentar aqui, Presidente, que o Ministro Renato Luiz Rodrigues não está presente aqui, nesta manhã, naturalmente porque ele já passou quando foi ouvido com relação a sua atuação, oportunidade em que ele saiu daqui como Embaixador da Ucrânia.

O Ministro das Relações Exteriores, atendendo a preceito regional, elaborou **currículum vitae** do interessado, do qual extraímos para este relatório as seguintes informações:

Nascido no Rio Grande do Sul, em 4 de março de 1944, filho de Paulo Afonso de Jesus Marques e Eloá Rodrigues Marques, após conclusão do concurso de preparação à Carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco, em 1970, foi nomeado o Terceiro Secretário; sendo, subsequente, promovido a Segundo Secretário, por merecimento, em 1973; Primeiro Secretário, por merecimento, em 1979; Conselheiro, por merecimento, em 1982; Ministro de Segunda Classe em 1990 e Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1997.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou, cumpre destacar as seguintes: 1º e 2º escalão em Washington, 2º Secretário em Montevideu, Conselheiro em Bruxelas, Chefe da Divisão Econômica

Latino-Americana, Chefe da Divisão de Operações Comerciais, Chefe do Departamento da Integração Latino-Americana, membro titular da Comissão de Comércio do Mercosul, Cônsul-Geral em Barcelona e Embaixador de Kiev.

Também foi Secretário de Comércio Exterior da Secretaria de Comércio do Ministério da Indústria e Comércio e Delegado junto ao Conselho Financeiro das Relações que geria o programa de financiamento das relações das exportações Proex.

Vou pular aqui dois parágrafos, Senador, para tentar sintetizar.

No que concerne ao posto para o qual o Embaixador Renato Luiz Rodrigues está cumulativamente indicado, República de Kirghízia, nos termos da nota encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores, trata-se de recente República presidencialista da Ásia, independente em 1991, no processo de fragmentação da ex-União Soviética. Adus a nota em apreço ainda ter o Brasil estabelecido relações bilaterais com aquele país por meio de protocolo assinado em 6 de agosto de 1993, tendo o Estado Brasileiro sido um dos primeiros a reconhecer a independência da nova República. Região em relação a qual estamos iniciando nossas relações, praticamente não temos comércio significativo com o país em apreço, as potencialidades são muitas a serem exploradas por maior interlocução diplomática, o que poderá se realizar com a formalização da presença brasileira, como agora se pretende fazer.

No plano econômico há muitas possibilidades a serem exploradas, A República de Kirghízia e o Brasil em muitos sentidos economias complementares, o que sugere a intensificação do comércio bilateral.

No plano político é importante para o Brasil ter a República Kirghízia como potencial aliada, tratando-se de parceiro em busca de maior inserção internacional que poderá estar a nosso lado em importantes embates, em organizações internacionais e fóruns multilaterais dos quais participamos.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o art. 52, da Constituição Federal, submeto a escolha do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques a esta Comissão, certo de que seus integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Lido o parecer, submeto à apreciação dos Srs. Senadores.

Não havendo nenhuma opinião em contrário, está aprovada a nomeação do Embaixador.

Passo ao Item nº 2, mensagem (SF) nº 130, de 2005 que submete à apreciação do Senado Federal

o nome do Sr. Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomática do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.

O Relator é o Senador Roberto Saturnino, a quem passo a palavra, lembrando, mais uma vez, se possível, uma concisão na leitura do parecer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, trata-se da indicação do Senhor Presidente da República do nome do Sr. Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira Diplomática, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.

O indicado é Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes, no Rio, e ingressou na carreira diplomática em 1977, tornando-se Terceiro Secretário no ano seguinte, mesmo ano em que exerceu a função de assistente do Instituto Rio Branco. Exerceu várias funções no exterior, na Embaixada em Berlim, na Embaixada do Cairo, na Embaixada Brasileira de La Paz, em Buenos Aires, na Embaixada de Ottawa. Em 2001 serviu como Conselheiro da Embaixada de Haia. Naquele mesmo ano, atuou como representante altermo do Brasil junto à Organização para Proibição de Armas Químicas. Em 2003, como Coordenador-Geral de Privilégios e Imunidades. Em 2004, ascendeu à categoria de Ministro de Segunda Classe, por merecimento. Agora, é indicado para ser o nosso Embaixador na Tanzânia.

A Tanzânia, pela figura de Julius Nyerere, sempre demonstrou protagonismo mundial e regional, atuou firmemente contra o *apartheid* na África do Sul, contra o colonialismo, tendo prestado assistência sistemática aos grupos que lutavam pela independência de Angola, Moçambique, Zimbawe e da Namíbia.

Na década de 80, após a sucessão de Nyerere, a Tanzânia passou a aproximar-se mais dos países ocidentais em busca de assistência financeira.

Embora as contingências históricas e econômicas tenham levado a que a Tanzânia não mais atuasse com o mesmo ativismo de outrora, participa de importantes organizações internacionais, como a União Africana, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e a Conferência dos Grandes Lagos.

Afirma ainda o Itamaraty que a Tanzânia é um dos países mais pobres do mundo. A sua estabilidade interna e o potencial de desenvolvimento, mormente na região dos Grandes Lagos, podem reverter esse quadro com a atração de investimentos estrangeiros.

As relações Brasil/Tanzânia foram inauguradas em 1970 com a criação da primeira representação

brasileira na capital da república. Em 1991, por motivos financeiros, a missão foi desativada. E a indicação, ora em estudo, é o marco da reativação da missão diplomática brasileira junto à Tanzânia, sob a égide da política externa de vertente africanista reinaugurada no Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

As relações sempre foram marcadas pela baixa intensidade, ainda que harmônicas e convergentes em relação a muitos temas da agenda internacional. A cooperação bilateral foi episódica e pouca expressiva, centrada na cooperação técnica agrícola. O comércio bilateral segue o mesmo perfil modesto, alcançando pouco mais de US\$7,5 milhões.

Tendo em vista todas essas razões apreciadas, não cabe aduzir mais considerações. O nosso voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passo a palavra ao Embaixador Appio, para que faça a sua exposição, também lembrando que aqui não controlamos o tempo. Pode usar o tempo que julgar necessário, mas se for mais curto, será melhor para o bom funcionamento. Mas não vou limitar o tempo.

O SR. APPIO CLÁUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, minha idéia seria iniciar agradecendo o relato do Senador Roberto Saturnino, que muito honra o meu Estado, e tentar fazer com que a minha fala seja, ao mesmo tempo, a mais abrangente possível e dentro do espírito que o Sr. Presidente nos lembra muito bem.

A minha idéia seria fazer um breve relato histórico e depois algumas pinceladas sobre a política interna e externa da Tanzânia, do panorama das relações com o Brasil, e terminando pelos pensamentos que vou levar, se por acaso for aprovado pelo Senado Federal para a minha missão na Tanzânia.

A Tanzânia foi um protetorado alemão desde 1885, o que se figurava como o que se chamava da África Oriental Alemã. Isso durou mais ou menos até o final da Primeira Guerra mundial, quando todas as colônias detidas até então pela Alemanha foram redistribuídas na derrota alemã com o intermédio da administração da Liga das Nações, e a Tanzânia passou para o domínio britânico, que desenrolou-se de uma forma tradicionalmente colonialista até que ... Exatamente. E a grande figura política da Tanzânia até hoje Julius Nyerere, como o Senador Saturnino lembrou muito bem, ele fundou em 1954 a União Nacional Africana de Tanganica, como era chamado o protetorado britânico naquela época, e que foi o cerne de todo o movimento revolucionário da Tanzânia e que levou o país à independência. O país atingiu essa indepen-

dência em 1961, enquanto, por outro lado, o que era ainda o Sultanato de Zanzibar, que foi durante vários séculos um pólo emissor de poder naquela região da África Oriental, tornou-se independente em 1963, ainda como monarquia constitucional, e um ano depois teve também a sua revolução interna, o que deu origem ao que hoje chamamos de República Unida da Tanzânia em 1964. Uniu as duas partes da África Oriental, que até esse momento eram colônias européias.

Na política interna, o Professor, como sempre era conhecido Julius Nyerere até hoje na Tanzânia, um Mwalimu, na língua local swahili, foi o grande herói da Tanzânia, e teve o seu mandato de Presidente renovado até 1985 pelo Partido da Revolução. Depois de 1985, ele retira da cena política, faz o seu sucessor, que também é reeleito, Ali Hassan Mwinyi, de uma facção de Zanzibar e, portanto, já traduzido o islamismo no seu próprio nome de família e passa a ser a grande figura, já um pouco afastada da política interna tanzaniana, mas sempre significando praticamente o oráculo de toda a vida do país.

O atual Presidente Benjamin Mkapa já está no segundo mandato. E foi ele que sucedeu justamente a Ali Hassan Mwinyi. A Constituição da Tanzânia não permite uma segunda reeleição, a política interna do país verá este ano, em outubro, eleições gerais especialmente para a Presidente da República, e o candidato que tem chances maiores agora é o herdeiro político do Presidente Benjamin Mkapa também do mesmo Partido CCM.

Quando à política externa, e sempre irradiada pela figura mítica de Julius Nyerere, a Tanzânia foi sempre um membro muito ativo do Movimento não-aliado do Grupo 77. Era uma afirmação da África Oriental de uma luta contra o colonialismo, especialmente o nacionalismo, que, naquela época, já se avizinhava, com os grandes nomes da política africana.

Como lembrou muito bem o Senador Roberto Saturnino, houve um apoio muito forte da Tanzânia aos movimentos independentes naquela região, especialmente Zimbábue, Angola, Moçambique, Namíbia. E isso devido não só à figura de Júlio Nyerere, como também a estabilidade política de que o País dispõe até hoje. O País, seus políticos, seus dirigentes são muito convidados para serem árbitros, intermediários entre os conflitos locais, especialmente os mais recentes, no Burundi, e na República do Congo.

Chegou-se à assinatura do Tratado de Cooperação Bilateral, em que a Tanzânia, Uganda e o Quênia formaram em 1999, que deu origem e início oficial em 1º de junho deste ano, da União Aduaneira entre os três Estados.

Com o Brasil as relações diplomáticas se estabeleceram em 1970, ainda com uma base cumulativa, não residente. A Embaixada brasileira residente passa a existir em 1979. E, em 1991, por motivos orçamentários, alguns postos brasileiros no exterior são fechados, entre eles a Tanzânia.

Houve sempre uma esperança muito grande da África, e hoje vemos, até no rosto das pessoas que recebem o Presidente, há muita esperança em que o Brasil possa significar uma via alternativa para a África, especialmente do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista político. A Tanzânia é um dos poucos países africanos que é membro do G-20, o grupo idealizado pela delegação do Brasil em Genebra na Organização Mundial de Comércio. Um membro muito ativo e que tem, pela sua influência regional, uma importância muito grande para a disseminação da filosofia do G-20 nessa região da África Oriental.

Houve o encontro do Presidente Lula com o Presidente Mkapa, em Xangai, em 2004, em que os dois Presidentes puderam conversar, muito informalmente, houve uma empatia imediata. E traçou-se quase que um acordo tácito da troca de Embaixador residente. Esta Embaixada que estamos propondo aqui é o primeiro reflexo, talvez o reflexo mais forte desse encontro dos dois presidentes na China.

Houve uma missão oficial da Tanzânia aqui ao Brasil, aqui a Brasília especificamente, porque houve um projeto originário no início dos anos 90 de transferência da capital de Dar es Salaam para Dodoma, que seria a segunda cidade de importância deles, que se encontra no interior do país. E eles vieram saber da experiência de Brasília, retornaram à Tanzânia e iniciaram os trabalhos de transferência da capital, que, infelizmente, não avançaram, por falta de recursos financeiros. Hoje, Dodoma é a capital legislativa da Tanzânia, o Parlamento lá se reúne, o Parlamento unicameral. E o único gesto brasileiro em relação à Tanzânia antes da idéia de implantar uma Embaixada-residente foi o cancelamento da dívida da Tanzânia com o Brasil na órbita do Clube de Paris. Foram cancelados US\$ 270 milhões, ainda resta um pequeno resquício, que está sendo objeto no momento de um projeto também de ampliação de cancelamento dessa dívida.

Para terminar, Senador, eu gostaria só de adiantar-lhe alguns pontos do que eu penso na atuação de Embaixador brasileiro residente na Tanzânia se me for dada à honra de ser aprovado por esta Comissão e por este Senado. Um bom começo seria um acordo de cooperação técnica. Nós não temos um acordo de cooperação técnica com a Tanzânia e a isso balizaria um setor que a Tanzânia muito espera de nós. Sabe muito bem, não só a Tanzânia como todos os países

africanos daquela região, da nossa capacidade de desenvolvimento de técnicas especialmente a saúde, controle de epidemias; de agricultura, controle de produção agrícola. Nós temos técnicas nossas desenvolvidas por nós em solos bastante similares aos solos que nós encontraríamos na Tanzânia.

Houve já uma movimentação na Embrapa para a constituição de uma Delegação Técnica que pudesse mapear o solo tanzaniano com vista a uma diagramação da possibilidade agrícola. A Petrobrás já está na Tanzânia. Houve no final do ano passado a primeira grande licitação de áreas litorâneas da Tanzânia (**off shore**) e a Petrobrás teria não só ficado, saído vencedora de uma das nove regiões como ao que tudo indica seria a região mais promissora entre as que foram licitadas. A Petrobrás mantém hoje um setor de dez, doze pessoas residentes em Dar as Salaam e tem planos de expandir a sua participação naquele mercado.

Um assunto que sei muito bem que seria de grande aceitação por parte da Tanzânia seria o programa brasileiro de combate a Aids. A Aids sabemos todos que é um flagelo que assola não só a África toda como especialmente a África médio-oriental e sul. Seria... teríamos a possibilidade de representar muito bem o Brasil se esse programa pudesse ser implantado na Tanzânia.

A minha idéia também, se aprovado pelos Srs., seria a retomada de empresas brasileiras que já estiveram na Tanzânia, especialmente empreiteiras que construíram... A estrada mais importante da Tanzânia foi construída por uma empresa brasileira. Existe interesse de empresas construtoras brasileiras de estarem na Tanzânia existe uma possibilidade que talvez torne mais viável ainda essa idéia. Seria o Banco Mundial. O Banco Mundial tem a possibilidade de aportar fundos para a Tanzânia mas não consegue integralizar mais do que 60% do seu orçamento anual por falta de projetos e por falta de possibilidade de quem os toque. Talvez pudéssemos fazer a ligação entre o interesse das empresas brasileiras e o interesse do Banco Mundial em aportar recursos para o desenvolvimento da Tanzânia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Obrigado. Muito obrigado Sr. Embaixador.

Eu passo ao Item 3, mensagem (SF) nº 140, DE 2005 que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Luiz Gouveia de Ataíde, Ministro de Segunda Classe de Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

Eu passo ao Senador José Agripino para ler o relatório, deixando claro que com isso estou invertendo a pauta, invertendo a pauta para que a sabatina mesmo seja feita depois pelos dois.

Senador José Agripino, por favor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Muito bem, Sr. Presidente.

O Senado é chamado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a se manifestar sobre a indicação do Sr. Luiz Fernando Gouveia de Ataíde para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

Eu queria fazer algumas considerações sobre a figura do indicado.

Ele entrou como Terceiro Secretário, foi promovido a Conselheiro – todos os postos da carreira, os postos importantes, sempre por merecimento, o que é um fato que o credencia.

Eu gostaria de fazer um registro dos postos que S. Ex^a já desempenhou no exterior. Ele foi Encarregado de Negócios da Embaixada em Kingston, na Jamaica, em 1977; foi Cônsul-Adjunto em Los Angeles, em 1979; foi Encarregado de Negócios na Embaixada em Praia, na África, em 1986; foi Conselheiro Encarregado de Negócios em Nova Deli, na Índia, em 1987; foi Cônsul-Geral Adjunto, em Nova York, em 1989 e Cônsul-Geral, em Toronto, em 1994.

Ele está sendo indicado para um país curioso, um país com quem o Mercosul tem interesse em fazer uma ligação – acordo bilateral. Ele tem uma característica curiosa: era um país agrícola mas, hoje, é um país produtor de gás e petróleo, vizinho à Venezuela que é um país inquieto com quem o Brasil precisa ter uma relação positiva – Trinidad e Tobago pela relação comercial e pela vizinhança, pode desempenhar um papel importante nessa interlocução ou na aproximação. Dentro dos países do Caribe, talvez ele seja um dos países com quem o Brasil tem melhor intercâmbio comercial – está chegando a meio bilhão de dólares, o que é uma coisa promissora – o Brasil recebe de Trinidad e Tobago açúcar, cacau e tabaco – e tem um movimento crescente de exportações, é um país com quem o Brasil tem interesse em robustecer as relações políticas, diplomáticas e comerciais, indica o Ministro Luiz Fernando para a função e espera dele aquilo que tenho certeza de que fará: o robustecimento das relações diplomáticas e políticas e acho que S. Ex^a tem perfil adequado para desempenhar a função que o Brasil espera.

No momento, Sr. Presidente, eram as manifestações que eu queria aduzir e isto me leva, desde já, a manifestar-me favoravelmente à indicação de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Agradeço ao Senador José Agripino e

concedo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Gouveia de Ataíde para fazer a sua exposição. E volto a insistir – pelo tempo que julgar necessário mas quanto menor, melhor para o bom funcionamento.

O SR. LUIZ FERNANDO GOUVEIA DE ATAÍDE

– Obrigado, Sr. Presidente.

Muito bom-dia a todos. Antes de tudo, quero agradecer ao Senador José Agripino por suas generosas palavras e, também, à presença de tão ilustres Senadores nesta Comissão.

Trinidad tem uma peculiaridade especial que foi a de ter sido descoberta pelo próprio Cristóvão Colombo em sua terceira viagem às Américas que lhe deu o nome e garantiu a sua posse à Espanha, até 1803, quando cedeu à Inglaterra pelo Tratado de Amiã, país que já ocupava a ilha desde 1797. Já Tobago foi sucessiva e alternadamente ocupada 17 vezes por europeus, holandeses, franceses, ingleses, e, novamente, holandeses, ingleses e até uns letões atuais que, na época, chamavam-se Cools Landers, até que, em 1803, a Inglaterra tomou a ilha dos franceses e conseguiu a sua posse definitiva pelo Congresso de Viena, em 1815.

Agora, antes de todos esses, lá teria estado, como primeiro habitante, um conhecido de todos nós aqui presentes que seria o Robson Crusoé que lá teria estado antes mesmo dos índios caribes que o sucederam antes dos europeus.

Em 1892, a Inglaterra, de posse das duas ilhas, estabelece uma união político-administrativa, com status de colônia da Coroa e, 70 anos depois, em 1872, dá a independência, embora se mantenha dentro do **Commonwelt** e a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado. Em 1976, é adotado o regime republicano, mas se mantém dentro da comunidade britânica.

O interessante é que este país tão pequeno, com um pouco mais de cinco mil e cem quilômetros quadrados, um milhão e trezentos mil habitantes, conseguiu dar aos seus habitantes uma qualidade de vida excepcional em termos mundiais, digamos assim, graças às enormes reservas de petróleo e de gás natural de que dispõe.

Assim, por exemplo, o índice de desenvolvimento humano da ONU no ano passado ocupou a 49ª posição, em 177 países, e até 20 pontos à frente do Brasil, que estava na 69ª posição.

A sua renda **per capita** de US\$9,4 mil, no ano passado, é da mais alta das Américas, assim como o índice de alfabetização da população adulta, acima de 15 anos, que é 98,5%, portanto das mais altas do mundo, tendo, inclusive, um prêmio Nobel de Literatura V. S. Naipul, que é conhecido dos Srs. Senadores. E, portanto, uma qualidade de vida bastante razoável.

A composição étnica da sua população é bastante heterogênea: 40% dela é de descendentes de indianos, que vieram após a abolição da escravidão que foi feita muito cedo no país; 39,5% são de negros puros, descendentes dos escravos; 18,5 de mestiços e os 2% restantes se dividem em 0,6% de brancos, 0,6% descendentes de chineses e o resto entre descendentes de sírios libaneses e alguns descendentes dos ...

Desde a sua independência, Trinidad e Tobago adotou o Parlamentarismo, segundo o modelo inglês, com sistema de governo, tendo como Chefe de Governo um Primeiro-Ministro que é o líder do partido majoritário, acompanhado de um gabinete de dezessete Ministros, todos oriundos do Parlamento. Na República, o Governador-Geral, que representava a Rainha, foi substituído por um Presidente, eleito por um Colégio Eleitoral composto por Senado e Câmara dos Representantes. Mas embora seja o Chefe de Estado, tenha apenas funções meramente protocolares. E o Presidente chama-se Jorge Maxwell Richard e o Primeiro-Ministro é o Patrick Manning, que é o líder do PNM, Movimento Nacional Popular, que representa os negros, e toda a história do País tem dominado a política, à exceção de duas exceções, com duas exceções apenas. Os dois partidos, outros que estiveram no Poder, foi o Congresso Nacional unido que representa os indianos e o NAR – Aliança Nacional de Reconstrução, que procura estabelecer um equilíbrio étnico, representar as várias etnias e, inclusive, as minorias do Oriente Médio e brancos. Tobago tem uma Assembléia autônoma, isso é interessante, com 12 cadeiras, e tem inclusive um Partido seu, próprio, chamado DAC – Congresso para Aliança Democrática, mas ironicamente tem seus doze assentos, e onze estão ocupados pelo Movimento Nacional Popular. Seja como for, tantos os Partidos da Oposição quanto o Partido do Governo defendem a mesma política econômica, a saber de aberturas de mercado, de atração de capital, de responsabilidade fiscal, rigor monetário, o que tem dado uma estabilidade econômica excepcional ao país nos últimos doze anos por exemplo, permitindo, inclusive, que o partido atual tenha adotado como o seu ponto principal a sua agenda, o que chama de Projeto Visão 2020, pelo qual garante que em 2020, Trinidad e Tobago entrará para o clube dos países desenvolvidos.

Quanto à economia, como disse muito bem o Senador Agripino, tratou-se sempre de duas ilhas de colônias agrícolas, típicas produtoras de açúcar, cacau, café, tabaco, de onde teria vindo o nome Tobago, inclusive, mas com a descoberta de imensas reservas de petróleo e gás natural no início do século, o setor energético passou a dominar totalmente a economia.

Com o *boom* do petróleo nos anos 70, o Governo empenhou-se num grande desenvolvimento de infra-estrutura e industrial, que fez com que Trinidad e Tobago seja hoje o país do Caribe com a economia mais industrializada e mais diversificada.

Essa situação, entretanto, não foi sem percalços. Com a queda dos preços do petróleo nos anos 80, Trinidad e Tobago entrou numa recessão, em 88, da qual saiu cinco anos depois, muito bem, após um rigorosíssimo ajuste fiscal, sob a égide do FMI e do Banco Mundial.

Além de petroquímica, combustíveis, fertilizantes, tem, entretanto, uma forte indústria pesada de aço, de ferro, de cimento, e foi o primeiro exportador mundial de metanol e de amônia, que, aliás, é o principal produto da nossa pauta de importação, de uréia, que também importamos, e é o quinto maior exportador do mundo de gás natural liquefeito, suprimindo 70% das importações dos Estados Unidos de gás natural liquefeito. Possui também uma das três maiores reservas mundiais de asfalto.

Assim, com o desenvolvimento do PIB do ano passado de 6.4%, uma inflação baixa de 3.3%, que tende a aumentar este ano, desemprego em baixa de 7.7%, um crescente superávit comercial de US\$ 1,5 bilhão, investimentos diretos externos altíssimos – só os Estados Unidos têm investido um US\$ 1 bilhão ao ano nos últimos dez anos no país – Trinidad e Tobago, na realidade, tem tudo para seguir um caminho do desenvolvimento – não sei se entrará para o clube dos desenvolvidos em 2002, mas tudo leva a crer que se os preços do petróleo mantiverem-se nas alturas as chances estão lá.

Quanto à política externa, desde a sua independência, procurando um pouco neutralizar a excessiva influência britânica e posteriormente americana, Trinidad e Tobago adotou uma política bastante independente e nacionalista. Desde o princípio teve voz muito atuante, um movimento dos não alinhados, e foi o primeiro país da comunidade britânica a ingressar na OEA e no BID, antes mesmo do Canadá, por exemplo.

Na ONU, alinhou-se sempre ao lado de países em desenvolvimento, sobretudo quando havia conflitos norte/sul em assuntos econômicos, sendo portanto um natural aliado do Brasil. Lutou sempre contra a hegemonia da política externa americana, pelo direito de manter relações com os países comunistas, tendo, desde o princípio, furado o bloqueio a Cuba – tem relações com Cuba desde sempre –, estabeleceu relações com a China há 30 anos, com os países do Leste Europeu e com a ex-União Soviética.

Apesar de tudo, o fulcro de sua atuação, evidentemente, é o Caribe, onde é membro fundador da Ca-

ricom, enfim que se criar não só o mercado comum, mas mesmo uma economia comum em 2008, com livre circulação de bens, de pessoas, de capital, de serviços como também foi um membro fundador da Associação dos Estados do Caribe, que, além dos Estados insulares, aglomera México, América Central, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana. Tem, aliás, a sua Capital Port of Spain, que sedia o Secretariado e a Associação dos Estados do Caribe.

Também foi membro fundador e atuante do grupo do ACP, que são as ex-colônias européias da Ásia, do Caribe e do Pacífico.

Apesar disso tudo, considera que exista uma presença excessiva, cultural, econômica, comercial americana em Trinidad e, portanto, o país, embora tão pequenino, procurou estabelecer uma rede de relações mundiais muito maior do que se poderia esperar de um país dessas dimensões tão pequenas. Assim, além de renovar os laços profundos com a sua metrópole, com a Inglaterra e, através dela com a União Européia, com quem tem acordos e para quem, inclusive, vende açúcar subsidiado, enfim, em condições vantajosas, e outros produtos, aprofundou relações com o Canadá, onde vive a segunda colônia trinitária expatriada no mundo, depois da Inglaterra, com a China, com que tem relações há trinta anos. Enfim, evidentemente com a Índia e com África, de onde provém 98% da sua população. Ultimamente, tem-se voltado para a América do Sul e, com ênfase natural, para o Brasil.

Quanto à Venezuela, evidentemente, seu vizinho mais próximo, que pode ser visto através do mar, tem relação sempre bastante densas, tendo este ano mesmo estabelecido um acordo para exploração conjunta de petróleo em alto mar. Também no cenário hemisférico, Trinidad e Tobago deseja reter uma atuação bastante importante como demonstra o fato de que o principal ponto da sua política externa ou da sua agenda diplomática, digamos assim, seja o de levar para Port of Spain, a Capital da Alca, disputando, portanto, com Miami e outras cidades.

Com relação às relações com o Brasil, enfim, país insular mais próximo do nosso, Trinidad e Tobago foi o primeiro país com quem o Brasil estabeleceu relações no Caribe anglófono, já abrindo um Vice-Consulado em 1942. Portanto, temos relações há 63 anos ininterruptos. Esse Vice-Consulado foi elevado à categoria de embaixada em 1965, completando 30 anos de embaixada este ano. Isso se deve à posição geográfica de Trinidad, situada na fronteira lateral norte do Brasil há onze quilômetros apenas da Venezuela e, portanto, ocupando uma posição estratégica para o transporte marítimo entre o Brasil e Ásia pacífica, através do canal do Panamá e, evidentemente, também com o México

e Sul dos Estados Unidos, o que ocasionou inclusive que, durante a guerra, navio mercante brasileiro fosse afundado por navios alemães em águas trinitárias.

As relações brasileiras com Trinidad se caracterizaram sempre por cordialidade, por convergência de interesse tanto no plano bilateral quanto multilateral, coincidência de posições nos fóruns internacionais e apoio recíproco aos pleitos dispostos nesses fóruns. Apesar disso, só recentemente, mais especificamente em novembro de 2003, durante a reunião da Alca em Miami, quando se decidiu fazer um acordo de livre comércio, como mencionou o Senador Agripino Maia entre a Caricom e o Mercosul, as duas locomotivas dessas organizações, Trinidad e Brasil, se deram conta de que precisavam elevar as suas relações a um patamar mais alto. Alguns passos foram dados nesse sentido, o mais importante do qual certamente foi a visita do Chanceler Amorim a Port of Spain, em janeiro deste ano, acompanhado de uma grande missão de dezoito pessoas, empresários de peso, altos funcionários e, inclusive, da funcionária Matilde Ribeiro, da Promoção de Igualdade Racial, quando se verificou não só a potencialidade como o interesse também no aprofundamento das relações entre os dois países.

E é este momento favorável que pretendo aproveitar, caso V. Ex^{as} me honrem com a aprovação do meu nome para a Embaixada em Trinidad Tobago para levar as relações entre os dois países a um nível histórico mais alto. Entre outras coisas, pretendo convocar uma reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Comercial e Econômica, que não se reúne há dezesseis anos – repito, há dezesseis anos –, assim como celebrar, tal como meu colega que irá à Tanzânia, um acordo básico de cooperação técnica, que é um instrumento legal e necessário para o desenvolvimento de projetos de cooperação e áreas de interesse mútuo, até já identificadas durante a recente visita do Chanceler Amorim a Port of Spain.

No que diz respeito ao comércio, desejo também aproveitar o interesse de Trinidad e Tobago de neutralizar a excessiva presença do comércio com os Estados Unidos de forma a incrementar o comércio bilateral.

O Brasil já é o terceiro fornecedor de Trinidad e Tobago, depois dos Estados Unidos e da Venezuela, com superávit comercial de US\$420 milhões em um comércio de meio bilhão de dólares, o que demonstra como são superavitários. Creio ainda haver nichos que podem ser aproveitados, como a venda de produtos de alta tecnologia, aviões da Embraer e também a retomada de um projeto antigo, que está um pouco em banho-maria, da Companhia Vale do Rio Doce, de estabelecer um complexo siderúrgico local, aproveitando-se

a grande abundância de recursos naturais e o fato de se exportar tanto minério de ferro para aquele País.

Do ponto de vista político, pretendo naturalmente lutar para conseguir o apoio de Trinidad e Tobago ao nosso pleito de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Já existe manifestação de boa vontade, de reconhecimento da legitimidade da aspiração brasileira, sem, no entanto, confirmação alguma.

É importantíssimo lutarmos porque, tendo em vista a grande importância de Trinidad e Tobago, não só na Caricom, na EC, na CP, mas também no Caribe em si, um voto seu poderia levar consigo o voto dos outros, por exemplo, treze membros do Caricom.

Finalmente, assim como fiz, quando fui Cônsul-Geral em Toronto, nos seis anos em que lá estive, pretendo desenvolver a difusão cultural, por meio da divulgação da música brasileira, exposições de artistas plásticos brasileiros, Semana de Cinema Brasileiro, restabelecimento de um leitorado de português na universidade, que já houve, mas foi interrompido. E, finalmente, o que acho importantíssimo: estimular a troca de missões, sejam elas técnicas, empresariais, oficiais e, por que não, de Parlamentares entre os dois países porque, assim, estarei cumprindo a função que julgo ser precípua do diplomata de não só aproximar os países, mas também os povos e, sobretudo, do país que representa com o país onde está representando.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Obrigado, Embaixador.

De acordo com o disposto no Inciso IV do art. 52 da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, transformo a reunião da Comissão em secreta, a fim de que os Senadores façam suas arguições.

Peço, portanto, a compreensão dos presentes, ausentando-se por algum tempo para haver a arguição aos Srs. Embaixadores.

Pergunto se algum Senador quer fazer alguma pergunta?

(Pausa.).

Quero comunicar que, depois de feita a apuração do escrutínio, todos os três Embaixadores foram aprovados por unanimidade de todos os Senadores presentes.

Parabenizo aos dois Senadores presentes e parabeno ao Brasil, que tem um corpo diplomático com essa qualidade.

Muito obrigado e bom trabalho.

Fica adiado o item nº 01 da extrapauta, projeto de decreto legislativo (SF) nº 133, de 2005 a votação de um acordo de cooperação em assuntos relativos à defesa com a África do Sul.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 31 minutos.).

Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia nove de junho do ano de dois mil e cinco, às dez horas.

Às dez horas do dia nove de Junho do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **HERÁCLITO FORTES, SERGIO ZAMBIASI, EDUARDO SUPPLY, JEFFERSON PÉRES, ANTÔNIO LEITE, VALDIR RAUPP, ANA JÚLIA CAREPA, SERYS SLHESARENKO, FLEXA RIBEIRO, PEDRO SIMON, EDISON LOBÃO, JOÃO BATISTA MOTTA, RODOLPHO TOURINHO, JOSÉ JORGE, MARCO MACIEL, ROMEU TUMA, MÃO SANTA e MARCELO CRIVELLA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa a Presidência ao Senador **JEFFERSON PÉRES** que passa para o Item 02: **MENSAGEM (SF) Nº 145, DE 2005**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO”. Fazem o uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPPLY** e **PEDRO SIMON**. O Presidente concede a palavra ao Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, relator da matéria para ler seu relatório. O Senador **JEFFERSON PÉRES** devolve a presidência para o Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, que dá continuidade e retorna para o Item 01: **MENSAGEM (SF) Nº 131, DE 2005**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas”. O Senhor Presidente designa o Senador **PEDRO SIMON** como relator “Ad Hoc”, que faz a leitura do relatório. Fazem o uso da palavra os Senadores **ROMEUTUMA** e **EDUARDO SUPPLY**. O Senhor Presidente passa a palavra para o Senhor **LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES**

COSTA, para fazer sua exposição de motivos. Em seguida o Senador **JEFFERSON PÉRES** faz o uso da palavra. O Senhor Presidente passa a palavra para o Senhor **CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA**, para fazer sua exposição de motivos. A sessão torna-se secreta para arguição aos Embaixadores. Reaberta a sessão, o Presidente informa a aprovação dos Embaixadores pela unanimidade de quatorze votos, tendo sido os Senadores **RODOLPHO TOURINHO** e **MARCELO CRIVELLA** os escrutinadores. E faz o uso da palavra o Senador **ROMEUTUMA**. Item 03: **PROJETO DE LEI DO SENADO (SF) Nº 310, de 1995**, de autoria do Senador **EDUARDO SUPPLY**, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.112, de 10 de Outubro de 1995, que dispõe sobre a Exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, e dá outras providências”. O item é retirado de pauta, em seguida o Senador **MARCELO CRIVELLA** faz o uso da palavra. O Presidente passa para o Item 4: **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, DE 2005**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, sobre cooperação em assuntos relativos a defesa, celebrado em Cape Town, em 4 de junho de 2003.” Faz o uso da palavra o Senador **ROMEUTUMA**. Presidente passa a palavra para o relator, Senador **MARCELO CRIVELLA** que faz a leitura do parecer. Aprovado. Item 5: **REQUERIMENTO (SF) Nº 182, DE 2005** Requer, nos termos do artigo 223, do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de censura aos atos, inclusive decretos e leis recentes, editadas pelo Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez, criando restrições e estabelecendo punições, inclusive de prisão, à liberdade de imprensa que ameaçam a democracia. O Senhor Presidente retira o item de pauta. Os Senadores **ROMEUTUMA** e **FLEXA RIBEIRO** fazem o uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Bom dia a cada um, a cada uma! Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.).

Está dispensada.

Vamos passar à apreciação da pauta.

Item 01: Mensagem (SF) nº 131, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas.

O Relator é o Senador Hélio Costa, que ainda não está presente.

Em vez de pedir um Relator **Ad Hoc**, prefiro saltar para o item nº 2:

Mensagem nº 145, (SF) de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura – UNESCO.

O Relator sou eu. Então, passo a Presidência ao Senador Jefferson Péres para conduzir este período da nossa reunião e ver se me comporta corretamente. Depois voltaremos ao item anterior, quando o Senador Hélio Costa estiver presente. Caso contrário, vou pedir a outro Senador que seja o Relator **Ad Hoc**.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, V. Exª aqui sempre se portou mais do que corretamente. Só queria ressaltar isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Muito obrigado. Estou seguindo os passos de V. Exª, que foi Presidente desta Casa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Ontem, no plenário, houve aquele episódio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Aquilo não foi sobre a Comissão de Relações Exteriores.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Mas V. Exª é Presidente daquela Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Por causa desta.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – ... por ser Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Por tudo o que conheço no sentido mais amplo da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão sobre as Atividades de Inteligência Nacional, por tudo que conheço de sua atividade, V. Exª sempre se comportou

com correção. Era esse o testemunho que gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não sei se em todo o PT, mas no resto V. Exª é uma unanimidade nacional, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT-AM) – Assumo a Presidência nesta cadeira e passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, relator.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF) – Passo a ler o relatório preparado pelos estudos da comissão de assessores e por mim próprio em relação à indicação Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães para o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura – Unesco.

Sr. Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Presidente da República deseja fazer em relação ao Sr. Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães para o cargo de Embaixador na Unesco.

A Constituição Federal, como é do conhecimento de todos, no seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em reunião secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministro das Relações Exteriores, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno, elaborou o **currículum vitae** do candidato. De acordo com esse documento, o Sr. Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de março de 1941. É diplomata de carreira desde fevereiro de 1963, tendo sido promovido sempre por merecimento: a 2º Secretário em 1966, a 1º Secretário em 1973, a Conselheiro em 1980, a Ministro de 2ª Classe em 1986 e a Ministro de 1ª Classe em 1993. Na Secretaria de Estado, exerceu várias funções de relevância, entre as quais a de Chefe de Divisão da Organização dos Estados Americanos em 1968, de Chefe de Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço em 1985, de Chefe da Divisão do Meio Ambiente em 1990, de Diretor-Geral do Departamento das Américas em 1992, de Subsecretário da Secretaria-Geral da América do Sul em 2003. Igualmente, foi Secretário-Executivo da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos em 83 e Coordenador Nacional do Grupo de Mercado Comum em 2003.

Em representações no Brasil e no exterior, o diplomata em apreço serviu em Paris junto a Unesco,

onde voltaria agora, como Segundo Secretário em 69 e Ministro Conselheiro em 87 na Unesco; em Montevideu como Segundo Secretário em 62; Em Copenhague como Primeiro Secretário em 64; em Nova Deli como Embaixador em 95 cumulativo com Nepal, Sri Lanka e Maldivas; em Oslo como Embaixador cumulativo com Islândia; na cidade do México como Embaixador cumulativo com Belize.

Além dessas atribuições chefiou como plenipotenciário brasileiro várias delegações de reuniões, conferências, comissões, comitês internacionais, conferência que elaborou o estatuto jurídico de sistema de aquisição de dados oceânicos e a comissão preparatória da autoridade internacional dos fundos marinhos e do tribunal internacional do direito, a reunião consultiva do tratado da Antártica, as reuniões que renegociaram as convenções sobre movimento transfronteiriço de resíduos perigosos, a convenção-quadro sobre mudança de clima, o comitê preparatório da conferência das Nações Unidas sobre o tráfico ilícito de armas pequenas e armamento leve em todos os aspectos e o comitê de negociações comerciais da Alca.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** relatado documento informativo sobre as relações entre o Brasil e a Unesco elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores. A Unesco, desde 99, tem como Diretor-Geral o japonês Koishiro Matura e seu vice, o brasileiro Márcio Barbosa. A posição do Brasil nesse organismo também ganha destaque por ter, mediante seu delegado permanente, assento no Conselho Executivo da Unesco até outubro de 2005, cargo que pretende manter por mais um mandato.

De acordo com o informativo fornecido a Unesco busca reformular-se para enfrentar os desafios do milênio e aproximar-se dos grandes temas da agenda da ONU como combate à pobreza, a defesa dos direitos humanos, o combate a todas as formas de discriminação do desenvolvimento sustentável, o fortalecimento dos Estados Unidos na direção dessa instituição.

Para tanto, apresenta projetos como Educação Para Todos e impulsiona a negociação da Declaração Universal de Bioética e Conferência Mundial para a Sociedade da Informação e a Convenção para a Proteção e Promoção de Diversidade das Expressões Culturais também a década da erradicação do analfabetismo.

Cumpramos destacar também que o escritório da Unesco em Brasília é o maior de todos os escritórios da organização fora daquele situado em Paris como sede. O que demonstra grande atividade de cooperação e programas sociais executados entre o Brasil e a Unesco. Apesar disso, contrasta o fato de o Brasil ser o principal devedor da Unesco. Situação pouco comprometida internacionalmente e que pode invia-

bilizar a médio prazo a candidatura brasileira para o Conselho Executivo da organização, apesar de que em 2003 houve um esforço de resolver essa pendência da dívida.

Tendo em vista a natureza da matéria o currículo do Embaixador que demonstrou aqui claramente pelo parecer uma história e uma biografia invejável, Sr. Embaixador, comparado mesmo com todos os brilhantes embaixadores que temos, o meu parecer é favorável à apresentação do Sr. Embaixador, a aprovação da indicação feita pelo Sr. Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT-AM) – Devolvo-lhe a Presidência, Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Recebida a Presidência, concedo, tendo em vista ainda...

Levando em conta uma praxe que temos adotado ultimamente em que os Senadores Relatores lêem o parecer e depois passamos a palavra aos candidatos, vou escolher um dos Senadores porque gosto de avisar com antecedência, desta vez não houve tempo, mas todos estão se preparando enquanto eu falo para que possamos ter a reeleitura do parecer.

Indico, por deferência especial, não pela idade, mas pelos cabelos brancos, ao Senador Pedro Simon para ler o parecer **ad hoc** Item 01: MENSAGEM (SF) Nº 131, DE 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas”. Em nome do Senador Hélio Costa. É o primeiro parecer que foi preparado pelo Senador Hélio Costa que não está atrasado, está em viagem a serviço do Senado e avisou que não poderia comparecer.

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parecer do Senador Hélio Costa.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer no nome de Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

De acordo com o **curriculum vitae** elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa é filho de Carlos Alberto da Fonseca Costa Couto e Célia Sette Câmara da Fonseca Costa Couto. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1973, ingressou na carreira diplomática, por concurso, em 1975, tornando-se naquele mesmo ano Terceiro Secretário de Carreira e assistente da Divisão de Organismos Internacionais Especializados. Em 1977, conclui mestrado em Direito de Energia Nuclear, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. Em 1978, serve à embaixada em Madri, mesmo ano em que ascende a Segundo Secretário de Carreira. Em 1980, serve à embaixada em Bogotá, ano em que é laureado com a Ordem do Mérito Civil o grau de Cavaleiro pelo Governo da Espanha. Em 1981, conclui o curso de Altos Estudos, pelo Instituto Rio Branco. Em 1982, torna-se Primeiro Secretário por merecimento. Em 1984, torna-se chefe substituto da Divisão de Operações Comerciais. No ano seguinte, Chefe de Gabinete da Subsecretaria Geral dos Assuntos Econômicos e Comerciais. Em 1988, assume as funções de chefe substituto da Divisão de Programas de Promoção Comercial e, posteriormente, a de chefe substituto da Divisão de Protocolo. Naquele mesmo ano, é honrado com a Medalha de Mérito Santos Dumont e, com a Ordem do Rio Branco, o grau de oficial e com a Medalha de Mérito Tamandaré. Em 1989, ascende a Conselheiro de carreira por merecimento e é designado para a função de chefe da Divisão de Protocolo. No ano seguinte, serve na Embaixada em Buenos Aires na função de Conselheiro. Em 1992, retorna ao Brasil e assume a chefia de gabinete da Subsecretaria Geral de assuntos da Integração Econômica e Comercial. No ano posterior, assume a chefia da Divisão da Integração Regional e conclui a tese defendida no curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, denominada Brasil – O Trigo e o Mercosul e recebe a Ordem do Mérito de grau de comendador pelo Governo do Equador. Em 1994, ascende a Ministro de Segunda Classe e segue para a Embaixada em Lisboa, para exercer a função de ministro-conselheiro. Em 1997, representa o Brasil no Comitê Executivo da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa e é laureado com a Ordem do Mérito Civil pelo Governo de Portugal a grau de Grande Oficial. Em 1998, serve como Cônsul-Geral no Consulado em Zurique e recebe a Ordem Infante D. Henrique do Governo de Portugal, grau de Grande Oficial. Finalmente, em 2002, é designado Embaixador em Jacarta.

A República das Filipinas, localizada ao sudoeste da Ásia, é considerada um regime democrático mais

institucionalizado e antigo da Ásia. Foi um dos países menos afetados pela crise financeira que assolou a região em 1998. É membro da Associação das Nações do Sudeste Asiático, instituída em 1967, cujos objetivos são a aceleração do crescimento econômico, do processo social e do desenvolvimento cultural da região, por meio da consolidação das parcerias amplas e igualitárias, e a promoção da paz e da estabilidade regional, por meio do respeito à lei e à justiça.

Segundo o relatório do Itamaraty, o principal setor econômico filipino é o de serviços, seguindo-se do setor industrial, importante basicamente em equipamentos eletrônicos, maquinaria e transporte, vestuário e produtos químicos. Por derradeiro, encontra-se o setor agrícola.

Ainda segundo o Ministério, as relações entre o Brasil e as Filipinas são distantes, registrando-se poucas iniciativas de aproximação em alto nível.

Resume-se a dois tratados bilaterais firmados e vigentes sobre dispensa de visto de passaporte e para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal. O comércio bilateral tem apresentado tendência de crescimento. Em 2004, houve incremento em 120% do fluxo comercial em relação a 2001. Os principais produtos de pauta da exportação brasileira para as Filipinas, em 2003, foram fumo, carne bovina congelada e minério de ferro, os principais produtos de pauta filipina foram equipamentos eletrônicos para computação, aparelhos de televisão, celulares e micro-controladores.

Não foram registrados no relatório do Ministério das Relações Exteriores possíveis áreas de cooperação ou potencial agenda de interesse mútuo. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF)

– Passo a palavra ao Sr. Embaixador Felipe de Macedo Soares Guimarães para fazer sua exposição pelo tempo que julgar necessário, a Mesa não vai policiar o tempo, mas lembrando que diante de tanta atividade dos Srs. Senadores, que, de repente, vão começar a sair para outras Comissões, seria interessante que estivessem aqui...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – São quatro Comissões, fora a do orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Quatro comissões. Então pediria que fosse o mais suficiente possível, mas o tempo é de V. Ex^a

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, de maneira muito sucinta. Mas como o Embaixador Macedo Soares Guimarães está concluindo um trabalho de extraordinária importância e relevância – e normalmente o embaixador fala so-

bre a sua futura missão – S. Ex^a foi o coordenador dos trabalhos da integração do Mercosul e inclusive nas negociações do Mercosul/Alça, se S. Ex^a dizer uma breve palavra sobre em que estágio estão os passos de integração Mercosul/países da América do Sul e o diálogo referente à Alça.

Agradeço muito e acho que isso é tão importante que é melhor que S. Ex^a fale para a TV Senado, essa é uma pergunta que faria, mas que S. Ex^a inclua na sua apresentação inicial, por favor. Creio que é o desejo de todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Seria muito ilustrativo para todos nós que temos diante de nós a responsabilidade de zelar pela política externa na ótica do Congresso.

O SR. FILIPE SOARES DE MACEDO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não sei bem se falo antes dos temas que foram suscitados pelo Senador Suplicy, mas em atendimento ao seu interesse falarei brevemente antes sobre o assunto. Mas não sem primeiramente agradecer aos Senadores, ao Sr. Presidente, estarem aqui, porque para o comparecimento ao Senado e a entrega de credenciais são os dois de rito de passagem que realmente habilitam um cidadão a representar no exterior o Estado brasileiro; o segundo, a entrega de credenciais é formal, mas a passagem aqui pela Comissão de Relações Exteriores e depois pelo plenário é substantiva.

Quero falar muito brevemente sobre as questões que até há poucos dias eram da minha alçada, quanto ao Mercosul pode estar acontecendo alguma coisa que eu não saiba, porque nesse momento em Assunção está reunido o grupo Mercado Comum em preparação à reunião do Conselho do Mercado Comum, formado pelo Ministro das Relações Exteriores e da Economia e Finanças, na semana que vem em Assunção.

Aproveito esta oportunidade para desde logo acentuar que, ao contrário ou diferentemente do que muito comumente se afirma na imprensa ou em outros meios, o Mercosul, no momento, e eu diria nos últimos dois anos, não está em crise. O Mercosul é um processo que tem as suas dificuldades, mas se crise houve foi em momentos de fato anteriores, entre principalmente o Protocolo de Ouro Preto, a introdução da União Aduaneira, até 1997, 1998, quando vieram crises sucessivas atingindo o Brasil e os demais países membros do Mercosul, culminando com a Argentina. Realmente foram tomadas medidas pelos países que foram necessárias exceções aos entendimentos e basicamente a tarifa externa comum e outras decisões do Mercosul. Mas, desde 2003, quando o Conselho do Mercado Comum adotou um programa de trabalho 2004/2006 - isso ocorreu pela primeira vez - o Mercosul

vem cumprindo uma pauta muito importante de continuar no processo rumo à união aduaneira perfeita e prosseguindo e no caminho do mercado comum.

Eu citaria como um exemplo decisões que foram tomadas na reunião do Conselho, no final do ano passado, em Belo Horizonte, depois pela cúpula em Ouro Preto no que se refere à livre circulação de mercadorias e combinado com medidas para se evitar a dupla cobrança da tarifa externa comum. Isso foi um tema aparentemente secundário, mas não é, porque está na essência mesmo do que é uma união aduaneira, é um tema de externa dificuldade porque ele revela, ele está no cerne das assimetrias do Mercosul, entre o Brasil e a Argentina, Paraguai e Uruguai, e nós logramos decisões que evidentemente vão seguir passos precisos e determinados no tempo, de maneira que se consiga completar essa peça fundamental da união aduaneira.

Eu mencionaria, também, a decisão de se estabelecer o fundo estrutural, o fundo compensatório do Mercosul. Um pouco a exemplo do que existe na União Européia, também de maneira a compensar as diferenças entre os países. A criação desse fundo tomada em Belo Horizonte, foi feita em Belo Horizonte, e prosseguiram os trabalhos de maneira que na próxima reunião do Conselho, que é na próxima semana, presumivelmente os Ministros vão poder já tomar a decisão com todos os contornos necessários para que o fundo se torne operacional, inclusive em relação a montantes.

Evidentemente que todos os países contribuem mas o grande contribuinte terá que ser o Brasil, em escala menor, a Argentina. Mas é importante que esse fundo realmente sirva para, pouco a pouco, trazer a economia desses países não ao nível ou à dimensão da economia brasileira, mas para que essas economias sejam participantes no mercado comum.

Em terceiro lugar e por último, eu mencionaria a decisão importantíssima relativa à criação do Parlamento do Mercosul. A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul continua trabalhando. Há já um projeto, que será considerado também agora, mas o que é importante é que as resistências muito fortes, principalmente do Uruguai, em relação à questão da proporcionalidade da representação, foram vencidas. Tudo indica que, conforme previsto, até o fim do ano que vem, possamos ter um Parlamento do Mercosul para ser futuramente objeto de votação direta. Isso é um enorme progresso da integração no contexto do Mercosul.

Por isso, muito sucintamente, acho que valia a pena dar essas informações.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só uma palavra ainda sobre os passos na direção da livre cir-

culação das pessoas, sobre o progresso havido nessa área - quando mencionar a parte referente à Alca, também nesse aspecto. Uma coisa é a livre circulação de bens e serviços, outra é a do capital, outra é a dos seres humanos.

O SR. FILIPE SOARES DE MACEDO GUIMARAES – No Mercosul – aliás, até precedendo o próprio Mercosul -, a livre circulação, relativamente, pelo menos, entre os países que são hoje parte do Mercosul já era adiantada em relação a outros países. Entretanto, tem-se trabalhado constantemente. Dentre as decisões de Belo Horizonte, no ano passado, em dezembro, está a decisão de reduzir as exigências para vistos permanentes de homens de negócio, que requeriam um investimento de um montante, de que, agora, não me lembro. Digamos que ele seria de US\$ 100 mil, no mínimo. Ele foi reduzido e será reduzido ainda mais. Ele está agora – se não me engano - em US\$ 25 mil, mas será progressivamente reduzido. Isso é extraordinariamente importante.

Outro avanço muito importante é a questão do acordo da Previdência Social que, praticamente, está pronto, de maneira que os trabalhadores dos Estados-membros do Mercosul poderão somar os seus tempos de trabalho em qualquer dos quatro países, que serão contados para os seus benefícios previdenciários de aposentadoria etc.

São exemplos de que, pouco a pouco, o Mercosul social também avança.

Quanto à Alca, chegou-se ao acordo em Miami de reestruturar a negociação que se apresentava de forma inviável. A negociação se desenrolava há vários anos sem avanços, sem possibilidades de acordo, com a decisão dos Estados Unidos de retirar alguns temas, como, por exemplo, as medidas relativas a antidoping, das negociações da Alca, reservando-as para a Organização Mundial do Comércio. O Brasil também tomou a posição de que certos temas na Alca não deveriam avançar mais que os compromissos já assumidos na Organização Mundial do Comércio, em relação, por exemplo, à propriedade intelectual e a investimentos que, aliás, nem são um tema da rodada de Doha - portanto, se não é discutido em termos de regulamentação no âmbito da OMC, com muito menos razão, deveria ser objeto de negociações na Alca. Enfim, esse acordo de Miami permitiria uma retomada das negociações, mas se revelou que, da parte dos Estados Unidos e de outros países, havia a interpretação, pelo menos das decisões de Miami, que, esquematicamente, era negociar um pacote comum com certa delimitação e deixar negociações sobre outros temas ou mais aprofundadas para negociações plurilaterais, não envolvendo necessariamente os 34 participantes.

Havia, portanto, que delimitar claramente o que seria o menu dessa parte comum, dessa negociação comum. E aí houve, realmente, como mencionei, da parte dos Estados Unidos e de outros países a tendência ou intenção de reincluir temas como, por exemplo, a propriedade intelectual, especialmente no que se refere à execução dos acordos.

Isso nos levou a um impasse já há mais de um ano, no começo de 2004. Depois se tentou em grupos restritos resolver esses problemas de maneira a poder prosseguir nas negociações no Comitê de Negociações Comerciais, na base do consenso de Miami. Mas não foi possível.

Os dois co-presidentes, o brasileiro e o americano realizaram várias reuniões. E a situação presente é que realmente continuamos nós, o Brasil e o Mercosul, porque negociamos a Alca por meio do Mercosul, dispostos à negociação. Não há uma posição de princípio contra a negociação, mas desde que ela seja conduzida de acordo com os parâmetros acordados em Miami.

Não tem havido aparentemente um grande interesse do lado da co-presidência americana, em parte talvez pelo compasso de espera, em relação à aprovação, pelo Senado americano, do acordo chamado Cafta, que é o Acordo Estados Unidos – Países da América Central, em que há um embate muito grande, ainda incerto.

Aparentemente haveria uma tendência – mas isso não estou afirmando – no sentido de que se espere uma evolução maior da roda de Doha, na rodada de desenvolvimento na Organização Mundial de Comércio, a reunião ministerial do fim desse ano, de Hong Kong.

Esse é o quadro. Realmente a Alca está um pouco...Um pouco, não. Usando uma expressão culinária, em “banho Maria”.

Tomando a questão da Unesco e, de maneira suscita como V. Ex^a recomendou, primeiro eu gostaria de mencionar, porque o tema mais importante da Unesco é o da Educação, o discurso de V. Ex^a, na Conferência Geral, há dois anos – e a Conferência Geral da Unesco é bienal - em 2003, no debate geral, como chefe da Delegação do Brasil, V. Ex^a propôs a criação de um fundo com recursos provenientes da anulação de uma parte do serviço anual da dívida externa dos países com populações mais carentes e iletradas, que se comprometessem em investir em educação.

Devo dizer que essa proposta, evidentemente, não está refletida no programa atual da Unesco, que foi aprovado naquela ocasião, porque foi apresentada na própria Assembléia Geral. Mas ela ainda não ama-

dureceu a ponto de estar no projeto de programa a ser aprovado neste ano para o próximo biênio.

Mas, a proposta segue o seu curso. Ela teve já um reflexo importante na posição, por exemplo, da Espanha, que tem defendido uma posição semelhante.

Agora, no dia 28 de junho, vai haver um seminário sobre o assunto, sobre o tema na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. E espera-se que nessa ocasião seja emitido um documento trilateral pelo Brasil, Argentina e Uruguai, sobre o tema.

Portanto, se vê que essa proposta tem progredido. E ela, voltando ao discurso de V. Ex^a a tinha três objetivos à criação desse Fundo: programas de alfabetização, a implantação de programas do tipo Bolsa-escola e valorização e formação de docentes. E esses três aspectos estão mencionados, fazem partes do programa, do projeto de programa e orçamento da Unesco para este ano, para o próximo biênio.

E eu me permito, aliás, assinalar que, em geral, nos discursos, no debate geral, na Unesco ou em outras organizações, muitas vezes os oradores, os Ministros tendem a fazer discursos sobre o que ocorre no seu próprio país, os seus programas internos. E, na realidade, no seu breve discurso, há dois anos, era um discurso de propostas objetivas e claras.

De fato, como eu mencionava, o programa da Unesco é dividido em cinco grandes programas. O primeiro deles é a Educação e com o primeiro elemento, é o grande programa chamado Educação para Todos. E aí nós temos os programas de políticas, de programas nacionais que vão criar essa massa crítica desse programa Educação para Todos. Depois, o segundo aspecto, é a universalização da educação de base. E aí a década das Nações Unidas para alfabetização num esforço de reduzir, até 2015, em 50% o número de analfabetos, que no mundo é hoje cerca de 800 milhões de adultos e 100 milhões de crianças. Então uma tarefa hercúlea que vai realmente demandar vontade política e recursos. E a questão da formação de docentes.

Para se ter uma idéia, na África subsariana há uma necessidade até 2015 de formação de 4 milhões de docentes. Isso em países que de uma maneira geral têm condições econômicas extraordinariamente carentes.

O terceiro elemento do programa de educação é a questão da qualidade da educação. E a qualidade no aspecto de qualidade em si mesmo, de visualizar a educação no contexto do desenvolvimento sustentável, com seus três pilares: a economia, os aspectos sociais e o meio-ambiente. Mas na base de tudo isso é cultura. Educação sem cultura, sem uma base cultural, ela é um instrumento um pouco vazio. E a parte de direitos

humanos, cidadania democrática, compreensão entre as culturas, essa é uma tônica importante. E finalmente, as questões de educação física. Está em negociação uma convenção que deve ser aprovada sobre o **dumping**. É um interesse muito grande. Hoje é o problema principal do esporte internacional, do esporte olímpico. No ano que vem as Olimpíadas de Inverno, em Turim. Então há um interesse muito grande em se aprovar essa convenção internacional.

Há também, é claro, as questões de ter o quarto elemento desse programa, Grande Programa de Educação, Educação Secundária e Superior.

O outro grande programa da Unesco, que mostra inclusive o alcance e a importância dessa organização é na área de ciências exatas e naturais. Porque é o único organismo do sistema das Nações Unidas que realmente trata desses aspectos em termos políticos, em termos de entendimento entre países.

Nesse próximo biênio a prioridade é a questão, a gestão da água.

Cada vez mais hoje, acho que ninguém desconhece que é o grande desafio do Século XXI, é realmente a questão da gestão da água. A Unesco se ocupa há muitos anos disso, desde os anos sessenta, através do Programa Hidrológico Internacional. E aí nós temos problemas, questões relevantes para o Brasil, como detentor de recursos água em termos quase sem igual no mundo. E mais, um tema que começa a entrar na pauta internacional que é a gestão, inclusive em termos jurídicos, dos recursos subterrâneos. E nós temos no Brasil o aquífero Guarani compartilhado com Uruguai, Argentina e Paraguai que tem uma importância presente, mas muito mais no futuro. E é muito importante que nós asseguremos, de um lado, a nossa soberania sobre esse recurso, mas também que admitamos e nos preparemos para um gerenciamento cada vez mais adequado desse recurso.

Um outro tema importante na área de ciência é a Comissão Oceanográfica Intergovernamental. É o único órgão intergovernamental que cuida dos oceanos, cuida do conhecimento dos oceanos e dos entendimentos sobre as prioridades científicas sobre o intercâmbio de dados que tem hoje, inclusive, um dos aspectos, mas que ganhou muita relevância ultimamente, é o Sistema de Alerta Rápido de Tsunamis. Já existia esse sistema no Pacífico, muito por interesse do Japão, mas não existia no Índico, que foi onde ocorreu a tragédia no dia 26 de dezembro.

No Programa de Ciências Sociais e Humanas, no projeto de programa para o próximo direitos humanos. Deve ser, em princípio, aprovada pela conferência geral. Ainda a próxima reunião de negociação desse documento vai se realizar mais adiante, este mês.

No grande programa de cultura nós temos a questão, que talvez seja o aspecto mais conhecido da Unesco, que é: a proteção do patrimônio mundial. Existe a Convenção de 1972, que estabelece a lista do patrimônio mundial. Já existem nessa lista mais de seiscentos bens culturais, mais de cento e cinquenta bens naturais em cento e trinta e quatro Estados.

Como curiosidade, os três países que detêm na lista o maior número de bens culturais e naturais é o Brasil, França e Itália. Eu, inclusive, tive ocasião de intervir diretamente porque no momento eu era relator do Comitê do Patrimônio Mundial quando foi incluída Brasília na lista do Patrimônio Mundial. Depois eu tive a satisfação de receber a Ordem do Mérito de Brasília das suas mãos.

Essa lista do Patrimônio Mundial é bom que se diga, não é apenas uma espécie de concurso de beleza de bens culturais e naturais. Ele corresponde, a entrada de um bem nesta lista corresponde a um compromisso do país de seguir regras da Convenção. Então a influência desse sistema sobre a preservação, inclusive a existência de uma lista também do patrimônio mundial em perigo, é extremamente relevante. Um dado novo também nesse aspecto é a Convenção que foi aprovada recentemente sobre a proteção do patrimônio cultural e material. E essa Convenção, aliás, está desde fevereiro deste ano já está aqui no Congresso para ser aprovada. Isso, nós inclusive já apresentamos candidaturas práticas culturais brasileiras para serem incluídas entre os bens a serem preservados. Porque a mortalidade de práticas culturais é extremamente grande. Como é, aliás, de línguas. Uma parte desse programa é a preservação da herança lingüística. Dentre cerca de seis mil línguas faladas hoje no mundo metade está em perigo. No Brasil nós temos uma quantidade razoável de línguas indígenas em perigo de extinção. A Unesco inclusive editou um Atlas Mundial das Línguas com a indicação das línguas em perigo.

São esses os temas principais. Eu mencionaria um tema de grande relevância porque está em discussão, também na área de cultura, é a Convenção sobre a Proteção dos Conteúdos Culturais, Expressões Artísticas. É a questão da diversidade cultural versus a globalização. Como chegar a uma proteção das culturas nacionais diante da força do mercado internacional. Essa negociação é extremamente difícil. Está chegando já ao seu final. Ela vai ser, na realidade, se for possível fechada durante a própria Conferência Geral. Existe de um lado evidentemente com a posição principalmente dos Estados Unidos, mas não somente, muito contrária à nossa posição, a posição que o Brasil e outros defendem, mas é um tema que

tem uma relevância cada vez maior para a preservação da identidade cultural dos nossos países.

O Ministro Gilberto Gil a questão de meses atrás, se não me engano emitiu uma declaração conjuntamente com os Ministros da Cultura da Espanha e da França defendendo uma série de princípios sobre a preservação da diversidade cultural. E esses princípios que têm norteado a nossa participação e dos demais países que França e Espanha e evidentemente um grande número de países na elaboração dessa Convenção.

Portanto, em resumo, a Unesco tem essa função de estabelecer princípios, normas, meios de entendimento internacional nessas áreas que se não fosse a existência dessa organização ficariam perdidos porque não teriam um fórum, não teriam um campo onde eles podem... onde os Estados, porque é uma organização política, uma organização entre Estados, de maneira de se chegarem a entendimentos e de se regularem ou de se estabelecerem meios de comunicação, meios de cooperação entre os Estados sobre todos esses aspectos, educação, ciências naturais, exatas, das ciências sociais e humanas, cultura e comunicação e informação.

E nesse contexto, o Brasil tem, sempre teve – cerca de 20 países em 1946 criaram a Unesco, em Londres, logo depois da guerra -, o Brasil exerce, sempre exerceu uma influência muito grande na organização, porque ela serve, sem dúvida nenhuma, não só para que defendamos os nossos interesses específicos, em termos de recursos naturais, em termos de princípios de educação, em termos de posições específicas em matéria de cultura, mas é um meio extraordinário para que o Brasil tenha uma projeção internacional decorrente das suas potencialidades naturais, recursos naturais e da sua cultura. De modo que o Brasil tem na Unesco um campo extraordinariamente profícuo para fortalecer a sua presença no mundo e a sua política externa.

Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente vou sair agora para atender a outro compromisso, e vejo que, como último item da pauta, está um requerimento polêmico de autoria do Senador Arthur Virgílio, que tem o Senador Eduardo Suplicy como Relator com parecer contrário. O apelo que faço é que seja votado apenas com a presença do autor, Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Está bem. Aceito. Se S. Ex^a não estiver, será adiado.

Passo a palavra agora ao Sr. Embaixador Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa para que faça a sua exposição.

O SR. CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA –Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores.

Fazendo uma breve introdução histórica das Filipinas, elas foram colonizadas em 1.600 pelos espanhóis. Essa colonização perdurou por três séculos e meio e a grande herança dessa colonização é uma igreja católica extremamente poderosa e com influência política tremenda como não existe nada na América Latina.

Em seguida, logo após a guerra hispano-americana, em 1898, as Filipinas passam a ser uma colônia americana. Essa situação perdura até o final da segunda guerra mundial, quando, por grandes movimentos das massas populares, uma simpatia grande nos Estados Unidos, sobretudo com a intervenção do General Mac Arthur, que naquele momento era uma espécie de vice-rei da Ásia do Leste, as Filipinas têm a sua independência em 1946.

Em termos de política interna atual, Srs. Senadores, as Filipinas são presididas pela Presidente Glória Arroyo. S. Ex^a assumiu o poder, em 2001, na esteira de uma espécie de uma revolta popular, uma rebelião popular, inclusive, com o apoio da Igreja Católica, contra o então Presidente Joseph Estrada. Dizia-se que o Presidente Joseph Estrada estava envolvido em praticas não corretas, falava-se da sua incompetência administrativa. Portanto, a Presidência assume em 2001. Posteriormente, no ano passado, é eleita para um mandato de até 2010, com mandato de seis anos. A grande prioridade do mandato dela é a criação de empregos, uma vez que as Filipinas não conseguem absorver a massa de trabalhadores, não consegue integrar o mercado de trabalho à massa de trabalhadores.

Em relação à política interna, Srs. Senadores é importante também assinalar a questão do terrorismo e da guerrilha.

Existem três grupos guerrilheiros nas Filipinas: um assinou um acordo de paz, outro está em vias de assinar – são dois grupos islâmicos que desejam o separatismo do Sul das Filipinas, uma província ao Sul das Filipinas; o terceiro grupo é uma guerrilha maoísta que atua no Norte do país, inclusive nas vizinhanças de Manila. Com essa guerrilha, que orça em torno de dez mil membros, não há possibilidade de contato, de aproximação política entre o governo e essa guerrilha maoísta.

Em relação ao terrorismo, existe um grupo chamado Abu Sayaf, um grupo pequeno, da ordem de 600 pessoas, que é muito ativo, promove seqüestros, extorsões, estupros, bombas, no ano passado afundaram um navio, com morte de 200 pessoas. Esse grupo tem relações com droga, com tráfico de heroína. Fe-

lizmente, nas Filipinas não há nenhum brasileiro preso por drogas, ao contrário da Indonésia, onde estou hoje em dia, onde lamentavelmente há dois brasileiros sentenciados e condenados à morte.

Em relação à política externa, Srs. Senadores, as Filipinas têm um equilíbrio estável entre, digamos, um regime democrático estável dos mais antigos, uma democracia firme, e essa desestabilização gerada pela guerrilha. Em relação aos pontos cardeais da política externa filipina, passo a enumerá-los em seguida: primeiro deles, os Estados Unidos. Literalmente, há centenas de acordo e tratados entre as Filipinas e os Estados Unidos. As Filipinas foram um dos primeiros países a declarar apoio logo após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, inclusive chegou a mandar um batalhão médico para o Iraque. Esse batalhão, no ano passado, em 2004, foi retirado em função do seqüestro de um filipino no Iraque. Com vistas a preservar um equilíbrio político interno delicado, a Presidente Arroyo determinou o retorno desse batalhão médico para as Filipinas. Isso gerou uma inflexão da atitude política de boa vontade americana, mas ao que tudo indica, essa questão já foi superada e já há um relacionamento bastante satisfatório entre os dois países. É preciso assinalar que os Estados Unidos mantêm militares nas Filipinas, mantêm um grupo que não é muito grande, mas altamente especializados, são conselheiros militares e comandos americanos que auxiliam na lua contra a guerrilha.

Em relação ao Japão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma presença forte do Japão. O Japão é o país que propicia o maior auxílio bilateral em termos de assistência financeira, em termos de importações e exportações e, no momento, negocia-se um acordo com o Japão com vistas à possibilidade de que seja aceitado um número maior de filipinos naquele país.

Já com relação à China, por uma questão até mesmo geográfica, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as Filipinas estão perto do sul da China, que é uma região altamente produtiva e dinâmica. Acresce também que existe uma colônia étnica chinesa muito forte nas Filipinas, uma colônia de apenas 2% da população, mas que controla algo em torno de 40% do PIB. Então, por essas circunstâncias geográficas, pela presença dessa colônia, as Filipinas têm um relacionamento muito denso com a China.

Outro ponto importante é a questão da comunidade filipina no exterior. As Filipinas têm uma população de 85 milhões de habitantes e existem oito milhões de filipinos no exterior, espalhados pelo mundo, em geral na Europa e sobretudo nos Estados Unidos. Isso é vital, essa presença de trabalhadores no exterior é vital. Eles remetem algo em torno de 12% do PIB nacional todos

os anos. Daí, as Filipinas concedem um tratamento prioritário àqueles países onde existe uma comunidade filipina importante. A necessidade de exportação de mão-de-obra de trabalhadores é tão vital nas Filipinas que os filipinos tentam até entrar no Iraque, um dos países mais perigosos do mundo hoje em dia.

Srs. Senadores, existe na Ásia do leste hoje em dia, na Ásia oriental um clima pesado, um clima difícil, um clima que lembra, de certa maneira, o alinhamento das potências que existia na Europa do século passado. Há um jogo de influências, e tudo isso gerado pela rivalidade entre a China e o Japão, a questão da Coreia, que também gera uma rivalidade grande com o Japão, a questão de Taiwan, que também gera, digamos, uma certa instabilidade política.

Existe, portanto, Srs. Senadores, na Ásia do leste, na Ásia oriental hoje um clima político pesado em função dessas rivalidades regionais e até porque não existe na região, ao contrário da Europa, por exemplo, uma arquitetura de segurança.

Srs. Senadores, em relação ao Brasil, há, digamos, em relação ao aspecto político uma rarefação de contatos. Nunca houve uma visita de um ministro de Estado brasileiro às Filipinas, de um vice-presidente da República, de um presidente da República. Existe claramente, portanto, essa rarefação de contatos políticos.

Já em relação ao comércio, a situação vai bastante bem. Há um comércio de US\$ 450 milhões nos dois sentidos, isso é um comércio muito expressivo, até porque comparando com a Indonésia, onde vivo, é o mesmo comércio e as Filipinas têm uma economia duas vezes maior.

Srs. Senadores, o meu propósito, o desafio com que conto nas Filipinas, caso aprovado por esta Comissão, é certamente tentar adensar os contatos políticos por intermédio da visita de autoridades do Executivo e do Legislativo e da promoção de nichos de comércio. Há oportunidades de venda de produtos de joalheria, existe uma oportunidade de que sejam utilizados os portos de água profunda nas Filipinas e no Brasil, aqui seria o porto de Sepetiba para o transbordo de mercadorias na Ásia. Isso seria um ponto importante. Outro ponto importante seria a criação de um centro regional de distribuição de peças da Embraer nas Filipinas.

Srs. Senadores, Sr. Presidente, procurei ser breve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF)

– Eu que agradeço, Sr. Embaixador.

Passamos agora à parte de arguição, para o que peço, de acordo com o Regimento, o disposto no inc. IV, do art. 52 da Constituição Federal combinado com

o parágrafo único do art. 388 do Regimento Interno, permito-me transformar a reunião da Comissão em reunião secreta para que os Srs. Embaixadores sejam argüídos.

(A reunião torna-se secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF)

– Tenho o prazer de comunicar que os dois indicados pelo Itamaraty foram aprovados por unanimidade. Todos os Senadores votaram, aprovando. Aproveito para parabenizar cada um dos senhores e dizer da nossa confiança no sentido de que vão representar o Brasil no exterior com a competência e a seriedade que os senhores possuem e os demais diplomatas do nosso Itamaraty sempre demonstram.

Parabéns. Muito obrigado.

O SR. ROMEUTUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, antes de terminar a reunião, posso usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Antes de terminar tenho uma decisão ainda para votação.

O SR. ROMEUTUMA (PFL-SP) – Queria apenas fazer uma colocação aqui se V. Ex^a permitisse.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Vamos continuar com a nossa pauta, Senador Marcelo Crivella. Achava que a nossa pauta estava encerrada, porque dois itens tinham sido retirados, mas ficou um item.

O Item nº 03, Projeto de Lei nº 310, cujo Relator é o Senador Marcelo Crivella, foi retirado de pauta a pedido do Ministério.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL-RJ) – Sim. Com o acordo do Senador Eduardo Suplicy, o autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – O Item nº 04, Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 133, de 2005, que aprova o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre cooperação de assunto relativo à defesa. Ele estava em pauta na última reunião e foi retirado.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. ROMEUTUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Poderia pedir um resumo. Sei que é importante, porque estava sobre a mesa, e vamos levá-lo conosco. Se V. Ex^a pudesse dar o voto só, seria importante.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL-RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse acordo é fruto da visita do Presidente Lula à África do Sul em 2003. Foi celebrado porque a África do Sul tem uma indústria bélica moderna, de vanguarda na África, com aviões de defesa que interessam muito ao Brasil. Essa coo-

peração é muito importante para o desenvolvimento tecnológico da nossa Aeronáutica. Também é claro que os nossos carros de combate, a parte de mísseis do Brasil da indústria Cobra, e todas as outras indústrias que trabalham nesse setor será muito importante para os africanos do sul.

Como é interesse do nosso País desenvolver o nosso comércio com a África e é relevante também essa matéria, esse acordo, o voto é inteiramente favorável a esse acordo.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Com o voto favorável do Relator, submeto a matéria à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Finalmente, teríamos o Item 05: Requerimento (SF) nº 182 de 2005, que trata de uma manifestação relacionada com o Presidente Hugo Chavez, que está retirado também de pauta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só queria dar uma palavra sobre algo que me angustiou muito essa semana. Como se trata de um problema internacional, penso que só me caberia transmitir essa minha angústia nesta Comissão. Diz respeito à agressão feita pelo jornal **New York Times** ao General Augusto Heleno. Ele é meu amigo. Talvez possa até gerar uma suspeição sobre a admiração que tenho por ele. Trabalhou muito bem na Casa Militar, no setor de comunicação do Exército. Foi escolhido para comandar as forças da ONU no Haiti. Falei com ele mais de uma vez por telefone a respeito das dificuldades que tem. Ao invés de colaborarem com ele, para que seja restabelecida a tranquilidade no Haiti, ficam com críticas, tentando desmoralizá-lo nessa função tão importante, de comandante das tropas da ONU, e o Brasil tem arcado com uma série de despesas.

Então, não estou fazendo um protesto, mas uma constatação de que se deve apoiá-lo e não tentar desmoralizá-lo, como se isso agredisse o nosso País, trazendo conseqüências não muito boas, para a continuidade do trabalho que ele desenvolve. Não tirou um dia de férias. Não saiu de lá, permanecendo todo o tempo, e não pede a substituição para continuar no comando, com os grandes enteveros que tem havido.

É isso que gostaria de deixar registrado. Quero pedir minhas desculpas a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Poderíamos transformar o registro em uma proposta, feita oralmente, no sentido de a Comissão manifestar o nosso apoio ao General.

Estarei totalmente de acordo.

Consulto os Senadores. (Pausa)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Queria solidarizar-me com o Senador Romeu Tuma e associar-me ao Senador Cristovam Buarque, para que também pudéssemos dar esse voto de solidariedade ao General.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Muito bem. Não havendo qualquer manifestação em contrário, todos estão de acordo.

Gostaria de sugerir, aproveitando aqui a presença do Embaixador Pedro, uma solicitação ao Ministério das Relações Exterior de um relatório sobre o que está acontecendo na Bolívia, para que pudéssemos discutir aqui, até em caráter sigiloso, sem a presença de televisão, de público, pois é importante que o Senado saiba exatamente o que está acontecendo naquele país, quais são os cenários e as posições do Governo brasileiro.

Peço ao Embaixador Pedro que transmita essa preocupação para discutirmos na próxima 5ª feira.

Dou por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 44 minutos.)

Ata da Quarta Reunião Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia primeiro de junho do ano de dois mil e cinco, às onze horas e trinta minutos.

Às onze horas e trinta minutos do dia primeiro de Junho do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, presidente da comissão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO, MÃO SANTA, MOZARILDO CAVALCANTI, VALDIR RAUPP, ROMEU TUMA, JOSÉ JORGE, SERGIO ZAMBIASI, MARCELO CRIVELLA, HERÁCLITO FORTES, MARCO MACIEL, HÉLIO COSTA, ROBERTO SATURNINO, SERYS SLHESARENKO, JOÃO BATISTA MOTTA, EDUARDO AZEREDO, EDUARDO SUPLICY, LÚCIA VÂNIA e ÁLVARO DIAS**. Deixam de comparecer os demais membros da comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente procede à apreciação da pauta. Item 01: **MENSAGEM (SF) Nº 111, DE 2005**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor **FAUSTO MARTHA**

GODOY, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Tadjiquistão”. Item 02: **MENSAGEM (SF) Nº 127, DE 2005**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname”. O Senhor Presidente passa a palavra para a Senhora Senadora **SERYS SLHESSARENKO** fazer a leitura do seu relatório em seguida o Senhor **RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES** faz sua exposição de motivos. Item 03: **MENSAGEM (SF) Nº 129, DE 2005**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola”. A Senadora **SERYS SLHESSARENKO** faz o uso da palavra e em seguida o Senhor Presidente passa a palavra para o relator, Senhor Senador **MÃO SANTA**, que faz a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS** para fazer sua exposição de motivos. A reunião torna-se secreta. Reaberta a sessão, o Presidente informa terem sido aprovados os embaixadores por unanimidade. O Item 04: **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, DE 2005**, de autoria da **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)**, que “Aprova o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa, Celebrado em Cape Town, em 4 de Junho de 2003” foi adiado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a quarta Reunião Extraordinária da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da terceira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata e, sendo dispensada, dou por aprovada.

Passamos à apreciação da pauta.

Item nº 1: Mensagem (SF) nº 111, de 2005 O primeiro assunto é a indicação do nome do Senhor Fausto Marta Godoy, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Tadjiquistão. Eu, como Relator, quero ler apenas para ganhar tempo e considerando que o Embaixador é uma figura conhecida nossa, o Fausto Marta Godoy, que não faz muito, passou aqui a sua sabatina. Eu quero dizer que o parecer é favorável a que o Embaixador acumule o cargo com o Tadjiquistão. Submeto à votação dos Srs. Senadores.

Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Está aprovada a nomeação cumulativa do Embaixador Fausto Marta Godoy.

Item nº 2: Mensagem (SF) nº 127, de 2005:

Submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomata do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

A Relatoria é da Senadora Serys Slhessarenko a quem passo a palavra para ler o seu relatório.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores presentes na reunião desta Comissão, Sr. Fausto Marta Godoy, Sr. Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, de conformidade vou resumir a leitura do relatório, até porque todos os Srs. Senadores têm conhecimento dele, e dizer que o nosso relatório sobre o nome do Sr. Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Ministro de Segunda Classe do quadro permanente da Carreira de Diplomata para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname e o nosso voto, após o estudo de todo o seu currículo, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Bem, eu concedo a palavra ao Ministro Ricardo Carvalho do Nascimento Borges para fazer sua exposição. Embora a praxe nossa seja pelo tempo que julgar necessário, Embaixador, eu não vou ficar passando papel, considerando a demora, que não é culpa dos Senhores de começarmos e o corre-corre

dos Senadores. Se puder ser dentro de um prazo curto, seria melhor, mas fica a seu critério.

O SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES – Ok. Bom, muito obrigado, Senadora, pelas suas palavras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando eu ingressei na carreira há 35 anos, havia uma brincadeira que os Terceiros Secretários, sobretudo os que trabalhavam nas relações bilaterais, faziam com Embaixadores de primeira viagem, ou seja, que tinham a primeira indicação para postos pequenos, era torcer para que o Embaixador não fosse atacado de postite. E, a postite era, em poucas palavras, o fato de que muitas vezes esse Embaixador, apesar de dificuldades locais e de poucos auxiliares, conseguia produzir todos os dias 2 ou 3 telegramas extensos com análises políticas, econômicas e fazia cercar esses telegramas de telegramas particulares, telefonemas a chefes de gabinete para saber: “e aí, leu o meu 736, 737, etc.”. Eu estou citando isso, porque eu quero correr esse risco, embora eu não seja de primeira viagem, porque já fui Embaixador no Senegal, esclareço que o Suriname, para a política externa brasileira, tem uma importância que transcende muito a sua localização geográfica – esse país tem, com o Brasil, uma fronteira de 535 km, que o velho Embaixador Araújo Castro chamava de “mero fato cartográfico”.

Essa importância transcendente do Suriname para a política externa brasileira situa-se em duas características: a especificidade interna do País e a externa. São afirmações que podem soar como acarianas – afinal, cada País é uma identidade em si mesmo. Esse País, nas suas duas inserções óbvias, que é a caribenha e a sul-americana, tem realmente características que fazem dele um país único em cada uma dessas regiões. E essas especificidades do Suriname têm sido, felizmente, captadas e acompanhadas pela política externa brasileira mesmo antes da sua independência, que ocorreu em 1975, fazendo com que as características e as projeções dos interesses políticos brasileiros possibilitem que essa confluência se torne quase natural – entendida no sentido de quase inevitável.

Atendendo à solicitação do Sr. Senador, farei uma exposição muito esquemática sobre os aspectos que caracterizarão o Suriname, inclusive a parte histórica. Vou permitir-me explorar um pouco mais justamente aqueles aspectos que caracterizam essa especificidade interna e externa do Suriname e, naturalmente, também o relacionamento bilateral, que teve um impulso recente em razão das visitas do Ministro das Relações Exteriores no fim do ano passado e do Presidente Lula no início deste ano.

O Suriname é um País cuja superfície é um pouco menor que a do Amapá, tendo cerca de 140 mil km² e uma população que não excede 500 mil habitantes, dos quais cerca de 200 mil residem em Paramaribo. É um País que tem uma composição étnica diversificada, uma base crioula – entendida na sua primeira acepção, de descendentes de europeus e de escravos africanos. Há uma população importante, de origem hindu, que é chamada de hindus-tanis, de origem javanesa; uma menor, de origem chinesa; e uma de origem judaica. Conseqüentemente, a língua oficial é o holandês, pois era uma colônia holandesa, mas há também cinco ou seis idiomas, além de várias religiões – católica, luterana, hindu, muçulmana – e uma originária da África, que possui duas vertentes, chamada uinti.

É um País que tem um alto nível de educação, que é obrigatória e gratuita nos dois primeiros estágios, mas possui uma economia muito reduzida. Ela baseia-se, atualmente, na exploração e na exportação do alumínio – mais propriamente da bauxita –, de um pouco do arroz, embora no passado tenha havido a exploração de outros produtos, como o açúcar nos séculos iniciais, madeira e café.

Portanto, aquele risco prende-se a essa situação. Como V. Ex^{as} vêem, é um País efetivamente pequeno. Trata-se de República unitária, que tem 10 distritos que corresponderiam, **grosso modo**, aos nossos Estados. É uma democracia de consenso. O que o caracteriza já é um aspecto de distinção de países que têm certa semelhança, como Trinidad e Tobago e a Guiana, na medida em que, tendo um grande componente diversificado etnocossocial, a democracia se faz. Isso foi construído desde o tempo da colônia à base de consensos pré e pós-eleitorais. É um Parlamento Unicameral, uma Assembléia Nacional de 51 membros, que são eleitos simultaneamente com as Assembléias dos Distritos, ou seja, Estaduais, como é o nosso caso, e locais. A eleição na Assembléia ocorreu no dia 25 de maio do ano passado e a ela compete eleger o Presidente e o Vice-Presidente em dois turnos de votação, por maioria de 2/3. Se não for alcançado esse **quorum**, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente é levada para uma Assembléia chamada Assembléia do Povo da qual participam os Legislativos em nível de distrito e em nível local, 900 pessoas, e, então, são eleitos por maioria simples.

O Judiciário é uma Corte Suprema e há três Cortes Regionais. São seis Juízes Vitalícios. Na política interna, conseqüentemente, os Partidos se organizaram em bases étnicas e, posteriormente, os Partidos de Base Sindical se aderiram. Mas, dentro de tais Partidos, verifica-se o forte componente ético nessa participação.

Os resultados preliminares da última eleição, já apuradas quase todas as urnas, indicam que, na primeira votação, não deve ser atingido nem o **quorum** necessário para a primeira eleição, em virtude das cadeiras conquistadas.

A atual coalizão que dirige o País perdeu assentos. O que estava em primeiro lugar na preferência popular e que tinha sido Presidente anteriormente também obteve uma votação abaixo do esperado e um que foi Presidente do País em um Governo Militar que se instalou em 1980, concorrendo sozinho dessa vez, obteve mais votos do que obteve na última eleição quando concorreu em coalizão.

Na política externa, o País se identifica preliminarmente com o Caricom, do qual fazem parte 14 Microestados. Para ter uma importante idéia, o Suriname aparece aqui e os Microestados são estes pontos, pequenas ilhas, com exceção da Jamaica e Belize, que são um pouco maiores, e que não atendem às expectativas do Suriname de projeção internacional. O Suriname também pertence à ACS – Associação de Estados Caribenhos – e enfrenta um problema diferente. Há uma identidade caribenha nessa associação. Porém ombreia com diferentes tipos de Caribe, como os gigantes caribenhos, entre os quais Colômbia, México e Venezuela, os caribenhos que constituem aqueles do istmo da América Central, os caribenhos das ilhas, como República Dominicana, e tendo a inserção na América do Sul como distinção, que também vale para a Guiana, e a circunstância de, nessas inserções que são ou de língua portuguesa e espanhola ou de língua predominantemente inglesa ser o único país de língua holandesa. O Suriname tem um histórico de relações com o Brasil que data antes mesmo da sua independência. Havia um Consulado no Brasil e, mais do que isso, a política externa brasileira atenta a essa importância do Suriname já desenvolvida com o Suriname ainda colônia, não era bem colônia, porque desde 54 teve uma autonomia concedida pela Holanda que só guardou do Suriname a defesa externa e as relações exteriores. Ele tinha uma autonomia com a qual ele celebrava uma coisa parecida ao que seria uma comissão mista.

Feita a independência em 1975, o Brasil deu um passo muito importante não só enviando uma corveta com presentes, com a presença importante de autoridades e presentes para o novo Presidente, mas com o gesto de, no mesmo dia da independência, transformar o nosso Consulado em uma Embaixada residente. Durante os anos oitenta, esse relacionamento continuou de maneira fluida tendo o Brasil concedido créditos para compra de tecnologia, equipamentos inclusive na área militar.

Houve um pequeno afastamento nos anos noventa devido à crise econômica que atingiu o Suriname e agora esse novo acercamento derivado da presença do Ministro de Estado e do Presidente em que foram assinados vários acordos de muita importância na área consular, acordos de identificação de brasileiros e importantes na medida em que o chefe do departamento de brasileiros no exterior catalogou uma possibilidade porque são, em primeiro lugar, garimpeiros, uma possibilidade da existência, vivendo hoje no Suriname, de cerca de entre dez e vinte mil brasileiros, justamente um desses acordos a que atribuo muita importância e cuja implementação espero fazer um dos pontos principais da minha atividade, a identificação dessa população mais ou menos flutuante de garimpeiros, na medida em que isso constituirá uma garantia para eles e uma certeza de que, em não existindo INSS lá, eles sejam obrigados a fazer um seguro de vida e, portanto, tenham uma situação regularizada.

Foram estudados vários assuntos na área de operação, de manutenção da Floresta Amazônica, de espécies como o peixe-boi, na área da saúde, combate à malária, ao HIV, outros acordos como a troca de pessoas condenadas. Enfim, a Agência Brasileira de Cooperação conjuntamente com a Embrapa estudou várias possibilidades de cooperação e está seguindo com uma possibilidade muito grande na área de implantação e exploração do cajueiro. Em suma, temos um país que tem essa característica interna que gostaria de delimitar um pouco melhor.

A característica interna derivada dessa maneira atípica de resolver a convivência democrática que é a democracia com socialista, de pré-acordos faz com que eles tenham atingido o que uma antropóloga brasileira denominou de equilíbrio de balança, aquela balança que não por outra coisa é o símbolo da justiça, que é um equilíbrio instável e estável ao mesmo tempo na medida em que os grupos étnico-sociais são muito ciosos da sua identidade, que eles derivam das suas origens. Os indianos da sua origem indiana, mas recriada a partir da realidade surinamesa, os javaneses, os próprios crioulos entendidos naquela acepção que eu mencionei inicialmente que, apesar de descendentes de escravos africanos, se distinguem daqueles africanos que vivem no centro do país, são chamados marrons e que correspondem aos quilombolas brasileiros e que, embora tendo a mesma religião, têm uma caracterização que os distinguem nitidamente dos outros descendentes de escravos africanos. Então essa especificidade interna do Suriname é importante na medida em que brasileiros, e citei os garimpeiros, mas também uma população bem menor de prostitutas que se dirigem dos Estados vizinhos para trabalhar no Suriname, é

importante porque é uma maneira, é uma concepção de respeito pela desigualdade, ou melhor, a igualdade na diversidade. Eles têm a igualdade e zelam, fazem questão de respeitar os índios, os ameríndios, que também é uma população que me esqueci de mencionar, eles têm o respeito e a hierarquização se dá dentro de cada grupo étnico social, diferentemente dos outros países que citei como Trinidad Tobago e a Guiana em que o regime é majoritário e a hierarquização se dá a partir de uma base crioula, que predomina.

É importante, para o microacompanhamento que só o Embaixador que vai viver ali terá condições e tem condições de fazer, e na medida em que temos uma população importante, o país tem pouco mais de 400 mil habitantes, temos uma população que pode variar, segundo estimativas, até 20 mil e 300 brasileiros, importante na medida em que temos um discurso que se mal manejado ir até de encontro com esse tipo de maneira de ver, de visão do mundo dos surinameses como um todo. Nós nos orgulhamos da nossa assimilação, da nossa miscigenação o que em determinados momentos pode ser visto como uma espécie de discriminação ao contrário na sociedade local.

No que se refere à inserção externa do Suriname, para terminar, o Brasil desde cedo verificou que considerações de ordem estratégica brasileira que se modificou ao longo da nossa história e que hoje faz, no que refere à região Amazônica, que é onde se insere o relacionamento do Brasil como Suriname, faz com que identifiquemos hoje muito mais preocupações de segurança do que de defesa, e para nós a leitura da segurança está em trazer os países que são vizinhos para um convívio maior no âmbito de organizações regionais, como a Organização do Tratado da Bacia Amazônica, como a Casa, recentemente criada, Comunidade Sul-Americana.

Por meio dessas instituições poderemos divulgar a democracia e a paz, e assim garantir a integração do nosso subcontinente já que não temos por que, como disse o Ministro Amorim, temos uma identidade estratégica própria, não temos aqui armas de destruição em massa nem armas atômicas, não temos por que tampouco nos preocuparmos com conflitos tradicionais que oporiam um inimigo a outro, temos que nos preocupar com a ocupação do nosso espaço, com a cooperação visando ao desenvolvimento e o desenvolvimento econômico e social de cada um dos componentes, para evitar, por exemplo, que atitudes hegemônicas amanhã, identificando, em um ou outro país que tenha problemas internos graves, ameaças à sua própria segurança comecem a esgrimir argumentos para ocupações ou intervenções que em nada conviria ao subcontinente, e em nada conviria ao Brasil.

Creio que atendi a sua explicação e espero ter passado a mensagem a que me propus no início, de mostrar que o Suriname realmente transcende essa visão de um pequeno país, que fica encastrado aqui entre o Amapá e Roraima, bem dentro, nas bordas de nossa Floresta Amazônica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Vou inverter um pouco a ordem. Peço ao Embaixador Ricardo que continue presente conosco, para que passemos à análise do Item 3, mensagem (SF) nº 129, de 2005 em que submeto à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos...

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu só queria tecer um comentário a respeito das colocações feitas pelo Sr. Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Vamos fazer os comentários após a apresentação dos Srs. Embaixadores. Tubo bem então, Srª Senadora? Obrigado.

O Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro permanente do Ministério de relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

Passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Mão Santa, do Piauí. Peço a V. Exª que, na medida do possível, sintetize por causa da hora.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não Sr. Presidente, procurarei sintetizar o meu relatório, e, depois passar a palavra ao nobre Senador Crivella que passou muitos anos em Angola.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação do Senhor Presidente da República que faz ao Sr. Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha de Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o **currículum vitae** do Diplomata indicado, do qual extraímos para o relatório os dados que se seguem:

Nascido no Rio de Janeiro em 24 de Junho, o Sr. Marcelo Leonardo, filho de Joberval Vasconcelos e Diva Vasconcelos.

O Sr. Marcelo Leonardo é Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduado pelo Curso de Preparação de Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, além do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, onde defendeu

tese intitulada: O Sistema Global da FAO, sobre recursos fitogenéticos.

O Sr. Marcelo Leonardo ingressou na Carreira Diplomática no Posto de 3º Secretário, em 1970.

Ascendeu a Conselheiro em 1987 e a Ministro de Segunda Classe em 1994, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se:

Chefe da Divisão da Ásia e Oceania, em 1993.

Subchefe da Assessoria Internacional da Presidência da República, em 1994.

Assessor Especial do Gabinete do Ministro de Estado e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Diretor do Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe, de 2004 até o presente momento.

No exterior exerceu, entre outros cargos, Conselheiro junto à Delegação da FAO, em 1988; Conselheiro em Rabat, em 1991; Cônsul-Geral em Roterdã, em 1995; Ministro-Conselheiro na área, em 1997. Foi também Ministro-Conselheiro em Quito, em 1999.

Desempenhou ainda as importantes funções em missões temporárias, integrando delegações em diversas reuniões de negociações bilaterais e multilaterais e em conferências de Organizações Internacionais.

O Ministério de Relações Internacionais nos forneceu um currículo que é brilhante, por isso, acho, sem dúvida nenhuma, ele somente precisa das bênçãos do Pastor Senador Marcelo Crivella, já que ele vai para Angola, onde o Senador foi missionário.

Nossa aprovação.

Todos os dois são funcionários de carreira do Itamaraty.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Agradeço a leitura do parecer e a sugestão de ouvirmos o Senador Marcelo Crivella. Antes, concedo a palavra ao Embaixador Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, para fazer sua exposição, pelo tempo que julgar necessário, apenas com a sugestão de que, se puder ser um tempo mais curto, é melhor, devido à dinâmica destes dias no Senado Federal.

O SR. MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Senadores. Muito obrigado, Sr. Relator. Considero um privilégio esta apresentação, porque sei muito bem que é esta aprovação de V. Ex^{as} que dá legitimidade ao nosso trabalho no exterior.

A história recente de Angola é de muita dramaticidade. Quando chega a sua independência – eles estão comemorando trinta anos de independência neste ano -, eles já têm mais de quatorze anos de luta pela independência. Imediatamente após a independência, há, de novo, um longo período de conflitos, intervenções de potências estrangeiras nos anos 80 e, nos anos 90,

guerra civil. Foi em 2002 que eles concluíram uma etapa de pacificação do país, após a morte do Líder da Unita, Jonas Savimbi. Imediatamente após, ainda se seguiu mais um ano de certo conflito, porque, na província setentrional de Cabinda, ainda houve uma tentativa de emancipação, que durou ainda mais um ano de luta. Então, é muito recente a história de reconstrução do país. É uma história de apenas dois anos.

No início dos anos 90, eles tiveram uma experiência, logo depois da independência, de adoção do marxismo-leninismo e de um controle pelo Estado de toda a economia. Ela não foi bem-sucedida e, nos anos 90, eles tentaram um sistema de multipartidarismo e uma economia de mercado. Essa mudança permitiu um certo crescimento e uma certa reconciliação no País, o que também foi beneficiado pelo fim da guerra fria, quando houve uma retração das intervenções estrangeiras no País.

Em 1992, houve as únicas eleições que já ocorreram naquele País. O processo dessas eleições não se concluiu, porque não houve o segundo turno previsto, uma vez que o Líder da Unita, Jonas Savimbi, ao se dar conta de que havia perdido no primeiro turno, preferiu recorrer à guerra novamente e não participou do segundo turno que era exigido.

Então, o atual Presidente, José Eduardo dos Santos, está no poder desde 1979...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vinte e seis anos?

O SR. MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS – Vinte e seis anos. Ele foi eleito em 1992, nas únicas eleições que houve, mas ele já estava desde o falecimento de Agostinho Neto, que foi o primeiro Presidente e o Líder do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola. Ele ganhou as eleições de 1992, por uma margem de 49,6%. Como não houve o segundo turno, ele permaneceu no poder.

A partir de 1997, alguns dos Deputados da Unita que haviam sido eleitos resolveram tomar posse no Parlamento. Hoje, o Parlamento, que tem 220 membros, compõe-se de 129 representantes do Partido majoritário, o MPLA, e de 70 membros da Unita. Os outros são de pequenos Partidos, não muito representativos dentro dessa composição.

Essa história dramática se reflete também no ambiente econômico. Embora seja um país com potencial de imensas riquezas, quer dizer, um país que tem grande abundância de petróleo, que tem diamantes, que tem minerais estratégicos, que tem um potencial agrícola muito grande, apesar dessas riquezas ainda é uma das populações mais pobres do mundo. Quer dizer, ele tem essa dicotomia entre o potencial e a realidade.

Sua política externa é importante, tem exercido nos últimos anos um papel moderador na África, ele se preocupa muito com a estabilidade da região em que está inserido, Região Centro-Africana e tem trabalhado, ele participou do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro não-permanente no período 2003/2004, teve em 2003 um papel bastante importante, convocando reuniões, quando houve crise em Guiné-Bissau e outras crises regionais na África; convocou também reuniões com os países de língua portuguesa. Então, a política externa dele é muito positiva ultimamente e tem procurado uma coordenação com a política externa brasileira, sobretudo nas Nações Unidas.

É o principal parceiro do Brasil na África. Nós, desde o primeiro momento, somos o país a reconhecer o Governo angolano, logo após a independência, em novembro de 75. Temos tido uma participação intensa, inclusive com empréstimos substantivos para Angola. Eles têm se mostrado muito bom pagadores desses empréstimos. Havia um mecanismo que desde o final dos anos 90, VIGIA, que era um mecanismo em que eles pagam em petróleo a dívida. Eles enviam ao Brasil 20 mil barris por dia em algumas etapas. Recentemente esse mecanismo foi revisto com novos empréstimos, levando em consideração o bom estado da economia, quer dizer, a Angola cresceu mais de 11% ano passado, os fatores positivos da economia, o Governo decidiu dar um novo empréstimo a Angola, agora em maio, durante a visita do Presidente José Eduardo Santos, de US\$ 580 milhões, em três anos. No presente ano, 180 milhões, 250 milhões no ano próximo e 120 milhões em 2007.

Eles esperam de nós uma cooperação, que já temos prestado, pois existem várias empresas brasileiras atuando em Angola. A Odebrecht é uma das principais empresas que tem trabalhado à infra-estrutura do país; agora a Vale do Rio Doce desde o ano passado se implantou para a prospecção de minerais; a Petrobrás tem interesses em Angola. Então a atuação de empresas brasileiras é muito relevante. Mais do que isso, eles contam com a participação brasileira também, digamos, num apoio à redemocratização do país, quer dizer, um país democrático, mais ainda

bastante autoritário, e eles contam com o Brasil para uma flexibilização, uma participação mais ativa dos diversos Partidos no país: eleição de Governadores, que ainda não existe. Os Chefes das Províncias ainda são indicados pelo Presidente. Então, o Brasil tem um papel a desempenhar muito importante.

Estou à disposição para quaisquer perguntas adicionais. E atendendo ao pedido do ...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Só queria saber a relação de branco para negro, porque os portugueses lá não dominaram muito tempo?

O SR. MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS – Após a independência, houve uma grande saída da população portuguesa, mais de 300 mil, que na época representava 5% da população, voltaram a Portugal. No momento não saberia dizer exatamente a proporção.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E a população de brasileiros em Angola?

O SR. MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS – A população é bastante grande. Não temos dados exatos. Atualmente, só de empresas brasileiras criamos uma Câmara, em 2003. Há cerca de cem empresas, algumas pequenas. As grandes também estão trabalhando em Angola. Então, é bastante representativo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Então, ouvidos os dois Embaixadores, quero pedir que se retirem aqueles que não são Senadores, os encarregados pela transcrição, para que façamos a arguição em caráter sigiloso.

Ainda há som. Não é para cortar?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de saudar o Ministro de Segunda Classe – e com certeza futuro Embaixador – Ricardo e também Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos. Quero dizer...

(Interrupção na Gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – (Falha na gravação.)

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 21 minutos.)

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 356 PÁGINAS